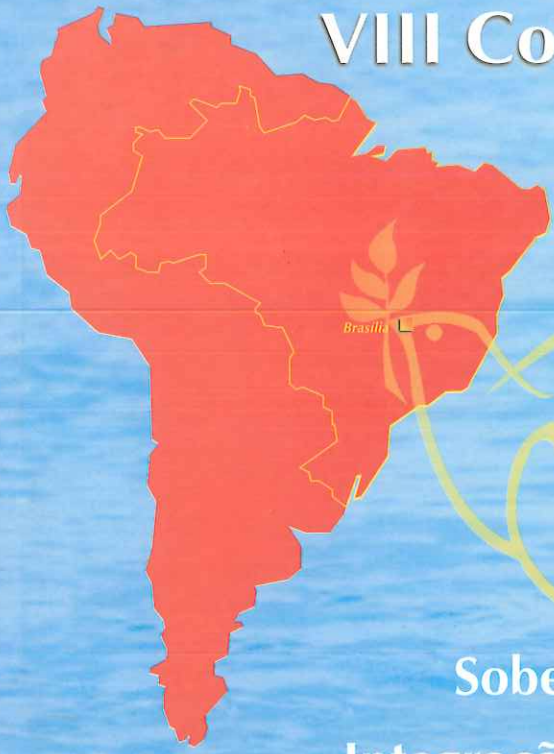


VIII Congresso Nacional

PSB



Soberania Nacional
e
Integração Latino-Americana




VIII Congresso Nacional


Soberana


GAROTINHO
PSB 40


Latino-A

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Partido Socialista Brasileiro - PSB



Brasília-DF, 30 de Novembro - 1 e 2 de Dezembro/2001



MEMORIAL
DO
VIII CONGRESSO NACIONAL DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

ORGANIZAÇÃO:
Carlos Siqueira

TAQUIGRAFIA:
Lívia Costa
Marcelo Costa

CAPA:
TC Gráfica e Editora Ltda

IMPRESSÃO:
TC Gráfica e Editora Ltda

REVISÃO:
Eliane Breitenbach

ASSESSORIA EM SISTEMAS:
Daniel Bueno

FOTOS:
Humberto Pradera

ÍNDICE

Sessão de Abertura 05
Ato político-cultural e homenagens ao economista Celso Furtado e ao Libertador Simón Bolívar

Sessão Plenária: 1° dezembro
Sessão Plenária: discussão sobre as teses apresentadas ao VIII Congresso do PSB 35

Teses Aprovadas pelo VIII Congresso Nacional do PSB 134

Apresentação e Aprovação de Moções 295

Lançamento da Candidatura do Governador Anthony Garotinho à Presidência da República 301

Eleição do Diretório Nacional dos Conselhos de Ética e Fiscais, representantes junto ao TSE 302

II Congresso Nacional de Mulheres 317

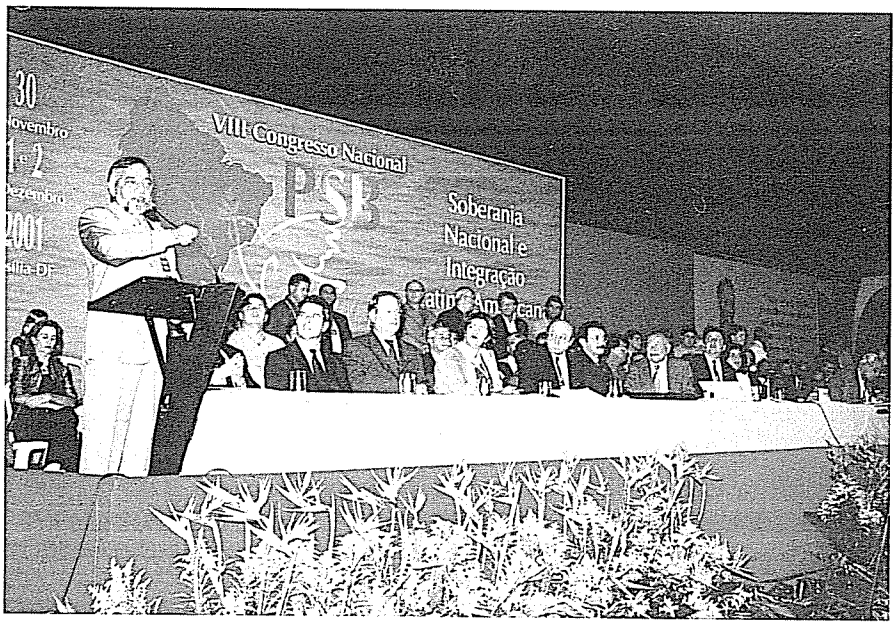
5° Congresso Nacional da Juventude Socialista 350

III Congresso Sindical Nacional do PSB 382

Sessão de Abertura

30 de novembro de 2001

Hora: 19 horas



Sessão Solene de inauguração do VIII Congresso do PSB com um ato político-cultural, ocasião em que serão homenageados o economista CELSO FURTADO e o Libertador SIMÓN BOLÍVAR



Mesa de Abertura do VIII Congresso Nacional do PSB



Gov. Garotinho, Dra. Rosinha, Gov. Capiberibe, Dep. Jamil, Dep. Eduardo Campos, Sen. Ademir Andrade, Dr. Jurandir Boia e Prefª Kátia Born



Primeiro Secretário Carlos Siqueira, Presidente Miguel Arraes, Gov. Garotinho e Da. Rosinha

Composição da Mesa da Sessão de Abertura do VIII Congresso do PSB

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiras e companheiros, peço atenção para que tomem assento para darmos início à composição da Mesa do VIII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o partido da esquerda democrática, o partido das transformações sociais, o partido libertário, o partido das causas populares! (Palmas.)

Convido para compor a Mesa o Vice-Presidente Nacional do Partido Socialista, companheiro Roberto Amaral. (Palmas.)

O Presidente de Honra do nosso Partido, essa legenda, esse homem público da maior honradez, nosso querido Deputado Jamil Haddad. (Palmas.)

O nosso Líder na Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Campos, do PSB de Pernambuco. (Palmas.)

O Senador Ademir Andrade, nosso Líder no Senado Federal. (Palmas.)

A Prefeita Kátia Born, da cidade de Maceió. (Palmas.)

O companheiro João Henrique, Prefeito de Macapá. (Palmas.)

O companheiro Aldo Arantes, Deputado Federal, aqui representando o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, a quem saudamos com palmas efusivas. (Palmas.)

O Dr. Nelson Borges, representando o Presidente Nacional do Partido Popular Socialista. (Palmas.)

O Governador João Alberto Capiberibe, do Estado do Amapá. (Palmas.)

O representante do Partido Comunista Cubano, o companheiro Sergio Cervantes, para quem pedimos saudações efusivas e também para o povo cubano, aqui tão bem representado por esse querido companheiro. (Palmas.)

O companheiro Olivério, representante das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas. (Palmas.)

O Conselheiro Político da Embaixada da China, Dr. Li Baojun (Palmas.)

O Adido Civil da Embaixada da China, nosso amigo Jin Xiaopeng (Palmas.)

Os companheiros Parlamentares Federais, Deputados Pedro Valadares, do PSB de Sergipe, Sérgio Novais, do PSB do Ceará, Paulo Baltazar, do PSB do Rio de Janeiro, Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco, Quincas Matos, do PSB de São Paulo, Evandro Milhomen, do PSB do Amapá, nossa querida Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, Givaldo Carimbão, do PSB de Alagoas, Ezídio

Pinheiro, do PSB do Rio Grande do Sul, Djalma Paes, do PSB de Pernambuco, Wanderley Martins, do PSB do Rio de Janeiro. (Palmas.)

As Sras. Deputadas Míriam Reid, do PSB Fluminense, Alcione Athaíde, também do PSB Fluminense.

Os Senadores Antônio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, Saturnino Braga, do PSB do Rio de Janeiro e Paulo Hartung, do PSB de Espírito Santo. (Palmas.)

Os membros da Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro, companheiro Beto Albuquerque, também Deputado Federal gaúcho. (Palmas.)

Companheiro Alexandre Cardoso, do PSB do Rio de Janeiro. (Palmas.)

O companheiro Renato Casagrande, do Espírito Santo. (Palmas.)

A companheira Mari Machado, reeleita hoje no Congresso Secretária Nacional de Mulheres. (Palmas.)

O companheiro Francisco Paulo Nogueira, Secretário Nacional Sindical. (Palmas.)

O companheiro Silvano Medeiros, Secretário Nacional de Juventude. (Palmas.)

O companheiro Gilson Menezes. (Palmas.)

O companheiro Antônio César Callegari. (Palmas.)

O companheiro José Antônio Almeida, Deputado Federal pelo Maranhão. (Palmas.)

O Prefeito Adalberto Lélis. (Palmas.)

O companheiro Severino Araújo, do Estado do Paraná. (Palmas.)

O companheiro Jéferson Arruda, de Mato Grosso. (Palmas.)

Tenho a honra de anunciar a presença entre nós e convido para compor a Mesa o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Deputado José Dirceu. (Palmas.)

Convido também para compor a Mesa o representante do Governador do Estado de Alagoas, companheiro Ronaldo Lessa, Jurandi Bóia, Presidente do PSB de Alagoas. (Palmas.)

Já contamos com a presença entre nós, com muita satisfação, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, companheiro Welington Landim, candidato a Governador do Ceará. (Palmas.)

Convido os companheiros Deputados Estaduais, cujos ainda não nos chegaram às mãos, que tomem assento no palco principal. Nossa saudação aos nossos companheiros Deputados Estaduais presentes. (Palmas.)

Também o companheiro Ricardo Murad, candidato a Governador pelo Estado do Maranhão, a quem também convidamos para tomar assento no palco principal. (Palmas.)

O companheiro Márcio França também está presente e o convidamos para tomar assento no palco principal.

Acaba de chegar a companheira Wilma de Farias. Prefeita de Natal, a quem convidamos também para tomar assento à mesa. (Palmas.)

O companheiro Marcus Alexandre, do PSB de Minas Gerais. (Palmas.)

Registramos a presença entre nós do companheiro Ricardo Maranhão, Vereador da Cidade do Rio de Janeiro. (Palmas.)

Também convidamos para tomar assento no palco principal o Deputado Federal do Partido Comunista do Brasil, Agnelo Queiroz, do Distrito Federal. (Palmas.)

E também o Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg. (Palmas.)

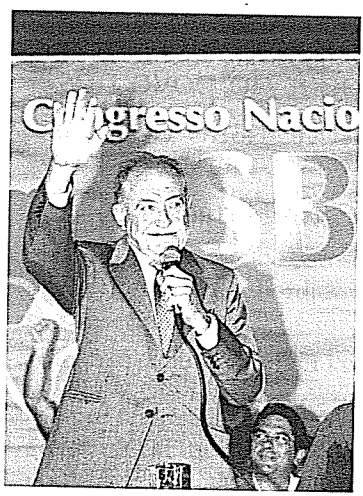
Temos a honra de anunciar neste momento a presença entre nós do nosso Presidente Nacional, Dr. Miguel Arraes de Alencar, acompanhado do Governador Anthony Garotinho, candidato do Partido Socialista Brasileiro à Presidência da República. (Palmas.)

Companheiros e companheiras do Partido Socialista Brasileiro, é com muita satisfação que acabamos de fazer a composição da Mesa e vamos ouvir de pé o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

Vamos dar início aos trabalhos do VIII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Temos a honra de passar a palavra ao nosso Presidente Nacional, companheiro Miguel Arraes de Alencar, para dar boas-vindas e declarar aberto o nosso VIII Congresso Nacional.



O SR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Presidente Nacional do PSB) – Declaro aberto o VIII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Minhas saudações fraternas aos representantes de outros partidos políticos da nossa área de luta. A todos os companheiros que de longe vieram para esta grande festa em que o Partido Socialista vai começar nova fase da sua luta no Brasil, nova fase com a candidatura do Governador Anthony Garotinho para Presidente da República (palmas), mas sobretudo a nova luta para a afirmação e a reafirmação dos seus objetivos de lutar por uma sociedade justa neste País.

Boa noite a todos. Vamos trabalhar para realizar um grande Congresso e daqui sairmos com disposição ainda maior de luta. (Palmas.)

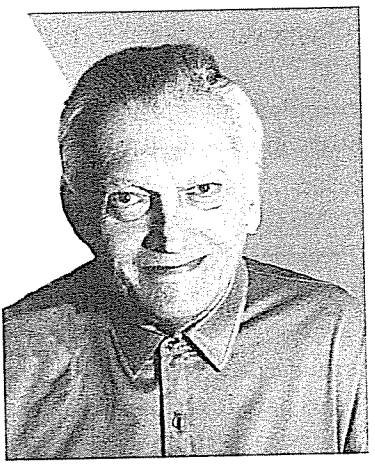
O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Ouvimos as palavras do Governador Miguel Arraes, nosso Presidente Nacional, este ícone da Esquerda brasileira, que muito nos honra por ser um militante do nosso Partido.

Vamos ouvir, de pé, o Hino da Internacional Socialista.

(Execução do Hino da Internacional Socialista.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Anunciamos, com muita satisfação, a presença entre nós do Governador do Acre, companheiro Jorge Viana, a quem saudamos. (Palmas.)

Homenagem ao Economista Celso Furtado



"O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de Nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país."

Celso Furtado

Tenho a honra de convidar a companheira Luiza Erundina, para proferir o discurso de homenagem ao grande brasileiro e pensador Celso Furtado.

Com a palavra a companheira Luiza Erundina, esta grande brasileira que nos orgulhamos de tê-la nas fileiras do nosso Partido.



A SRA. LUIZA ERUNDINA (Deputada Federal) – Presidente e Governador Miguel Arraes, Presidente de Honra, Deputado Jamil Haddad, demais membros da Direção Nacional do nosso Partido, Governadores Anthony Garotinho, João Alberto Capiberibe e Jorge Viana, que nos honram com suas presenças, representantes dos partidos irmãos que aqui também se fazem presentes, o que nos dá também muita alegria, Prefeitas Wilma de Farias e Kátia Born, em nome de quem saúdo a todos os Prefeitos e Prefeitas presentes a este Congresso Nacional. Cumprimento os Deputados e Deputadas Federais, Senadores, Deputados e Deputadas Estaduais. Saúdo com muito afeto a todas as Delegadas e Delegados do VIII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

É com grande honra e com profunda emoção que trago dados biográficos do nosso homenageado, o grande brasileiro, nordestino, Dr. Celso Furtado. (Palmas.)

Parabenizo a direção deste Congresso pela escolha desse extraordinário homem, cidadão do mundo, do Brasil e do Nordeste, Celso Furtado. Certamente seria dispensável que aqui trouxéssemos a história, as referências, a trajetória desse homem, desse cidadão e desse brasileiro, trajetória essa que corresponde nas últimas décadas, mais precisamente nos últimos cinqüenta anos a história do nosso povo, a história da nossa Nação, a história de luta pelas liberdades, pela democracia, a história de luta por direitos iguais para todos os brasileiros.

Ele não é só um cidadão do nosso País, mas um cidadão do mundo, pois o mundo o reconhece o se referencia no saber, na produção acadêmica, nas pesquisas científicas, nos projetos que ele vem oferecendo ao Terceiro Mundo, à América Latina e ao Brasil como ponto de apoio para as decisões políticas dos partidos e das forças políticas do nosso País, na busca de alternativas e de solução para os graves problemas que o Brasil enfrenta, e que submetem o nosso povo a uma situação de extrema desigualdade, de extrema injustiça social.

Celso Furtado tem sugerido, apontado, indicado caminhos, saídas que certamente poderiam muito bem há muito tempo ter conduzido a nossa economia, os destinos do Brasil em outra direção diferente daquele destino que, lamentavelmente, por mãos irresponsáveis, descomprometidas com os interesses dos brasileiros, que têm submetido o Brasil a uma situação constrangedora, a uma situação de subordinação, de perda de soberania, exatamente porque não se conseguiu alcançar as forças do nosso campo, as forças democráticas progressistas e de Esquerda, junto às quais Celso Furtado sempre se aliou, e a quem ele tem oferecido sugestões, propostas, projetos que, certamente, serão sempre referências quando nós das Esquerdas, das forças democráticas e progressistas estivermos — e aqui estaremos brevemente — disputando o poder no País. E disputar o poder no País representa mais do que a disputa de cargos,

e a conquista de votos significa sugerir, propor, debater com o nosso povo soluções viáveis, propostas exeqüíveis e um projeto de nação que dê outro tom ao nosso País, a Nação brasileira.

Mas vim aqui para falar de Celso Furtado. Falar de Celso Furtado não faz sentido se não se fala dos problemas do nosso País, das esperanças do povo nas forças destes partidos aqui representados neste Congresso Nacional. Mas muito me honra como nordestina, paraibana, e agradeço aos companheiros da Direção Nacional por me terem conferido a honra de dirigir, em nome da Direção Nacional e do Partido, nossa homenagem a esse paraibano, a esse brasileiro que é Celso Furtado. (Palmas.)

Nasceu na cidade de Pombal, no sertão da Paraíba. É nordestino, como muitos de nós. Provavelmente a maioria dos que aqui estamos somos nordestinos e aqui viemos para participar deste Congresso. (Palmas.) Nasceu no dia 26 de julho de 1920. Transferiu-se para João Pessoa, na Paraíba, para fazer o curso secundário, no Liceu da Paraíba e depois no Ginásio Pernambucano, no Recife.

Aos 19 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade Nacional de Direito e onde trabalhou como jornalista na Revista da Semana.

Foi funcionário do DASP, mediante concurso público. Cursou o CPOR — Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva, e foi convocado, em 1944, para a Força Expedicionária Brasileira.

Com o fim da Guerra, em 1945, retornou ao Brasil, ano em que ganhou o Prêmio Franklin Roosevelt promovido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, com o Ensaio "Trajetória da Democracia na América".

Em seguida foi para Paris, onde fez o curso de doutorado em Economia na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbone, onde se tornou doutor em Economia com a Tese "Economie Coloniale Brasiliene"(?).

Ao retornar ao Brasil, integrou-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na Revista Conjuntura Econômica.

Em 1949 foi para Santiago do Chile para trabalhar na recém-criada CEPAL, órgão das Nações Unidas que se transformou na única escola de pensamento econômico do Terceiro Mundo. Exerceu o cargo de Diretor da Divisão de Desenvolvimento, sendo encarregado de missões em diversos países latino-americanos.

Presidiu o Grupo Mixto CEPAL-BNDE com economistas das duas instituições. O relatório do Grupo Mixto, editado em 1955, serviu de base para o plano de metas do Governo Juscelino Kubitschek.

Sem primeiro livro de economia foi publicado em 1954, sobre a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Em 1957 segue para a Universidade de Cambridge, na Inglaterra, onde fez pós-graduação. Ali ele escreveu "Formação Econômica do Brasil", um dos mais importantes livros da sua obra.

Em 1959 retorna ao Brasil e assume uma diretoria do BNDE. Foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, interventor no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Econômico do Nordeste. Elaborou o estudo "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste, que deu origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, do qual foi Secretário Executivo".

Em 1960, o Congresso Nacional aprova a lei que criou a SUDENE, sendo nomeado seu superintendente. E aqui vale um parêntese para denunciar, repudiar e lastimar que este atual Governo, enquanto Celso Furtado em décadas atrás inspirou e colaborou para a criação da SUDENE, um órgão de articulação das ações de governo para o desenvolvimento do Nordeste, para acabar com a corrupção que havia naquele órgão, ao invés de apurar e investigar a corrupção e punir os responsáveis, simplesmente extinguiu a SUDENE, um patrimônio dos nordestinos e que veio pelas mãos do grande brasileiro Celso Furtado. (Palmas.)

Em 1962 foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento do Presidente João Goulart, do regime parlamentarista, e ali elabora o Plano Trienal.

Em 1963, deixa o Ministério do Planejamento e retorna à Superintendência da SUDENE. Concebe e implanta a Política de Incentivos Fiscais para os investimentos na região.

Em 31 de março de 1964, informado do golpe militar, junta-se ao então Governador Miguel Arraes, no Palácio do Governo de Pernambuco. Seus direitos políticos foram cassados pelo Ato Institucional nº 1 por dez anos.

Vai para Santiago do Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos do Desenvolvimento, ligado à CEPAL. Neste mesmo ano muda-se para os Estados Unidos, onde assume o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Iale.

Em 1965 assume a cátedra de professor de desenvolvimento econômico da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. É o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general De Gaule. Permaneceu nos quadros da Sorbone por vinte anos.

Em 1968 vem ao Brasil pela primeira vez após sua cassação, a convite da Câmara dos Deputados, para debater a economia brasileira. As conferências proferidas na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados são reunidas no livro "Um Projeto para o Brasil", lançado no Rio de Janeiro e em São Paulo, pouco antes do AI-5.

Em 1970 viaja para vários países da África, Ásia e América Latina, em missão das Nações Unidas.

Foi professor em várias universidades estrangeiras, além da Sorbone, tais como, na American Universite, em Washington, por um semestre, na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, ocupando a cátedra Simón Bolívar, outro homenageado por este VIII Congresso do Partido Socialista Brasileiro. Na Columbia Universite, em Nova York, por um semestre, membro do Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, no Japão.

Em 1979, após a anistia, retorna ao Brasil, reinserindo-se na vida política. Filia-se ao PMDB.

Em 1985, a convite do recém-eleito Presidente Tancredo Neves, participou da comissão do plano de ação do Governo. Neste mesmo ano, foi designado Embaixador do Brasil junto à Comunidade Européia, em Bruxelas. Integrou a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto da nova Constituição.

Em 1986 é nomeado pelo Presidente José Sarney para o cargo de Ministro da Cultura, sendo responsável pelo primeiro projeto de lei de incentivos fiscais à cultura.

Em 1993 é nomeado membro da Comissão Mundial para a Cultura e desenvolvimento da ONU-UNESCO.

Em 1996 integra a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO. É Doutor Honoris Causa de inúmeras universidades brasileiras e estrangeiras.

Em 1997 é eleito para a Academia Brasileira de Letras. Publicou dezenas de livros, antologias, ensaios, traduzidos em várias línguas pelo mundo afora. São inúmeros os livros, teses e ensaios sobre o professor, economista Celso Furtado.

Concluindo, companheiras e companheiros, lamento que tenham se cansado um pouco com esse relato, mas em homenagem a uma figura do porte de Celso Furtado merece ser preservada sua história, sua trajetória, sua contribuição ao nosso País, ao Nordeste e ao Mundo, das quais as novas gerações devem ser comunicadas, para que se apropriem de exemplos como o de Celso Furtado, a fim de preservarmos nossas origens, nossos ideais democráticos, o nosso compromisso de fazer do Brasil uma grande Nação.

Podemos afirmar que a trajetória do Dr. Celso Furtado, em toda sua vida, confunde-se com a História do nosso País nos últimos 50 anos.

Participou como protagonista dos mais importantes acontecimentos da vida nacional. Ao mesmo tempo em que é um cidadão do mundo, sempre se manteve fiel às suas origens nordestinas e brasileiras.

Fazia suas incursões por países do mundo todo, mas sempre retornava ao nosso País, o Brasil.

Outro aspecto notável de sua personalidade a destacar é sua coerência ideológica, sua fidelidade aos compromissos com seu povo. Continua sendo um luminar no mundo do conhecimento, das ciências sociais e humanas, contribuindo para a compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que está engajado na ação política, através da crítica lúcida e conseqüente, da denúncia das políticas que atentam contra o interesse nacional e da busca incessante e persistente de um projeto de nação capaz de levar o Brasil a cumprir sua vocação histórica como País livre, democrático, justo, solidário e soberano. Ou seja, um país socialista.

Esta é a nossa vocação, este é o nosso destino.

Execução da música Asa Branca.

Muito obrigada. (Palmas.)

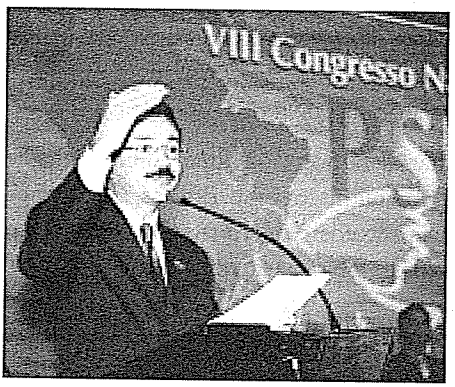
Homenagem ao Libertador Simón Bolívar



"É uma idéia grandiosa pretender formar de todo um mundo novo uma só Nação, com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo."

Simón Bolívar

A SRA YARA GOUVÊA – Companheiras e companheiros, chamamos a esta tribuna o companheiro Carlos Siqueira para a homenagem dos socialistas brasileiros ao libertador de nossa América, Simón Bolívar. (Palmas.)



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiro Presidente Nacional do PSB, peço permissão a todos os membros da Mesa para que possa saudá-los em nome desta figura da história brasileira, esta figura que nos honra, o Governador e Presidente Nacional do PSB, Dr. Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.) Em seu nome saúdo todos os membros da Mesa.

Quero saudar a todos os companheiros e companheiras que vieram de todas as regiões do Brasil e que aqui estão, do Nordeste, do Sudeste, do Norte, do Centro-Oeste e do Sul. Aqui estamos, companheiros, neste VIII Congresso

Nacional do Partido Socialista Brasileiro para evocar e homenagear Simón José Antônio de La Santíssima Trindad Bolívar e Palácios, ou simplesmente Simón Bolívar, o Libertador. Aquele que, ultrapassando as fronteiras de sua ilustre pátria venezuelana, conseguiu, com a existência de apenas 47 anos, um lugar de extraordinário destaque na história universal. Ele se encontra entre aqueles homens que fizeram época.

O Libertador é o mais completo líder libertário da América do Sul do século IXI. Arrebata da Espanha metade do Continente. Funda cinco repúblicas. Torna-se presidente de duas. Nos seus breves anos de vida consegue ser ao mesmo tempo político, estadista, general, pensador, escritor e reformista social. Tudo isso já é muito num homem só, mas ainda há o principal.

Bolívar foi profeta. Passados mais de século e meio e suas previsões continuam dramaticamente atuais. Para corroborar essa percepção, é importante lembrar a frase por ele pronunciada um ano antes de sua morte: "Os Estados Unidos da América parecem destinados pela providência a encher a América de misérias em nome da liberdade".

O grau de extrema servidão a que os povos americanos foram reduzidos, entendia Bolívar, gerou passividade a ausência de atividade política. "Um povo ignorante é instrumento cego de sua própria destruição", sentencia. As leis precisam levar em conta os meios, as condições do país, a vida do povo, suas inclinações, seus costumes. Esse é o código que se deve consultar, não o de Washington. "É uma idéia grandiosa — conclui Bolívar — pretender formar de todo o novo mundo uma nação". Nasce dessa expressão a utopia da pátria grande, hoje mais viva e necessária que nunca, e contemporaneamente pode-se traduzir pelo nome de integração latino-americana que todos defendemos.

O cenário de ação política e militar de Simón Bolívar, em vinte anos de vida pública, abarcou certa de 6 milhões de quilômetros quadrados. Assumiu a tarefa de acabar com a dominação de três séculos e de construir nova ordem internacional.

Bolívar distinguiu-se extraordinariamente nas letras, na oratória, nos campos de batalha e na suprema magistratura.

A seu respeito, com muita propriedade, observou o Prof. Sílvio Júlio: "Manejava a pena com desembaraço e a certeza de um sarmiento. Ocupava a tribuna com a elegância e a eloqüência de um mártir. Dirigia as nações com a mesma maestria que não abandonava a cabeça dos exércitos".

Bolívar era uma personalidade múltipla, complexa, fascinante. Despertava reações diversas. Alguns também o odiavam, enumerando razões e sem razões, outros se mostravam nitidamente ressentidos, mas nenhum pôde negar sua aura luminosa, seu inconfundível carisma. Vá lá que é essa palavra tão freqüentemente mal-aplicada a líderes apenas dotados de razoável dose de simpatia natural.

Na sua epopéia libertadora, Simón Bolívar atraiu para junto de si latino-americanos desde o Rio Mississipi até o Cabo de Hornos. Entre eles destacava-se a presença de pelo menos cinco brasileiros: Emiliano José Felipe Benícius, de Munducro, Francisco Antônio Barreto,. José de Natividade Saldanha, Luiz Inácio Ribeiro Roma e o general José Inácio de Abreu e Lima, o general das massas. Todos eram originários do irredento Estado de Pernambuco, cenário e epicentro das revoluções libertárias de 1817 e 1824, ambas reprimidas com rigor pelo governo central.

Assim, não poderíamos deixar, companheiros e companheiras, no momento em que homenageamos Simón Bolívar, o verdadeiro integrador da América, de render também nossas justas e merecidas reverências à memória desse brasileiro, síntese do homem latino-americano.

O general José Inácio de Abreu e Lima, herói bolivariano que se bateu até o fim dos seus dias pelas liberdades religiosa e de expressão entre nós, sendo também um defensor das idéias socialistas. Pois este valoroso brasileiro, ainda hoje, decorridos 112 anos de história republicana, está sepultado no cemitério dos ingleses, na cidade do Recife. Morto permanece esse homem a quem o Brasil e a América do Sul muito devem, exilado em sua própria pátria, como um incômodo libelo, a indagar se, na verdade, seria autenticamente laica a nossa República secular.

Mas passados mais de um século e meio dessa luminosa epopéia bolivariana, estamos a assistir ao conflito dramático que inaugura este século XXI entre a razão ocidental e a fé ativista e militante do Islã, assinalando o confronto com a civilização da razão, que logrou o mais espetacular desenvolvimento técnico, científico, mas que, ao mesmo tempo, reduziu a existência humana a um jogo instrumental, matando as utopias e com elas a esperança.

Desta forma, o niilismo foi transformado em perspectiva para milhões de seres humanos reduzidos ao nada e em uma existência cujo limite também é o nada, ao lado da mais espetacular e opulenta acumulação de riquezas e privilégios jamais vistos.

O ano de 1989, assim como assinala o término da experiência do socialismo real, marca a emergência de mais uma globalização na história dos povos.

Diferentemente da globalização dos mundos greco-romano e ibérico,. ela se dá apenas e tão-somente em função da acumulação financeira em uma insana corrida, na qual as forças produtivas do trabalho e do capital vão sendo reduzidas juntamente com povos, Estados e Nações, por uma jogatina delirante cujo cassino, aliado a uma suposta racionalidade, reduz o homem, suas esperanças, seu sonho e sua humanidade a mera condição de objeto.

Tal situação tornou-se mais acirrada na era pós-muro de Berlim, quando alguns mais afoitos cantaram loas ao fim da história e ao triunfo final das forças do neoliberalismo. Não perceberam, porém, em sua precipitação que este monstro mítico trazia em si mesmo o vírus da sua destruição. Não pode haver mercado onde não há vida produtiva.

Na tentativa de eliminar do horizonte do homem ocidental, as utopias, sobretudo as utopias políticas, e na tentativa de eliminar de sua existência a esperança, deixando-lhe a penas a opção do niilismo, pode estar apenas promovendo o encontro dos miseráveis com a ausência de esperança, de onde nascem todos os obscurantismos cujas marcas sangrentas estão prodigiosamente registradas pela historiografia ocidental.

A homenagem que este Congresso presta ao libertador Simón Bolívar e ao economista Celso Furtado é a nossa tentativa de mostrar que não somos contra as conquistas e avanços da civilização, menos ainda contra a integração ou qualquer outro nome que se lhe queira dar, mas que sabemos bem qual integração e como a queremos. E para tanto não precisamos sair de nossa história comum. Basta-nos resgatar a experiência e a história dos nossos libertadores da América, de Simón Bolívar aos nossos inconfidentes, pois são nesses fatos históricos onde encontramos a indispensável resposta e a inspiração na luta para vencer os desafios que nos são colocados.

O nosso partido, o PSB, o Partido da Esquerda Democrática, deve entender que resgatar a trajetória e a história dos heróis do povo é também um gesto de resistência aos vitoriosos que insistem em fazer de sua versão a história oficial.

Os teóricos da comunicação de massa da década de 70 profetizaram o advento da aldeia global. Porém, não advertiram que viveríamos também o fenômeno da supressão da vida como assunto local. O homem nasce, vive e morre em sua rua, seu bairro, sua vila e sua cidade. Mas cada dia mais se vê impotente diante das decisões que, embora dizendo respeito a sua vida, a seu futuro e aos seus filhos, são tomadas por pessoas anônimas e em lugares cada dia mais distantes e inatingíveis.

O homem globalizado perde, assim, a confiança na democracia, na polí-

tica e no Estado. Estes, a cada dia mais vão aos seus olhos se tornando entes ficcionais, pois seu destino e o de sua comunidade já não lhes pertence. Nenhuma possibilidade de intervenção bem-sucedida lhe é assegurada. O indivíduo é tomado pelas sensações de impotência, seu dia-a-dia e seu destino são decididos por razões invisíveis, cada vez mais distantes, em Nova York, Washington, Bruxelas, Paris, Berlim ou em qualquer outro lugar.

A vida que era universal sendo local já não subsiste para milhões de pessoas senão como vida apenas vegetativa. Mas para esses milhões de seres humanos, de quem já foram retirados até mesmo a identidade básica de qualquer povo, ou seja, sua moeda, representando a história da riqueza de sua geração e de seus antepassados, e de sua língua nacional, morada espiritual na qual nasce e vive, sentindo-se em comunhão com sua descendência e com sua ascendência.

Nossa queria América Latina, grande laboratório do liberalismo redivivo, surge como continente dilacerado: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, são os casos mais extremos. Mas, apesar das iniciativas bem concebidas, como a Cúpula Sul-Americana, realizada em Brasília, em 2000, a deterioração é geral e até agora incontida. É afirmação freqüente que das grandes crises ou dificuldades surgem as grandes oportunidades, desde que naturalmente se saiba encontrá-las.

O momento inegavelmente é de ruptura, e, dependendo de estarmos ou não à altura do desafio, poderá ser uma oportunidade histórica ímpar de reconstrução nacional e afirmação do País no plano mundial. A postura do partido não é, portanto, apenas de oposição eleitoral ao atual Governo. Ele se propõe a assumir a mudança radical que os interesses do Brasil, como entidade permanente e indivisível, solicitam nesta virada histórica.

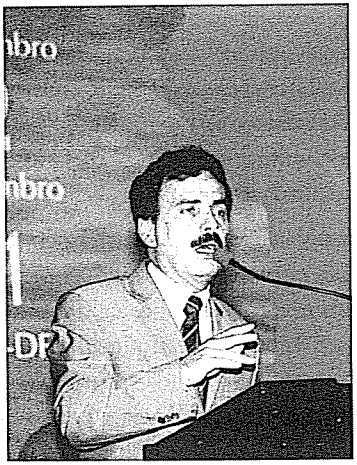
No plano político pessoal, a melhor homenagem que se pode prestar ao libertador Simón Bolívar deve tomar a forma da política da rebeldia, aquela que permite — a expressão é de Deluze — "O devir revolucionário dos indivíduos". Não esperemos uma revolução que venha de fora e amanhã, pois ela deve ser realizada no mundo onde estamos agora e já.

O indivíduo é revolucionário neste momento histórico internacional desde que se recuse a aplicar uma grama sequer de energia à continuidade do mundo liberal.

Viva Bolívar! Viva o Socialismo! Viva o Brasil!

Muito obrigado. (Palmas.)

Convido o Senador Ademir Andrade para fazer uma saudação aos congressistas do VIII Congresso Nacional do PSB.



O SR. ADEMIR ANDRADE (Senador da República) – Presidente Miguel Arraes, Governador Anthony Garotinho, Governador Capiberibe, meu caro José Dirceu, Presidente do PT, Aldo Arantes, do PCdoB, companheiro do PPS, demais companheiros da Mesa, companheiros e companheiras da plenária, creio que todos devemos ter o maior orgulho do trabalho, da luta e do crescimento que vêm obtendo os partidos de esquerda no nosso País. (Palmas.)

Lembro-me dos primeiros congressos do PSB. Eram congressos realizados em auditórios com 200 pessoas. Hoje temos a grandeza desse trabalho e desse ideal nesse VIII Congresso que realizamos. Parabéns Jamil Haddad, Roberto Amaral, Miguel Arraes, mas não apenas pelo enorme trabalho que produziram, mas pelas idéias que defendemos, pelo pensamento que temos. Crescemos e hoje fazemos parte de um partido que tem todas as condições de pleitear a presidência da República do Brasil. (Palmas.)

Somos um partido que deve orgulhar a nossa militância. E aqui estão companheiros lá dos rincões do Amapá, do Pará, que nunca imaginaram o que é a luta socialista. Pois temos grandes responsabilidades a nossa frente.

Queremos, Governador Garotinho, fazer aquilo que V.Exa. diz: "Muda Brasil". E o Brasil precisa mudar, em benefício do seu povo. (Palmas.) E o Brasil precisa mudar para deixar de ser uma Nação que é a quinta do mundo em extensão territorial e tem apenas 18.5% da sua população no campo.

Precisamos acabar com a violência e a morte dos nossos trabalhadores rurais, das suas lideranças, porque não existe reforma agrária no Brasil. Precisamos de um governo que olhe os interesses do povo brasileiro.

As nossas universidades passaram 100 dias fechadas, por causa de um governo que questionou a necessidade de 350 milhões de reais para atender às reivindicações de 48 mil professores. Este Governo gasta por dia 400 milhões de reais com o serviço da dívida. E isso não é Governo que preste, não é Governo que tenha responsabilidade com o povo brasileiro.

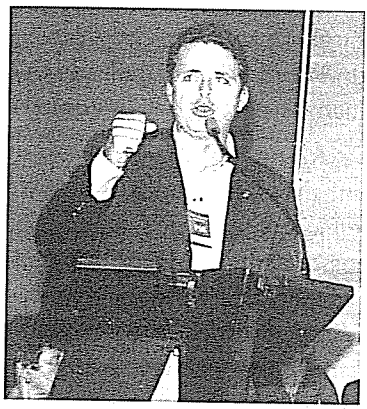
Portanto, o PSB tem grande responsabilidade pela frente, e nós esperamos que cresçamos cada vez mais, que conquistemos o poder, que conquistemos, sim, a presidência da República do Brasil, e juntos, mais tarde, PSB, PT, PCdoB, PPS, enfim, o povo brasileiro haverá de mudar a nossa realidade, acabará com as injustiças e absurdos que existem neste País tão grande, tão rico, tão poderoso, mas mal governado.

Companheiros, saúdo a todos neste VIII Congresso do Partido Socialista Brasileiro, e espero que o IX seja o Congresso do PSB no poder, no Brasil e em vários Estados da nossa Nação.

Um grande abraço. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Acabamos de ouvir o futuro Governador do Pará, Senador Ademir Andrade.

Convidamos para fazer uso da palavra o companheiro Líder do PSB na Câmara dos Deputados, Eduardo Campos, futuro Governador de Pernambuco. (Palmas.)



O SR. EDUARDO CAMPOS (Deputado Federal) – Presidente Miguel Arraes, Presidente Garotinho, meus companheiros das delegações internacionais aqui presentes, Presidente José Dirceu, companheiro Aldo Arantes, representante do PPS aqui presente, companheiros Governadores, Prefeitos e Prefeitas, Deputados, Vereadores, Delegados e companheiros do PSB do Brasil, é com muita honra que aqui represento a bancada federal do Partido Socialista no Congresso Nacional.

Quero dizer aos companheiros delegados que estamos neste Congresso para responder a uma afirmativa do grande brasileiro Celso Furtado, que há poucos dias dizia que, desde 1964, a Esquerda brasileira nunca esteve tão perto do poder central e tão distante do Brasil que sonhou. Esse é o desafio que se coloca para todos nós. E o PSB quer responder a esse desafio não com projeto eleitoral, mas com projeto político de ruptura com o poder econômico, com a política de venda da Nação brasileira, de exclusão do nosso povo, de fragmentação desta Nação com as desigualdades sociais e regionais. O PSB quer responder com esse projeto, mas quer também responder com a candidatura do companheiro Garotinho, para que o povo brasileiro possa julgar e ganhar as eleições. (Palmas.)

Mas, companheiros, é com alegria que vejo esta Mesa composta por companheiros de outros partidos, que têm outras candidaturas que respeitamos, como companheiros do PT, do PPS, para dizer-lhe que vamos para a rua combater o mesmo inimigo. Vamos para a rua para combater o modelo de Fernando Henrique Cardoso. Vamos fazer a política, reconhecendo aqui os aliados, os irmãos de hoje e de amanhã. Vamos para a rua, companheiros, para representar a indignação e a esperança do povo brasileiro de construir a Nação soberana, solidária.

"Muda Brasil!". Garotinho Presidente. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, temos agora a satisfação de convidar, com muita honra, para fazer uso da palavra, o Governador e companheiro de partido, João Alberto Capiberibe, do Amapá. (Palmas.)



O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE (Governador do Amapá) – Companheiro Presidente Miguel Arraes, em nome de quem cumprimento todos os militantes e todas as militantes do Partido Socialista Brasileiro. Companheiro José Dirceu, companheiro do Partido dos Trabalhadores, na pessoa de quem saúdo a todos os companheiros.

Companheiros, vim para falar de unidade. Dividir é fácil, construir é a grande dificuldade no nosso campo político ideológico. Dezesseis anos depois de termos afastado a ditadura militar que infelicitou a sociedade brasileira, temos uma realidade nada animadora. Conquistamos direitos democráticos, mas a Direita neste País, as elites econômicas, associadas às elites políticas, habilmente concentraram a renda, condenando o povo a uma exclusão maior de que no período da ditadura militar. E nós, divididos.

Eu vim aqui para falar da unidade do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.) Todos conhecem minha posição, mas a democracia se constrói pela maioria. E a maioria do Partido Socialista Brasileiro é a candidatura do Governador Garotinho. (Palmas.)

Se a maioria do Partido Socialista Brasileiro quer a candidatura do Governador Garotinho, também é o meu candidato. (Palmas.) Mas a unidade não pára por aí. Vamos sair deste VIII Congresso fortalecidos sim, vamos sair unitários para ir às ruas pedir votos. Mas é insuficiente para dar resposta à concentração de renda e às desigualdades sociais do nosso País. Vai ser necessário uma unidade mais ampla, e todos temos de nos propor arregaçar as mangas.

Assim como estamos construindo a unidade dentro do Partido Socialista Brasileiro, através da candidatura de Garotinho, vamos construir a grande unidade no seio da sociedade brasileira, para mudar, como está escrito ali, como mudamos, como distribuímos a renda naquele Estado, e assim como fizemos lá

nossos companheiros do campo da Esquerda que nesses últimos anos conquistaram o Governo, conquistaram prefeituras e estão galgando a presidência da República. E a inteligência do campo político e ideológico à qual historicamente pertencemos será suficientemente hábil para marcharmos juntos e ganharmos, finalmente, a presidência da República, e fazer deste o Brasil de todos os brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, dando continuidade ao nosso ato político-cultural de abertura do VIII Congresso do PSB, convidamos, com muita honra, para usar da palavra e fazer uma saudação aos congressistas do PSB, o nosso companheiro do Partido Comunista do Brasil, Deputado Aldo Arantes. (Palmas.)

O SR. ALDO ARANTES (Deputado Federal do PCdoB) – Governador Miguel Arraes, Presidente do PSB, liderança não só do PSB, mas liderança do povo brasileiro, companheiro Jamil Haddad, Presidente de Honra, Governador Anthony Garotinho, candidato a Presidente pelo PSB, Governador Capiberibe, Governador Jorge Viana, representantes de partidos, companheiro José Dirceu, Presidente do PT, companheiro representante do PPS, quero cumprimentar os Parlamentares, na pessoa de quem cumprimento o Líder do PSB na Câmara dos Deputados, o Líder do PSB no Senado Federal, Ademir Andrade. Quero cumprimentar os Prefeitos em nome de Kátia Born e Wilma de Farias.

Companheiros congressistas de todo o Brasil, mulheres, trabalhadores, jovens, membros do VIII Congresso do PSB, falo em nome do Presidente Nacional do PCdoB, o companheiro João Amazonas. Trago caloroso abraço a todos os integrantes do PSB. Venho aqui dizer que o PSB e o PCdoB estão juntos em causas comuns, juntos na luta pela soberania nacional, bandeira que marca o PCdoB e o PSB, que marca essa histórica figura de Miguel Arraes. Estamos juntos, companheiros, na luta pelas privatizações. Estamos juntos na luta contra a desnacionalização da economia brasileira, estamos juntos na luta contra a submissão do País ao Fundo Monetário Internacional, estamos juntos na luta pela democracia e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

O povo brasileiro acompanha a tentativa do Governo Fernando Henrique Cardoso de liquidar os direitos dos trabalhadores, os direitos contidos nas CLT. Mas nós estamos lá, não só o PSB, PCdoB, mas também PT, PPS, PDT, enfim, o conjunto dos partidos que procuram defender as bandeiras democráticas e populares neste País. (Palmas.)

Mas, companheiros, hoje temos também a luta pelo objetivo maior que

é a construção de uma sociedade fraterna de igualdade e justiça social, que é a construção de uma pátria socialista em nosso País.

Hoje a luta imediata é aquela contra a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. É a luta contra este Governo que traz fome, desemprego, miséria ao nosso povo. E foi dito aqui — e esta é a opinião do nosso partido — precisamos romper com essa política, precisamos mostrar ao povo brasileiro que queremos construir novo rumo para o País, mas também precisamos ter a compreensão de que sem a unidade das forças populares, sem a unidade do povo brasileiro, certamente teremos muitas dificuldades.

O Brasil é um País que joga um papel estratégico, e nós temos de compreender, respeitando as particularidades de cada partido, respeitando o direito de cada partido de legitimamente pleitear seu espaço, lançar o seu candidato. Mas temos de construir, no seio da Oposição, um clima de tolerância, de respeito mútuo, e mais do que isso, temos de construir uma unidade política. (Palmas.) Se não for possível agora, no primeiro turno uma unidade eleitoral, temos de construir uma unidade política. Temos de mostrar ao povo brasileiro que as Oposições têm condições de mudar este País. Por isso, companheiros, a Liderança do meu partido, PCdoB, convidou Anthony Garotinho para discutir com nossos Parlamentares o seu programa, como convidou também o Lula, o Ciro Gomes, o Itamar Franco. Ou seja, necessitamos criar um clima de debate político, respeitando a nossa diversidade, mas tendo como objetivo central unificar em torno de um programa que seja ao mesmo tempo um programa de ruptura, mas um programa capaz de unificar não só a Esquerda, mas unir o povo brasileiro na luta contra o neoliberalismo.

Por isso eu trago, em nome do PCdoB, em nome do camarada Amazonas, o abraço a todos vocês. Um abraço ao PSB, um abraço ao VIII Congresso do PSB! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, dando continuidade ao nosso ato de inauguração do VIII Congresso do PSB, temos a satisfação de registrar a presença e convidá-lo para usar da palavra para breve saudação do companheiro do Partido Popular Socialista, aqui representando o Presidente do Partido, Senador Roberto Freire, o nosso amigo e companheiro Nelson Borges.

O SR. NELSON BORGES (PPS) – Dr. Miguel Arraes de Alencar, Governador com o qual tive a honra de trabalhar em Pernambuco e de fazermos campanha juntos, Governador Anthony Garotinho, legítimo postulante da presidência do País, Dr. Eduardo Campos, amigo e companheiro de muitas batalhas e muitas lutas passadas e futuras, em nome dos quais cumprimento a todos os companheiros da Mesa.

É com muita honra que venho neste ato representar o Senador Roberto Freire, Presidente Nacional do PPS. Semana passada tivemos o Congresso Estadual do PPS em Pernambuco. Senti imenso prazer ver a Mesa formada por todos os partidos do campo da Esquerda. Lá estavam o PT, o PCdoB, o PCB, o PSB, o PDT. Essa união, no mínimo política, é absolutamente indispensável para enfrentarmos o que vem pela frente.

Se em alguns Estados, se talvez até na presidência da República, provavelmente não conseguiremos o que gostaríamos de fazer, uma união já no primeiro turno, não podemos jamais que esse é o campo democrático, o campo socialista. Qualquer que seja o candidato de cada um de nós, por acaso o meu partido tem um candidato à presidência da República, qualquer que seja ele não pode em momento algum se afastar da perspectiva de poder. E ela só se fará juntos, unidos e fortes.

Tenho a impressão que será um sucesso esse VIII Congresso Nacional e é com muita honra que aqui estou. É um congresso político que fortalecerá, sem dúvida alguma, as convicções políticas desse partido, que se situam no campo mais democrático e mais avançado das esquerdas.

Em meu nome, em nome do Senador Roberto Freire, e em nome do Partido Popular Socialista, desejo a vocês um extraordinário sucesso e aos congressistas um futuro bastante bom, e muito sucesso também nas eleições.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e Companheiras, quero chamar a atenção de todos porque vamos convidar para fazer uso da palavra um companheiro valoroso, que aqui está prestigiando o nosso partido, juntamente com o Governador do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, um companheiro que tem história de luta que todos respeitamos, porque ele também é socialista, o Deputado José Dirceu, Presidente do Partido dos Trabalhadores. (Palmas.)

O SR. JOSÉ DIRCEU (Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores) – Muito obrigado.

Companheiro Jamil Haddad, Deputado Presidente de Honra do PSB, Governador Arraes, Presidente do PSB, Governador Garotinho, candidato do PSB à presidência da República, Governador Capiberibe, meu companheiro de partido e Governador do Acre Jorge Viana, saúdo a todos os integrantes da Direção Nacional do PSB, aos Parlamentares, aos Prefeitos e Prefeitas e a todos os delegados e delegadas deste VIII Congresso.

Trago saudação solidária, fraterna, militante de todos e de todas as petistas do nosso imenso e querido Brasil. (Palmas.) E trago um abraço fraterno, amigo,

do companheiro Lula, que acabou de visitar o Estado do Amapá, onde o Governador Capiberibe realiza um governo exemplar para o País, com repercussões em âmbito internacional, porque ele e Jorge Viana representam a outra Amazônia, a Amazônia que vamos reconstruir quando formos Governo no Brasil. (Palmas.)

Quero repetir a todos vocês o que tenho dito em todo o Brasil: as elites políticas empresariais que governam o Brasil, que assumiram o poder com Fernando Henrique Cardoso, deram as costas para o projeto nacional. Pela primeira vez na nossa história uma elite política empresarial, sustentada por uma coalizão conservadora do PSDB, do PFL, do PMDB governista, do PPB e do PTB, trai e abandona o projeto de desenvolvimento nacional. Sempre no Brasil, seja com Vargas, seja com Juscelino e mesmo na era militar, apesar de o País se associar ao capital externo, ter vivido durante 30 anos sob o regime autoritário, sob ditaduras militares e ter sempre construído uma economia excludente, nunca deixou de ter um projeto de desenvolvimento nacional, nunca deixou de construir a defesa do interesse nacional.

Foi assim com Volta Redonda e com Paulo Afonso. Foi assim quando Juscelino enfrentou o FMI e lançou as bases para o País se industrializar, e mesmo durante a ditadura militar, que combatemos inclusive com armas empunhadas, no Governo Geisel o País construiu uma indústria de base.

Essa elite política empresarial que Fernando Henrique Cardoso tão bem representa desconstruiu a Nação, desorganizou nossa economia e se rendeu ao capitalismo internacional. É por isso que este Congresso do PSB em boa hora homenageia Celso Furtado e Simón Bolívar. E é por isso que Miguel Arraes não é só um patrimônio do PSB, mas um patrimônio de todo brasileiro e de toda brasileira, porque encarna a defesa desse projeto nacional. (Palmas.) E por isso é legítimo.

Reconhecemos esse direito que o PSB tenha o Governador Garotinho como candidato à presidência da República. O Brasil é uma das maiores nações do mundo, tem uma das maiores economias do mundo, mas tem um povo dividido, excluído e uma elite política empresarial perversa. Só a nossa unidade com nossos partidos de esquerda, só um programa democrático popular, que resgate a soberania nacional, combata a corrupção, democratize o poder e mude o modelo econômico, resgatará a defesa do Brasil e do nosso povo.

Todos que aqui estão podem ter certeza de que o PT não faltará ao PSB se Garotinho for para o segundo turno. (Palmas.) Porque não faltamos ao Brasil e ao povo brasileiro. A vitória de qualquer um dos nossos candidatos não se dará no primeiro turno. Ela depende dos palanques estaduais que estamos construindo, depende dos governos que temos juntos, e o PSB é testemunha de

que sempre lutei para que o PT permanecesse nos governos que elegemos em 1998 e 2000.

Governamos cidades e Estados juntos, atuamos juntos no Parlamento e somos oposição a Fernando Henrique e ao Governo neoliberal que representa.

Quero agradecer ao Presidente Miguel Arraes, a todos os socialistas, a toda a militância do PSB e, principalmente, aos socialistas que aqui estão do Rio Grande do Sul, a solidariedade que têm dado ao nosso Governador Olívio Dutra neste momento difícil. (Palmas.) Quero inclusive que os petistas aprendam com essa lição e vejam a solidariedade que o PSB dá ao PT no Rio Grande do Sul, para que sejamos também solidários com o PSB quando enfrentamos dificuldades dos governos que juntos temos em todo o Brasil. (Palmas.)

Em nome dos Governadores Jorge Viana e Zeca do PT, Olívio Dutra, quero agradecer ao PSB o apoio que tem dado aos nossos governos, principalmente nos momentos difíceis, quando a direita nos ataca. E quero dizer a todos que podem contar comigo para a unidade, para vencermos e para que possamos governar o Brasil.

Viva a unidade da Esquerda brasileira! À luta! À vitória, companheiros e companheiras!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, gostaria de pedir a atenção de todos neste momento para anunciar, com muita honra, satisfação e alegria a presença e para fazer uso da palavra o futuro Presidente da República Federativa do Brasil, Anthony Garotinho. (Palmas.)



O SR. ANTHONY GAROTINHO (Governador Estado do Rio de Janeiro) *– Companheiros, quero cumprimentar a todos desta Mesa, fazendo uma homenagem especial, já que seria longo demais citar todos os componentes da Mesa, ao nosso Líder Miguel Arraes. (Palmas.) Patrimônio do povo brasileiro, exemplo de compromisso que nunca traiu o povo brasileiro, exemplo de honestidade, exemplo acima de tudo de como em tantos anos de vida pública sempre esteve ao lado dos mais humildes e dos mais pobres. (Palmas.)*

O Congresso homenageia Bolívar e Celso Furtado, mas nós temos entre nós, do Partido Socialista Brasileiro, um homem que dedicou sua vida à causa dos excluídos, dos pobres, daqueles que são vítimas, ao longo da história brasileira, da indiferença das elites, o nosso Presidente Miguel Arraes.

Felicito todos os companheiros que vieram de cidades tão distantes para comparecer a este congresso histórico do PSB, histórico não só porque é o maior em número de delegados, mas pelas posições que o partido vai debater nesses dias e que podem influenciar de forma decisiva a história de lutas do nosso povo.

Um partido político que tem a trajetória do PSB, a história de décadas de defesa do socialismo democrático, chega a este encontro pronto para enfrentar os grandes desafios deste País, que no início deste novo século encontra-se à beira do caos econômico e social.

O Governo Fernando Henrique tenta, mas é impossível esconder, que esse modelo econômico vigente chegou ao limite. Produziu como herança 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, milhões de desempregados, uma dívida interna que foi multiplicada por dez em sete anos, à custa de juros que hoje são os maiores do planeta Terra. E além de tornarem o País totalmente dependente do capital externo, acabaram produzindo uma concentração de renda que fez com que a parcela mais rica do País ficasse ainda mais rica, e o número de pobres aumentasse numa velocidade nunca vista na história do Brasil.

O dever do PSB neste momento difícil e grave da nossa história não é usar um discurso para iludir o povo brasileiro e fazer crer que há saída dentro do atual modelo econômico. O final desse enredo vai ser igual à Argentina, um país humilhado no cenário internacional, com seu povo chegando a admitir abrir mão da sua soberania e de sua moeda, devido ao aprofundamento do desemprego, da fome e da recessão. O Brasil não pode nem deve se iludir com isso.

O dever do PSB é mostrar que há outro caminho. Não queremos que o Brasil seja um amontoado de pessoas sem esperança, um mercado. Queremos que seja uma Nação que pense o futuro dos seus jovens, que garanta o direito de terra aos milhares de excluídos, que garanta trabalho aos brasileiros que hoje andam amargurados com o desemprego. (Palmas.)

O dever do PSB é mostrar que, dentro da lógica do atual Governo, o ser humano é apenas um detalhe. Para nós, socialistas, a vida deve ser o principal objetivo. Vida com dignidade!. (Palmas.)

De que adianta, companheiros e companheiras, sermos a oitava economia do mundo se milhões de brasileiros não têm casa para morar, se milhões de brasileiros não têm sequer um prato de comida para pôr em suas mesas todos os dias, se milhares de crianças nas grandes cidades estão nas ruas, nos sinais vendendo balas, pedindo esmola, quando deveriam estar na escola se tornando cidadãos de um país que respeita seus filhos. (Palmas.)

Queremos um país competitivo, queremos um país moderno, contemporâneo, que invista em ciência e tecnologia, em pesquisa, mas que deixe claro que isso não é incompatível com a solidariedade. Socialismo e solidariedade são palavras irmãs que devem caminhar juntas. (Palmas.)

O avanço da sociedade, o seu progresso econômico, material e tecnológico não pode ser utilizado para excluir pessoas, mas para tornar o mundo mais fraterno, as sociedades, as cidades, os Estados e os países menos desiguais.

Precisamos deixar claro ao povo brasileiro que o Governo Fernando Henrique abdicou da soberania nas decisões econômicas, confundindo respeito aos acordos internacionais com subserviência e covardia. Abrimos nosso mercado interno a países que nos negam o direito de empresas brasileiras terem acesso aos seus mercados. Precisamos ter coragem de exigir tratamento igual, como também precisamos ter coragem para deixar claro que o Brasil precisa de uma reforma tributária que hoje sobrecarrega os brasileiros mais humildes e facilita a vida dos grandes sonegadores.

O Partido Socialista Brasileiro, ao longo da sua história, sempre defendeu a soberania nacional, a construção de uma sociedade moderna, relações internacionais amplas, um modelo econômico pautado pelo desenvolvimento, mas, acima de tudo, pela justiça social.

O partido que sairá renovado deste VIII Congresso tem grandes desafios pela frente, e o principal deles é mostrar que o povo brasileiro tem um caminho para nos levar ao progresso, a uma sociedade sem preconceitos, sem ódios, sem milhões de brasileiros excluídos.

O Brasil precisa de um projeto de Nação. É preciso reafirmar nossos compromissos históricos com a democracia e com o socialismo, mas que isso seja traduzido para o povo nas lutas sociais que hoje podem ser expressas naqueles que buscam terra para plantar, casa para viver com sua família, emprego para viver com dignidade, saúde decente, escola de qualidade. (Palmas.) Enfim, o direito à vida que lhes tem sido negado por este Governo que cede aos interesses internacionais e do sistema financeiro.

O povo brasileiro tem mostrado ao longo de sua história que o Brasil é um país insuperável, tem resistido aos desgovernos, aos entreguistas, à corrupção e a todo tipo de tentativa de transformar o Brasil num quintal de outras nações. Queremos e seremos um país livre. Sonhamos e faremos uma nação justa.

É hora, companheiros, de arregaçarmos as mangas, sairmos às ruas e mostrarmos que há um caminho, uma esperança, há um partido que, há mais de cinqüenta anos defende com coerência suas idéias e os interesses do povo, e por isso pagou alto preço, tendo inclusive sido posto na clandestinidade.

Companheiros e companheiras, o nosso inimigo não está neste ambiente. O nosso adversário é o Governo Fernando Henrique Cardoso. (Palmas.)

Viva o socialismo! Viva o PSB! Viva o povo brasileiro! E vamos à vitória, companheiros. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e companheiras, dando continuidade ao nosso VIII Congresso, convido o Senador Ademir Andrade, com o cacique Tapiete Kayapó, da aldeia Gorotira, para entregar um cocar ao nosso candidato à presidência da República, Anthony Garotinho. (Palmas.) (Pausa.)

Companheiros e companheiras, estamos caminhando para a conclusão da primeira fase da nossa primeira sessão de inauguração do VIII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o Partido do Socialismo Democrático.

Quero passar a palavra com muita honra, com muita alegria, com muita vaidade a este que faz parte da história e continua fazendo história, a este que é um ícone da Esquerda brasileira e um patrimônio do povo do Brasil, o Governador e Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.)

O SR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Presidente Nacional do PSB) – Governador Garotinho, candidato do nosso Partido à Presidência da República, Governador Capiberibe, Governador Jorge Viana, companheiros Aldo Arantes, José Dirceu, companheiro Jamil Haddad, Prefeita, companheira e amiga Wilma, de Natal, Kátia, de Maceió, Representação da República de Cuba e da China, meus amigos, companheiros delegados a este Congresso, é com emoção que vejo o nosso Partido crescer, juntar tanta gente de muitos lugares do nosso País, trabalho de paciência dos nossos companheiros durante muitos anos, que sempre estivemos ao lado das causas do povo, sempre nos aliamos aos partidos e forças políticas que tinham causas comuns às do Partido Socialista. Somos uma massa para unir, pois a unidade principal é a unidade do povo, não é a unidade dos partidos, é a unidade do povo. Os partidos devem se unir para unir o povo, seguindo o exemplo das grandes massas, quando ganham consciência se juntam para mudar o mundo e fazer as conquistas sociais para aqueles que sofrem, para aqueles que são explorados.

Aqui já se falou da situação muito particular em que está o mundo, em que está o nosso País, no destino que nos espera cada vez pior se forem mantidas as políticas instaladas por Fernando Henrique, que entregou o nosso País, que o endividou, que luta para desfazer as conquistas dos trabalhadores, que remonta agora nesta época, 70 anos depois da Revolução de 30, ele quer voltar com a República Velha, pois ele não diz, mas faz aquilo que Washington Luiz dizia, que a questão social é um problema de polícia e não um problema para ser solucionado politicamente. A essência da política de Fernando Henrique é a dos velhos Presidentes da República Velha, que trataram como ele está tratando agora o povo brasileiro, como ele está tratando esta grande Nação. E nós temos que ter a capacidade de unir o nosso povo, para reverter essa situação e marchar para dias melhores para os que sofrem, para os excluídos, para os trabalhadores, para toda a população honesta e ordeira deste País.

Mas para isso é necessário que tenhamos a humildade de olhar para os nossos erros, tenhamos a humildade de verificar que nem sempre acertamos no curso da história. Somos sujeitos a erro como todo mundo, precisamos ter a humildade de reconhecer que as forças reacionárias deste País são competentes e são tão competentes que conseguem-se manter no poder, com a cara nova, com

a cara de disfarce, com a máscara de Fernando Henrique Cardoso. Esta é uma saída que encontram não só aqui para o Brasil, toda a América Latina está cheia de fernandos henriques, cooptados pelo centro, cooptados pela direita, disfarçados, para fazer da essência esta mesma política que esmaga a nossa gente, que nos submete, que retira a nossa soberania.

Os arranjos das forças políticas do Chile para sair da ditadura podem ter sido justas. Não vou discutir se eram ou não. Mas, vejam, até hoje o povo chileno engole a figura de Pinochet, apesar de terem procurado levá-lo aos tribunais, foi preciso que lá fora, na Europa, ele fosse preso por um juiz espanhol, pois o povo chileno, mesmo com aquilo que chamam de democracia, que é uma democracia de aço, o povo chileno não tinha condições de afastar uma figura tão nefasta, um criminoso, o General que esmagou e fuzilou milhares de pessoas.

Está aí na Argentina o Social Democrata Fernando de la Rúa, que é obrigado a botar um Ministro seu inimigo para fazer a política que ele fazia, que é a política que é imposta às nações deste continente.

Esta tática precisa ser vista, pois se lá fora isso existe, aqui existe com muito mais habilidade, pois desde que voltei do exílio, vinte anos atrás, vi se recomporem as forças da ditadura supostamente derrotada, na verdade reorganizada, reestruturada para ficar com as estruturas que haviam montado durante 15 anos e manter no poder os homens que a defenderam.

Temos um Vice-Presidente da República que na ditadura levou a carta que fechou o Congresso, que já não prestava e que eles, mesmo assim, não podiam suportar.

Olhem, procurem as caras. Se se esqueceram, procurem nos velhos jornais e vão ver que essas figuras estão por aí, no poder, escondidas e disfarçadas de democratas.

Temos que ter a humildade de reconhecer. Quantas vezes não soubemos andar para frente, não soubemos nos unir. Não nos juntar, pois juntar é muito fácil, fazer alianças eleitorais é simples, precisamos nos unir numa estratégia de reconquista da soberania deste País, precisamos nos unir para reverter o quadro que aí está, precisamos nos unir em torno de questões concre-

tas e de uma linha de ação que não nos junte temporariamente, mas que nos leve ao futuro, juntando as forças sociais necessárias para a reversão deste quadro.

Nosso Partido tem um candidato à Presidência da República. (Palmas.) Vamos disputar as eleições e vamos nos esforçar por todos os lugares para ganhar as eleições de 2002. Mas não estamos querendo candidato Presidente do PSB, queremos um Presidente que represente as forças que historicamente lutaram neste País, um Presidente que saiba encarnar a figura do Presidente Getúlio Vargas, a figura de Luiz Carlos Prestes, a figura de todos aqueles que trabalharam, como João Mangabeira, pela democracia e liberdade, todos aqueles que fizeram a história das lutas populares deste País. Nosso Partido deseja isso, porque se nós entrarmos neste caminho nós contrariamos a unidade com todos os nossos companheiros de outros partidos, nós contrariamos a unidade do povo brasileiro para a conquista de dias melhores.

Felicito os meus companheiros delegados a este Congresso, que saiam daqui dispostos a lutar por Garotinho, candidato do nosso Partido a Presidente da República.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros e Companheiras, ainda não terminamos e nem vamos terminar agora, ainda temos que fazer a eleição da Mesa Diretora do Congresso e a aprovação do Regimento Interno. Será rápido, mas pedimos a todos que continuem sentados para que possamos dentro de alguns minutos poder concluir esta bela festa, este ato político e cultural do VIII Congresso Nacional do Partido da Esquerda Democrática, o PSB, o nosso Partido.

Pedimos aos companheiros para que tomem assento, a fim de concluirmos com tranqüilidade esta sessão de abertura do VIII Congresso. Aproveitamos a ocasião, antes de passarmos à sessão seguinte, para anunciar que hoje comemoramos o aniversário da nossa querida Deputada Luiza Erundina. (Palmas.)

Companheiros, passamos a palavra ao nosso Presidente Nacional, Dr. Miguel Arraes, para que ponha em votação o nosso Regimento Interno que se encontra na pasta de todos os delegados, ato contínuo realizar a eleição da Mesa Diretora do Congresso.

Com a palavra o Dr. Miguel Arraes.

O SR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Presidente Nacional do PSB) – Companheiros, temos de aprovar, para que este Congresso possa funcionar e existir, o Regimento Interno, de acordo com o que determinam os nossos Estatutos.

A proposta de Regimento Interno que submeto ao Plenário.

Em discussão. (Pausa.) Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

A Comissão Executiva Nacional propõe a seguinte Comissão para dirigir o Congresso do Partido: Presidente, Alexandre Cardoso; Vice-Presidentes, Renato Casagrande e Mari Machado; Secretários, Carlos Siqueira e Dilton da Conti. (Palmas.)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

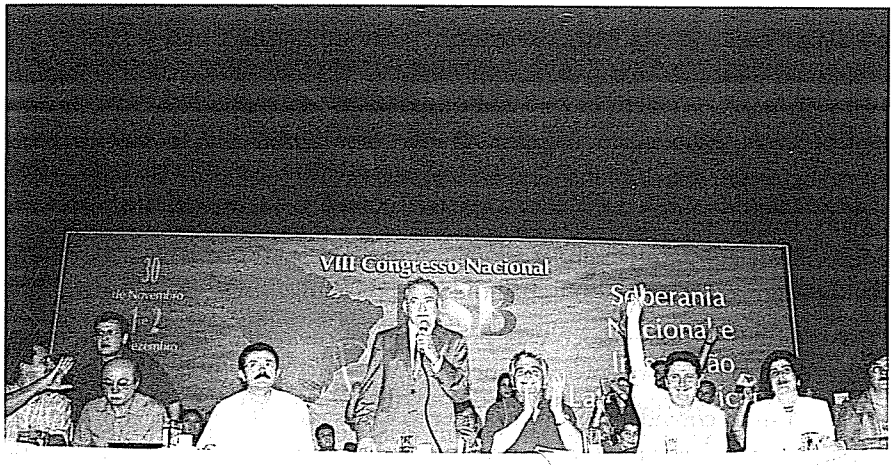
O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Declaramos empossado o Presidente do VIII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, Deputado Alexandre Cardoso.

Muito obrigado aos companheiros e companheiras do Partido que aqui compareceram, aos nossos visitantes nacionais e internacionais, aos nossos Vereadores, Deputados, Prefeitos, Vice-Prefeitos, a todos os companheiros de todas as regiões do País.

Um grande abraço e até amanhã às 9h, quando iniciará a primeira sessão de debates deste Congresso.

Está encerrada a sessão.

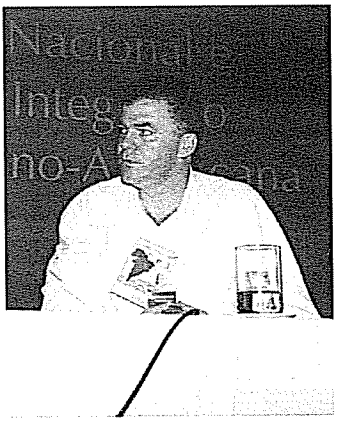
Sessão Plenária: Painel sobre o Temário do Congresso





Temário: Discussão das Teses
Publicadas no Caderno do VIII Congresso do PSB

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Solicito aos companheiros que compareçam ao plenário para darmos início aos trabalhos.



Temos uma Mesa de Coordenação composta pelo Deputado Alexandre Cardoso, como Presidente, que está se deslocando para cá. Como Vice-Presidentes Mari Machado e Carlos Siqueira, Primeiro-Secretário do PSB e Dilton da Conti, companheiro de Pernambuco, Segundo-Secretário.

Vamos estabelecer a seguinte dinâmica no dia de hoje. Nesta parte da manhã, vamos discutir a Política do PSB para as eleições de 2002. Ouviremos o companheiro Carlos Siqueira, que elaborou tese sobre o assunto, também vamos discutir com o plenário um assunto importante para o partido, visando as eleições à presidência da República e as regionais em cada Estado.

Então, a definição deste Congresso vai orientar todas as direções estaduais com relação ao trabalho a ser feito a partir de agora na consolidação das alianças em cada Estado e o trabalho do PSB em nível nacional.

O horário de almoço está previsto para meio dia. Na parte da tarde vamos debater os pontos programáticos.

Vamos convidar para tomar assento à mesa o Sr. Jorge Lescano, companheiro da Embaixada de Cuba, representando o Comitê Central do Partido Comunista Cubano, e o Conselheiro Sergio Cervantes. (Palmas.)

Passamos a palavra ao Primeiro-Secretário do PSB, Carlos Siqueira.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Quero saudar o Presidente da Mesa, valoroso companheiro Renato Casagrande, o Embaixador de Cuba, aqui representando o Comitê Central do Partido Comunista Cubano, o companheiro e amigo Sérgio Servantes, demais companheiros da Mesa, companheiro Dilton, companheira Mari, companheiros e companheiras, delegados do VIII Congresso do Partido Socialista.

Pediria aos companheiros que ainda estão lá atrás que venham para a frente, ocupando as bancadas ainda vagas, para que possamos iniciar nossa exposição.

Estamos aqui para falar a respeito de uma proposta de estratégia eleitoral do Partido Socialista para as eleições de 2002. Tese que se encontra publicada no caderno de tese que cada companheiro recebeu em sua pasta, a partir da página 24.

É o primeiro debate que realizamos e queremos chamar a atenção dos companheiros, inicialmente, para o momento ímpar que vive o Partido Socialista Brasileiro, na medida em que apresenta a possibilidade de lançar candidatura própria à presidência da República. Este primeiro ponto deve merecer a reflexão da direção partidária e de cada militante, pela responsabilidade que isso representa para um partido político que, durante seus 54 anos de vida, essa é a segunda vez que lançará candidatura à presidência. A primeira foi em 1950, cujo candidato foi seu fundador, ex-Ministro João Mangabeira.

De maneira que vemos com muita alegria e satisfação essa possibilidade de o partido lançar candidatura própria, ao mesmo tempo em que sabemos o peso da responsabilidade do que significa ter candidatura própria à presidência da República em 2002.

De outro lado não podemos esquecer a cobrança que muitas vezes é feita por companheiros de outros partidos, que ficaram acostumados ao longo, especialmente, das últimas três eleições presidenciais de ter o Partido Socialista Brasileiro ao seu lado, coligado e apoiando candidato presidencial de outro partido, mais precisamente nas últimas eleições presidenciais do Partido dos Trabalhadores, um partido co-irmão e parceiro de lutas políticas e sociais.

Porém, estamos num momento de afirmação política, de crescimento, temos candidatura própria. Mas ela tem um significado político-ideológico que deve ser uma candidatura que assuma as diretrizes de um programa de governo que seja aprovado neste VIII Congresso. Não é um projeto meramente eleitoral, é um projeto político, ideológico, programático de governo, que pretende reverter o quadro político e social em que se encontra o nosso País.

Temos também, para agregar, apoiar e dar palanque a essa candidatura presidencial, que o nosso PSB deverá ter em torno de 11 candidatos a governos estaduais e mais de uma dezena de candidatos ao Senado Federal. Inclusive de Estados importantes como Rio de Janeiro, Minas Gerais, provavelmente em São Paulo, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amapá e Alagoas e Espírito Santo. São os Estados que me vêm à mente, onde teremos candidaturas próprias a governos estaduais.

Mas, companheiros, também temos de ter em mente, além da prioridade que a candidatura presidencial e as candidaturas majoritárias necessitam, o partido e sua direção estabeleceram como prioridade tão importante quanto a candidatura presidencial, a candidatura de expressiva bancada de Deputados Federais. Por que essa prioridade para eleição de Deputados Federais?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheiro Carlos Siqueira, por favor.

Peço ao companheiro que está distribuindo boné, por favor, a sua compreensão. Temos um plenário grande, muitos delegados, se não contarmos com a colaboração das delegações vamos ter dificuldade de tirar deste Congresso o que é necessário, que é a discussão política.

Pedimos a todos que estão colaborando, mas também àqueles que estão atrapalhando que tenham compreensão, para deixar aqueles que querem debater possam permanecer. Aquele que não quiser fazê-lo, pode ficar lá fora, para não atrapalhar aquele que quer ficar aqui dentro. (Palmas.)

Vamos dar continuidade ao trabalho, com disciplina.

Por favor, Carlos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Agradeço à Mesa pela providência.

Como dizia, voltando à prioridade que a direção partidária estabeleceu para as eleições de Deputados Federais. Elas têm um significado, que é a necessidade de o PSB superar a cláusula de barreira estabelecida na Lei dos Partidos Políticos. A cláusula de barreira que ainda não superamos é a necessidade e a imposição legal de alcançarmos já nessa eleição Parlamentar de 2002, pelo menos 5% do eleitorado nacional e 2% em pelo menos 9 Estados, ou seja, 1/3. É uma tarefa gigantesca que o partido, para alcançá-la, terá de ter uma política eleitoral muito clara, segura, firme e não poderá vacilar. Para isso também não é necessário apenas o empenho da direção nacional, é sobretudo necessário que, conduzido pela Direção Nacional este debate, possam todos os companheiros que têm responsabilidade de direção partidária nos Estados, nos Municípios, realizar um debate com esses companheiros que, com os pré-candidatos a Deputados Estaduais, para que estes candidatos de toda a direção partidária, com todos os segmentos partidários possam se comprometer a apoiar decisivamente os candidatos a Deputado Federal em todos os Estados.

É evidente que nós do Partido Socialista ainda não temos condição de ter chapa própria, nominatas próprias, completas em todos os Estados. Há vários Estados em que há a necessidade de estabelecermos coligações partidárias, para que possamos eleger em alguns Estados um Deputado Federal pelo menos. E é para essa questão que quero chamar a atenção.

Se não estabelecermos uma política clara, firme e decidida, poderemos ter muitos candidatos a Deputado Federal em alguns Estados e não elegermos nenhum. E nós temos um projeto de elegermos entre 40 e 45 Parlamentares Federais.

Qual é a vantagem, além da superação da cláusula de barreira? O que

significa, o que traz de vantagem para o partido a superação da cláusula de barreira? O partido construirá um patrimônio para os próximos quatro anos, para se tornar ainda mais atraente política e eleitoralmente, porque, na medida em que alcancemos os 5% do eleitorado nacional para a Câmara dos Deputados, teremos imediatamente, já a partir de 1° de janeiro de 2003, ampliado significativamente o tempo de televisão para os programas eleitorais e partidários. Teremos também significativamente ampliados os recursos do Fundo Partidário, que passarão a ser recursos significativos para que se possa fazer a estruturação do partido nos Estados.

Esses recursos são divididos com as direções estaduais que hoje, por não termos ainda alcançado a cláusula de barreira, eles têm sido ínfimos e criado muitas dificuldades na estruturação do Partido, sobretudo quando sabemos um País de dimensões continentais como o nosso.

Daí porque estamos propondo que a política de alianças para as eleições de governadores — outro tema para fazermos essa breve exposição, a fim de abrirmos os debates —, a política de alianças para Presidente da República, para Deputados Federais e Estaduais deve ser estabelecida, ao nosso ver, e conforme indica a tese publicada no caderno de teses, para discutir com os companheiros, para enriquecer essa proposta ou apresentar outra, se for o caso. Propomos que no caso das eleições para Governador, tendo em vista o projeto nacional que o PSB está fixando e que vai decidir neste Congresso, que todas as coligações, com quaisquer que sejam os partidos para Governo do Estado, terá de ter discussão e a aprovação da Comissão Executiva Nacional.

Para Deputados Federais, todas as coligações deverão passar por uma discussão com a Executiva Nacional e pela aprovação da coligação no Estado correspondente.

A política para os Deputados Estaduais em relação aos Deputados Federais. Companheiros, não precisamos de candidatos a Deputados Estaduais que não queiram, neste momento decisivo do Partido Socialista, fazer dobradinha e apoiar os candidatos a Deputados Federais nos Estados. Não queremos nem precisamos de Deputados Estaduais que vão fazer dobradinha com o PFL, com o PPB ou com qualquer outro partido. (Palmas.) Nós precisamos de Deputados Estaduais comprometidos com a causa socialista e, neste momento, comprometidos com a política de alianças que o partido vai fixar.

De tal maneira, indicamos uma resolução de que qualquer candidato a Deputado Estadual que queira disputar pela legenda PSB terá de assinar um termo de compromisso, que será registrado em cartório, de que a sua dobradinha, o seu apoio eleitoral será para os candidatos do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

Este é um trabalho que temos que realizar indo a Estado por Estado, conversando com direção por direção, discutindo com o conjunto dos candidatos a Deputados Federais, a Governadores e a Deputados Estaduais, para que também não possa ser uma questão de mera imposição nem de um decreto que nós aqui de cima possamos estabelecer, mas que seja criada essa consciência partidária, ideológica, programática, para que os companheiros possam também entender que o Partido Socialista não é um partido qualquer, que quer apenas pessoas para disputas eleitorais. O Partido Socialista tem um projeto de transformação social, de transformação política, de transformação da sociedade, e precisamos consolidar esse projeto com pessoas que queiram se dedicar a ele, e não com pessoas que queiram tão-somente usar nossa sigla para um ano, dois depois mudar de sigla e ir para outro partido. (Palmas.) Isso não admitiremos mais.

Para finalizar, companheiros, também estamos indicando que tanto os candidatos a Governos Estaduais, como os candidatos a Deputados Federais deverão adotar em suas campanhas uma defesa de temas mínimos, nacionais, visando dar uniformidade ao discurso do Partido Socialista Brasileiro, de maneira que possamos, do Rio Grande do Sul ao Acre, do Amapá ao Chuí, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, debater os mesmos temas para a defesa eleitoral e programática do Partido Socialista.

Então, para a Câmara dos Deputados, os Deputados poderão agregar quaisquer temas de natureza regional, mas a sua propaganda e o seu projeto eleitoral deverão conter, perante a convenção que o escolher e o consagrar candidato, os seguintes pontos: defesa da soberania nacional, defesa do pacto federativo, política de redução das desigualdades regionais, especialmente para o Nordeste e para a Amazônia, defesa da democracia participativa e do desenvolvimento sustentável. Então, na plataforma eleitoral para a Câmara dos Deputados, se a tese for aprovada, necessariamente teria de constar a defesa desses temas.

Para os Governos Estaduais, os seguintes temas: defesa da soberania nacional, defesa da integração latino-americana, proposição de apoio a projetos de lei que visam a distribuição de renda e patrimônio, democracia participativa e fortalecimento do Poder Legislativo. E, no caso dos Deputados Estaduais, também vai ser discutida a tese da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que deve ser objeto de discussão em outro momento deste VIII Congresso. Também para os Deputados Federais um compromisso de combate à implantação da Área de Livre Comércio das Américas — ALCA, que nada mais é do que a anexação das economias latino-americanas, a economia de forma subalterna, à economia dos Estados Unidos.

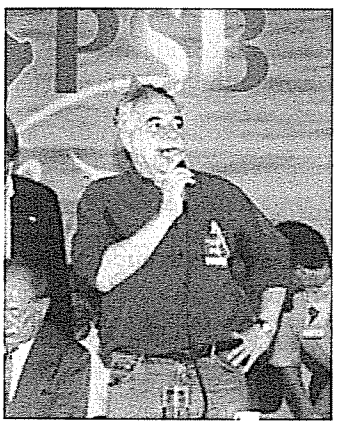
Há defesas também, como a do companheiro Marcos, de Pelotas, Rio Grande do Sul, indicando a necessidade de um plebiscito para consultar a população brasileira sobre a eventualidade da implantação da ALCA, e creio que ele se inscreverá para tratar do assunto no momento oportuno.

Então, companheiros, sucintamente, não vim aqui para fazer uma palestra nesta manhã para vocês, mas apenas para levantar alguns temas que consideramos da maior importância serem assumidos pelos candidatos à presidência da República, Governos Estaduais, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembléias Legislativas. Precisamos consolidar um partido comprometido com política ideologicamente, com um projeto de transformação social. Precisamos não permitir que o nosso partido acolha em seus quadros apenas os oportunistas de siglas eleitorais. Nossa sigla tem uma história, um compromisso, e não podemos admitir essa política.

Vamos em frente. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Carlos Siqueira.

Anunciamos a presença do nosso Presidente da Mesa, Deputado Alexandre Cardoso, para quem vou passar a condução dos trabalhos. (Palmas.)



O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do VIII Congresso Nacional do PSB) – Companheiros, quero saudar a todas as delegações presentes.

O primeiro encaminhamento é a tese apresentada pelo companheiro Carlos Siqueira como objeto desse nosso primeiro debate. Na verdade, queremos ter essa participação da base do partido sobre as questões regionais, sobre a visão que cada região deste País que, na verdade, é um continente, possa ser dessa estratégia eleitoral e, principalmente, para que a realidade de cada região seja de conhecimento de todos.

Acho da maior importância que cada um dos senhores esteja presente e possa examinar a tese apresentada pelo companheiro Carlos Siqueira, que essa realidade da ponta possa ser de conhecimento não só dos membros da Executiva, mas de todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro.

É importante que, em determinado momento, as pessoas da base do partido, tenham posições de críticas, às vezes de decisão da Direção Nacional.

A Direção Nacional tem uma visão global das questões do nosso País. Temos de entender a realidade do Amapá e temos de entender a realidade do Rio Grande do Sul. Temos de conviver com as diferenças de estratégias eleitorais do Acre, da Bahia, do Mato Grosso, e evidentemente, quando as pessoas têm uma visão específica e exclusiva de sua região, às vezes não tem o entendimento necessário da questão global deste País.

Por isso a primeira tese colocada em debate foi a do companheiro Carlos Siqueira. Considero da maior importância que pessoas de regiões diferentes deste País possam evidentemente apresentar seus pontos de vista, a forma e a visão que têm da estratégia eleitoral para o PSB.

Solicito àqueles que querem apresentar qualquer tipo de crítica, de observação, que entreguem o crachá aqui na Mesa, para utilizar o microfone para expor sua visão da questão da estratégia eleitoral no âmbito do Brasil.

A primeira inscrita é a companheira Mari Machado, do Rio Grande do Sul.

Teremos outro debate e proponho fixarmos um tempo de apresentação. Teremos para apresentação o tempo de 3 minutos.

Submeto ao Plenário quem concorda com os três minutos permaneça como está.

Aprovado.

Portanto, cada congressista disporá de três minutos para fazer suas questões sobre a estratégia eleitoral.

Com a palavra Jaime Bonfim da Silva, de Pernambuco.(Palmas.)

Atenção, vamos encerrar as inscrições na metade da fala do Jaime.

O SR. JAIME BONFIM DA SILVA (PSB de Pernambuco) – Quero aqui saudar todos os congressistas presentes, principalmente os de Pernambuco, que vieram conosco. (Palmas.) Saudar o companheiro Yves Ribeiro, Prefeito de Igaraçu.

Companheiros, é uma realidade cruel cada região em que vivemos, principalmente a nossa, a cidade de Abreu e Lima. Tem quase 100 mil habitantes, uma realidade de corrupção política, uma realidade de crimes organizados. E o PSB, nas últimas coligações, da qual uma articulação com o atual Prefeito, que nada tem de esquerda, apesar de estar numa sigla de esquerda, propôs, junto com nossa regional, uma coligação que destruiu o PSB de Abreu e Lima, uma coligação em que perdemos cadeiras de Vereadores, de companheiros de lutas, que fizeram seu mandato esforçado e difícil.

Daí, entro em contradição com os companheiros da Mesa que dizem que devemos apoiar candidato do PSB — com o que concordo —, só que devemos apoiar candidato que tenha compromisso com o PSB, que olhe a realidade dos Municípios, porque na nossa cidade, infelizmente, há uma coligação que nós de Abreu e Lima não entendo, do companheiro Eduardo Campos, Guilherme Uchôa, Jerônimo Gadelha, que é contra o povo daquela região.

Denuncio de público que com essa coligação o nosso partido ficou esfacelado. Estamos tentando reerguê-lo. E o pior, não é somente Abreu e Lima, mas isso afeta a toda a nossa região: Paulista, Abreu. Igaraçu, Itapeçuma, Itamaracá e Goiânia.

Esta discussão é para vermos nossa realidade lá, porque quem está na base é que sabe como estamos sofrendo, apoiando camaradas que nada têm de socialismo, de esquerda, e colocando para fora do partido companheiros de luta, que querem compromisso de transformação no nosso País, a começar pelos Municípios.

Cada realidade é um caso. Vamos rever essa questão de fecharmos com candidatos só do PSB, porque existe uma realidade na nossa localidade e por que só para nós? Então, temos de rever com o companheiro Eduardo Campos que fechou com o camarada do PTB que não tinha nenhum compromisso com o socialismo, nem com a esquerda na nossa região.

Um abraço socialista aos companheiros. Liberdade!

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente) – Temos grande número de inscritos e a Mesa será rigorosa no tempo. A última inscrição foi feita agora. Vou sempre falar o nome de três pessoas, para que as outras duas já se encaminhem para a mesa.

Companheira Mari Machado. Chamo os companheiros Alaor Pinheiro e Severino Gomes.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres) - Quero saudar os companheiros congressistas. Peço licença ao Plenário para saudar em especial a delegação do Rio Grande do Sul.

Companheiros, de fato esta é uma discussão muito importante no partido, porque estamos num momento de decisão sobre os rumos que vamos tomar a partir de 2002. E quando discutimos política de alianças, obviamente que não estamos discutindo apenas a política de alianças que vamos ter em nível nacional, mas discutindo a política de aliança e as decisões que vamos tomar nos nossos Estados.

Para que possamos ter claro o rumo que vamos tomar neste debate, é

fundamental que tenhamos a convicção de que estamos trabalhando em cima de projetos políticos. E quando trabalhos em cima de projetos políticos sabemos que existem dois. O deles e o nosso. O deles é o projeto neoliberal, que trabalha com a lógica da exclusão na sociedade. O nosso é o projeto da inclusão social, da construção de outro modelo de sociedade que, obviamente, é o socialismo que, embora não possa ser aplicado num primeiro momento, mas que trabalha reformas estruturais a caminho disso.

E quando temos essa definição nós já sabemos muito bem quem são os nossos parceiros e quem são os nossos adversários. Quem são os partidos que hoje dão sustentação ao Governo Fernando Henrique, levando em prática esse projeto neoliberal no País. E esses não serão, com certeza, nossos aliados nem na disputa federal, nem na disputa nos Estados. Mas é uma questão que precisamos ter muito clara.

Obviamente temos a tradição dos nossos partidos aliados do campo, e quando temos a visão de construção de projeto partidário, não de projeto pessoal, sabemos muito bem definir de quem vamos ser parceiros.

Outra questão fundamental para tirarmos como decisão é a importância de priorizarmos as candidaturas a Deputado Federal. Essa é uma questão fundamental. Cada Estado tem de dar sua contribuição ao partido e trabalhar a campanha para Deputado Federal. Hoje temos 18 Deputados Federais, e se temos a pretensão de nos mantermos como partido, fortalecendo a nossa sigla, temos de ter uma bancada de no mínimo 40 Deputados Federais na Câmara.

Além disso, existe a perspectiva de elegermos o companheiro Garotinho como Presidente da República, e ele não poderá governar sozinho. Precisamos ter uma base de sustentação ao Governo na Câmara Federal, para que possa ser implementado o programa de governo que defendemos.

Quanto, companheiros, às temáticas defendidas pelo companheiro Carlos Siqueira em sua tese, concordo com todas, com exceção da convocação de uma assembléia nacional constituinte. Isso não pode ser bandeira nossa. Temos de defender a soberania nacional, a democracia participativa, a integração latino-americana que para nós sempre foi uma falha. Os partidos de esquerda brasileiros não têm essa tradição, que precisa ser aprofundada, porque os problemas vivenciados pelo Brasil não são exclusividade do nosso País, são realidade no Uruguai, na Argentina e em outros países latino-americanos.

Para concluir, antes de se defender uma assembléia nacional constituinte existe uma prioridade para a população brasileira: o combate à fome e à miséria. Temos 75 milhões de brasileiros vivendo na linha da miséria, e não podemos discutir alteração de leis, temos de discutir o cumprimento das que existem, e o combate à fome do povo brasileiro.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente) – O Companheiro Alaor Pinheiro pode-se dirigir à mesa, também o companheiro Severino Gomes.

O SR. ALAOR FERNANDES – Bom dia a todos.

Inicialmente, quero parabenizar a Direção Nacional pelo brilhante Congresso que se realiza hoje e quero cumprimentar especialmente o nosso Presidente Regional, Renato Casagrande. (Palmas.)

Vou fazer duas proposições. A primeira para que aproveitemos o momento que o PSB vive com a candidatura do Garotinho e conseguindo chamar atenção da mídia para o nosso partido. Estamos saindo da sombra do PT e devemos aproveitar esse momento para desenvolver um plano de curso de formação de nossas lideranças e dos próprios companheiros que estarão cerrando fileira conosco.

A outra, complementando o que disse o nosso Secretário Carlos Siqueira, gostaríamos que fosse feita uma moção para que todos os Prefeitos do nosso partido só venham a apoiar a candidatura a Deputado Estadual, Federal ou Senador de candidatos do PSB. Nós estamos aqui para eleger candidatos do PSB e não candidatura de outros partidos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro Severino Gomes.

O SR. SEVERINO GOMES – Amigos, companheiros, irmãos do Partido Socialista Brasileiro. Estou nesse partido aproximadamente há 16 anos. Quando eu entrei, o Governador Arraes não estava, a maioria da Mesa não estava, e a maioria dos presentes não estavam. Entrei nesse partido porque era de esquerda, era socialista, e continuo acreditando que um dia o mundo vai ser melhor, porque nós mudaremos esse mundo.

Por isso mesmo ouvi os outros oradores, inclusive meu amigo e companheiro Carlos Siqueira que foi meu companheiro de escola na Universidade Católica de Pernambuco, e eu diria o seguinte: é importante ser socialista, é importante entrar no Partido Socialista, é importante somar e ter voto para ganhar eleições, mas é importante acima de tudo que a coerência, a dignidade e o respeito às idéias do partido continuem sendo respeitadas. Porque o que temos visto às vezes são pessoas se apoderarem da sigla, usarem o partido e quando adquirem o poder deixam o partido na contramão. (Palmas.)

Por isso temos já lançada a candidatura do Garotinho, que ontem disse aqui e que me parece, pelo andar da carruagem, vai ser nosso candidato. Mas é importante que não só o Garotinho, mas todos que chegarem ao PSB entendam

que cheguem para somar, para colaborar, para fazer deste um partido forte e grande, para que seus ideais possam ir para a frente.

Fazemos parte desse partido há muito tempo e desde o início, depois do golpe de 64, tenho respeito e profundo amor por esse partido. E tenho visto, às vezes, as pessoas chegarem e saírem. Então vamos somar, vamos deixar as querelas pequenas, as brigas menores. O importante é caminharmos para a vitória. Mas também é importante entendermos que as pessoas que estão vindo entendam que este não é um partido qualquer, é um partido de esquerda. E quem for de esquerda dele faça parte, e quem não for de esquerda que saia.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro J.J. Ribeiro, companheiros Crealdon Alves e Jordan Luiz Ferraz.

O SR. J. J. RIBEIRO (PSB Brasília) – Companheiros, achei da maior importância o que o companheiro Carlos Siqueira acabou de falar. É tudo que nós, socialistas, desejamos. O maior problema é que tudo se fala na teoria, mas na prática falha.

É comum nos anos pré-eleitorais nas nossas sedes em Brasília ou em qualquer Estado do País não suportam aqueles que dizem que eram socialistas desde pequenininho, que não se filiavam porque não tinham descoberto a sede. E é comum também, infelizmente, as direções preterirem aqueles que têm compromisso com o partido para dar vez àqueles almofadinhas que chegam, aqueles filhos de uma égua que chegam e não têm nenhum compromisso com o partido.

Se quisermos consolidar cada vez mais um partido que tem 50 anos de existência e que pela segunda vez tem competência para lançar um candidato a Presidente da República, temos de passar a respeitar e a valorizar os nossos quadros que têm compromisso com o partido e com o seu Estado, com o País.

Não podemos continuar aceitando aqueles almofadinhas que na minha terra chamamos de "filhos de uma égua", com total respeito à égua, que chegam sem nenhum compromisso e têm a vez, porque a direção do partido que está mandando no momento lhes entrega.

Na teoria estamos falando muito bem, como disse o companheiro que me antecedeu, mas e na prática? Lembro-me que quando o Ministro da Saúde era nosso Presidente de Honra Jamil Haddad e, se não me falha a memória, elegemos 162 Prefeitos. Dirijo-me a ele: Mas Presidente, que bom, que bonito? Agora, e daqui a seis meses, quantos desses canalhas estarão aqui? Será que vamos continuar com essa mesma tática de fazer bonito, lançar candidato descompromissado com o partido?

Já é hora de termos responsabilidade para conosco e com o partido, com o País. Fechar a escada de subida para esses camaradas ou essas supostas ou esses supostos companheiros que vêm se beneficiar do partido.

Sabemos os companheiros que têm compromisso com o partido. São aqueles que quando saem candidatos, na primeira reunião após sua derrota estão lá presentes, discutindo, sugerindo, levando o partido à frente. Agora, aqueles que se filiam durante um ano...

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro, infelizmente tenho de ser rigoroso no tempo, porque temos vinte inscritos.

O SR. J. J. RIBEIRO (PSB Brasília) – Completando o raciocínio, já que o País tem 500 anos, é um País novo, mas o partido já é adulto com 54 anos de existência, e os adultos que aí estão não têm competência para dirigir o nosso País, vamos eleger um Garotinho para fazer o trabalho de adulto pelo nosso partido. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro Jordan.

O SR. JORDAN LUIZ FERRAZ – Bom dia companheiros de todo o Brasil, quero saudar principalmente os candangos que nos recebem muito bem. Quero também agradecer à Mesa pela oportunidade, na pessoa do companheiro Carlos Siqueira.

Como recém-filiado, há dois anos no PSB da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, quero dizer que o crescimento deste partido a partir deste congresso será muito grande, e que os companheiros da Executiva Nacional terão de ter a preocupação de ter um crescimento de qualidade, porque neste momento de crescimento do PSB muitos oportunistas estarão com seu título de eleitor, na espera para se filiarem e conseguir uma vaga na Câmara Estadual, ou Federal.

Nesse sentido, peço a cada um de nós que tenha a consciência de no convite a um amigo, a um companheiro para que ingresse no PSB saibamos antes que esse companheiro tem um passado de coerência, respeitabilidade à questão pública e com conhecimento das causas nacionais.

O PSB hoje é apontado como possível partido a chegar no segundo turno das eleições presidenciais no Brasil. Dessa forma precisamos ter unidade, para que cada Município, do Oiapoque ao Chuí, possa ter na sua mente o pensamento de Celso Furtado e a idéia e a força de Simón Bolívar, no sentido de termos um País mais justo, soberano e, sobretudo, com a consciência de cada

um de nós, para que possamos trazer nossa pequena contribuição de cada recanto do Brasil.

Nesse sentido eu encerro minhas palavras e agradeço a participação neste Congresso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro Crealdon Alves.

O SR. CREALDON ALVES (PSB de Mato Grosso do Sul) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente e demais componentes da Mesa Diretora dos trabalhos, meus companheiros do Partido Socialista Brasileiro, meus patrícios e os meus coestaduanos de Mato Grosso do Sul, estamos aqui hoje participando deste Congresso Nacional sob a liderança do Prof. Valmir Corrêa, nosso companheiro que tem sabido conduzir o Partido Socialista Brasileiro em Mato Grosso do Sul, fazendo com que todos os companheiros trabalhem harmoniosamente, trazendo a todos o conhecimento da carta constitutiva, da carta política do Partido Socialista Brasileiro.

Por minha vez, pessoalmente declaro-me socialista desde os idos da minha adolescência, quando participei da campanha "O Petróleo é Nosso". Meus amigos, de lá para cá, tivemos várias perturbações políticas no País, e tive a felicidade, posso afirmar, de ter sido preso pelo Exército nacional, por ser socialista e por haver participado de todas as vibrantes campanhas do socialismo e das campanhas pela consagração da PETROBRÁS, pela criação em defesa do nosso patrimônio maior que é o petróleo brasileiro.

Por esta razão tive de gramar 93 dias de cadeia, sendo processado e preso no quartel do IX BE, em Aquidauana, de onde saí de cabeça erguida, candidato a Vereador e eleito por três legislaturas. (Palmas.)

O socialismo será o partido que haverá de conduzir o Brasil aos seus maiores destinos, porque ele está predestinado a levar ao nosso povo os melhores dias para toda a nossa gente também.

Quero dizer-lhes que nas próximas eleições estaremos prestigiando o futuro Presidente da República, Anthony Garotinho, que possibilitará a Mato Grosso do Sul, ter palanque próprio, com candidaturas próprias para dirigir os destinos deste País.

A todos o meu abraço socialista. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros Odemar Péricles, Arlete Arcoverde e Joaquim Saraiva da Penha.

O SR. ODEMAR PÉRICLES (PSB do Espírito Santo) – Companheiros, companheiras do Congresso Nacional do PSB, tenho duas observações a propósito da tese do companheiro Carlos Siqueira.

A primeira é que desenvolvemos, já há algum tempo, no Estado do Espírito Santo uma estratégia de que para desenvolver o partido era importante que a cada eleição trabalhássemos o máximo de companheiros que se dispunham a pedir voto, a disputar as eleições, de forma que aqueles que não se elegem naquela eleição se potencializam a participar de outras eleições. Isso faz com que o partido, de fato, tenha condições de crescimento no Estado.

Dessa forma também seria atualmente. Nas candidaturas para a Câmara Federal, que o Partido Socialista nos Estados ocupassem todas as vagas possíveis que lhe são permitidas pela Justiça Eleitoral, inclusive estudando as formas de coligação com outros partidos que façam aumentar a possibilidade de candidaturas do PSB, de forma a estabelecer duas metas. A primeira, para se alcançar alto número de votos, naturalmente que cada vez que tivermos mais candidatos, mais oportunidade de votos. E a segunda faz com que esses companheiros que se submetem a essa eleição se preparem para outros pleitos, outras lutas do partido.

Outra questão diz respeito a que na tese do Siqueira há alguns pontos que norteiam os programas das candidaturas, tanto de Parlamentares como para o Executivo. Gostaria de contribuir com duas observações para as candidaturas majoritárias nos Estados. A primeira, que nos programas dos governadores, dos candidatos socialistas aos governos dos Estados, pudessem incluir atenção ao municipalismo, de forma que os prefeitos tenham participação nos programas de governo e que esses programas dêem real atenção a cada Município. A segunda, lembrar que enviamos para este Congresso uma tese do Prof. Sebastião Ballarine, que está na nossa delegação, não está inclusa no caderno de teses, mas queremos que a questão cooperativista esteja incluída nas teses como ponto importante para a distribuição de renda, para o desenvolvimento das cidades, das regiões, de forma solidária e sustentável.

Concluo com o meu agradecimento a todos os companheiros. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheira Arlete. O companheiro Joaquim José já pode se dirigir ao microfone também.

A SRA. ARLETE ARCOVERDE (Líder Comunitária na Cidade de Deus, Rio de Janeiro) – Bom dia a todos os companheiros deste Congresso, todas as delegações aqui presentes.

Quero deixar minha opinião para a Direção do partido. Todos sabemos que o grande contingente eleitoral está nas classes menos favorecidas da nossa sociedade. Por que então não investir nessa classe, como já vem fazendo o nosso Governador Anthony Garotinho? Porque a cada eleição a população menos favorecida está de certa forma se conscientizando de que político bom não é aquele que na época de campanha chega oferecendo cestas básicas e outros tipos de oferenda, e depois do período eleitoral some de vista.

A população votante quer político participante, atuante nas questões dessa classe tão sofrida e marginalizada, por falta de trabalho, estudo, alimentação, saúde, moradia etc. É preciso que o PSB invista cada vez mais nesses Parlamentares que tenham esse tipo de proposta para com a sociedade menos favorecida que, na realidade, é a grande maioria dos votantes do nosso País.

E vamos eleger Garotinho Presidente do Brasil! É essa minha opinião. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro Joaquim. Podem se dirigir também os companheiros Paulo Jorge Pereira e João Laurindo.

O SR. JOAQUIM JOSÉ (PSB do Piauí) – Companheiros, quero parabenizar o companheiro Carlos Siqueira pela tese e considerei importante a questão de os Deputados Estaduais trabalharem no apoio ao candidato a Deputado Federal do nosso partido.

Mas também, companheiro Carlos Siqueira, gostaria que fosse contemplado que o Deputado Federal também apoiasse os candidatos a Deputados Estaduais, para que se fizesse um trabalho conjunto entre Deputados Federais, Estaduais, Senadores e Governadores.

Outra questão que acontece muito, principalmente no meu Estado do Piauí, em que muitos Prefeitos e Vereadores do nosso Partido, isso acontece em vários Estados, principalmente nos do Nordeste, em que líderes e Vereadores apóiam Deputados Federais, Estaduais e Senadores de outros partidos.

Então eu gostaria de pedir ao Carlos Siqueira que acrescentasse na sua tese que houvesse também uma fiscalização rigorosa em relação aos Vereadores, Prefeitos e líderes, no sentido de apoiarem os candidatos do nosso partido, porque dessa forma o PSB vai ter novo avanço.

É essa a minha observação sobre sua tese e quero que a Nacional dê mais apoio aos Estados do Norte e Nordeste, os Estados menores e mais esquecidos.

Um bom Congresso para todos os companheiros! (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Convido para fazer parte da Mesa a Deputada Luiza Erundina. (Palmas.)

Vejo que as pessoas estão apresentando de forma clara as preocupações com o apoio de Prefeitos a Deputados e Senadores que não são do nosso partido. Quero deixar clara uma posição que já é estatutária.

Um membro detentor de mandato que apoiar qualquer Deputado, Senador fora do partido, independente do cargo que tenha, tem de ser encaminhado imediatamente para a Comissão de Ética e se promover um processo de expulsão, porque é inadmissível que essa questão seja posta. Essa matéria já está amplamente decidida. (Palmas.) E caso aconteça e não seja resolvida nos diretórios municipais, tem de ser encaminhada aos estaduais ou ao nacional. Essa é uma posição da Direção Nacional do partido.

Companheiro Paulo Jorge Pereira.

O SR. PAULO JORGE PEREIRA (Vereador do PSB do Espírito Santo) – Em primeiro lugar bom dia à Mesa, bom dia à platéia.

Sinto-me muito honrado hoje, pela primeira vez, de pisar em Brasília e ter direito a voz neste plenário. É de suma importância o Parlamentar, como Vereador que sou do Estado do Espírito Santo, de um Município com 360 mil habitantes, Cariacica, poder chegar a Brasília e ter voz, porque se eu não tiver voz não estarei participando do desenvolvimento do País, e nossa sociedade que tanto espera pelo Poder Público.

O Poder Público hoje está aqui para fazer o social funcionar. Eu como Vereador estou aqui para isso. Não podemos em momento algum chegar a um distrito como Brasília e não ter voz. Hoje, na Mesa, o Espírito Santo é a voz do grande Presidente Renato Casagrande. (Palmas.) E nós como representantes legais deste País, estamos hoje, quando homenageamos um cidadão nesta Casa chamado Celso Furtado, porque teve a coragem de colocar a cara na reta e lutar pelo seu povo.

Foi Ministro deste País, trouxe o melhor para sua comunidade, para seu povo. Não teve vergonha nem medo de enfrentar a ditadura, e grandes políticos lutaram pela sua derrubada. Hoje o PSB está aqui, soberano, porque havia necessidade de democracia no País. Um país sem democracia não é país, fica à mercê de alguém que quer comandar sozinho. Não podíamos admitir que isso continuasse acontecendo. Por isso Celso Furtado lutou e, através de grandes Parlamentares do PSB e de outros partidos de esquerda conseguiram virar a mesa e fazer com que hoje o País viva um processo democrático muito bem conduzido. A democracia hoje tem funcionado e estamos lutando para que ela continue, porque se Deus quiser estaremos lutando sempre juntos, para que a

democracia seja um marco importante na vida de todos os brasileiros. Que esses brasileiros possam expor suas ideologias, com grande característica e originalidade.

Quanto à presidência da República, temos hoje um candidato a Presidente, Anthony Garotinho. Vamos lutar, Governador, para que possamos neste País trazer o seu nome garantido como seu Presidente e se Deus quiser vamos conseguir essa vitória. É a vitória do Brasil, do Rio de Janeiro, que teve a coragem de mandar esse cidadão para representar todo o seu povo na candidatura para Presidente da República. O brasileiro precisa ter muita coragem para que possamos chegar a algum lugar.

Hoje, com muita honra fui excluído do emprego, estou completando hoje 12 anos desempregado. Demos a volta por cima, filiamo-nos ao PSB e hoje somos Vereadores deste País, com muita honra lutando por toda a comunidade brasileira, para que amanhã este País possa ter dias melhores, para que possamos não ver misérias, como vi na minha caminhada a Brasília, em Belo Horizonte, pessoas morando debaixo da ponte, sem condições de vida. Não podemos admitir ver num País como o Brasil cenas como as que presenciamos.

Para finalizar, quero dizer: vamos juntos lutar! Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Obrigado.

Companheiro João Laurindo. Em seguida o companheiro José Carlos Elói Martins e o companheiro Carlos Roberto Calheiros.

O SR. JOÃO LAURINDO (Diretório de Diadema, São Paulo) – Bom dia, companheiros e companheiras do PSB do Brasil inteiro. Estamos aqui com a caravana de São Paulo, São Bernardo, Ferraz e muitos outros.

Hoje, companheiros, estou aqui com o coração cheio de alegria porque sei que o nosso PSB, que tem por coincidência a minha idade, por saber que a nossa pombinha não vai ser mais esmagada nem servir de escada para partidinho nenhum aí fora. O nosso PSB vai ter candidatura própria, o nosso PSB de hoje em diante andará com as pernas mais fortes, de Norte a Sul do Brasil.

Vamos ter orgulho de vestir essa camisa, companheiros, porque só o PSB tem realmente socialismo no coração. Esses outros partidos dizem que têm socialismo, mas não dividem o seu pão com o outro companheiro. Eles dizem que têm socialismo, mas não têm nem escrito socialismo no seu partido.

Então, companheiros, vocês têm de sentir orgulho de participar de um partido onde todos realmente além de serem companheiros, são irmãos. Além de tudo temos um partido que passou por muitas lutas, como o companheiro

que me antecedeu disse que já foi perseguido, preso, e hoje continua no PSB. Porque sempre acreditou nesse partido, porque esse partido foi uma casa feita com sua base, uma base firme, rígida e hoje estamos querendo fazer o telhado dessa casa, porque a base foi bem feita.

Muito obrigado, companheiros, pela atenção. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro Carlos Roberto B. Calheiros. Companheiro José Carlos Elói Martins, companheiro Serafim Fernandes Correia.

O SR. CARLOS ROBERTO B. CALHEIROS (PSB de Roraima) – Bom dia companheiros da Mesa, delegados, participantes do VIII Congresso do PSB.

Aqui estamos representando o extremo-norte do Brasil, o Estado de Roraima. O PSB foi reestruturado em 1985, através de pessoas que não tinham nenhum compromisso partidário. O partido foi legalizado, no intuito único e exclusivo de concorrer às eleições municipais da época. Após as eleições o partido ficou inerte.

Em 1989, compondo um grupo de companheiros que já tinham militância no Estado resgatamos o partido e ao longo desses anos, pela primeira vez, nas eleições passadas, o partido conseguiu eleger três Vereadores: um na Capital Boa Vista e dois no segundo Município do Estado de Roraima.

Tivemos grande apoio da Direção Nacional, por meio do companheiro Carlos Siqueira. Entendemos e começamos a discutir que o PSB não pode pautar-se simplesmente no processo eleitoral. O PSB tem de tomar um rumo, passar a discutir o novo rumo político a ser implementado não só nos Estados, mas também no Brasil.

E é nesse conceito que aqui estamos, com todas as dificuldades, para dar um exemplo da nossa saída ou nossa chegada no Estado só por meio de avião. Não pudemos trazer os três Vereadores, delegados do partido, por questões financeiras. É por essa dificuldade que passa o partido.

Para isso estou aqui neste plenário para solicitar da Direção Nacional ainda mais do que tem dado, um apoio incisivo para que o partido em Roraima saia da condição de partido a concorrer para as eleições e ir para a discussão política, principalmente porque poucos sabem da situação real de Roraima. Estamos diante de um Estado em que 55% de suas terras estão para ser demarcadas como reservas indígenas. O Estado não detém nenhum parque industrial, a não ser pequenas indústrias de subsistência.

O Estado vive hoje única e exclusivamente do Fundo de Participação

dos Estados, assim como os Municípios. É esse o quadro. Até levamos no Estado uma discussão de que Roraima é o Estado do contracheque. A vida econômica de Roraima se processa do dia 5 do mês até o dia 15, quando a última Prefeitura paga os servidores.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro, peço para concluir, em virtude do tempo.

O SR. CARLOS ROBERTO B. CALHEIROS (PSB de Roraima) – Para concluir, solicitamos a implementação da Direção Nacional nessa ajuda, para que o PSB em Roraima também consiga respaldar a política que desejamos, que é o socialismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Registro a presença na Mesa do Senador Paulo Hartung, futuro Governador do Espírito Santo. (Palmas.)

Companheiro José Carlos Elói.

O SR. JOSÉ CARLOS ELÓI MARTINS (PSB de Santa Catarina) – Saudações ao Presidente deste Congresso, ao Secretário Carlos Siqueira e aos demais componentes da Mesa Diretora, aos companheiros presentes que não dimensionaram esforços para participar deste VIII Congresso histórico do Partido Socialista Brasileiro.

Endossando a democracia participativa como um dos pontos da tese do Secretário Carlos Siqueira, e com ela contribuindo no sentido de que ela não só deve ser do orçamento dos Estados, do Município e da União, mas também da política institucional, estadual e nacional e de sua representação e funcionalidade pública, para que os profissionais públicos de cada área possam ter também uma possibilidade de gerenciamento junto à população, dos objetivos de cada uma das instituições.

O Partido Socialista em Santa Catarina existe desde a reformulação no País. No entanto, dois anos para cá o partido conseguiu...

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Um minutinho, Jorge.

É da maior importância que as pessoas que estejam neste plenário tenham o orador como meta do debate. Logo, aqueles que quiserem conversar devem ficar lá fora, porque aqui é local de se privilegiar o orador. É um sinal de respeito ao orador na tribuna e considero fundamental essa posição. (Palmas.)

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ELÓI MARTINS (PSB de Santa Catarina) – O Partido conseguiu em Santa Catarina se solidificar em maior número de municípios, mas precisa ainda que essa solidez, que deverá alcançar com a ajuda da Nacional, com a contribuição do nosso candidato a Presidente da República, uma representação mais convicta no seu corpo ideológico e da responsabilidade dos seus componentes com a ideologia e a funcionalidade do Partido, da sua parte de estrutura que serve em cada município e também estadual. É uma preocupação que temos no momento em solidificar o PSB no Estado e para isso a candidatura de Garotinho, com certeza, vai trazer uma grande contribuição.

No entanto, companheiro Carlos Siqueira, a preocupação que nos toca é que o apoio dado ao nosso candidato presidenciável e da própria Executiva ao candidato do PMDB era preocupante, preocupante por quê? Porque Luís Henrique da Silveira se aproxima muito, em demasia, de Fernando Henrique Cardoso. O Partido e o próprio candidato a Presidente da República tem um compromisso de combater a campanha neoliberal de privatização da coisa pública, o companheirismo e o atrelamento de um candidato a governo, a um representante do neoliberalismo, isso não é de todo bom, não é nada bom para o Partido Socialista Brasileiro e o seu crescimento ideológico e programático no Estado de Santa Catarina.

Salientamos também a importância de o Partido se afastar...

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Quero registrar e saudar a presença do nosso Presidente Nacional, Governador Miguel Arraes, e pedir para que o companheiro José Carlos Elói continue a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ELÓI MARTINS (PSB de Santa Catarina) – Acreditamos que o candidato a Presidente da República deva ter afinidade também com todas as regiões e não apenas com um segmento religioso; que o Partido consiga prolongar-se nessa campanha a todos os segmentos institucionais e políticos, abraçando coligações que se identificam com o programa do partido e não que se posicionam ao lado de Fernando Henrique Cardoso, e que a Executiva Nacional compreenda a dificuldade de cada Estado, principalmente Santa Catarina, e que dê especial atenção aos argumentos expostos nos três relatórios encaminhados à Secretaria Nacional.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Quero, já com a presença do Presidente Nacional, pedir que vocês observem o

futuro Governador do Maranhão, nosso companheiro Ricardo Murad. Está cheio de Governadores aqui, estão Paulo Hartung, Ricardo Murad. (Palmas.)

Com a palavra o companheiro Serafim Corrêa.

O SR. SERAFIM CORRÊA – Obrigado, companheiro Alexandre Cardoso, meus cumprimentos ao Presidente Miguel Arraes e a todos os demais que compõem a Mesa. A nossa saudação a todos aqueles que vieram dos lugares mais distantes do Brasil e em especial aos companheiros que vieram do Amazonas.

A tese levantada pelo companheiro Carlos Siqueira é oportuna, com a qual estamos de pleno acordo. Mas gostaríamos de acrescentar algo mais. É importante, como ele bem frisou, que o partido trabalhe perfeitamente integrado desde a candidatura de Anthony Garotinho a Presidente do Brasil até a candidatura do mais humilde candidato a Deputado Estadual. Precisamos agir como partido, porque se assim não for, efetivamente teremos dificuldades. Mas tenho a convicção de que isso vai acontecer.

O que quero agregar ao que disse Carlos Siqueira é que em Estados de número de eleitores menor, como é o caso do Amazonas, para que se eleja um Deputado Federal é necessário ter 12.5% dos votos. Em São Paulo é muito fácil ser Deputado Federal, porque basta ter 1.5% dos votos e já está eleito. Mas em Estados menores, em que só há 8 Deputados, como é o caso do Amazonas, do Acre, de Roraima, é impossível eleger se não tiver 12.5% dos votos.

Para isso, então, temos necessidade de fazer coligações. Agora, que coligações, com quais partidos? A meu ver isso está muito claro: com os partidos que compõem o nosso tradicional arco de alianças. No entanto, essa relação não é matemática, não é exata, ela é política, e em política muitas vezes dois e dois não são quatro, são cinco, sete, nove. Por isso mesmo há a necessidade de o partido, em âmbito nacional, acompanhar as negociações em cada Estado, porque de nada vai adiantar o Congresso decidir tudo aquilo e na hora não haver controle, acompanhamento.

É esse o adendo que fazemos à proposta do companheiro Carlos Siqueira, qual seja, de que seja criada uma Coordenação Nacional para controlar as alianças estaduais. Isso pode começar com um diagnóstico agora de cada Diretório Estadual, que será acompanhado pari passu em cada momento em que se desenvolverem as negociações.

Dito isso, quero agradecer aos senhores a atenção porque, ao que me parece, está chegando mais uma grande liderança do partido, que vem sendo saudada por companheiros.

Muito obrigado a todos. À luta e à vitória! (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, solicito ao Secretário da Mesa, companheiro Carlos Siqueira para acrescentar na sua tese a expressão "e Senado".

Quero saudar a delegação de Alagoas pela homenagem ao Zumbi. Peço uma salva de palmas à delegação de Alagoas. (Palmas.)

Companheiros, peço à delegação de Alagoas, que foi saudada, tomasse assento, porque vai haver a homenagem de um poeta ao nosso Presidente.

Peço ao Plenário que se mantenha em silêncio em virtude da homenagem que o poeta Zeto fará ao Presidente Nacional do Partido, Governador Miguel Arraes.

O SR. ZETO (Poeta) – Venho de Pernambuco, onde a irreverência vem não só de Antônio e Maria, nos seus versos e nas suas prosas, como também de Guararapes. Venho de uma terra onde o estigma da dignidade chama-se Miguel do Povo Arraes, grande figura do nosso Estado e de todo o Brasil. (Palmas.)

Um pernambucano fez essa poesia que queria devolver a todos nós que aqui estamos presentes, nessa consonância. Disse o poeta:

Eu vos anuncio o funeral da década das brancas nuvens:
mil, novecentos e setenta e nada.
Boa noite imperadores da desesperança,
Boa noite patrulhas de gás lacrimogêneo,
Boa noite senhores tristes do poder,
Boa noite velhos irmãos de cabelos cortados,
Boa noite batalhões de choque,
Boa noite! Durma em paz, Tio Sam.

Eu vos anuncio o funeral da década sem bandeiras:
mil, novecentos e setenta e nada.
Boa noite, Planalto Central do Brasil,
Boa noite mestres de moral e cívica,
Boa noite heróis de estátuas,
Boa noite loucos, carcereiros sem rosto,
Durmam sem medo de nossas garras.

Eu vos anuncio o funeral da década sem bandeiras:
mil, novecentos e sessenta e nada.
Boa noite! Sonhe agora com a paz celestial.
Os anos 60 já vão longe, longe, longe!
E todos os profetas erraram.
As ruas de maio em Paris, a primavera de Praga,
As cordilheiras da América, os palcos de Woodstok
São agora um retrato na parede.
Mil, novecentos e sessenta sonhos.
Mil, novecentos e sessenta sonhos mortos.
E mil novecentos e setenta e nada.

Então, boa noite, imperadores da desesperança.
Toquem os sinos da aleluia.
Nós estaremos ouvindo em algum lugar.
E aí bom dia Arraes de 80 anos,
Bom dia poetas de todas as manhãs,
Bom dia pássaro azul da felicidade geral
que voa longe de nós agora,
Olhe o nosso coração!
Ele resiste porque os velhos sonhos passaram para sempre
E as nossas mãos, vazias de bandeiras,
vão reconstruir novas miragens.
A esperança é o único dever, e a saudade, é uma jaula.

Então, boa noite imperadores da desesperança,
Boa noite velho Marx,
Boa noite profeta das oliveiras.
Vocês foram crucificados.
Eu vos anuncio que nós não estamos plenamente mortos.
Eu vos anuncio que nós não estamos plenamente mortos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Peço ao companheiro Renato Casagrande que assuma a condução dos trabalhos, em virtude da necessidade de minha participação em uma reunião.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Quem já se pronunciou deve pegar seu crachá de volta.

O próximo inscrito é José Thomas Neto e em seguida José Carlos Silva.

O SR. JOSÉ THOMAS NETO (Presidente do Diretório Municipal de Mauá, São Paulo) – Bom dia companheiras e companheiros de partido, participantes da Mesa, em primeiro lugar a proposta inicial foi para se fazer uma análise regional e como sou da delegação de São Paulo quero em primeiro lugar parabenizar o nosso Presidente Márcio França pela condução que tem dado ao partido no Estado de São Paulo.

Mas também não poderia deixar de fazer uma observação de fundamental importância para nós no Estado de São Paulo, o Estado mais importante que será a força motor para a campanha de Anthony Garotinho à presidência da República.

Nesse sentido, como Presidente do Diretório Municipal de Mauá, no grande ABC, em São Paulo, o que tem faltado para nós é falha não só da Executiva do partido, mas da militância do partido como um todo. Devemos o mais rápido possível colocar na rua a campanha do Governo do Estado de São Paulo, porque temos pessoas à altura para assumir o Governo do Estado de São Paulo, e também dos dois Senadores da República, porque militância hoje nos sobra.

Então, queremos saber quem são os Senadores do PSB de São Paulo, quem é o candidato realmente ao Governo do Estado de São Paulo. E nesse sentido gostaria que a Executiva Estadual do partido verificasse o mais rápido possível, para irmos para as ruas e trabalhar.

Quero ainda parabenizar o companheiro Carlos Siqueira, mas não poderia deixar de fazer uma proposta quando ele aponta na resolução das candidaturas a Deputados Estadual e Federal, gostaria de acrescentar: se durante a campanha o candidato a Deputado Estadual desobedecer a essa resolução, que se casse sua candidatura antes do pleito.

Vimos na campanha passada que Deputados Estaduais que fizeram dobradinha com Deus e o mundo, para não falar outra coisa, e lamentavelmente sujando a imagem do partido na cidade. Que isso também sirva para Vereadores que são eleitos pelo PSB ou que vieram para o PSB e apoiarem candidatos de outra legislatura que também os Diretórios Municipais têm de ter a obrigação de informar à Estadual sobre a atuação desse Parlamentar em sua cidade.

Outra questão é quando se fala da ALCA. Fernando Henrique Cardoso já entregou este País para as multinacionais e aos bancos internacionais. Se o PSB ficar de braços cruzados e não ir para a rua combater a ALCA, vamos entregar de vez o Brasil para os Estados Unidos, e aí um povo sem pátria é um povo que nada mais tem a reclamar, andar de cabeça baixa e dizer amém aos americanos.

Portanto, o PSB tem de ter a postura e altura de combater a ALCA da melhor maneira, porque senão vamos ser um povo sem pátria, sem cultura e de cabeça baixa.

Obrigado e um bom Congresso para nós todos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Convido agora José Carlos Silva, Vereador de São Paulo, para fazer uso da palavra, por três minutos. Convido para se colocar também em posição, o Lairton Rodrigues Bueno, do Diretório Nacional.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVA (Vereador de São Paulo) –Companheiras e companheiros, quero parabenizar a Direção Nacional do PSB pela realização de mais esse Congresso. Sob o comando do companheiro Arraes foi possível o partido crescer tanto.

Não posso deixar de saudar também a Direção do partido em São Paulo, sob o comando do Prefeito mais avaliado do Brasil, o companheiro Márcio França. Sei que hoje aqui estamos dando um show de democracia, em que o Partido Socialista Brasileiro, reunindo todos os Estados, chama para si a responsabilidade de governar este País.

Governar este País significa fazer reforma agrária, acabar com a fome, com a miséria. E só o Partido Socialista Brasileiro vai ter de fazê-lo. Por isso é preciso o PSB discutir desde já um programa de governo. O que não pode é passar a responsabilidade para o companheiro Garotinho colocar onde estiver manifestando suas idéias, aquilo que pensa. O companheiro tem de abordar aquilo que o Partido Socialista pensa para libertar o País de tanto sofrimento que vive o povo brasileiro.

Preciso pedir à Mesa deste Congresso para incluir uma moção de repúdio ao Governo assassino de George Bush, ao moleque Tony Blair, que está massacrando aquele povo do Afeganistão. O Partido Socialista Brasileiro não pode deixar passar em branco esse massacre contra a vida daquele povo.

Em São Paulo estamos vivendo um problema e é preciso aproveitarmos este momento para chamar a atenção de todo o País. Sabemos que existe muita gente querendo apoiar a candidatura do companheiro Garotinho. Mas sabemos da responsabilidade do partido nessa candidatura. Por isso é preciso que o Diretório Nacional, os Diretórios Estaduais comuniquem à coordenação da campanha do Garotinho para quando ele chegar ao Município o partido estar informado, para recepcioná-lo e vestirmos a camisa.

Vamos à luta! Vamos ganhar o Governo Federal! Vamos salvar o País de tanta miséria! Parabéns, Brasil!

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Muito bem, vereador.

Convido agora o Lairton Bueno para fazer uso da palavra por três minutos e, logo após, o Severino Júnior, de Pernambuco.

O SR. LAIRTON RODRIGUES BUENO – Bom dia, companheiros.

Em nome de Mato Grosso de Sul queremos saudar a todos os congressistas presentes e tecer cinco questões pontuais.

A primeira é que esperamos sair deste Congresso com uma informação da Mesa sobre quais serão nossos candidatos a Governador em São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores colégios eleitorais do País.

Quando o Garotinho ocupará a televisão, além do próximo dia 13 de dezembro?

Queremos parabenizar também o Dr. Roberto Amaral, Vice-Presidente do PSB, pela sua proposta de tese, em especial sobre a rede de escolas cooperativadas e sobre a nossa recusa veemente de o Brasil transformar-se em depósito de lixo tecnológico ou atômico.

Parabenizamos Carlos Siqueira pela estratégia política adequada, pontual, correta e, acima de tudo, vitoriosa.

Apesar da elegância do partido ontem à noite para com o representante do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer claramente que se gostássemos do Lula estaríamos no PT. Temos a necessidade de apoiar Garotinho veementemente, sem cogitar outra candidatura neste momento.

Anthony Garotinho é o nosso candidato, é o candidato que vai oxigenar o PSB para que o PSB realmente dê um salto de qualidade em direção ao seu crescimento, ao rompimento da cláusula de barreira. Não podemos comparar Garotinho, que tão bem falou ontem sobre exportação, com o outro candidato que há um mês teve a estupidez, a falta de visão e a imaturidade de dizer que o Brasil só deve exportar depois que matar a fome do seu povo.

Temos de mostrar que com o Garotinho somos melhores e somos diferentes.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Muito bem, companheiro Lairton.

Próximo inscrito é o Severino Júnior e logo após o Célio Lucas de Almeida, Delegado de São Paulo.

O SR. SEVERINO JÚNIOR – Faço minhas saudações à Mesa, a todos os socialistas aqui presentes, em especial aos Leões do Norte, a todos os pernambucanos que estão hoje em Brasília. (Palmas.)

Companheiros, encontramos hoje no Brasil a situação em que se encontram os piores índices de miserabilidade. Temos a maior taxa de desemprego do nosso País e isso por conta da política implementada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, que segue à regra todas as ordens do FMI.

Falo em nome da juventude do Brasil, que se encontra hoje marginalizada pelos Governos da direita. E Fernando Henrique, que prometia emprego para o Brasil nos cinco dedos, fez apenas nos tirar. E o jovem não tem direito nem ao primeiro, nem ao segundo nem ao terceiro emprego. Ele trata todos os jovens como marginais.

Mas o Partido Socialista conhece todos os problemas e também as soluções. A nossa solução é enviar Garotinho para Presidente da República no ano que vem. (Palmas.)

Falo em especial aos pernambucanos, que estamos sofrendo com a política do Governador Jarbas Vasconcelos, aliado ferrenho do Presidente da República FHC. Em Pernambuco também temos a solução: Eduardo Campos para Governador do nosso Estado. (Palmas.)

Falaram aqui que os Deputados Federais e Estaduais teriam a obrigação de fazer a dobradinha com companheiros do próprio partido. Isso não é cogitação, é obrigação. Socialista de verdade se une com socialista.

Por fim quero fazer uma crítica a este Congresso, que está sendo tão bem conduzido por nossa direção. E a crítica vai como sugestão. Este amarelo na camisa do nosso companheiro Garotinho, futuro Presidente, seja trocado pelo vermelho, porque a cor da luta do trabalhador é vermelho e não o amarelo. (Palmas.) Mas isso eu tenho certeza de que vai ser corrigido.

Avante à luta, socialismo e liberdade! (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Com a palavra Hélio Lucas de Almeida, de São Paulo. Logo após o Gilmar Mangueira, de São Paulo.

O SR. HÉLIO LUCAS DE ALMEIDA – Bom dia, companheiros. Quero parabenizar a Direção Nacional por este Congresso e também parabenizar todos os Estados que estão aqui hoje para discutir os novos rumos do nosso País.

Quero lembrar que em São Paulo precisamos saber o mais rápido possível qual será o nome do nosso candidato ao Governo, porque precisamos

defender no nosso Estado, acredito que nos outros Estados também, uma candidatura limpa, própria, para que possamos sair para a rua com nosso candidato do PSB. E pararmos de ter medo de nos sacrificar com essa conversa de que iremos sacrificar alguns companheiros, indicando o seu nome a candidato a Governador.

Se não formos para a rua, unidos, em nome do nosso candidato, corremos o risco de não atingir os nossos 5%, e sermos novamente o partido pequeno na televisão.

Então, gostaria que no final deste debate daqui saíssemos com o nome. Temos nomes como o da companheira Luiza Erundina, como do companheiro Márcio França, como o de muitos companheiros do Estado de São Paulo, para fazermos uma campanha não só para Governador, como a de Anthony Garotinho.

Não mais podemos ser um partido de aluguel de outros partidos. Precisamos sair da sombra dos partidos chamados co-irmãos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra o companheiro Gilmar Mangueira da Silva, de São Paulo. E logo após, Alexandre Vasconcelos.

O SR. GILMAR MANGUEIRA DA SILVA (PSB de São Paulo) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente Renato Casagrande, antes de apresentarmos qualquer tipo de proposta é necessário não só termos a palavra, mas é preciso que sejamos ouvidos dentro das esferas do PSB, o que não está acontecendo hoje aqui.

Ouvimos inclusive o batuque lá fora, muitos não prestando atenção nas nossas propostas, e é necessário que todos ouçam, porque é uma proposta no âmbito do Brasil, e se queremos ser ouvidos é preciso que a Direção Nacional comece a podar algumas coisas que vêm acontecendo no Congresso.

Quero parabenizar o encaminhamento que vem sendo dado em São Paulo pelo companheiro Márcio França. Lá o nosso partido cresceu em nível do Estado mas dos seus Municípios.

Companheiro Carlos Siqueira, a proposta que recebemos era louvável, mas há 16 anos que estou no partido e temos recebido propostas que não são cumpridas, entre elas os compromissos estabelecidos no Regimento, de que todo e qualquer candidato, seja Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Presidente da República, tenha compromisso com o PSB.

Está nos Anais que o PSB tem de ter o compromisso dos seus candidatos e que ele cumpra o estabelecido nos nossos Estatutos.

Mas, companheiros da Mesa e do Partido Socialista Brasileiro, não existe candidatura vitoriosa se não olharmos para o desenvolvimento social. Digo isso porque recentemente fizemos caravana para Brasília da União dos Movimentos Populares que lutam pelo direito à moradia. Quero dizer que nós dos movimentos populares, que lutamos pelo Fundo Nacional de Moradias Populares, não tivemos o apoio necessário do Partido Socialista Brasileiro. Então, precisamos arrumar a nossa casa.

Ontem era para ser realizado aqui um Congresso brilhante da Secretaria das Mulheres, e isso não aconteceu como deveria estar acontecendo com a Juventude Socialista Brasileira. Precisamos ter total apoio das nossas direções, sejam municipais, estaduais ou nacional. Para ganharmos as eleições, é preciso que a direção partidária olhe para os nossos delegados, porque muitos estão aqui hoje inclusive passando fome. Viajaram 24, 36 horas e não são ouvidos. (Palmas.)

Então, chega de palavras bonitas! É preciso dar condição para nossa militância levar nossas campanhas para a rua, seja para Governador, seja para Presidente da República. Nós queremos ter, sim, a vitória para o nosso candidato Garotinho à presidência da República, mas é preciso que nossa militância tenha condições de fazer sua campanha nos Estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais. Se não formos vitoriosos nesses Estados, não chegaremos à vitória.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Passamos a palavra ao companheiro Alexandre Vasconcelos, de Pernambuco. Mas antes disso quero dizer-lhes o seguinte: o Gilmar reclamou, chegou um pedido também de um companheiro, solicitando que o Plenário pudesse participar mais dos debates. Nós precisamos da compreensão das pessoas no plenário no sentido de que encerrem as conversas paralelas, para que possamos ter resultado nesses debates.

Aqui estamos discutindo com relação ao projeto eleitoral do PSB. Então reforço o pedido, para que possamos dar seqüência ao debate, com a atenção dos delegados e delegadas, para que tiremos aqui as conclusões necessárias de orientação ao partido nas eleições de 2002.

Quero também ter a oportunidade de registrar a presença do Deputado Wilson Japonês, Lélio Coimbra, do Espírito Santo, e do Prefeito Lauriano Zancanela, do Município de São Mateus.

Passo a palavra ao companheiro Alexandre Vasconcelos.

O SR. ALEXANDRE VASCONCELOS (PSB de Pernambuco) – Quero saudar a todos.

O PSB é o partido da justiça social. Mas falamos em justiça social e nos esquecemos da justiça política. Precisamos repensar nossa forma de justiça política. Estou há 6 anos no PSB. Não acho justo que cheguem pessoas agora tomando o nosso espaço. Nós temos de ficar com quem tem compromisso com o PSB.

Há companheiros em Pernambuco que se filiaram ao partido para ser candidatos e não estão aqui, porque não têm compromisso com o PSB. (Palmas.) Se um dia o PSB levantar a bandeira da fidelidade partidária, não vamos ter mais entre nós esse tipo de pessoas. Pessoas que estão aqui na Câmara Federal, ao lado de Fernando Henrique, que se elegeram com o nosso sangue.

Precisamos repensar a justiça social e a justiça política, para que nossos militantes elejam e sejam pessoas que tenham compromisso com o Partido Socialista Brasileiro. Se não repensarmos essa forma de política vamos ficar fracos, porque há aqueles que pegam carona, tiram a vaga de quem tem o compromisso conosco e vão para o lado de lá.

O Partido Socialista Brasileiro, então, na pessoa do seu Líder na Câmara Federal, Deputado Eduardo Campos, tem de levantar a bandeira da fidelidade partidária, porque só assim não vamos dar nosso sangue para esses vagabundos que aí estão se elegendo na nossa legenda.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Vamos passar a palavra ao último orador, antes da votação da tese. Companheiro Oraci Ferreira Dias, Delegado de São Paulo.

Antes da fala do Sr. Oraci, é a terceira vez que pedimos e vamos reforçar o pedido ao pessoal de apoio do Congresso para que solicitem àqueles que estão fazendo batuque lá fora que parem com esse barulho que está atrapalhando a discussão no plenário.

O SR. ORACI FERREIRA DIAS – Brasileiros do Leste, Oeste, Norte e Sul do Brasil que aqui estão presentes, participando deste memorável Congresso socialista, nós que estamos há 50 anos na militância desse partido, fazendo o socialismo para o PSB, temos de ser objetivos nas nossas ações, racionarmos com rapidez e inteligência, porque o bicho que nos está assolando, castigando é muito voraz e rápido, que é o bicho do capitalismo.

Precisamos, companheiros, de fazer uma análise completa de como está se desenvolvendo a política internacional, para não cairmos novamente na ar-

madilha desse brutal capital internacional monopolista que sufoca os interesses das nações chamadas do Terceiro Mundo, sufocando suas economias, empobrecendo seu povo, matando de fome todos os seus habitantes.

Companheiros, as grandes catástrofes ocorridas há milhões de anos não eliminaram ou destruíram totalmente o oxigênio e a água do nosso planeta, senão estaríamos hoje a suplicar de todo o povo compreensão e amor à sua própria vida. Se querem destruí-la, continuem a sujar as águas, a derrubar árvores e a queimar todo oxigênio, a pretexto do desenvolvimento do sistema, da exploração do homem pelo homem, fundamento histórico do capitalismo.

A falta de informações e conhecimentos faz grande parte do povo acreditar que o mal está na conservação pura e simples da natureza ao seu redor, utilizando métodos de produtos químicos na matança de insetos e do próprio ser humano. Com isso, engordando os cofres dos grandes laboratórios do sistema capitalista internacional.

Na verdade, o que devemos fazer é exatamente o contrário. Transformar os vegetais e comida e remédios para a saúde de todos, e não em drogas da morte e destruição dos seres humanos, bem como implantar o sistema socialista em todo o mundo, já que o grande colossal, pai do capitalismo, os Estados Unidos da América, acabam de embarcar na canoa furada da história, levando consigo para o fundo do poço vários outros seus seguidores do mundo capitalista.

Companheiros socialistas, chegou o momento de lutarmos neste contexto, participando da construção de outro mundo, o do socialista e da justiça para os povos. Justiça é terra, é casa, pão, escola, trabalho, segurança, paz, igualdade, liberdade e fraternidade.

Companheiros, traduziremos todos esses desejos na construção universal do socialismo. E um abraço todo especial ao nosso Presidente Nacional do Partido, que poucos brasileiros sabem porque não lêem a história deste País.

Em 1964 Arraes saiu preso do Palácio das Princesas porque não se submeteu aos algozes generais que lá estiveram, para que renunciasse ao Governo de Pernambuco. Quando solicitaram a Arraes que renunciasse ao cargo de Governador ele disse: "Quem tem direito de fazer esse pedido é o povo pernambucano. A ele eu devo obediência e não aos senhores". Os generais disseram: "Então o senhor está preso". "Estou preso, mas não me submeto a essa brutalidade que estão fazendo contra o povo e o nosso País". (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – O companheiro Oraci é militante do PSB há 50 anos. Foi líder camponês aqui no Planalto Central, membro das ligas camponesas, com Francisco Julião. Obrigado, companheiro Oraci, por ter participado do nosso trabalho.

Quero também dizer que houve um questionamento com relação às delegações. As delegações presentes são da responsabilidade de cada Estado quanto ao seu comportamento e participação dentro do plenário. Então cada líder de cada delegação dos Estados que faça com que haja disciplina, e que eles possam se colocar aqui debatendo a questão política como todos estão.

Há outro questionamento com relação às contribuições. Quem tiver alguma contribuição por escrito que o faça à Mesa. O que não estiver por escrito, a Mesa está anotando.

Vamos passar agora ao processo de votação da tese apresentada pelo companheiro Carlos Siqueira, com as sugestões também apresentadas por cada dirigente que se inscreveu. A tese do Carlos Siqueira é uma proposta de estratégia eleitoral do PSB para 2002. Foi apresentada e quero que vocês estejam com os crachás nas mãos, para que possamos iniciar o processo de votação da tese. A tese vai ser colocada em votação com as sugestões, os acréscimos e as exclusões propostas, que foram assumidas e adotadas pelo Relator.

Estamos em processo de votação. Solicito aos companheiros delegados que peguem seus crachás.

Quem for favorável à tese apresentada pelo companheiro Carlos Siqueira que possa levantar o crachá.

Quem for contrário à tese apresentada que possa levantar o crachá.

Quem se abstém da votação da tese também levante o crachá.

A tese foi aprovada pelos companheiros do plenário, com uma abstenção.

Parabéns, Dr. Carlos Siqueira.

Vamos agora ouvir o Embaixador Jorge Lescano, do Partido Comunista, que está contribuindo conosco neste debate do VIII Congresso do PSB.

Tem a palavra o Embaixador.

O SR. JORGE LESCANO (Embaixador do Partido Comunista de Cuba) – Queridos companheiros e companheiras, amigos e irmãos do Partido Socialista Brasileiro, é para mim uma honra, em nome do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, dirigido por Fidel Castro, que saúda o todo o povo neste VIII Congresso do PSB, que marca um momento importante no desenvolvimento dessa força política, cujos logros e êxitos são frutos do esforço e da contribuição dos seus militantes neste imenso País de grande extensão territorial, onde há também imensa solidariedade e apoio a Cuba.

Este Congresso se realiza quando o mundo enfrenta delicada e complexa situação como conseqüência do criminoso atentado terrorista de 11 de

setembro e da injustificada guerra levada a cabo pelos Estados Unidos com apoio dos aliados contra o Afeganistão.

Nós, os cubanos, consideramos que nada justifica as ações terroristas e por isso nosso governo primeiramente condena o lamentável atentado que custou a vida de milhares de norte-americanos.

Por sua vez, com a valentia que caracteriza nosso povo, condenamos a guerra como forma de combate ao terrorismo, que só esconde os verdadeiros propósitos imperialistas de querer apoderar-se do mundo. E com mais razão quando se trata de uma guerra insensata contra o humilde e sofrido povo afegão, que não pode ser castigado dessa maneira por ações criminais executadas por terroristas.

Se se quer realmente combater o terrorismo, erradicar as suas causas, o que corresponde a reiterar às Nações Unidas das funções que lhes correspondem de liderança nesse combate. Nenhum dos problemas do mundo se resolve com a guerra e com a força, mas com a cooperação, o diálogo e com medidas que erradiquem a pobreza, a desigualdade e as injustiças sociais. (Palmas.)

Hoje uma nova esperança recai sobre os países do nosso continente, com a iniciativa norte-americana de implantar a ALCA, instrumento que pelos seus objetivos, estratégias e condições, conduzem inexoravelmente a união dos países da América Latina aos Estados Unidos. Corresponde, portanto, ao nosso povo, a sua força progressista, as suas organizações, aos movimentos populares, impedirem que se leve a cabo a anexação do nosso povo com a ALCA.

Desejamos a realização de um plebiscito popular, para que o povo tenha a oportunidade de apresentar suas opções a esse arranjo intervencionista.

Companheiros, como todos conhecem, há algumas semanas nosso povo sofreu o embate de um poderoso furacão que provocou o (ininteligível) econômica em nosso país. Agora enfrentamos essa (ininteligível) econômica e seguimos enfrentando o criminoso bloqueio dos Estados Unidos, pois o nosso povo já sofre há mais de 42 anos.

Nem o bloqueio imperialista poderá impedir que o nosso povo siga construindo o socialismo, marchando para alcançar a total justiça social no país, para a felicidade de todo o nosso povo. (Palmas) Que Cuba siga sendo solidária com o mundo e com a causa dos pobres do nosso país, da América Latina, da Ásia e da África.

Hoje nós, cubanos, estamos politicamente mais unidos do que nunca, ideologicamente mais fortalecidos e todos seguiremos firmes construindo o socialismo. (Palmas.)

Em nome do povo cubano, do Partido Comunista de Cuba, transmito a todos os delegados deste Congresso, aos seus dirigentes, a todos os partidos nossos votos pelo êxito do Congresso e por um futuro promissor para todo o povo brasileiro.

Viva Cuba e Brasil! (Ininteligível.), venceremos! (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Muito bem, Embaixador. Muito obrigado pelas suas palavras.

Quero dar alguns avisos e peço a atenção de todos. Primeiro, os companheiros do Movimento Popular convidam para reunião às 14h nesse salão ao lado, para discutir o início do trabalho do Movimento Popular no PSB.

A J.S.B, os jovens, convidam para reunião agora, próximo ao local onde está sendo feito o credenciamento dos participantes, com os representantes dos Estados.

Também informamos que vamos agora suspender os trabalhos para o almoço. Peço atenção de todos no sentido de que vamos retornar às 14h e também temos algumas sugestões de local para o almoço. A sugestão de custo menor é a do restaurante da Câmara, Anexo III. O preço da refeição é 7 reais o quilo, com refrigerante à parte. Há seis ônibus na porta, para quem não tiver condução. E existe também o restaurante do Senado, com ônibus também ali na frente para levar as pessoas. Quem não quiser almoçar na Câmara ou no Senado temos cartazes indicando outros locais, como a Churrascaria do Lago, mais próximo, o restaurante Picanha do Sul, o Sabor Brasil, Panela Mágica, Assados e Grelhados, Calamares, Galeteria Gaúcha.

É lógico que as delegações devem ter também suas sugestões, mas o Senado e a Câmara estão à disposição para receber os companheiros.

Suspenderemos então os trabalhos e retornaremos às 14 horas. Muito obrigado.

Reinstalação da Sessão Plenária para continuidade da discussão do temário.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Boa tarde, companheiros e companheiras. Vamos reiniciar os trabalhos do dia.

Convidamos para participar da mesa o Primeiro-Secretário Carlos Siqueira, já presente nosso companheiro Reginaldo de Castro, companheiro do Distrito Federal, candidato ao Senado pelo Partido. O companheiro Reginaldo de Castro já foi Presidente da OAB e tem uma proposta de convocação de uma constituinte e está defendendo essa proposta dentro do PSB.

Então vamos dar um prazo para que ele possa apresentar sua idéia que não tem caráter deliberativo, está-se iniciando a discussão, não é uma tese para ser deliberada. A proposta do companheiro Reginaldo de Castro vai ser apresentada hoje para que o partido possa, a partir de então, começar a discussão dessa idéia.

Com a palavra o companheiro Reginaldo de Castro, futuro Senador do Distrito Federal. (Palmas.)

O SR. REGINALDO DE CASTRO – Boa tarde. Companheiros e companheiras, os embates desta semana do Congresso Nacional em torno da proposta governamental de flexibilização da CLT evidenciam o regime de insegurança jurídica que vivemos já há alguns anos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Peço aos companheiros que estiverem fora dos seus lugares por favor tomem assento para que possamos, com as dificuldades deste grande plenário, ouvir o companheiro que está fazendo uso da palavra. Aqueles que estão de pé que se dirijam aos seus lugares, para que tenhamos a condição e a paciência de conduzirmos a discussão com sucesso.

Vamos pela quinta vez pedir ao nosso pessoal que converse novamente com as pessoas da batucada lá fora para que não atrapalhem o nosso trabalho. Procurem o responsável por essa delegação para que a bateria permaneça lá do outro lado do asfalto, bem distante, para não atrapalhar o trabalho aqui no plenário. (Palmas.)

Quero também pedir aos participantes que fiquem atentos à palavra do nosso companheiro.

Desculpe-me, Dr. Reginaldo, pode dar continuidade.

O SR. REGINALDO DE CASTRO – Repito. Os episódios lamentáveis aos quais assistimos esta semana no Congresso Nacional revelam um ambiente de insegurança jurídica que vivemos já há alguns anos.

Imaginem uma lei que proponha colocar um acordo entre as partes acima da legislação vigente e em certa medida da própria Constituição. Pois é o que faz a proposta para a qual o Governo, espantosamente, pediu urgência urgentíssima. Não se dispôs sequer a discutí-la.

Num país em que as relações trabalhistas estão longe de ser justas e equilibradas, um acordo entre partes não reflete necessariamente um ajuste aceitável, confiável. Freqüentemente o poder de pressão do mais forte, no caso do patronato, prevalece sobre os interesses da parte prática. Uma lei que dá a esses acordos poderes superiores à legislação trabalhista em vigor não é uma boa lei.

A própria Constituição pode ser atropelada por um acordo desse. Ela, por exemplo, prevê no seu art. 7°, inciso XVII, férias anuais remuneradas. Mas não especifica quantos dias. Nada impede que num acordo entre patrões e empregados se estabeleçam que as férias serão por exemplo de três dias. Basta aprovar uma lei como essa, cuja votação ficou adiada para a próxima terça-feira.

A busca dessa flexibilização é justificada pelo Governo como necessária para favorecer a contratação de mão-de-obra por parte das empresas. O excesso de leis regulando relações de trabalho até licença-gestante inibe a contratação. Governo e patrões argumentam, com alguma razão, que a Constituição, na verdadeira CLT, intrometendo-se em questões que poderiam e deveriam ser reguladas por lei ordinária e reformadas, quando necessário, com maior facilidade.

De fato a Constituição brasileira é excessivamente detalhista e acaba engessando alguns setores da vida nacional que pretendeu proteger. Isso se dá não apenas na questão trabalhista, mas em diversas outras, o que estimula a cada Governo que entra o espírito reformista e revisionista, que aprofunda o ambiente de insegurança e instabilidade jurídica ruim não apenas para os trabalhadores, mas para toda a Nação.

Um país sem segurança jurídica, sem regras claras do jogo estáveis, há poucos investimentos externos, pouca atração de capital e, por extensão, pouco progresso. Esse ambiente reformista, revisionista praticamente revogou a Constituição de 1988. Já não está mais em vigência seu espírito, tal a quantidade de emendas a ela aposta. A Constituição recém-completou 13 anos mas já foi emendada 32 vezes, o que dá uma média espantosa de mais de 2,45 emendas por ano.

Para se ter uma idéia do absurdo que isso significa, basta lembrar que a Constituição dos estados Unidos da América, com mais de 200 anos, foi emendada apenas 27 vezes.

Os três Governos Federais eleitos após a promulgação da Carta Magna de 88 fizeram de sua reforma compromisso prioritário de campanha. Em vez de adaptarem seus programas à ordem constitucional, fizeram o contrário: adaptaram a Constituição aos seus programas. Isso gerou a espantosa cifra de mais de 2 mil ações diretas de inconstitucionalidade propostas perante o Supremo Tribunal Federal.

Em face desse ambiente de conflitividade jurídica criado sobretudo no esgarçamento constitucional, estou convencido de que o País precisa de outra Constituição mais enxuta, livre de impurezas político-partidárias, comprometidas tão-somente com o estabelecimento de uma ordem jurídica que expresse verdadeiramente o Estado Democrático de Direito.

Por essa razão, defendo, desde o tempo em que fui Presidente do Conselho Federal da OAB, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, se possível apartidária, voltada apenas para a elaboração do texto constitucional, que funcionaria paralelamente ao Congresso Nacional. E uma vez promulgada essa Assembléia seria imediatamente extinta.

As constituições republicanas brasileiras, incluindo a atual, padecem todas de um mal de origem. Foram elaboradas por assembléias constituintes que acumulavam funções de congresso ordinário, ou seja, legislaram em causa própria sempre. Dessa gênese promíscua derivaram diversas outras distorções que em curto espaço de tempo resultaram em imensa conflitividade jurídica e graves impasses institucionais que retardaram o processo de aperfeiçoamento democrático no País, gerando diversos retrocessos políticos.

A sucessão de interrupções da ordem democrática, ao longo de mais de cem anos de história republicana brasileira, está diretamente vinculada a esse mal de origem que, em regra, vincula ao texto na Carta Magna interesses político-partidários e casuísmos que a comprometem e desfiguram.

Por isso minha proposta difere-se de outras que aparentemente acenam para o mesmo lado. Não podemos repetir erros do passado, convocando um congresso constituinte ou como recentemente sugeriu o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, estabelecendo uma nova revisão constitucional para o próximo Congresso que será eleito.

Já vivemos há muito em permanente revisão constitucional. O que proponho é simples: embora inédito na história do Brasil, uma constituinte exclusiva e apartidária, eleita com o objetivo exclusivo de escrever uma nova Constituição, dissolvendo-se imediatamente após sua promulgação. Teríamos assim e só assim uma Constituição sem os vícios das anteriores, envolvidas por interesses político-partidários das elites de sempre e submetida posteriormente a uma febre reformista, por sucessivos governos, que acabou deformando a todas e esgaçando.

Por essa razão é a proposta que deixo para reflexão de todos, sobretudo neste momento em que temos a oportunidade de reformar em grande parte tanto o Senado da República, como a Câmara dos Deputados. Precisamos ter a reflexão pronta, para que se for essa discussão acolhida pelo partido que seja transformada em uma de suas bandeiras, para que afinal o Brasil tenha efetivamente uma Carta Magna que atenda aos interesses de sua população e não daqueles 2% de brasileiros que concentram toda a renda nacional. A distribuição de renda, a reforma do judiciário voltada para o povo, a reforma da ordem política, a extinção das medidas provisórias, a própria reforma tributária

não ocorrerão no Brasil. Nada disso veremos no nosso País, na nossa geração se não for pela via da Assembléia Nacional Constituinte que possa, com independência, com os olhos voltados para as realidades do povo brasileiro, dar ao País a Lei Magna que jamais tivemos, desde a proclamação da República. Sempre tivemos, sim, a lei que protege os privilégios. E agora protege privilégios claramente do Executivo, com as medidas provisórias; privilégios do Legislativo com as imunidades parlamentares; e privilégios do Judiciário que ninguém retira.

É, pois, certo que passaremos por uma nova fase constituinte neste País. Não sei quando será, mas teremos, sim, um dia uma assembléia nacional constituinte. Não sei se é mais razoável termos essa assembléia num plano de equilíbrio das instituições ou se através de uma ruptura da sociedade brasileira, trazendo as graves conseqüências que todos conhecemos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo de Castro.

Peço mais uma vez que possamos diminuir os passeios pelos corredores a fim de mantermos a ordem no plenário.

Nesta parte da tarde vamos ter a apresentação de teses de alguns companheiros. Temos já alguns companheiros inscritos com as teses que foram publicadas no caderno, que vão ter oportunidade durante cinco a dez minutos de fazer a apresentação das suas idéias. Ao final faremos o debate de tudo que ouvirmos.

Vamos agora ouvir por cinco minutos a nossa Deputada Alcione Athaíde, do Rio de Janeiro, que vai apresentar a tese sobre a juventude. (Palmas.)

A SRA. ALCIONE ATHAÍDE (Deputada Federal) – Quero cumprimentar a mesa, o nosso Secretário Carlos Siqueira, o Deputado Renato Casagrande e dizer que vou ser breve, tenho apenas cinco minutos mas nem pretendo usá-los todos porque gostaria também de ouvir o Silvano.

Ouço em vários locais do País, em todos os partidos políticos, o discurso da juventude e os segmentos que dizem priorizar os jovens. Sei que no nosso partido, o Partido Socialista Brasileiro, o pouco tempo reservado aos nossos jovens neste encontro foi alheio à vontade da organização deste Congresso. Mas não poderia deixar de dizer que mesmo assim continuam sendo minimamente co-responsáveis pela falta de políticas públicas neste País em prol da nossa juventude.

Temos, na faixa de 15 a 24 anos no Brasil, 31 milhões, 366 mil e 81 jovens. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da

Criança e do Adolescente, considera criança pessoas com até 12 anos incompletos. E aqueles de 12 a 18 anos são chamados adolescente. Os jovens entre 15 e 24 anos, na realidade, não possuem direitos específicos assegurados nem na Constituição, nem em lei específica.

Cabe ressaltar que nessa faixa etária significativo percentual termina o ensino médio, procura ingressar no mercado de trabalho e muitas vezes, principalmente no caso das jovens, passa a constituir uma família. Considero que significativa é a parcela da população e que muito pouco temos feito.

Concretamente eu quero neste Congresso solicitar ao Partido Socialista Brasileiro que dê o exemplo a este País no sentido de que façamos um pouco mais do que apenas discurso para a nossa juventude. Penso que uma legislação em prol da juventude, priorizada em todos os níveis, municipal, estadual e federal, seria de fato um avanço nas questões e no trato com os nossos jovens.

Para isso tenho tramitando na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição nº 341 de 2001, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, e o Projeto de Lei n1.432-B, de 1999, que institui o dia 12 de agosto — como recomendação internacional, e estamos encaminhando projeto de lei para instituirmos no Brasil — o Dia Nacional da Juventude.

Gostaria que todos os jovens se mobilizassem, para vermos na nossa legislação direitos constitucionais a eles garantidos e o projeto de lei que institui o Dia Nacional da Juventude.

Quero concretamente encaminhar essa proposta ao VIII Congresso do Partido Socialista Brasileiro, para que possamos tirar a proposta de incentivo a toda legislação que trate da juventude e o apoio à PEC nº 341 e ao Projeto de Lei nº 1.432-B. O Partido Socialista Brasileiro e sua Juventude vão dar grande exemplo a este País, pois está na hora de sairmos do discursos e fazer ações concretas. E essa ação pode sair daqui hoje, e conto com o apoio de todos.

Muito obrigada. Gostaria que vocês ouvissem o Silvano, que vai complementar minha fala. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Obrigado, Deputada.

O Silvano, da Juventude, quer se pronunciar sobre a proposta da Deputada.

O SR. SILVANO MEDEIROS (Secretário Nacional da Juventude Socialista Brasileira) – Primeiramente eu quero saudar, em nome da Juventude Socialista Brasileira, a todos os participantes deste VIII Congresso e especial

os jovens, na pessoa do nosso companheiro Carlos Siqueira, nosso guru que sempre colaborou com a juventude, caminhando lado a lado conosco. (Palmas.)

Quero reforçar a proposta da Deputada Alcione Athaíde sobre essa questão da juventude. Essa proposta já foi debatida hoje pela direção da juventude, eleita ontem no Congresso, e a juventude, por unanimidade, aprovou que essa vai ser uma das principais bandeiras de luta da Juventude Socialista Brasileira. (Palmas.)

Trazemos a proposta também junto com a Deputada para que o partido assuma essa bandeira de luta, porque sabemos da importância do segmento da juventude no que diz respeito ao nosso Partido Socialista. Uma juventude que sempre esteve presente em todos os momentos, e é importante que o partido venha a assumir não apenas como uma proposta da juventude, mas como uma proposta principalmente do partido e que venha a trabalhar a política específica para a juventude.

Obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Muito bem, Silvano. A juventude já aprovou a proposta da Deputada. Encaminho agora para o partido essa discussão.

Vamos ouvir agora o Emílio Diniz, que tem tese publicada sobre a questão internacional, que disporá da palavra por cinco minutos, podendo ser o prazo prorrogado por mais alguns minutos. Depois do Emílio vamos ouvir o Marcos Cunha, para apresentar a tese sobre a "A ALCA. O Brasil não deve ingressar sem um Plebiscito."

Com a palavra o Emílio.

O SR. EMÍLIO DINIZ – Companheiros e companheiras socialistas de todo o Brasil. Estamos neste Congresso caminhando para selar a candidatura vitoriosa do Governador Garotinho à presidência de República em 2002. Mas nós vamos à rua para tornar esse projeto vencedor. Vamos à rua com um programa que seja a cara do Partido Socialista, que tenha a cara do povo brasileiro. E nesse sentido nós trabalhamos na nossa tese, na página 40, que o partido tenha no seu programa o eixo da soberania nacional. A soberania nacional passa, no nosso entendimento, pela afirmação da cidadania brasileira. A cidadania brasileira precisa se constituir como força política, como quarto poder na sociedade. Para darmos respaldo às medidas que um governo socialista terá de implementar a partir de 2003.

Essas medidas, no nosso entendimento, são para tornar forte essa cidadania, questão democrática. O nosso governo precisa ter espaço para que a

sociedade civil, para que o quarto poder seja ouvido, tenha participação no planejamento do nosso Governo, para que ele possa reproduzir em cada Estado e em âmbito internacional esse planejamento.

Mas para exercer a democracia e a cidadania, o nosso povo precisa ter condições básicas de vida. Precisamos responder e atender a questão da moradia, da educação, da saúde pública, do saneamento básico. E para atender a essas demandas públicas, o nosso governo precisará de dinheiro. Aí entra mais um ponto da afirmação na soberania nacional, que é a nossa soberania como Nação.

As elites desconstituíram a Nação brasileira, e quem tem condições de reconstituir a Nação brasileira é o povo unido, com um novo governo. E partiremos para construir essa nova Nação a partir de uma suspensão do pagamento da dívida externa, porque é o que tem sugado o dinheiro do povo brasileiro. (Palmas.)

Diariamente milhões de dólares são enviados para o Fundo Internacional, dinheiro que poderia estar sendo usado na moradia, estar sendo aplicado em saúde, em educação. Mas vai para os ricos, vai para favorecer o capital internacional, que nos mantém submissos, atrelados a eles, destruindo nossa identidade como povo, e não só a nossa, mas de toda a América Latina.

Portanto, precisamos parar de sustentar aqueles que nos dominam, porque sua riqueza é construída a cada dia do suor de cada brasileiro, de cada trabalhador. O nosso partido tem de deixar isso bem claro, porque não haverá condições de arrecadar dinheiro para responder as demandas sociais.

Mas não vamos recorrer ao Fundo Monetário Internacional. O Governo do PSB vai deixar de pagar por um tempo, para aplicar no nosso País esse dinheiro, e aí sim, retomar o projeto de desenvolvimento nacional centrado no financiamento aos pequenos agricultores, da pequena e da média indústria. É para esses setores que vamos financiar com dinheiro público. Os grandes não precisam de dinheiro, quem precisa são os trabalhadores rurais, os pequenos e médios empresários que temos no País.

Portanto, precisamos sair daqui convictos de que nossa ruptura, nossa mudança, desatrelarmos o capital internacional parte do nosso Governo como eixo central. Alguns vão dizer que isso não é possível porque nos isolaríamos. O Brasil é um continente, é um País rico. A siderúrgica japonesa não é movida sem o minério de ferro do Brasil. A Alemanha importa do Brasil e dos Estados Unidos18% da soja que usa no seu país eles não vão pretender ficar dependente apenas dos Estados Unidos.

Precisamos ter a convicção de que ninguém vai isolar o Brasil. Temos

a Amazônia, o minério de ferro, ouro, cobre, prata. Todo mundo precisa do Brasil. Portanto, não vamos nos isolar.

Tenho certeza de que a política que vamos fazer, a partir de 2003, vai estar embasada nesse programa que será a alavanca para desenvolvermos o projeto nacional que queremos reconstruir. Continuar pagando a dívida é fazer o que Fernando Henrique está fazendo e não dá certo. Continuar pagando com as exigências do FMI é o que não poderemos fazer. O dinheiro está aqui, produzido pelo povo, e ele precisa ficar aqui, porque é impossível que uma dívida de oito anos atrás era de 16 bilhões de dólares e hoje esteja em 600 bilhões de dólares. Isso é roubo. Estão sugando o nosso povo!.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (coordenador) – Obrigado, companheiro Emílio.

Convido o Marcos Cunha para apresentar tese sobre "A ALCA. O Brasil não deve ingressar sem um Plebiscito".

O SR. MARCOS CUNHA – O Companheiro Emílio já introduziu muito bem o tema que vamos tratar, que é muito sério. Eu diria que é um dos temas mais importantes, sem desmerecer o apresentado pelos demais companheiros, mas um dos temas mais importantes para o futuro da soberania do nosso País.

O tema da ALCA, um tema que muitos de nós não conhecemos, trata-se da Área de Livre Comércio das Américas, e, em poucas palavras, significa dizer que a indústria brasileira, a indústria do Equador, do Panamá vai ter de concorrer no livre mercado, concorrência entre empresas, com sérias dificuldades, com a maior potência hegemônica do mundo atual.

Para perceber o que significa a Área de Livre Comércio, podemos criar uma imagem. É como pegar o Mike Tison e chamar um de nós para a briga na mão limpa. É isso que estão projetando para nós. Já sabemos desse resultado.

Essa armação vai destruir a indústria nacional e vai desempregar os brasileiros, dando emprego para os norte-americanos, para aqueles que ficaram na fronteira, que é hoje o México. Se não for interrompida imediatamente vai nos levar a uma circunstância de caos social jamais visto na nossa história.

E isso, companheiros, não basta que esperemos a eleição de um companheiro na presidência da República. Esse processo está se dando hoje. As tratativas e negociações estão sendo feitas neste momento, por pequenos grupos de governo, por poucos embaixadores, tecnocratas que, sentados em gabinetes, estão projetando esse tipo de arranjo internacional

E se não interrompermos esse silêncio, propondo a abertura dessa caixa-preta, propondo que toda a população tenha conhecimento do que está acontecendo, através de um plebiscito, para pelo menos suspender por 10, 20, 30 anos essa discussão, vamos, mesmo vitoriosos no próximo pleito, nos defrontar com documento assinado pelo nosso País, que vai amarrar de tal maneira o nosso País que depois não terá como desfazer.

Como em várias regiões do País, os nossos governadores chegaram ao poder e se defrontaram com contratos feitos pelo governo anterior, e aí não havia mais como rasgá-los. É o que está acontecendo.

Por isso, companheiros, é da máxima urgência. Peço a atenção de todos para que leiam a tese colocada no livro de teses, e ali tem meu endereço também para aqueles que queiram entrar em contato, eu agradeço. Será uma felicidade poder conversar com todos. Mas peço a atenção de vocês e o voto agora a favor dessa tese, para que o Partido Socialista defenda a tese da realização de um plebiscito imediatamente, para que obrigue o Governo a trazer a público e mostrar à público o que estão escondendo, determinando o nosso futuro. Somente através do plebiscito vamos poder dizer "não" para a ALCA, que é um instrumento de neocolonização do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Marcos.

Convidamos agora o companheiro do Rio Grande do Sul, Carlos Ferreira, para apresentar a proposta de tese da J.S.B de Pelotas, "Candidaturas e alianças no campo da esquerda, o PSB como projeto alternativo, sustentável e articulado".

Com a palavra Carlos Ferreira.

O SR. CARLOS FERREIRA (Rio Grande do Sul) – Boa tarde a todos os companheiros presentes, saúdo a todos com minhas efusivas saudações socialistas.

Essa tese, companheiro, também está sendo referendada pela Juventude do Estado do Rio Grande do Sul e pela Juventude Nacional, nós que há pouco tempo fizemos a discussão que tem como objetivo contribuir para uma reflexão e discussão que lamentamos a base do partido não ter tido oportunidade de debater.

A pergunta inicial que faço é se queremos uma candidatura por uma questão estratégica ou porque temos a consciência da necessidade de um programa e de um projeto de esquerda no País.

Se temos consciência de que a nossa candidatura se faz necessária por um projeto de esquerda, ela necessariamente passa pela discussão na base do Partido e não pela imposição das nossas direções, no sentido de fazer o partido aceitar.

A juventude nesse sentido quer participar do processo da tomada de decisão e discussão daquilo que o partido toma em âmbito nacional, estadual e municipal, porque nós, militantes da base, vamos defender a candidatura que hoje está aqui consolidada, a candidatura do nosso pré-candidato Anthony Garotinho.

Entendemos que o nosso candidato tem de ter um perfil adequado com o nosso programa partidário, de acordo com a discussão que é feita na base, e fundamentalmente ter o papel de articulador dos partidos da esquerda, inclusive o Partido dos Trabalhadores compondo junto conosco a chapa, para termos um projeto de esquerda neste País e combater esse projeto neoliberal.

Não basta estarmos sozinhos, companheiros, precisamos estar aliados com todos os partidos de esquerda e com todos os partidos que tenham posicionamento contrário a esse projeto que nos está sendo submetido.

Nas regiões e nos Estados essa proposta também deve ser discutida, no sentido de fazer com que as coligações nos Estados seja a coligação da esquerda. Nós, no Rio Grande do Sul, temos o posicionamento claro de que o Partido Socialista Brasileiro, que vem tendo um crescimento significativo, merece hoje mais do que nunca a oportunidade de apresentar para a sociedade brasileira um projeto sustentável, articulado, alternativo. Nós já temos esse projeto aprovado no nosso Estatuto, no nosso programa.

O projeto do companheiro Capiberibe é um modelo para defendermos nessa candidatura.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado, companheiro do Rio Grande do Sul.

Vamos ouvir agora a tese também do companheiro do Rio Grande do Sul, Vicente Celistre, que apresentou a tese "A Livre Organização dos Trabalhadores".

Com a palavra, por cinco minutos, o companheiro Vicente Celistre.

O SR. VICENTE CELISTRE (Rio Grande do Sul) – Companheiras, companheiros, quero saudar a Mesa e saudar fraternalmente o modo socialista de viver e de pensar a cada delegado, a cada delegada de todos os recantos do nosso grande País.

Companheiros, a apresentação dessa tese da livre organização dos trabalhadores é para alertar as direções partidárias e o conjunto de discussão nos estados e deste grande e histórico congresso para a questão da luta dos sindicatos, da luta dos trabalhadores, da luta de classes. Num partido socialista como o nosso, penso eu que seria exagero reforçar, num congresso socialista, a importância dos sindicatos, a importância da classe trabalhadora organizada para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, companheiros, parto da premissa de que todos nós entendemos que trabalhadores, assim como os indígenas, negros, mulheres, jovens, estudantes e aposentados, têm que estar organizados e de que o nosso Partido tem que estar inserido dentro dessas forças sociais e populares.

Companheiras e companheiros, a tese da livre organização dos trabalhadores está aí e a organização alcançou cada companheiro no caderno de teses. Ela quer fazer com que os sindicatos sejam mais autênticos, que atuem na base para sindicalizar os trabalhadores, trazê-los para dentro do debate sindical. Não podemos mais conviver neste País com sindicatos entreguistas, que assinam banco de horas, que assinam flexibilização dos direitos dos trabalhadores por conta da cartilha do FMI e desse gerente do FMI que está no Palácio do Planalto, esse repudiado Fernando Henrique Cardoso.

É o momento, companheiros, de o Partido Socialista dizer "sim" ao debate sobre a organização dos trabalhadores, sobre a contribuição sindical, sobre a unicidade, sobre a contribuição confederativa, sobre a organização sindical como um todo.

Podem saber, companheiros, que o que Fernando Henrique e PMDB, PFL, PPB, PTB, PSDB fazem junto com o FMI é desmontar a estrutura sindical legítima que estava ali, com a Central Única dos Trabalhadores, semana passada, para segurar esse golpe novamente nas costas dos trabalhadores, que é a flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

Então, companheiros, essa tese vai nesse sentido. Entendo, companheiros, esse momento histórico que vive o Partido, este congresso histórico e de muita responsabilidade, porque os trabalhadores têm muito a contribuir e devem estar inseridos no Partido. Estamos decidindo a candidatura à Presidência da República e eu invoco, em nome dos companheiros que estão dirigindo o nosso Partido, como Carlos Siqueira, Roberto Amaral, Miguel Arraes, ontem, quando o nosso Presidente aqui disse que temos que levar um projeto, o projeto do Partido, o projeto socialista, construído pelas instâncias partidárias, e o nosso candidato tem que representá-lo de forma total, ampla e integrada.

Quando, ontem, o nosso companheiro Miguel Arraes disse que temos

que respeitar a história de luta de João Mangabeira, que foi o último candidato à presidência que tivemos em 1950, que temos que representar a história do socialista no País, de Luiz Carlos Prestes, de Antônio Conselheiro, de Zumbi, esse é o projeto que o Partido deve levar, esse é o projeto que este congresso tem que apontar. E o companheiro Garotinho, com a sua legitimidade, com a sua liderança, deve representar, sim, o projeto do Partido Socialista Brasileiro, da sua história no País desde 1902, quando as federações de trabalhadores fizeram um manifesto socialista, desde 1947, quando o Partido se organizou com diversos companheiros que tombaram na luta.

Queremos esse projeto no Palácio do Planalto para fazer um Brasil mais justo para todas as brasileiras e brasileiros. Companheiros, muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado. Vamos agora fazer o registro de pessoas que queiram debater as teses. O Marcos lembrou a tempo. Pode assumir a tribuna, Marcos. O Marcos tem outra tese, que é contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade. Cinco minutos, Marcos.

O SR. MARCOS CUNHA – Queria dizer – na primeira fala não mencionei – que por todo este País, pelo que já ouvi de outros companheiros, a figura do companheiro Carlos Siqueira tem sido insubstituível, indispensável para a construção do nosso Partido. Quero agradecer o trabalho do companheiro Carlos Siqueira, porque tem viabilizado, inclusive, os núcleos de estudo lá em Pelotas, no Rio Grande do Sul, todo sábado à tarde, reunindo o pessoal para debater essas questões polêmicas. Todo sábado reunimos um grupo de pessoas que, aos poucos, têm crescido no debate político. Essas teses que eu trouxe para apresentar a vocês são fruto desse estudo que semanalmente temos feito graças ao companheiro Carlos Siqueira, que faz chegar em três dias, em Pelotas, o material de que necessitamos. Então quero agradecer ao companheiro Carlos Siqueira.

Uma outra questão que eu queria colocar é atinente à qualidade do trabalho realizado pela Direção Nacional, que pode ser visto na nossa Revista Argumento. Esta revista, companheiros, é de excelente qualidade. Essas teses que estou apresentando, ambas podem ser encontradas com maior profundidade, com maior clareza nesses dois volumes da nossa revista.

Então também quero parabenizar o nosso Partido pela edição dessas revistas. Sem dúvida, será um excelente material para trabalharmos no dia-a-dia da formação política do nosso Partido.

Retomando a minha tese "Contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade", as-

sistimos atônitos aos acontecimentos de 11 de setembro. Perplexos, todos nós assistimos ser atingida a potência econômica que até então era considerada intocável. Pois ruíram aquelas imagens de segurança que transmitia para o resto do mundo a maior potência econômica do nosso tempo.

Claro que nos compadecemos daqueles que foram vítimas inocentes de um ato de tamanha grandeza. Não podemos deixar de estar solidários com as pessoas que, naquele evento, desgraçadamente, perderam suas vidas. Porém não devemos esquecer que o terror tem sido promovido há muitos anos por essa potência hegemônica. O terror, na América Latina, foi patrocinado muitas vezes pela CIA, pelo FBI, matando companheiros nossos, destruindo lideranças do futuro da nossa nação.

Ao mesmo tempo em que lamentamos a morte de inocentes norte-americanos, não queremos deixar de mencionar o mal e a violência que tem promovido esse país com relação a todas as outras nações que não têm se colocado de joelhos, que não têm se submetido incondicionalmente. Essas nações que dizem "não", com exceção dos companheiros de Cuba, que resistem bravamente, todas têm sucumbido à violência e ao terror promovido pelos Estados Unidos.

Não queremos mais violência e terrorismo contra eles, mas queremos justiça. Queremos que os atos de terrorismo promovidos pelo governo dos Estados Unidos sejam punidos por uma corte internacional. Por isso, companheiros, para quem não quer mais guerra, mais terror, votar pela criação de um tribunal internacional para punir esses bandidos é uma saída que o Partido Socialista Brasileiro precisa indicar. Obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Marcos.

Temos mais uma tese a ser apresentada antes de cumprirmos as instruções, que é a tese do Jairão, do Acre, sobre o desenvolvimento sustentável. Cinco minutos para que ele possa apresentar a sua tese.

O SR. JAIRÃO (Acre) – Companheiros, é um prazer estar aqui representando a delegação do Acre em que inscrevemos um trabalho sobre sustentabilidade para este congresso. É uma contribuição nossa. A sustentabilidade vista com um olhar para as cidades e para o campo, leia-se florestas, uma vez o que nós, socialistas do Acre, temos de mais importante e de maior são as nossas florestas.

Digo a vocês, companheiros: o neoliberalismo, o capitalismo globalizante tem passado a idéia pela grande mídia nacional de que o processo de desenvolvimento que se estabeleceu no mundo dá-se tão-somente pelo viés das cidades,

cidades estas que têm transformado as pessoas em escória do mundo, cidades estas que têm, em decorrência do modelo de desenvolvimento implantado pelo capitalismo mundial, transformado as pessoas em pedintes, dando valor à máquina e desprezando a vida.

Nós, socialistas do Acre, entendemos que para se alcançar um modelo de desenvolvimento capaz de entender a vida como alternativa proposta no Manifesto do Partido Comunista, no século passado, é importante dar a mesma valoração que das cidades às florestas.

Nós, socialistas do Acre, entendemos que há um valor ainda não agregado no processo de desenvolvimento, que é a nossa etnodiversidade, a nossa biodiversidade. Que universidade do mundo ensina um homem a cheirar a casca de um pau e dizer que bicho passou por ali, quando passou, se estava com pressa ou sem? No entanto, as populações das florestas da Amazônia aprenderam esse rico conhecimento que até hoje nenhuma universidade, nenhuma pesquisa conseguiu valorar.

Entendemos que poderemos alcançar um projeto socialista para a Amazônia, a sustentabilidade, dando a importância que as florestas têm, valorando a sua medida.

Mais uma coisa importante, companheiros: o modelo de desenvolvimento proposto por este Governo Fernando Henrique Cardoso comete, ano após ano, crime de lesa-pátria, e o nosso Partido tem que se posicionar de forma veemente contra esse entreguismo. Esse modelo de desenvolvimento tem tornado a Amazônia cada dia mais urbana, enquanto na verdade somos floresta. O valor da floresta tem que estar presente nesse modelo de desenvolvimento.

Para concluir, companheiros, o nosso trabalho não quer menosprezar as cidades, pelo contrário. Queremos valorar a floresta, sobretudo os valores sócio-ambientais que nela existem. Este é um momento ímpar na história do nosso Partido.

Quero dar um recado importante: muitas pessoas não estão prestando atenção no que está sendo debatido aqui, mas estão perdendo um momento histórico, porque é a primeira vez que um congresso do nosso Partido discute e lança um candidato à Presidência da República. Um candidato que fundamentalmente não vai representar uma pessoa, mas uma idéia contra o neoliberalismo, que nos atordoa e à nossa gente.

Nossa proposta, portanto, é de que tenhamos a floresta da Amazônia incluída na nossa pauta política. Obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Jairão. Muito obrigado, companheiro do Acre.

Vamos, agora, começar a ouvir os companheiros. O primeiro é Emanuel Veiga Costa, do Maranhão. Logo após o Emanuel, ouviremos o João Luiz Batista, do Distrito Federal.

São no máximo três minutos. Peço a compreensão dos companheiros.

O SR. EMANUEL VEIGA COSTA (PSB/MA) – Companheiros da Mesa, companheiro Carlos Siqueira, Srs. Congressistas, este momento é de observar a vida nacional. Talvez muitos companheiros que aqui estão, por um motivo ou outro, não estejam levando a sério as discussões deste congresso, que é de grande importância para o povo brasileiro. Mas uma coisa me chamou a atenção: a tese dos companheiros do Rio Grande do Sul e de São Paulo, em que podemos observar a cultura, a educação e um projeto político para este País.

Preocupa-me bastante, companheiros, quando estamos em um momento de decisão para a melhoria deste País, enquanto viemos dos nossos estados em busca de união das forças deste País na luta democrática, entender que alguns companheiros não observam o que está acontecendo no grande congresso que o PSB está realizando.

Gostaria de frisar, para conhecimento do povo brasileiro, que no Maranhão surgiu recentemente uma boneca que está servindo de propaganda para o povo brasileiro. Lá a educação está sendo surrupiada, a saúde está morta, as crianças estão sendo massacradas, mortas, seu patrimônio está sendo dilapidado, onde o povo está sendo levado como se fosse galinha de granja.

Queria chamar a atenção do povo brasileiro para observar a propaganda do PFL, onde a boneca aparece com 88% de popularidade, porque 88% são a pobreza por que o nosso Estado está passando. Podem procurar os institutos, especialmente o IBGE, segundo o qual o Estado do Maranhão é o mais pobre desta nação. Não acredito que o povo brasileiro tenha a coragem de frisar o nome de uma pessoa daquela enquanto estamos morrendo de fome.

Queria dizer ao povo do PSB: nós, que fazemos socialismo neste País, vamos nos engajar na luta para colocar no seu comando o socialismo, que ainda é a vida para esse povo sofrido.

Quero frisar, companheiros, uma proposta para o nosso Partido: que faça um projeto de avaliação e de capacitação dos nossos socialistas, porque os nossos vereadores, os nossos prefeitos às vezes são eleitos, mas não têm um trabalho de capacitação para discutir o projeto de socialismo neste País. Por isso proponho trabalharmos na capacitação dos homens, das mulheres, da juventude e dos velhos para que este País mude para melhor, se Deus quiser. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Emanuel. Com a palavra o João Luiz Batista. Peço que se coloque em posição o próximo inscrito, Fernando Madueño da Silva.

João Luiz, são três minutos no máximo.

O SR. JOÃO LUIZ BATISTA (PSB/DF) – O PSB são os sindicalistas reunidos neste congresso, o PSB é a juventude aqui presente, o PSB são as mulheres, o PSB é um partido forjado na luta, o PSB é a inteligência brasileira que cresce e se afirma a cada dia. Este é o PSB.

Ocupo hoje a tribuna desta plenária para fazer uma avaliação nas teses que foram aqui exibidas, das quais em alguns pontos discordo, em outros vou procurar ajudar. Dentre elas está a questão da Alca, que será criada em 2005. Queremos a Alca, sim, mas uma Alca da América do Sul, que tenha o controle do nosso País. Se os Estados Unidos quiserem interferir, que venham se juntar a nós, mas sob o controle do nosso País.

Quero colocar outra questão que foi aqui enfocada: a disputa presidencial. O nosso candidato, Garotinho, será homologado hoje ou amanhã neste congresso como o candidato do PSB. Quero deixar claro que o nosso candidato está numa posição razoável nas últimas pesquisas que tenho em mãos. Na realizada pela Folha de S.Paulo, está em quinto lugar, mas quero também deixar claro que o ideal seria um candidato único de toda a Esquerda. Isso é praticamente impossível. Vou mais além: se a candidatura de Garotinho até maio vier a decolar em termos de pesquisa em nível nacional, realmente terá um grande respaldo. Se a candidatura do companheiro for realmente decidida pelo nosso Partido, é do nosso dever partir para as ruas e defendê-la, mas é preciso deixar claro...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – João, conclua por favor.

O SR. JOÃO LUIZ BATISTA (PSB/DF) - É preciso deixar claro que também temos um outro candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, que já tem 30% nas pesquisas e já está no segundo turno. É uma avaliação de todos os institutos de pesquisa e de todos os analistas políticos.

Ontem o Presidente do Partido dos Trabalhadores deixou claro que se o companheiro Garotinho vier a disputar o segundo turno ou se Lula não conseguir chegar lá, ele vai se somar ao nosso Partido e fazer uma verdadeira unidade para derrotarmos o nosso grande inimigo, que é Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – João, obrigado. Com a palavra Fernando Madueño da Silva. Quero que se coloque próximo ao microfone Genivam Silva Néri, da Bahia.

O SR. FERNANDO MADUEÑO DA SILVA (Presidente do Diretório Municipal de Pirenópolis – GO) - Boa tarde a todos. Queria cumprimentar a Mesa e a todos os delegados e participantes presentes. Meu nome é Fernando Madueño, sou o Presidente do Diretório Municipal de Pirenópolis, Goiás, uma cidade que tem, na sua história e nas suas belezas naturais, o seu patrimônio.

A minha intenção ao pedir a palavra é realçar a qualidade da tese do Governador Capiberibe. Lembro aos companheiros a importância de se permear em todos os discursos políticos o conceito da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável.

A efetiva prática da sustentabilidade começa a se refletir nas pequenas relações das pessoas, dos pais com os seus filhos, dos empregados com os patrões, nas relações entre as diversas entidades de classe. Importante é propor neste congresso nacional que a Agenda 21 seja uma ferramenta de educação para os participantes do Partido, para os seus políticos, do Presidente ao mais simples vereador, sem querer menosprezar essa condição, pelo contrário, valorizando as bases.

Até questiono por que o nosso candidato a presidente não está aqui, na platéia, escutando as teses que estão sendo propostas.

Volto a frisar aos senhores que leiam a tese do Governador Capiberibe e a esses outros companheiros que vieram defender o conceito de desenvolvimento sustentável, porque o próprio processo eleitoral é uma competição insana, que acirra as diferenças. Depois que acaba o pleito, perdemos um grande tempo passando um merthiolate nas feridas. Logo em seguida, os políticos já estão compromissados com a próxima eleição. Portanto acho que temos que pensar hoje na inserção da gestão ambiental, porque pode ser que quando os problemas sociais, educacionais, de saúde, que estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente, estiverem resolvidos talvez não tenhamos mais a natureza para garantir a qualidade de vida. Muito obrigado, companheiros.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheiro Genivam Silva Néri com a palavra. Coloque-se em posição Francisco de Assis Silva.

O SR. GENIVAM SILVA NÉRI (PSB – BA) – Gostaria de, em nome dos companheiros da Bahia, da Delegação de Conquista, saudar todos os delegados participantes deste VIII Congresso Nacional do PSB.

Depois de ouvir algumas teses colocadas e algumas discussões pela manhã, não poderíamos deixar passar em branco a oportunidade de ressaltar, nesta tribuna, a importância de sermos cuidadosos com relação à preocupação

manifestada na tese do Carlos Siqueira quanto ao que está colocado na cláusula de barreira. É fundamental que o nosso Partido cresça, que eleja deputados para superarmos esse problema, para não ficarmos na situação de vulnerabilidade que estamos vivendo hoje.

Meus amigos, há outras questões que não poderíamos deixar passar. É tema polêmico dentro do PSB e por onde vemos. Significa o momento de crescimento pelo qual o Partido passa atualmente. É fundamental que tenhamos o cuidado de garantir que em cada lugar onde o Partido cresça, onde o Partido receba companheiros saibamos ouvir aqueles companheiros antigos, que ajudaram a construir este Partido. Toda fase de crescimento, toda transição é importante dentro do PSB. Somos o maior testemunho de que o nosso Partido precisa crescer, agora o crescimento também precisa ser sustentável. Precisamos disputar a eleição para a Presidência da República com o companheiro Garotinho, ampliar, mas também precisamos, após o processo eleitoral, ter Partido para governar, precisamos ter militância na base, e não podemos nunca abrir mão dos nossos companheiros construídos nessa luta. Neste congresso, encontrei colegas, companheiros ainda de juventude que estão aí, firmes na luta, em muitos lugares sofrendo nas mãos dos que detêm o voto, dos que já têm o peso eleitoral, entretanto estão firmes no congresso.

Então é inadmissível que qualquer companheiro de direção do Partido intervenha numa realidade local, convocando e trazendo às vezes aquele que sempre nos tratou mal, que sempre foi aliado da direita naquela cidade, para dentro do Partido sem discutir com a localidade, por menor que ela seja. Não podemos admitir isso.

Tive notícia por um Deputado Federal da minha cidade, carlista de carteirinha, de que havia sido ele convidado para integrar o PSB por alguém ligado à Direção Nacional. E há essa necessidade, hoje, de eleger. Eu disse para ele: sinto muito, mas o PSB não lhe cabe. Você é diferente do que pensamos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheiro Genivam, conclua por favor.

O SR. GENIVAM SILVA NÉRI (PSB – BA) – Para concluir. Precisamos ter uma direção nacional, uma executiva, um diretório nacional forte, com condição de fazer intervenção, mas na hora em que for chamado pelas forças. Quando as forças chamarem a Direção Nacional para intervir, queremos ter uma direção forte, como já aconteceu em nossa cidade quando fomos obrigados a expulsar do Partido um candidato a prefeito que formou aliança com um grupo carlista na cidade.

Então, meus amigos, queria fazer esse registro, agradecer a todos pela atenção e dizer que a nossa luta pelo socialismo continua. É importante que saiamos da próxima eleição com uma grande bancada de deputados federais, estaduais e com uma candidatura à Presidência da República vitoriosa. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Genivam. Com a palavra Francisco de Assis Silva. O próximo é Maria Madureira, do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS SILVA (PSB – PA) – Companheiros da Mesa, companheiros da plenária, sou sindicalista do Sindicato dos Urbanitários de Belém do Pará. Estou aqui para contribuir, juntamente com os companheiros, nessa discussão.

Todos lembram o que aconteceu no dia 11 de setembro. Lamentamos muito pelas pessoas que perderam suas vidas, mas queremos ressaltar que os Estados Unidos massacram muitos trabalhadores. Na guerra de 70, no golpe do Chile, morreram mais de 30 mil companheiros, e a imprensa não divulga. O capitalismo internacional está em decadência e é necessário que o nosso País, que o nosso companheiro eleito Presidente da República, não pague a dívida externa, rompa com o FMI e faça um bloco na América Latina para fazer barreira contra os países de primeiro mundo. Nosso País é rico, tem competência para fazer barreira contra os Estados Unidos. Não podemos ficar reféns desse capital estrangeiro.

Quanto à questão da Alca, é necessário que o companheiro eleito não inclua o Brasil, porque, se implantada entre 2004 e 2005, a Alca vai trazer desemprego para os nossos trabalhadores.

Quero alertar também os companheiros de todos os estados, dar um puxão de orelha nas direções estaduais: temos que colocar companheiros de luta na direção. Na Direção Nacional também temos que colocar companheiros que levem o PSB para as bases, que saiam dos gabinetes e disputem o movimento popular sindical. Já chega de ficar encastelados, de ficar nas salas. O PSB tem que ser de base, tem que ser de movimentos. Se não fizermos assim, companheiros, o PSB não vai crescer.

Vamos fazer a reflexão nas direções estaduais e, na Direção Nacional, colocar companheiros de luta. Meu muito obrigado. Felicidades para todos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem. Com a palavra Cida Madureira. Quero que se coloque em posição a Irismar da Silva dos Santos. Estamos encerrando as inscrições. Já temos um número muito grande de pessoas inscritas. Quem quiser, inscreva-se agora, mas a partir de agora estão encerradas as inscrições. Cida Madureira.

A SRª CIDA MADUREIRA (PSB – RJ) – Boa tarde. Sou Cida Madureira, do PSB do Rio de Janeiro, suplente de deputado federal. É um momento histórico estarmos aqui neste VIII Congresso. Estamos muito felizes em participarmos com todos os companheiros.

A palavra que trago para os companheiros é a seguinte: neste congresso não está a família do Rio de Janeiro só. Está aqui a família de Pernambuco, a de Recife, enfim, aqui está reunida a família socialista. E é em nome da família socialista que estou falando agora.

Companheiros, a sociedade é formada pela nossa família, é na nossa família que aprendemos os primeiros passos da sociedade, da educação, da disciplina, da saúde. Enfim, é na nossa família que é construída a nossa sociedade. Então, nós, como família socialista, diferente de outras partes do mundo, de outras partes do estado que estão separadas, essa família socialista largou seus afazeres, largou o seu trabalho para estar aqui reunida por causa de um grande evento. Essa família socialista está hoje orgulhosa porque, pela primeira vez na história, tem um presidente para apresentar à sociedade.

Quem é do Rio de Janeiro que está aqui, que trabalhou na campanha do nosso Governador Garotinho, que hoje é o nosso Presidente, vai saber o que estou falando agora, porque, no Rio, a música dele não era aquela de campanha; a música dele vou cantar para vocês e quem souber vai me ajudar. A música do Garotinho é esta:

Vai dar tudo certo em nome de Jesus, vai dar tudo certo. O Garotinho vai ganhar, Jesus vai abençoar... E vai dar tudo certo. Vai dar tudo certo, em nome de Jesus, vai dar tudo certo...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Cida Madureira, vamos concluir. Obrigado pela sua participação. Irismar da Silva Santos. Após a Irismar, Vanice Gonçalves, do Rio de Janeiro. Peço à delegada Luciana Silva, do Rio de Janeiro, que compareça aqui ao lado. Há um companheiro querendo falar com ela.

A SRª IRISMAR DA SILVA SANTOS (PSB – RJ) - Se existe alguém a quem o Movimento das Mulheres do Rio de Janeiro respeita, mas respeita muito, é este plenário que aí está, porque ele sim é soberano. Congresso quer dizer congregar, não é ser subordinado, e nós fomos subordinados a virmos do Rio de Janeiro em ônibus horrorosos, mas discutiremos isso na base. Daqui a pouco vão cassar a minha palavra, porque eu não sou autoridade. Mas nós somos autoridades sim, porque ajudamos a elegê-los. A força está em nossas mãos. Se não fosse por nós, aonde eles estariam?

A burguesia que defende a democracia para conquistar o poder é a

mesma que não titubeia em golpeá-la. Ontem, aqui, ouvimos do Governador, nosso futuro Presidente da Nação, sua preocupação com a militância deste Partido. Estou me referindo à militância, à base, a você que fala, a você que prega Garotinho para Presidente, estou me referindo a você que vira voto, porque você é a referência para estar lá e eleger o Governador que aí está como nosso futuro Presidente.

Cabe a nós, militância, discutirmos o que é o congresso e para que serve. Viemos aqui somente para bater palmas? Responde pessoal!

PLATÉIA – Não.

A SRª IRISMAR DA SILVA SANTOS (PSB – RJ) – Viemos aqui para discutir teses, não para aprová-las por aclamação sem saber o seu teor real, porque essas teses contêm palavras altamente técnicas que não fazem parte do nosso dia-a-dia. Na função de linguagem, analisei pleonasmo vicioso, mascarando o significado real do Regimento Interno. Isso significa que a grande maioria emocionalmente ontem aprovou contra nós mesmos toda e qualquer possibilidade de transformação e de respeito à militância do PSB.

Companheiros, precisamos rever a nossa atuação. Nós, mulheres, torno a repetir, parimos filhos para servir de amortecedores e objetos para eleger aqueles que deveriam trabalhar junto conosco, olhem bem, trabalhar junto com o povo. Isso implica construir cidadania, implica construir cidadão. Trabalhar pelo povo implica manter tudo o que aí está, engolir goela abaixo o que aí está.

Pergunto a vocês, companheiros... A palavra do povo é a seguinte: é preciso discutir, como norma de vida, a ética da insubordinação quando há falsa moral da obediência. Pois bem, pelo que sei, Vandré, a galera de 64, todos conquistamos a liberdade. Não a conquistamos obedecendo, mas nos rebelando, tornando as contradições dos senhores que detêm o poder tratam de manter escondidas.

Todos aqui vieram para o congresso, pergunto eu, para aprovar o que foi lido ou para discutir nas comissões e aprovar com consciência o que foi discutido? Foi discutido o Regimento Interno? E os 16 delegados que não constam da lista? E os demais, que saíram delegados, que não constam? Quem responderá por isso? Até quando você, que diz que é socialista, continuará aceitando a insubordinação daqueles que detêm o PSB?

Nós somos a transformação deste Partido, não vamos aceitar a subordinação! Resistir é a palavra.

Se fosse um parlamentar, falaria até amanhecer o dia, mas como é a base que está aqui...

(Manifestação da platéia)

A SRª IRISMAR DA SILVA SANTOS (PSB – RJ) – Peço aos companheiros: vamos refletir. Socialismo é dividir o povo, é multiplicar a grana que tem demais aqui em Brasília, é multiplicar tudo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Irismar, por favor. Podemos passar a palavra à outra companheira.

A SRª IRISMAR DA SILVA SANTOS (PSB – RJ) – Companheiros, obrigado. Vamos resistir. Só resta a resistência, só isso, para nós.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Vamos passar a palavra para a companheira...

A SRª IRISMAR DA SILVA SANTOS (PSB – RJ) – Vamos reagir companheiros! Batam palmas! Estou errada?!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Passo a palavra à companheira Vanice Gonçalves e peço que o Helenildo Pedro se coloque próximo ao microfone.

A SRª VANICE GONÇALVES (PSB – RJ) – Boa tarde. Vim do Rio de Janeiro, com muita honra. Uma coisa que eu sempre quis é falar para o Senhor Fernando Henrique que ele gravou muito bem o que falou quando disse que os trabalhadores aposentados eram vagabundos. Não somos não. Para isso estou defendendo o PSB, vou lutar, sou líder de uma comunidade. Muito obrigada à Diretoria porque uma vontade que sempre tive era a de mandar esse recadinho para ele: vagabundos não somos não. Nós lutamos por um Brasil melhor. Ele, sim, é um errado, porque vendeu tudo. Peço encarecidamente: lute que você vai vencer. Vagabundos não somos não. Que ele pense bem nesse recadinho que mandou. Muito obrigada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra o companheiro de Pernambuco Helenildo Pedro. Peço que se coloque próximo ao microfone Luiz Antônio Tenório.

O SR. HELENILDO PEDRO (PSB – PE) – Companheiros da Mesa, companheiros aqui presentes no Congresso Nacional do PSB, companheiros socialistas de todo o Brasil que se disponibilizaram em seus estados para estarem aqui presentes, meus companheiros de Pernambuco, viajamos mais de dois mil quilômetros para estar aqui hoje, neste Congresso, que representa a maior vitória do Partido Socialista Brasileiro.

Antes de entrar no assunto das teses, porque irei apresentar uma proposta na área do ensino fundamental e médio, gostaria de falar um pouco sobre esse homem que dirige o Partido Socialista Brasileiro, que é Dr. Miguel Arraes de Alencar, homem digno, de caráter, que nunca se curvou aos poderosos,

sempre esteve e está até hoje defendendo o povo pernambucano e o povo brasileiro.

Gostaria de parabenizar a todos que apresentaram as teses contidas no Caderno de Teses. Fiz questão de lê-las e gostaria de acrescentar uma proposta ao companheiro Roberto Amaral, que expôs a tese de ensino, se for possível, quanto à questão do ensino médio.

Temos conhecimento, principalmente no meu Estado e na minha cidade, Altinho, cidade pequena do interior de Pernambuco, de que o aluno não tem direito ao livro didático a partir do ensino médio. Então seria uma proposta no sentido de que também o ensino médio desfrute do livro didático. Esta não é uma proposta minha, mas, acredito, da juventude, dos estudantes do Brasil.

Apesar de ser jovem, sou Presidente do PSB da minha cidade e estou engajado nos nossos meios socialistas. Muito obrigado. Até outra oportunidade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra Luiz Antônio Tenório. Logo após o Luiz Antônio, nossa Prefeita Wilma vai falar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TENÓRIO (PSB – RJ) – Brasileiros, sou lá do Rio de Janeiro, sou Diretor do Sindisama, Sindicato do Saneamento Hídrico do Rio de Janeiro, trabalhador da Cedae, mas não é Cedae, é saneamento brasileiro.

Estou vendo que o governo do PSB deve suspender imediatamente os processos de privatização. Quando se fala em privatização, sabemos que o nosso País está totalmente entregue ao capital estrangeiro e aos estrangeiros. Se não bastasse, esse governo do Fernando Henrique Cardoso, por meio do Projeto-lei nº 4.147, quer vender o saneamento brasileiro.

Gostaria de dizer que nunca um governo do Rio de Janeiro aplicou tanto em saneamento como no governo de Garotinho. Tenho certeza de que como Presidente ele vai fazer muito mais. Vamos imaginar se fôssemos vender as nossas águas como ficaria o povo brasileiro em termos de tratamento de boa qualidade. Eles só querem saber de lucro, assim como aconteceu na Light e em outros órgãos.

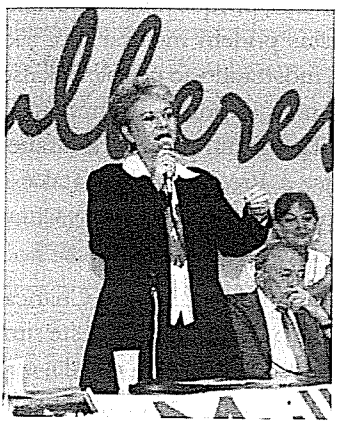
Quero agradecer e até parabenizar o nosso Secretário de Recursos Hídricos, nosso futuro Senador, Dr. Luiz Henrique Lima, que está presente na plenária. Essa luta é incansável. Ainda não está apagada a chama de entregar o saneamento. Até o último minuto o Governo Fernando Henrique vai querer vender as nossas águas, porém temos que ficar atentos para que isso não aconteça.

Nós, do Rio de Janeiro, como todo brasileiro, temos um exemplo, como diz o nosso Governador. É a história do beija-flor: que cada um faça a sua parte, pois a gotinha de água que vai se somando de repente consegue apagar um grande incêndio.

Temos que ter, sim, seriedade com todos, união, movimento de mulheres, juventude, de todo cidadão brasileiro que quer realmente mudar a cara deste País.

O nosso Governador também diz ao pessoal do Rio de Janeiro: Gente, é muito triste passarmos por esta vida de braços cruzados e, no decorrer do tempo, olhar para trás e dizer: puxa vida, vivi esse tempo todo e não fiz droga nenhuma. Então vamos descruzar os braços, descer do muro e partir para mudar a cara deste País. Só tem esse jeito, senão não vamos conseguir nunca. Muito agradecido e vamos à luta.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem. Com a palavra agora nossa Prefeita de Natal, Presidente do Partido no Rio Grande do Norte, futura Governadora do Estado, Wilma de Faria.



A SRª WILMA DE FARIA (PSB – RN) – Caras companheiras e companheiros socialistas de todos os estados brasileiros, saudando especialmente o meu Estado, o Rio Grande do Norte, dirigentes da Mesa, queria dar a minha contribuição.

Na verdade, estamos, como todos já disseram aqui, vivendo um momento histórico do Partido Socialista Brasileiro. Estamos vendo aqui todos os nossos militantes, todos os nossos delegados debatendo, discutindo, ouvindo todas as propostas, mas me detive mais na leitura da proposta de Amaral, que fala sobre o programa de governo do Partido.

Estamos realmente preparados para a assumir o governo. Essa é uma realidade. Então temos que nos deter muito nessa questão do programa de governo, porque hoje a oposição protesta, mas não apresenta alternativa de solução, e o povo está cansado de discursos, o povo quer alternativas de solução viáveis, que possam ser operacionalizadas.

Temos hoje um Brasil que precisa mudar com as reformas. Por exemplo: 82% da população brasileira atualmente ocupam as cidades; a zona rural está vazia. Precisamos, no programa de governo socialista, para ter um país democrático, solidário e socialista, investir no campo, na reforma agrária. Preci-

samos investir na pequena empresa, numa política que fixe o homem no campo, oferecendo acesso, eletrificação rural, enfim, as condições para que os homens e mulheres deste País não deixem a zona rural para ocupar as cidades. A partir daí, há todo um processo de exclusão social formado nas cidades.

Precisamos discutir a educação de forma mais ampla, porque queremos educação pública e gratuita no primeiro, segundo e terceiro graus. Na verdade, precisamos interferir para que educação seja realizada com a prioridade dada também pela sociedade, que tem que entender o que representa o investimento na educação.

Então, meus amigos, companheiras e companheiros socialistas, a primeira coisa que um programa socialista de governo tem que fazer é intervir nas concessões públicas, porque temos os meios de comunicação de massa que poderiam mudar o perfil da nossa população do ponto de vista educacional, e isso não é feito. O governo socialista precisa intervir para que possamos ter um trabalho de educação informal, através dos meios de comunicação de massa.

Precisamos investir na alfabetização. São mais de 18 milhões de brasileiros que não são alfabetizados. Para que isso aconteça, porque mais importante do que prometer é fazer, os governos socialistas podem mostrar que são capazes de fazer. Trago aqui a experiência de Natal, mostrando ao povo natalense que não vale à pena ter somente grandes obras; o mais importante é mudar os indicadores sociais. E isso nós estamos fazendo. Temos um projeto de alfabetização que está sendo feito em cooperação entre a Prefeitura de Natal e a Unesco que pode servir de referencial para esse projeto que vamos apresentar com a candidatura do Governador Garotinho à Presidência da República.

Temos ainda outros projetos importantes, como o Tributo à Criança, que coloca a criança na escola com a renda mínima, e o Programa "C", este sim, um programa importante de geração de emprego e renda na nossa cidade, que pode servir também de referencial, mediante o qual estamos não só qualificando de acordo com as necessidades do mercado a nossa população, como estamos financiando as pessoas para que tenham condição de gerar o seu próprio negócio. Esse trabalho também está sendo feito em parceria com a sociedade, com as organizações sociais da nossa cidade.

Essa é a minha contribuição, porque entendo que precisamos transformar o discurso em realidade. O povo deseja um presidente honesto, mas capaz também de realizar ações sociais que possam mudar a situação do nosso País. Nós, socialistas, que estamos no governo já demonstramos que temos condições de fazer um governo socialista na Presidência da República. Muito obrigada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Prefeita Wilma. Vamos chamar para fazer uso da palavra agora o companheiro do Rio de Janeiro Francisco Sebastião Silva. Logo após o Francisco, também a delegada do Rio Alexandra da Silva Resende.

O SR. FRANCISCO SEBASTIÃO SILVA (PSB – RJ) – Companheiros, boa tarde. Represento o Diretório de Niterói, um dos maiores diretórios do PSB neste País, e a militância deste diretório, que está também aqui representado por secretários de estado do Rio de Janeiro, vereadores e um grande número de delegados.

Não poderia deixar de fazer uma observação: estamos, nesta tarde, vivendo um momento histórico. O PSB, pela primeira vez neste País, tem um grande candidato à Presidência da República. Nesta interação que temos aqui com companheiros de outros estados, tenho observado que há alguns companheiros, como já foi falado anteriormente, que têm alguma dúvida sobre se o Partido vai lançar um candidato porque acha conveniente ou se vai lançar um candidato que tem condições.

Em primeiro lugar, gostaria de responder aos companheiros que têm alguma dúvida com relação a isso que o companheiro Garotinho há anos milita na Esquerda. Se alguém tem alguma dúvida, que procure o seu currículo político.

Quando a imprensa veicular alguma coisa, em primeiro lugar, procurem saber das pessoas que moram no Rio de Janeiro, porque essas pessoas têm uma avaliação excelente do Garotinho, aliás como a melhor do Brasil. A candidata do PFL não tem coragem de dizer isso. Nem ela, nem o Sr. Fernando Henrique, nem outro qualquer.

Então, companheiros, temos que observar a coisa por esse lado e não acreditar na imprensa.

Em relação às obras do companheiro Garotinho no Estado do Rio de Janeiro, quando, lá em Petrolina – aliás a Delegação de Pernambuco está de parabéns, porque está muito bem representada aqui –, alguém fizer alguma calúnia sobre o Garotinho, ou em Recife, liguem para alguém do Rio de Janeiro e perguntem quanto é o salário mínimo naquele Estado. Vamos responder que é de R$220,00, com perspectivas de melhora para os próximos meses. Quando perguntarem a respeito de saneamento básico, vocês digam que o Rio de Janeiro, em três anos, fez mais do que em 500 anos. Se alguém afirmar que o Rio de Janeiro é um Estado rico, vocês respondam que é um Estado que tem tantas dificuldades como outro qualquer. É um Estado rico, sim, mas que nem um outro governador que ali esteve fez tanto quanto o Governador Garotinho.

Portanto, companheiros, antes de fazermos alguma especulação sobre se o companheiro Garotinho é ou não socialista, analisemos as obras sociais que o seu governo vem fazendo naquele Estado.

Para finalizar, gostaria de dizer algo que todos vocês devem ter em mente para raciocinar dessa forma: socialismo não é rótulo; socialismo é forma de agir. Vamos à luta! Garotinho, Presidente do Brasil!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem. Vamos convidar Alexandra para fazer uso da palavra. Antes de ela iniciar, avisamos que o Jaime Vicente da Silva é o próximo inscrito.

Anunciamos que a Mesa está à disposição para a participação do nosso Senador Paulo Hartung, futuro Governador do Espírito Santo, aqui presente. Fique à vontade para quando quiser participar.

A SRª ALEXANDRA DA SILVA RESENDE (PSB – RJ) – Boa tarde a todos.

Quero dizer que viajei 20 horas de ônibus para chegar aqui, colocando a perna para cima, mas estou muito feliz, apesar das dificuldades, agradeço à cúpula do Partido e valeu à pena só por essa chance de poder estar aqui, falando para todos os companheiros de todo o Brasil.

Quero incitar todos os companheiros, delegados, presidentes de Partido, militantes, enfim, a todos que trabalhamos e estamos aqui, porque acreditamos que estamos contribuindo para o crescimento e uma mudança para melhor do nosso País. Então quero incitar a todos para cobrar da cúpula do PSB um apoio não só financeiro, mas a orientação, a parceria, o espaço e a consideração que nós, como militantes, merecemos, para que nos tornemos efetivamente um exemplo digno de Partido para o nosso País e para os outros partidos também. Cada um de nós que está aqui é uma formiguinha, mas se nos unirmos poderemos ser grandes também e, pouco a pouco, poderemos fazer diferença sim. Temos que acreditar nisso.

Disseram aqui que se deve dar espaço para o povo participar das mudanças do País, mas o povo tem que ser ouvido e ter um espaço para falar. Com as bases do nosso Partido enfraquecidas, isso infelizmente não será possível. Sem organização não se chega a lugar nenhum. Apoio só na época das eleições é muito pouco para os nossos anseios, para a nossa vontade de trabalhar pelo PSB.

Vamos pensar nisso com carinho e lutar para que a Executiva Nacional e Estadual conscientize-se de que fortalecendo as bases o PSB ficará cada vez mais forte.

Vou fazer um ato simbólico aqui, que é o que deveremos fazer de agora em diante: vestir a camisa do nosso candidato, que é o Garotinho.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Alexandra. Com a palavra Jaime Vicente da Silva. Três minutos, Jaime. Após o Jaime, Luiz Moraes Lima, do Rio de Janeiro.

O SR. JAIME VICENTE DA SILVA – Companheiros socialistas, boa tarde. É com muito prazer que estou neste congresso nacional num momento difícil de transformação social do nosso País.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir um minuto de silêncio em prol dos nossos companheiros que morreram pela luta socialista em relação ao movimento sindical, ao movimento popular, ao movimento que transformou este País. Estou pedindo agora um minuto de silêncio pelos nossos ex-companheiros do Partido Socialista Brasileiro que tombaram pela nossa luta. (Pausa)

Muito obrigado. Agradeço aos que se foram, aos que lutaram para fazer com que este Partido vivesse até hoje.

Em segundo lugar, pediria uma salva de palmas para as companheiras do Movimento das Mulheres não só do Estado de São Paulo, mas nacional. Vamos lá, mulheres, todos juntos!

Bom, gente, é um momento difícil e gostaria de pedir um pouco de atenção. No ano que vem, poderemos até fazer uma transformação neste País, mas não está sendo discutido praticamente nada em relação à criação de empregos, em relação ao que podemos fazer pelo nosso País. O PSB é um partido socialista que tem uma tradição política, mas está esquecendo uma coisa fundamental: além do desemprego que predomina no País, hoje estamos numa situação difícil. Vou falar sobre o cooperativismo, porque sou Presidente de uma cooperativa de trabalho...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheiro, vamos concluir.

O SR. JAIME VICENTE DA SILVA – Comecei a falar agora, companheiro, porque pedi um minuto de silêncio, está bem?

Vou falar sobre o cooperativismo. Cooperativismo hoje, para o PSB e para o nosso projeto de campanha política, é um ponto fundamental. O que o PSB tem de proposta objetiva a fornecer para o trabalhador do nosso País? Não tem mais nada!

Os sindicatos estão se diluindo porque não existe mais emprego. A única dinâmica que está crescendo no País atualmente é a cooperativa de trabalho. Ninguém veio aqui para defender o cooperativismo, um cooperativismo

socialista, que traga uma moralização para o povo que está desempregado, passando fome, sendo excluído da sociedade.

Acredito que o PSB vai cumprir uma transformação social que, queira ou não, hoje prevalece, com a cooperativa de trabalho. O cooperativismo é que vai lutar por um objetivo social, numa dinâmica em que seja respeitado, mas dentro do nosso procedimento.

O cooperativismo de trabalho hoje está sendo massacrado por causa das más cooperativas, das cooperativas-gato que aproveitam para ganhar dinheiro.

No PSB tem que haver um cooperativismo decente, de classe, em que prevaleça o socialismo, a criação de empregos, mas com dinâmica, com objetivo socialista. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Jaime. Com a palavra Luiz Henrique Lima, do Rio de Janeiro. Peço novamente que os oradores se atenham no máximo aos três minutos. Senador Luiz Henrique Lima.

O SR. LUIZ HENRIQUE LIMA (PSB – RJ) – Boa tarde, companheiras e companheiros. Eu me inscrevi para comentar um tópico da tese do companheiro Roberto Amaral que diz respeito à questão de saneamento.

Quero chamar a atenção dos companheiros do Brasil inteiro para o fato de que o saneamento é hoje a maior dívida social do nosso País. São mais de 40 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada; são mais de 80 milhões de brasileiros que não têm o esgoto doméstico coletado. A ausência de saneamento é o maior problema ambiental do nosso País. Cerca de 90% do esgoto do Brasil não recebe nenhum tipo de tratamento, indo diretamente contaminar, poluir, degradar as nossas águas, os nossos lençóis freáticos, os nossos mananciais, os nossos rios, as nossas lagoas, as nossas baías, as nossas praias.

O saneamento, que é a maior dívida social do Brasil e o seu maior problema ambiental, é uma das maiores vergonhas do Governo Fernando Henrique Cardoso. É um governo que não tem responsável pela área de saneamento. Qual é o ministro responsável por esse problema? Ninguém sabe. Não é o Serra, que se apresenta como um grande Ministro da Saúde, mentiroso. Se houve um grande Ministro da Saúde no nosso País foi o nosso companheiro Jamil Haddad. Ele sim foi o pai dos genéricos!

O Governo Fernando Henrique Cardoso não ofereceu recursos para a área de saneamento. No ano passado, menos de um real foi aplicado por habitante. Não há política, a não ser a busca da privatização do setor. É exatamente

num problema de tão grave dimensão, em que o Governo Fernando Henrique fracassou de forma tão completa, que nós podemos levantar bem alto a bandeira do companheiro Garotinho como candidato à Presidência da República. Uma de suas primeiras medidas foi a criação, pela primeira vez, de uma secretaria de saneamento e recursos hídricos. Ele definiu uma política em que saneamento não é apenas uma questão de obra, como tantas vezes foi tratado. Saneamento é, em primeiro lugar, saúde, saneamento é proteção ao meio ambiente, saneamento é qualidade de vida, saneamento é desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Assim como outros oradores assinalaram, estamos investindo, no Rio de Janeiro, mais de R$1 bilhão em obras de saneamento na despoluição da Baía de Guanabara, na melhoria das condições de vida da Baixada Fluminense, além de investimentos em praticamente todos os municípios do interior do nosso Estado. Ele viabilizou recursos graças a uma gestão financeira e econômica responsável.

Portanto quero me dirigir aos companheiros do Brasil inteiro para mostrar que a gestão e a atuação de Garotinho na área de saneamento, que é tão importante para a saúde, para a qualidade de vida do nosso povo, credenciam-no como candidato à Presidência da República. E nós, principalmente os companheiros do Rio de Janeiro que hoje se fazem presentes em grande número, temos essa responsabilidade de transmitir o maior número de informações aos companheiros do Brasil afora sobre as realizações do nosso governo no campo da saúde, da educação, das políticas sociais, da infra-estrutura, enfim desse que é um governo revolucionário, democrático, popular e socialista no Estado do Rio de Janeiro.

Aos companheiros do Brasil inteiro quero fazer um apelo. Vejo às vezes nas rodinhas de conversas um ou outro companheiro desanimado: ah, porque a pesquisa do Datafolha colocou o Garotinho assim; a pesquisa do Ibope colocou o Garotinho assim.

Ora, somos um Partido de Esquerda, somos um Partido de militância. Quem ganha a eleição não é a pesquisa; quem ganha a eleição é o nosso trabalho, é o discurso, é o convencimento, o porta a porta, o trabalho da militância e da organização da base do Partido.

Por isso, quando sairmos hoje daqui com Garotinho como nosso candidato à Presidência da República, estaremos dando um passo decisivo e fundamental não apenas para uma vitória política, mas para o início da transformação do nosso País no rumo do socialismo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado, Luiz Henrique. O próximo a falar será o companheiro José Eremilton Fernandes Silva, de Alagoas. Antes do José Eremilton, gostaria de abrir espaço para o Presidente do PSB de Alagoas, Jurandir, para justificar a ausência do Governador Ronaldo Lessa.

O SR. JURANDIR (PSB – AL) – Companheiros do PSB, congressistas do VIII Congresso Nacional, por motivo de saúde, o Governador Ronaldo Lessa, honra e glória do PSB de Alagoas, não pôde estar junto conosco na abertura deste congresso.

Devido à impossibilidade de estar aqui hoje, ele encaminha à Mesa Diretora o seguinte ofício:

Presidente Miguel Arraes, colegas, Diretoria e companheiros socialistas, estou em Maceió e, por orientação médica, impossibilitado de me deslocar a Brasília, por isso cancelamos nossa viagem.

A satisfação de sabermos que estamos realizando o maior congresso da nossa história é paralela à responsabilidade do papel do nosso Partido no cenário nacional, desta vez apresentando candidatura própria à Presidência da República.

Lembrando sempre que a democracia e a ética são nossos eixos partidários, desejo a todos, dias de grandes debates e caminhos que com certeza mudarão o nosso País.

Abraço a todos os companheiros e saudações socialistas

Ronaldo Lessa, Governador de Alagoas.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Jurandir, justificando a ausência do nosso valoroso companheiro, Vice-Presidente da Executiva Nacional, Governador Ronaldo Lessa.

Com a palavra José Eremilton Fernandes Silva. Logo após, Leandro Borges.

O SR. JOSÉ EREMILTON FERNANDES SILVA (PSB – AL) – Boa tarde, companheiras, companheiros, congressitas do PSB, Partido Socialista Brasileiro. Por infelicidade, a Delegação de Alagoas não está aqui presente com o seu líder maior, que é o nosso companheiro Governador Ronaldo Lessa, mas, em nome de toda a Delegação de Alagoas, queremos agradecer ao nosso Governador pela responsabilidade de ter colocado os nossos companheiros do Movimento Popular, que hoje está representando o PSB em Alagoas.

Estou aqui para defender a tese dos movimentos populares. Hoje faz dois anos que levantamos essa questão para discutir a Secretaria de Movimentos Populares para fortalecer os movimentos populares nos estados brasileiros. Infelizmente, a comissão formada não correspondeu à necessidade do movimento popular, por isso Alagoas está sofrendo, por não ter uma entidade que represente o movimento popular no PSB como um todo, em termos de Brasil. Então, hoje, tiramos mais uma vez uma comissão para representar a nossa tese, em que será discutido profundamente o movimento popular em todos os estados brasileiros.

Alagoas está de parabéns porque, pela primeira vez na história do PSB, esses governos que aí estão, tanto governos municipais quanto o estadual, têm dado oportunidade para os movimentos se fortalecerem. Por isso, companheiras e companheiros presentes hoje neste congresso que representam movimentos populares, sociais, religiosos, sejam eles quais forem, que representam os governos que estão aí, tanto do PSB quanto de qualquer outro partido na hora do voto, nós somos a força maior da nossa política econômica nacional. Não deixem de defender a nossa tese, que será apresentada daqui a pouco pelos companheiros que a estão preparando. Estou aqui defendendo a nossa tese. Espero que todos os companheiros saiam daqui com o intuito de voltar para os seus municípios, para seus estados e defender o movimento popular que seja justo e forte. Por isso tem que sair daqui uma representação maior que tenha compromisso e responsabilidade, mas é preciso que o PSB tenha essa responsabilidade com o movimento popular que está em todos os lugares deste País, em todos os lugares deste mundo.

Representamos a base do movimento popular, representamos o PSB e acreditamos num projeto futuro pelo movimento popular. Muito obrigado, companheiros.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, companheiro José Eremilton. Agora companheiro Leandro Borges. Após o companheiro Leandro Borges, a Vereadora Evanete Neges, do Espírito Santo.

O SR. LEANDRO BORGES (PSB – PA) – Bem, companheiros, trazemos a saudação dos companheiros do Pará a este congresso, um congresso histórico do Partido Socialista Brasileiro. Também trazemos um abraço de todo o povo paraense.

Companheiros, apoiamos todas as teses para que elas sirvam de subsídio para a propaganda de governo do nosso candidato, companheiro Anthony Garotinho. Mas viemos defender a nossa tese, a tese dos movimentos populares e vamos apresentar daqui a pouco uma discussão ampla que tivemos na hora

do almoço, porque, companheiros, queremos também fazer parte dessa construção orgânica do Partido Socialista Brasileiro, queremos o mesmo espaço orgânico como tem a juventude, as mulheres, o sindical. E o Partido Socialista, um partido que tenha um programa voltado para mudar a cara do Brasil, porque é o Partido da esperança. Então temos também que ocupar esse espaço. O movimento popular é a base de um programa socialista, é a origem das lutas travadas para que possamos resolver os nossos problemas. Esses problemas sociais todos têm a cara do movimento popular. Não podemos nos furtar, companheiros, porque é a nossa vez. E a Direção Nacional deste Partido tem que acatar, sim, os anseios das bases do Partido, porque quem o constrói não é a Direção, é a sua base, é a militância, somos nós, no dia-a-dia, arregaçando as mangas, trabalho que se aprofunda, principalmente na época de disputa eleitoral.

O movimento popular vem ocupar o seu espaço de uma forma orgânica dentro dessa organização partidária. Hoje tiramos uma coordenação colegiada para que tenhamos a oportunidade de promover uma discussão democrática, aberta e possamos garantir a nossa representatividade.

Esperamos que o companheiro Garotinho faça o seminário que prometeu para discutirmos os problemas da Amazônia, porque é de fundamental importância para um programa nacional essa discussão sobre a Amazônia, que é o quintal do imperialismo americano, que tenta se apropriar de uma riqueza nossa.

Então, companheiros, queremos o apoio de vocês, porque vocês também moram nas comunidades, vocês participam ativamente da luta dos seus bairros nas comunidades. Isso é movimento popular, isso é organização popular. Vamos todos juntos. Um grande abraço.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado, Leandro. Vereadora Evanete Neges. O próximo é Gildelson Felício de Jesus.

A SRª EVANETE NEGRES (PSB – ES) - Renato Casagrande, Amare, grande companheira, Siqueira e todas as delegações presentes, companheiras e companheiros, em relação à primeira tese colocada depois do almoço, referente à reforma constitucional, posso dizer que essa reforma tem que ser feita de imediato. Se queremos implantar a justiça e a igualdade em nossa sociedade, temos que fazer as reformas na lei. Se não as realizarmos, teremos que fazê-las na marra, enfrentando a polícia. Se as quisermos fazer legalmente, todos os projetos de lei que são feitos lá na Câmara de Vereadores para ajudar a sociedade pobre, os excluídos, ferem a Constituição Federal, agora projetos de lei para

beneficiar a burguesia, a elite, esses não ferem. Então temos que fazer essa reforma agora, já.

A Constituição Federal foi feita por grupos de deputados e senadores de 88 que não tiveram preocupação com a causa social. Herdamos um calhamaço de leis que não nos favorecem, só nos prejudicam quando queremos beneficiar a classe pobre. Então peço à comitiva e a todos os delegados do PSB aqui presentes que o Partido encaminhe de imediato a reforma constitucional para que possamos implantar de verdade o projeto que tanto pregamos, da justiça social e da igualdade social, senão não vamos conseguir fazer diferença lá nas câmaras de vereadores, nos sindicatos, nas associações de moradores, porque tudo esbarra na lei. Se não fizermos essas mudanças na lei, teremos que fazê-las na marra, enfrentando a Justiça. Tenho dito.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra Gildelson Felício de Jesus. O próximo inscrito é José Carlos Eloy Martins.

O SR. GILDELSON FELÍCIO DE JESUS – Boa tarde a todos os companheiros. Gostaria inicialmente de chamar a atenção daqueles companheiros militantes que vieram aqui para participar deste VIII Congresso na qualidade de companheiros de Partido que participaram dos últimos congressos. É uma pena. Mesmo com o nosso interesse na festividade do lançamento de uma candidatura, seria muito mais interessante se no dia de hoje estivéssemos aqui divididos em grupos de discussões para aprofundar detalhadamente as teses.

Há duas coisas fundamentais na construção de um partido de Esquerda: uma é os quadros intelectuais na elaboração das suas teses, e temos como fundador o grande baiano João Mangabeira, houve a grande perda do nosso querido Antônio Houaiss, está aqui o companheiro Roberto Amaral, que é um dos quadros deste Partido, que tem ajudado a elaborar os textos que fundamentam as idéias deste Partido, com tantos outros companheiros.

Não podemos perder de vista a discussão dessas teses e, sobretudo, a base da militância, que vai trabalhar de uma forma dialética, discutindo teses, entrando em contradição e colocando-as em prática. Infelizmente, há uma dispersão, não se está aprofundando nenhuma discussão neste congresso.

Esperamos daqueles que são os militantes mais antigos, em nome daqueles que sempre ajudaram a construir o Partido Socialista no Brasil, e inclusive que desses militantes mais recentes, que se agreguem a esses valores, mas que não percam de vista a questão do socialismo e da liberdade. Dizem os teóricos que uma coisa é a teoria, outra é a prática, mas achamos que não dá para colocar uma candidatura a presidente. Defendo Garotinho e irei votar nele, mas temos que ter com clareza que o nosso campo é o da Esquerda. Vamos

trabalhar para ganhar a eleição, mas não podemos perder de vista o que foi dito aqui na abertura: o nosso campo é o da Esquerda.

O que se está fazendo hoje nos Estados Unidos e no Afeganistão, é preciso que este Partido se posicione de forma muito clara em relação à política internacional. Não dá para fazer parte do senso comum, não podemos achar que partido é mera sigla para ser usada em candidatura de deputado "A", "B" ou "C" por conveniência de última hora. Queremos resgatar aqui o nome dos verdadeiros militantes deste Partido e dizer àqueles que estão chegando agora: não se sintam desgarrados, não se sintam estranhos no ninho, mas coloquem-se com humildade para aprender aqui o que é discussão de um partido que ajude a construir verdadeiramente um partido de Esquerda que quer ocupar o poder para alterar a realidade social em que vivemos, não apenas mais um salvador da pátria. Não acredito em salvador da pátria. Garotinho será presidente se, ao lado dele, todos nós ajudarmos a construir esse plano de governo e a colocá-lo na rua.

Então queremos aqui resgatar isso e dizer à Direção Nacional que é preciso discutir inclusive a forma de organização e de eleição dos delegados. Não dá para escolher delegado entre quem pagou mais ou colheu mais assinaturas. Delegado tem que ser fruto de discussão. Temos que ter um número limitado de delegados. Quem quiser construir partido, quem tiver militância, quem tiver condição de fazer militância em reunião para discutir tese que o faça e traga dois, três mil delegados, mas não dá para se basear meramente na parte econômica: depositou o dinheiro na Nacional e na Estadual, colheu lista, traz delegado.

Quero aqui deixar o meu protesto em relação à forma de escolha e que a Direção Nacional tenha isso como base para que a próxima Executiva tente corrigir no próximo congresso. Que tenhamos um congresso com três, quatro mil delegados, mas com qualidade. Não estou desprezando nenhum companheiro, mas em alguns lugares percebemos que foi apenas coleta de assinaturas em que houve uma simulação de reunião e de congresso.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Gildelson. José Carlos Eloy Martins, depois Rosana Maria do Nascimento.

O SR. JOSÉ CARLOS ELOY MARTINS – Discutir tese em congresso é construir o Partido politicamente, é torná-lo mais cidadão, partindo do princípio de que tudo pode ser mudado, de que a organização da sociedade alcançou a comunidade dos iguais, depois uma sociedade em que a maioria trabalhou e poucos a controlavam. A divisão entre trabalho e capital, construir um estado territorial, as sociedades, e algumas delas construíram um estado-

nação, a divisão das nações e dos interesses das classes dominantes, a opressão e exclusão das mulheres, a exploração sobre as crianças, adolescentes e jovens, se tudo isso foi criação das sociedades ou de parte delas, por que não uma nova Constituinte que tenha o reconhecimento da sociedade, com sua participação na preparação da nova Carta?

Temos percebido que a inconstitucionalidade e a constitucionalidade das leis têm tido como único critério de julgamento o enquadramento da economia e das instituições públicas no capitalismo global. Por uma Constituinte legitimada pela sociedade brasileira. Vamos lutar por ela.

Na tese da juventude, pela democracia eletiva e participativa nas unidades de ensino fundamental, médio e superior de ensino público e privado, pela criação obrigatória das agremiações estudantis em todas as unidades de ensino. É a democratização da educação para a nossa juventude brasileira.

Na tese dos mercados regionais, por uma revisão total do Mercosul, para que a regionalização distribua renda, e não ao contrário, como tem feito. Sua renovação pela identidade histórica, cultural e política, legitimada pela população em forma de plebiscito, como foi feita a Comunidade Européia. Diluir fronteiras para fortalecer as sociedades pelo que elas têm em comum, e não pela necessidade de exploração do capital, sobretudo especulativo, na América Latina. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra Rosana Maria do Nascimento. Logo após a Rosana, Luiz Antônio Ragon.

A SRª ROSANA MARIA DO NASCIMENTO – Boa tarde ao plenário, boa tarde à Mesa. Gostaria de iniciar parabenizando a organização do congresso. Tendo em vista que já participei de vários, foi o primeiro congresso em que observei uma abertura bela, não apenas pela sua beleza plástica, mas pela sensibilidade do resgate de brasileiros que nos são tão caros e que podem ser tratados como referência para uma juventude e para uma população que hoje não acredita que a via democrática representativa é aquela que pode levar à transformação do nosso País.

É fundamental que possamos, nesse momento em que estamos diante de um grande desafio, colocar o Partido Socialista Brasileiro à altura desse desafio. É lamentável olhar para este plenário e ver que, quando não temos cadeiras vazias, temos aqui, diante do número de delegados que foram inscritos e que tiveram a sua inscrição aceita, poucos companheiros sentados e participando deste debate e outros tantos que estão lá fora, quando poderíamos ter a oportunidade de estarmos aqui, apesar de todas as dificuldades de um Partido que está crescendo.

Temos valorosos companheiros que já se encontravam no PSB, outros que hoje vêm aqui se somar para enriquecer o debate de um Partido que terá que enfrentar um grande desafio, pois, não se iludam, a Direita não vai entregar de bandeja o poder sobre o qual ela tem o domínio ao longo de muitos séculos, desde que o nosso País foi invadido pelos portugueses.

É importante que possamos proporcionar e defender o tema da construção de uma sociedade para todos. Revolucionário hoje, no nosso País, é incluir essa grande parcela da sociedade que atualmente se vê completamente isenta de qualquer tipo de presença do poder público, do poder do Estado.

Hoje, quando falamos que o nome do Governador Garotinho é inquestionavelmente o melhor para a Presidência da República do Brasil, não o fazemos apenas porque o Garotinho é o melhor Governador do Brasil atualmente, mas porque ele soube trilhar um caminho de extrema dificuldade quando enfrentou as oligarquias de Campos e os usineiros, promovendo, naquele Município, uma revolução.

Durante muitas décadas, em Campos, apenas duas famílias da oligarquia dos usineiros se revezaram no poder, mantendo o Município sob uma imensa exclusão, miséria e pobreza. Quando Garotinho foi Prefeito, promoveu uma revolução naquele Município. Hoje Campos é um município onde há, para além da inclusão e da ausência de miséria, cidadania. E não vamos conseguir governar o Brasil apenas elegendo um Presidente da República; teremos que construir neste País cidadania.

Temos a ilusão de, por termos conquistado a democracia representativa, já termos conquistado uma democracia plena, participativa, tal qual se apresenta na tese do companheiro Roberto Amaral. Precisamos utilizar a democracia representativa e, posteriormente, a participativa para que possamos conquistar um socialismo pleno.

Não conseguiremos governar o Brasil também apenas acreditando na eleição do majoritário. Precisamos eleger um grande número de parlamentares, precisamos eleger os nossos deputados estaduais, os nossos governadores, os nossos deputados federais e os nossos senadores, o que irá proporcionar sustentabilidade e governabilidade. Se não, estaremos, ora aqui, ora ali, obrigados a fazer alianças que consideramos espúrias, mas teremos que fazê-las para que possamos governar. Quando as fazemos, muitos companheiros reclamam e se queixam, mas não entendem...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Rosana...

A SRª ROSANA MARIA DO NASCIMENTO – Vou tentar concluir. Mas não entendem que em alguns momentos elas são necessárias para que possamos avançar.

Temos que defender a bandeira da construção de uma sociedade para todos, começando pela construção de um Partido para todos. No nosso congresso de mulheres, um dos eixos principais era a defesa da cota de 30% de mulheres em todas as instâncias de poder dentro do Partido. A construção de uma sociedade para todos começa pela construção de um Partido para todos.

Temos que avançar, no PSB, para além dos cartórios, para além de um partido de quadros. O PSB tem que se constituir enquanto Partido de massas. Para isso, temos que ter a capacidade e a coragem de estar nas ruas, construindo os nossos núcleos, os núcleos de movimentos, os núcleos das mulheres, dos sindicatos, das associações de moradores, do cidadão comum para que possamos construir um Partido realmente forte e capaz de governar o Brasil e proporcionar as transformações que o nosso povo hoje exige.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, Rosana. Com a palavra Luiz Antônio Ragon, depois o José Carlos dos Santos Oliveira.

O SR. LUIZ ANTÔNIO RAGON – Companheiros e camaradas, primeiro gostaria de dizer aos companheiros que quem está falando é um comunista revolucionário alinhado às posições de Luiz Carlos Prestes. E trago aqui a saudação individual de todos os comunistas que se alinham às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes em todo o Brasil, que estão se filiando, marchando e militando junto ao Partido Socialista Brasileiro.

Nós, os comunistas revolucionários, não tivemos nenhuma posição que não fosse a observância inequívoca quando das condições históricas e políticas que se aproximam. Nesse momento histórico, nesse momento em que o Partido Socialista Brasileiro realiza o seu maior congresso nacional, nós, os comunistas revolucionários, não poderíamos deixar de estar presentes como militantes, filiados e delegados, porque acreditamos neste Partido.

Companheiros e camaradas, nesse momento histórico em que pretendemos escolher o nosso representante na Presidência da República, nesse momento em que historicamente escolhemos a Direção do Partido Socialista Brasileiro, temos a responsabilidade, o dever, a obrigação de decidir duas coisas: que partido queremos e que candidato queremos para mudar o nosso País.

O partido que queremos é a história do nosso glorioso Partido Socialista Brasileiro, onde está a história do companheiro Miguel Arraes. Companheiros comunistas militaram dentro da legenda do PSB. Historicamente, sempre marchamos juntos, como o fazemos hoje. E o partido que queremos é este que discute...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Luiz Antônio, concluindo, por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO RAGON – ...as tendências, os pensamentos e dá palavra para eles. E é por isso que nós, comunistas, estamos aqui, saudando inúmeros companheiros históricos, como Luiz Carlos Prestes, Carlos Mariguela e outros, companheiros que estão vivos e que também participaram da luta armada, como o que está aqui presente, Gelsi Correia, comandante heróico da Guerrilha do Caparaó, filiado ao PSB.

Concluindo, como disse o companheiro Miguel Arraes, o candidato que sairá daqui é aquele que resgatará as lutas do povo, as lutas de todos os companheiros, desde Zumbi dos Palmares a Luiz Carlos Prestes. Temos que marchar juntos. Veremos depois como ficará a unidade. Mas nós, os comunistas, lutamos fundamentalmente pela unidade.

Encerrando, companheiros, quero dizer que a nossa entrada no PSB é para somar, para construir, lutar e levar o PSB ao poder. Por isso estamos aqui. Até a vitória, sempre, companheiros!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado. Com a palavra José Carlos Oliveira. Logo após, Jorge do Táxi, Vereador do Espírito Santo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (PSB – BA) - Boa tarde, companheiras e companheiros socialistas de todo o Brasil. Faço parte da Delegação do Estado da Bahia. Na cidade de Vitória da Conquista, contribuímos com o governo de unidade de que participam o PCdoB, o PT, o PSB e o Partido Verde, no nosso caso, na condição de Secretário dos Serviços Públicos daquela cidade.

Em primeiro lugar, companheiros, não poderia deixar de registrar o nosso desapontamento em relação a uma questão essencial e fundamental para o Partido que se prepara para assumir o comando maior deste País, portanto a Presidência da República, em organizarmos um congresso sem os espaços próprios para a discussão elaborada, que seriam os grupos de discussão, para que todos possam ouvir e discutir normalmente. O que acontece nesse momento parece um pouco de comício, e isso é muito ruim, companheiros.

A segunda questão: acredito que todos nós devemos, neste congresso, prestar solidariedade aos professores das universidades federais, que deram uma grande cacetada no Governo Fernando Henrique Cardoso, que estavam em greve até esta semana, reivindicado salários e condições de trabalho. Os professores que lutam, como o PSB, por um reconhecimento do saber, da ciência, da tecnologia, pela autonomia universitária.

Portanto estou solicitando do congresso a aprovação de moção de solidariedade aos professores das federais que estavam em greve.

Companheiros, na verdade, falar sobre o programa de governo dentro de um Estado capitalista, para todos nós que temos a utopia de uma sociedade igualitária, onde os meios de produção estejam a serviço do trabalho e que a riqueza gerada pelo trabalho seja dividida entre todos, gerenciar um estado capitalista é uma tarefa de bastante coragem para todos nós.

Os nossos companheiros do PCdoB, os nossos companheiros do PT, todos eles hoje se defrontam, como todos nós, com um grande problema: como ser socialista e dirigir um estado capitalista.

Nesse momento, companheiros, temos que destruir a sociedade individualista, excludente, a sociedade egoísta que é o capitalismo por dentro. Para isso, podemos promover um governo que possibilite desprivatizar o Estado brasileiro. Temos que tirar o Estado brasileiro das elites que sempre governaram e dominaram este País, temos que retirar o poder dos latifundiários, dos banqueiros, daqueles que dominaram a política e o Estado a serviço de quem sempre usou este País para assaltar os mais pobres, os subalternos, para promover a desorganização e a desigualdade, companheiros. Essa é a grande questão.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheiro José Carlos, por favor, vamos concluir.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (PSB – BA) – Para concluir, companheiros, esse programa não tem que ser pensado de cima para baixo. Temos que pensar na suspensão do pagamento da dívida externa, numa política de emprego e renda, no ensino público e gratuito para todos. Pensar num Estado solidário, democrático e livre para todos é pensar não apenas na eleição de Garotinho, que é importante, mas que este Partido precisa eleger deputados federais. Este Partido precisa assumir não apenas com um Presidente, mas com todas as forças no segundo turno, porque queremos um Brasil livre, democrático, soberano, igual. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra Jorge do Táxi, Vereador do Espírito Santo, por, no máximo, três minutos. Depois a Edinaura Nóbrega.

O SR. JORGE DO TÁXI (PSB – ES) – Mais uma vez, boa tarde a todos. É uma honra muito grande poder falar mais uma vez nesta tribuna da capital federal. De manhã falei que pela primeira vez vim a este Estado, então me sinto muito honrado de hoje fazer parte da política brasileira, da política socialista, porque o social é dar igualdade a todos. Nesse momento, temos que estar pensando sempre no social.

Mais uma vez quero dizer que estou muito feliz de estar em Brasília,

representando o Estado do Espírito Santo, o nosso Município de Cariacica, com 360 mil habitantes e só um representante, que é o Vereador Jorge do Táxi.

Hoje estamos vendo naquele quadro Muda Brasil o Brasil de todos nós. Precisamos lutar, precisamos fazer alguma coisa para que aquela frase continue sendo realidade depois das eleições do ano que vem. Precisamos nos empenhar, trabalhar, todos com o mesmo propósito, de levar o PSB à Presidência da República. Não podemos ser infiéis ao nosso Partido. Tenho dito sempre que se sair do PSB eu encerro a minha carreira política, porque o PSB é o Partido de todos, onde podemos nos congregar nessa assembléia sob o mesmo teto.

Temos hoje, aqui, o Senador Paulo Hartung, participante deste Partido, a maior liderança do Estado do Espírito Santo, com mais de 700 mil votos, porque acredita no povo, acredita no PSB e no socialismo.

Temos que sair daqui hoje com a idéia de que devemos ser socialistas de verdade. Hoje estou aqui a trabalho, lutando por uma sociedade melhor, porque só através da política teremos um mundo melhor, só através do socialismo...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Jorge do Táxi, por favor.

O SR. JORGE DO TÁXI (PSB – ES) - ...teremos um mundo melhor.

Para finalizar, desejo a todo o País, a todas as delegações brasileiras um feliz Natal, um próspero Ano Novo. A todos, muito obrigado. Jorge do Táxi, Cariacica, Espírito Santo. Avança Brasil!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Jorge do Táxi, nosso companheiro do Espírito Santo. Obrigado, Jorge. Com a palavra, Edinaura Nóbrega. O próximo é Juliano da Paz Carvalho.

A SRª EDINAURA NÓBREGA – Boa tarde, companheiras e companheiros. Estou aqui, filiada ao PSB, uma militante do PSB, mulher. O temário do II Congresso Nacional de Mulheres apontou mulheres socialistas na construção de um projeto para o País.

Nesse sentido, as teses apresentadas foram muito bem defendidas: Alca, ética, trabalhador, conjuntura nacional e internacional. A preocupação das mulheres é com relação aos governos de Esquerda e ao governo do PSB, se está cumprindo e aceitando essa ordem internacional, que é privatizar, demitir trabalhador e fazer deste País um lugar de população excluída socialmente.

Agora estamos sentindo a falta dos nossos parlamentares para fazermos as nossas propostas com relação ao programa de governo a ser apresentado para a nossa candidatura à Presidência deste País. Como iremos conduzir um

programa de governo para levar o Governador do Rio de Janeiro à Presidência da República?

Em nossa visão, começa pela comunicação interna e externa do Partido com suas bases, com os nossos movimentos, com solidariedade entre o movimento de mulheres, o movimento da juventude, do intersindical, do popular e, principalmente, pelo nosso discurso e pela nossa ação.

Está muito difícil, companheiros, levar o movimento devido aos encaminhamentos, às propostas que são movidas, anotadas, e não encaminhadas e implementadas devidamente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Vamos concluir, por favor, Edinaura.

A SRª EDINAURA NÓBREGA – Para concluir, companheiros, gostaríamos de estar aqui até como sindicalistas, se me permitirem um tempinho a mais, servidores federais saindo de uma greve em que fomos massacrados, principalmente a Previdência e a educação, porque os nossos parlamentares – e aí vai uma crítica – não nos deram apoio. A população não nos deu apoio, haja vista as entrevistas. Só enxergavam ser prejudicada a classe média e a burguesia. Se a população tivesse dado apoio à greve dos trabalhadores do serviço público para que este governo...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheira Edinaura...

A SRª EDINAURA NÓBREGA – ... pagasse os nossos dias não trabalhados, ele não teria tido a condição de elaborar projeto de lei, qualquer coisa nesse sentido, para tirar o nosso direito ao último instrumento do trabalhador, que é fazer greve.

Então devemos estar atentos para...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheira Edinaura, por favor.

A SRª EDINAURA NÓBREGA – Vou concluir, companheiro, com toda a atenção.

Devemos estar pensando em apoiar uns aos outros, e não ficar criticando categoria tal ou qual. A sociedade é estratificada. Temos que ter consciência de classe, de gênero, porque queremos, enquanto socialistas...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheira Edinaura, por favor.

A SRª EDINAURA NÓBREGA – Muito obrigada. Desculpe se me excedi, mas esse é o sentimento de uma pessoa que foi para o Partido Socialista...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado, companheira Edinaura.

A SRª EDINAURA NÓBREGA - ...pensando na igualdade de gênero, em todos os seres humanos. Muito obrigada, companheiros.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado. Quem perdeu a chave de um carro Pálio GZK 2095? Ela está aqui na mesa. Também foram encontrados os documentos do Sr. Osvaldo Barros Pinheiro. Estão na loja do PSB, com a Eliane.

Com a palavra, Juliano da Paz Carvalho. Por favor, companheiro, vamos nos ater aos minutos concedidos. Logo depois, Flávio Sílvio Peixoto.

O SR. JULIANO DA PAZ CARVALHO (PSB – RS) - Muito obrigado, companheiro. Pretendo me ater aos três minutos dos militantes comuns da base.

Enquanto Vereador do PSB de Gravataí, Rio Grande do Sul, gostaria de, ao mesmo tempo, parabenizar o nosso Partido e lamentar que tenhamos um público de tamanha quantidade, significância e importância, mas também um público em mesmo número colocado lá fora, conversando, sem conscientização, distante dos temas que queremos debater.

O que estamos tentando, companheiros, é construir cada vez mais um Partido que possa ser o resultado de todos os nossos sonhos colocados na prática. Quando discutimos, por exemplo, uma candidatura à Presidência da República, gostaríamos todos de tocar tambores, sinetas e outros barulhos juntos, mas depois de um projeto construído, não sem antes sabermos aonde de fato queremos chegar.

Quero, sim, uma festa quando ganharmos a Presidência da República, e com o nosso companheiro Garotinho; quero fazer uma grande festa quando eleger o meu companheiro Beto Albuquerque Senador do Rio Grande do Sul, mas quero, acima de tudo, uma festa por construirmos num congresso, que é o maior momento de um partido político, uma proposta coerente, viável, concreta e de base para o nosso PSB.

Não consigo ver isso enquanto temos aqui alguns militantes que debatem, alguns que escutam e que querem, e outros que talvez ainda não tenham descoberto o real, verdadeiro e significativo motivo para participar de um congresso como este.

Quero, companheiros, unir-me hoje a todos aqueles que fazem uma festa, mas lamento a festa quando, por exemplo, tive que ouvir uma tese, hoje pela manhã, de que os nossos candidatos têm que ter compromisso com as

candidaturas do PSB. Pelo amor de Deus, isso é estatutário! Não tenho que vir em congresso para cobrar o que é estatutário. Isso tem que ser significativo para todo militante quando assina a ficha do Partido. Eu não tenho que dizer aos deputados estaduais ou aos candidatos a estadual que eles têm que fazer campanha para um federal do PSB; eles têm que saber disso quando entram para o PSB. E os federais têm que representar a base, a consciência e os projetos, as propostas do nosso Partido.

Minhas companheiras, meus companheiros, quero lamentar ainda a ausência de grupos de trabalho que tivemos em outras oportunidades, quando foi possível construir propostas que saíam da base, propostas que infelizmente ficaram no papel, como o Movimento Quilombista, como o Movimento Comunitário. Este é o terceiro congresso de que participo, e não consigo vislumbrar a concretização dessas idéias. Mas vejo sinceramente a possibilidade de concluirmos – e finalizo meu pronunciamento nesses três minutos, companheiros – um projeto em que sejamos protagonistas – isso diz o nosso Governador no Rio Grande do Sul. Não queremos constar meramente como um a mais, carregando bandeira e tocando tambores. Queremos fazer isso, sim, na festa da vitória, quando soubermos o porquê, para que e como conquistamos um projeto nacional.

Portanto, companheiros, em nome dos projetos do PSB, quero clamar a nossa militância à consciência. Não posso criticar a militância dos partidos de direita enquanto tivermos os mesmos vícios arraigados no nosso Partido. Vamos à luta, companheiros.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Vereador. Obrigado, Vereador Juliano. Com a palavra, o Vereador do Ceará, Flávio Sílvio Peixoto. Logo após o Flávio, Dalton Luiz Vasconcelos, do Mato Grosso.

Antes do Vereador Flávio iniciar a sua fala, registro, com muita honra, muito orgulho, a presença do Prefeito de Macapá, companheiro do Partido, João Henrique Pimentel. Muito obrigado pela presença, Prefeito. Vereador, com a palavra.

O SR. FLÁVIO SÍLVIO PEIXOTO (PSB – CE) – Em nome do companheiro Carlos Siqueira, quero homenagear todos os companheiros socialistas que estão compondo a Mesa.

Companheiros, é com muita honra que vim do Ceará para fazer uma tese no VIII Congresso Nacional. Companheiro Carlos Siqueira, gostaria que no contexto do programa de governo do Partido Socialista Brasileiro fosse destacada em especial uma política de linha de crédito voltada para o homem

do campo, para aqueles pequenos e médios produtores que hoje se encontram com a corda no pescoço por conta desse modelo de administração de Fernando Henrique Cardoso.

São um absurdo as taxas de juros que são hoje impostas aos financiamentos junto às agências do Banco do Nordeste e de outros bancos públicos. Os produtores encontram-se impossibilitados de resgatar os seus empreendimentos junto a essas agências por conta de juros altíssimos. Então essa tese de uma política voltada para o homem do campo, para o pequeno e médio trabalhador da Região Nordeste. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Com a palavra Dalton Luiz Vasconcelos. Logo após, Geraldo Siqueira de Souza.

Quero pedir aos companheiros que estão fazendo reunião dentro do plenário que procurem outro local para se reunir, porque alguns grupos estão atrapalhando a discussão dos companheiros inscritos para se pronunciar com relação às teses. Então, companheiros que estão reunidos em grupos no plenário, por favor, vamos tentar manter a ordem, a organização, para que possamos dar continuidade aos trabalhos da Mesa. Pois não, companheiro.

O SR. DALTON LUIZ VASCONCELOS (PSB – MT) - Em primeiro lugar, boa tarde a todas as companheiras e aos companheiros do Partido Socialista Brasileiro. Gostaria de pedir ao Presidente em exercício do congresso, companheiro Renato Casagrande, a liberdade de cumprimentar a Mesa em nome de dois companheiros que muito têm contribuído com a construção do Partido Socialista Brasileiro em Mato Grosso, que é o companheiro Carlos Siqueira e o Dr. Roberto Amaral. Cumprimento ainda o companheiro Beto Lélis, o Senador Ademir Andrade, o companheiro Evaldo Silva e o companheiro Felipe Carreras, que nos ajudou muito no nosso processo de organização da juventude em Mato Grosso, em 1997. Não esquecendo de cumprimentar o nosso Deputado, futuro governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que muito tem contribuído com o PSB em Mato Grosso.

Gostaria de me ater à proposta de tese do companheiro Dr. Carlos Siqueira. Mato Grosso vem, desde 1986, organizando-se e hoje sonha com uma realidade de contribuição com o Partido Socialista Brasileiro, caminhando para romper a cláusula de barreira. O PSB tem entre seus organizadores e fundadores aqui presentes o companheiro Presidente Jefferson Arruda, a companheira Francileide e o companheiro Valmir. Nessa construção, acreditamos que o PSB de Mato Grosso vai ajudar a vencer a cláusula de barreira, lançando um candidato a deputado federal.

O companheiro Carlos Siqueira propõe que no mínimo nove estados

têm que alcançar os seus 2%. Mato Grosso tem 1.700 eleitores e temos o objetivo de conseguir no mínimo o número do PSB, de 40 mil votos, para o companheiro Jefferson Arruda para deputado federal.

Contamos ainda mais com o apoio desta Executiva Nacional e estamos declarando, em nome da Bancada do Mato Grosso e de nossos delegados, que Mato Grosso se empenhará ao máximo para levar o nome do nosso futuro Presidente da República, Anthony Garotinho. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem. Vamos passar a palavra ao Geraldo Siqueira de Souza, logo após, à Isabel Maria Brito Pimentel.

Para seguir a recomendação feita aqui por um delegado, estamos chamando a atenção da plenária, mas não chamamos a atenção dos companheiros daqui do palco. Então peço que as companheiras e os companheiros dêem o exemplo para que o plenário se mantenha na mesma organização.

Companheiro Geraldo.

O SR. GERALDO SIQUEIRA DE SOUZA (PSB – RJ) - Minha saudação a todos os companheiros do Brasil. Sou Geraldo Siqueira, Vice-Prefeito da cidade de Campos, cidade de origem do Governador Anthony Garotinho.

Queria dizer aos companheiros que parece unanimidade aqui, hoje, nas discussões de diversos companheiros que nos antecederam, a necessidade urgente de uma reestruturação interna do Partido Socialista Brasileiro. Temos que nos preparar para essa nova realidade que hoje o Partido vive, inclusive com determinados tipos de ações que ocorrem neste congresso, mas que não podem acontecer mais, na medida em que temos como exemplo a minha cidade, onde não tínhamos sequer um vereador do PSB, hoje temos cinco, inclusive o Presidente da Câmara, três deputados estaduais, o Prefeito, o Vice-Prefeito e um deputado federal.

Se o partido de Campos continuasse ainda com a prática cartorial, certamente os 8.500 filiados que hoje constam do PSB iriam atropelar esse cartório que ainda impera no nosso Município. Então precisamos, de certa maneira, ter convicção plena de que o Partido cresce. Se o Partido internamente não se organizar, essa militância que aí está vai atropelar o cartório do PSB ainda instalado em alguns municípios do Brasil.

Quero dizer ainda que o companheiro que nos antecedeu falava sobre a questão de índice para a eleição para Presidente da República. Só queria lembrar a vocês que quando Garotinho foi candidato ao governo do Estado do Rio

de Janeiro César Maia contava, naquela oportunidade, com quase 50% das intenções de voto; Garotinho tinha apenas 4%. No segundo turno do Estado do Rio de Janeiro, Garotinho perdeu em apenas três municípios dos 91, àquela época, tendo uma vitória esmagadora.

Sendo Garotinho candidato à Presidência da República, ele estará renunciando ao mandato de Governador do Estado do Rio de Janeiro, ele estará abrindo mão de uma reeleição tranqüila àquele governo. É importante que o Partido Socialista Brasileiro tenha a responsabilidade de saber que está convocando um companheiro que vai abrir mão de ser Governador ainda no ano que vem, no início de abril, que está abrindo mão de uma candidatura tranqüila na sua reeleição ao Estado do Rio de Janeiro para representar as teses, as propostas que estão sendo votadas neste congresso nacional.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Companheiro Geraldo...

O SR. GERALDO (PSB – RJ) – Só para concluir, companheiros, o Partido Socialista Brasileiro precisa enquadrar aqueles companheiros que ainda não assumiram essa responsabilidade. É preciso que haja o enquadramento, porque não é possível que as pessoas venham para cá, que viajem 22 a 24 horas, passem fome e frio para que aqueles que estão lá nos estados, tomando conta do livro do PSB, decidam e deixem o companheiro Garotinho em dificuldades quando vai enfrentar uma campanha para a Presidência da República.

Então é necessário que o Partido enquadre aqueles companheiros que não se enquadrarem nas propostas que estão sendo votadas hoje, aqui, que é o grande fórum, legítimo e democrático, do Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado, companheiros.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado a você. Com a palavra a última oradora inscrita desta fase, a companheira Isabel Maria Pimentel, depois vamos votar as teses e apresentar mais três.

Teremos a presença, daqui a pouco, do Presidente Miguel Arraes e do Governador Garotinho, após essa dinâmica que estamos fazendo. Quando de sua conclusão, teremos a presença das lideranças do Partido, junto com nossos senadores, deputados e prefeitos no congresso. Companheira.

A SRª ISABEL MARIA PIMENTEL (PSB – PA) - Gostaria de saudar a Mesa, em nome do nosso Senador do Estado do Pará, Ademir Andrade, que está presente, e gostaria de lembrar aos nossos companheiros socialistas que o Pará teria que ter hoje, no Senado Federal, três senadores. Infelizmente, temos um só, que é o Senador Ademir Andrade. Um não foi cassado porque saiu, não prestava, o outro já sofre denúncias, porque há um caso absurdo sobre

ele aqui, então temos que conscientizar o nosso povo e lutar não por brigas. Às vezes chegamos no congresso e vemos companheiros socialistas brigando pelo poder, sem saber que o verdadeiro poder é aquele nosso, lá nas bases, nos municípios, sem trazer propostas concretas.

Gostaria até que estivesse presente aqui o nosso candidato a Presidente da República para fazer-lhe a crítica pessoalmente. Ele deveria aproveitar hoje que há pessoas aqui de todos os estados do Brasil, com realidades muito diferentes da do Rio de Janeiro, como nós, que estamos no Pará, para ouvir todos nós. Que ele dispusesse pelo menos meia hora para cada representante dos estados e ouvisse a nossa realidade para que pudesse preparar um plano de governo.

Nós, no Pará, estamos sofrendo racionamento de energia, sendo que temos energia até para dar para os outros estados, porque o nosso Presidente Fernando Henrique não tem um planejamento. Se ele planejasse, nós, lá no Pará, não precisaríamos racionar energia, porque temos de sobra. É falta de planejamento, é falta de ouvir. E hoje os nossos representantes em nível nacional – gostaria que todos aqui da Mesa ouvissem, porque às vezes eles ficam conversando entre si e nem escutam o que falamos... Viajamos de ônibus no maior sofrimento. Sou Vereadora no sul do Pará, é muito difícil para nós chegar até aqui. Vemos aqui deputados nossos quem nem nos ouvem. Talvez seja por isso que o plenário se esvazia, porque os nossos representantes não nos ouvem.

Gostaria de dizer que lá no Pará temos dificuldades enormes: pessoas morrem, sendo que temos muita terra. Mesmo assim, o latifúndio é grande. Vemos companheiros nossos morrerem porque lutam. Não é fácil sermos socialistas no Pará. Talvez seja mais difícil do que em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro ou em Pernambuco, onde há gente mais consciente. Existem pessoas no Pará que nem televisão têm, que não sabem quando vão votar ou em quem estão votando. Talvez por isso muita gente que não presta vem para cá, representar o povo que nem sabe que está sendo representado.

Só para concluir, gostaria de pedir à Mesa que leve como proposta ao nosso candidato a Presidente, Anthony Garotinho, que amanhã ainda ele possa ouvir cada estado de uma única vez para preparar o seu plano de governo. Só assim teremos um governo que nos represente de verdade, que leve a água para o Nordeste, que leve o emprego e a reforma agrária de verdade, não só na propaganda, lá para a Região Norte. Assim teremos um governo que faz as coisas acontecerem, não só propaganda na época de falar da água do Nordeste e da reforma agrária no Norte.

Então queríamos que amanhã a Mesa fizesse essa proposta ao nosso candidato a Presidente, porque até chegar perto dele está sendo difícil para nós, e nós é que vamos ser cabos eleitorais dele, não é verdade? Era só isso. Muito obrigada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, companheira.

(Manifestações da platéia)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Isabel. Quero fazer uma correção, porque o companheiro de Mato Grosso me pediu que fizesse. Ele disse que o eleitorado de Mato Grosso era de 1.700. Naturalmente, todos entenderam que era de 1 milhão e 700 mil eleitores.

Vamos dar agora a palavra por três minutos aos companheiros do movimento popular. Quem é o representante que quer dar informação sobre o movimento popular? Companheira Madalena, vai falar sobre o movimento popular? Gilmar, por favor, três minutos.

O SR. GILMAR – Carlos Siqueira, Presidente Casagrande, peço que os representantes dos movimentos populares dos estados que vão ficar postados aqui não façam uso da palavra. Peço um pouco de silêncio para as companheiras e os companheiros, porque o que foi tirado de tese de encaminhamento dos movimentos populares vai falar do seu município, do seu estado e do nosso Brasil.

A proposta dos movimentos populares, em mobilização do PSB, conforme deliberação do Encontro do Colegiado em nível nacional. Foram apresentadas as seguintes teses: a indicação do Secretário do Movimento Popular em mobilização que seja eleito pelo Colegiado do Movimento Popular do PSB; realização de seminários nos estados, nos municípios e nacional para que possamos preparar o I Congresso Nacional do Movimento Popular do PSB; realização de curso de formação política para as lideranças dos movimentos populares do PSB, com o patrocínio da Fundação João Mangabeira e da Secretaria do Movimento Popular em mobilização; será criada a Coordenadoria dos Movimentos Populares, que trabalhará na elaboração e no encaminhamento das campanhas dos nossos candidatos em todos os níveis.

Assim sendo, eleitos, é para dar continuidade, juntamente com os movimentos populares, na participação do plano de governo e na sua realização.

A Secretaria eleita terá dois conselheiros por estado para socializar e discutir as informações dos movimentos populares. Onde houver mais de um movimento organizado que seja do PSB, serão eleitos também os representantes.

O fim da taxa de contribuição obrigatória dos movimentos populares,

prevista no estatuto; que seja concedida aos movimentos populares que já gastam muito nas suas mobilizações a contribuição voluntária, desde que esses representantes não ocupem nenhum cargo público dentro das administrações, finalizando com as assinaturas dos representantes dos movimentos populares.

Companheiros, Presidente da Mesa, companheiro Carlos Siqueira, brilhante Secretário e companheiro da Fundação João Mangabeira, passo aqui uma responsabilidade da Secretaria das Mulheres, da Secretaria da Juventude Socialista Brasileira, de todos os demais movimentos organizados do PSB. Queremos que os movimentos sejam respeitados pelas Executivas Nacional, Estaduais e Municipais. Os nossos dirigentes em qualquer nível serão eleitos e quero que a Executiva Nacional respeite essa posição. O nosso Secretário Nacional terá que ser eleito através dos movimentos populares organizados.

Também apoiamos a tese da Juventude Socialista Brasileira. Nós, do movimento popular, estaremos juntos com a juventude socialista para ajudar e passar a nossa experiência no campo do movimento popular.

Com relação à Secretaria das Mulheres, os movimentos sociais aqui presentes vão estar ajudando, através das fundações, em nível municipal, estadual. Contamos com o Secretário Carlos Siqueira, que é da Nacional, da Fundação João Mangabeira, a realização de encontros para falar sobre a saúde da mulher, câncer de mama e das doenças sexualmente transmissíveis, além de outros pontos que a Secretaria das Mulheres entenda que sejam de grande importância. Esses encontros serão em nível nacional, estadual e municipal. Contamos com a participação do governo estadual aonde tivermos governador. Aonde tivermos um senador, um deputado estadual ou federal, vereadores, contamos com a sua colaboração.

Queremos crescer, queremos eleger o Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, à Presidência da República, mas o Movimento Popular já deixa um recado: não queremos ficar em cordão de isolamento. Aqui é a casa do PSB. Aonde o nosso Governador for participar de campanhas, os representantes dos movimentos que vão levar sua campanha para as ruas não podem ser barrados.

Era só isso o que tínhamos a dizer. Um abraço, companheiros. A direção do movimento não será simplesmente uma cabeça; será uma direção colegiada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado. Muito bem, as lideranças...

O SR. GILMAR – Finalizando, companheiro, logo que sairmos deste palanque, teremos uma reunião com dois deputados: Djalma Paes e a Prefeita e Deputada Federal Luíza Erundina. Vamos aguardar aqui e todo o pessoal do

movimento popular, após o término dos trabalhos, terá essa reunião. Contamos com a participação dos movimentos aqui presentes de todos os estados.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Obrigado, pessoal do Movimento Popular, todas as lideranças. Carlos Siqueira para uma saudação rápida aos companheiros do Movimento Popular.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) – Companheiras e companheiros do Movimento Popular do Partido Socialista Brasileiro, gostaria de saudá-los pela iniciativa de realizar reuniões e discutir a participação dos socialistas militantes nos movimentos sociais. Quero propor que no congresso extraordinário que será votado para fazer a alteração do Estatuto do nosso Partido, no início do ano de 2002, possamos trazer a proposta de vocês para a apreciação e deliberação do nosso Congresso Nacional Extraordinário e alteração estatutária, visando garantir, na Direção Nacional, a exemplo do que já acontece com o Movimento Sindical, com o Movimento de Juventude e com o Movimento de Mulheres, a presença do Movimento Popular, pois é fundamental que o movimento popular de militantes socialistas se faça representar na sua direção nacional, municipal e estadual, para que possa o nosso Partido ser mais fortalecido com a contribuição daqueles companheiros que efetivamente estão participando dos movimentos sociais que são a seiva da transformação em nosso País. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, Carlos Siqueira, grande incentivador de todos os movimentos dentro do PSB.

Vamos agora fazer a apresentação por cinco minutos de mais duas teses, depois vamos fazer a votação de todas as teses apresentadas. Posteriormente, receberemos o Presidente Miguel Arraes e o Governador Garotinho.

Passamos a palavra à companheira Secretária das Mulheres do PSB Mari Machado, que vai apresentar a história das mulheres no Brasil e no mundo.



A SRª MARY MACHADO (Secretaria Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras e companheiros, primeiramente gostaria de saudar as companheiras e os companheiros do Movimento Popular que fizeram a sua reunião, a exemplo do que fizemos em 1999, tendo como resultado a concretização da organização da Secretaria Nacional de Mulheres. É assim mesmo que temos que fazer. Os movimentos têm que se organizar e, a partir da sua própria decisão, eleger os seus representantes, a sua executiva, definir as suas políticas e realizar o seu trabalho de fortalecimento. Não existe partido que se cons-

titua sem movimentos organizados, porque são os movimentos que efetivamente dão a possibilidade do diálogo com a sociedade. Somos nós, mulheres, jovens, movimentos populares, sindicalistas que estamos militando na sociedade e trazendo dali as necessidades que devem ser repercutidas em políticas por intermédio do Partido.

Ontem realizamos o II Congresso Nacional de Mulheres do PSB. Foi um congresso absolutamente afirmativo da nossa presença organizada dentro do Partido. Tivemos lá mais de 500 mulheres reunidas, representando mais de 20 estados da federação. Organizamos congressos em 20 estados do Brasil que tiraram e debateram políticas para as mulheres socialistas e para o PSB.

Entendemos que nesses dois anos de mandato avançamos muito e que os nossos desafios serão maiores a partir de agora, mas queremos dizer aos companheiros que é preciso que o Partido promova uma discussão ampla a respeito do papel da mulher na sociedade. Nos últimos três meses as mulheres socialistas se debruçaram em um debate a respeito de que políticas nós queremos que sejam contempladas no programa de governo do PSB, porque entendemos que não há como construir um novo modelo de sociedade se não tivermos uma ótica sobre a questão de gênero. As mulheres são 51% da população brasileira e 49% do eleitorado, no entanto ainda hoje percebem salário 30% menor do que o dos homens e cumprem com uma carga horária 13% maior. As mulheres ainda hoje têm dificuldade de acesso a programas de saúde, são discriminadas na hora da busca ao emprego, porque, quando da disputa de uma vaga entre um homem e uma mulher, pesa o fato de ter filho, pesa o fato de ser mulher.

Portanto, companheiros, poderíamos ainda dizer que na questão da saúde as mulheres ainda hoje são as maiores vítimas. A cada mil nascimentos morrem 134 mulheres neste País, 14% das gestantes ainda não possuem atendimento pré-natal e as mulheres se tornaram as maiores vítimas da contaminação pelo vírus HIV.

Na questão do trabalho, ainda hoje temos dificuldades que especifiquei anteriormente, da diferença salarial e do acesso, no entanto as mulheres hoje são maioria tanto no ensino médio quanto nas universidades. Precisamos ter um olhar sobre essa questão.

Precisamos deixar claro, companheiros, que somos as vítimas principais da violência doméstica, são as mulheres que sofrem efetivamente, que são vitimadas na agressão física, as mulheres e as meninas. Isso o Partido Socialista Brasileiro precisa ter claro na hora de estabelecer as suas políticas.

Portanto, companheiros, o nosso debate foi nesse sentido. Queremos

que um governo do PSB tenha claro que é preciso constituir e fortalecer os organismos de participação da mulher. Precisamos ter conselhos de direito da mulher em todos os lugares deste País. Essa é uma política que deve ser estabelecida pelo Governo Federal, mas deve ser um conselho representativo do movimento de mulheres, da sociedade.

Precisamos, companheiros, de política para a área de educação, precisamos trabalhar dentro das escolas para que a discriminação não seja perpetuada nos bancos escolares. Precisamos trabalhar a questão da saúde da mulher, fortalecendo o País e tendo programas específicos para as meninas, que são mais de um milhão, que hoje ficam grávidas precocemente, sem as mínimas condições de cuidar dos seus filhos.

Precisamos, companheiros, de políticas claras na questão da violência, porque a cada quatro minutos uma mulher sofre algum tipo de violência na sociedade, criando equipamentos sociais que garantam à mulher a possibilidade de denúncia e do atendimento quando vitimadas dentro de seus próprios lares, através de casas-abrigos.

Precisamos, companheiros, adotar e assimilar que nós, mulheres, somos mais de 50% da população do mundo e que os outros 50% saíram de dentro de nós, portanto temos os mesmos direitos que os homens e precisamos ter as mesmas oportunidades.

Quero dizer, companheiros, que além do debate de políticas públicas que queremos que seja adotado pelo nosso candidato, porque ele precisa falar claramente que política quer para as mulheres – e tenho certeza de que o fará – iniciamos o debate de cotas internas dentro do Partido. Hoje temos as cotas estabelecidas na legislação eleitoral, que determina que sejam 30% de mulheres nas nominatas e chapas para disputa. Sabemos que este congresso não define esse debate. Para tanto, precisamos de um congresso que altere o Estatuto, mas queremos que os companheiros pensem, queremos conquistar a possibilidade de 30% de mulheres nas direções partidárias. É uma política afirmativa, companheiros, não é impositiva. Ela determina ao partido que pense na importância de ter mulheres ocupando espaço na política. Hoje sou apenas uma mulher na direção partidária, mas quero ter certeza de que amanhã, depois de votarmos essa nova direção, teremos mais mulheres não apenas na Executiva, como também no Diretório. Essa decisão não será tomada neste congresso, mas entendemos que a política de cotas é importante, porque coloca ao Partido a necessidade da participação das mulheres não apenas na hora de fazer campanha, não apenas na hora de levar as candidaturas masculinas, mas sim tomando as decisões para o rumo de nosso País, enfim para a sociedade brasileira.

Entendemos, companheiras e companheiros, que a política que estamos implementando não é divisionista, as mulheres estão organizadas porque querem construir o PSB. Entendemos que o PSB é o verdadeiro caminho para a transformação da sociedade. Temos a nossa forma de fazer política, que é com razão e com sensibilidade, mas temos claros os nossos direitos e estamos fazendo esse debate democraticamente com os companheiros, crescendo na nossa luta.

Há dois anos realizamos um belíssimo congresso, o de ontem foi maravilhoso, saímos fortalecidas. Compusemos uma nominata para a Executiva, representativa deste País, e temos certeza de que teremos muito para avançar, mas não queremos fazê-lo apartadas dos nossos companheiros, porque entendemos que homens e mulheres têm que estar juntos na construção de uma sociedade que contemple igualdade e justiça. Muito obrigada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado, companheira Mari Machado. Vamos agora ouvir por cinco minutos a companheira Jacy Proença, do Mato Grosso, que vai falar sobre a tese apresentada por ela: "Gênero e Educação".

A SRª JACY PROENÇA (PSB – MT) – Quero inicialmente cumprimentar a Mesa na pessoa da companheira Mari Machado, Secretária Nacional das Mulheres, eleita no congresso de ontem, e na pessoa do companheiro Carlos Siqueira, batalhador incansável na construção do Partido, principalmente lá no Mato Grosso. Muito obrigada pela força, Carlos Siqueira. Em especial, a Delegação do Mato Grosso, que se encontra presente até este momento, muito firme, e também um abraço bastante fraterno à delegação do Rio Grande do Sul, que de certa forma forjou a elaboração dessas duas teses que se encontram às páginas 55 e 56, "Gênero e Educação", e 57 e 58 "A Questão Cultural sob a Ótica de Gênero e Etnia".

Sabemos que estamos diante de um grandioso, mas imperativo, salutar, positivo e necessário desafio, que é a construção de um projeto político para o nosso País. Só que não se trata de qualquer projeto; trata-se de um projeto socialista que possibilite a auto-afirmação da soberania nacional, da nossa democracia, do exercício pleno da cidadania em que nenhuma das partes que compõem a nossa sociedade seja excluída.

É nesse sentido que estamos trazendo nessas duas teses dois elementos que consideramos extremamente importantes para um projeto que pretende ter esse caráter: educação e cultura, mas não é qualquer educação ou cultura. Ela é muito diferenciada daquela que vivenciamos hoje, que, na verdade, mantém a sociedade que tanto repudiamos. Queremos contrapô-la com um projeto

que seja novo e diferente. Esse componente novo e diferente que estamos incluindo nesse projeto, a questão de educação e cultura, vem sob a ótica de gênero e etnia, porque não podemos, em hipótese alguma, propor a construção desse projeto socialista se não soubermos associá-lo à construção de um país sem discriminação, sem preconceito, que se apropria de todas as nossas benéficas diferenças para instaurar aquilo que tanto repudiamos, que são as desigualdades sociais.

Nesse sentido é que trazemos, na questão de gênero e de cultura, alguns indicadores com esse recorte, que têm apontado de que forma esse sistema, através de toda uma cultura num sentido muito mais amplo do que aquele ligado única e exclusivamente à arte, tem-se utilizado dele para produzir conhecimentos, saber, verdades que vêm nos colocar nessa condição enquanto maioria excluída, discriminada, massacrada por esse sistema que condenamos.

Às páginas 56 e 57, sobre gênero e cultura, trazemos algumas propostas bem definidas para que sejam incorporadas ao programa e já nasçam na campanha eleitoral do nosso candidato à Presidência. Ao final da página 58, elencamos 16 propostas que também têm esse caráter, mas partindo do pressuposto de que a nossa sociedade é pluralista, multirracial, multilingüística, de que o nosso governo e o nosso projeto têm que concebê-la dessa forma e que cultura é tudo aquilo que perpassa o nosso cotidiano, inclusive as ações de governo que se utilizam de recursos públicos para socializar tudo aquilo que se produz através das nossas relações, sejam humanitárias, humanas, de trabalho, com as próprias diferenças, porque para nós elas não são danos, mas grandes riquezas do povo brasileiro.

Para sintetizar, já que são duas propostas em cinco minutos, colocamos aí, com base nesses pressupostos, que o nosso projeto que pretende ser democrático tem que garantir o desenvolvimento de programas que assegurem a igualdade de oportunidades de tratamentos em todas as políticas, principalmente as culturais, tanto a da União, dos estados e dos municípios, de forma a preservar a memória e a visibilidade do povo afro-descendente e indígena. Isso é fundamental para um projeto que seja diferenciado do que temos até hoje.

Incentivar a formação de grupo de trabalho para a elaboração de proposta de material didático não racista, nem sexista, com respeito às diferenças culturais e com extensão à comunidade.

Constituir equipe de trabalho com militantes do Partido, do movimento negro, indígena e feminista para avaliar todas as peças publicitárias do nosso candidato a Presidente da República, Anthony Garotinho, evitando, assim, a veiculação de qualquer conteúdo discriminatório.

Instituir o dia 20 de novembro como feriado nacional, como reconhecimento, valorização e respeito ao grande herói negro, Zumbi dos Palmares, e a toda a população afro-descendente.

Apoiar todas as organizações dos movimentos sociais, em especial o movimento quilombista, feminista e sindical existente no Partido Socialista Brasileiro.

Estou elencando apenas algumas que são mais efetivas, que devemos começar agora, nesse trabalho de campanha eleitoral, mas há as demais. No campo da educação, a universalização do ensino básico. Isso podemos chamar de óbvio, mas não tem sido exercido durante governos anteriores. E promover estratégias, programas e políticas de ação afirmativa para repartir de forma eqüitativa os benefícios do desenvolvimento econômico e cultural.

Fortalecer os conselhos de educação já instituídos e qualquer outra instância de participação popular; ampliar o atendimento à educação infantil; garantir o funcionamento de uma educação a jovens e adultos que possibilite a participação de mulheres prioritariamente: as mulheres negras, imigrantes, indígenas e deficientes.

E aqui temos uma série de outras propostas que vêm nesse sentido, com base, evidentemente, numa série de indicadores de reflexões que fazemos, embasados em dados levantados, pesquisados pelos próprios órgãos de governo.

O que quero, para finalizar, é que nós reconheçamos todas as nossas diferenças, principalmente aquelas que se estabelecem entre homens e mulheres, mas não podemos abdicar da igualdade em hipótese alguma, no sentido de fazer com que a subordinação e a desigualdade se perpetuem nas nossas relações, na sociedade que estamos começando a construir a partir dos nossos congressos municipais, estaduais e deste congresso nacional, que vai trazer esse marco histórico para o Partido Socialista Brasileiro e para toda a nação brasileira.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito bem, companheira Jacy Proença. Antes de passarmos a palavra ao Beto Albuquerque, anunciamos que foi informado à Mesa que o Capi também vai chegar ou já chegou. Então deve chegar daqui a pouco o Governador Capi, que estará junto com o Governador Garotinho e com o Presidente Miguel Arraes.

Companheiro Beto Albuquerque, Deputado Federal, exercendo a Secretaria de Transportes do Governo do Rio Grande do Sul, vai falar por cinco minutos sobre a tese "Bases de um Projeto para um Brasil Socialista".

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS) – Companheiras, companheiros congressistas, nunca talvez na história do nosso Partido foi tão urgente, tão necessário que tomássemos decisões tão ousadas e comprometidas como aquelas que estamos tomando neste congresso. Cinqüenta e um anos depois, o PSB volta a ter candidato à Presidência da República. Teve em 1950 João Mangabeira e, em 2001/2002, Anthony Garotinho haverá de representar o pensamento do Partido Socialista Brasileiro.



Agora, companheiras e companheiros, apenas a nossa energia, o nosso entusiasmo, a nossa vontade militante, os nossos sonhos, as nossas convicções não serão suficientes para vencermos a disputa eleitoral contra o poder econômico, o neoliberalismo, o continuísmo, a exploração, o entreguismo de toda natureza que este País está vivendo. A candidatura do PSB tem que ser de conteúdo, de compromisso, programática, que não aponte em nenhuma hipótese para as reformas. É preciso que rompamos com o processo neoliberal que está aí. As bases de um projeto de um Brasil socialista que apresentamos para o debate querem apenas contribuir para que o programa de desenvolvimento que o nosso Partido defenderá com o nosso candidato seja claro aos olhos, ao coração do povo brasileiro, e não apenas dos militantes do Partido Socialista Brasileiro.

As reformas neste Brasil nos trouxeram até aqui, nesse estado em que estamos. O Brasil precisa romper com o neoliberalismo, precisa sim de choques de compromisso social.

Queria destacar, companheiras e companheiros, alguns paradigmas que são, a meu modesto juízo, importantes para construirmos o nosso projeto de governo, o nosso projeto de sociedade. Precisamos de um programa de governo que aponte para a soberania deste País, para a inclusão social, fundamentalmente, para a solidariedade internacional.

Habitamos um país em que, ao vencer as eleições, um Partido Socialista precisa presidir o movimento dos países explorados para romper com o endividamento externo, com a exploração internacional. Países menores do que o nosso, igualmente explorados, aguardam a liderança brasileira para enfrentar o gigante do neoliberalismo. O nosso Presidente tem que liderar o movimento dos países excluídos, dos países devedores, dos países explorados.

Não sei se os companheiros têm conhecimento, mas somos 138 países

no mundo explorados pela dívida externa impagável, miseráveis, aguardando uma nação que não queira apenas fazer remendos na economia, na política econômica, na política tributária. Os países do mundo aguardam a liderança da construção de uma nação e de um mundo fraterno, igualitário e socialista.

Precisamos, companheiras e companheiros, de um projeto para a nação brasileira, e não da continuidade de um projeto para as elites deste País. Um Brasil socialista não se construirá sem claros compromissos sociais. Nesse sentido, o Governador Anthony Garotinho tem todas as condições, tem *know how*, tem exemplo do seu governo para bancar políticas sociais cruciais para o povo brasileiro.

O Brasil não será um país socialista se o dinheiro, o crédito para financiar as coisas e as pessoas continuar apenas nas mãos dos grandes, dos bancos e não chegar ao bolso do trabalhador, à microempresa, ao agricultor, ao funcionário público, ao cidadão comum. Precisamos, portanto, democratizar o crédito neste País.

Quero dizer também, companheiros, que um Brasil socialista só será possível se fizermos um choque de educação, horizontalizando-a em todos níveis, para todos os cidadãos, para todos os homens e mulheres deste País.

Um Brasil socialista e um programa de um candidato a Presidente da República por um partido socialista só serão eficazes se formos capazes de assumir compromissos com a agricultura, especialmente a agricultura familiar, que é quem dá de comer para cada um de nós. Centenas, milhares, milhões de pequenos agricultores quase sem terras neste País. Um programa para um Brasil socialista tem que encarar a questão humanitária, o humanismo, porque este País se esqueceu de investir na gente, esqueceu-se de investir na juventude, nos homens e mulheres, só investiu em bens materiais, em apoteoses de projetos econômicos, enquanto homens e mulheres foram relegados ao segundo plano.

O Brasil socialista é um país capaz de promover a integração latino-americana. Somente na América Latina, companheiras e companheiros, devemos US$750 bilhões ao FMI, às políticas internacionais. Cada latino-americano, portanto, cada brasileiro deve US$1.500 ao capitalismo internacional. Se não houver solidariedade latino-americana, seremos como a Argentina, seremos como o México, como tantos países destroçados por aqueles que hoje devoram as economias do mundo desenvolvido.

Queremos, companheiros, o programa de um Brasil socialista capaz de fazer reforma agrária, de tocar a mão no latifúndio improdutivo, nos gigolôs de vaca, nos gigolôs de terras, naqueles que nada produzem e que se apropriam de

um bem de todos nós, de um bem dos índios, dos negros e dos povos desta nação brasileira.

Quero dizer, encaminhando-me ao final, companheiras e companheiros, que um Brasil socialista tem que ter política de investimentos de infraestrutura, em ciência e tecnologia, todos elementos indispensáveis para o embate com os nossos adversários, o embate político, ideológico, revolucionário.

Não me agradaria governar o Brasil sem participação popular. A maior obra que este Partido tem que construir é um governo popular, democrático, onde nós todos não sejamos apenas importantes no dia do congresso do Partido ou no dia de votar na eleição, mas sim na hora de governar, em todos os dias, e de estabelecer as prioridades para o nosso País.

Portanto, companheiras e companheiros, as bases de um governo socialista estão assentadas em nossa opção pela candidatura de Garotinho, pela candidatura do PSB, por um Brasil da cidadania, e não por um Brasil do mercado, da economia, dos tributos, dos percentuais, dos teóricos da economia. Queremos um Brasil cidadão de todos, homens e mulheres. Assim valerá à pena a nossa luta, assim valerá à pena vencer e construir um Brasil para todos. Obrigado.

O SR. – Senador Beto Albuquerque, muito bem. A Delegação do Rio Grande do Sul fazendo uma homenagem ao Senador Beto Albuquerque.

Com a palavra o companheiro do Amapá Fernando Pimentel Canto, para fazer a apresentação em cinco minutos da tese "Desenvolvimento Sustentável", apresentada pela Delegação do PSB de Amapá.

O SR. FERNANDO PIMENTEL CANTO (PSB – AP) – Boa tarde, companheiras e companheiros. Para nós é uma honra pela terceira vez apresentarmos neste congresso do PSB a nossa tese do desenvolvimento sustentável, um projeto grandioso em construção no Estado do Amapá, um projeto que vem dando certo pela seriedade com que é conduzido pelo Governador Capiberibe junto com as prefeituras do PSB e, principalmente agora, com a Prefeitura de Macapá, num governo de parceira que vem conduzindo esse processo para que haja cada vez mais explicitamente a condição que queremos hoje no Amapá, que é incluir aqueles que historicamente foram sempre excluídos.

As políticas do Amapá são o resultado do rompimento de um processo histórico espoliativo e avassalador que por séculos caracterizou a exploração econômica e social da Amazônia. Durante tantos anos em que ficamos como território federal, ficamos sob a tutela da União, sujeitos aos humores dos pequenos ditadores que para lá iam, nomeados pelos presidentes ditadores da nossa república. Tudo o que eles faziam não era de interesse do nosso povo,

do nosso Estado. Queríamos realmente ser melhores, mostrar que nós somos um ponto do nosso País onde existe grande riqueza que tem que ser confiada às gerações vindouras.

Quando Capiberibe assumiu o Estado do Amapá, procurou dar a ele uma cara diferente da dos outros estados, porque o projeto político do PSB dentro do Amapá visa à condição de melhoramento do povo, das suas coisas, inclusive da sua auto-estima, para o futuro.

Nós, do Amapá, que vivíamos isolados geograficamente, graças a isso, talvez pela largura do Rio Amazonas, tivemos grande parte das nossas florestas preservada. Hoje apenas 2% da sua cobertura vegetal foram destruídas. Temos um potencial muito rico que será explorado economicamente de forma racional para as gerações futuras.

A tese do PSB/AP do desenvolvimento sustentável vem sendo cada vez mais aprimorada, porque é um processo em construção. Nós, do Amapá, não paramos de construir conceitos a respeito disso, porque é tão bom que esteja dando certo e é isso que queremos para o Brasil. Queremos que o nosso candidato a Presidente da República venha também a obter a atenção necessária para que este País venha a crescer economicamente sem ser destruído, sem ser vilipendiado pelas políticas públicas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Queremos um país melhor, que se integre sim à América Latina, da mesma forma como nós, do Amapá, estamos fazendo com os países fronteiriços.

Hoje podemos dizer que o Amapá é o único Estado brasileiro que tem fronteira com a Europa, porque, ao fazer fronteira geográfica com a Guiana Francesa, está mantendo uma relação não apenas diplomática, mas econômica, de amizade e principalmente cultural com a França e com os países outrora colonizados pela Holanda e pela Inglaterra, mesmo pela Espanha, como é o caso da Venezuela.

Nós, do Amapá, estamos cientes de que o PDSA, instituído pelas políticas do PSB e pela decisão do povo amapaense, por intermédio do Governador Capiberibe, é algo que está dando certo, que está fazendo com que os excluídos se incluam social e economicamente.

No Amapá tudo era colocado de forma economicamente inviável, porque as pessoas estavam ali apenas acumulando capital para tentar depois distribuir aquilo para o povo. Hoje as condições estão sendo feitas de forma inversa, porque os investimentos governamentais estão sendo realizados dando crédito aos pequenos produtores, às organizações e a todos aqueles que realmente esperavam algo melhor para obter a qualidade de vida de que necessitamos tanto naquele Estado tantas vezes explorado, mas nunca beneficiado com grandes políticas públicas de ordem estrutural ou conjuntural.

O Amapá de hoje representa para nós a grande esperança. Mesmo pequeno, é um retrato do que o País pode fazer pelo seu povo, é um retrato do que o PSB pode fazer pelo Brasil por intermédio de seus representantes políticos e de um Presidente que venha a sair daqui, como é o caso do Governador Garotinho.

Finalizando, companheiros, queremos dizer que todo esse processo do PDSA instituído no Amapá representa uma forma de encararmos o mundo, de termos a nossa própria utopia que estamos construindo.

E todo esse processo do PDSA, instituído no Amapá, representa para nós uma forma de encararmos o mundo e termos a nossa própria utopia que estamos também construindo.

Por isso mesmo, gostaria de ler apenas um trecho do discurso do Governador Capiberibe, para finalizar.

A população do Amapá não ser enxergava bonita, na medida em que ela não tinha como expressar as suas possibilidades, a sua criatividade, a expansão das suas atividades.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA veio exatamente para que possamos dar aquele grito de independência para nos vermos de forma diferente, nos olharmos no espelho e nos sentirmos bonito, para que nos organizemos em torno de nossa vida social, da nossa relação social, da nossa relação política e começarmos a descobrir que na verdade podemos construir o novo. E essa é uma questão de simples e pura decisão nossa, decisão política.

Viva o Socialismo, companheiros! Obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Muito obrigado, companheiro Fernando.

Só uma manifestação de apoio a essa tese feita pela delegação de São Lourenço, Paraná, que apóia a tese do desenvolvimento sustentável. Todo respeito à Amazônia, seus rios e matas, todo cuidado com a fauna e a flora e o respeito aos povos indígenas.

Arraes está aí!

Companheiros e companheiras, temos o debate das 11 teses apresentadas hoje. Vamos iniciar agora o processo de votação dessas teses da parte da manhã. Aprovamos a tese relatada pelo companheiro Carlos Siqueira, de uma proposta de estratégia eleitoral do PSB para 2002.

Agora, temos a apresentação de mais 10 teses. Vamos começar o processo de votação, com o crachá azul. Vocês já debateram, discutiram, acrescentaram propostas.

Desenvolvimento Sustentável, Políticas Integradas para o Brasil Socialista. Quem for favorável à tese, por favor levantar o crachá. Podem abaixar. Quem for contrário à tese, por favor levante o crachá. Quem se abstém da votação?

Tese aprovada, por unanimidade, neste Congresso.

A outra tese foi apresentada pelo Senador Beto Albuquerque, com o título: Fases de um projeto para o Brasil Socialista. Quem for favorável à tese apresentada pelo Beto, por favor levante o crachá. Muito obrigado, pode abaixar o crachá. Quem for contrário à tese do Beto se manifeste. Quem se abstém da votação?

Tese também aprovada por unanimidade. Obrigado ao Beto, obrigado ao Rio Grande do Sul.

Tese apresentada pela companheira Mari Machado, Secretária das Mulheres do PSB. A história das mulheres no Brasil e mundo. Está em processo de votação. Levantem o crachá. Muito obrigado, podem abaixar o crachá. Companheiros e companheiras que votam contra, por favor levantem o crachá. Quem se abstém da votação?

Tese também aprovada com três abstenções. Por favor, registre o nosso secretário, a tese apresentada pela companheira Mari Machado, mas aprovada pela grande maioria.

Tese apresentada pelo companheiro Emílio Diniz: A questão internacional, já debatida por vocês. Quem for favorável à tese, proposição do PSB com relação à questão internacional, levante o crachá. Muito obrigado, pode abaixar o crachá. Quem for contra a tese, por favor se manifeste. Quem se abstém da votação?

Aprovada, por unanimidade, a tese do companheiro Emílio Diniz.

Tese do companheiro Marcos Cunha: ALCA, o Brasil não deve ingressar sem um plebiscito. Por favor, quem for favorável se manifeste. Pode abaixar o crachá quem for favorável. Quem for contrário, por favor levante o crachá. Quem se abstém da votação?

Tese aprovada por unanimidade.

Só um esclarecimento. Foi apresentada uma tese aqui do Reginaldo de Castro sobre crises institucionais e assembléia constituinte exclusiva. Não é

para deliberação, é para início de discussão dentro do Partido. Não iremos deliberar sobre essa tese porque é uma idéia que o nosso candidato a Senador aqui do Distrito Federal está apresentando, ex-Presidente da OAB, e o partido passa a discutir isso a partir de agora.

Outra tese é apresentada pela Professora Jacy Proença, Gênero e Educação. A companheira do Mato Grosso apresentou há poucos minutos essa tese. Quem for favorável, por favor levante o crachá. Muito obrigado, pode abaixar. Quem for contrário, por favor levante o crachá. Quem se abstém?

Aprovada, por unanimidade, a tese da companheira Jacy Proença.

Daqui a pouquinho o Dr. Arraes está chegando, os Governadores vão chegar, pedirei às pessoas que estão aqui no palco e que não estão com credencial para que dêem licença, há muita gente aqui, isso aqui não suporta, então pedimos por favor, com todo carinho, para que as pessoas possam, quem não estiver credenciado, dar licença para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

Passamos a palavra ao nosso Presidente Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, na verdade estamos aqui na votação das teses apresentadas e existem três teses que não tiveram a sua votação. Como essa votação estava sendo coordenada pelo Renato Casagrande, queria pedir a ele continuasse com a votação dessas três teses e depois colocarei em votação todas as teses.

Queria pedir a todos os militantes que ocupassem os seus lugares. Quero saudar a representação da Baixada Fluminense, saudar as representações que estão presentes e pedir ao Renato Casagrande que procedesse à votação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Coordenador) – Rapidamente, vamos votar as três últimas teses apresentadas.

A tese do companheiro Vicente Celistre: A livre organização dos trabalhadores. Quem for favorável à tese do companheiro, por favor levante o crachá. Muito obrigado, pode abaixar. Há alguém contra a tese do companheiro Vicente Celistre? Há alguma abstenção?

A tese está aprovada por unanimidade.

Tese do companheiro Marcos Cunha, com o seguinte título: contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade. Os companheiros favoráveis à tese do Marcos Cunha levantem o crachá. Muito obrigado, podem abaixar. Há algum companheiro contra a tese do companheiro Marcos Cunha? Há alguma abstenção?

Tese aprovada por unanimidade.

A última tese apresentada na data de hoje é do PSB da JSB de Pelotas: candidaturas e alianças no campo da esquerda, o PSB como projeto alternativo sustentável e articulado. Os companheiros e companheiras favoráveis, por favor levantem o crachá. Muito obrigado. Há algum companheiro ou companheira contra a tese do JSB de Pelotas? Há alguma abstenção?

Tese aprovada por unanimidade.

Portanto, conseguimos aprovar, debater, acrescentar, excluir temas dessas teses apresentadas. Muito obrigado pela compreensão, pela ajuda e passo a palavra ao Presidente Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, ao iniciar este período, gostaria de pedir a todos os companheiros que ocupem suas cadeiras, principalmente as pessoas aqui do corredor central, porque consideramos fundamental que todos tenham direito, as pessoas lá detrás, o direito de uma visão livre. Esta é a primeira questão.

A segunda, algumas das teses que estão nesse caderno de teses não foram apresentadas aqui e evidentemente que todos os delegados receberam os cadernos de teses. Queria aprovar uma moção de recomendação ao Diretório da aprovação das teses apresentadas nesse caderno, para que o Diretório evidentemente possa analisar e aprovar as teses do caderno.

Aqueles que estão de acordo com a moção de aprovação do caderno de teses encaminhados ao Diretório levantem o crachá.

Aprovado.

Esse caderno de teses será encaminhado ao Diretório, que vai debater as teses que evidentemente não tivemos tempo de debater aqui hoje.

Teses Aprovadas pelo VIII Congresso Nacional do PSB

O Nordeste no contexto da crise nacional
Miguel Arraes

Proposta de Programa de Governo: como os socialistyas governarão ainda no regime capitalista
Roberto Amaral

Desenvolvimento sustentável: políticas integradas para o Brasil socialista
Tese do PSB/Amapá

Uma proposta de estratégia eleitoral do PSB para 2002
Carlos Siqueira

Bases de um projeto para um Brasil socialista
Beto Albuquerque

"Princípio da responsabilidade definida"
Deputado Alexandre Cardoso

A História das mulheres no Brasil e no mundo
Mari Machado

A Questão Internacional
Emílio Diniz

ALCA: O Brasil não deve ingressar sem um plebiscito
Marcus Cunha

Crises constitucionais e assembléia constituinte exclusiva
Reginaldo de Castro

Por uma matriz energética auto-sustentada
Fernando Mousinho

Gênero e Educação
Profª Jacy Proença

No sentido da construção de uma política tecnológica para o Brasil
José Antônio Vale Antunes

Projeto real para transformação de uma economia virtual
Franklin Capistrano

Socialismo "O espaço do cidadão"
Tese do PSB/SP

Tese do PSB de Alvorada/RS
Tese do PSB de Alvorada/RS

A livre organização dos trabalhadores
Vicente Selistre

Construção Partidária
José Eurides de Moraes

Contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade
Marcus Cunha

Reafirmar os fundamentos mínimos para a Democracia
Jandir Zanottelli

Proposta de tese da JSB/Pelotas: candidaturas e alianças no Campo da Esquerda - o PSB, como projeto alternativo, sustentável e articulado
Tese da JSB/Pelotas

Por um Brasil Socialista

Pequenos negócios grande desenvolvimento da sociedade
Rogério Fraga

A produção tecnológica como solução para o País
Luís Carlos de Césaro

O Nordeste no contexto da crise nacional

Miguel Arraes – Presidente Nacional do PSB

A situação do Nordeste é profundamente afetada pela política do poder central, conduzida pelos arautos da globalização, que dão as costas para as desigualdades brasileiras. Praticam uma política de ajuste fiscal que preconiza o corte de gastos públicos para cumprir metas ditadas por organismos internacionais como o FMI e praticamente elimina políticas regionais de desenvolvimento. O País necessita de políticas regionais para viabilizar economicamente suas distintas regiões, articuladas com uma estratégia de integração nacional. Uma porcentagem crescente do racionamento nos gastos públicos é destinada ao atendimento de tais metas, em prejuízo da saúde, da educação, da segurança e do crescimento da economia. O Nordeste serve como exemplo para explicar esta debilidade que se acentuou no governo de FHC. Além disso, a região vive em estado de calamidade, concentrando mais de 50% das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, como mostra o recente estudo do economista Marcelo Néri da Fundação Getúlio Vargas.

São pessoas que sobrevivem com no máximo R$ 80,00 por mês, mas essa renda cai para R$ 16,92 no sertão, ademais, só 30% dos pequenos produtores rurais conseguem estocar algum alimento para a época da estiagem. O percentual de indigência no Nordeste está acima de 50% em todos os Estados, sendo que chega a mais de 60% em alguns como o Piauí e o Maranhão. A região abriga, por conseguinte, mais de 26 milhões de miseráveis, mais da metade encontrada em todo o País.

Essa calamidade permanente não pode ser atribuída à seca. Esta costuma ser invocada para explicá-la, para justificar a fome. Na verdade, ela apenas aumenta e generaliza as carências, escondendo os fatores estruturais que a provocam. O corte dos recursos públicos paralisou a ampliação da infra-estrutura da região e sucateou o pouco que existia. Levantamento da Associação Nacional dos Transportadores, recentemente divulgado, revela que das 10 piores rodovias federais, 9 se encontram no Nordeste. Depois de abandonada durante décadas, a rede ferroviária foi privatizada por 14 milhões e nenhum reparo foi feito no decorrer de vários anos.

Os concessionários nada investiram e reivindicam mais de oitocentos milhões de recursos públicos – seis vezes o que teriam pago pela concessão – para dar início

à manutenção da malha ferroviária. Não conservaram sequer o que ainda funcionava, verificando-se, ao contrário, a paralisação de novos trechos.

As receitas de Estados e Municípios sofreram elevadas reduções, promovidas pelo atual governo, reduzindo-se, em conseqüência, sua possibilidade de conservar estradas, escolas, manter e ampliar os serviços públicos. Enquanto isso, o Governo Federal libera escassos recursos destinados a obras esparsas cuja realização se eterniza apesar da insistente solicitação de seus patrocinadores, carentes de discurso eleitoral para suas áreas de influência.

Mesmo assim, proclama-se que os indicadores econômicos mostravam um crescimento do NE superior à média nacional. Até isso deixou de existir, o índice de crescimento está agora abaixo da média nacional, além de não constituir atestado de prosperidade. Os índices favoráveis, agora desaparecidos, não resultavam da articulação de novas iniciativas com atividades já existentes ou firmadas em riqueza da região, elevando de forma articulada o conjunto da economia. Os investimentos privados, elemento positivo sobretudo em meio a tão grande carência, não influíram sobre o conjunto de atividades, nem tinham essa pretensão. Grupos do Centro-Sul vieram atraídos pelos incentivos fiscais e outras facilidades. Muitos deles fabricavam no Sul produtos que já vendiam no Nordeste, sendo mais indicado instalarem-se na região com isenção fiscal, para suprir um mercado que já haviam conquistado. E esses incentivos fiscais são responsáveis por uma guerra fratricida entre os diversos Estados, contribuindo para enterrar qualquer política articulada de desenvolvimento regional, a partir das especificidades do Nordeste.

O complexo econômico em que se sustentava o NE, herdado da fase colonial, faliu. Faliu o latifúndio da cana de açúcar, a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva. Desapareceram também as indústrias manufatureiras que foram agregadas a este complexo, como a indústria têxtil e as pequenas metalúrgicas fechadas pela mudança no preço do aço, há dez anos. Nada surgiu para preencher o vazio decorrente do desaparecimento dessas e de outras atividades.

A região também perdeu instrumentos importantes para pensar outras soluções nesse contexto de crise. Fernando Collor fechou centros de pesquisas e FHC retirou das universidades as condições para trabalharem nessa direção. A globalização, portanto, chega para agravar ainda mais essa situação que se torna cada vez mais insustentável. Seus defensores pregam o << Estado mínimo >>, ignorando que essa receita não foi aceita sequer no País que a preconiza, os Estados Unidos, que ao vivenciarem situação parecida, decorrente da crise de 1929, tiveram que recorrer a recursos públicos para o projeto do Vale do Tennessee.

É preciso, portanto, reorganizar a luta em defesa dos interesses do Nordeste, reaprendendo com as experiências de mobilização social de nosso passado recente. A luta pela redução das desigualdades regionais do Nordeste forçou a inter-

venção do poder central, no fim dos anos 50. O País vivia uma fase conturbada, com a morte de Vargas e a eleição de JK sob as mesmas bandeiras, mas em ambiente de grande mobilização da direita e fortes pressões internacionais. Construía-se Brasília e era implantada a indústria automobilística, símbolos desse período. Mesmo assim uma importante mobilização de diversos setores sociais nordestinos quebrou a inação do governo JK, obrigando-o a adotar uma política para o Nordeste. Desse movimento suprapartidário participavam diferentes tendências políticas, inclusive os bispos da região que organizaram encontros para fortalecer a iniciativa.

A SUDENE é fruto desse movimento. Nasceu com o propósito de uma ação coordenada na região, visando atualizar sua infra-estrutura, promover a industrialização e desenvolver projetos de reforma agrária e colonização. As diretrizes políticas iniciais da SUDENE propiciaram grandes avanços para a região. O fato de aplicar de maneira planejada com novos critérios as verbas orçamentárias da União permitiu que o novo órgão obtivesse rápidos resultados na oferta de infra-estrutura especialmente na distribuição de energia. O golpe de 1964 interrompeu essa política. Assim, contido pelo golpe, o amplo movimento que se formava para redirecionar o desenvolvimento do NE voltou à estaca zero. Foi restabelecida a aliança das forças conservadoras e hegemônicas em nível nacional, com os setores econômicos e políticos das oligarquias locais que sustentavam, na ditadura e agora, a mesma política.

A denúncia mais forte contra as alterações do projeto SUDENE veio através de um documento elaborado por bispos e superiores religiosos do NE, que teve grande repercussão no Brasil e no exterior (Eu ouvi os clamores do meu povo, 06.05.73). Neste documento a Igreja fez um amplo diagnóstico da realidade nordestina, com dados precisos que já mostravam o desmonte da política sistêmica de combate às desigualdades regionais que orientou os primeiros passos da autarquia. Entre outros pontos o texto denunciou:

- abolição do Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), até então a cargo da SUDENE;

- redução dos recursos orçamentários que representavam 1,4% da receita federal para 0,4%;

- transferência de recursos para a SUDAM, PROTERRA e o Programa de Integração Nacional, com destaque para a Rodovia Transamazônica;

- corte nos recursos destinados ao turismo, pesca e reflorestamento.

Esses cortes, analisam os religiosos, foram acompanhados pela intensificação da velha política de concessão de privilégio para as elites. Assim, os grupos que mantinham em seu poder a produção de bens com importância econômica para a região, como o açúcar, por exemplo, continuavam "agitando a bandeira

da pobreza regional e conseguindo privilégios e regalias que nunca se convertem em benefícios para o povo". Este golpe contra a SUDENE se completou com o controle de órgãos federais pelas oligarquias da região, que acabou levando à criação da indústria das secas.

O documento dos religiosos continua atual, pois mostrava que a inserção internacional a qualquer preço, hoje e antes, acaba matando iniciativas concretas de combate às desigualdades regionais. "A conseqüência dessa opção reside na mudança do objetivo nacional de desenvolvimento. Ao torná-lo uma função de operação de capitais estrangeiros no território nacional, o desenvolvimento passava a ser definido não em termos dos interesses da sociedade brasileira, mas em relação aos interesses de lucro das empresas estrangeiras e dos seus associados em nosso País. Explica-se, assim, porque uma das prioridades da política nacional de desenvolvimento – a anulação das disparidades regionais – tenha sido sacrificada" sentenciava, em 1973, o texto dos bispos.

O Presidente da República, aliado às oligarquias de sempre, despreza este movimento de grande importância histórica. Novamente FHC utilizou a mídia para um golpe simbólico. Ao extinguir a SUDENE por Medida Provisória pisoteou um símbolo que já não tinha conteúdo. Assim, deve ter pretendido contabilizar mais um ponto em favor de sua cruzada contra a chamada era Vargas – que teve seus defeitos mas introduziu mudanças significativas na política brasileira e na vida da população. Basta lembrar, como marca de mudança, que a jornada de trabalho de oito horas só foi adotada depois da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder. Na prática, FHC está levando o País de volta para a República Velha, ao cortar direitos dos trabalhadores e ao transformar as relações federativas em troca de favores das elites regionais com o poder central.

A fragilidade da representação política das áreas periféricas torna-as dependentes do poder central, a quem passa a dar, com as exceções de regra, um apoio incondicional, sob o manto da defesa das causas que ele encarna. Isso possibilita a permanência de uma política que, por definição, não permite medidas corretas para a solução dos problemas que afligem o NE.

Assim, a questão da água, por exemplo, fundamental para a região, fica resumida a algumas barragens e adutoras, sem dúvida necessárias em muitos lugares, mas insuficientes. Além disso, acabam servindo de moeda eleitoral, dentro de uma visão estreita do problema, quando deveríamos estar discutindo outras alternativas. É um equívoco centrar o debate público somente no destino do Rio São Francisco, quando deveríamos impulsionar estudos sobre as potencialidades não aproveitadas de todos os rios e lençóis subterrâneos em diversos Estados, além do estudo e do planejamento das diversas bacias hidrográficas, de modo a evitar os inconvenientes da construção de barragens que prejudicam o manejo

racional de suas potencialidades, ameaçando o acesso da população urbana e rural a um bem cada vez mais escasso.

Esse exemplo mostra a necessidade de reformulação das diferentes estruturas federais na região, transformadas em feudos de correligionários do governo, de onde não partem sequer propostas destinadas a enfrentar os gravíssimos problemas da região. É direito elementar que os serviços públicos estejam à disposição da população, sem discriminação de qualquer espécie. No entanto, todo mundo sabe que a regra utilizada é a troca de favores, ao sabor das conveniências dos que neles mandam.

O desprezo voltado ao NE, como atestam os expressivos dados antes citados, está coerente com a tese de inviabilidade da região, sustentada por setores da elite nacional. É coerente, também, com as teses gerais de globalização que ignoram as distorções sociais e os problemas regionais para cuidar da macroeconomia, ou seja, dos interesses do sistema financeiro internacional.

Devemos contestar essas falsas premissas e mostrar mais uma vez a viabilidade da nossa Região, sua contribuição para construção da Nação, a capacidade de trabalho e de enfrentamento das adversidades que tem nosso povo. Devemos exigir nossos direitos, que não podem ser confundidos com os das elites que detém a hegemonia econômica.

Para isso, precisamos unir forças políticas e sociais que coloquem em primeiro plano as questões urgentes da população mas também as que podem abrir perspectivas para um futuro diferente. Precisamos engajar nesse movimento os nordestinos que aqui residem mas também os que migraram para outras regiões, o que nos ajudará a mostrar aos nossos compatriotas de outras regiões a gravidade das injustiças aqui acumuladas. Temos que impedir o aprofundamento das desigualdades para conservar a unidade necessária à construção da integração nacional.

Proposta de Programa de Governo: como os socialistas governarão ainda no regime capitalista

Roberto Amaral – Vice Presidente Nacional do PSB

O programa do PSB visa à erradicação do capitalismo e à construção de um Estado democrático, solidário e socialista. Esta proposta não é, portanto, um novo programa de governo socialista, mas um programa de governo a ser executado pelos socialistas do PSB ainda no atual regime. É uma proposta que, olhando para o futuro, pretende alterar o presente. O objetivo é dizer que o PSB está maduro para o desafio de ser governo. Diz mais: que queremos ser governo. O PSB entende que o brasileiro não pode esperar pela revolução socialista. Ele enfrenta problemas que reclamam solução ainda sob o regime capitalista.

A primeira meta do Governo do PSB será a geração de emprego. Ela decorrerá da política de crescimento econômico e exigirá a reforma social do Estado. A Reforma Agrária, uma das formas dessa nova linha de desenvolvimento, abrirá caminho para o aumento da produção e para uma reforma urbana capaz de reduzir a tensão social das cidades.

A reforma do ensino pretende erradicar o analfabetismo antes de atingir seu objetivo final: a universalização e gratuidade inclusive do terceiro grau. A reforma tributária e a nova política fiscal serão instrumentos de contenção do déficit público, mas acima de tudo de redistribuição de renda e de revisão das aplicações dos recursos públicos. A despesa será subordinada à receita e os gastos voltados para o favorecimento do crescimento econômico, da geração de emprego, da educação e da saúde. São propostas e compromissos que atendem a cinco grandes diretrizes. A primeira trata da dignificação do brasileiro. A segunda, da afirmação da soberania da nação. A terceira, da consolidação e do aperfeiçoamento da democracia. A quarta enfoca a dignificação da vida política. A quinta, a recuperação do trabalho como valor ético que cimentará a sociedade.

A política econômica será comandada pela Estratégia do Desenvolvimento Econômico e Social. Ela romperá com dois entraves: os princípios monetaristas do

governo neoliberal-conservador que, na prática, subordinam os interesses nacionais aos interesses do capital especulativo internacional, e a tradição da esquerda corporativista que, também na prática, subordina os interesses da população aos privilégios de segmentos específicos. Romper com o monetarismo significa vencer o obstáculo da transição da estabilidade monetária sem equilíbrio social para a estabilidade com eqüidade social. Romper com o corporativismo significa enfrentar a questão da redefinição do papel do Estado numa perspectiva comprometida com toda a sociedade. Para isso serão promovidas as seguintes reformas:

*** Descentralização política** – O Governo do PSB recuperará a Federação, promoverá a distribuição do poder e incentivará a participação popular. A descentralização elegerá o município como sede do poder. Criaremos o Ministério do Desenvolvimento Municipal.

*** Reforma agrária** – O Governo do PSB promoverá o assentamento de famílias a partir de uma política de promoção da cidadania plena, da formação cultural e técnica, do crédito barato, da ajuda na comercialização. A reforma agrária é uma prioridade e o MST instrumento indispensável à sua realização. A organização dos trabalhadores rurais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) serão prestigiadas. A reforma será viabilizada através dos mecanismos constitucionais da desapropriação de terras e da progressiva tributação de áreas desvinculadas da função social. A política agrícola se voltará para estancar o êxodo rural e aumentar a produção de alimentos como forma de erradicar a fome.

*** Reforma Tributária** – O Governo do PSB promoverá uma reforma capaz de recompor a capacidade financeira do Estado. Trata-se de providência essencial para a restauração da qualidade do serviço público e para a realização dos investimentos exigidos nas metas estabelecidas neste programa. A estrutura de impostos será racionalizada e simplificada, a base de arrecadação será expandida e a evasão e a sonegação fiscais, estimadas em 50%, reduzidas. Os encargos do INSS serão transferidos para o faturamento das empresas e serão eliminados todos os demais. Apenas o FGTS será mantido. Ao desonerar a folha salarial estaremos liberando recursos para expansão do parque produtivo. A nova política fiscal implicará:

- Implantação do orçamento cidadão que assegure transparência e controle social do gasto público.
- Melhoria do aparelho de fiscalização para eliminar a fraude e a impunidade.
- Aumento da tributação sobre o consumo para desonerar a produção.
- Fim do sigilo bancário para o fisco e combate à corrupção e ao desperdício.

*** Reforma Creditícia** – O Governo do PSB promoverá uma reforma creditícia capaz de garantir acesso ao crédito sem custos elevados aos microempreendedores, às cooperativas de trabalhadores, àqueles que não dispõem de patrimônio e garantias exigidas pela rede bancária comercial. Uma rede de institui-

ções que operem neste campo será criada e acoplada a entidades de assistência gerencial e mercadológica.

*** Reforma do Judiciário** – O Governo do PSB promoverá a democratização da Justiça, garantindo o acesso de todos ao pleito judicial. A reforma vai garantir a independência da Justiça, extinguir sua feição corporativa e legitimá-la socialmente. Dessas diretrizes e objetivos decorrem:

- A reestruturação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- O estabelecimento de políticas policiais e prisionais.
- A reorganização da carreira da magistratura e da justiça estadual de segunda instância.
- A reformulação dos tribunais superiores.
- A expansão dos juizados especiais e de pequenas causas e a restauração dos juizados de paz .
- A implantação da Justiça Agrária itinerante e o fortalecimento da Justiça do Trabalho.

*** Reforma do Ensino** – O Governo do PSB promoverá e desenvolverá a educação pública, democrática e de qualidade. Para superar a exclusão e o atraso será preciso ousadia e o estabelecimento de um pacto nacional. Assim o poder público poderá promover, com investimentos massivos, um salto gigantesco. Para o combate ao analfabetismo, que atinge 18,3 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade, impõe-se a decretação de sua ilegalidade. Assim como é crime, passível de penalidade dos pais e responsáveis, a ausência das crianças na escola, também será crime a aceitação, privada ou pública, do analfabetismo. O ensino básico universal, gratuito e obrigatório, continuará sendo dever do Estado, mas no contexto das necessidades da nação apenas isso não é insuficiente. A progressiva universalização do ensino médio, prevista pela LDB, deverá ocorrer de forma acelerada. A estes pontos somam-se outras medidas:

- A educação será, preferencialmente, pública e atuará como instrumento de democratização da informação, da cultura, da promoção social e da realização plena da cidadania.
- Os recursos públicos passarão de 4,03% para 7,5% do PIB, prevendo-se um aumento de 1%/ano durante os primeiros quatros anos _ um montante referencial equivalente a 11,5% do PIB. Esses aumentos serão garantidos através de emendas à Constituição com a definição da destinação mínima de recursos: 25% para a União e 30% para estados e municípios.
- A gestão será democratizada em dois anos com a participação paritária dos segmentos da comunidade educacional para garantir a autonomia ampla das instituições de ensino.

• A formação e aperfeiçoamento dos profissionais do magistério obedecerão a LDB.

• Será estabelecido o piso nacional de cinco salários mínimos para a jornada semanal de 20 horas/aula.

• A educação infantil vai garantir, em cinco anos, atendimento nas creches para 25% da faixa etária de 0 a 3 anos e na pré-escola para 50% das crianças entre 4 a 6 anos.

• Os ensinos fundamental e médio serão totalmente universalizados em cinco anos.

• O ensino superior será fortalecido para atender 50% dos jovens entre 18 a 24 anos em dez anos.

• A erradicação do analfabetismo deverá ocorrer ao final de cinco anos. Instituir-se-á a ilegalidade dessa condição, tutelada pelo Estado e com penalização de pessoas físicas e jurídicas.

• Todos os estabelecimentos públicos do país oferecerão, em cinco anos, ensino supletivo.

• Será criada uma rede de escolas cooperativadas para a população de baixa renda.

• A política do livro didático será totalmente reformulada.

• Centros de formação profissional serão criados conforme as necessidades do desenvolvimento.

• Serão implementadas ações nas áreas rurais com vistas a uma educação de qualidade.

• O recenseamento escolar urbano e rural passará a ser anual a partir do terceiro ano de governo.

• O capital intelectual será elevado à condição de fundamento prioritário do desenvolvimento. O apoio às universidades e centros de pesquisa garantirá a apropriação do conhecimento em ciência e tecnologia em áreas estratégicas como saúde, informática e biotecnologia.

*** Reforma política** – A Reforma Política que o Governo do PSB promoverá com o apoio do Congresso Nacional e a pressão da opinião pública compreenderá, além da descentralização do poder, a democratização dos meios de comunicação e um projeto de código eleitoral. As linhas mestras são:

• As concessões dos meios de comunicação, livres de qualquer forma, direta ou indireta, de monopólio ou oligopólio, serão subordinadas ao interesse público e conservadas enquanto atenderem às regras constitucionais. A liberdade de programação será acompanhada de controle social. As rádios e tevês comunitárias serão estimuladas.

• O fortalecimento dos partidos, do pluripartidarismo e do voto proporcional será consolidado no novo código eleitoral. Será assegurada a livre existência e expressão político-eleitoral das minorias. O princípio da fidelidade partidária será implantado e o financiamento público das campanhas regulamentado.

OUTRAS POLÍTICAS

Direitos Humanos – A igualdade de todos perante a lei implica a supressão de privilégios e a defesa dos oprimidos. O Governo do PSB tem compromisso com a promoção social, cultural e política das mulheres, fundada no ideal de igualdade entre os seres humanos. Toda e qualquer forma de preconceito, racismo ou xenofobia será combatida. A corrupção, o crime organizado e a violência urbana serão atacados. Os direitos humanos dos excluídos serão assegurados. O Governo do PSB concluirá o processo de demarcação de terras indígenas, reformulará a FUNAI e lutará pela aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas..

Segurança Pública – No governo do PSB a segurança pública resultará de uma ação articulada de todos os poderes da República e de todas as instâncias da sociedade. Se o ponto de partida é a retomada do desenvolvimento econômico, uma das ações concretas e imediatas é a reforma dos aparelhos judiciário e policial. As polícias serão integradas. O sistema penitenciário passará por reforma radical.

Urbana – A política urbana será integrada às políticas ambiental, de transporte, de saúde, social e educacional, visando à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida. O transporte coletivo terá prioridade. A democratização do solo penalizará a especulação imobiliária. As reformas financeira e fundiária viabilizarão a construção de casas populares. Os serviços de água e esgoto serão universalizados.

Saúde – É preciso manter a erradicação da poliomielite, eliminar o sarampo e outras doenças preveníveis por vacinação, controlar a dengue, a doença de Chagas e a esquistossomose, reduzir à metade a incidência de malária e tuberculose, baixar o índice de mortalidade infantil para menos de 20 por mil nascidos vivos. A promoção da saúde por meio de políticas públicas e programas de melhoria das condições de vida e de incentivo a condutas saudáveis constituirão a base do modelo. A organização do sistema público, dentro dos princípios da Constituição de 1988, deverá ser orientada para o usuário mais pobre: 70% da população. O Governo do PSB promoverá a imediata execução da lei n.º 8.080, de 19/9/1990, que fixa o gradativo alcance de um gasto mínimo de 8% do PIB com a saúde. A legislação que regulamenta a prestação de serviços pelos planos de saúde será revista para assegurar ao SUS a cobrança dos serviços prestados pela rede pública aos pacientes conveniados às empresas de medicina privada.

• Extinção da CPMF e alocação para o SUS de recursos do Orçamento da União. Nos primeiros quatro anos de governo as verbas deverão atingir 5% do PIB. A contribuição dos estados e dos municípios não poderá ser inferior a 10% do total das suas receitas.

• Estabelecimento de preceito constitucional para definir os percentuais orçamentários mínimos que União, estados e municípios destinarão à saúde.

• Prevenção de riscos de natureza comportamental, como o tabagismo.

• Prevenção de enfermidades, particularmente através da vacinação e do controle de vetores.

• Expansão do atendimento na comunidade.

• Reorganização do atendimento hospitalar em complementação ao atendimento ambulatorial.

• Implantação de política de remuneração digna aos profissionais de saúde.

• Reformulação da política de distribuição de medicamentos.

Industria e Comércio Exterior – A política industrial do Governo do PSB impedirá que, nos domínios da alta tecnologia, o país fique a reboque dos países industrializasdos. O gap tecnológico e industrial já ocorre em áreas vitais para a soberania nacional. O Estado agirá para superar a defasagem. Cuidará, igualmente, de desconcentrar o parque industrial para combater as desigualdades regionais. No comércio exterior será adotada uma política de estímulo às exportações. Num cenário de déficit em conta corrente no balanço de pagamentos _ e maior crescimento da economia nacional _ poderíamos ter um salto nas exportações de 12% a 14%. Nosso governo promoverá o Programa de Promoção de Exportações acompanhado da correção gradual da taxa de câmbio. As importações serão seletivas e darão prioridade aos insumos básicos, máquinas e equipamentos.

Trabalhista e Sindical – O trabalho será o agente do desenvolvimento no Governo do PSB. O direito ao emprego se sobreporá ao direito do lucro das empresas. Uma das metas do governo será elevar o salário mínimo, gradativamente, até que sejam atendidas as prescrições constitucionais. Vamos propor ao Congresso o fim do contrato provisório de trabalho e estimular a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. A gestão das empresas públicas será feita com a participação do trabalhador, do usuário e de entidades da sociedade civil. O Governo do PSB reafirmará a independência do movimento sindical e apoiará a luta de conscientização dos trabalhadores para a construção de um projeto socialista.

Econômica – Controlar o crescimento da dívida pública, iniciada no período pós-Real, e fazer um ajustamento fiscal é o grande desafio do Governo do PSB. Propomos a redefinição do perfil da dívida interna pública, trocando títulos a vencer por outros de prazo de mais longo vencimento, abrindo linha de crédito a juros de

nível internacional para detentores de títulos que venceriam em até 12 meses. A política fiscal independente do capital financeiro será instrumento da redistribuição de riqueza, da solidariedade e da radicalização democrática. Heranças e fortunas serão tributadas progressivamente. O projeto econômico do PSB visa a assegurar a retomada do crescimento a taxas médias de 6% ao ano para atender ao crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) que é de 2,7% ao ano.

Creditícia e Cambial – A política creditícia será dirigida às agências públicas de financiamento - notadamente BNDEs, BB e CEF - que servem ao fortalecimento da economia e ao desenvolvimento social. O BNDES será proibido de financiar empresários na compra do patrimônio estatal. O Brasil deixará de financiar empresas estrangeiras com o dinheiro de nossos trabalhadores para gerar desemprego aqui e criar emprego lá fora. Será drenada a sangria representada por programas como o Proer. O câmbio será corrigido gradualmente, mantendo-se a política de bandas, mas alargando seu intervalo. Uma correção cambial levada a cabo com as precauções recomendadas não corre o risco de ameaçar a estabilidade monetária.

Juventude – No Brasil, ingressam todo ano no mercado de trabalho 2 milhões de jovens, mas pouco mais de um milhão consegue emprego. O neoliberalismo roubou dos jovens a esperança. O Governo do PSB desenvolverá um plano massivo de escolarização e de criação de empregos. Um de seus instrumentos será o Programa de Incentivo Empresarial ao Primeiro Emprego. Será criado ainda o Programa Nacional de Defesa e Promoção da Juventude Brasileira, dividido em duas etapas:

• Resolução das questões imediatas, com ênfase no combate ao desemprego, através da criação de postos de trabalho que absorvam os profissionais recém-formados nos ensinos médio, profissionalizante e superior, bem como os sem qualificação ou que perderam o emprego.

• Criação do Sistema Nacional de Proteção à Infância e à Adolescência com atenção para quatro áreas: saúde, educação, esporte e cultura. O desporto será estimulado com a criação de centros esportivos polivalentes, principalmente nas comunidades de baixa-renda. A cultura será incentivada com a criação de espaços e programas de apoio à produção local dos jovens.

Energia Em um mundo em crise de recursos hídricos, o Brasil é detentor de 20% da água doce do planeta. A distribuição, porém, é concentradora e excludente. O compromisso do Governo do PSB será:

• Garantir a todos o acesso aos recursos hídricos através da proteção e perenização de mananciais e lençóis subterrâneos.

• Desenvolver políticas de incentivo a formas alternativas de produção energética.

• Cobrar resultados na implemen-tação da política de energia nuclear.

• Fortalecer a Petrobrás no desenvolvimento da prospecção em águas profundas que pode assegurar a autonomia do país em dez anos.

Meio-Ambiente – A política ambiental terá como pressuposto a compreensão de que a sociedade é a continuação da natureza. Vamos pedir ao Congresso a recuperação dos originais da Lei dos Crimes Ambientais vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para atender à pressão dos grandes proprietários, dos madeireiros e de grupos internacionais. O Programa Nacional do Álcool será retomado. Na defesa do meio ambiente, o Governo do PSB observará, entre outras, as seguintes premissas:

• Rechaçar a transformação dos países subdesenvolvidos em depósito do lixo tecnológico ou atômico.

• Estimular a pesquisa sobre tecnologias limpas.

• Fazer cumprir a Constituição que define como obrigação do poder público a preservação da diversidade do patrimônio genético e considera a Mata Atlântica patrimônio nacional.

Serviços públicos – Instrumentos de solidariedade e integração da nação, eles serão melhorados no Governo do PSB. É dever do Estado assegurar aos cidadãos o direito ao transporte urbano, à rede pública de saúde, à escola, à habitação. O PSB promoverá a defesa dos consumidores exercendo maior controle sobre práticas monopolísticas e cartéis. Os procons serão fortalecidos. O programa de privatização de estatais estratégicas será suspenso. As privatizações consumadas passarão por auditoria independente.

Investimentos – Será dada prioridade aos investimentos em educação, formação profissional, pesquisa e tecnologia. Como instrumento de fomento à produção de bens de consumo popular será criado o Banco do Trabalhador para administrar os recursos do FAT. Os investimentos públicos serão retomados e canalizados para a área de serviços e para empreendimentos que gerem mais empregos.

Externa – A política externa do PSB estará fundada nos princípios da soberania e autodeterminação dos povos. Expressará nosso desejo de convivência pacífica, mas atuará com firmeza para mudar as relações com as potências hegemônicas. Somos oposição a intervenções e bloqueios. O Governo do PSB promoverá uma profunda auditagem da dívida externa e compatibilizará sua amortização ao não comprometimento do desenvolvimento. A luta contra toda a perseguição - política, étnica ou religiosa - e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional são bandeiras socialistas. O Mercosul será fortalecido.

Cultural – O orçamento do Ministério da Cultura dobrará no primeiro ano. A política cultural terá dois eixos interdependentes: a consolidação da auto-imagem nacional e sua projeção internacional. O PSB promoverá a afirmação endógena dos valores que constituem a brasilidade, sem qualquer tendência xenófoba, para que o contato com outras culturas possa resultar em assimilação enriquecedora e não em subordinação neocolonial. A língua é prioridade porque fortalece a nacionalidade, mas não encerra as possibilidades de criação cultural. Há, para a atividade artística brasileira, a necessidade de reconhecer que o conhecimento dos mil Brasis é uma das formas de fazer cada Brasil mais panbrasileiro.

Regionais – O Governo do PSB adotará uma Política de Desenvolvimento Regional equilibrado. Vamos incrementar investimentos públicos em infra-estrutura econômica com metas a serem atingidas em oito anos. Na Amazônia, será promovido o desenvolvimento harmônico do potencial de riquezas naturais da região, respeitando a vulnerabilidade ecológica e o espaço vital das nações indígenas. Um zoneamento ecológico e econômico definirá as áreas de proteção ambiental e os pólos de desenvolvimento. No Nordeste, onde vive quase metade dos excluídos, o desafio é integrar a região na economia nacional. O projeto Novo Nordeste compatibilizará desenvolvimento social e crescimento econômico. Será criado o Fundo Emergencial de Ação contra a Pobreza.

Forças Armadas – O Governo do PSB consolidará o Ministério da Defesa, cujo titular será, sempre, preferencialmente, um civil. As Forças Armadas serão reequipadas e modernizadas para cumprir seu novo papel na sociedade democratizada. O programa espacial, a defesa da Amazônia e o controle do espaço aéreo implicarão conhecimentos que beneficiarão o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, assegurando a autonomia tecnológica das Forças Armadas.

Desenvolvimento sustentável: políticas integradas para o Brasil socialista

Tese do PSB/Amapá

1. UM PROJETO PARA O BRASIL – Desenvolvimento Sustentável: Políticas Integradas Para o Brasil Socialista

Como país em desenvolvimento, o Brasil necessita emergencialmente implantar políticas públicas que considerem princípios de adequada gestão de seus recursos naturais. Mais do que isso, o Brasil tem que conceber instrumentos para promover o bem-estar humano sem aceitar que seu capital natural seja degradado.

Até agora, a despeito de uma retórica de sustentabilidade por parte do Governo Federal, o que tem prevalecido são iniciativas que absolutamente não levam em consideração as políticas públicas sustentáveis

No passado, os recursos naturais de nosso País foram explorados à exaustão. Um caso ilustrativo é a jazida de 42 milhões de toneladas de manganês no Amapá, a qual, de 1957 até meados da década de 90, foi praticamente esgotada. A cada ano, durante aproximadamente quatro décadas, cerca de um milhão de toneladas de minério de manganês foram extraídos, gerando-se, ao final da exploração, inúmeros problemas sociais, que hoje demandam uma resposta que, certamente não, será a empresa que exauriu o minério que se prontificará a fornecer.

A perda irreversível de capital natural - como é o caso do manganês do Amapá -configura um custo repassado às futuras gerações, que se agrava por esta perda ser considerada como aumento da renda nacional. Durante quarenta anos, o Brasil foi se despojando, para sempre, de um minério (manganês), que não se encontra facilmente no mundo, e isto foi contabilizado positivamente como um incremento em nosso Produto Interno Bruto. É esta percepção errônea, que um novo conjunto de políticas públicas deve buscar alterar profundamente.

Mas talvez a implicação mais importante deste contexto seja que a deterioração ambiental afeta mais profundamente os setores já marginalizados da sociedade, no campo ou nas áreas urbanas, setores esses que geralmente sobrevivem em

condições ambientais extremamente limitadas e, portanto, mais vulneráveis à erosão e ao esgotamento do solo, à poluição das águas e aos desastres naturais, como inundações e estiagens.

Logo, nosso grande desafio é conceber políticas públicas que possam conduzir a uma melhoria real nas condições de vida para a população, principalmente aos excluídos, sem perturbar funções ecossistêmicas essenciais. Faz-se necessário que o Brasil adote efetivamente políticas públicas sustentáveis, que conciliem o reconhecimento da limitação dos recursos naturais com o máximo de progresso social, e que recupere a cidadania do povo brasileiro.

1.1. O que entedemos como desenvolvimento sustentavel

A lógica de produção entre os povos tradicionais das florestas (índios e extrativistas em geral) não só é distinta como também antagônica à lógica da "economia do crescimento", porque esta não é antropocêntrica, pois não coloca o ser humano no centro do conceito de produção.

É por este motivo que, no marco da conjuntura do desenvolvimento sustentável, o estudo dos movimentos dos povos das florestas tem uma grande quantidade de valores e conhecimentos que aportam em uma formação inicial de um conceito de desenvolvimento sustentável, que, mais tarde, foi ampliado com uma maior fundamentação teórica.

Deste modo, se abstrairmos os preconceitos ideológicos, podemos estar em condições de aprender com os povos tradicionais, um conceito original de desenvolvimento sustentável, pois o modo de produzir os bens necessários a manutenção de suas necessidades, era amparado em uma lógica de relação baseada no respeito à natureza, que consideravam a fonte da vida.

Nada obstante, foram realizadas, nas últimas décadas, vários esforços no sentido de revisionar os conceitos convencionais de desenvolvimento econômico. Surgiram, com certa frequência, a utilização de termos como crescimento sustentável e desenvolvimento sustentável, porém ainda para diferentes contextos ambientais e de desenvolvimento.

No início da década de 90, vários autores estabeleceram um rico debate em relação ao significado da palavra sustentabilidade. Então, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento -CMMAD construiu, com vários autores, um conceito que se tornou uso corrente: "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas necessidades".

Esse conceito vem sendo ampliado e apresenta-se sobremaneira explícito na Agenda 21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

e Desenvolvimento (Rio 92), que se constitui num plano de ação até o ano 2000. Na Agenda 21, o desenvolvimento sustentável constitui-se em esforços para mudar os padrões de produção e consumo e para integrar o meio ambiente ao processo de planejamento. Para os países em desenvolvimento, coloca-se como imperativo a erradicação da pobreza, como também a solução das restrições impostas pela dívida externa, tecnologia e comércio mundial.

Além disso, a Agenda 21 prevê investimentos para a busca de energia limpa; para proteger a atmosfera e combater a desertificação; para o uso sustentável das florestas; para racionalizar o uso de água doce; proteger e regular o uso dos recursos marinhos e administrar o crescimento demográfico.

Por esse prisma, o desenvolvimento sustentável é extremamente interessante na medida em que conduz a oportunidade de conciliar objetivos de crescimento econômico, com solução de questões sociais e proteção do meio ambiente. A questão não é deter o crescimento, mas conciliá-lo com a qualidade ambiental.

1.2. Políticas Públicas para um desenvolvimento sustentável

Deve ser ressaltado que a ciência econômica convencional não considera a base ecológica do sistema econômico dentro de seu arcabouço analítico, levando assim à crença no crescimento ilimitado.

Porém, o sistema econômico deve ser visto como um subsistema do ecossistema, e se o último é uma entidade não-crescente, existe então uma escala absoluta de fluxos de recursos naturais que se deve considerar quanto à expansão da economia.

Com efeito, a noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que, sem a natureza, nada pode ser produzido de forma sólida. Ela mostra o que é possível do ponto de vista material, o que deve ser confrontado com a aspiração de mais e mais riqueza que, na sociedade moderna de hoje, constitui o que é desejável.

Para serem relevantes, as políticas de governo para a sustentabilidade têm que ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades que destroem capital natural ou dissipam recursos renováveis, perturbando os correspondentes ecociclos, sejam freadas.

Uma política comprometida com a sustentabilidade tem que desencorajar aquilo que cause ameaças à saúde a longo prazo dos ecossistemas e à base biofísica da economia, tal como ineficiência, lixo, poluição, uso excessivo de recursos não-renováveis, dissipação de recursos esgotáveis etc. De forma oposta, ela tem que impulsionar aquilo que é desejado: emprego, bem-estar, um ambiente tranquilo, segurança pessoal, serviço público de qualidade, uso balanceado dos recursos naturais etc...

Um dos primordiais aspectos das políticas de governo, alicerçadas no desenvolvimento sustentável, diz respeito ao tratamento a ser dado a hábitos de consumo e estilos de vida. De um lado, níveis excessivos de consumo de bens e serviços, pelos mais ricos, devem ser contidos. De outro, a maciça influência dos meios de comunicação, para aumento do consumo, deve ser revista e contida dentro de parâmetros de prudência ecológica indispensáveis para a sustentabilidade.

A diminuição do consumo deve ser contemplada numa perspectiva de longo prazo. Afinal de contas, a sustentabilidade implica em mudanças no estilo de vida para se assegurar a manutenção do capital natural.

A política de governo para a sustentabilidade deve conter medidas para estimular aqueles setores que efetivamente adicionem valores, contribuindo para a cobrança correta de todos os custos dos produtos comercializáveis e uma menor degradação. Há uma possibilidade palpável que consiste no ecoturismo, que exige porém cuidados adequados no monitoramento de certificação de obediência a normas de proteção ambiental. Além disso, tecnologias ambientalmente sadias devem ser, de alguma forma, incentivadas.

O desenvolvimento sustentável deve englobar as dimensões sociais e econômicas, apesar de ser direcionado por princípios biofísicos,que o faz conter uma significação ecológica inevitavelmente forte. Com efeito, a simples tentativa de superar a exclusão social, por meio das políticas tradicionais de desenvolvimento parece inapropriada, tendo em vista que um processo de desenvolvimento, que não possa ser saudavelmente sustentado, não representa um meio confiável para que se derrote a exclusão social.

Assim, considerações ambientais devem estar misturadas com propostas de equidade social medidas para geração de emprego e renda são indispensáveis neste contexto), eficiência econômica e factibilidade política. Em qualquer circunstância, a formulação de políticas para a sustentabilidade, em todos os setores da ação governamental, deve apoiar-se, primeiro, em critérios biofísicos de uso sustentável da natureza, combinados com instrumentos para a correção dos desequilíbrios socioeconômicos e a promoção do bem-estar da população.

Por último, as políticas para a sustentabilidade devem prever uma reforma institucional. De fato, as instituições sociais existentes, que favorecem o efêmero contra o duradouro, as tendências homogeneizadoras da globalização em lugar da diversidade (tanto biológica quanto cultural), uma atitude passiva quanto ao meio ambiente em oposição à fixação de limites biofísicos, devem ser ajustadas aos requisitos da sustentabilidade. Novas instituições são exigidas para a conservação dos ativos naturais, para encorajar a regeneração dos recursos renováveis, para proteger a biodiversidade, para gerar tecnologias mais ambientalmente benignas para promover estilos de vida menos intensivos no uso de energia e mate-

riais, para manter constante o capital da natureza em benefício das gerações futuras, para proteger o saber dos povos indígenas e tradicionais, incluindo seus direitos de propriedade intelectual. Novas formas de regulação democrática e uma nova versão de economia mista, diferente da neoliberal, são possibilidades que devem ser contempladas.

2. PRESSUPOSTOS PARA UM PROJETO DE GOVERNO SOCIALISTA SUSTENTAVEL

2.1. Uma economia sustentável

Mudar o rumo do desenvolvimento econômico é, antes de tudo, uma decisão política. As soluções técnicas estão disponíveis e vão sendo aplicadas de acordo com as peculiaridades locais. O histórico brasileiro nos mostra uma incapacidade de produzir modelos de desenvolvimento voltados para nossa realidade optando-se pelo caminho da orientação mundial, apontada atualmente pelas diretrizes do Consenso de Washington.

A sustentabilidade, por outro lado, é entendida como resultado do equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas e do uso dos recursos naturais de forma perene e com equidade social. As estratégias de desenvolvimento devem considerar as potencialidades locais, devendo haver um acurado planejamento regional, que envolva de fato a sociedade civil de maneira participativa e busque equilibrar as disparidades, que findam por permitir a existência de regiões muito ricas convivendo com outras miseráveis.

Contudo, redistribuir o desenvolvimento econômico só se faz de maneira sustentável, havendo também uma ruptura com o atual modelo concentrador e excludente. Desta maneira, é fundamental redefinir o modelo agrícola e fundiário praticado neste país, bem como inverter a lógica da exploração do lucro e da acumulação capitalista, agregando valor às atividades do setor produtivo, incentivando modelos agrícolas e florestais adaptados à incrível diversidade ambiental e climática existente em nosso País e favorecendo os setores sociais excluídos(pequenos e médios produtores e empresários) através do acesso ao financiamento, organizando e racionalizando a exploração dos bancos pesqueiros e reservas minerais e colocando na retenção de valor ao produto final a meta a ser alcançada, fortalecendo a dinâmica regional e fixando as populações tradicionais em seus locais de origem. Isto significa usar a dinâmica da globalização no aspecto econômico, porém golpeando seu caráter de universalização do lucro, criando mecanismos que fortaleçam nosso desenvolvimento regional e mantenham os recursos financeiros em nosso país.

Além disso, deve-se colocar, como prioridade zero, a distribuição de renda,o que só pode acontecer na medida em que o crescimento econômico se dê como instrumento de inserção da espessa camada de excluídos nos processos produtivos e orientar as políticas públicas de exploração dos recursos fartos em nosso país. Isto significa crescer economicamente, distribuindo e preservando.

Um aspecto fundamental e que permanece restrito aos estados da Amazônia, atualmente empenhados em implementar a sustentabilidade como programa de governo, diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos de acesso e proteção de nossa biodiversidade. Existe hoje apenas uma lei de proteção e acesso à biodiversidade, já regulamentada, em todo o Brasil. Esta lei, de autoria da Deputada Estadual Janete Capiberibe, do estado do Amapá, representa um grande avanço nessa questão.

Esta fonte infinita de recursos naturais para os mais variados setores da economia é hoje razão da cobiça de pesquisadores internacionais, laboratórios e instituições do mundo todo que se organizam no sentido de impedir as regulamentações protetoras da maior reserva de biodiversidade do mundo, que se estende desde a selva amazônica, passando pela quase extinta Mata Atlântica, pelos cerrados e ecossistemas do Pantanal etc.

Contudo, apenas proteger não se traduz em política pública sustentável, é imprescindível que o Estado invista maciçamente em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para que o domínio da exploração da riqueza do próximo milênio também esteja em território nacional.

Fica clara a necessidade da intervenção estatal no desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias, bem como a transferência destas para grupos locais, sendo definidos critérios de utilização e retorno social e ambiental no uso dessas tecnologias, devendo serem previstos incentivos para que isto ocorra segundo os mesmos critérios no âmbito da iniciativa privada. Não se trata aqui de uma nostalgia do Estado-empreendedor, mas do necessário incentivo para equilibrar tecnologicamente nosso País para o mercado ultra-competitivo, que hoje se desenha na globalização.

2.2. A equidade social

Nosso País tem tido historicamente seu desenvolvimento orientado para interesses econômicos externos e para o restrito grupo da elite econômica nacional. Foi assim no Brasil-Colônia e assim permanece com o neo-liberalismo de FHC, principalmente com a submissão das decisões soberanas de nossa política econômica ao aval das equipes técnicas do FMI e do Banco Mundial, tendo nosso País nunca abandonado o status de neo-colônia.

Por outro lado, medidas enérgicas e inadiáveis como as reformas do Estado, nas áreas tributária, partidária e da previdência - são hoje instrumentos de retórica largamente utilizados pelo atual governo para justificar seu imobilismo e sua inversão de prioridades, que interessam exclusivamente ao Palácio do Planalto.

O modelo concentrador de riquezas que, nos últimos anos, vem relegando a grande maioria de nossa população ao estado de pobreza e um outro segmento significativo do povo brasileiro na mais absoluta miséria, precisa ser imediatamente rompido. A realidade descrita contrasta brutalmente com os números superlativos registrados nos lucros dos bancos e do capital especulativo,tão queridos da atual política econômica.

A eqüidade social significa atender prioritariamente e de maneira qualitativa as necessidades das gerações atuais e futuras e depende totalmente da amp1iação da cidadania para toda a população, e por parte do Estado da desburocratizando o acesso aos serviços públicos, e do cumprimento do se dever constitucional de promover e manter a dignidade social como objetivo ser perseguido incansavelmente. Isto se traduz em buscar dar conta de todas a dimensões do ser humano, oferecer educação pública de qualidade, voltada para a realidade local, com valorização dos aspectos culturais e merenda escola regionalizado, atendimento na rede de saúde pública universal, segurança saneamento básico etc... Significa colocar o combate e erradicação da pobreza num foco de equilíbrio com as perspectivas de desenvolvimento econômico e uso sustentável dos recursos naturais.

É preciso mudar a ótica segundo a qual a economia é o centro para onde tudo converge. Mais do que uma política econômica, o País necessita de uma economia política.

É certo também que a situação de degradação e desamparo social deve ser combatida com ações sociais de largo alcance, como as que são há muito implantadas no estado do Amapá como a Bolsa Família e Visão para Todos, sendo que a primeira fornece uma bolsa pecuniária à família que mantenha o filhos na escola e a segunda oferece a oportunidade do atendimento oftalmológico gratuito aos cidadãos maiores de cinqüenta anos, devolvendo a visão possibilidades aos membros da terceira idade.

A experiência de inserção social inclui dinda criar políticas para as minorias admitindo que alguns setores se encontram mais expostos à exclusão e necessita de políticas setoriais, como é o caso das mulheres, os jovens e afro-descendentes, além dos idosos, deficientes físicos, populações tradicionais, como é o caso da parteiras, que antes eram perseguidas e não tinham seu trabalho reconhecido hoje são valorizadas e, capacitadas, prestam um necessário e importante serviço de saúde pública, gozando o respeito de toda a população, podendo ingressa no sistema de saúde e atuar como parceiras do Estado.

2.3. Municipalização

Parcerias entre os poderes executivos federais, estaduais e com as prefeituras, visando a geração de empregos, é uma diretriz voltada para fixar a população. As áreas prioritárias para a municipalização são a educação, a saúde, a aquisição da merenda escolar e a manutenção de obras públicas. Mas existem critérios para que um município seja beneficiado com recursos adicionais: deve utilizar mão-de-obra, matéria-prima e bens de consumo locais; não alocar mais de 60% dos recursos orçamentários na contratação de funcionários; adotar critérios ambientais na promoção de atividades econômicas e criar conselhos comunitários para participar e fiscalizar as ações das prefeituras.

2.4. Vantagens comparativas do Brasil

O Brasil apresenta diversas vantagens comparativas frente a outros países: incrível multiplicidade de ecossistemas em níveis diversificados de conservação, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, as maiores reservas de biodiversidade do mundo, imenso potencial turístico e grandes áreas agricultáveis são fatores que colocam o Brasil em posição estratégica diante da nova configuração geopolítica mundial. Contudo, ainda não possuímos um projeto que coloque este conjunto de riquezas na perspectiva de uma exploração racional, sendo o exemplo concreto da perversidade do atual modelo, o desenvolvimento pensado e executado para a Amazônia.

2.5. Parcerias com a sociedade civil e iniciativa privada

A existência de governos socialistas exige mudança de atitude do poder público com os movimentos sociais, procurando implantar práticas irreversíveis, objetivando conquistas definitivas. No Amapá, as organizações comunitárias ganharam dimensão histórica e novas funções a partir das administrações socialistas na Prefeitura de Macapá (1988-1992) e no Governo do Estado (1995- até hoje), quando João Alberto Capiberibe, companheiro socialista, assumiu esses cargos.

A tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável somente poder ser alcançada através de um esforço conjunto com a sociedade e de movimentos sociais fortes e autônomos. Neste sentido descentralizar as atividades tidas como tipicamente governamentais, repassando recursos e responsabilidades para organizações da sociedade civil, movimentos sociais e da iniciativa privada, tem sido um importante instrumento de distribuição de renda, participação popular, divisão de responsabilidades cidadãs e de controle sobre as ações do Poder Público, resultando no fortalecimento das comunidades locais.

Porém, essa descentralização não significa isenção do dever de prestar o atendimento à comunidade, ficando obrigado o Estado a acompanhar e fiscalizar de perto a aplicação dos recursos públicos na perseguição de resultados, que se traduzam em melhor qualidade de vida para o conjunto da sociedade.

Os efeitos positivos do envolvimento e participação popular podem ser imediatamente vistos nas melhorias que acompanharam a implementação da gestão democrática nas escolas públicas, através das caixas-escolares. Assim como nas caixas-saúde, agilizando procedimentos e reduzindo custos na administração e manutenção dos órgãos da educação e saúde pública. Contudo, descentralizar é ter coragem de transferir o dinheiro e deveres para a população através das organizações não- governamentais e instituições da iniciativa privada e isto não se faz sem quebrar as resistências da burocracia que insistem em manter poder de decisão e privilégios, que se encontram enraizados nas estruturas da administração pública brasileira.

A democratização do Estado passa também pela ruptura com o atual modelo de organização estatal, pensado pelos agentes internacionais em conjunto com nossa burocracia encastelada em Brasília, e implica em uma radical democratização do Estado, com a implementação da democracia participativa, onde a sociedade aponta as decisões e orienta as políticas públicas. O exemplo desta mudança de atitude por parte dos nossos governantes se dá através do Planejamento e Orçamento participativos, bem como da execução descentralizada em andamento no Amapá.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTEN-TAVEL PARA TODOS: A EXPERIÊNCIA DO AMAPA

As políticas públicas hoje realizadas no Estado do Amapá, são o resultado do rompimento de um processo histórico, espoliativo e avassalador, que, por séculos, caracterizou a exploração econômica e social da Amazônia.

A decisão política sobre o tipo de desenvolvimento que a sociedade quer para o Amapá foi tomada. O modelo antigo, em processo de substituição, é o resultado de um somatório de iniciativas resultantes da transferência de conflitos sociais de outras regiões; da busca de resultados econômicos de curtíssimo prazo; da desvalorização das potencialidades naturais e da omissão na aplicação de tecnologia adequadas.

A implementação do novo modelo, que tem como princípio a sustentabilidade e como lema a participação popular e promoção da cidadania, esbarrou numa realidade adversa. O Estado encontrava-se absolutamente dilapidado e exposto ao controle tradicional das elites, que se locupletavam com o

orçamento e tiravam proveito do descalabro total nas contas públicas, através de superfaturamentos e negociatas.

Essas elites não se encontravam dispostas a abrir mão facilmente da lucrativa "sociedade" com o Estado. O ambiente econômico era dos grandes projetos: ICOMI, JARI CELULOSE, MINERAÇÃO NOVO ASTRO etc. Após sugarem até a última gota em condições comerciais absolutamente favoráveis à acumulação e francamente danosas à economia local, abandonavam o Estado sem maiores explicações ou preocupações com o prejuízo social, econômico ou ambiental provocado.

Além disto, havia sido criada uma zona de livre comércio, que transformava o Estado em entreposto de venda de produtos importados sem incremento do setor produtivo, que operou a transformação dos antigos comércios em importadoras, bem como acarretou uma migração que fez do Amapá o Estado com maior índice crescimento populacional do País: 5,7 %. Porém, foi realizado um estudo que provou serem os rendimentos com a cadeia produtiva do açaí, fruta que produz um alimento muito consumido na região, superiores ao faturamento anual da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Por outro lado, as instituições estaduais, com a criação do Estado do Amapá pela Constituição Federal de 1988, foram construídas por uma liderança conservadora e advinda da tradição militar, fruto da ditadura, que após exercer por cinco anos o cargo de governador biônico (1979-1984), e com o irrestrito l apoio das elites políticas e econômicas, se tornou o primeiro governador eleito do Estado, exercendo o mandato no período de 1990-1994. Assim, participou ativamente de toda a construção dos demais poderes, inclusive indicando todo o colégio de Desembargadores, a cúpula do Judiciário Estadual, bem como os membros do Tribunal de Contas etc.

Além da fragilidade das instituições recém-nascidas, encontrava-se no Estado um incipiente movimento popular. Ao romper com o modelo tradicional, o atual governador, João Alberto Capiberibe, procurou adequar o programa de governo à realidade do Estado e aos interesses locais, tomando a decisão irrevogável de direcioná-lo a um ousado e inovador modelo de desenvolvimento, até então nunca experimentado por nenhum governo, que passa pela defesa intransigente do tripé: desenvolvimento econômico, com equidade social e preservação ambiental. Com sua implementação e a aceitação da sociedade, o Governador João Alberto Capiberibe foi reeleito em 1998.

A experiência sustentável do Amapá se fortalece a cada dia, porque tem estratégias diferenciadas, que podem colocar à disposição dos atores sociais instrumentos que lhe permitem a geração de riqueza, sem nenhum tipo de exclusão, e tem como experiência emblemática a transformação operada pelas Cooperati-

vas dos Castanheiros do Município de Laranjal do Jari, COMAJA {Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Jari} e COMARU {Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Iratapuru}, que, do regime do escambo e do atravessador da castanha do Brasil in natura, passaram diretamente para a economia de mercado, beneficiamento e transformação do produto no local de origem, bem como à exportação direta para a Europa e cooperação com agro-industriais franceses para o intercâmbio de tecnologias voltadas à maior agregação de valor ao produto final.

Este é um aspecto importante e que merece destaque. O estado do Amapá vem buscando, desde o início da implantação do novo modelo, uma integração com o Platô das Guianas numa ação de inserção do nosso Estado no mercado internacional globalizado com vantagens reais para a população local. A cooperação vem se mostrando vantajosa em vários sentidos, que vão desde o ecoturismo até o intercâmbio de tecnologias e a abertura para fornecimento de produtos e mercados, como o do Caribe Francês, com resultados francamente positivos para as balanças comerciais dos agentes envolvidos.

Neste sentido, caminham algumas experiências como :

ORDENAMENTO TERRITORIAL:

- Zoneamento Eco\ógico-Econômico -ZEE
- Gerenciamento Costeiro -GERCO
- Gestão Ambiental Integrada -GAI

CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS

- Modernização da Administração Financeira
- Socialização do Orçamento
- Reforma Administrativa

GESTÃO DESCENTRALIZADA

- Parcerias com as ONG's
- Caixa Escolar
- Caixa Saúde
- Caixa Hospital
- Regionalização da Merenda Escolar
- Projeto SUMANO
- EDUCAÇÃO
- Escola Bosque
- Educação Rural
- Educação Especial

EQOIDADE SOCIAL

- Bolsa Escola Família
- Bolsa Trabalho
- Projeto Menina Mulher
- Projeto Na Cuia Grande
- Projeto Cria Pães

DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

- Escolas Indígenas
- Centro de Cultura Negra
- Quilombo Histórico do Curiaú
- Museu do Desenvolvimento Sustentável

SAÚDE

- Hospital da Mulher
- Parteiras Tradicionais
- Programa Visão para Todos
- Farmácia Viva

SEGURANÇA

- Polícia Interativa
- Batalhão Ambiental
- Sistema Único de Segurança
- Operações Especiais

3.1. Programa de desenvolvimento sustentável do Amapá – PDSA

O modelo em implantação busca ser propositivo, integrado, coerente e afinado com o que a Amazônia apresenta de mais valioso: seu potencial de riquezas naturais, sua inserção estratégica no cenário internacional, a diversidade biológica de seus ecossistemas e a peculiar identidade cultural de sua sociedade. Somar a sabedoria local com os avanços científicos disponíveis, a fim de encontrar um caminho próprio para a região, é o desafio que escolhemos para as próximas décadas.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá-PDSA, em continuidade à construção de projeto de desenvolvimento iniciado no primeiro mandato do atual Governador, está baseado em princípios que:

a) incorporam a visão de longo prazo e privilegiam o consenso e a participação;

b) asseguram a conservação da biodiversidade;

c) promovem a inserção e a integração regional e internacional;

d) favorecem a criação de empregos, melhoria da renda e diminuição das desigualdades;

e) respeitam a capacidade dos ecossistemas e a qualidade do meio ambiente; enfim, buscam possibilitar à população amapaense o acesso e o pleno exercício da cidadania, sem comprometer as futuras gerações.

O conceito de sustentabilidade, apesar de não ser novo para a Amazônia, só recentemente vem sendo traduzido na praticidade das ações. Sem exceção, todas as iniciativas, no passado e no presente, que não souberam se adaptar à singular dinâmica dos solos, das plantas e dos animais, não viabilizaram as expectativas originais. Geraram riquezas, porém temporárias, passageiras, concentradas fora da região.

O desenvolvimento que está sendo construído para o Amapá, tem como arcabouço arquitetônico a própria natureza: múltiplo, diversificado e original, combinando ousadia com respeito, antigo com moderno, biológico com cultural

A incorporação da variável ambiental como referência para estabelecimento de uma nova relação homem x natureza, orientada pelo duplo objetivo de utilizar racionalmente os recursos naturais e de garantir, ao mesmo tempo, sua preservação, é o que constitui o ideal para o Amapá do presente.

Portanto, trata-se de aprofundar conhecimentos sobre a natureza e de integrar a aplicação do valioso conhecimento das populações tradicionais com a ciência e tecnologia mais avançada em seu manejo, aproveitando suas potencialidades/oportunidades, mas evitando o uso predatório.

As atividades econômicas só poderão contribuir para um processo de desenvolvimento sustentável na medida em que respeitem a capacidade de suporte dos ecossistemas e a qualidade ambiental, gerem empregos com melhor remuneração possível e consolidem um mercado interno dinâmico, que incorpore a maioria da sua população.

Para o crescimento do mercado interno no Estado e o êxito de inserção nos mercados nacional e internacional, é determinante o aumento da competitividade, com níveis superiores de produtividade e qualidade, mediante transformação produtiva que contemple, principalmente, a expansão e a modernização das atividades agro-silvo-pastoris, extrativo-vegetal, agro-industriais, mobiliária, de pesca e a promoção do ecoturismo e das demais atividades terciárias.

A atuação do Governo do Estado do Amapá pauta-se pela busca de maximizar a ação pública, visando uma sociedade justa especialmente equilibrada, em que a participação de parcelas da população pobre no processo de desenvolvimento seja, incorporando-se fundamentos éticos e morais, um guia para a construção de um mundo melhor.

Esta dimensão incorpora o modelo de gestão integrada e descentralizada e busca estabelecer parcerias institucionais múltiplas entre a União, o Estado, os Municípios, a iniciativa privada e a sociedade organizada, o que requer a construção de consensos sociais em torno da ação do governo, através dos processos de participação e negociação.

A implementação do modelo de desenvolvimento sustentável no Amapá direciona-se no sentido de valorizar as vantagens comparativas que o Estado apresenta frente a outras regiões da Amazônia e do País. Há uma grande diversidade de ecossistemas em nível adequado de conservação, baixa densidade populacional, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, vastas áreas com biodiversidade intacta, cenários de grande beleza natural e acesso estratégico aos mercados internacionais.

Marcado por uma geografia particular, o Estado apresenta uma posição estratégica em relação às demais unidades federativas que pode viabilizar, do ponto de vista do trânsito flúvio-marinho, a implantação e consolidação de atividades comerciais de mercado interno e externo.

A proximidade com principais centros internacionais, realçada pela franquia de navegabilidade atlântica e flúvio-amazônica, bem como pela vasta e diversificada riqueza de seus recursos naturais, possibilita ao Amapá perspectivas de maior relacionamento com o resto do mundo.

A intensificação das relações internacionais é uma estratégia que vem ao encontro do propósito de aproveitar o potencial produtivo do Estado, buscando atrair investimento e a captação de recursos externos, como também minimizar o nível de dependência do Governo Federal, com vistas a acelerar o crescimento da base produtiva, dando um salto qualitativo rumo ao desenvolvimento.

A ausência de políticas voltadas para a agregação de valor à produção, ao longo dos anos, fez com que a exploração de recursos naturais se configurasse em transferência de riquezas para outras economias. Assim, o centro das decisões empresariais e os benefícios resultantes das atividades se efetivaram em outros mercados, restando ao Amapá a redução ou exaustão de seus estoques de recursos, além dos problemas ambientais e sociais decorrentes.

O modelo centrado na utilização sustentável das riquezas naturais do Amapá busca, incessantemente, a agregação local de valor nas atividades econômicas, através da transformação de matérias-primas em produtos elaborados. Logo, a agregação de valor apresenta-se como a articulação das atividades do setor produtivo, de forma a adequar nossos produtos como mercadorias finais.

O planejamento com visão de longo prazo não se limita a planejar as ações que devem ser realizadas adiante, mas estabelecer as que devem ser efetivadas hoje, para que a sociedade se mantenha no caminho que conduz, no presente, ao desenvolvimento futuro.

A tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável somente pode ser alcançada através do esforço conjunto. As próticas de parceria e descentralização devem ser adotadas em todos os níveis e diferentes esferas, de modo que resultem em condições objetivas para que a criatividade e as energias da sociedade sejam canalizadas para a solução dos problemas da coletividade. Para tal, deve ser permanente a busca pelo fortalecimento dos mecanismos de parceria entre o governo e a sociedade, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciório e entre os Governos Estadual, Federal e Municipal.

O governo atua de forma descentralizada, buscando aumentar a capacidade de realização do setor público estadual, promover a motivação dos níveis descentralizados, reduzir custos e alavancar recursos em beneficio dos objetivos sociais.

A garantia da equidade depende de políticas públicas articuladas, que não desvinculem o econômico do social e que, prioritariamente, contemplem a elevação dos níveis de emprego e renda, a melhoria dos padrões de educação, saúde e moradia, a promoção e a proteção da criança, a participação política da população e o fortalecimento das demais condições de cidadania.

3.2. Os êxitos alcançados no Amapá

O modelo de desenvolvimento implementado pela União, em quase meio século de administração do Amapá, ainda como Território Federal, não foi capaz de induzir políticas que integrassem áreas potenciais a programas de expansão infra-estrutura e de desenvolvimento do sistema produtivo, bem como mobilizar o potencial participativo da sociedade. Assim, ao longo deste período, houve um aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de níveis de vida entre as regiões e segmentos sociais.

Além das deficiências que se refletem num quadro de fragilidade econômica e de desequilíbrio na ocupação do espaço físico tanto urbano quanto rural, o estilo de gestão pública empregado, baseado em práticas clientelistas, paternalistas e corpora-tivistas, culminou por tornar a população dependente do Governo, carente de auto-confiança e, conseqüentemente, alienada de sua cidadania.

A adoção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá -PDSA, em 1995, com respaldo nos princípios da Agenda 21 (Eco-92), através da transformação do conceito de desenvolvimento sustentável em matriz de políticas públicas em todas as esferas governamentais, foi a opção do atual Governo para superar a situação de carência político-administrativa e cultural que caracterizava o Amap6.

A tomada de decisão pelo PDSA não se faz de maneira aleatória, mas na consideração das grandes oportunidades e perspectivas de desenvolvimento, incorporando padrões contemporâneas de equidade social e conservação do meio

ambiente, tendo como objetivo final um processo amplo e abrangente de mudança sociais e a ampliação e democratização de oportunidades e avanços econômicos para todos os cidadãos.

Esse processo de mudanças, de superação de problemas e alavancagem para o desenvolvimento do Estado do Amapá foi assumido numa perspectiva de longo prazo, de modo a assegurar o tempo necessário para a maturação das políticas e ações governamentais e a consolidação das profundas transformações econômicas, sociais, institucionais e ambientais.

Para tanto, a política de desenvolvimento sustentóvel para o Estado não se limitou aos aspectos de transformação estrutural da economia e da sociedade, cujos resultados têm prazo de maturação relativamente lento. Considerando a gravidade dos problemas sociais e a profundidade das desigualdades espaciais, fez-se necessório combinar os projetos estruturadores com ações de impactos imediatos e de resultado rópido sobre as condições de vida da população.

A adoção de uma estratégia convergente para três grandes objetivos: reestruturação e modernização da base econômica, reorganização e desenvolvimento da estrutura social e conservação e recuperação do meio ambiente, fez o Governo do Estado, nestes sete anos -1995/1998 - implementar ações voltadas à consecução das metas preconizadas, como também ao atendimento das necessidades prementes da população, destacando-se:

a) a reforma e modernização da administração pública, possibilitando maior grau de eficiência à administração estadual e melhoria no atendimento à população em vista da melhor dinâmica, agilidade, economia, controle, transparência e maior nível de racionalidade.

b) a descentralização das atividades governamentais e a I transferência voluntória de recursos do Estado para os segmentos organizados da sociedade e prefeituras municipais, com repercussão positiva no desenvolvimento .de ações e no aumento da capacidade resolutiva do Estado.

c) a instituição de um organismo com o objetivo específico de formação de recursos humanos e a efetivação de uma política de desenvolvimento, com ênfase na profissionalização e valorização do servidor público.

d) o implemento de um programa de reequilíbrio financeiro, envolvendo medidas de crescimento da receita própria e racionalização de gastos públicos, que determinou a elevação da capacidade de investimento com recursos. próprios e uma melhor condução da política de desenvolvimento.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, a velha condição de mero fornecedor de matéria-prima "in natura" tem evoluído para um modelo diversificado das atividades produtivas, fundamentado na agregação de valor ao produto local, concebido segundo os princípios da sustentabilidade econô-mica, social e ambiental.

O turismo assumiu importância fundamental como atividade econô-mica, tornando-se uma prioridade de desenvolvimento, o que ensejou o resgate de estruturas de valor histórico, cultural e social, a revitalização de manifestações culturais, a criação de novos atrativos, além de investimentos em infra-estrutura básica e ações de apoio à formação de mão-de-obra e marketing.

No campo das relações internacionais, foram articulados importantes acordos bilaterais de intercâmbio e cooperação técnica e financeira em áreas estratégicas para o apoio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, destacando-se: comércio, cultura, educação, saúde, transporte e energia.

Concernente à infra-estrutura dos setores de energia, saneamento e transportes, graças à recuperação da capacidade de investimento com recursos próprios, foi possível melhorar o nível de urbanização das sedes municipais através da pavimentação de ruas e ampliação do fornecimento de água e energia elétrica em níveis superiores ao crescimento da demanda, o que representou a superação de déficits históricos nessas áreas.

No setor de serviços à população, a preocupação maior tem sido a busca da melhoria de qualidade de vida das comunidades, não somente no aspecto material mas também no sentido de sua participação no processo decisório e de execução das ações, finalizando o pleno exercício da cidadania.

Os programas de saúde destacaram especial atenção às ações preventivas, com a revitalização do programa de agentes comunitários, aumento da cobertura vacinal, melhoria das condições sócio-sanitárias e ambientais. Na ampliação e melhoria dos serviços oferecidos à população, foram priorizadas ações de redefinição do modelo de gestão e organização, de desenvolvimento de recursos humanos, da ampliação da rede assistencial e da dotação de equipamentos e contratação de profissionais de saúde.

O compromisso de construção de uma educação pública de qualidade, induziu ações voltadas para a valorização e capacitação profissional, estruturação e modernização das escolas, assistência ao educando, descentralização financeira, gestão compartilhada com a comunidade e melhoria do quadro nutricional, através da merenda escolar regionalizada. O resultado desse trabalho tem grande significado pelo alcance quase total da universalização do ensino no Estado e pelo nível de remuneração dos professores, além da crescente melhoria nos níveis de aprovação, contrapondo-se à redução das taxas de evasão e reprovação.

Os esforços governamentais no setor de segurança pública, com base na garantia dos direitos individuais e do bem-estar coletivo, têm-se dado por meio de ações preconizadas na mudança de mentalidade e controle da conduta policial, na integração das instituições que compõem o quadro de segurança pública e na parceria com as comunidades de bairros. Nessa direção, policia interativa, polícia

cidadã e polícia participativa são expressões que traduzem um novo perfil das forças de segurança, caracterizado pelo exercício da função de proteger a população, mediante uma consciência democrática e de respeito à cidadania.

O conhecimento científico dos recursos naturais, a busca de tecnologia para o aproveitamento e a modernização do sistema produtivo em bases sustentáveis fundamentaram as ações na área de ciência e tecnologia. Em função disso, importantes acordos de cooperação técnica e financeira foram firmados com entidades nacionais e internacionais; foram realizados investimentos em estudos e pesquisas e na formação de recursos humanos em proporções nunca antes experimentadas. Como resultado, destaca-se o aumento da produção e utilização de fitoterápicos, a ampliação do conhecimento sobre os recursos naturais, o aperfeiçoamento de tecnologias de beneficiamento e conservação de produtos locais.

Na área ambiental, a proposta de se criar os alicerces necessários à proteção dos recursos naturais do Estado está sendo apoiada pelo Programa de Educação Ambiental, através de uma ação indutiva contribuindo para a formação de uma consciência capaz de reconhecer as irracionalidades na exploração e no uso dos recursos naturais, dotando a população de conhecimentos e instrumentais, que levem à ruptura com a chamada cultura da indigência ambiental.

As ações efetivadas no primeiro mandato de governo, com a adoção de novas práticas, valores e crenças na conformidade dos princípios de sustentabilidade, representaram os primeiros passos no sentido da construção coletiva, estabelecendo uma ponte com o futuro, ou seja, a construção dos alicerces necessários ao prosseguimento de processo de desenvolvimento.

Os resultados alcançados evidenciam os acertos das ações públicas do PDSA, colocadas em prática nos últimos quatro anos, e que se traduzem pela minimização dos problemas econô-micos, sociais e ambientais preexistentes no Estado, permitindo deduzir que a eficácia dessas ações, expressa pelo nível de satisfação da população com qualidade de vida, será ampliada gradativamente, à medida que os projetos executados com o máximo de integração horizontal possam poten-cializar seus efeitos multiplicadores no atendimento das necessidades básicas da população.

Uma proposta de estratégia eleitoral do PSB para 2002

Carlos Siqueira – Primeiro Secretário Nacional do PSB

A importância das eleições de 2002 para o PSB

As eleições de 2002 seguramente serão um marco na história do PSB, na medida em que representarão também um momento de afirmação do nosso partido, que pela primeira vez, após a sua reorganização em 1985, lançará candidato próprio à Presidência da República. Essa será a segunda candidatura à Presidência em toda a história política do PSB. Em 1950, o Partido Socialista também teve um candidato, que foi o seu fundador, o ex-ministro João Mangabeira.

É importante realçar a dimensão política dessa candidatura, não apenas como uma questão exclusivamente eleitoral, embora inegavelmente também o seja, mas porque é o momento do partido firmar sua identidade política e ideológica, apresentando à sociedade um programa de governo capaz de reverter o quadro político e econômico em vigor e abrir caminhos para mudanças estruturais em nosso país.

A candidatura socialista será apresentada ao país numa conjuntura em que se constata de um lado, a desestruturação do próprio Estado brasileiro e a entrega a preço sub-avaliado, em um processo de privatização extremamente questionável, de empresas estratégicas para o Brasil. Por outro lado, vivemos uma imensa concentração de renda e um aumento significativo do empobrecimento de vasta parcela da população. Verificamos, também, índices de desemprego recordes, mesmo calculados pela metodologia oficial, que não é a mais confiável. A isto tudo soma-se uma completa ausência de políticas sociais eficazes e que sejam capazes, de pelo menos, minorar a situação a que foi levada a grande maioria do povo brasileiro.

Neste quadro de devastação social temos uma política de estabilidade que

se transformou num fim em si mesma, atendendo de modo subserviente as políticas dos organismos multilaterais , que caracterizam uma submissão sem precedentes do nosso país à orientação desses organismos, que nada mais são do que instituições a serviço eixo Londres – Wall Street. Portanto, nesse panorama político, social e econômico em que nos encontramos é de fundamental importância que o Partido tenha uma candidatura que represente mais que um projeto meramente eleitoral.

Candidaturas majoritárias

O PSB vem desenvolvendo esforço no sentido de motivar o lançamento de candidaturas majoritárias – a governador e a senador - no maior número possível de unidades federativas, especialmente nos Estados eleitoralmente mais expressivos. Essas candidaturas, além de terem por finalidade o fortalecimento do Partido, terão seguramente condições de oferecer palanques para nosso candidato à Presidência da República e serão fundamentais para o sucesso da campanha socialista.

Neste momento, o Partido Socialista já tem a perspectiva de lançamento de candidaturas a governador em 11 Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Amapá, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará, além de várias candidaturas ao Senado Federal. Elas contribuirão com o Partido para a eleição de bancadas mais expressivas para as Assembléias Legislativas e também para a Câmara Federal.

É importante destacar que as candidaturas majoritárias do PSB agreguem aos programas de governo estaduais, uma plataforma comum que defenda as seguintes propostas:

1) Defesa da soberania nacional;

2) Defesa do Pacto Federativo;

3) Política de redução das desigualdades regionais, especialmente para o Nordeste e a Amazônia;

4) Democracia participativa e o

5) Desenvolvimento sustentável

O objetivo desta plataforma comum é mostrar à população o impacto que as questões nacionais têm no âmbito dos Estados, ao mesmo tempo em que visa a unificação do discurso dos candidatos socialistas em todo o País.

De igual modo, os candidatos a deputado federal e a senador do PSB, também deverão ter uma plataforma mínima comum, com o compromisso de defender os seguintes temas:

1) Defesa da soberania nacional;

2) Defesa da integração latino-americana;

3) Proposição de apoio a projetos de lei que visem a distribuição de renda e patrimônio;

4) Democracia participativa;

5) Fortalecimento do Poder Legislativo e mudanças no funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

6) Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva;

7) Combate à implantação da Alca.

Candidaturas proporcionais

A prioridade que o Partido deve estabelecer para a eleição de uma expressiva bancada de deputados federais não é uma questão de preferência – mas uma necessidade de consolidá-lo, superando a cláusula de barreira (obter no mínimo 5% do eleitorado nacional para a Câmara Federal e pelo menos 2% em no mínimo 9 Estados).

Esse desafio não pode ser postergado para as eleições de 2004, porque deixaria o partido extremamente vulnerável a especulações sobre a sua sobrevivência política, como ficarão, igualmente, todos os partidos que não conseguirem superar a cláusula de barreira. Nesse sentido é fundamental destacar que o critério fixado pela lei dos partidos políticos para a superação da cláusula de barreira é exclusivamente a votação para a Câmara Federal.

Além de consolidar o PSB, a superação da cláusula de barreira permitirá que a bancada socialista tenha uma influência maior nas decisões do Congresso Nacional. Com isso nosso Partido terá, também, ampliado substancialmente o seu tempo no rádio e na televisão para programas partidários e de propaganda eleitoral, com um aumento no Fundo partidário, que viabilizará a estruturação do partido de uma maneira mais eficaz.

E, mais do que isso: existe uma perspectiva muito clara, provavelmente já nas próximas eleições municipais de que tenhamos, se não totalmente, mas pelo menos em parte, o financiamento público de campanha. Esse financiamento será feito com base em um único critério: a votação de cada partido para a Câmara Federal.

É uma tarefa gigantesca, monumental sobre a qual estamos realizando uma discussão que aprofundaremos com companheiros de cada Estado, durante o VIII Congresso Nacional do PSB.

Resolução ao VIII Congresso

Proponho ao VIII Congresso Nacional do PSB que aprove uma Resolução no

sentido de que os candidatos a Deputado estadual pelo partido, só tenham legenda se estiverem comprometidos - assinarem termo de compromisso que será registrado em cartório - a apoiar os candidatos à Câmara Federal. Não nos interessa ter um candidato a deputado estadual que esteja comprometido com candidaturas federais de outros partidos, no momento em que a eleição de parlamentares federais é de vital importância para o Partido Socialista.

Política de alianças

Para alcançarmos esse objetivo e termos efetivamente uma bancada expressiva na Câmara Federal é extremamente importante que se formule também uma política de alianças, que considere as candidaturas majoritárias nacional e estaduais, mas sem perder de vista a absoluta necessidade da eleição de deputados federais.

Em muitos estados, obviamente, não teremos chapas próprias para deputados federais, mas teremos como ingressar em coligações com outros partidos, apoiando nossas candidaturas a governador e a senador, em contrapartida teremos a garantia da aliança na proporcional, ingressando numa coligação que já tenha como garantia o quociente eleitoral.

Onde o PSB ainda for um partido com certa debilidade eleitoral, ou seja, onde ainda não estiver enraizado o suficiente para ter chapa própria para deputados federais e estaduais, ele deverá integrar essa coligação, condicionando o apoio a candidaturas a governador a ter uma vaga na chapa proporcional a deputado federal.

Dessa forma, todo o partido naquele estado deverá se empenhar para apoiar um único candidato a deputado federal e elegê-lo, porque é isso que vai garantir o sucesso eleitoral, contribuindo enormemente para a eleição de uma bancada expressiva. Estes são os critérios que estamos propondo ao VIII Congresso Nacional do PSB como estratégia eleitoral para o ano de 2002, com relação as eleições proporcionais.

É importante ressaltar, ainda, que na medida em que obtenhamos 5% do eleitorado nacional para a Câmara Federal e 2% em 9 Estados, isto implicará na construção de um patrimônio para o Partido Socialista Brasileiro que será de extrema importância nos próximos quatro anos.

Esta é portanto, uma prioridade da qual não podemos abrir mão, porque dela dependerá não apenas o sucesso eleitoral , mas a garantia da estrutura necessária para a consolidação do Partido Socialista Brasileiro nos próximos anos e seu conseqüente crescimento.

Diante da necessidade de compatibilizar os projetos estaduais – eleição para

Governador e para a Câmara Federal – propõe-se que: as coligações, com quaisquer partidos, para governos estaduais e para a Câmara Federal terão obrigatoriamente que passar por uma discussão e aprovação da Comissão Executiva Nacional, que emitirá resolução a ser encaminhada a cada direção estadual e aos Tribunais Regionais Eleitorais, aprovando ou rejeitando as propostas de coligação. As coligações para a eleição às assembléias legislativas terão que ser aprovadas pelas respectivas direções estaduais.

Esta é uma política que o PSB levará a cabo em cada Estado, discutindo com as direções estaduais, com os candidatos a deputado estadual e federal e com os candidatos a governador, no sentido de fazer com que o nosso partido definitivamente se estruture e se estabeleça de modo definitivo com todos os benefícios decorrentes da superação da cláusula de barreira. Isto significará, seguramente, um marco na história política do nosso partido.

Bases de um projeto para um Brasil socialista

*Beto Albuquerque

Antes de falar sobre um projeto Socialista para o Brasil é preciso, inicialmente, refletir sobre a égide do pensamento que hoje domina a política e que hegemoniza a economia no país e no resto do mundo.

A globalização da economia é fato histórico. A descoberta da América já era uma expressão da globalização, a conquista dos mares já era um desejo de conquistar outras economias. Foi a globalização clássica que justificou há séculos atrás a conquista dos mares, também motivada pelo espírito de dominação e ampliação do poder.

Hoje estamos diante da mais perversa globalização, que é a globalização virtual, de especulação, do domínio monetário, a globalização financeira que coloca economias e povos submissos a fluxos financeiros em escala mundial, capaz de quebrar a economia nacional em qualquer país em questão de instantes e desencadear processos com efeito dominó, A globalização virtual não permite aos subdesenvolvidos qualquer perspectiva de projeto, desenvolvimento. No Brasil, nesses últimos quatro meses em que nós vimos o dólar subir em relação ao real, assistimos a degradação da nossa moeda e o aumento do nosso endividamento.

Em razão dessa sinuca financeira de desvalorização do real a que fomos submetidos, a dívida brasileira, neste período, subiu 100 bilhões de dólares. Subiu de 500 para 600 bilhões de dólares em 4 meses de desvalorização. A nossa dívida, as nossas economias, a poupança, o preço do petróleo, o preço dos combustíveis, tudo está submetido à lógica do capital. Desvalorizou o real, os estados devem mais, os municípios devem mais, as pessoas devem mais, as coisas ficam mais caras e o Brasil deve muito mais.

A CPMF, tão questionada hoje no Brasil, tem uma estimativa de receita de 18 bilhões de reais por ano, portanto, em 4 meses de perda do poder da moeda

*Beto Albuquerque é Deputado Federal do RS, Secretário Estadual dos Transportes do governo gaúcho, Presidente Estadual do PSB do Rio Grande no Sul e 3º vice-presidente nacional do PSB.

nacional, foram consumidos o equivalente a 10 anos de arrecadação de CPMF. Esses são os números do grau de subserviência.

O recente acordo feito com o FMI significou a elevação do comprometimento do nosso PIB de 49% para 53%, ou seja, o total da dívida brasileira nesse momento compromete 53% do PIB brasileiro. Já estamos devendo mais da metade de tudo o que produzimos anualmente.

Hoje, 9,5% desse PIB são comprometidos todos os anos apenas para pagar os serviços dessa dívida. Isto é muito mais que o nosso país gasta anualmente com universidade pública, com saúde pública, com assistência social, previdência e com investimentos na agricultura.

O momento em que vivemos atualmente é de subserviência do Brasil ao neoliberalismo, a invenção mais recente do mundo capitalista. Apenas, de 10 anos para cá, com métodos novos, com outras formas de dominação, que não apenas aquelas de transferir as tecnologias, como se fez desde o processo de industrialização. O capitalismo pensou formas de se atualizar e de consolidar a hegemonia ideológica para atingir seus objetivos. O neoliberalismo é a atualização mais recente do capitalismo. É, sem dúvida, um meio deliberado de escravização financeira de nações e povos, em uma forma muito mais audaciosa, em épocas de internet, de fazer a exploração.

Hoje a exploração financeira se faz através de um botão, e os volumes financeiros vão e vem de uma nação para outra apenas ao toque de um computador do sistema de especulação financeira, seja em Buenos Aires, ou São Paulo, seja em Santiago do Chile ou Washington, Tóquio ou Londres.

O neoliberalismo, espertamente, encontrou uma maneira de transferir o poder político do estado para a mão de poucos conglomerados ou aglomerados da política e da economia no mundo com a intenção de construir em definitivo o controle no exercício do poder político mundial.

O poder político passa a ser constituído não apenas pelo domínio tecnológico, pela produção das fábricas, mas especialmente pelo domínio financeiro e monetário, que trabalha para constituir a hegemonia do pensamento. No mundo atual estamos diante da luta entre credores e devedores.

A nação brasileira hoje é refém do mercado, mas não do mercado como se fosse livre, e sim do mercado dirigido. E o mercado não faz desenvolvimento sozinho, como pensam os protagonistas do neoliberalismo. Hoje, quanto mais crescemos na economia, mais brutalmente injustos ficamos como nação.

O professor e historiador Décio Freitas publicou ano passado um documento importante em que dizia o seguinte: "na generalidade dos países subdesenvolvidos altas taxas de crescimento econômico não se fazem acompanhar de queda da pobreza. Ao contrário, a pobreza aumenta".

Isso quer dizer que o crescimento econômico em vários países da América Latina, entre eles o Brasil, o PIB e a pobreza crescem pare e passu. Cresce o PIB, cresce a pobreza. Os índices de crescimento econômico são iguais aos índices de crescimento da miséria.

Em qualquer estratégia para reduzir a pobreza é preciso instituir uma estratégia de redistribuição de renda e riqueza, mas não será o tão falado mercado a instituição capaz de promover essa mudança. Só o estado pode proporcionar os serviços e condições para que os cidadãos sofram menos pobreza.

A expansão da pobreza, por sua vez, é perigo altamente explosivo, não há estabilidade política sem integração e paz social.

Está claro hoje que o discurso do desenvolvimento no rumo do primeiro mundo tem promovido políticas devastadoras para o povo. Seguramente, é melhor crescer menos, sendo mais justo o crescimento.

Hoje, no Brasil, os números divulgados pelo IPEA e por vários institutos de pesquisa, que não necessariamente tem fontes relacionadas com quem pensa o socialismo, quem milita na esquerda, possuem conclusões importantes sobre a situação social brasileira. A ONU realiza análises fundamentais sobre a conjuntura do Brasil. Os dados do quadro contido neste texto demonstram a profunda distorção e contradição do nosso país. Enquanto metade da população brasileira vive na linha da pobreza e da miséria absoluta, sem as condições mínimas de vida digna, os bancos têm lucros assustadores, concentrando cada vez mais a riqueza do Brasil na mão de poucos.

É verdade que o Brasil, em tempos de neoliberalismo, fez alguns novos ricos. Mas os miseráveis já são milhões. Metade da população brasileira está entre a miséria e a renda de até três salários mínimos.

A orientação econômica do neoliberalismo determina que o povo ao aplicar seu dinheiro no sistema financeiro, o faça com juro de menos de um por cento ao mês. O sistema financeiro, ao realizar empréstimos, o faz com juro de 15 por cento ao mês.

Esta é a mesma lógica utilizada pelo capital externo ao fazer empréstimos para o Brasil.

O Brasil hoje é um país servil a esses interesses, aos ditames, metas e recomendações dessa política.

É tão refém, que na mais recente crise energética brasileira, figuras ilustres da república, ministros, disseram que não sabiam da importância da energia elétrica para o desenvolvimento.

O neoliberalismo, ao incidir sobre nações, especialmente do terceiro mundo, como o Brasil, o Chile, o México, a Argentina, à época estrangulados por processos de descontrole inflacionário e, portanto, com abalos permanentes do pon-

to de vista econômico, político e institucional, logrou êxito. Estas economias desagregadas, instáveis, incertas foram escolhidas a dedo para que triunfasse a nova dominação monetária e a exploração do capital.

Nestas condições, a Argentina, por exemplo, acatou a decisão de igualar o peso ao dólar. Durante certo tempo, a Argentina pensou haver descoberto a salvação. Em seqüência, o que ficou claro é que a Argentina não tem saída como economia independente, não possui mais patrimônio e depende, a cada período, de injeções de dinheiro internacional. É uma nação cada vez mais devedora.

No Brasil, não foi exatamente a mesma fórmula, aqui não se equiparou o dólar ao real. Aqui se ancorou a economia brasileira ao chamado capital externo, que, através das altas taxas de juros, possui remuneração como em nenhum outro lugar do mundo. No Brasil, os especuladores americanos, graças à política econômica e monetária escolhida pelo neoliberalismo, têm a possibilidade de realizar aplicações financeiras em bolsas ou em letras do tesouro que rendem em um ano o que levaria 25 anos para faturar em aplicações realizadas em seu país de origem. Nós assentamos nossa política econômica, para dizermos que somos grandes, pujantes, competitivos e estamos no caminho do primeiro mundo, em capitais voláteis, que hoje estão nos bancos brasileiros, mas daqui a minutos podem estar em outra economia vulnerável. Dependemos deles e pagamos caro para que fiquem por aqui.

O Brasil, para aderir ao neoliberalismo, teve que se adequar ao chamado "consenso de Washington". Por isso, desde Collor e hoje com FHC, identificou figuras políticas que se adequassem ao modelo de gestor desse projeto. Não bastam governantes políticos, é preciso que o governante seja um "tecnopol", um homem político e técnico e, de preferência, com origem de centro-esquerda, para que pareça moderno.

Sua mensagem deve passar a idéia de rebeldia, não de subserviência. Nessa lógica surgiu a figura do Collor, que aparentava ser um tecnopol, bem falante, sempre carregando livros, como se fosse um intelectual. Collor falhou. Ele não foi um bom gestor. Abriu a economia, mas não dialogou com o congresso e não passou credibilidade internacional, seus rompantes juvenis não garantiram ares de firmeza ao capital internacional, preparado para ancorar suas economias no nosso sistema financeiro.

Bom tecnopol tem sido Fernando Henrique, oriundo de centro esquerda, falando várias línguas, postura majestática, vai ao mundo (por isso viaja tanto), para dizer que aqui os juros são melhores que em qualquer outro lugar.

No Brasil, criou-se o pânico da inflação como método de ascensão neoliberal. Para "combatê-la" vale tudo. Sob ameaças de retorno da inflação, como desculpa, FHC segue a risca o receituário neoliberal: privatiza as estatais brasileiras, a exem-

plo da Cia. Siderúrgica Nacional-CSN, privatizada ainda no governo de Itamar, quando FHC era ministro da economia e Ciro Gomes os apoiava.

Sob o medo da volta da inflação, se arrocharam salários, desvinculou-se o salário mínimo dos aposentados, entregou-se ao capital estrangeiro os setores energético e telefônico, privatizaram-se os bancos, achincalhou-se a universidade pública e, em oito anos, a DÍVIDA EXTERNA subiu de 45 para 600 bilhões de dólares.

O argumento de abrir a economia para o capital externo sempre esteve apoiado na idéia de que isso aumentaria a exportação brasileira. O que ficou evidente foi o contrário, cresceram as importações e isso não inibiu os países ricos de imporem medidas de contenção aos produtos brasileiros. Por certo FHC gerou muito mais empregos fora do Brasil.

Todas as medidas adotadas em outros países e no nosso levam ao aprofundamento da dependência e, portanto, hoje vivemos uma situação semelhante à de De la Rua na Argentina e Cárdenas, no México. Ambos ganharam a eleição, mas não levaram, porque no nível de atrelamento em que se encontravam as economias desses países, era praticamente impossível reverter o quadro econômico e a deplorável miséria do povo. Sem que antes se faça o rompimento com esta lógica é impraticável sonhar com mudanças.

As nações submetidas ao neoli-beralismo acabam constituindo eleições em que se ganha, mas não se leva, pois o Estado não possui mais nenhum poder político, nenhum poder decisório sobre questões fundamentais. Nada de estratégico está sob o comando do Estado.

Não adianta ganhar na política em um país onde a previdência já não seja pública, onde as universidades federais já estejam semiprivatizadas, onde o sistema de saúde já tenha sido transferido ao meio privado, onde as estradas todas, como as herdadas pelo atual governo aqui no Rio Grande do Sul, já tenham sido transferidas a iniciativa privada. A reversão é quase impossível.

Depois que vendemos a casa é preciso pagar caro para tê-la de volta. É por isso que a Vale do Rio Doce não voltará mais às mãos do povo. Todas as iniciativas no sentido de esvaziar o poder político do estado, único capaz de injetar políticas públicas importantes, dificilmente poderão ser revertidas, no caso de privatizações já consolidadas.

Ainda há tempo para refletir e chegar a conclusões que apontem não para a reforma, mas para a ruptura com o modelo econômico que aí está.

Só reformas já nos trouxeram até aqui e o projeto aqui colocado em prática é apenas das elites brasileiras.

A proposta da ALCA, onde o acordo de comércio livre serve para quem manda no processo, obviamente não abrirá o mercado norte-americano para a

exportação da mercadoria brasileira. Os países desenvolvidos que promovem o discurso da abertura são os países mais fechados na proteção de suas economias, eles ditam a sua liberdade e os nossos limites.

Não se trata, portanto, de dizer necessariamente não à globalização, o problema é como traçar o nosso destino e nos integrarmos, resguardada a nossa capacidade de soberania, de independência e de estabelecimento de uma política latino americana solidária com os demais países submetidos a essa política.

A passagem de um modelo de dependência econômica para um outro modelo, o da autonomia como nação, certamente não será tranqüila, nem fácil. Exigirá muitos esforços da população.

Trata-se de ousar pensar novos paradigmas que possam mudar o rumo da história e enfrentar o modelo econômico hegemônico e dominante no mundo.

Renda de R$ 70,00 mensais	**Renda de 1 a 3 SM mensais**	**Bancos-lucros do 1º semestre/2001**
54 milhões de brasileiros	25 milhões de brasileiros	Bradesco: faturamento de 1 bilhão e 42 milhões de dólares no 1º semestre/2001 Itaú: Faturamento de 1 bilhão e 450 milhões no 1º semestre/2001

NOVOS PARADIGMAS

Em primeiro lugar, o paradigma do qual não é possível abrir mão: o da SOBERANIA NACIONAL. Não é verdadeiro que o mundo hoje é um só e que não existem fronteiras. As fronteiras existem, especialmente para os países subdesenvolvidos.

O Brasil, ao abrir mão de investir na qualificação dos cidadãos do país, perdeu a grande chance de estar preparado para enfrentar a questão do avanço tecnológico no mundo.

Ao entrar na lógica de que primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois repartir, investiu em bens materiais, e não investiu nas pessoas. Os países do chamado primeiro mundo investiram tudo nas pessoas, e depois o que essas pessoas produziram ou criaram, foi vendido como tecnologia para as demais nações.

Em segundo lugar, é preciso investir na SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL,

propondo um pacto aos países com dívida externa, que somam 138 hoje no mundo, para que a mesma seja renegociada e auditada a fim de que seja dado fôlego para investimentos sociais.

Em terceiro lugar, primordial é trabalhar pela INCLUSÃO SOCIAL, pois não há possibilidade de desenvolvimento quando metade da população vive em condições de miséria e passa fome. Lutar incansavelmente para que todos os cidadãos tenham condições de vida digna é crucial neste momento.

Fundamentalmente, o Brasil precisa traçar o seu destino ter um projeto próprio de desenvolvimento, UM PROJETO PARA A NAÇÃO BRASILEIRA, E NÃO APENAS PARA AS ELITES DO BRASIL.

1. Para se construir um Brasil Socialista é preciso um choque de compromisso social. A fome merece muitos esforços para combatê-la, tem que ser resolvida agora, pois é preciso resgatar a cidadania das pessoas. É impossível educar alguém faminto, pode-se fazer o melhor programa de educação do mundo, não se educa quem não come. O combate à fome e a miséria são desafios que estão postos na ordem do dia do Brasil, do contrário somos um país em ebulição, sem paz social, sem estabilidade, sem justiça.

2. Para se construir um Brasil Socialista é preciso haver um choque de crédito, às pessoas, às empresas, e aos negócios brasileiros. Temos no Brasil 3 trilhões de PIB e apenas 15% desse valor utilizado para credito. Não existe política para esse setor e os créditos que os nossos bancos públicos têm, não são para o povo. O papel desempenhado pelo Banco do Brasil, o BNDES, a CEF e os bancos regionais deve ser rediscutido. Até hoje essas instituições financeiras subsidiaram todas as privatizações, mas não há dinheiro para financiar a infra-estrutura pública do Brasil.

Atualmente, oferecer 750 milhões de reais de financiamento barato subsidiado para uma multinacional, como a FORD, é fácil e isso é feito através do BNDES. No entanto, dar 750 milhões na construção de uma hidrelétrica é difícil. É preciso democratizar a relação das instituições financeiras brasileiras para com a cidadania. É preciso financiar o desenvolvimento e não os empreendimentos capitalistas que não querem correr riscos.

3. Para se construir um Brasil Socialista é preciso haver um choque de educação. É fundamental horizontalizar as oportunidades de ensino público em todos os níveis e, num mutirão social, erradicar o analfabetismo. É preciso garantir que todas as crianças tenham acesso à escola e garantir sua permanência. Combater a exploração do trabalho infantil e a invasão da infância através do abuso e da violência contra meninos e meninas. Não há nação que se constitua independente sem investimento na educação. Ao modelo atual serve o povo analfabeto, mais fácil de ser manipulado. Educar é construir a consciência de cidadania.

4. Para se construir um Brasil Socialista é preciso um choque de investimentos na AGRICULTURA, especialmente NA FAMILIAR. Este setor, que determina a independência de qualquer nação, sendo quem fornece alimento para a população, tem que ter apoio pleno. 70% dos alimentos produzidos hoje no Brasil são de origem da agricultura familiar. Este segmento hoje compreende os assalariados rurais, os posseiros, os meeiros, os arrendatários, sendo, portanto, um grande contingente de trabalhadores que precisa do apoio do poder público. Ter política para a agricultura significa a manutenção do homem, da mulher e do jovem no campo. Não há como enfrentar a fome sem investimento nesse setor.

5. Para construir um Brasil Socialista é necessário estar atento a questão do humanismo, dos direito humanos, da justiça social. O Brasil perdeu a grande oportunidade há 30 ou 40 anos atrás, quando fez uma opção de não investir nas pessoas. Investir no humano, na informação e formação dos cidadãos, na formação da juventude, na qualificação, na atualização da educação, na modernização dos pequenos também, não apenas dos grandes. Para que sejam garantidos os direitos dos homens e mulheres é preciso também investir na segurança pública, formando e remunerando agentes responsáveis por essa área, com base no respeito à cidadania.

6. Para se construir um Brasil Socialista é fazer a integração latino-americana. A união dos devedores. A América Latina deve hoje 750 bilhões de dólares. Cada latino americano deve 1500 dólares e 30% do que a América latina exporta de bens e serviços são para pagar serviços da dívida. Todos se encontram na mesma situação, é preciso buscar um novo modelo, que seja solidário e não excludente.

7. Para se construir um Brasil Socialista o modelo econômico tem que ser solidário. Dar terra a quem precisa é prioridade, é assim que se democratiza os meios de produção. No entanto, em 15 anos de luta o MST conseguiu assentar 350 mil famílias e em 8 anos de governo, FHC fez com que 900 mil famílias perdessem sua propriedade. A agricultura é uma área absolutamente vinculada a redenção da inclusão social.

8. Para se construir um Brasil Socialista a nação deve assumir como sua a tarefa de garantir os direitos básicos do povo. Não se trata aqui de fazer um debate a respeito do tamanho do estado e sim das obrigações que ele deve cumprir. Nenhum país se desenvolveu sem a presença do estado regulando a economia, cuidando da saúde e da educação do povo, garantindo a boa política de distribuição de terra, fazendo valer, através da participação política do povo, a justiça e a paz social. O apoio às pequenas e microempresas é fundamental.

9. Para se construir um Brasil Socialista é crucial adotar uma nova política fiscal. Em nosso país, ela precisa ser revista. A tributação da renda e da fortuna hoje é absolutamente desigual e injusta. Quem muito ganha e tem, paga pouco

ou nada em relação ao trabalhador. Os setores privatizados e altamente competitivos têm de ser melhor tributados, a exemplo das grandes fortunas.

10. Para se construir um Brasil Socialista deve se investir na infra-estrutura, na ciência, na tecnologia e na pesquisa que são áreas indispensáveis para a consolidação de um país diferente. O meio ambiente, sem o qual é impossível ter uma previsão de futuro em qualquer economia é algo hoje na ordem do dia, e os países que mais poluem são os primeiros a não quererem assinar acordo de preservação ambiental. Em síntese, nossa referência deve ser de desenvolvimento sustentável.

11. Para se construir um Brasil Socialista é preciso governar organizando a sociedade, estimulando a participação popular, assegurando o poder popular e garantindo a presença dos movimentos de massa nas decisões do governo. Os movimentos e a sociedade civil são a garantia principal da governabilidade, esta deve ser a aliança prioritária.

12. Para construir um Brasil Socialista, é preciso valorizar um sentimento que se deve acalentar como cidadãos, como homens, como mulheres, não apenas como militantes políticos, de que é possível viver em uma sociedade com infância digna, com juventude próspera e velhice honrada. Não creio que isso seja um sonho demasiado grande e que seja impossível conviver com o desejo de ser feliz. Este deve sim ser um desejo compartilhado por todos. Ser socialista não significa ter ódio de quem tem, mas ter amor a quem não tem.

13. Fiquemos com o Brasil da Cidadania e da participação popular, não com o Brasil do Mercado, da usura, da exploração e do endividamento, da fome e da miséria.

"Princípio da responsabilidade definida"

Deputado Alexandre Cardoso

O Princípio da Responsabilidade Definida nas normas legais é fundamental ao Controle Social, fundamental às reformas – principalmente à Reforma Tributária.

I – Introdução:

Quando a lei define que a responsabilidade é de todos, o responsável normalmente não é identificado.

A análise de nossas normas legais, principalmente no ordenamento social, permite, de forma quase invariável, a transferência das responsabilidades entre os entes federados, na execução de ações fundamentais à cidadania.

A transferência da competência tem sido, em virtude de interesses menores, utilizada de forma demagógica, para proteção de situações graves que impedem a sociedade de identificar os verdadeiros responsáveis.

O documento que se segue apresenta uma proposta que, antes de mais nada, defende responsabilidade e transparência, fundamentais aos princípios socialistas, aos que têm a democracia como forma de atuação política e, principalmente, onde a verdade e a igualdade são a base do projeto social.

II – Análise do Problema:

O PSB entende ser fundamental o enfrentamento desse modelo que permite a transferência das responsabilidades. As situações elencadas abaixo, ficam, na maioria das vezes, sem respostas e sem soluções, provocando na sociedade, não só a descrença, mas, principalmente, a desesperança, resultando no afastamento da politização.

- Meu filho não tem onde estudar!
- Eu não tenho onde morar!

- A desnutrição é grave!

- Na minha rua não tem esgoto nem água!

- De quem é o doente!?!

A responsabilidade (a culpa) é do: Presidente, Governador ou do Prefeito!?!

Um programa de descentra-lização e de redimensionamento de municípios daria aos prefeitos competência e estruturas para serem produtores de cidadania. Entretanto, nos últimos 12 anos, foi criada, no Brasil, uma situação que necessita ser discutida. Os 4.170 municípios foram transformados em 5.656, o que dá uma média de um município novo a cada três dias, de um cargo comissionado municipal a cada duas horas, sendo estes, fatores, também, determinantes para a fixação do homem no interior. Certo ou errado, foi a única política em grande escala que diminui a migração para as grandes metrópoles brasileiras. A outra conseqüência foi a descaracterização do conceito de município, em mais de cinqüenta por cento das cidades brasileiras. Acrescentamos, ainda, que esta mesma descaracte-rização se estende a municípios com mais de um milhão de habitantes, onde a sociedade tem enorme dificuldade de exercer algum controle social sobre o chefe do poder executivo.

A problemática acima, juntamente com a falta de explicitação, clara, da competência dos entes federados, tem sido fator impeditivo da reforma tributária, fundamental ao processo de democratização do nosso país.

A competência para execução das políticas de ordenamento social, é dúbia, e, na maioria das vezes, seus executores têm compromissos demagógicos e irresponsáveis.

A reivindicação da competência ou a sua transferência, na existência de interesses pecuniários, chegam à Justiça. Entretanto, a solução dos problemas que não implicam aumento de receita, invariavelmente, ocorre através do compartilhamento ou transferência de responsabilidades. A dificuldade, da sociedade, em identificar a responsabilidade, gera descrença na população.

Diversos setores poderiam ser exemplos da sobreposição de competência, de transferências e de reivindicação de responsabilidades, principalmente, quando os entes federados podem privatizar e obter receitas financeiras. A escolha do setor de saneamento é em virtude de concentrar todos esses pontos.

A matéria usada como exemplo merece alguns destaques, bem como demanda a transcrição de alguns artigos da Constituição Federal e de algumas leis complementares que ajudaram, em virtude da falta de explicitação, a provocar a atual crise do setor, associada na maioria das vezes, à irresponsabilidade das gestões.

1º - Existe uma disputa entre Estados e Municípios relativa à competência sobre o setor.

2º - A matéria chegou ao Supremo, que decidiu não decidir, enquanto o poder legislativo não se manifestar.

3º - Destaque de matéria constitucional:

- Art. 23 da C.F. "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:"

•

•

•

IX – Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

- Art. 24 da C.F. "Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre :"

•

•

•

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

- Art. 25 da C.F. "Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição."

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

•

•

•

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

- Art. 30 da C.F. "Compete aos Municípios:"

I – Legislar sobre assuntos de interesse local.

•

•

Além do já exposto, utilizamos a exemplificação do saneamento, também, em virtude da atualidade da matéria, dos conflitos por que passam o setor e do enorme distanciamento das verdadeiras necessidades do homem. Queremos registrar que a política de privatização do Governo Federal, de alguns Estados e de muitos Municípios, tem ampliado a crise no setor e impossibilitado o controle social das soluções. A disputa pela competência entre Estados e Municípios, sem levar em conta os princípios da eficiência e da ética é um outro fator de complicação.

Assim sendo, o setor de saneamento é um exemplo vivo da transferência de responsabilidades, quando o problema é promover o desenvolvimento sustentável e recuperar a degradação ambiental, e de requerer responsabilidades, na hora de receber a fatura. Se tivéssemos identificado os responsáveis, de forma clara, há dez anos atrás, estaríamos com o saneamento e, por conseguinte, a saúde com dez anos de avanço. A sobreposição das responsabilidades e a transferência dessas, impediu, entre outros, o controle social, a queda dos índices de mortalidade, na verdade, fez do homem uma vítima.

III – Conclusão:

O controle social será muito mais eficaz e a participação política muito mais forte e eficiente na proporção direta da identificação do "Princípio da Responsabilidade Definida."

O Partido Socialista Brasileiro, fará valer este princípio nas suas proposituras, e em todos níveis de Legislativo, analisará mudanças que possam impedir as transferências das competências. A radicalidade tem a ver com a necessidade imediata de enfrentar um modelo que tem como princípio ocultar o responsável e promover a desesperança e a despolitização.

Os mecanismos compensatórios de Municípios e Estados deverão ser os Fundos de Participação, que em sua essência são mais democráticos e muito menos burocráticos e fisiológicos. Perseguir esse princípio é também enfrentar ações orçamentárias na União e nos Estados, que podem responder aos anseios populares, mas, na maioria das vezes, estão desconectadas com um planejamento integrado, este é o caso de algumas emendas orçamentárias.

O ente federado ao requerer ou transferir a sua competência, principalmente no ordenamento social, às vezes acobertado pela lei, tem patrocinado na sociedade uma descrença e afetado de forma impactante o processo político e a democracia.

O PSB quer deixar claro, ao cidadão, de quem ele pode cobrar. A proposta de identificar o responsável de forma mais clara na norma legal é um caminho para

a inclusão do homem neste processo. A amplitude da responsabilidade é, na maioria das vezes, efêmera, protetora de princípios não muito éticos e principalmente superficializadora do debate. A matéria coloca em pauta a transparência, a inclusão e a reforma política. A responsabilidade pode até ser de todos, mas é fundamental que o responsável seja identificado.

O PSB desenvolverá um programa em todos os níveis, de emendar normas legais, visando a explicitação da responsabilidade dos entes federados. As novas proposituras também serão norteadas por este princípio. O Partido Socialista Brasileiro adota nas normas legais o "Princípio da Responsabilidade Definida".

(Tese aprovada no VIII Congresso Estadual do PSB-Rio de Janeiro)

A História das mulheres no Brasil e no mundo

Mari Machado - Secretária Nacional de Mulheres

Historicamente as mulheres têm sido tratadas de forma diferenciada na sociedade. A trajetória das mulheres foi omitida pela história oficial. No entanto, muitas mulheres no decorrer da história tem lutado pela afirmação dos direitos de gênero e pelos direitos humanos. Algumas morreram em praças públicas, queimadas como bruxas. Durante muito tempo a igreja católica exerceu um papel fundamental na imposição da submissão à mulher, tanto que por largo período, e por decisão da igreja, as mulheres foram consideradas seres sem alma.

A própria revolução francesa, marco de transformação da sociedade, uma vez que alterou o modelo de organização social e econômica de uma época, foi uma revolução machista. Rousseau, pensador iluminista, marcou muito bem essa postura ao afirmar que o papel das mulheres era dar sustentação aos homens no processo de mudança em curso.

A industrialização da sociedade acabou por impor a necessidade do trabalho feminino. Com ela veio também a exploração da mão de obra da mulher que passou a conviver com a jornada dupla de trabalho, com a carga horária excessiva (16h de trabalho), a falta de creches e equipamentos sociais que possibilitassem o exercício profissional. Nesse período surge também a exploração do trabalho infantil.

No ano de 1857, no dia 8 de março, ocorre o assassinato de 129 trabalhadoras de uma indústria têxtil em Nova Iorque, data que passou a ser reconhecida como o Dia Internacional da Mulher. O final do século 19 foi marcado pela luta em prol do direito ao voto para a mulher.

No Brasil este direito foi alcançado em 1932, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1928 as mulheres haviam votado no Rio Grande do Norte, sendo que seus votos foram cassados pelo Congresso da época. Esse Estado foi também o primeiro a eleger uma prefeita. O início do século vinte foi marcado pela manifestação formal de várias mulheres em favor dos direitos femininos, o período da década de 60, no entanto, foi o mais radicalizado da luta, quando o mundo todo pas-

sava por um processo de revolução cultural. Foi nessa época que as mulheres queimaram sutiãs nas praças e falaram em alto e bom tom sobre a desigualdade existente entre os gêneros.

A década de 70 foi marcada na América Latina pela presença da ditadura militar em vários países. Foi, portanto, um período em que todos os movimentos foram abafados pelo poder militar e isso também se refletiu no movimento de mulheres. No entanto, o ano de 1979 foi declarado como o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, o que possibilitou que as mulheres pudessem em todo o planeta debater seus problemas específicos, dando ao movimento uma conotação internacional.

A década de 80 foi marcada pela criação de equipamentos sociais que beneficiassem as mulheres. Foi nesse período que se criou o primeiro Conselho da Condição Feminina, em São Paulo e também se iniciou a discussão sobre a questão da violência contra a mulher. A máxima de que "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher" começa a ser questionada e a sociedade passou a entender que a violência contra as mulheres deve deixar o âmbito privado e sim passar a ser um debate público. Nessa década também foi realizada a Constituinte, em 88, quando a constituição passa a contemplar vários avanços na conquista de direitos da mulher. O debate promovido pelas mulheres no Congresso Nacional ficou conhecido como o "lobby do batom". A Constituição de 88 reconhece, pela primeira vez na nossa história, que homens e mulheres são iguais perante a lei.

O período dos anos 90 foi marcado pela discussão da participação da mulher na política. Passamos a compreender que não basta participar, temos que ocupar espaços de poder para ter a possibilidade de incidir nas decisões políticas do país. É marcante para o Brasil a campanha das MULHERES SEM MEDO DO PODER. Nessa época acontecem diversas conferências e encontros internacionais afirmando a perspectiva de uma luta unificada em torno dos direitos da mulher. Os direitos sobre o próprio corpo, a afirmação da necessidade de excluir a violência contra a mulher no âmbito doméstico, a luta pelo fim da desigualdade salarial, pelo direito ao emprego e fim da pobreza marcaram esta década. A Marcha Mundial de Mulheres foi emblemática e reuniu mulheres de todos os países em outubro de 2000.

Surgem organizações não governamentais e movimentos que debatem os vários aspectos da problemática da mulher, desde a questão da saúde até a questão do assédio sexual.

Iniciamos o século XXI com a política de cotas em pleno andamento. Hoje os partidos políticos são obrigados a obedecer ao critério de que nenhum dos gêneros pode ter mais de 70% das vagas nas chapas para disputas eleitorais. Sabemos que esta política afirmativa é direcionada para as mulheres, mas ainda en-

contramos dificuldade em cumprir a meta dos 30%. As mulheres ainda carregam a maior responsabilidade no âmbito doméstico e, portanto, encontram dificuldades para assumir o desafio de ser candidatas. Nossa representação é ainda de 6% no Congresso e no Senado Federal, o mesmo ocorrendo nas câmaras e assembléias.

Mas, é preciso considerar que vivemos uma conjuntura adversa, enfrentamos enormes diferenças no âmbito da sociedade.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que a luta feminista representa uma nova forma de ver o mundo, onde homens e mulheres têm espaços iguais na sociedade e usufruem das mesmas oportunidades. Historicamente a sociedade se organizou sobre pilares machistas, onde as mulheres foram relegadas a papéis secundários e, mesmo quando foram protagonistas de fatos importantes, a história oficial omitiu.

O movimento de mulheres surge de uma forma mais organizada para justamente promover o debate com a sociedade sobre a discriminação vivenciada pelas mulheres, levando homens e mulheres a repensarem seus papéis no processo de estruturação social.

A partir do surgimento de lideranças feministas, o poder público passa a ter uma nova preocupação: a de que a sociedade é composta de dois gêneros e que ambos tem os mesmos direitos e um não pode ser excluído para que o outro se afirme.

A sociedade patriarcal foi superada, pelas próprias condições de organização social. Foi preciso que muitas mulheres tenham sofrido, inclusive com acusações altamente preconceituosas, para que o mundo atentasse para a problemática de gênero. Hoje aproximadamente 30% das famílias são chefiadas por mulheres e nas demais situações são as mulheres que administram grande parte do orçamento doméstico.

Por que promover a discussão de mulheres em um partido político? E por que no PSB?

Sob dois aspectos é importante a interação da mulher com a política:

1. É preciso estabelecer condições para que se afirme a presença das mulheres nos partidos.

2. É preciso que os partidos adotem em seus programas políticas direcionadas para as mulheres.

Atualmente as mulheres representam 51 % da população mundial, são, no entanto, 2/3 dos pobres do mundo e também dos analfabetos.

Não podemos pensar em um novo modelo de sociedade sem olhar para a especificidade da situação da mulher, que é na maioria das vezes pobre, além de discriminada. Também é preciso considerar que é a mulher objetivamente quem pode traduzir aos partidos políticos as verdadeiras necessidades da sociedade. São

elas que conhecem a carência de esgoto, de água, de luz e onde devem ser feitas as melhorias de condições de vida de uma comunidade.

As mulheres representam 49,8% do eleitorado brasileiro e a exigência de que os programas partidários de governo contemplem suas expectativas é uma realidade.

Não há debate político que possa obter real repercussão na sociedade se não contemplar o recorte de gênero.

Mas, não defendemos a militância das mulheres em qualquer partido. Na maioria das agremiações partidárias há interesse em contemplar quadros femininos para que as mesmas sirvam de massa de manobra, uma vez que são úteis na hora de fazer a campanha política, carregar a bandeira, mas para a tomada de decisões não são chamadas.

O PSB, no entanto, tem uma outra visão. Nosso desafio de trazer as mulheres para participarem da vida partidária têm o objetivo de promover a cidadania dessas companheiras, abrindo espaços nas instâncias de decisão política, entendendo-as como agentes da construção de uma sociedade nova, incentivando suas candidaturas como forma de incidir nos poderes constituídos pela sociedade democrática.

Como vivem as mulheres brasileiras hoje?

. As mulheres representam 70% da população mundial que vive em situação de miséria absoluta e são 2/3 dos analfabetos do mundo.

. No Brasil, as mulheres são 50,7 % da população e representam 49,8% do eleitorado.

Educação

O nível de educação das mulheres é mais alto que o dos homens.

. 20,4% das mulheres concluem o ensino médio.

· As mulheres são a maioria com título universitário.

· A cada 100 pessoas que se formam nas universidades de São Paulo, 61 são mulheres.

· De 1995 a 1999 o número de meninas fora da escola caiu de 8,8% para 3,9% (10,7% para 4,7%).

· A taxa de analfabetismo entre as meninas é de 4% (meninos 7%).

Saúde

· 40,1% das mulheres entre 15 e 49 anos que vivem em união foram esterelizadas.

· 14% das gestantes não possuem nenhum acompanhamento pré-natal.

· Um milhão de adolescentes tornam-se mães por ano.

· 36,4% das mulheres fazem cesárea, parto reconhecidamente traumático para a mãe e criança.

· A taxa de mortalidade materna é de 134 mortes a cada mil nascidos.

· Estima-se que no Brasil se realizam mais de 1 milhão e 400 mil abortos por ano.

· A cada duas pessoas infectadas pelo vírus HIV, uma é mulher. Estima-se que existam 537.000 pessoas infectadas entre 15 e 49 anos. Destas, 204.000 são mulheres e 12.800 estão grávidas. Com as mulheres menores de 15 e maiores de 50 anos, chegamos a 220.000 mulheres portadoras do vírus.

· Desde 1996, a AIDS é a quarta causa de morte na população de 20 a 49 anos.

Trabalho

· As mulheres representam 47% da população economicamente ativa.

· No entanto, o salário das mulheres é 30% menor que o do homem.

· A igualdade salarial e de oportunidades acontece na faixa dos que ganham salário mínimo: 51,5% são homens e 48,5% são mulheres.

· Conforme o salário cresce, cai a participação das mulheres. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários mínimos, apenas 19,3% são mulheres. As demais 80,7% vagas, ficam com os homens.

· 20,8% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

· Das mulheres casadas, 75% colaboram com 50% do orçamento doméstico.

· Em 80% das famílias são as mulheres quem administram todo o dinheiro da casa.

· As mulheres que recebem acima de 25 salários mínimos são responsáveis por 60% das despesas da família

· A carga horária das mulheres é 13% maior que a dos homens.

Profissões

Entre os brasileiros que declaram imposto de renda as mulheres são maioria nas seguintes profissões:

Assistente social - 97%, Fonoaudióloga- 97%,Recepcionista e telefonista- 92%,Bibliotecária e arqueóloga- 92%,Enfermeira e nutricionista- 91%, Empregada doméstica- 90%, Psicóloga- 89%, Professora- 77%, Serviço de tratamento de beleza- 71%, Advogadas- 59%, Médicas- 54%.

Empatam com os homens nas profissões:

Serventuário da justiça- 52%, Auxiliar de escritório- 51%, Técnico em biologia- 51%, Dentista- 50%, Professores universitários- 50%, Arquitetos- 50%, Artista plástico- 49%, Servidores públicos- 48%, jornalistas- 47%.

E ainda são minorias nas seguintes profissões:

Engenheiros - 9%, Agrônomo- 9%, Metalúrgico - 3%, Químico - 2%, Pedreiro - 1%, Piloto de avião - 1%, Estivadores- 0,5%, Mecânicos - 0,5%.

As mulheres são 29% dos juizes do país e já iniciam também sua entrada nos quartéis, dos estudantes que alcançaram o título máximo de aluno-coronel, nos 12 colégios militares do país, 80% são mulheres.

Violência

· A cada 4 minutos, uma mulher é agredida no Brasil.

· As mulheres são 63% das vítimas de agressões físicas cometidas por parentes no âmbito doméstico.

· 72,3% dos assassinatos de mulheres são cometidos por companheiro ou ex-companheiros.

· 2.500 mulheres são mortas por ano, vítimas de crimes passionais e cerca de 500 mil sofrem algum tipo de violência doméstica e sexual.

· 52% das mulheres inseridas no mercado de trabalho já sofreram assédio sexual.

· 70% dos processos por agressão sofrida por mulheres foram arquivados, a maioria por intervenção da própria agredida, que altera o seu depoimento diante da promessa do companheiro de mudar de atitude.

· Em 21% dos casos de agressão, o acusado foi absolvido.

· Mais de 40% da violência sofrida pela mulher resultam de lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamento e estrangulamentos.

As mulheres negras

· As mulheres afro-descendentes têm uma expectativa de vida de 60 anos, seis anos e oito meses abaixo da média nacional.

· Mulheres negras recebem salário 50,5% menores do que os auferidos pelas mulheres brancas

O quadro acima é resultado de uma longa pesquisa. São dados concretos da realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras. Portanto, como partido que luta pelo fim da desigualdade social é preciso que o PSB incorpore em seu programa de governo, políticas públicas que determinem o fim da desigualdade entre gêneros.

As mulheres socialistas, durante o período de julho a outubro de 2001, realizaram um intenso debate em torno de propostas a serem encaminhadas ao programa de governo do PSB. Queremos inserir no nosso debate políticas públicas para as mulheres, que contemplem a questão da saúde, do trabalho, da geração de emprego e renda, da violência contra a mulher, do mundo do trabalho.

Saúde

1. Criação do Conselho Municipal de Saúde

O Governo Socialista deve fortalecer o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, alterando a sua composição e tornando-o efetivamente representativo da sociedade civil, em especial dos movimentos de mulheres. O Conselho deve servir como estimulador da criação dos demais conselhos, previstos constitucionalmente, em especial do da saúde.

2. Proposição de política de prevenção à gravidez precoce.

O governo federal deve chamar para a si a instituição de programa específico que combata a gravidez na adolescência, que deve passar pela reorientação do currículo escolar, contemplando a educação sexual e formas preventivas de evitar a gravidez. Deve possibilitar o exame pré-natal de forma ampla e gratuita, nos hospitais públicos, com prioridade as jovens, com a devida orientação psicológica.

3. Criação do programa de saúde nos bairros com agentes de saúde.

A exemplo do que ocorre em outros países, a medicina deve ser utilizada de forma preventiva, criando a figura do médico do bairro, que estará próximo da realidade vivenciada pelas mulheres.

O investimento no saneamento básico causa principal das doenças entre a população pobre, merece tratamento específico junto aos governos municipais.

4. Estabelecimento de política de prevenção do câncer de mama e de útero, bem como tratar a especificidade das mulheres portadoras do vírus HIV.

Democratizar o acesso a exames preventivos, através do fortalecimento do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, inclusive com a reserva de leitos em hospitais públicos para mulheres vítimas de câncer e AIDS.

Programas de divulgação via mídia e nas escolas devem ser considerados, uma vez que existem muitas mulheres em condições precárias de informação.

5. Regulamentar a legislação que prevê o atendimento em hospitais públicos para os casos de aborto previstos em lei.

6. Criação de Centros de Referência para as mulheres com acesso fácil à documentação, atendimento médico, psicológico, etc.

Através de convênios com as prefeituras, criar espaços de atendimento às mulheres que abranjam desde a saúde até a documentação das cidadãs brasileiras.

7. Manutenção do direito à Licença maternidade.

Nosso governo deve assumir uma posição clara a este respeito, posicionando-se internacionalmente favorável à manutenção do direito à licença maternidade, considerando inclusive que o aleitamento materno é fundamental para a saúde do bebê.

Deve estimular também a criação de bancos de leite para as mães impossibilitadas de amamentação.

8. Estabelecer programa de atendimento á saúde mental da mulher, especialmente as que sofrem trauma decorrente de violência.

Educação

1. Acompanhamento da organização curricular nas escolas públicas municipais, como forma de evitar a afirmação da discriminação contra a mulher.

2. Qualificação profissional das mulheres através de cursos especiais.

3. Creches públicas e de qualidade.

4. Combate à discriminação nos materiais didáticos escolares.

Violência

1. Luta pela manutenção de delegacias ou postos para a mulher nos municípios.

É preciso que o nosso governo assuma do compromisso de ampliar significativamente o número de delegacias da mulher, como forma de inibir a violência de gênero.

2. Qualificação dos profissionais que atendem nas delegacias de mulheres.

3. Criação de Casas de Apoio para mulher vítimas de violência.

A mulher vítima da violência doméstica precisa ter uma alternativa ao deixar o lar e seu agressor. As casas de apoio têm o papel de oferecer suporte psicológico e alternativa de trabalho para que essas mulheres possam sair do círculo da violência.

4. Combate ao assédio sexual normatizando penalidades dentro do espaço do poder público municipal, estadual e federal.

5. Combate ao tráfico de mulheres.

Através de políticas claras de combate ao turismo sexual, no que nossa legislação é permissiva e omissa.

6. Combate à exposição negativa de imagem da mulher na mídia.

Trabalho

1. Qualificação profissional da mulher.

Criação de programas específicos de formação profissional para mulheres. O espaço hoje ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho não representa efetivamente o nível de graduação e capacidade das mulheres, percebemos salário menor que o dos homens e os programas de qualificação profissional são direcionados para os homens.

2. Programa específico de emprego para mulheres chefes de família e mães solteiras.

3. Fomento de cooperativas como forma de geração de emprego e renda.

4. Combate à discriminação da mulher na hora de disputar uma vaga de emprego.

5. Combate à diferença salarial entre homens e mulheres (atualmente de 38 %).

6. Criação de bolsas de emprego para mulheres, através de convênios com empresas e instituições.

7. Readequação da jornada de trabalho para as mulheres, que cumprem com mais de uma jornada.

8. Manutenção do direito ao descanso semanal para os trabalhadores.

Habitação

1. Criação de Programas de Habitação para mulheres chefes de família e mães solteiras.

Esta tese se propõe a servir de base para o debate a realizar-se no Congresso Nacional de Mulheres e no Congresso Nacional do Partido. É um documento a ser qualificado na discussão política com homens e mulheres do partido, todos os que se entendem comprometidos com a construção da sociedade socialista.

A Questão Internacional

Emílio Diniz - Membro da Executiva Estadual PSB/RS

1 – A política internacional é marcada pelas iniciativas e ordens do grupo dos oito G-8 (EUA, Japão, Canada, Alemanha, Itália, Holanda , Suécia) que são as sete nações mais ricas mais a Russia. Este quadro é o resultado de uma estratégia de hegemonia que iniciou no pós-guerra e que se mantém até os dias de hoje, muito mais fortalecido após 1989/1990 com o fim da guerra fria.

2 – Contudo, o exercício da hegemonia política dos últimos dez anos (1990/2000) de aprofundar a globalização nos países dependentes só fez agravar o fosso dos miseráveis e aviltar mais a acumulação da riqueza. Hoje 10% da população do planeta detém 70% da renda embora a produção de alimentos seja mais do que suficiente para alimentar adequadamente os 6 bilhões de seres humanos, mais de 1 bilhão de pessoas continuam a padecer de fome endêmica.

3 – Não se trata por sermos contrários a globalização, é um fenômeno tão antigo quanto a história. Ganhos de escalas, expansão de mercados, difusão de culturas e tecnologias, acesso aos meios para pesquisa, divisão de custos são algumas das sua características econômicas.

4 – Seu maior dilema encontra-se na área social. A mundialização leva mais prosperidade às nações desenvolvidas, mas seus efeitos às nações sub-desenvolvidas são escandalosos, fazendo com que esses povos sofram de forma crônica com a pobreza, a doença e a ignorância. Devido a implantação da globalização ocorrer sem tomar conhecimento dos impactos negativos sobre estas nações, e pela cultura da subservência das elites políticas locais.

5 – O grau de dependência dos países sub-desenvolvidos é crônico e não existe expectativa de auto superação desta dependência em conseqüência da volumosa e impagável dívida externa. O crédito junto aos países ricos funciona como uma arapuca, em que sua concessão ocorre mediante "acordos" geralmente de exigências de redução dos investimentos públicos nas áreas sociais o que agrava a qualidade de vida das populações terceiro mundistas.

SOBRE A DÍVIDA EXTERNA

1 – A dívida externa dos países é pauta em todas as reuniões do G-8. A crise

da dívida externa do terceiro mundo é o testemunho do fracasso dos empréstimos aos países mais pobres, desde a década de 60, especialmente à África.

2- Dois anos atrás, em Colônia, na Alemanha, o G-7 lançou o que é hoje a principal resposta oficial à crise da dívida, um programa de cancelamento chamado "Iniciativa da dívida para os países altamente endividados". Nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2001, na reunião de cúpula dos G-8, o presidente americano, George Bush, um populista à Reganóide, defendeu o desenbolso do Banco Mundial de 50% dos seus recursos para as nações mais pobres, sob a forma de subvenções ao invés de empréstimos.

3 – Segundo RODDMAN, David Malin, autor de Still Waiting for the Jubilee: pragrmatic solutions for the third world debt crisis. "Qualquer programa pragmático para resolver a crise da dívida e evitar outra deve encarar três realidades:

1 – A maioria das dívidas nas nações mais pobres nunca poderão ser pagas.

Conseqüências : as alegações que credores, como o Banco Mundial, não tem condições de cancelarem um volume maior de dívida são, em grande parte, discutíveis. O cancelamento de dívidas impagáveis é tanto inevitável quanto não dispendioso. Mas , do mesmo modo, o cancelamento de dívidas que nunca serão pagas não liberará recursos para combater a AIDS ou educar crianças como muitos ativistas sugerem;

2 – "Amarrar" condições ao alívio da dívida ou a novos empréstimos raramente funciona.

Conseqüências: a obrigatorie-dade de destinar economias oriundas do alívio da dívida para o combate da pobreza ou da AIDS pode soar bem, mas provavelmente não funciona tão bem assim. Países como Uganda e Gana, relativamente comprometidos à aplicação responsável de qualquer economia real, provavelmente o farão mesmo sem pressão externa. E os países descompro-missados provavelmente não aplicarão o dinheiro tão bem, independente das promessas que forem exigidas em troca do cancelamento da dívida.

3 – "Para cada mau tomador existe um mau financiador", Anwar Ibrahim, ex-primeiro ministro assistente da Malásia, preso.

Conseqüências: financiadores e tomadores são igualmente responsáveis pela crise da dívida do terceiro mundo. Os financiadores, incluindo todo G-7, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, também merecem escrutínio intenso e precisam se submeter a uma reforma completa. No Banco Mundial e em outros bancos de desenvolvimento, por exemplo pressões interna para emprestar incentiva muitos executivos a se preocuparem mais com a concessão do empréstimo do que com a boa aplicação dos recursos, uma receita segura para problemas como a dívida . Sem reforma s do lado credor, a crise da dívida do terceiro mundo persistirá e se repetirá.

ROODMAN, propõe uma terceira via para a dívida do terceiro mundo, tomando as seguintes medidas:

1 - Uma autoridade independente, internacional avaliaria quanto da dívida de cada país é impagável. Cancelaria esta dívida imediatamente e incondicionalmente, esta ação seria fruto de realismo e não de generosidade ou caridade.

2- Os credores cancelariam dívidas consideradas pagáveis, numa base mais seletiva. O cancelamento de toda a dívida dos países que demonstrarem compromisso com reformas liberaria recursos valiosos para ajuda aos pobres.

3- Financiadores multilaterais, como o Banco Mundial, reformariam sua administração, a fim de reduzirem as pressões por empréstimos.

4- Governos de países ricos que garantem financiadores multilaterais pressionariam estas instituições à reforma, ao privilegiarem aquelas que já tenham dado início ao processo de reforma.

5- Governos e financiadores mutilaterais emprestariam menos aos países mais pobres e subvencionariam mais.

4 – Mas o que dizem é bem diferente do que fazem, desde a posse de George Bush na presidência , no comando da economia do maior acionista do fundo instalou-se um bando de durões republicanos que não abrem a carteira facilmente e acham que, no trato com países em desenvolvimento, parcimônia na concessão de empréstimos e rigor na cobrança de promessas não faz mal nenhum, muito pelo contrário o objetivo é exigir, vendas das estatais e enxugamento da máquina pública.

5 – Por enquanto as diretrizes defendidas pela equipe de Bush parecem estar indo ao encontro dos objetivos dos diretores do FMI, Horst Köhler, um alemão que foi colocado no cargo por obra de um lobby europeu. Desde sua posse, há quase um ano, ele defende a concessão de pacotes de ajuda mais eficientes, com empréstimos de menor volume, sujeitos a condições que possam ser efetivamente cumpridas. Mas o próprio Köhler entende que é impossível esperar que passes beneficiados por ajuda financeira possam atingir metas acertadas como o fundo sem dispor de tempo para construir apoio político a medidas impopulares.

6 – No entanto existem previsões que a desaceleração da locomotiva americana se aprofunde e que o vôo de sua águia já é mais raso em função de suas asas andarem aparadas. Em 2000, a economia européia cresceu 3,4, maior índice em 17 anos. O desemprego que vinha cravando 11% na média do bloco, baixou piedosamente para 8,7%. Desempenho ainda bem abaixo das médias anuais americanas de 1996/2000: de 4,6% na produção e de 4,1% no desemprego.

7 – Em processo de convergência macroeconômica, forçados pelo advento da moeda única (EURO), os europeus deram de fazer a colheita, ainda que tardia, dos frutos da mesma semeadura da economia americana desde meados dos anos

80. Os europeus dizem que a década de 70 foi a do Japão, a de 80 a da Ásia, a de 90 a década dos Estados Unidos e de agora em diante será a década da Europa.

8 – Para isso contam com modernização tecnológica, revolução administrativa, flexibilização regulatória, competição estimulada, descompressão tributária, saneamento fiscal e fechando a roda desvalorização do euro frente ao dólar. Os europeus dispõem de um sistema bancário mais sólido que o dos americanos. Lideram a explosão da telefonia celular em todo mundo. A Airbus acaba de igualar a Boeing no mercado global de jatos de passageiros, as montadoras européias recuperam mercados perdidos para os japoneses e coreanos.

9 – A desvantagem européia maior, esta menos na inovação tecnológica e mais na produtividade do trabalho. , esta cresce 3,1% nos Estados Unidos e nada além de 0,7% na e Europa. A sociedade européia não se deixou ficar refém do efeito riqueza pobreza das bolsas de valores. As famílias americanas têm perto de 2/3. Culturalmente, o europeu coloca a poupança à frente do consumo e do crediário.

10 – Mas todas as discussões, da cúpula do G-7 passou a ser a crise Argentina, literalmente quebrada, a Argentina nada mais é do que o laboratório de testes do modelo de globalização, diga-se de passagem, que todas as experiências realizadas, fracassaram terrivelmente levando a cúpula a se debruçar sobre livros de economia para encontrar solução já nem pensando tanto na Argentina, mas para evitar o efeito cascata e que o brasil fosse atingido em cheio,

11 – Enquanto a cúpula do G-8 a cada fórum que realizam, exaltem as virtudes da mundialização, eles são obrigados a reunirem-se cada vez mais fechados e mais protegidos por forte aparato militar, isolados num mundo fictício que só eles acreditam. Do lado de fora milhares de pessoas, militantes de ONGs, sindicatos, ecologistas, formam a nova categoria de lideranças, resistência e oposição às políticas tratadas; foi assim nos últimos dois anos em Bonn, Haia, Washington, Davos, Canadá, Colônia e recentemente em 20,21e22 de julho de 2001 em Gênova, OS movimentos confrontaram com um grau de hostilidade e radicalismo dignos de praças de guerra, para marcarem a contrariedade com as políticas destrutivas do meio ambiente e da exclusão social, inclusive com a morte de um militante, assassinado por umtiro da polícia. A nível internacional inexiste uma força partidaria capaz de articular um oposição além fronteiras, esta é a lacuna que fica para o PSB ajudar a desvendar.

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA E A QUESTÃO DO PODER

1 – O caráter da transformação a ser realizada no Brasil é decorrência de uma análise concreta da sociedade, de sua estruturação econômica, de sua formação política e social, e das tradições culturais.

2 – O Brasil é hoje um país capitalista monopolista dependente. Em que pese as desigualdades regionais e os bolsões de organização da produção com precária utilização das forças produtivas, o capital monopolista faz girar em torno de si toda economia e detém as posições-chave nos sistemas de produção, de distribuição e de créditos. No interior do bloco monopolista, o capital estrangeiro ocupa a posição hegemônica, associado ao grande capital nacional. Além disso, a economia brasileira alcançou um alto grau de integração com o mercado globalizado.

3 – Apesar de apresentar um alto grau de desenvolvimento capitalista, as elites brasileira no Brasil não conseguiram, como ocorreu nos países capitalista centrais, resolverem um conjunto de contradições que dilaceram a sociedade, São eles : a dependência externa, que ressalta não apenas no plano financeiro com dívida externa, mas no campo da dependência tecnológica e no fato de que setores mais dinâmicos da indústria estão sob o controle do capital externo, a questão agrária, em função do fato de que a penetração da globalização no campo se sobrepôs e aprofundou a enorme concentração fundiária já existente, criando uma massa de trabalhadores rurais sem terra , sem emprego, submetidos a uma condição brutal de empobrecimento.

4 – A tese que desenvolvo é de que "estamos encerrando um ciclo do desenvolvimento brasileiro, do modelo democrático e das organizações partidárias", que tiveram início em 1979 com a vitória da anistia, das meias liberdades de organização partidárias, meias porque elas só foram se completar em 1985 , com liberdade dos PCs e o PSB, e do movimento pelas DIRETAS JÁ. Passando pela conformação da Frente Popular. Portanto, encerramos um período histórico de 22 anos que culmina, com o ressurgimento do movimento operário brasileiro, o fim da ditadura militar num processo conhecido por LENTO, GRADUAL E SEGURO, o início da nova república de Sarnei, Collor até os dias de hoje com FHC.

5 – O novo governo a ser eleito em 2002, obrigatoriamente terá que optar em romper com o atual modelo de desenvolvimento centrado na exportação, invertendo para um desenvolvimento do mercado interno. Nós temos sol, água, terra, temos um parque tecnológico que vai da pequena esquadria de fundo de quintal até a produção de chips de última geração. Temos uma crise de emprego enorme e também temos uma demanda por alimentos, sapatos, camisas, etc. artigos de limpezas, por escola, por saúde. Não precisa ser gênio para saber o que precisa ser feito. Não esqueçamos que somos um mercado de 180 milhões de brasileiros. Se tem fatores de produção disponíveis, recursos humanos, tem demanda para aquilo que vai ser produzido, tem técnica disponível. A questão é de opção política.

6 - O Plano Real vive sinteticamente. Quer dizer, tem duas grandes possibilidades, nós vivemos uma situação de grave desequilíbrio macroeco-nômico. É cla-

ro que o FHC não vai dizer isso, nem o Malan. Mas no nível do debate técnico, entre profissionais da economia, mesmo técnicos do governo reconhecem que a situação é grave. O verdadeiro debate portanto não é esse se o último empréstimo de 15 bilhões feito pelo FMI, dá estabilidade ou não dá. Esse debate não existe em termos técnicos. Só existe em termos políticos para efeito da opinião pública.

7 – O verdadeiro debate técnico é o seguinte: se a situação de desequilíbrio macroeconômico atual nos conduz ao aumento de crise cambial, ou se o governo esta atento para estruturar a economia brasileira e transforma-la numa grande plataforma de exportação. A aposta do governo é essa . porque a lógica de crescimento dos neoliberais é a exportação.

8 – A minha opinião é de que eles não terão tempo de operar esta transação antes do pleito de 2002. Como já manifestei no primeiro parágrafo, eles já perderam esta batalha estratégica. O plano Real não tem um ponto estratégico para atuar. Nós caminhamos para que esta crise cambial se aguce cada vez mais. O prazo disto estourar pode ser dezembro ou pouco mais adiante, abril ou maio. Mas é um prazo desta ordem. Se vier esta crise cambial, nós vamos conhecer uma crise que o Brasil nunca conheceu.

10 - Uma sociedade com o nível de desigualdades que já temos, se eles conseguirem operar esta plataforma de exportação e reconstruir o equilíbrio macroeconômico, qual é a conseqüência disso para a sociedade brasileira? Os setores dinâmicos da economia vão produzir cada vez mais os produtos que os países ricos querem consumir. Esta produção tem que ser feita com alta tecnologia para enfrentar a concorrência internacional. Se você opta por uma economia de exportação você vai disputar com Taiwan, com a Coréia, com o Japão, com a Alemanha. Então não tem jeito tem que usar alta tecnologia. Isso significa o que? Cada vez mais a produção se desloca dos trabalhadores, cada vez menos o setor moderno emprega.

11 – Se o modelo deles der errado, como vem dando, nós vamos Ter a soma da grande crise com a crise econômica da globalização. Se o modelo deles der certo, teremos um neoliberalismo que vai impulsionar uma sociedade muito mais desigual desta que nós temos hoje. Aqueles elementos que agiam no sentido de diminuir as desigualdades; rápido crescimento econômico, escola pública, aumentos de emprego nos setores moderno, etc. São cartas fora do baralho. Se voltar a funcionar, funciona com baixo crescimento, porque o multiplicador da exportação é pequeno. Ele funciona sem gerar emprego nos setores modernos e sem produzir nenhum contexto no serviço público de qualidade por que estão pendurados com os juros da dívida. Portanto, os mecanismos de mobilidade social ascendentes estão eliminados neste cenário, que mantém o país numa crise social profunda.

AS NOSSAS ALTERNATIVAS

1 - As elites brasileiras configuradas a partir do pós-guerra não concebem o Brasil como nação, pelo contrário elas trabalham pela negação da nação, enquanto tal, ou seja eles constróem a não-nação, pois elas a tem meramente como um mercado, Portanto, precisamos desconstituir o governo e os candidatos que representam estes interesses derrotando nas urnas em 2002, elegendo um novo governo com as rupturas necessárias para iniciar um "desenvolvimento que priorize o mercado interno". E dê início a um novo ciclo histórico para o Brasil.

2 – É necessário que paramos de discutir a economia com os olhos dos economistas. Precisamos parar de discutir a economia do ponto de vista das grandes empresas do setor financeiro e do setor industrial. Nós temos no Brasil um parque diversificado da produção que tem sido a força motriz das sustentação de emprego e da produção para o público interno. E é para este setor que devemos nos voltar e com os quais estabeleceremos uma parceria estratégica.

3 – Nós temos problemas sim, e graves, mas que num contexto político de opções interna tranqüilamente num curto espaço podemos superar. Se dermos uma olhada em outros países veremos um cenário muito mais complexo em termos de alternativa, se não vejamos: tem países que estão em regiões do mundo conflagradas, tem países que 95% da sua população é analfabeta, tem países que não tem água doce, tem países que tem gente demais, tem países que tem gente de menos, tem países que não tem indústrias , tem países que não tem recursos naturais, tem países que não tem território, tem países divididos internamente por conflitos históricos dificilmente solucionáveis, porque tem raízes lá no passado, parte da população fala uma língua, outra parte fala outra, outra fala outra. Parte da população tem uma religião, outra tem outra e se odeiam entre si. Este tipo de problemas levam os países a grandes impasses.

4 – A gora vamos olhar para o Brasil. Nós não temos nenhum problema deste tipo. Nosso povo tem um altíssimo grau de unidade cultural e lingüística . Não tem nenhum grupo no Brasil que possa reivindicar para si uma legitimidade extranacional, todos somos brasileiros, todos se reconhecem como tal. Nós temos um imenso território, possivelmente o melhor do mundo, um território que tem recurso do passado, minérios, tem os recursos do presente, terra agricultável e tem recursos do futuro. O brasil é o primeiro no mundo em biodiversidade. O território brasileiro é aquele que abriga a maior quantidade de espécies vivas do planeta.

5- E a direção do progresso do século XXI aponta para uma crescente importância da farmacologia, biotecno-logia. A nossa base produtiva é a melhor do terceiro mundo. O Brasil foi o único país do terceiro mundo a completar o ciclo de industrialização. Nós temos uma industria completa, que inclui dentro do nosso

território as fábricas que constróem as fábricas. Nós temos setor de bens de capital, nós temos uma agricultura, que é um potencial extremamente dinâmico. Portanto, reunimos todas as condições de optarmos por uma outra via a da reconstrução nacional para que o nosso povo possa ser auto-construir como nação.

6 – Reunimos todas as condições de darmos um passo nesta direção, em vários momentos da nossa história, nossas elites se acovardaram nesta perspectiva, preferiram se aliar ao capital estrangeiro, perderam. Só os trabalhadores e todo o povo brasileiro unido, pode tomar para si esta missão, caso contrário o Brasil volta a ser colônia. Mas quando olhamos para o Brasil , nosso povo, nossa posição no mundo, podemos afirmar que somos abençoados pela mãe natureza, há países que vivem, pela fatalidade geográfica, zonas de terremoto, vulcões, ciclone, posições muito complicadas, estão em áreas de guerras permanentes. Ou países muito pequenos que são permanentemente ameaçados pelos seus vizinhos. A nossa situação é privilegiada, nós somos um país líder de um continente, nenhum vizinho nos ameaça e nem nós também não ameaçamos ninguém, porque não temos ambições expansionistas. Por esse lado também obtemos êxito, pois o Brasil arrasta atrás de si um continente inteiro, que é um continente extremamente viável, pois tem as mesmas características do Brasil.

7 – O Brasil é viável, esse povo e alternativa, esse país tem alternativa, nosso povo é a alternativa. Mas isso passa por reconstruirmos nosso plano histórico. As elites tem alternativa fora da nação, fora do processo de construção nacional, claro eles não precisam de saúde pública, escola pública, de emprego, da justiça e da cidadania. Sua formação se faz em escala internacional, seus filhos estudam no exterior, todos tem planos de saúde privado. Quem precisa de emprego, cidadania que funcione, da economia que gera emprego, que a base produtiva não os enfraqueça, que a escola exista para todos, que a saúde pública funcione é o nosso povo, por isso temos que tomar e nossas mãos o destinos do Brasil que ainda é nosso.

OS IMPASSES A NOSSA ALTERNATIVA

1 – Dá-se da seguinte maneira: olha, vamos nos estabelecer aqui em silêncio, porque isso não precisa ser falado, o sistema financeiro que está aí é esse mesmo, ninguém vai fazer reforma nisso não. A estrutura agrária é esta mesma, não pode fazer reforma agrária. As relações internacionais do Brasil são essas aí, tem dívida externa, tem FMI, tem Banco Mundial, isso não pode ser mexido. Os meios de comunicação de massas estão aí e são esses mesmo. A concentração da riqueza é essa.

2 – Aí, entra uma parte da esquerda discutindo alternativas aceitando estes

pressuposto, e aí vão discutir a macroeconomia. Conforme o Lula tem expressado, se a taxa de cambio tem que ser um pouco maior ou pouco menor, se dá ou não para mexer no juro se vamos continuar pagando a dívida externa, se vamos manter a CPMF, se vamos criar um imposto sobre os usuários de restaurantes, etc. Discutem aquele brasilzinho medíocre, que é o das elites e deixamos para trás o brasilzão que tem povo, território, técnica, cultura, unidade, posição geográfica, e muito mais, etc. E é assim que vai se dando nossa submissão e dependência.

3 – O bicho papão que as elites nos ameaçam o tempo todo é do isolamento internacional do Brasil. "Olha se não fizer o que o FMI mandar, se tirar o Malan, se tirar o Arminio Fraga, o Brasil fica isolado do mundo". Isso é nos Ter por tupiniquins. O Brasil é um país que lidera um continente, faz fronteira com 11 dos 13 países deste continente, é o maior parceiro comercial de todos esses países, o Brasil remete 20% das suas exportações para a América do Norte, cerca de 20% para a Europa, 18% para a Ásia. O brasil é o segundo maior país no mercado de soja, é o primeiro no minério de ferro, somos o segundo maior mercado de jatos executivos e helicópteros, segundo em telefones celulares e máquinas de fax, quarto em refrigeradores, quinto em CDs e terceiro em refrigerantes. Com mais de US$1 trilhão em poder de paridade de compra. A economia brasileira é o dobro da Russa, tão grande quanto a da china, e duas vezes maior que a da índia. Nossa economia é a Quinta do mundo depois dos EUA, China, Japão e Alemanha. Mais de 40% dos usuários de internet da América Latina estão no Brasil, número que representa o dobro dos usuários do México.

4 – Em síntese, apesar das condições de miserabilidade de nosso povo, das enormes desigualdades, podemos afirmar que somos um país rico, cheio de potencialidades e com capacidade para um novo ciclo produtivo. Vocês acham que é fácil isolar o Brasil ? Vamos isolar o Brasil, só sobra a soja americana e é a soja que alimenta os rebanhos da Europa. Vocês acham que a Europa vai entrar nessa ? O que move a siderurgia japonesa é o minério de ferro do Brasil. Os japoneses não vão gostar, eles precisam mais de nós do que nós deles. O Brasil é um grande parceiro, nosso país não é isolável.

5 – Então é preciso OPTARMOS outra vez, em investirmos na nossa grandiosa matriz estrutural que é a nossa alternativa : território, recursos, indústria, tecnologia, população, agricultura, unidade e educação. Mas de onde virá o dinheiro para este financiamento ? Virá justamente daquela fonte que realimenta nossa dependência, nossa submissão que é a dívida externa. Bem nós talvez não saiamos dizendo que não vamos pagar, mas em primeiro lugar queremos uma AUDITORIA, depois de apurarmos detalhadamente o que já foi pago o que são os juros reais, se ainda existir dívida nós vamos discutir a renegociação e a forma de pagar, uma auditoria nestas característica deve levar de 4 a 5 anos para se concluir e neste

período evidentemente ficam suspensos todos os pagamentos. Isto nos permitirá tomarmos um grande fôlego para o financiamento interno, ao mesmo tempo em que estaremos desferindo uma ação de independência, enfraquecendo o elo mais dinâmico que alimenta toda a cadeia imperialista que é a cobrança da dívida externa dos países pobres.

6 – É preciso OPTARMOS em termos candidatura própria para as próximas eleições e a candidatura de GAROTINHO é sem duvida alguma a possibilidade de despertarmos a sociedade brasileira desses graves problemas acima apontados bem como a candidatura capaz de mobilizar milhões de brasileiros nesta perspectiva de desenvolvimento que propusemos acima, a candidatura GAROTINHO é limpa, nova, experiente, para iniciarmos um novo marco histórico no nosso país.

SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PSB

1 – Hoje o PSB é uma realidade política, tem bases sociais e eleitoral, com caráter nacional, é uma força concreta e tem capacidade própria de mobilização social. Atua no parlamento e se expressa no campo institucional com propostas e programas. Ao mesmo tempo são evidentes as limitações de nossa organização partidária, de nossas instâncias e quadros dirigentes, ainda não temos uma tradição de debatermos temas até sua exaustão em nossas reuniões. A cada dia aumenta nossas tarefas políticas em decorrência do aumento de nossa base social. Enquanto isso nossa estrutura não responde as demandas que temos hoje.

2 – O Partido Socialista Brasileiro necessita afirmar sua posição de partido político que é socialista, autônomo, e independente frente a outros projetos e exclusivamente fiel a seu manifesto e programa, buscando implantar-se em todas as cidades e estados da união, bem como entre os setores sociais, com a finalidade de se tornar poder político em todas as esferas.

3 – Esta síntese implica em que cada filiado militante do PSB tome consciência de si mesmo, para se tornarem sujeitos históricos num processo de transformação que colocará o PSB no centro das decisões políticas e do poder, é necessário que cada militante saiba que o inter-relacionamento homem-sociedade é um processo natural e que a busca pela ascensão ao poder é uma aspiração vocacional e cultural milenar do ser humano.

4 – Desse modo o êxito do PSB num projeto de construção partidária deve Ter como eixo central a busca do poder político. Para isso devemos construir uma nova estratégica de crescimento e implantação nos locais onde ainda não temos vida orgânica.

5 – Um projeto socialista democrático e humanista só poderá ser vitorioso a partir do envolvimento e engajamento de milhões de cidadãos das mais diferen-

tes categorias profissionais e sociais, das mais diferentes organizações sociais, tais como gênero, etnias, ecologia, sindicais, estudantes, idosos, etc. Para este engajamento político nosso parti deverá priorizar uma organização de base, em redes setoriais das quais forem possíveis. Estas redes devem ter um funcionamento ordinário e regulamentado, voltado para a formação dos cidadãos para à militância social e partidária, justamente para preparar a intervenção nas entidades e também na institucionalidade.

6 – O projeto de desenvolvimento e crescimento do militante deve ser permanente e voltado para a ação partidária, para o coletivo da sociedade, desestimulando as práticas individuais e personalistas, contudo, sem jamais desestimular as iniciativas e a criatividade de cada um. Isto se promove encurtando a distância entre membros de direção e de militantes de base, fortalecendo os canais partidários como fóruns de discussões de temas e teses, elaboradas no seio da nossa organização devemos adotar o critério de tomadas de decisões que sejam o mais ampla possíveis, por mais graduado que seja o dirigente partidário, não estará autorizado a tomar decisão individual, se for tomada, esta será sem efeito.

7 – A contribuição partidária de cada filiado é indispensável como compromisso com o seu partido, o partido é uma associação como todas as outras, e deve refletir o compromisso ideológico . A contribuição deve se manter nos valores estatutário de 10% do salário mínimo nacional como anuidade e distribuídos na seguinte proporção: 60% fica no Diretório Municipal; 20% é remetido ao Diretório Estadual; 20% REMETIDO PARA O Diretório Nacional. Justifica-se esta proposta tendo em vista que a organização local, com sede, e um telefone com cursos e seminários de formação política passa a ser uma estratégica para o crescimento que até aqui estamos defendendo, os municípios nunca recebem o fundo partidário, e as direções municipais ficam reféns das direções de instâncias superiores para as suas promoções locais.

8 – Outro recurso que o PSB de desenvolver para atingir as metas de ser um partido que busque o poder, é a criação de uma rede de informações que viabilize a comunicação das instâncias partidárias, dos dirigentes, dos militantes, dos simpatizantes, dos movimentos sociais, dos parlamentares e executivos. Esta rede de informações deve parti de três instrumento. Um jornal nacional mensal, com uma linha editorial informativa e formativa, na linha informativa entraria nossas ações parlamentares de maior relevância em qualquer nível em que ocorra, nacional, estadual e municipal, informações de movimentos sociais,, experiências de ações políticas, etc. São algumas sugestões nesta área. Outro instrumento é uma radio comunitária nacional, com a mesma linha de programação para o público interno, também com salas de programação voltadas para os parlamentares, governos, e entidades. A terceira via seria a potencialização dos recursos via internet.

ALCA: O Brasil não deve ingressar sem um plebiscito

Marcus Cunha – PSB - Pelotas

Vários blocos comerciais surgiram no continente americano nas últimas décadas. O NAFTA, liderado pelos EUA, é responsável por 88% do PIB continental. O MERCOSUL, liderado pelo Brasil, o segundo em importância, tem menos de um décimo do peso do NAFTA, 8% do PIB total da região. Os outros têm pesos ainda muito menores. São a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Grupo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) que perfaz 2% do PIB regional, o Mercado Comum do Caribe (CARICOM), o Mercado comum Centro-Americano (MCCA) e o acordo G-3 firmado entre a Colômbia, México e Venezuela.

Em 1994, na Conferência realizada no mês de dezembro em Miami, 34 chefes de Estado das Américas (o único país americano excluído foi Cuba) se comprometeram, até o final de 2005, concluir negociações visando a formação de uma área de livre comércio das Américas (ALCA).

A Área de Livre Comércio das Américas pretende estabelecer um espaço de livre comércio no continente americano, abrindo o mercado de todos os países. Livre concorrência, por exemplo, entre as empresas do Panamá, do Equador e as empresas do Canadá e dos Estados Unidos.

Somado à pressão política norte-americana para que se crie a ALCA foi sendo exercida uma pressão econômica sobre o principal parceiro brasileiro no Mercosul: Argentina.

Enfraquecida, a Argentina se torna presa fácil dos interesses norte-americanos e deve clamar pela sua inclusão na ALCA, como forma de obter uma sobrevida e o Brasil ficará isolado dentro do continente. A opção de integração via Mercosul ficou fragilizada.

---

*Marcus Siqueira da Cunha
Licenciado em História, Advogado e Professor de Direito Civil – UCPel,
Especialista em Direito Comunitário Europeu pela Università degli Studi di Genova – Italia
membro do Diretório Municipal do PSB de Pelotas-RS - 2º suplente de vereador
e-mail: marcuscunha40663@hotmail.com
celular: (053) 983-3012

O que podemos esperar da ALCA ? Onde estão localizadas as empresas mais fortes, mais eficientes, com maior potencial tecnológico, com estruturas internacionais de atuação ? Qual país, ou países, são capazes de atrair os melhores recursos humanos de todo o mundo para vencer a luta em uma situação de confronto direto no plano comercial ? Os EUA têm mobilizados 20 mil funcionários federais para lidar com as questões relacionadas ao comércio externo e que podem se dedicar, com todos os meios modernos, a busca de barreiras não tarifárias para obter vantagens contra nossos negociadores.

Mesmo pensando na posição de destaque que tem nosso país, com uma indústria nacional bem mais eficiente que a dos outros países latino-americanos, não temos a mínima possibilidade de participar da luta livre contra os gigantes anglo-saxãos, em 2003, nem em 2005 e talvez nem mesmo em 2025.

Será que nossos governantes não sabem disso ?!

As economias latino-americanas não terão a menor chance de concorrer com as norte-americanas. A quebradeira das empresas nacionais será geral. O desemprego em nossa região se agravará ainda mais. O poder de atração do México como país centro de mão-de-obra latina barata será imbatível. Os salários dos latinos serão ainda mais aviltados. No México pós NAFTA, os salários em média caíram 23 %.

Somos uma grande potência em formação que precisa travar as lutas na dimensão das suas forças sob pena de sermos destroçados antes mesmo de atingirmos a maturidade.

Por isso, é urgente que lutemos pela realização de um plebiscito sobre a ALCA, para que o povo brasileiro possa participar dessa discussão e se responsabilizar pela resposta que vai dar, tendo em vista a grande repercussão que implica tal processo de integração.

Que tipo de integração interessa aos brasileiros ? Insistir no Mercosul ? Submeter-se a ALCA ? Apostar na integração interna dos Estados brasileiros efetivando formando uma grande "União dos Estados Brasileiros" ? Depois dos ataques terroristas contra os Estados Unidos da América em 11 de setembro, e, estando para iniciar a "guerra suja" prometida por George W. Bush é prudente uma integração econômica com os EUA ?

Não podemos assistir impassíveis a tomada de decisões por parte de alguns poucos burocratas quando o que está sendo decidido é o destino de 800 milhões de cidadãos de nosso continente americano. Somente com um plebiscito poderemos provocar o debate público e instigar a reflexão sobre o tema, além de comprometer politicamente os governos com o seu resultado.

Essa talvez seja a decisão mais importante que deverão tomar os latino-americanos nesse século. A ALCA é instrumento do neocolonialismo.

Cabe ao Partido Socialista Brasileiro liderar a luta pela democracia e garantir a soberania do povo brasileiro.

Crises constitucionais e assembléia constituinte exclusiva

Reginaldo de Castro – Membro da Executiva do PSB/DF

As constituições republicanas brasileiras, incluindo a atual, padecem todas de um mal de origem: foram elaboradas por assembléias constituintes que acumulavam funções de Congresso ordinário. Dessa gênese promíscua, derivaram diversas outras distorções, que, em curto espaço de tempo, resultaram em intensa conflitividade jurídica e graves impasses institucionais, que retardaram o processo de aperfeiçoamento democrático do país, gerando diversos retrocessos políticos.

A sucessão de interrupções da ordem democrática ao longo dos mais de cem anos da história republicana brasileira está diretamente vinculada a esse mal de origem, que em regra vincula ao texto da Carta Magna interesses político-partidários e casuísmos que a comprometem e desfiguram. A Constituição em vigor, que recém-completou 13 anos, já foi emendada 32 vezes, o que dá uma média espantosa de mais de 2,5 emendas por ano.

Para que se tenha uma idéia do absurdo que isso significa, basta lembrar que a Constituição dos Estados Unidos da América, mais que bicentenária, foi emendada apenas 27 vezes. Os três governos federais eleitos após a promulgação da Carta Magna de 88 fizeram de sua reforma compromisso prioritário de campanha. Em vez de adaptarem seus programas à ordem constitucional, fizeram o contrário: adaptaram a Constituição a seus programas.

Em face disso e do ambiente de conflitividade jurídica criado ¾ e em face sobretudo do esgarçamento do texto constitucional concebido em 1988 ¾, concluímos que o país precisa de outra Constituição, mais enxuta, livre de impurezas político-partidárias, comprometida tão-somente com o estabelecimento de uma ordem jurídica que expresse verdadeiramente o Estado Democrático de Direito.

Por essa razão, defendemos a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, voltada apenas para a elaboração do texto constitucional, que funcionaria paralelamente ao Congresso Nacional. Uma vez promulgada a nova Carta, essa Assembléia seria extinta. É preciso quebrar o círculo vicioso institucional em que o país está metido desde sua Independência, em 1822, pois também a Constituição do Império, de 1824, teve origem anômala. Dissolvida a Assembléia Constituinte por Dom Pedro I, a primeira Carta Magna do país acabou sendo outorgada pelo monarca.

A Constituição de 1891

A primeira Constituição republicana, a de 1891, teve também esse viés autoritário. Foi moldada por anteprojeto do Executivo. O governo provisório, constituído após a Proclamação da República, nomeou uma comissão de cinco membros, para elaborar o anteprojeto que serviria de base aos debates na Assembléia Constituinte. O projeto foi aprovado por decreto como "Constituição aprovada pelo Executivo".

E não houve apenas esse condicionamento. A própria Assembléia se impôs a restrição de não permitir "qualquer interferência no governo". E mais: considerou intocáveis duas questões específicas ¾ a república e a federação. Em pouco mais de três meses de trabalho ¾ em 24 de fevereiro de 1891 ¾, a Constituição estava pronta e a Assembléia Constituinte convertida em Congresso ordinário.

Prevaleceu o modelo do projeto do Executivo, que teve em Ruy Barbosa seu principal artífice. Era, segundo Amaro Cavalcanti, "o texto da Constituição norte-americana, completado com algumas disposições das constituições suíça e argentina". Faltava-lhe, pois, sintonia com a realidade do país. Daí sua ineficácia social e a rapidez com que mergulhou o país em ambiente de conflito político-institucional que acabou por atingir o próprio Ruy quando o obrigou a exilar-se na Argentina.

O primeiro presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, ameaçado sete meses depois de promulgada a Constituição de processo de impeachment, dissolveu o Congresso, provocando reação da Marinha. Acabou renunciando "para evitar corresse o sangue generoso dos brasileiros". Floriano, o vice, assume, não obstante o texto constitucional exigisse, naquela circunstância, eleição de novo presidente.

Floriano completou o mandato de Deodoro e só entregou o poder a Prudente de Moraes, eleito para o quatriênio seguinte (1894-1898). Descumpriu a Constituição, desmoralizando-a. Com Prudente, as oligarquias estaduais assumem o poder. De crise em crise, o país, submetido ao mando regionalista da política dos governadores ¾ e esta ao truculento coronelismo ¾, marcharia, impassível, para a ruptura institucional de 1930.

Tentou-se, em 1926, por meio de emenda constitucional, adequar a Constituição de 1891 à realidade nacional. Em vão. Quatro anos depois, explode a Revolução de 30, que põe fim à política dos governadores. Getúlio Vargas assume o poder e começa o desmonte do antigo sistema. Mas resiste à idéia de convocar uma Constituinte. Somente após a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, é que o faz. A Assembléia foi eleita no ano seguinte.

A Constituição de 1934

Com essa Constituição, dar-se-ia o mesmo que com a anterior: convocada no bojo de um golpe de Estado, já nascia sob condicionamentos autoritários e distante da participação popular. Não é tão bem-estruturada como a anterior, mas mantém os seus princípios formais fundamentais: república, federação, presidencialismo, divisão de poderes, "independentes e coordenados entre si".

Amplia os poderes da União e discrimina com mais rigor as rendas tributárias entre União, estados e Municípios. Atribui o exercício do Poder Legislativo apenas à Câmara dos deputados, transformando o Senado em órgão de colaboração desta. Adota, ao lado da representação política tradicional, a representação corporativa de influência fascista. Sob influência da Constituição alemã de Weimar, inscreve, ao lado da clássica declaração de direitos e garantias individuais, um título sobre a ordem econômica e social e outro sobre a família, a educação e a cultura.

Mas o advento e o impacto das novas ideologias ¾ nazifascimo e comunismo ¾ mudariam o ambiente político-institucional do Brasil e do mundo. E a Carta de 34 seria levada pela onda autoritária que soprava da Europa. Os partidos políticos assumiam posições de grande contundência ideológica, sobretudo a Ação Integralista Nacional e o Partido Comunista. E a luta pelo poder assume contornos de confronto político. Getúlio dissolve o Congresso e decreta a morte da Carta de 34, promulgando a Constituição de 1937. Prometeu um plebiscito para legitimá-la, mas jamais o convocou.

A Constituição de 1937

Inspirada pelo nazifascismo, fortaleceu ainda mais o Poder Executivo, atribuindo-lhe intervenção mais direta e eficaz na elaboração das leis. Reduziu o papel do Legislativo, posto em recesso até o fim da vigência daquele regime constitucional, conhecido como Estado Novo. Reformou o processo representativo não somente na eleição do Congresso, mas também em relação à do presidente da República.

A Carta não foi regularmente cumprida. Muitos de seus dispositivos permaneceram letra morta. Prevaleceu a ditadura e a vontade do ditador, que legislava por meio de decreto-lei, que ele próprio aplicava como chefe do Executivo. Mesmo outorgada pelo ditador, sem a interveniência de ninguém, a Carta de 37 sofreu 21 emendas, providenciadas pelo próprio Executivo, por meio de leis constitucionais, que atendiam aos casuísmos do regime.

A Carta teve a duração da ditadura: oito anos. Na onda da redemocratização pós-segunda Guerra Mundial, em que o autoritarismo nazifascista foi derrotado, tornou-se irresistível a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Getúlio convoca eleições para o parlamento e para a presidência. Tenta resistir à idéia de uma Constituinte, mas não consegue. É deposto.

Constituição de 1946

Em fevereiro de 1946, instala-se a Assembléia. O ambiente é de plena liberdade democrática, em que todas as correntes, em tese, estão presentes. O predomínio, porém, é conservador, já que Vargas, antes de ser deposto, cuidara de criar dois partidos políticos ¾ PTB e PSD ¾ por meio dos quais continuou a influir. O PTB herdava o corporativismo urbano e o PSD absorvia o mandonismo rural.

A parceria isolava a esquerda e a direita, formando uma coligação poderosa

de centro-direita. E foi ela que deu as cartas na Constituinte, que demonstrou preocupação excessiva em impedir a hipetrofia do Executivo. Diz José Duarte que as correntes de opinião "tinham a preocupação de assentar, com nitidez, sem artifícios, as fórmulas, os princípios cardeais do regime representativo, e estabelecer com precisão os rumos próprios à harmonia e independência dos Poderes".

Voltou-se, assim, às fontes formais do passado, que, como vimos, nem sempre (quase nunca) estiveram sintonizadas com a realidade social do país. Sob sua égide, sucederam-se crises: o suicídio de Getúlio, as deposições sucessivas de Café Filho e Carlos Luz, a tentativa de impedimento da posse de Juscelino, acrescida de duas outras tentativas de golpe depois de empossado, a renúncia de Jânio, a experiência parlamentarista e, por fim, o golpe militar de 1964.

Foi certamente a Constituição de vida mais atribulada.

Constituição de 1967

O regime militar, também chamado regime dos atos institucionais, providenciou sua própria Constituição, em ambiente de anomalia jurídica. A maior delas era a própria composição da "Assembléia Constituinte", improvisada de um Congresso mutilado em sua representatividade, já que desfigurado por dezenas de cassações políticas.

A "Constituinte" surgira de um ato institucional (o nº 4), o que dispensa maiores considerações de ordem moral e jurídica. A ordem constitucional de 46 findava após sofrer 26 emendas, além do impacto de quatro atos institucionais e 37 atos complementares, que tornaram impraticável o Direito Constitucional de então.

A Carta promulgada em 67 sofreu forte influência da Carta de 37, cujas características básicas assimilou, dando mais poderes à União e ao presidente da República. Reformulou, em termos mais rigorosos, o sistema tributário e instituiu normas de política fiscal tendo em vista o combate à inflação. Durou pouco, porém.

Seria praticamente revogada pela emenda nº 1, imposta pela junta militar que, após a edição do AI-5 e a morte do segundo general-presidente, Costa e Silva, assumiu o poder. A emenda serviu apenas de mecanismo de outorga, uma vez que promulgou texto integralmente reformulado, a começar pela denominação de Constituição da República Federativa do Brasil, em substituição ao termo então vigente de Constituição do Brasil.

Constituição de 1988

Com o fim do regime militar, convocou-se nova Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987. Vários fatores a condicionaram, contribuindo para torná-la problemática desde o nascimento. O primeiro, a preocupação de dotá-la de todos os mecanismos de defesa contra eventuais retrocessos políticos. O segundo, a idéia de que se resolve a questão social, a distribuição de renda, por meio da Constituição.

Essas duas preocupações ¾ nobres e justas ¾ resultariam numa Constituição extremamente detalhada, desviando-se do sentido básico de uma norma constitucional. Mais: a natureza partidária do Congresso-Constituinte impôs também casuísmos de toda sorte, trazendo para o texto constitucional questões de legislação ordinária. Todos queriam amarrar seus interesses na Constituição, na ilusão de que assim seriam efetivamente cumpridos. Até taxa de juros quis-se garantir por meio da Constituição ¾ e o resultado foi a conflitividade jurídica já no dia seguinte à sua promulgação.

O resultado é que, em 13 anos de vigência, já se contabilizam mais de 2 mil ações diretas de inconstitucionalidade, além das já citadas 32 emendas constitucionais. Isso mostra que a Constituição de 1988 já não existe. O que temos em seu lugar é uma colcha de retalhos, que fragiliza o Estado Democrático de Direito e gera insegurança jurídica. Vivemos em ambiente de tensão, gerada pelo instável, precário e em grande parte provisório ordenamento jurídico do país.

Por essa razão, venho propondo, desde o tempo em que me coube presidir o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que façamos uma nova Constituição, em vez de continuar a emendar a atual, um tecido já esgarçado.

Minha proposta, porém, difere de outras que aparentemente acenam com a mesma coisa. Não se trata de repetir erros do passado, convocando um Congresso-Constituinte ou, como recentemente sugeriu o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, estabelecendo nova revisão constitucional. Já vivemos há muito em permanente revisão constitucional.

O que proponho é simples, embora inédito na história do Brasil: uma Constituinte exclusiva e apartidária, eleita com o objetivo exclusivo de escrever uma nova Constituição, dissolvendo-se imediatamente após sua promulgação.

Teríamos assim ¾ e só assim ¾ uma Constituição sem os vícios da de 1988. Era essa a proposta inicial de Tancredo Neves, que chegou a constituir, sob a presidência de Afonso Arinos, uma Comissão de Notáveis para preparar um esboço do texto constitucional. A pressão político-partidária, no entanto, engavetou aquele texto e impôs o Congresso-Constituinte, com conseqüências nocivas à ordem constitucional que se inaugurou.

O governador Itamar Franco, recentemente, chegou a propor também uma nova Constituinte. Sua proposta partiu do mesmo diagnóstico da minha, de que é preciso estabelecer novo pacto político e jurídico para o país.

Ele, no entanto, defende que essa Constituinte seja constituída por 80% de parlamentares e 20% de representantes da sociedade civil. Mais: chegou a sugerir que, ao final, essa assembléia se transformasse em colégio eleitoral e elegesse o presidente da República.

Esse o nosso ponto de discordância. Sustento que a Constituinte não pode estar envolvida no processo legislativo ordinário. Pode até funcionar paralelamente a ele, mas tem que estar dissociada para não se envolver em interesses menores que, ao final, acabam comprometendo o objetivo maior, que é o de dotar o país de uma Carta duradoura e não casuística.

A de 1988, em que pesem os avanços que estabeleceu, sobretudo no capí-

tulo dos Direitos e Garantias Individuais, ficou contaminada por interesses político-partidários menores. Tratou de temas ordinários, como a zona franca de Manaus ou como a taxa de juros. E deixou passar um instrumento nefasto como as medidas provisórias, que haviam sido concebidas para o regime parlamentarista de governo.

Se a Constituinte vier a ser formada, segundo a proposta do governador de Minas, por 80% de parlamentares, repetirá o papel de sua antecessora, que se curvou a pressões políticas do Executivo. Hoje, o Congresso, envolvido nas reformas constitucionais, já é, de certa forma, essa Constituinte congressual a que se reporta o governador. Sob pressão do Executivo, usa sem parcimônia a sua competência constituinte, muitas vezes dentro de um processo de barganha fisiológica que contemplamos impotentes e estarrecidos.

Dentro desse contexto, o Executivo vai moldando um país de figurino autoritário, fortalecendo, por meio de emendas à Constituição, a cúpula do Judiciário, que é nomeada pelo poder político. E é lá que o governo pretende resolver suas diferenças com a sociedade. Se amanhã tivermos um governante com o perfil autoritário de um Chavez, da Venezuela, ou de um Fujimori, do Peru, o caminho para que exerçam seus excessos já estará pavimentado.

A essência da minha proposta é essa. E tenho a satisfação de registrar que ela tem sido endossada por grandes nomes do Direito no Brasil, entre os quais destaco o professor Gofredo da Silva Telles, que me comunicou pessoalmente seu entusiástico apoio.

Não tenho dúvida de que acabaremos chegando a essa solução. A questão é o tempo: ou bem a faremos agora, com as instituições razoavelmente equilibradas, ou a faremos no futuro, em contexto mais problemático. E aí cabe mais uma vez lembrar os exemplos recentes do Peru e da Venezuela.

O tema merece serena reflexão sobretudo para que se possa evitar o histórico oportunismo dos que, há mais de um século, privatizaram o Estado brasileiro em benefício da preservação de seus privilégios.

Por uma matriz energética auto-sustentada

Fernando Mousinho – PSB/DF

A história da evolução da sociedade humana está intrínsicamente relacionada com o consumo de energia . Na fase de caçador e de coletor de frutos silvestres, o homem era submisso ao meio ambiente. Com a primeira revolução econômica, a Revolução Agrícola, caracterizada pela descoberta da agricultura, domesticação dos animais e controle do fogo, aumentou consideravelmente a quantidade de energia disponível ao ser humano. A segunda foi a Revolução Industrial, com emprego de fontes não renováveis de energia (carvão, petróleo, nuclear ...), aprimoradas frequentemente graças aos avanços permanentes da ciência e da tecnologia. A fonte de energia mais utilizada, como conseqüência do atual modelo de desenvolvimento é o petróleo.

É evidente que esse processo de desenvolvimento não ocorre igualmente em todos os continentes, sendo portanto, o petróleo, o divisor de águas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Uma contradição corroborada pelo Conselho Mundial de Energia reunido no mês setembro de 1998, em Houston, nos Estados Unidos, é o reconhecimento de que existe energia suficiente no mundo para garantir o crescimento econômico mundial. Porém, chama a atenção que o problema da falta de energia – além do problema da pobreza – para os mais necessitados ainda não foi resolvido, sendo cerca de um terço da população mundial, os que não têm acesso à eletricidade [1], enquanto apenas 10 países consomem cerca de 80% da energia gerada no planeta.

O atual estágio de desenvolvimento coloca o Brasil entre os países de Terceiro Mundo conhecidos como países de industrialização tardia. Isto deve-se ao processo de desenvolvimento social e econômico iniciado com a atividade mercantil exportadora instalada pelos portugueses no século XVI.caracterizada por uma ocupação, povoamento e de produção voltadas para o mercado externo. "Sob o compasso do comportamento do mercado externo, ao ocaso de uma região, surgia outra; de uma base econômica, passava-se a outra, de tal forma que a nossa história é marcada pela descontinuidade espacial e temporal com reflexos profundos nas relações regionais".[2] Os três ciclos econômicos clássicos desse pe-

[1] Goldemberg, José - A Conferência Mundial de Energia - FSP, 03/11/98

[2] Congresso Nacional - Comissão Especial Mista. Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro. Brasília, 15/12/1993

ríodo, que vigorou do século XVI até as primeiras décadas do século XX, foram a cana-de-açúcar, no nordeste (sec. XVI e XVII); a mineração, em Minas Gerais (sec. XVIII) e o café, no Rio de Janeiro e São Paulo (sec. XIX). Atividades cuja fonte energética preponderante era a biomassa na forma de lenha para as caldeiras, sem provar portanto, dos frutos da Revolução Industrial que ocorria em alguns países da Europa. Um processo de desenvolvimento dependente que vem sendo alterado apenas na forma, até os dias de hoje.

Ignorando o imenso potencial dos rios, é instalada a primeira usina de energia brasileira, uma termelétrica na cidade de Campos, Rio de Janeiro, em 1883. Mas para tornar viável a produção e a distribuição de energia, a iniciativa veio de fora. Estava dado o primeiro passo. O mercado foi dividido entre a norte-americana Amforp (American e Foreign Power Company) e a canadense Light e Power Company, que detinham cerca de 70% de nossa capacidade instalada. Extensas áreas foram inundadas, inverteu-se "cursos de rios, importou-se usinas nucleares obsoletas, seguimos a passos largos para sermos consumidores vorazes em uma terra de pouco planejamento".[3] As hidrelétricas respondem atualmente por 93% da luz elétrica consumida no país, enquanto a produção de petróleo é de 196,1 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep) e o consumo final, de 228,2 milhões de Tep, o que representa um déficit de 32,1 milhões de Tep, suprido por meio de importações, que contribuem, inclusive, para o aumento da dívida externa.

A civilização contemporânea tem pela frente dois problemas cruciais, que põem em xeque o futuro da humanidade: a crise energética e a ambiental (efeito estufa e a chuva ácida). Ambas derivadas da queima desvairada de combustíveis fósseis e não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, urânio, etc) Uma realidade que põe os países altamente industrializados em situação de extrema vulnerabilidade se lhes faltarem os recursos naturais essenciais, escassos ou inexistentes em seus territórios : meio ambiente, matérias-primas estratégicas, água, patrimônio genético e energia.

Essa dependência foi prevista por Henry Kissenger, em 1979, que sentenciou, apontando a saída, inclusive:

"Os países industrializados não poderão viver à maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta. Para isso, terão que montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus objetivos".[4]

Não é outra, portanto, a razão da promoção dos conflitos internos e os freqüentes ataques militares norte-americanos ao Oriente Médio, o que garante aos Estados Unidos o controle de mais de 70% do que resta do petróleo no mundo.

---

[3] Pegorin, Flávia. O Berço do Apagão. Revista Galileu, pág. 25, Julho/2001

[4] Citado em: Vidal, Walter Bautista e Vasconcellos, Gilberto Felisberto, em Amazônia I, Ed. Tanari Ltda. Rio de Janeiro, dezembro/99, pág. 368

Porém, se por um lado, nesse contexto o Brasil exerce um papel privilegiado, pois resguarda em torno de 40% das florestas tropicais do Planeta; 50.000 espécies de animais e microorganismos; e a maior reserva mineral de água doce e energia renovável e limpa do mundo, além de variada riqueza mineral.

Por outro, é logicamente preocupante. País submetido a brutal dependência financeira externa, em permanente instabilidade econômica, o Estado em processo de desmantelamento e uma classe dirigente lesa-pátria, sem projeto de Nação de nenhuma ordem, é lúcido crer na perspectiva ditada pelo físico Bautista Vidal: "ou os brasileiros se preparam para responder ao problema energético mundial ou o Estado nacional será desmontado por ação intervencionista de países hegemônicos, grandes consumidores de energia".[5]

Se os Estados Unidos, a maior potência militar da história, que detêm o controle dos organismos internacionais tipo OMC, ONU, Banco Mundial e FMI, sob a suposta alegação de defesa das "minorias étnicas" destruiram recentemente grande parte da luguslávia, o mesmo podem fazer no Brasil sob o pretexto de defender a "nação ianomami" ou proteger o "patrimônio da humanidade," a Amazônia.

São 20 as guarnições militares e 17 bases terrestres de radar americanas na América do Sul. No norte da Região, os EUA mantêm três bases aéreas de porte (Curaçao, Aruba, e Manta, no Equador). Pistas de pouso para grandes aviões a jato são oito, também na borda da Amazônia.

Ao mesmo tempo é também motivo de grande preocupação entre os governos e a opinião pública dos países hegemônicos, o crescimento do consumo energético dos países do Terceiro Mundo, ora acusados de "culpados" pela demanda energética fóssil e pelas emissões de gás carbônico, também pela falta de responsabilidade e competência no trato dos seus recursos naturais. Nos dois casos o pretexto é um só, a instituição de um mando global único sobre os recursos naturais existentes no Planeta, principalmente na Amazônia, alvo de cobiça estrangeira desde o século XVI. A observação do físico José Goldemberg é procedente: "parece de fato provável, mesmo se ninguém o confessa publicamente, que a médio prazo os países em desenvolvimento terão uma relativa estagnação do nível de vida, e até uma deteriorização. Tanto mais que podem surgir novas tensões a respeito dos preços de energia, diante da distribuição mundial das reservas de energia fóssil".[6]

A energia, por definição, é a capacidade de gerar trabalho. É o motor de todas e quaisquer transformações promovidas pelo homem. Sem energia é impossível a realização de qualquer modelo de desenvolvimento, por mais despretencioso que ele seja.

---

[5] Idem, pag. 378.

[6] DESSUS, B e Goldemberg, J. Energia: Inventar Novas Solidariedades. In: BARRÈRRE, M. Cood. Terra e Patrimônio Comum. SP. Nobel, 1992, pág. 143.

O potencial energético brasileiro é o principal ente que a natureza oferece à construção e manutenção de um modelo de desenvolvimento social, econômico e ambientalmente auto-sustentado. Sendo um modelo estruturado em base autônoma, o aparato tecnológico, a condução política e as mudanças institucionais e o papel condutor do Estado, terão que ser também autóctones, assim como as atitudes e comportamento dos consumidores.

A opção por um modelo pioneiro e sustentado em recursos naturais próprios, ambientalmente limpos e renováveis, não significa tornar menos importante as fontes fósseis e hidráulica – o que seria impossível, pelo menos a curto e médio prazos –, apesar das emissões de gases de efeito estufa emitidos pelas fontes fósseis, e dos prejuízos sociais e ambientais e dos altos custos das hidrelétricas. Métodos e técnicas serão desenvolvidos para o uso mais eficiente dos combustíveis fósseis e um novo enfoque para o planejamento e o gerenciamento dos setores de recursos hídricos e energéticos"[7] das hidrelétricas. Só assim seremos capazes de superar as desigualdades econômicas e sociais inter e intra-regionais do país, acumuladas ao longo do processo histórico.

No processo de substituição do modelo concentrador de energia, onde reinam o petróleo e a hidrelétricidade, as fontes preferenciais serão a biomassa e a hidráulica.

O álcool – de viabilidade técnica, social, econômica e ambiental indiscutível –, o bagaço e outros resíduos vegetais da cana-de-açúcar, e o grande manancial da biomassa florestal existente, terão incentivos privilegiados na produção de combustíveis. O mesmo tratamento será dado ao aproveitamento das nossas milhares de pequenas quedas d'água, com a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Experiências legitimadas e consagradas, capazes de oferecer uma solução de curto prazo e de unir as necessidades de rentabilidade e maior geração de energia elétrica e combustível, a baixo custo e impacto ambiental.

As demais fontes (eólica, solar e nuclear), no primeiro momento receberão tratamento diferenciado, devido a fase de desenvolvimento técnico, econômico e comercial em que se encontram.

O uso da energia eólica no Brasil se restrige apenas a quatro usinas que atendem a pequenos consumidores. Mas é uma alternativa viável, de baixo custo e de instalação rápida, capaz de suprir as necessidades energéticas locais sem causar significativos danos ao meio ambiente. A região Nordeste tem os melhores ventos do País, mas não existe obstáculo à instalação de usinas em outras áreas. É um potencial que deve ser estimulado com o desevolvimento de técnicas e equipamentos para o setor, envolvendo universidades e em- presas privadas na produção de energia elétrica comercializável.

O Brasil foi o primeiro país no Terceiro Mundo a fabricar comercialmente a célula fotovoltáica, tendo como ponto de partida o silício monocristalino, não se limitando a montagem de painéis solares. Tem servido a estações de telecomuni-

[7] Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões - O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro/2000.

cações, a projetos de postos de saúde e é de fácil adaptação às condições de casas populares. Os sistemas fotovoltáicos são utilizados no Brasil na eletrificação de comunidades rurais a que a rede não pode chegar, por ser economicamente inviável ou por se tratar de aréas de proteção ambiental. O preço para o mercado residencial e comercial de pequeno porte , é de duas ou quatro vezes maior que o da eletricidade convencional. Segundo estudos do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) já houve uma redução de aproximadamente 40% nos últimos cinco anos. Mantida essa tendência, a tecnologia pode vir a ser competitiva, inclusive para as cidades, no prazo de cinco a dez anos.

Apesar de controvérsias entre autores e estudiosos da área, e sobretudo a rejeição de grande parte da população, trataremos a energia nuclear como fonte alternativa. Respondento por apenas 0,7% da produção da energia nacional, a energia nuclear, a princípio uma fonte limpa e de alto poder de concentração energética, traz consigo o problema da segurança e a necessidade de tecnologias avançadíssimas e vultosos capitais. Porém, em nenhuma hipótese, devemos sustar as pesquisas e muito menos podemos ser perdulários com o investimento já feitos pela sociedade brasileira no setor.

A abundância e a diversificação de fontes energéticas renováveis e limpas, possibilitam ao Brasil uma matriz energética também diversificada, capaz de melhor atender tanto uma grande metrópole industrial quanto uma pequena comunidade, seja ela rural ou urbana, levando em conta o grau de desenvolvimento e as demandas sociais e culturais locais. Um planejamento integrado que, além de oferecer energia limpa e segura a um custo compatível com a renda média da população, será capaz de desenvolver um crescimento econômico acompanhado da oferta de novos empregos e da melhoria do poder de consumo do conjunto da população – urbanização, saúde, transporte, segurança pública, educação, saneamento, lazer, etc. Uma matriz energética diversificada e bem distribuída entre as diversas regiões, exerce papel inclusive estratégico diante de conflitos internacionais.

Acreditamos portanto, ser essa a marcha do Brasil em direção à construção de uma Nação próspera, soberana, solidária e socialmente justa.

Brasília, 28 de outubro de 2001

Gênero e Educação

Profª Jacy Proença – Dir. Geral da FJM/MT

A Educação tem sido um dos fatores importantíssimos para determinar a exclusão ou inclusão social.

Recente pesquisa da ONU revelou que:

- de cada 10 pessoas com 02 anos de estudos- 08 estavam na faixa de pobreza/miséria

- de cada 10 pessoas com 04 anos de estudos- 06 estavam na faixa de pobreza/miséria

- de cada 10 pessoas com 08 anos de estudos- 04 estavam na faixa de pobreza/miséria

- de cada 10 pessoas com 12 anos ou mais de estudos- 02 estavam na faixa de pobreza/miséria.

Considerando apenas esse aspecto, grau de formação, poderíamos dizer que nós, mulheres, em virtude de termos hoje, a partir do Ensino Médio, mais mulheres do que homens nas escolas, que a pobreza/miséria não nos atingiria e que, portanto, estaríamos numa situação favorável.

Sabemos da relação intrínseca entre Educação e posição na pirâmide social e que ela, a escola sempre foram utilizadas como aparelhos ideológicos do Estado para manter as estratificações sociais e o status quo.

Por outro lado, a própria ONU nos revela que a pobreza e a miséria estão cada vez mais sendo feminilizadas.

Podemos concluir, então, que a escola e outros espaços sociais, como espaços políticos, estão perpassados não apenas por diferenças de classe, mas também por outras diversidades e dimensões como gênero, geração, cultura e etnia.

Recorrendo a alguns dados apresentados pela Companheira Márcia Maia, Dep. Estadual do Rio Grande Norte, no Fórum de Mulheres Socialistas, ocorrido em 20/10, o quadro reforça o enunciado anterior:

- na Educação Infantil em Natal ingressam mais homens

- no Ensino Fundamental a situação é mais equilibrada, mas ainda se têm mais homens

- no Ensino Médio há mais mulheres que homens

- no Ensino Superior em São Paulo, utilizado como referência, há 61,4% de mulheres e 38,6% de homens

Em comparação aos Programas de Geração de Emprego e Renda desenvolvidos em Natal, percebemos:

- Atentid@s pelo Programa Ser- 75,35% mulheres e 24,65% homens;
- Atendid@s pelos Núcleos de Produção/Estado- 51/% mulheres e 48% homens
- Enquanto que a P.F.E. A(População Feminina Economicamente Ativa) é de 37,40% e a P.M.E. A(População Masculina Economicamente Ativa) é de 62,51%.

Isso nos revela que o mercado de trabalho prioriza a mão-de-obra masculina, desconsiderando, inclusive, a formação e qualificação do conjunto da população.

Importante ressaltar que, embora haja uma vantagem na escolaridade das mulheres, esta ainda não tem sido suficiente para alterar, de forma significativa, determinantes culturais, já exemplificados através do mercado de trabalho. Em janeiro de 1997, de acordo com pesquisa da SEADE, as mulheres precisavam de 11 anos de escolaridade para receber a mesma remuneração dos homens com apenas 04 anos de estudo, sem contar a discriminação em relação às mulheres casadas, onde a exigência do teste de gravidez ainda persiste no momento da admissão, apesar da legislação proibir.

Outro recorte que merece atenção é o relacionado a gênero e etnia,onde a desigualdade de rendimentos, pela média, ainda é muito grande:

H.B (Homem Branco)	- 726,89
M.B (Mulher Branca)	- 572,86
H.N (Homem Negro)	- 337,13
M.N (Mulher Negra)	- 289,22

Os dados revelam que o homem branco, tido como o padrão no mercado de trabalho, percebe mais que a mulher branca, mas , em contrapartida, esta recebe mais que o homem negro e a mulher negra, e que dentre estes, a mulher negra é a mais discriminada, ganhando menos ainda na hora da remuneração, para desempenhar a mesma função e tendo o mesmo grau de formação.

Quanto ao analfabetismo, de acordo com o PNAD/1998, das 135.733.906 pessoas no Brasil, com mais de 07 anos de idade, 19,44% não são alfabetizadas. Revela ainda que da maioria dos analfabetos das cidades é composta por mulheres (52,7%), enquanto que no meio rural são os homens a maioria(55,54%). Outro dado a ser considerado é que o analfabetismo é maior entre as mulheres negras e idosas.

Agora, um dos fatores que têm sido apontados no cotidiano e que marca a vida escolar, sobretudo de cidadãos e cidadãs das camadas populares é a dificuldade de acesso a vagas em escolas perto do domicílio; infra-estrutura precária das escolas; professores mal remunerados e condições inadequadas de trabalho; o conteúdo discriminatório entre outros.

O afunilamento do acesso ao ensino, o acesso à universalidade continua sendo privilégio de poucos, que exigi o democratizar do acesso superando a elitização.

Para se ter uma idéia, o número de estabelecimentos públicos/1998, eram de:

- Ensino Fundamental - 169.892
- Ensino Médio - 11.670

Percebemos que começa no ensino básico para o médio o funil que elimina grande parte da população, onde, evidentemente, com a redução drástica no número de escolas de Ensino Médio, esta não absorveria toda a demanda. Conclui-se,portanto, que próprio sistema adota mecanismos oficiais de exclusão.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, em 1997 o número de matriculados foi de 2.210.325 e em 1998 foi de 2.081.750, havendo uma redução de 128.575, atingindo um contingente de mulheres. Isso sem considerar que, de 37 milhões para o E.J.A em 1999, o montante de recurso destinado no orçamento para 2000 foi de 17 milhões, ou seja, sofreu uma redução de 45,94%.

Colocamos aqui, a questão em termos gerais, em termos estruturais do sistema, mas se faz extremamente necessário, refletirmos a cerca da questão na prática cotidiana na escola, na sala de aula, na relação entre educadores e alun@s que expressam concepções preconceituosas, construídas com base em diferenças de gênero, mesmo sendo 90% do professorado brasileiro e 80% das direções das escolas do Ensino Fundamental serem femininas. Embora sendo majoritariamente feminino o professorado, os sindicatos da categoria e as Secretarias de Educação são na grande maioria comandados por homens.

As posições ocupadas em nossa sociedade, são ainda marcadas pela assimetria e por uma desproporção na divisão do poder, quase sempre favorecendo os homens e que está presente na escola como espaço de acomodação e resistências as atividades socialmente definidas como femininas. Por isso tratar-se de cenas comuns nas escolas, as meninas serem responsabilizadas pelas tarefas que denotem zelo, cuidado, arrumação e aos meninos, identificamos, por sua vez, às atividades de organização e controle.

O exposto até aqui denuncia a cristalização de práticas do sistema e escolares que polarizam os sexos e chama a atenção para a superação de medidas e de comportamentos que negam a inclusão das garotas e mulheres em atividades de controle e decisão, que associam ao homem as atividades da política e do mercado de trabalho e às mulheres a esfera privada, vinculada à reprodução e ao cuidado das crianças.

Reconhecemos às diferenças entre homem e mulher,mas não podemos nos abdicar da igualdade,ao menos como desejo político de que as relações entre os sexos não mais se baseiem na desigualdade e na subordinação de um pelo outro.

Educar é formar cidadania crítica; é ato de organizar, conscientizar, emancipar, libertar,humanizar. E é isso que dá sentido ao que fazemos e que nos permite propor para inclusão no projeto político do PSB o que segue:

- Promover estratégias, programas e política de ação afirmativa para repartir de forma eqüitativa os benefícios do desenvolvimento econômico e cultural.

- Desenvolver programas educacionais para a formação de sociedades mais inclusivas, combatendo esteriótipos e fomentando a solidariedade,a tolerância.

- Garantir a universalização do ensino básico com qualidade

- Ampliar o atendimento da Educação Infantil

- Garantir funcionamento do E.J. A de forma a possibilitar a participação das mulheres, prioritariamente negras, migrantes, idosas, indígenas, deficientes.

- Fortalecer os conselhos de educação e outras instâncias de controle social

- Promover interlocução com as organizações de base da categoria

- Estimular o desenvolvimento profissional e o trabalho coletivo nas escolas,valorizando a história de cada um e introduzir temáticas como direitos humanos, gênero, raça nas atividades.

- Elaborar programas de formação de educadores para que não reproduzam os esteriótipos e práticas sexistas, racistas e de orientação sexual.

Por fim, enquanto princípios de Governo adotar a reafirmação de identidade associada ao caráter multirracial, pluriétnico, multicultural, multilinguistico e pluralista da nossa sociedade; a constatação de que a pobreza, a marginalização e a exclusão social estão geralmente associadas ao racismo e sexismo e o reconhecimento da discriminação múltipla ou agravada em virtude do gênero, idade, classe social,origem nacional,orientação sexual, deficiência física ou mental, estado de saúde, credo religioso ou qualquer outra condição suscetível de discriminação.

A QUESTÃO CULTURAL

AUTORA: PROFª JACY PROENÇA - DIR.GERAL FJM-MT

Um partido que se pretende ser propositor e condutor de um projeto político para o Brasil com bases socialistas, necessariamente terá que refletir e elaborar a cerca de questões que não são apenas importantes, mas essenciais como a cultura sob a ótica de gênero e etnias, já que se sabe que o sexismo e racismo são uns dos pilares que dão sustentação ao capitalismo, portanto,à exclusão, à dominação, à exploração da maioria da população que é constituída por mulheres e negr@s.

CULTURAS, ETNIAS E GÊNERO

Para tratar dessa temática, partiremos do pressuposto de que vivemos numa sociedade multiracial, pluriétnica, multicultural, multilinguistica, pluralista e que entendemos cultura como conjunto de valores, crenças, costumes, ritos, práticas, idéias, regras, relações de trabalho, relações com as diferenças, de uns com os outros que se transmitem de geração em geração e que se produz e reproduz com o passar do tempo.

Em se tratando de Governo, inclui-se também, o conjunto de ações

desencadeadas com aplicação de recursos, de modo que levem ao compartilhar do fruto dessas relações.

Enfim, que cultura é a forma que vemos, sentimos, expressamos, nos colocamos e intervimos no mundo.

Só que esse mundo é um mundo globalizado, de novos tempos e tempos, modernizado, informatizado, robotizado; é um mundo racista, sexista e outras coisas mais que utiliza das diferenças dos que o compõe para instaurar e perpetuar com a desigualdade.

Se olharmos atentamente uns aos outros, notaremos as características de cada um,uma. Por uma ótica, somos tod@s iguais enquanto existência humana, mas por outra, somos tão diferentes, enquanto seres uno que somos- cada um, uma com aspirações, desejos, sonhos, ideais, utopias, concepções, traços diferentes, num mundo onde a única certeza é uma série de incertezas, onde tudo poderia ser de outro modo, mas as coisas são tão bem conectadas dessa maneira que nos foge do controle e na maioria das vezes da compreensão, exigindo,por sua vez, um novo modo de governar, preocupado não só com o indivíduo,para poder governá-lo, mas também com a totalidade, que dá sentido de comunidade (governar para todos, todos são iguais), necessitando assim, de um certo saber para efeitos de poder, de domínio político. Todo saber, portanto, é político, processo de sentidos, a fim de constituir enunciados que expressam verdades cientificamente aceitáveis.

O que nós socialistas questionamos é exatamente essa verdade colocada, por esta ser condição de formação do capitalismo.

Nesse sentido, o problema, podemos dizer, não reside em apenas trabalharmos e mudarmos consciência das pessoas, mas, concomitante a ela, mudarmos o regime político, econômico, institucional que produz verdades e as legitimam, através das normas, dos padrões.

E frente a heterogeneidade do humano, a norma está em luta constante,por não poder falar do que ela fala que são as diferenças e é exatamente aí que o preconceito, a discriminação se instalam, pois diante da norma, da regra, do padrão, a diferença expressa um modo de operar das práticas raciais e sexistas.

Portanto, negro e branco, homem e mulher, feio e bonito, civilizado e selvagem, inteligente ou retardado, capaz ou incapaz, são formas historicamente construídas e que a experimentação da diferença não é apenas uma questão do âmbito das paixões individuais, mas é uma questão política(que conduz alguém a dizer,por exemplo, que odeia negro, mulher é menos capaz, índio é preguiçoso, idoso é inútil, política é para homens, etc), que implica em apropriações sensíveis, conceituais, formas estéticas e éticas,porque, na sociedade atual, quem define as normas, as medidas GOVERNA.

Daí ressaltar a importância da educação e dos educadores, tanto do espaço privado da família quanto do espaço público da escola, já que introduzem cada ser humano na diversidade da cultura; mediam e cuidam para que o velho mundo seja levado em consideração por aquele que chega com a novidade e o desafio, fazendo com que algo permaneça num mundo onde tudo tende a desaparição.

E o que tem sido feito pelos educadores da família e do sistema de ensino,pelos

Governantes em relação a diversidade étnica e o pluralismo cultural, no sentido do fortalecimento , dignidade e identidade humana? Têm sido agentes transformadores ou continuam praticando a cultura imposta pelos dominadores, pelo capital, sem levar em conta que todos têm direito de viver a sua vida do seu modo e de ver o mundo diferente?

Nesse sentido, nos dirigirmos a um índio vestido com roupas iguais as nossas com um "quando você era índio", denota visão esteriotipada de que é índio só se estiver pelado, pintado e de cocar; que o reivindicar da demarcação das reservas é exagero, ignorando que para índio a natureza, a terra, como o terreiro de candomblé é para negr@s e branc@s praticantes, santuários sagrados(da mesma forma que a igreja é para os católicos), mas que cujos espaços e religiões sempre sofreram discriminações e perseguições da polícia e também no nível ideológico, quando mensagens racistas e mentirosas são veiculadas pela mídia criando um conceito de imagens fraudulentas junto ao imaginário social.

Particularmente contra a cultura afro-descendente várias intolerâncias se registram, ao longo da nossa história, em relação a capoeira, ao samba, ao bumba-meu-boi,, ao zabumba no Maranhão, ao cururu e siriri no Mato Grosso, onde traduzem o perfil de uma sociedade autoritária e perversa que não respeita, não tolera as expressões dos denominados diferentes.

As políticas, no compasso dessa tal modernidade, em nome de um desenvolvimento, vão empurrando as culturas afro-descendente e indígena para o isolamento e a extinção, já que a base delas se processa na territorialidade e na especialidade da natureza, principalmente no tocante a religião.

O povo se identifica, se alegra e se reconhece nas expressões culturais de origem africana, indígena e européia, que muitas vezes são incorporadas à vida cotidiana, mas a questão é a depreciação do povo negro, indígena, não reconhecendo o sentido do real significado do conteúdo filosófico relacionado à vida, à espiritualidade, a natureza, à relação entre as pessoas, à história da comunidade, o que constitui uma forma de desconhecimento que é proposital, revestido de uma série de preconceitos, discriminações, de negação de uma civilização tradicional que deu origem à humanidade.

Esse processo de construção de identidade pessoal, nacional precisa de interferências, de Políticas de Ação Afirmativa, de projetos educacionais no sentido de apoiar, incentivar, subsidiar essas relações com a sociedade, essas construções pessoais, esse fortalecimento do ser, definidor de segurança interior, auto - confiança, reconhecimento, geradores de auto-estima, do gostar de si mesmo, apreciar-se, estar certo de sua cor, de seu lugar social, sua inteligência, seu desempenho, sua diferença étnica, encarando a diferença como riqueza e não como inferioridade.

O pleno exercício da democracia raramente tem sido associada à necessidade de construirmos um país sem discriminação, que saiba antes de tudo promover a igualdade e respeitar as diferenças.

Não poderemos nos auto-afirmar em nação democrática, enquanto não se estabelecer compromisso efetivo e contínuo pela eliminação das barreiras da discriminação racial e sexista.

As perspectivas da consolidação de um projeto e governo democráticos, socialistas dependem do grau de extensão da garantia de direitos e o exercício de cidadania de sua população, onde nenhuma parte pode ser excluída.

Entender isto como princípio básico exigi medidas especiais que precisam ser adotadas e implementadas, não como privilégios, mas como garantia da promoção da igualdade.

Com base no exposto, propomos:

1 - Garantir o desenvolvimento de programas que assegurem a igualdade de oportunidades e tratamentos nas políticas culturais da União, Estados e Municípios, tanto no que se refere ao fomento cultural, quanto a preservação da memória de modo a dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo afro-descendente e indígena.

2 - Assegurar a inclusão no Plano de Direitos Humanos da proposição de legislação que defina e puna a intolerância étnico-religiosa, assim como os preconceitos e esteriótipos que estigmatizam conteúdos e as religiões de base africana e indígena, de modo a dar cumprimento ao preceito constitucional que assegura o livre exercício da fé.

3 - Incentivar a formação de Grupos de Trabalho para elaboração de propostas de material didático não racista, nem sexista com respeito às diferenças culturais e com extensão à comunidade.

4 - Constituir Equipe de Trabalho com militantes do partido do movimento negro, indiginista e feminista para avaliar todas as peças publicitárias do nosso candidato e depois Presidente da República, evitando assim, a veiculação de qualquer conteúdo discriminatório.

5 - Instituir Campanha Oficial Permanente sobre a necessidade de abolir a discriminação étnica e de gênero.

6 - Compor espaços de poder de forma a atingir maior equilíbrio entre os sexos e raças.

7 - Instalar espaços públicos para desenvolvimento de atividades culturais diversas, como parte de formação,lazer e direito à cidadania.

8 - Instituir Grupo de Trabalho vinculado à Presidência da República, de modo a pensar e elaborar Políticas de Ação Afirmativa articuladas com os movimentos sociais e os Ministérios.

9 - Promover a inclusão de assuntos afro-descendente e indígena nos currículos escolares de todos os níveis e a formação de Recursos Humanos para que consigam trabalhar tais conteúdos.

10 - Difundir, através dos meios de comunicação, os valores da diversidade, tolerância, pluralismo, sensibilidade cultural, na perspectiva de gênero e da contribuição de todos os grupos raciais.

11 - Destinar recurso orçamentário de modo a garantir execução de Políticas Públicas que venham atender prioritariamente a população afro-descendente, indígena e mulheres.

12 - Instituir o Dia 20 de Novembro como Feriado Nacional como reconhecimento, valorização, respeito ao grande Herói Negro- ZUMBI DOS PALMARES e a toda população afro-descendente.

13 - Apoiar todas as organizações dos movimentos sociais, em especial o Movimento Quilombista, Feminista e Sindical, existentes no partido.

14 - Promover estratégias, programas e políticas de ação afirmativa para repartir de forma eqüitativa os benefícios do desenvolvimento econômico e cultural.

15 - Reconhecer e titularizar a quem de direito todas as áreas Remanescente de Quilombo.

16 - Implementar as propostas decorrentes da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Outras Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban- África do Sul/2001.

Obs: Este tema desenvolvi quase que em sua totalidade como painelista no Congresso do PSB no Rio Grande do Sul em 27/10. Meus sinceros agradecimentos pela 1ª oportunidade no meu partido e por terem, de certa forma, me forçado a esta produção.

No sentido da construção de uma política tecnológica para o Brasil

José Antônio Vale Antunes Junior – PSB Porto Alegre

I. INTRODUÇÃO

No atual contexto da realidade brasileira é necessário pensar a construção de uma Política Tecnológica consonante com a necessidade de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental harmônico do país. Este texto aborda sucintamente algumas questões que podem contribuir neste debate. Ele é dividido em 4 partes que são: i) O Contexto Econômico e Social e a Competitividade do país hoje – breves considerações; ii) Algumas perguntas essenciais que ligam a discussão sobre a problemática do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do país e a Política Tecnológica e Científica no país; iii) Os conceitos básicos de Tecnologia, Ciência Aplicada e Ciência Básica; iv) No sentido da construção de alguns Eixos Gerais de Ação em Termos de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental.

II. O CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL E A COMPETITIVIDADE DO PAÍS HOJE – BREVES CONSIDERAÇÕES

O Brasil é um país de imensas potencialidade no que tange ao Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. É, hoje, uma das maiores Economias do Mundo. Porém, suas condição de Competitividade estão muito aquém de suas potencialidade. O mesmo ocorre se tomarmos como referências as condições de desigualdade social que cresce a olhos vistos no Brasil.

No que tange a Competitividade uma abordagem interessante consiste em observar um Relatório independente recente do Fórum Econômico Mundial intitulado de "The Global Competitiveness Report 2001" (Jornal do Comércio, 19 de Outubro de 2001". Este relatório elaborou um ranking das Economias mais competitivas do mundo baseado em três critérios básicos: i) Nível de Desenvolvimento Tecnológico; ii) Qualidade das Instituições Públicas; iii) Condições Macroeconômicos. Este Relatório coloca o Brasil na posição de número 44 no Mundo

no ano – uma posição melhor do que os resultados de 2000. Quais seriam as razões de desempenho tão frágil se analisar-se a ampla potencialidade do país? Embora as causas sejam muitos, cabe trabalhar a importante questão do Nível de Desenvolvimento Tecnológico do País.

Uma pista importante para este debate é sugerido no artigo "Estratégias Industriais: Sobrevida ou Inflexão" escrito por Antonio Barros de Castro e Adriano Proença. Neste artigo é discutido a importante questão da geração de valor das diversas funções empresariais. O texto evidencia que a agregação de valor no âmbito da realidade industrial está profundamente relacionada com tópicos tais como: i) Design e Desenvolvimento de Produtos; ii) Gestão da Marca, Marketing e Logística. A Função Empresarial que menos produz valor é a Função Produção em si. A Divisão Internacional de trabalho pauta-se, entre outras tópicos, pela compreensão deste processo de agregação de valor. Um exemplo claro pode ser encontrado na Cadeia Produtiva de Couro e Calçados. Em grandes linhas o Design é concebido na Itália, a Marca do Produto e seus protótipos iniciais é realizado nos Estados Unidos, a Fabricação é repassadas para países 'em desenvolvimento', por exemplo, o Brasil, e posteriormente a Cadeia de Distribuição é coordenada pelo EUA. Ou seja, a agregação de valor capitalista dá-se no Design/Produto/Marca e nos Canais de Distribuição restanto aos países que produzem os Calçados. Este tipo de situação é particularmente importante quando fala-se em Nível de Desenvolvimento Tecnológico.

Outro ponto importante consiste em perceber a importância que determinados segmentos tem para a agregação de valor na Economia como, por exemplo, a área de informática. Neste caso, o país tornou-se nos últimos anos um importador clássico de tecnologia. Os gastos com os itens "licença para exploração de patentes", "transferência de tecnologia" e os softwares cresceram nos últimos anos. Exemplificando, entre 1993 e 1999 a nossa exportação destes itens, caracterizando um claro deficit tecnológico, foi de US$ 1,5 bilhão em 1997 e US$ 3,4 bilhões acumulados durante o primeiro Governo FHC (93-97). Outro indicador importante da nossa dependência tecnológica refere-se a análise dos números associados as chamadas patentes tecnológicas. Por exemplo, em 1997 foram outorgados para os brasileiros um total de 232 patentes, metade do que haviamos obtidos no ano de 1990. Contra estes números brasileiros, a maior parte obtidos pela PETROBRÁS, os EUA produzem ao redor de 50.000 patentes/ano e países como a Coréia 1.500 patentes/ano. Ou seja, ao invés de exportarmos nossa capacidade em termos de alta tecnologia temos uma pauta internacional profundamente deficitária. A Política do Governo FHC contínua a mesma atualmente. Os setores privilegiados pelo chamado 'Ministério do Desenvolvimento' são no ano de 2001 ligados a setores tradicionais da Economia. Os setores privilegiados são: Alimentos, Frutas, Café, Cachaça, Carnes, Calçados e Couro, Móveis, Têxtil, Cosméticos, Cerâmica, Autopeças, Máquinas e Turismo. Ou seja, a política do Governo FHC pauta sua lógica na exportação de produtos primário e de produtos secundários de baixo valor agregado. Podemos exportar este tipo de produtos por nossas vantagens comparativas, mas este seria o caminho a ser perseguido olhando para a realidade do Século XXI em termos das pautas das exportações.

Além dos pontos apresentados acima torna-se desnecessário discutir a desigualdade existente em termos da distribuição de renda. Por exemplo, no Brasil em uma mesma Empresa, pode-se ter uma diferença salarial da ordem de 1:50 entre os salários mais altos e os salários mais baixos. Além disso, existe uma parcela substantiva da população brasileira encontra-se completamente excluída do mercado de trabalho. Ou seja, temos um número de clientes e consumidores muito inferior aos cidadãos brasileiros. Sendo assim, o país precisa urgentemente incluir parcela consideráveis da população no seu mercado interno. Tópicos como estes necessitam ser imediatamente tratados na profundidade necessária. Quais rumos tomar neste sentido. Esta é uma questão prática a ser enfrentada em profundidade pelo Partido Socialista Brasileiro. Para isso, algumas perguntas parecem necessárias de serem formuladas.

III. ALGUMAS QUESTÕES ESSENCIAIS QUE LIGAM A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO BRASILE A POLÍTICA TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA NO PAÍS

A partir das consideração feitas anteriormente algumas questões parecem necessárias de serem formuladas. Elas são:

1.) Quais são as estratégias centrais a serem formuladas visando o crescimento do país - com a geração de um forte e sólido mercado interno – concomitantemente com a redistribuição da Empresa gerada?

2.) Qual o papel da Tecnologia e da Ciência no País visando suportar as Políticas de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental traçadas no item anterior?

3.) Como construir de forma processual uma Política de Tecnologia e Ciência para o país consonante com a geração de um Mercado Interno de Massas com Redistribuição de Renda?

Estas perguntas não são simples de responder, porém, provavelmente, tenham a capacidade de permitir a formulação de um debate estimulante e pragmático sobre o tema. A compreensão dos conceitos de tecnologia, ciência aplicada e ciência básica podem auxiliar neste sentido.

IV. OS CONCEITOS BÁSICOS DE PESQUISA DE CUNHO TECNOLÓGICO, CIÊNCIA APLICADA E PESQUISA BÁSICA

É essencial para estabelecer políticas de Tecnologia e Ciência compatíveis com o desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Sustentável do país, revisitar alguns conceitos básicos em termos de Ciência e Tecnologia, quais sejam: i) Pesquisa Básica; ii) Pesquisa Aplicada e iii) Pesquisa de cunho Tecnológico;

A Pesquisa Básica constitui-se na fonte de conhecimento básico sobre os fenômenos que ocorrem no Mundo real, em particular no âmbito da natureza. Este tipo de conhecimento, embora possa apresentar algumas características de cunho local muito importantes, é passível de ser gerado por pesquisadores básicos localizados em diferentes partes do mundo e têm um forte caráter de universali-

dade. De maneira geral, sua materialização em termos de divulgação encontra-se na produção de artigos técnicos que são publicados em revistas internacionais fortemente especializadas nas diversas áreas do conhecimento. No campo da Ciência Básica, em termos teóricos, os paradigmas dominantes e vigentes determinam claramente os atores que serão prestigiados em termos dos apoios financeiros que lhe são atribuídos. Finalmente, há que ressaltar que boa parte da capacitação essencial em termos do desenvolvimento dos Recursos Humanos qualificados têm por base os aspectos fundamentais 'descobertos' através da construção sistemática do conhecimento através da Ciência Básica. De maneira geral, a Ciência Básica é desenvolvida nas Universidades, podendo cumprir um papel fundamental na formação de recursos humanos qualificados, que possam suportar e alicerçar o desenvolvimento científico e tecnológico de uma sociedade.

A Pesquisa Aplicada apresenta características bem distintas da Pesquisa Básica. A Pesquisa Aplicada pode ser percebida a partir da utilização de todo o tipo de conhecimento disponível e criado a partir da Ciência Básica, com o intuito de verificar a possibilidade de desenvolver aplicações práticas objetivas que possam ser, pelo menos do ponto-de-vista da probabilidade, aplicados em termos do desenvolvimento de produtos e serviços. Neste sentido, a pesquisa aplicada não gera conhecimento original no que tange a compreensão dos fenômenos da natureza, mas sim se utiliza dos mesmos para a geração de conhecimento que possa ter utilidade do ponto-de-vista da sociedade. A materialização dos conhecimentos gerados em termos de ciência aplicada admite tanto a publicação de artigos técnicos em revistas especializadas, como também a geração das chamada 'patentes'[1] e por conseqüência a propriedade intelectual. A inclinação para os pesquisadores aplicados adotarem como resultados de seus trabalhos a publicação em revistas especializados ou as patentes industriais depende diretamente da política de Ciência e Tecnologia adotada nos diferentes países. Este processo é materializado em termos dos Indicadores de Desempenho utilizados e sua efetivação se dá através do financiamento destes tipos de pesquisa. A pesquisa aplicada, de maneira geral, é desenvolvida ou nas Universidades – por exemplo nas Escolas de Engenharias, Agronomia, Informática etc. ou em Centros/Instituições de Pesquisa específicas

A Pesquisa Tecnológica é uma variante da pesquisa aplicada e têm como eixo a intencionalidade de gerar produtos e serviços. Neste caso, é importante o contexto local envolvido tanto em termos técnico-econômicos, como do prisma cultural e do poder. Este tipo de pesquisa privilegia os fatores de produção local e está diretamente relacionada com a lógica da chamada 'Inovação Tecnológica', que objetiva a inovação de produtos, serviços, processos de fabricação e sistemas a partir de um prisma eminentemente social e econômico. Neste caso, a materialização dos resultados encontra-se diretamente vinculadas à sua aplicação

[1] Importante observar que no caso brasileiro privilegia-se enormemente a medição dos resultados obtidos pelos pesquisadores em termos da publicação de artigos técnicos em detrimento da produção de patentes e outras formas de aplicação do conhecimento. Isto parece derivar, pelo menos em parte, da falta de compreensão das diferenças teóricas entre o conteúdo da produção de ciência básica e ciência aplicada, usando como parâmetro universal os conceitos derivados da ciência básica.

prática e, em termos internacionais, encontra-se relacionada com a problemática da propriedade industrial. Evidentemente, a intencionalidade da produção da pesquisa tecnológica é fortemente potencializada pela Política Industrial e pela Política de Tecnologia e Ciência propostas no âmbito dos países, bem como de seus Estados constitutivos. Dependendo da política econômica e industrial adotada ter-se-ão definições quanto a capacidade e o tipo de produção endógena em termos de pesquisa tecnológica, ou se estas propriedades tecnológicas serão adquiridas exogenamente no mercado internacional. É preciso perceber que a produção endógena de pesquisa tecnológica está na sua maior parte associadas com políticas industrial e de ciência e tecnologia explícitas ou implícitas. É muito difícil que as atividades exógenas se desenvolvam nos países, sem que se criem condições propícias para que isto possa vir a ocorrer. A pesquisa tecnológica deveria ser realizada em Centros/Instituições de Pesquisa e, de maneira prioritária nas Empresas sejam elas públicas ou privadas.

Um ponto importante de perceber é que a pesquisa tecnológica pode ser muito potencializada a partir da montagem de 'fábricas de produção de tecnologia', que necessariamente devem fazer a 'ponte' entre o conhecimento gerado nas Universidades locais e internacionais e a utilização concreta e objetiva dos mesmos no plano da inovação voltadas para o Desenvolvimento Econômico e a melhoria global da sociedade.

Um ponto importante de perceber a partir dos conceitos desenvolvidos anteriormente refere-se a necessidade de compreender as diferenças essenciais em termos da relação entre a tecnologia e a ciência. A geração de tecnologia enquanto implementação de uma 'política de inovação tecnológica' depende de uma construção e estruturação 'complexas', na medida em que os atores envolvidos são múltiplos e com culturas e interesses diferenciados, e têm uma lógica fortemente baseada na utilização intensiva de todo e qualquer conhecimento já disponível na sociedade. Porém a concepção da 'inovação tecnológica' é vital na medida em que são definidos os fatores de produção que serão utilizados na mesma – capital, trabalho, energia e o tipo de conhecimento envolvido. Sendo assim, é na concepção da inovação tecnológica, tanto em termos do poder, como da cultura e dos aspectos técnico-econômicos e energéticos, que será definido a possibilidade ou não da geração de um Desenvolvimento Industrial, Agro-Industrial e Agrícola autônomo e Auto-sustentável. Portanto, desenvolvimento tecnológico só adquirirá uma característica de autonomia e auto-sustentabilidade se for pensado e aplicado de forma endógena. Importante perceber que não se trata de utilizar todos os elementos que compõe por exemplo um 'pacote tecnológico' desenvolvido no Brasil. Mas sim de deter a 'hegemonia' na concepção do mesmo, o que garantirá a maximização econômica e social dos diversos fatores de produção envolvidos a partir de uma ótica regional e nacional. Ou seja, é na definição do 'pacote tecnológico local' e de suas implicações que será, na prática, instituída a Divisão do Trabalho em termos de todos os aspectos envolvidos na produção.

Um outro ponto importante na pauta de discussões consiste em explicitar se é verdadeiro ou falso o dilema envolvido no processo de aplicação de recursos entre a pesquisa básica de um lado e as pesquisas aplicadas e tecnológicas de

outro? Ou seja, priorizar a aplicação em tecnologia de maneira particular, e em 'pacotes tecnológicos locais' de forma mais geral, implica na redução dos esforços a serem efetivados em termos da Ciência Básica e Aplicada? Produzem os mesmos resultados sociais e econômicos para as regiões e os países trajetórias tecnológicas do tipo:

i) Iniciar com a geração de uma forte ciência básica como fonte intelectual para avanços futuros, seguidos de uma posterior formulação de pesquisa aplicada com base nesta ciência básica gerada e posteriormente o estabelecimento de uma pesquisa tecnológica forte – Estratégia que aqui denominamos de Pesquisa Básica Empurrada;

ii) Priorizar a formulação de 'pacotes tecnológicos locais' enraizados em uma lógica de desenvolvimento autônomo e auto-sustentável, que necessitarão de um conjunto de atividades em termos de pesquisa tecnológica, aplicada e básica – Estratégia que aqui denominamos de Tecnologia Puxada. Qual a conexão mais aceitável, em termos de financiamento e resultados econômicos e sociais, de causa e efeito existente entre tecnologia e ciência básica e aplicada?

Explorar o caso brasileiro parece ser um bom caminho para o encaminhamento de reflexões acerca das questões acima levantadas. Retomando os tópicos apresentados anteriormente, segundo Nicolsky (FSP 01.01.99), os gastos com os ítens 'licença para a exploração de patentes' cresceram, no período de 1993 à 1999, 100 vezes, os de 'transferência de tecnologia', 20 vezes, e os de software, oito vezes. Além disso, em 1997, foram outorgados para brasileiros um total de 232 patentes, metade do que obtivemos nos anos 1990 e um valor muito baixo em relação a países como Coréia, Japão, EUA. Sendo assim, um dos produtos objetivos da Política de Ciência e Tecnologia desenvolvida no Brasil nos últimos anos caracterizou-se por um 'deficit no balanço tecnológico'. Torna-se, portanto, necessário perceber que o país vêm sofrendo uma crescente onda de aquisição de tecnologias desenvolvidas no exterior. No entanto, no período de 1980 até 1997, o Brasil teve um crescimento de 3 vezes no que tange a publicações em revistas técnicas especializadas indexadas internacionalmente. Pode-se observar com clareza que o fato de termos aumentados as publicações internacionais não demonstra nenhuma relação direta com a redução de nossa dependência de tecnologia exógena.[2] Ou seja, no Brasil têm-se um caso típico de 'pesquisa básica e aplicada empurrada', onde os resultados econômicos e sociais obtidos são, no mínimo, questionáveis. Por sua vez países que, nos últimos anos, investiram em Ciência e Tecnologia com um forte viés no componente tecnológico tiveram resultados muito distintos. Por exemplo a Coréia que nos últimos anos vêm obtendo um grande crescimento em termos da geração de patentes industriais e no seu desenvolvimento econômico, aumentaram de 1980 a 1997 em 44 vezes a suas publicações em revistas internacionais especializadas e indexadas. É um exemplo típico de uma

[2] Isto, é evidente, não significa que deve-se reduzir os dispêndios com Ciência e Tecnologia, fragilizando assim os grupos fortes existentes no país. Significa apenas que deve-se refletir para procurar caminhos de utilização mais eficaz destes grupos para a melhoria objetiva das condições de vida dos brasileiros.

estratégia do tipo 'tecnologia puxada' que demonstra que o aumento da produção de tecnologia, ao invés de competir com a produção de pesquisa científica e aplicada, promove a geração e a utilização intensiva das mesmas ativando assim todo o aparato científico instalado no país. A conclusão preliminar a ser tirada é simples: parece que a relação de causa e efeito entre a ciência e a tecnologia é que países fortemente voltados ao desenvolvimento tecnológico endó-geno, produzem uma pesquisa básica e aplicada de mais quantidade, de maior qualidade e de maior importância/relevância econômica e social para o seu povo.

A partir das reflexões apresentadas acima, pode-se perfeitamente propor que a promoção de um desenvolvimento autônomo e autosustentável no país tenha alguns elementos básicos de referência a serem levados em consideração que são:

➢ A autonomia e a auto-sustentabilidade da região/país pressupõe a vontade política dos atores envolvidos de buscar soluções economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justa[3]. Em especial deve-se promover esforços tendo como objetivo fim um tipo de desenvolvimento econômico e social aproveitável de forma ampla pela maioria da população;

➢ Em todos as ações realizadas ter como ponto central a preocupação e a consciência aguçada para todos os fatores que envolvem as questões sociais e ecológicas;

➢ A impossibilidade/dificuldade de concretizar a autonomia e a auto-sustentabilidade sem a formulação de uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia consonante com a formulação mais ampla de uma Política Industrial e Agrícola para o país (Villaverde, Jornal do Brasil, 22.04.99).

➢ Reconhecer que a formulação da Política Nacional de Tecnologia e Ciência pressupõe a participação de um conjunto amplo de atores - Governos Federal e Estaduais, Empresas, Universidades, Centros de Pesquisa, Sindicatos dos Trabalhadores - que tenham como ótica básica modificar gradualmente, porém de forma firme, as relações de dependência que o país mantêm na atual ordem econômica internacional;

➢ A necessidade da concepção de 'pacotes tecnológicos locais' que tenham como centralidade a valorização dos recursos/fatores de produção locais, incluindo aí os aspectos relativos ao capital, trabalho, energia e conhecimentos disponíveis na região e no país;

➢ O estabelecimento de laços concretos entre a as pesquisas básica, aplicadas e tecnológicas que reconheça enquanto elemento estratégico central uma lógica do tipo 'tecnologia puxada', onde o paradigma da Inovação Tecnológica encaminhe uma geração e utilização cada vez mais intensiva da pesquisa básica e aplicada desenvolvida no país;

➢ A necessidade de alterar ou mesmo criar os parâmetros de avaliação atualmente adotados para mensurar as pesquisas realizadas no país, em particular

[3] Como diz Treillon (1992) "a valorização dos recursos locais representa um desafio político".

das pesquisas do tipo aplicada e tecnológica. É necessário estabelecer novos critérios que tenham como base modificar de forma rigorosa a atual hierarquia dos assuntos tratados na academia onde o desenvolvimento de temas locais ou regionais é avaliado como inferior a 'produção universalista' com foco único nas publicações científicas em revistas internacionais especializadas (Thiollent, 1994);

➢ A necessidade de desenvolver um conjunto de ações para a criação de uma nova epistemologia e de novos paradigmas que levem em conta todos os elementos centrais ligados a questão ambiental e social entre os quais pode-se citar: i) Ajuda mútua e cooperação; ii) visão de sistema ambiental; iii) formação de recursos humanos a partir de uma ótica que privilegia a interdisciplinaridade; iv) formas cooperativas de produção; v) incorporação do fator limitação dos combustíveis não renováveis enquanto elemento central na visão econômica a ser desenvolvida[4]; vi) ter como referência básica a construção social permanente da cidadania.

➢ A necessidade de construir uma nova economia no país onde, de forma crescente e contínua, sejam criadas um conjunto de novas Empresas embasadas na lógica da utilização de nossos imensos recursos naturais renováveis e que tenham como eixo central o máximo aproveitamento de nossa biomassa.

V.) NO SENTIDO DA CONSTRUÇÃO DE ALGUNS EIXOS GERAIS DE AÇÃO EM TERMOS DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Como já discutido anteriormente a idéia básica desta formulação inicial consiste em propor a construção de uma Política de Tecnologia e, também, uma Política Científica que possa ser legitimada no âmbito da Sociedade Civil brasileira em virtude do fato de que estas políticas possam auxiliar na geração, de forma objetiva e pragmática, de um desenvolvimento econômico com justiça social. Para isso a seguir apresenta-se, de forma sucinta, um conjunto de Eixos possíveis de ação. Estes Eixos devem ser considerados como proposições para discussão com atores mais amplos da Sociedade Civil brasileira.

Eixo I – Construção de um conjunto de Políticas Públicas visando incentivar ações em termos de áreas de Elevado Conteúdo Tecnológico.

É preciso modificar no médio e longo prazo a dependência que temos em termos do "deficit no balanço tecnológico do país". Isto implica em propor um conjunto de ações práticas em termos das cadeias produtivas ligadas a Informática (em particular, questões associadas a Software), Microeletrônica etc... Também, neste tópico deve-se incentivar Cadeias Produtivas importante para o país como, por exemplo, a Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás. É uma função essencial dos

[4] Não é razoável nesta nova epistemologia imaginar que o problema ambiental possa vir a ser tratado como uma mera internalização nos temas econômicos tradicionais.

Governos dos Estados e do Governo Federal incentivar de forma objetiva que os pacotes de Fornecimento da Indústria de Petróleo e Gás sejam feitos por Empresas Nacionais ou, no mínimo, de Empresas instaladas no país. Um dos exemplos práticos deste tipo de política é a formação da REDE PETRO/RS que consiste em uma articulação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Empresas, Universidades, Centros de Pesquisa etc... que tem a missão de promover e fortalecer a base tecnológica local de Fornecedores de Bens e Serviços para o setor de Petróleo e Gás Natural. O sentido destas ações é que o Poder Público estimule e articule uma aproximação da qualificada base industrial e de serviços do Estado do RS com as Universidades e Centros de Pesquisa do Estado do RS com objetivos claros de ampliar sua participação no Fornecimento da Rede de Petróleo e Gás do país. Atualmente, a REDE PETRO/RS congrega mais de 100 Empresas e 70 laboratórios de Universidades e Centros de Pesquisa do RS.

Eixo II – Construção de Políticas na área de Tecnologia para avançar Setores Tradicionais da Economia e da Sociedade

A idéia consiste em aumentar a agregação de valor em Cadeias Produtivas tradicionais. Por exemplo, aumentar a agregação de valor na Cadeia Logística no Setor Coureiro-Calçadista e Agro-Industrial através de ações na área de Design, Inovação de Produtos, Política de Marcas e Cadeias de Distribuição. Evidentemente, isto implica em avançar um conjunto de práticas em termos de Tecnologia de Gestão apropriada para a gestão de Cadeias Produtivas complexas. Outro ponto importante neste eixo consiste em gerar um conjunto de políticas públicas visando alavancar ações de desenvolvimento microregional no país (Ex. Programa de Pólos de Modernização Tecnológica no RS);

;

Eixo III – Ações na área de Tecnologia Apropriada visando melhorias objetivas na área Social

A idéia básica consiste em gerar um conjunto de ações visando melhorar a qualidade e reduzir os custos em áreas de relevância social e econômica para a sociedade brasileira. Como exemplo de ações possíveis neste Eixo pode-se citar:

· Geração de um conjunto de Inovações em termos de Tecnologia Física e Social (Métodos de Gestão) visando reduzir drasticamente os custos da Construção Civil para a fabricação de Habitações Populares no Brasil;

· Incrementar uma política de tecnologia visando reduzir os custos ligados a produção e comercialização de alimentos no país;

· Geração de Inovações no âmbito da Gestão e de Tecnologia Física apropriadas para melhorar a Saúde Pública no país.

Eixo IV – Ações no sentido de suportar a geração de uma Nova Economia ligada ao Ambiente

Hoje existe toda uma potencialidade de gerar uma Nova Economia ligada ao ambiente. Isto implica, pôr exemplo: i) em utilizar nossas imensas potencialidades na Amazônia para a geração de um conjunto de novas Empresas ecologicamente sustentáveis; ii) avançar a utilização do potencial da Biomassa como fonte renovável de energia (ampliando substancialmente as ações tomadas no passado no chamado Programa Nacional do Álcool). No Século XXI abre-se uma imensa potencialidade neste sentido e o Brasil detêm condições naturais para avançar muito nesta temática. No entanto, é necessário avançar 'fábricas de tecnologia' nacionais ligadas a questão ambiental. Para isso, a base científica em termos da biologia é essencial;

Eixo V – Ações no sentido de acumular experiência e ação na área de Tecnologia Social e de Gestão

Neste caso, a idéia básica relaciona-se com dois tópicos básicos:

· Melhoria de Tecnologia de Gestão com Foco nas Empresas Públicas e Privadas – pode-se observar, como no caso do Japão, que existe uma grande potencialidade de melhorar substancialmente o desempenho econômico-financeiro das Empresas através da melhoria das Tecnologias de Gestão adotadas. Isto implica em avançar os elementos de Gestão modernos relacionados com o chamado 'Pensamento Sistêmico';

· Melhorias de Tecnologia de Gestão na Área Pública – É necessário apropriar-se e avançar em Modelos de Gestão apropriados para a Gestão Pública em todos os níveis (Empresa Públicas, Políticas Públicas etc...). Por exemplo, isto implica em: i) retomar e avançar os trabalhos sobre Planejamento Estratégico Situacional (Carlos Matus/Partido Socialista Chileno); ii) adotar os princípios, conceitos e técnicas ligadas ao Pensamento Sistêmico relacionado a Gestão de problemas complexos na área pública; iii) avançar a discussão sobre temas de gestão associados a Cooperativas e Autogestão.

Projeto real para transformação de uma economia virtual

Franklin Capistrano – Escritor, médico e vereador do PSB-Natal/RN

"Um povo que conhece o passado de seus sofrimentos e esperança está em melhores condições de refletir sobre o presente e de enfrentar o tempo que vem".

Gustavo Gutiérrez
In Teologia da Libertação

Este Congresso Estadual do Partido Socialista Brasileiro para o VIII Congresso Nacional permite, desde já, uma reflexão e aprofundamento do tema: **UM PROJETO PARA O BRASIL: desenvolvimento sustentável: Políticas integradas para um Brasil Socialista.**

Tal deliberação temática nos faculta ensejar um esboço ideológico que objetive contribuição, para que se possa desenvolver uma ação programática efetiva, capaz de desenvolver uma práxis partidária renovadora, a partir das bases do próprio Partido, para a implantação gradual e eletiva do programa de governo do PSB, como opção política de toda a nação brasileira, isto pela conquista transparente do voto, nos diversos níveis do pacto federativo. E este é o momento mais urgente para a construção de uma pedagogia da liberdade capaz de possibilitar a implantação de uma sociedade plural, ética em sua dimensão sócio-econômica, democrática, socialista, para o século que se inicia, respeitando-se, na medida das necessidades sociais, os limites da legalidade da constituição cidadã de 1988.

Obedecendo os princípios éticos partidários e expressando o ideário do Partido pelo conteúdo de seu Programa, vale registrar o pensamento socialista, do PSB, pelo manifesto e programa de reorganização partidária enunciado de acordo com a nova Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.06/95). Estes os instrumentos para a prática da vivência cotidiana ide partidária, caminho salutar para a organização dinâmica do partido e crescimento dos ideais socialista.

Para que se possa pensar num projeto de desenvolvimento sustentável e políticas integradas para um Brasil socialista, hoje, há que se repensar o conceito

de **DESENVOLVIMENTO,** considerar e analisar o manifesto e programa partidário à luz das modificações e acomodações cíclicas políticas, econômicas e sociais acontecidas desde o século passado e início deste século XXI. Pois o legado socialista, como prática ideológica partidária ou, também, como experiências administrativas gestoras de políticas públicas e/ou regimes governamentais, manifestaram-se e ainda, em alguns países, permanecem se manifestando, imersos em um mundo parcialmente dominado pela globalização predatória econômica desenfreada.

O programa partidário, na sua introdução, caracteriza a verdadeira face da sociedade atual como decorrente de um status econômico gerador de desordem e desigualdades sociais graves, multiplicadoras de toda ordem de exclusão da vida, principalmente para os trabalhadores, sub-trabalhadores e excluídos sociais. Assim, como diz o programa: "Considerando ainda, que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situarão fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral às soluções socialistas que se impuserem."

Assim, o lema **SOCIALISTA E LIBERDADE,** passou a orientar os princípios programáticos partidário em onze itens, desta forma enunciados-

I - O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro.

II - As peculiaridades nacionais serão pelo Partido consideradas, de modo a que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.

III - Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência necessária ao processo social, entende que as cisões provocadas por essa influência nos vários grupamentos partidários estão em grande parte superadas.

IV - O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.

V- O Partido não tem concepção filosófica da vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguirem nessa matéria, sua própria consciência.

VI - Com base no seu programa, o Partido desenvolverá sua ação no sentido de fazer proselitismo, sem prejuízo da liberdade de organização partidária, princípio que respeitará, uma vez alcançado o poder.

VII - O objetivo do Partido, no terreno econômico, é a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida do possível em que as condições do país a exigirem.

VIII - No terreno cultural o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceito e raça.

IX - O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.

X - O Partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos mormente os de suma importância, como a democratização da cultura e a saúde pública, se será possível mediante a execução integral de seu programa.

XI - O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos mas pelo de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou organizações paraestatais, servidores das profissões liberais, - pois os considera todos, identificado por interesses comuns. Não lhe é, por tudo isto, indiferente à defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.

Estes princípios pragmáticos doutrinários foram formulados já numa época de identificação e diagnóstico sócio-econômico do chamado tempo de globalização da economia. Os partidos socialistas viveram épocas de intolerância política, entre regimes ditatoriais tanto de esquerda radical, quanto de direita e natureza nazi-facista, em várias partes do mundo. Assim os socialistas do PSB atravessaram guerras setorizadas e mundial, inúmeras crises econômicas, períodos econômicos colonialistas e "desenvolvimentistas". E participaram de uma perseverante luta nacionalista pela preservação das riquezas nacionais, tais como a do petróleo é nosso, e, também, no duro tempo do imperialismo monopolista e cerceador das liberdades, espalhadas nos direitos humanos. Este aprendizado político foi mais sacrificado para a redemocratização do país, durante a abertura lenta, gradual e progressiva após o golpe militar de 64.

Mas, a atual recessão econômica mundial liderada, em tempo de globalização, pelo capital financeiro internacional, aponta para novas diretrizes de atuação, quanto o estabelecimento de políticas públicas e doutrinação partidária. Estabelecer programas de atuação em todas as frentes da militância e junto aos governos é a tarefa que se propõem para o melhor estudo e compreensão do fenômeno da globalização da economia, quando se sabe que o capital financeiro internacional tornou-se apátrida.

Analisando as questões de desenvolvimento, há que se fiscalizar a implementação de políticas públicas pelas ações do controle social, através da sociedade organizada e Ministério Público, e, analisar os meandros da financeirização do capital pela universalização do lucro, para se esboçar quaisquer projeto de desenvolvimento, conceituando-se o significado do que poder-se-ia chamar de desenvolvimento sustentável. Para tanto, necessário se faz compreender melhor a nova ordem mundial.

Celso Furtado, em ensaio sobre esta questão, denominado de: "O Capitalismo global" assim se expressa: "Já ninguém ignora a fantástica concentração de

poder que hoje se manifesta nos chamados mercados financeiros, que são dominados por atividades especulativas cambiais. Com o avanço da globalização, as Bolsas de Valores, são os mercados que apresentam as mais altas taxas de rentabilidade, pelo lucro do ágio dolarizado. Daí que a distribuição do lucro em escala mundial manifesta-se por ondas cíclicas crescentemente determinada por operações de caráter virtual, efetuadas na esfera financeira." A este fenômeno do capital financeiro internacional o economista e professor Celso Furtado chama de – **CAPITALISMO GLOBAL**. Esse sistema de poder mundial preocupa as outras economias do mundo, pelo o significado que nele terá a dolarização da vida.

Assim, pela mundialização da economia como ficarão os estados nacionais, numa economia imbricada, dependente de um capital volátil e indiferente àquele capital produtivo, gerador de riqueza, pelo trabalho proletário evidente, nos meios de produção? Somente através de políticas públicas, e mesmo privadas, direcionadas para o estabelecimento e concretização dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, é que poder-se-á chegar a efetivação prática de projetos para o desenvolvimento sustentável, uma vez que o meio ambiente, os meios de produção, os desajustes sociais e a economia nacional, todos reféns deste capitalismo global via FMI, parece tornar inviável quaisquer projetos que objetive, em primeiro lugar o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Mas, para mudanças, como afirma o economista Celso Furtado no trabalho citado: "Não tenhamos dúvida de que sempre existirá espaço para o exercício da vontade política, quando esta se manifesta com vigor adequado."

A crítica que se faz a uma era desenvolvimentista que emite sinais de paralisia e morte lenta agonizante está no manifesto anti-neoliberal, organizado por Wolfgang Sachs no "Dicionário do Desenvolvimento". Na introdução deste "Guia para o conhecimento como poder" a reflexão sobre os paradoxos do desenvolvimento inicia-se com a afirmativa de que: "Os últimos quarenta anos poderiam ser chamados de era do desenvolvimento. Uma era que está chegando ao fim. Esse é o momento adequado para se escrever o seu obituário." A filosofia do desenvolvimento foi alimentada pelas grandes potencias, mais para a manutenção de uma hegemonia além de quatro décadas.

O esforço, a necessidade imperiosa de países pobres, coloniais, subdesenvolvidos, emergentes, capitalistas pseudo-capitalista ou de pretensa economia socialista era direcionado para o caminho do modelo do DESENVOLVIMENTO. Ao passo e a medida que a falência do modelo desenvolvimentista foi acontecendo e a globalização do capital volátil se estabelecendo no mercado financeiro internacional o dinheiro, o papel moeda foi deixando a finalidade precípua de financiar o desenvolvimento de fontes e riqueza nacional. O desenvolvimento estagnado no tempo parou a produção e o mundo caiu num oceano de incertezas de dividendos de uma economia ante a agonia das fontes de produção sufocadas pela volatilidade do capital excessivo concentrador do ócio inibidor dos meios de produção e o capital estará decretada definitivamente a falência dos projetos de desenvolvimento sociais e econômicos, principalmente.

E é seguindo o raciocínio da mudança que, projetos vigorosos, centrados

na realidade sócio-econômica, que o país poderá sair desta encruzilhada neo-liberal cognominada de globalização da economia. A preocupação com a dívida social interna deveria superar a preocupação exagerada do governo no pagamento dos juros de uma dívida externa de proporções alarmantes. Buscar alternativas para o crescimento real do PIB, com distribuição de renda que possibilite a queda do IDH, democratizando o acesso de todos ao trabalho, saúde, educação, moradia, terra para trabalhar, incremento do parque industrial existente com acesso aos bens de consumo a todos os cidadãos, queda da taxa de juros para incentivo do consumo interno e menos privilegiado para o capital financeiro volátil, preservação de nossas riquezas nacionais, meio ambiente e uma política realista de preservação do patrimônio nacional contrária as privatizações e desnacionalização do parque industrial brasileiro.

Estas são as sugestões para as diretrizes básicas que objetivem implementar um projeto Brasil de desenvolvimento sustentável. Sabe-se que o conceito de desenvolvimento, com o advento do capitalismo global, passou a não ter aquele mesmo significado dos anos cinqüenta/sessenta época do desenvolvimentismo via Cepal, Aliança para o Progresso e outros programas da **OEA, BID, BIRD, FMI.** Pois hoje quando se sabe que quase todos estes programas são manipulados pelo Consenso de Washington e o grupo do G-7, do Fórum econômico mundial, que têm como contraponto o Fórum Social dos economicamente pobres e ditos emergentes.

Além dos fatores pertencentes a esferas políticas e econômicas geradoras de tensões entre o capital e o trabalho que desaguaram no fiasco da filosofia do DESENVOLVIMENTO, o mundo ocidental e oriente médio encontram-se no momento presente em situação extremamente delicada para o futuro de suas economias uma vez que esta guerra capitalista/fundamentalista já ocasiona sérios prejuízos a economia e vida social comunitária de todos nós. A insegurança da economia mundial após o trágico acontecimento terrorista do World Trade Center e Pentágono nos EUA, coloca em estado de alerta governantes e países de todo o mundo e insegurança quanto aos programas de desenvolvimento sociais e econômicos que objetivem o bem estar da sociedade.

A grande dificuldade para elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável, com políticas públicas integradas para o país, está na dificuldade de uma nova conceituação do que seja hoje DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Entende-se este desenvolvimento, como conseqüência de ações administrativas gerenciadas pelo poder público ou não que tenha como linha definidora alocação de recursos para o estabelecimento de prioridades em áreas mais carentes da ordem social vulnerável à exclusão da cidadania. Implementar programas para o desenvolvimento das potencialidades do meio ambiente, conservando um relacionamento produtivo e generoso entre o homem que produz e a natureza, a partir de utilização de recursos energéticos de toda natureza, crescimento planejamento de pólos de integração industrial, aumento do incremento produtivo em áreas da agricultura, pesca, pecuária e incremento salutar das relações econômicas internacionais e alargamentos das possibilidades do comercio exterior e do consumo interno. Neste desenvolvimento sustentável a visão e o objetivo filosófico socialista

deverá criar condições para que da relação capital x trabalho possa se colher os frutos do bem estar social, invertendo-se a óptica capitalista e colocando-se o homem em primeiro lugar e para o qual o trabalho seja fonte de vida plena, transparência, participação democrática e partilha de bens sociais.

A tradução do Projeto para edificação de um Brasil socialista não poderia deixar de passar pelo princípio básico de políticas públicas integradas, a partir do pacto federativo, obedecendo o princípio da universalidade, integralidade de ações corroborando para isto a participação ativa e efetiva de comunidades em projetos tais como: orçamento participativo, e ações em saúde, educação, direitos humanos e programas não assistencialistas de combate a pobreza.

Há, também, que se rever em profundidade o conteúdo do que seja DESENVOLVIMENTO, uma vez que a era do desenvolvimentismo é coisa do passado. Hoje a financeirização da economia globalizada destruiu o mito do desenvolvimento e subdesenvolvimento para as nações da comunidade mundial. Novos caminhos pelas veredas do desenvolvimento real, necessitam projetar o homem e suas necessidades básicas sócio-econômicas para o equilíbrio na exploração das potencialidades naturais e relações interpessoais e aquelas voltadas para a comunidade.

Um desenvolvimento sustentável é um projeto que poderá edificar as bases estruturais de um governo socialista onde o bem comum, o bem social teriam a ação participativa de todos pela legitimidade do voto democrático. Construir um Brasil socialista e democrático, resguardando a integridade da indústria nacional é dever fundamental que deve ser inserido em qualquer programa partidário que objetive a socialização dos meios de produção estratégicos para salvação da economia nacional. Para tanto as políticas públicas integradas podem evidenciar um desempenho voltado para esse sentido.

Socialismo
"O espaço do cidadão"

Tese do PSB/SP

Nós não chegamos a ser universais porque não somos suficientemente brasileiros. A cultura tem de vir com o território, com o povo, com a história se fazendo.... Essa força de ser original, só a emoção permite...

Prof. Milton Santos.

INTRODUÇÃO

O PSB/SP, como tradicionalmente acontece em seus congressos estaduais, presta homenagem a um pensador brasileiro, que tenha contribuído, direta ou indiretamente, para o fortalecimento do ideário socialista. Este ano, o nosso homenageado é o geógrafo, sociólogo e mestre emérito, o Professor Milton Santos, um dos maiores pensadores brasileiros do século XX.

VOCAÇÃO:

Os socialistas de São Paulo inspirados nos mais elevados preceitos do humanismo e da democracia, consideram que o Brasil está qualificado para exercer a efetiva liderança do hemisfério sul com um projeto de desenvolvimento político, econômico e social que se constitua em alternativa capaz de fazer frente à dominação dos atuais pólos hegemônicos. Para tanto, nossa tarefa é contribuir para transformar o país numa potência soberana, desenvolvida, democrática e socialmente justa.

DEMOCRACIA:

O PSB reafirma o seu zelo democrático, configurado em um arco mais amplo no entendimento político e na confirmação de sua posição em favor da pluralidade partidária e seu constante empenho na busca de conformar um conjunto de propostas de políticas públicas que reflitam a manifestação majoritária da sociedade.

POLÍTICA E GEOGRAFIA SOCIAL:

Nossa Tese deste ano quer enfatizar a necessidade do respeito ao espaço pela vida em todas as suas possibilidades, que deve ser o ponto complementar de nossas idéias, projetos e ações políticas em busca da liberdade do cidadão.

Devemos cuidar e vigiar para que nossa ação política não nos limite ao pragmatismo dos prazos, das atas, das assembléias, dos votos e das eleições, mas ao vigor da comunhão da liberdade.

Há que se cuidar da garantia do espaço físico, do espaço do livre pensar e do espaço da ação de viver, como garantias inalienáveis.

Quando nos organizamos enquanto partido político, nos dispomos como intermediários entre o poder e a sociedade, entendendo o primeiro como o instituto das causas e do cumprimento das necessidades da segunda.

CONJUNTURA NACIONAL E SEUS REFLEXOS:

O Papel do Estado: (como agente, para promover o desenvolvimento e garantir o acesso a todos).

A sociedade está se deparando, hoje, com um debate contraditório entre o neoliberalismo, isto é, a idéia de que o mercado pode, por si só, estabelecer o equilíbrio da sociedade e o estatismo, a idéia de que o Estado, através da criação de novas burocracias é capaz de dar conta das crescentes demandas sociais.

Se por um lado a primeira idéia tende a aniquilar o Estado, considerando-o uma entidade desnecessária, por outro, a segunda, agiganta-o sacrificando a sociedade, cobrando mais impostos. Entendemos que, no limite, as duas formas são maléficas para o conjunto da sociedade. Entendemos necessária e fundamental a instituição Estado: nenhuma sociedade civilizada pode funcionar sem um governo.

O Estado pode e deve intervir de forma permanente ou temporária nas atividades da sociedade toda vez que as demandas assim o solicitem.

Revisão das Privatizações:

Fica cada vez mais claro que o governo errou duplamente no processo de privatizações. Não adotou estratégias que resguardassem nossa autonomia e ao disponibilizar os bens em leilão, fê-lo mal, foi um péssimo negociador dos bens do povo.

Insistimos na tese de que a **soberania nacional** está vinculada a três fatores primordiais:

Educação gratuita e de excelência em todos os níveis, o que inclui desenvolvimento **científico e tecnológico,** formadores da inteligência nacional e garantia de autonomia.

Controle, pelo Estado, do sistema de **telecomunicações.** Todos sabemos da importância das comunicações na formação da opinião pública. Ou temos o livre debate de idéias , ou a Nação poderá ser manipulada por interesses corporativos ou até externos, o que seria pior. Além disso, o mercado financeiro internacional, assim como nossa vida bancária, são interligados por sistema satelitizado, em outras palavras, por telecomunicação. E o agente capaz de manter a paridade dos múltiplos interesses é, sem dúvida, o Estado.

O Estado como gerente da **Matriz Energética Nacional** (hidrelétricas + carvão + petróleo, majoritariamente). Energia é alavanca para o desenvolvimento , é instrumento de justiça social e é poder de decisão, ou, em última análise, poder político. Haja vista a constante movimentação de grandes instrumentos de guerra dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. Não é para garantir a paz, mas para pressionar o mundo árabe a manter o fluxo de petróleo, a bons preços, para o mercado americano.

A Questão Energética:

O governo federal se esqueceu de que dispomos de uma Matriz Energética que precisa ser constantemente avaliada. Perdeu-se em ouvir as regras do FMI e não atentou para as necessidades essenciais da nação brasileira. Desequilibrou a Matriz Energética, exatamente onde nós somos mais fortes, na produção via hidrelétricas.

Em primeiro lugar, vamos analisar a questão de balanço de pagamentos do país. Fala-se em Usinas a Gás, para deter o déficit, esquecendo-se que o Brasil não produz turbinas a gás de grande porte, e nem tampouco se planeja criar um parque para sua construção, não se pode fazer isto a curto prazo. Tomando um aumento de demanda de 8% ao ano, e o potencial instalado de 110 000 MW, teremos de instalar 127 milhões de kW de usinas nos próximos 10 anos. Para um país cujo superávit comercial é quase nada e cuja política monetária restritiva tem travado o crescimento econômico por conta de controlar o problema do balanço de pagamentos, fica clara a situação de desídia com que o governo tratou um assunto tão sério.

PERSPECTIVAS PARA 2002:

Colaborar, influir, propor, liderar, formular contrariando todas as iniciativas inconseqüentes da política neoliberal, é o papel da Partido Socialista Brasileiro.

O PSB, em qualquer situação conjuntural que se apresente, não pode perder sua identidade e seus propósitos consagrados em todas as instâncias partidá-

rias e pela sua prática, emanada dos seus programas e estatutos. Não deve, entretanto, fechar-se para o diálogo democrático e para ações políticas conjuntas, desde que não comprometa sua ação, baseada no seu ideário maior.

Sob estas premissas, um amplo campo de ação está aberto ao PSB, com o peso político que hoje se apresenta. Prevalecendo-se desta situação, não deve o partido perder de vista suas possibilidades tanto para as eleições de 2002, quanto para o futuro de suas conquistas.

Eleição Presidencial: o PSB está com amplas chances de disputar as eleições de 2002 em pé de igualdade com os grandes partidos. Isto é inédito em nossa vida partidária. É tempo de soberania política da qual não podemos abdicar. Vamos centrar força nesta possibilidade. O PSB pode mostrar sua face para a Nação. Mas é preciso mostrar o programa partidário e não posições isoladas.

Eleições parlamentares: o PSB quer eleger o maior nº possível de deputados nas eleições de 2002. Em face de algumas alianças mal resolvidas nas eleições de 1998, que acabou prejudicando a eleição de quadros do partido em proveito de partidos coligados, no próximo ano devemos priorizar nossas chapas de deputados.

Eleição de governadores: com o destaque que vem tendo nosso candidato a presidência da república, crescem as possibilidades e a necessidade de candidaturas a governo dos estados. O partido tem que trabalhar com afinco nessa direção, com o risco de se ver obrigado a declinar em favor de candidaturas alheias aos interesses do partido, descaracterizando nossa sigla.

Política de alianças: o PSB deve trabalhar na linha de lançar candidatos para todos os níveis da disputa para 2002 e construir, ao lado das forças democráticas, um panorama de mudanças sociais junto ao eleitorado, valendo-se dos espaços de mídia conquistados nas eleições de 1998, com os votos de quem acreditou em nossas propostas, depositou sua confiança no PSB e agora espera de nós o retorno e não a sujeição desse espaço a outras idéias.

Sobre a Educação:

A educação de um povo é o termômetro que nos permite medir o seu próprio desenvolvimento. Ela media a prática dos homens, que ao longo de sua existência histórica estabelece relações políticas, econômicas, filosóficas e sociológicas entre eles.

As medidas do governo federal para com a educação, de nenhum interesse social, estão promovendo a desqualificação do sistema educacional brasileiro, indisfarçavelmente adequado, ao mesmo tempo, às demandas de interesses alienígenas e à falta de um projeto nacional de desenvolvimento. O nível de miserabilidade do ensino público a que chegamos está diretamente associado ao projeto de redução do papel do Estado, com a conseqüente exclusão de grande parte da população dos benefícios públicos, entre os quais, a educação.

O PSB considera que a visão do governo federal está privilegiando os aspectos técnicos da educação em detrimento das questões educacionais de conteúdo, que garantam o fortalecimento do HOMEM propositivo e **cidadão.**

O PSB deverá lutar para que o espaço educacional seja tratado como centro do desenvolvimento pleno da Nação.

Construção de uma política para o ensino universitário, para o ensino fundamental, para a erradicação do analfabetismo, para o financiamento da educação e para a requalificação permanente do corpo docente, em todos os níveis.

Sobre a Tecnologia:

A fronteira tecnológica, principais linhas e mecanismo de absorção, criação e difusão de técnicas na economia; papel da universidade e centros de pesquisa e sua relação com o parque industrial, o mix tecnológico desejável e as tecnologias essenciais, são parâmetros fundamentais frente ao mundo contemporâneo, dos quais não devemos nos alienar.

O Brasil investe, hoje, míseros 0,9% de seu produto interno bruto em pesquisa científica, quando a Coréia investe 4,7%. O Estado soberano tem que dar prioridade aos investimentos em pesquisa e, principalmente, disseminá-la ao serviço e conforto da população.

Sobre a Saúde:

O PSB considera que a questão da saúde está organicamente vinculada ao conjunto de políticas públicas que garantam educação, saneamento básico, habitação digna, alimentação adequada, fatores básicos de política preventiva de saúde, e que é urgente a adoção de alternativas já consagradas como , por exemplo, o médico da família, de excelentes resultados onde foi experimentado, além das ditas medicinas alternativas, altamente benéficas no tratamento preventivo.

Incentivar a participação no controle social do SUS em todos os níveis, como forma de garantir que os recursos destinados ao setor sejam devidamente implementados. Para tanto trabalhar pela criação de: Conselho Gestor (no Posto de Saúde); Conselho Municipal de Saúde; Conselho Estadual de Saúde.

As ações prioritárias devem contemplar: saneamento básico, saneamento ambiental, programas de vacinação, de saúde da criança, de saúde da mulher, de saúde específica de etnias e de sistemas de informação, nas unidades de saúde, nas escolas e nos prédios públicos em geral.

Fortalecer a proposta de criação do Programa de Saúde da Família, para que o atendimento fique mais humanizado e mais barato ao alcance de toda a população, fora da rede hospitalar privada e que propicie à população, maior orientação sobre encaminhamentos.

Reforçar a necessidade de proporcionar capacitação, atualização profissional e um plano de valorização dos profissionais da área

Sobre a Cultura:

A cultura deverá ser encarada como um dos símbolos da Pátria e não mais como uma entre outras questões de segundo plano.

A instituição: em um governo socialista, a cultura deve ser encarada como prioridade e nunca como apêndice, pois a instituição é que define a relação entre o poder e o povo. A questão cultural deve ser tratada como primeiro escalão, com orçamento próprio.

A identidade: encarar a cultura como instrumento de transformação e libertação da manifestação autônoma do cidadão. Direito ao saber, no sentido de inclusão social.

A prática: a cultura como visão **antropológica** no sentido de instrumento de debate, nas relações individuais e comunitárias. Num sentido mais amplo, a cultura é um conjunto de práticas sociais: educacional, econômica, política, religiosa, intelectual, artística, dentre outras, que definem o caráter de um povo.

O acesso: o compromisso do Estado Socialista com a cultura é desenvolver uma política cultural definida, integradora e descentralizadora, no sentido de priorizar o que depende do incentivo público para fazer sobreviver e se desenvolver, valorizando o sentimento de identidade e de manifestação.

Direito à produção cultural, de participar ativamente como criadores, respeitando a pluralidade de manifestações, principalmente no município.

Na contradição entre massifica-ção e democratização, o Estado tem que garantir que as regras do mercado não devam ditar a política cultural, garantindo financeiramente sua autonomia.

A apropriação da cultura é, em última análise, a apropriação da coisa pública pelo cidadão livre. Exemplo: a presença de casas de cultura dentro dos espaços da cidade. As pessoas acabam considerando o *espaço cultural* como parte de suas vidas.

A qualidade: que tipo de formação e informação se está priorizando. Este conceito é fundamental para se definir a correta atitude de um Estado Socialista na condução da ação cultural. É quando o produto final proporciona, ao indivíduo, uma visão política de mundo com liberdade de expressão e manifestação, as mais amplas.

Sobre a Reforma Urbana:

Em decorrência do descaso de governos nacionais, durante décadas, os problemas urbanos de nossas cidades se acumularam. O somatório da falta de política agrária com a adoção de uma política de desenvolvimento industrial acelerada, no início da década de 50, induziu um vetor migratório das populações rurais no sentido dos grandes centros urbanos, de tal ordem que, em cinco décadas, a população urbana brasileira passou de 28 para 81%. Hoje, a população urbana brasileira é percentualmente superior à dos Estados Unidos. Um contra-senso em se tratando de um país com o potencial agrícola e as vastas extensões territoriais que tem.

Hoje nossas cidades são verdadeiros guetos de pobreza e deformidades urbanas.

Embora tardios, os instrumentos de ordenamento urbano começaram a surgir a partir da Constituição de 1.988, principalmente através dos artigos 182 e 183. A obrigatoriedade de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI)

para cidades acima de 20 mil habitantes e o instituto do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), deram um grande passo na direção de soluções. Mas, a demora na regulamentação de tais medidas, postergou por mais 13 anos as boas alternativas de correção dos nossos desvios urbanos.

As cidades que se adiantaram na elaboração de seus PDDI , tiveram parcial retorno em termos de soluções urbanas , haja vista o atraso com que acaba de chegar a Lei 10.257 de 10 de julho de 2.001, que passa a vigorar a partir de 10 de outubro de 2.001, tendo em vista o prazo estabelecido de três meses para debates e sugestões. Conhecida como "Estatuto da Cidade", tal lei finalmente possibilita aos municípios pôr em prática instrumentos de política urbana que regulam o uso do solo urbano em benefício da coletividade.

O PSB deve apoiar o Estatuto da Cidade, como instrumento que promove mais justiça social e deve orientar suas prefeituras a fazer cumprir seus preceitos e combater a corrupção que, via de regra, assola o sistema de casas populares.

Sobre a Reforma Agrária:

É preciso que o governo encare, definitivamente, sem rodeios, a necessidade de implantação de uma política agrária que traduza de forma inteira o potencial agrícola de que o país dispõe. Os governos que se sucederam sempre adotaram políticas de quebra de recordes de produção de grãos, o que provoca um empobrecimento progressivo de nosso solo e carreia os recursos disponibilizados pelos "programas" agrícolas para as mãos dos grandes latifundiários.

O país dispõe de grandes quantidades de terra de boa qualidade e hordas de trabalhadores desempregados buscando o campo. Disponibili-zando a terra, em locais de bom acesso, os recursos, a infra estrutura, o equipamento, a assistência técnica e o treinamento aos agricultores, através de convênio com universidades e concorrer com os países do primeiro mundo que investem bilhões de dólares a fundo perdido, em suas agriculturas, por saberem da importância de se ter autonomia em alimentos.

Sobre a Segurança Pública:

A segurança pública tornou-se, nos últimos anos, uma das principais preocupações da população, dados os crescentes índices de criminalidade vivenciados.

A causa básica desse desconforto é o grande desequilíbrio social que o Brasil vive, reeditado todos os dias por hordas de desempregados, famintos e injustiçados em face de políticas anti sociais que o governo insiste em manter. Somese a isto, o processo de desintegração de todos os sistemas da matriz dos setores de segurança pública, infestado de corrupção, desmandos e insatisfações dos quadros.

Como forma de garantir melhora definitiva do sistema, o PSB propõe o desmantelamento das teias de corrupção; a unificação das polícias militar e civil, formando a Polícia Judicial do Estado, que atuará em defesa do cidadão; a criação

dos Conselhos Comunitários de Segurança, envolvendo a comunidade, a Polícia Judiciária, o poder público local e os segmentos da sociedade.

DENUNCIAR O MODELO ECONÔMICO:

A política econômica vigente é contrária aos interesses da população brasileira e compromete nosso futuro como Nação livre e soberana. A maneira subalterna e irresponsável como o país vem sendo submetido ao atual estágio de globalização da economia, obedecendo a diretrizes dos blocos internacionais hegemônicos, inviabiliza o nosso desenvolvimento e leva à exclusão social dezenas de milhões de brasileiros compelidos ao desemprego, à miséria e às mais degradantes condições de existência.

A desnacionalização de nossa economia resulta na destruição de parcela significativa da indústria brasileira e no colapso de nossa agricultura. Além disso, submetido à ideologia de um falso internacionalismo liberal, o país se desmonta sob uma política suicida de privatizações de empresas públicas estratégicas nos setores de energia, comunicações e recursos naturais, transferindo seu controle para monopólios privados. E esse desmonte prossegue com o abandono dos mecanismos de defesa contra a competição predatória das empresas multinacionais. Cada vez mais dependente de um capital internacional que prefere o lucro fácil da especulação financeira - para a qual se exige moeda estável e juros altos - o Brasil sangra suas riquezas e inviabiliza os investimentos produtivos. A crise energética é o mais recente resultado que corrobora nossas preocupações, sobre o assunto.

REALIZAR AS REFORMAS SOCIAIS:

Para ser potência, o Brasil necessita realizar reformas profundas na sua base social, tendo por objetivo subverter o nosso processo histórico que tem impedido dezenas de milhões de brasileiros de participar dos benefícios do progresso material e cultural. Ostentando um dos mais elevados índices de desigualdade social, uma iníqua distribuição de renda e de oportunidades, o país revela a multiplicação dos sintomas de patologia social.

Ao denunciar o desmante-lamento do Estado Nacional por aqueles que propugnam a idéia de "estado mínimo", devemos apontar o abandono das políticas sociais, destinadas às camadas desfavorecidas da população, combater as tentativas de desregulamen-tação das relações trabalhistas e criticar as iniciativas de pôr fim aos direitos sociais sob o pretexto da falsa necessidade de se reduzir o chamado "custo Brasil".

APROFUNDAR O PROCESSO DEMOCRÁTICO:

Os socialistas de São Paulo combatem a política anti-nacional dos setores retrógrados das elites que hoje hegemonizam o poder político no Brasil. Está sob risco a nossa ainda frágil democracia quando se aliena a autonomia nacional, ao

passo que se exacerba o poder Executivo sobre os demais poderes da República - o Legislativo e o Judiciário. A ameaça autoritária se manifesta com o intencional enfraquecimento das instituições de representação política, sindical e popular a par do aumento do controle dos meios de comunicação de massa e produção cultural pelo governo. Trata-se de uma tentativa de entorpecer a opinião pública para produzir a ideologia do "caminho único" como se nossa sociedade não fosse capaz de produzir um modelo alternativo de desenvolvimento.

Cumpre-nos empenhar todos os nossos esforços na defesa e fortalecimento dos mecanismos de ação democrática como os partidos políticos, os parlamentos, os sindicatos, as associações, as entidades estudantis, movimentos sociais e os meios de comunicação incentivando as formas de gestão participativa em organizações públicas e privadas.

Cumpre-nos, ainda, preservar, fortalecer e modernizar o Poder Judiciário e as demais instituições fundamentais para o funcionamento do estado de direito, pilar do sistema democrático.

AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2002:

No próximo ano teremos a renovação dos quadros políticos estaduais e federais com eleições para presidente e vice-presidente, governadores e vice-governadores de estado e distrital, 2/3 do Senado Federal (dois senadores por cada unidade da Federação), deputados federais e deputados estaduais. Para os cargos executivos, as eleições se darão em dois turnos e legislativos, em apenas um.

Desta feita, o PSB conta com uma situação destacada, no cenário federal. Temos um candidato a presidente da república com reais chances de chegar ao segundo turno e até de vencer. Tal quadro nos favorece duplamente. Favorece sobremaneira os candidatos proporcionais e consolida o partido, sobrepujando as exigências da cláusula de barreira.

O posicionamento político dos socialistas deverá estar sustentado em pontos programáticos e nos aspectos que diferenciam o PSB dos demais partidos. A nossa perspectiva de crescimento eleitoral estará voltada principalmente à conquista de cadeiras na Câmara dos Deputados já que estarão em jogo os recursos e espaço na mídia, tão necessários ao partido. São dois os aspectos que demonstram ser o crescimento eleitoral tão importante quanto o posicionamento político: 1) a legislação prevê para 2002 a famigerada cláusula de barreira. 2) Os critérios adotados para a divisão do horário eleitoral e partidário gratuitos nos meios de comunicação e a distribuição de recursos do Fundo Partidário levam em consideração o número de deputados federais por partido. O PSB deverá lançar chapa própria e independente para a Assembléia e para o Congresso.

POSICIONAMENTO POLÍTICO ELEITORAL DO PSB:

Ao rejeitar a lógica de mercado que sufoca as políticas sociais, urgentes para reverter o quadro dramático da injusta distribuição de renda no país, tanto no

âmbito federal como estadual, o PSB realiza oposição às políticas hegemonizadas que enfraquecem o papel do Estado como indutor de justiça social.

Nos entendimentos que vêm sendo mantidos com as forças políticas identificadas com o PSB, estamos levando em conta a perspectiva da chamada união das esquerdas. Para tanto, é importante que estejamos firmes no posicionamento de que não deve haver subordinação alguma, para que a materialização da política de alianças sirva ao crescimento do nosso partido e não à sua anulação. Assim, o PSB deve garantir a preservação de sua identidade e do seu espaço de ação política.

Tese do PSB de Alvorada/RS

Democracia

Dentro dos desafios colocados aos socialistas com vistas ao pleito eleitoral que se aproxima, o PSB de Alvorada cumpre a sua lição de casa ao promover os debates necessários para ajudar a construir o Projeto do Partido para um Brasil realmente Socialista. Não temos a pretensão de sermos o dono da verdade, porém temos o compromisso de propor alternativas viáveis para solucionar os graves problemas estruturais que atinge a sociedade brasileira. Longe de sermos retóricos, também acreditamos que somente com uma visão crítica do que está posto não se faz revolução, tampouco reformas, precisando se mexer na estrutura formal do estado, estrutura esta criada nos moldes sugeridos pela burguesia da época para atender aos interesses dos latifundiários, fazendeiros e agora, em uma nova conjuntura, voltado ao atendimento dos grandes interesses econômicos. Para mudar isto o PSB de Alvorada entende que a ousadia do governo socialista deva ser marcada pela eficácia de suas ações no combate a exclusão social, combate ao desemprego e propõe, dentro dos temas discutidos, um novo modelo político voltado a solidariedade, liberdade, a pluralidade e principalmente a **participação e decisão popular.**

O Estado Nacional precisa passar por um processo de reeducação, para que os vícios de origem citados anteriormente desapareçam na medida que se consolide a **participação e decisão popular** nas discussões de governo. Esta reeducação da transferência de poder deve ser implementado a partir da conscientização do funcionalismo público, atores e parceiros fundamentais para quebrar os vícios acumulados durante os anos em que a direita esteve dentro da estrutura do poder central. **Com a Democracia participativa** aplicada em todos os setores da sociedade, inicia-se a discussão sobre a **Democracia representativa,** seu verdadeiro papel, e se o modelo existente hoje, formado por guetos e interesses corporativos contemplam as necessidades de todas as classes existentes. Está aí talvez o principal desafio dos socialistas do PSB, **promover mudanças no sistema político,** onde o Congresso Nacional cumpra realmente sua função, ser os representantes da sociedade, de todas as camadas, sem divisão de classe, pois as classes organizadas defenderão seus interesses nos espaços de discussão que o governo irá oferecer. É importante destacar que o mandato socialista deve ter suas ações respaldada pela população, principalmente no momento de modificar a estrutura institucional do estado.

Reforma Política – Sistema Eleitoral e partidário;

A proposta socialista deve atingir as três esferas de poder, porém o legislativo deve ser pautado com mais evidência, pois o modelo existente hoje, deixa os partidos reféns de parlamentares que caminham para o lado que o vento sopra. A classe política é, a grosso modo, mal vista por não existir uma legislação que discipline a matéria. Por isso a necessidade de **regular o número de candidatos que disputarão as vagas ao legislativo estadual e nacional** conforme o número de habitantes, bem como **aprovar a fidelidade partidária,** para que os deputados e senadores não usem o mandato como forma de pressão para atender aos seus interesses pessoais ou corporativos. Estabelecer que o mandato é do partido. Para a própria constituição de partidos políticos **devem haver critérios, observando um número mínimo de filiados para sua legalização.**

A QUESTÃO SOCIAL E ECONÔMICA

O país vive hoje o caos na área da saúde. Como cobrar a inadimplência do INSS quando um dos maiores devedores é o próprio governo.O compromisso de minimizar o déficit se torna um desafio que somente será ultrapassado quando a **fiscalização se tornar intensa,** evitando a sonegação, roubos e a oneracao dos cofres públicos.O governo socialista do PSB não deve medir esforço para que seja feito o investimento na área da saúde e assistência social,visando um **programa de planejamento familiar com base na informação,principalmente para as famílias carentes.**Também é necessário dentro da política da saúde e assistência social, programas que atendam o idoso e a criança carente.Ainda dentro da quentão social, o problema da moradia que afeta cada vez mais os brasileiros por não terem poder aquisitivo, e acabam terminando por morar em aglomerados sem nenhuma infra estrutura, surgindo as favelas em volta das grandes cidades. A **criação de programas para habitação popular através de linhas de créditos para quem recebe ate 03 salários mínimos,** destinados realmente aos necessitados, tornando um compromisso a ser discutidos com a sociedade, para o governo socialista. Com relação a segurança pública, urge a necessidade de discutir o sistema carcerário existente hoje.O apenado tem um custo para o estado,o estado por sua vez deve criar mecanismo para que estes custos retornem de alguma maneira para a sociedade. **A ociosidade nos estabelecimentos carcerários e a falta de oportunidade profissional contribuem para que o detento se torne a pratica de delitos e reincidências.** Da mesma maneira é necessário olhar para as famílias das vitimas que muitas vezes ficam desamparadas após perderem o chefe de família. No que tange as privatizações ,o PSB tem claro quanto à política aplicada na atual conjuntura, onde os governos privatizam empresas estatais e estradas, em nome da redução de custo que traz para o estado, e também porque diminuiria as dívidas do estado. Pois venderam as estatais, entregaram as estradas a iniciativa capitalista e a dívida do estado ainda aumentou. O governo do **PSB deve suspender imediatamente os processos de privatizações** e fazer com que os órgãos estatais funcionem com uma visão administrativa voltada a moral e a ética, acabando com os cabides de empregos. No setor rodoviário, propomos a

estadualização das estradas federais, ficando a responsabilidade da manutenção com o estado. Com relação aos pedágios,se houver a necessidade de sua existência ,que seja controlado pelo município para que viabilizem a manutenção das ruas dentro de suas praças .Sobre o saneamento básico e ambiental temos enviando em anexo conjunto de proposições para serem aprofundadas no fórum apropriado.

A QUESTÃO CULTURAL

Descentralizar a cultura, incentivando atividades culturais nas classes mais desfavorecidas, valorizando produtores culturais locais e regionais afim de que se socialize o conhecimento esportivo, étnico ,musical, teatral, entre outros. O incentivo deve ser colocado a disposição tanto do produtor cultural quanto do patrocinador ou parceiro das proposta culturais.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO, DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES

O desemprego no dia de hoje, obriga a maioria dos jovens que procurem formas de se atualizar. Para que exista este meio é preciso ter mais cursos à noite nas universidades federais e estaduais, para estudantes que trabalham, criando além do vestibular o critério de renda familiar. Para se chegar à porta de uma empresa é preciso ter um curso profissionalizante. Para isso tem que haver cursos profissionalizantes em todos os ensinos médios, para que o aluno já termine o 2ªgrau e possa trabalhar, e que tenha uma profissão .Como qualquer outra disciplina do ensino fundamental e médio, é importante a existência de espaço para a orientação sobre o meio ambiente, sem o qual é impossível ter previsão definitiva em qualquer economia. Devemos adotar em todas as escolas de 1º e 2º graus a disciplina de educação ambiental. Devemos também estimular a participação popular, assegurar o poder popular e garantindo a presença dos movimentos de massa nas decisões do Governo.

POLÍTICA PARTIDÁRIA E ELEITORAL DO PSB: DEFINIÇÃO DO PARTIDO PARA AS ELEIÇÕES DE 2002

O PSB por ser um partido político deve ter entre suas ambições a de chegar ao poder. Não se chega ao poder sendo a sombra de outros partidos, mas sim colocando a proposta do partido para conhecimento da sociedade. Para fazer a defesa desta proposta deve se ter candidatos para executar esta tarefa. Por isso é fundamental que o **PSB tenha candidatura própria a presidência da república.** Porém um candidato afinado com o projeto político partidário e não projeto pessoal. Em caso de **não disputar o segundo turno,devemos apoiar candidatos que façam parte do campo político do partido, contemplando minimamente o nosso projeto político e garantindo participação no governo.** Para sustentar uma candidatura a presidência da republica **devemos ter uma nominata completa de candidatos proporcional.** Para o governo do estado,no momento devemos buscar aliança com outro partido do nosso campo de atuação, pórem garantindo participação no governo do estado.(tese aprovada no Congresso Municipal de Alvorada).

A livre organização dos trabalhadores

Vicente Selistre – Presidente do PSB de Campo Bom/RS

O movimento dos operários historicamente norteou e fomentou a construção de trincheiras de resistência contra o capitalismo e as suas mazelas. Desde o seu início, na revolução industrial ocorrida na Europa, os Sindicatos que atuaram de forma livre e democrática e que tiveram comprometimento político e ideológico com a luta da classe, proporcionaram um avanço importante na luta pelos direitos humanos, pela justiça, pelo fim das desigualdades econômicas entre os homens, pela defesa das liberdades coletivas e individuais dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Seria nímio, discorrer de forma extensa aos delegados do Congresso do Partido Socialista, sobre a importância do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das lutas das classes trabalhadoras do Brasil do mundo, e da necessidade da participação deste movimento para a construção da sonhada sociedade Socialista e o nascimento do homem coletivo, fraterno, livre e pleno, o homem socialista. Mas, nos parece oportuno pontuar algumas questões que justificam nossa preocupação em desenvolver estas teses para singelamente contribuir coma a pauta, a discussão e a luta do nosso Partido, fazendo-o uma referência mais identificada com a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta pelo fortalecimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores de forma livre, democrática e combativa. Mediante estas considerações registro uma resumida análise da conjuntura do Sindicalismo como segue:

No início do século em 1902 foi realizado o Congresso Socialista Brasileiro que aprovou manifesto subscrito por 37 associações de trabalhadores, o anarco-sindicalismo também teve importante papel no movimento sindical do início do século XX. Após 1922, muita divisão houve no seio da classe operária entre anarquistas e comunistas. Em 1931, não foi muito difícil para que Getúlio Vargas instituísse a Lei Sindical (Dec. 19770), que atrela a existência e a sua ação dos Sindicatos à vontade do Estado(Ministério do Trabalho), situação que numa análise mais profunda perceberemos que subsiste até hoje.

A situação atual é preocupante. O governo neo-liberal de FHC, têm agredido direitos sagrados dos trabalhadores, como o seu horário de trabalho e a sua aposentadoria, e pretende aprofundar ainda mais a flexibilização dos direitos da classe trabalhadora brasileira e tornar os Sindicatos meras escolas profissionalizantes

a peso de muito dinheiro repassado para alguns pseudo-sindicalistas que discursam como combatentes contra o capitalismo, mas pelos bastidores estão comprometedoramente atrelados ao governo federal e aos patrões. Uma situação que merece a atenção urgente do Partido e do Movimento autêntico dos trabalhadores, para que possamos evitar que bons quadros sindicais sejam atraídos ou permaneçam ligados a falsos movimentos, que na verdade foram criados e financiados pelo dinheiro dos capitalistas e neo-liberais.

É necessário que se discuta o custeio dos Sindicatos, é preciso fazer com que a atual situação que permite a existência de Sindicalistas que não têm base e permanecem nos Sindicatos, Federações e Confederações, protegidos somente pelo repasse governamental ou pelas contribuições combinadas com os patrões em Convenções nocivas aos direitos dos trabalhadores, seja rediscutida. Corto aqui, minha própria carne, pois sei que é possível mudar este estado de coisas, e assim como no Sindicato em que milito está sendo possível, penso que seja tarefa dos Sindicalistas Socialistas colocar esta questão na ordem do dia e juntos elaborarmos um conjunto de propostas para melhorarmos e fortalecermos o Movimento que sem dúvida é decisivo na construção do Socialismo

É necessário expandir o índice de sindicalização dos trabalhadores no Brasil, é preciso aumentar a conscientização e a mobilização. É preciso que os Sindicatos tenham autonomia e seu funcionamento seja custeado conforme a decisão dos seus representados, com a proteção constitucional e sem intervenção do governo ou do poder econômico. É necessário que, de forma urgente, o movimento sindical desenvolva mecanismos de radicalização da participação da categoria nos rumos do seu Sindicato. A profunda democratização e a radical transparência da ação sindical trará uma nova perspectiva de mobilização da massa trabalhadora para que juntamente com o nosso Partido e as forças democráticas e populares, alavanquem as mudanças necessárias para o nosso País.

Historicamente em nossa luta sindical temos atuado de forma pautada num radical compromisso com a evolução dos valores da vida e da construção de uma sociedade democrática e fraterna, pensamos que a realidade do movimento das organizações sindicais de trabalhadores, merece o aprofundamento de muitas questões que ainda não tiveram o esgotamento de discussão, tais como: as formas de contribuições para o custeio do Sindicato e da Organização Sindical como um todo, tema central desta proposição. Existem assuntos de macro importância e que merecem ainda mais pesquisas e que certamente são temas, para diversos livros, me refiro às questões atinentes à unicidade e a pluralidade sindical, às centrais sindicais, o sistema confederativo, às negociações coletivas de trabalho, à autonomia e à liberdade sindical. Mas, enfim, o objetivo desta singela tese, é apontar um rumo para a questão das contribuições sindicais, e que em nosso entendimento, é o caminho certo para seguir.

Enfatizamos a importância de sermos livres, e conquistarmos assim, as condições de avançarmos para a plenitude de sermos humanos, livrarmo-nos das amarras que sutilmente nos alienam e condicionam nossa vida, nossas idéias e nosso destino , assim é o movimento sindical brasileiro, historicamente amarrado, condicionado e atrelado ao Estado, desde a Era Vargas até os dias de hoje.

Como é de conhecimento de todos, acumularam-se, na história do Brasil, fatos, leis, decisões jurisprudenciais, questões econômicas e práticas de falsos dirigentes sindicais que aprofundaram a perda de credibilidade de grande parte do movimento sindical para com o conjunto de trabalhadores que deveriam representar. Muitos sindicalistas não vão para a rua defender os direitos de sua classe, pelo contrário, assistem de forma passiva e conivente ao avanço da política governamental de extinção gradativa dos direitos dos trabalhadores, e de desmanche da estrutura sindical e da justiça do trabalho. O projeto do capitalismo internacional está bem definido, e avança com a economia globalizada, e este projeto não contempla um sindicalismo forte, autêntico e articulado com a classe trabalhadora brasileira.

Diante deste quadro, defendemos aqui, a posição por uma tomada urgente de providências necessárias para impulsionar o sindicalismo de base, autêntico defensor da justiça social e da igualdade. Existem projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, desde 1997, que extinguem a contribuição sindical e tentam regulamentar a Contribuição Confederativa, dando-lhe a nomenclatura de Contribuição Negocial, porém pretendem fixar qual vai ser a contribuição e se arvoram na definição das atribuições do movimento sindical, o que fere o princípio da liberdade e autonomia do organização. O projeto de lei 3.003/97, é um exemplo desta intervenção estatal, ficando como positivas somente as idéia de que a contribuição confederativa é para toda a categoria - o que já está claro no texto constitucional - e a extinção do imposto sindical.

O resumo que fiz acima, nos dá a dimensão do que poderá ser, na visão do governo federal e de deputados conservadores, a regulamentação da receita sindical em nosso ordenamento jurídico, permanece a visão de uma organização sindical de trabalhadores, ainda tutelada pela mão estatal, numa visível tentativa de continuar organizando a vida sindical através da lei. De outra parte, a extinção do imposto sindical fará com que muitos dirigentes saiam de dentro da sede do sindicato e procurem a legitimação da sua representatividade através das bases.

A proposta que tentamos construir neste trabalho, e que entendemos deva ser preocupação do Partido Socilaista, aponta para o avanço da liberdade, da representatividade, do fortalecimento e da autonomia das organizações sindicais dos trabalhadores, e neste sentido cabe-nos sistematizar algumas conclusões que penso serem estimuladoras do fortalecimento do verdadeiro sindicalismo e do surgimento de novas manifestações autênticas do movimento sindical dos trabalhadores, são conclusões que têm o sentido amplo da construção do sindicalismo livre, e o sentido estrito de definir as contribuições que devem formar a receita sindical, cerne deste debate.

Penso que estas teses provocam a discussão que servirá de base para um período que certamente será de transição para o desenvolvimento da ética, da moral, da transparência política e administrativa nas entidades sindicais, bem como , da democratização dos sindicatos no Brasil. As contribuições passarão pelo crivo assemblear. A assembléia geral fixará o valor, a conveniência e a periodicidade da contribuição de "classe". Até mesmo a contribuição dos filiados poderá ser decidida

na assembléia geral, desde que tal poder esteja previsto no Estatuto, ou ainda, a assembléia constituinte dos estatutos, pode decidir pela concessão de poderes para a direção ou o conselho geral do sindicato.

Confesso que ainda não penso arrojadamente sobre o fim da unicidade sindical na base, nas organizações ditas "superiores" somos favoráveis, porém a pluralidade na base, isto é, a possibilidade de sindicatos por empresa, por setor, por prédio, ainda não traz segurança sobre o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores. No momento não acompanhamos esta proposta, inserida na Convenção 87 da OIT. Pensamos que é preciso passar primeiro por esta transição que aqui descrevemos, e depois então fazendo a análise do resultado prático das mudanças aqui descritas, podermos alcançar a fórmula duradoura para a conquista de uma livre organização dos trabalhadores.

O que já me convenci, é que, salvo melhor juízo, deve a mudança no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que afronta a proteção constitucional da categoria profissional, conforme o Inc. IV, e é contraditória com a obrigação constitucional de participação dos sindicatos nas negociações coletivas, causa mais nobre da atividade sindical prevista no Inc. VI do art. 8º (" é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho"), e que é destinada para o benefício de toda classe, toda a "categoria" profissional representada pelo sindicato. O STF, revendo sua posição, o "imposto" sendo extinto, a chamada "taxa assistencial" derrogada e abandonada, os dirigentes de federações e confederações tendo que descer do pedestal e terem que sentir o cheiro de suor e os olhos sofridos da base, do "chão de fábrica", para talvez obterem uma sobrevida, mas desta vez autêntica . O Legislativo Federal não se intrometendo na organização sindical com Projetos de Leis que só servirão para atrapalhar o livre debate interno das entidades sindicais do país, como este que ora discutem. Estarão lançadas as sementes para uma nova fase da o movimento sindical brasileiro.

Em relação específica ao projeto de lei, ora em tramitação, que cria a chamada contribuição "negocial" questiona-se o seguinte: como regular o desconto em determinado número de vezes (três, conforme o projeto) ? E se o período de validade da convenção for por dois anos? A assembléia que a define é a que instaura o processo de Dissídio, pelo que se deduz no projeto, mas pode gerar dúvidas, com a última assembléia que é autorizadora da celebração da Convenção, por outro lado, e se as partes não chegam a um acordo e o debate se arrasta por mais que um ano? Há o risco – e é o que acontece na prática – de que os sindicalistas façam o fechamento de um acordo nocivo para os trabalhadores a fim de garantir a receita da entidade na nova convenção. A mim, a concepção desta lei, lembra uma figura híbrida da velha taxa assistencial e a contribuição confederativa, e não traz a liberdade e a autonomia necessária ao movimento.

A verdade é que a receita do sindicato não tem que estar vinculada a nada, a não ser à discussão e à decisão da assembléia geral da classe, reunida especificamente para definir a manutenção do seu Sindicato. Entendo que a receita sindical não pode ficar refém das sazonalidades da economia que normalmente influem na negociação coletiva de trabalho, deve ter caráter mais duradouro e sua revoga-

ção ou modificação vinculada à nova decisão assemblear, conforme os estatutos. Sobre a contribuição confederativa, relato o exemplo do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom, que em assembléia geral da classe implantou a contribuição na base de 1% ao mês incidente sobre o salário base, por tempo indeterminado, até que nova assembléia a revogue, esta forma é, a meu ver, o mais razoável. Pois, se caso a direção do sindicato estiver errando ou sob suspeita, existem as eleições sindicais para que outra tendência da categoria assuma a organização sindical, ou ainda, como no exemplo em questão, existe norma estatutária que concebe o poder aos trabalhadores, num percentual de 5% da categoria ou dos associados, em convocar assembléia geral para revogar a contribuição, que entendam indevida, ou abusiva, assembléia esta que pode também ser convocada pela maioria do Conselho Geral, do Conselho Fiscal ou da Diretoria. Além do direito de recurso ao poder judiciário.

O Projeto de Lei também erra ao atribuir requisitos e atribuições aos sindicatos, condicionando-os à validade da dita contribuição, a meu ver, não é viável e deve ser abandonado. Deve haver, sim, uma adequação dos Princípios Constitucionais, conforme já defendido, e deixem os trabalhadores e suas organizações se entenderem entre si e protagonizarem por si mesmos a evolução da questão. Se fizéssemos um comparativo sobre poder de decisão e representatividade para tanto, teríamos que registrar que o nosso Congresso Nacional é composto por 584 parlamentares, que decidem sobre a vida de cento e cincoenta milhões de brasileiros, e lá não podemos entrar e votar, já na assembléia do sindicato, a deliberação só atingirá a categoria, e lá todos os integrantes podem entrar, falar e votar. Caso os dirigentes de má-fé escondem o edital para evitar a participação e forjar o resultado, a repercussão posterior no salário, com certeza causará a revolta da classe que por não raras vezes invadiu a sede do sindicato pedindo explicações, revogando decisões e até derrubando diretorias mal intencionadas.

Do tema aqui proposto , penso ter narrado os fatos que o cercam, bem como os problemas que emergem da questão. Também discorremos sobre a importância política, econômica, sociológica e até humanística, que a livre organização sindical dos trabalhadores tem no futuro das relações dos homens em sociedade. Exemplo disso é o cristalino princípio Constitucional da República Brasileira que coloca os sindicatos como entes obrigatórios nas negociações coletivas de trabalho válidas para toda uma categoria em todo o território nacional, negociações que são o futuro do Direito do Trabalho, nos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores. Dentro destas convicções, respeitando as posições diversas, espero ter contribuído com algumas idéias, mesmo que embrionariamente, para o debate na área do Direito Sindical. Temos preocupação sincera com o futuro das organizações sindicais dos trabalhadores, e esperamos, que num futuro próximo possamos tê-las atuantes, autênticas, solidárias com o sofrimento dos seus representados e de todos os oprimidos e excluídos do nosso país, E que assim, seja o movimento sindical, uma das expressões máximas do clamor do povo brasileiro e de compreensão do Socialismo, tendo força e representatividade suficiente para reverter esta perversa realidade de exploração, violência social, concentração de

renda e aprofunda-mento da miséria que percebemos a cada dia em nosso país, e conquistar um novo tempo de justiça, igualdade e solidariedade, um novo tempo em que a paz e a fraternidade sejam os valores maiores da civilização, uma nova era em que o poder econômico e as relações financeiras fiquem em último plano e não prevaleçam jamais sobre os valores essenciais dos seres humanos, da sua vida, da sua LIBERDADE.

Feitas estas considerações, propomos o seguinte:

PROPOSIÇÃO DE MUDANÇA NO ARTIGO 8º DA CF-1988

(Custeio do Sindicato e Organização Sindical – Sistema Confedera-tivo)

Art 8º – " É livre a organização profissional e sindical, observados os seguintes princípios:

Substituimos o termo "associação" do texto em vigor, pois o Art. 5º, já prevê abundantemente sobre o associativismo em seus Incisos XVI a XXI ; e sindicato a rigor e na prática, não é uma associação, e se há confusão deve-se demarcar bem as diferenças. Bem como inserir mais princípios na questão sindical, deixando as questões carentes de regulamentação para a própria classe trabalhadora. **Inc. I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;**

Suprimimos nesta análise, os termos: "ressalvado o registro no órgão competente", pois entendo que os trabalhadores e os seus Sindicatos, terão condições de resolver entre si, eventuais problemas sobre representação, ou recorrerem ao judiciário, caso necessário. O registro em cartório Público, é naturalmente encaminhado, pela direção sindical, para fins de personalidade jurídica. O Estado querendo pode requisitar informações por diversas formas, sem precisar de um "órgão" específico para controlar a criação de sindicatos, mesmo que, pela regra, esteja limitado ao poder de registro.

Inc. II – A assembléia geral da categoria profissional, definirá a amplitude da sua organização sindical, sendo livre a criação e a vinculação a mais que uma organização sindical de nível superior , exceto no sindicato de base, que não poderá ser inferior a àrea de um município;

O sistema confederativo vinculado ao império da lei, há muito vem mostrando sinais de superação, visando depurar esta situação e aprofundar a democracia nas entidades sindicais de todos os níveis, entendemos que deva ser dada extrema soberania para a assembléia geral da categoria, para que defina qual a federação, confederação, central nacional ou internacional que deseje se filiar. Propugna-se assim a democracia direta da organização e a liberdade de vinculação ao órgão que na visão dos trabalhadores seja o mais adequado aos seus interesses.

Inc. IV – A assembléia geral da categoria profissional fixará a contribuição, a ser descontada em folha, destinada ao custeio da organização sindical, além da contribuição de filiados, prevista nos estatutos.

Reforça-se neste dispositivo a força, a autonomia e a soberania das decisões assembleares, também delimita a convivência entre as duas contribuições, a de "classe"(ou confederativa) e a dos "filiados" (mensalidade do Sindicato). Por outro lado, ficam suprimidos o sistema confederativo e o imposto sindical.

Inc V – A todos é garantido o direito de filiação ao sindicato, por decisão individual, autônoma e livre de cada trabalhador. Aqui a real expressão da essência do significado contido no princípio da liberdade sindical, expresso nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho. A livre, expontânea e individual decisão que cada trabalhador, membro da categoria profissional, pode tomar no momento que ele bem quiser, bem como a autonomia de sua vontade em deixar de ser sindicalizado a hora que melhor lhe aprouver.

- Objetivando, propomos que o Congresso do Partido Socialista defina e passe a defender as seguintes providências sobre a questão do custeio da organização sindical:

1 - Confirmação da auto aplicabilidade da Contribuição conforme a atual previsão constitucional do Inciso IV do Artigo 8º, que contempla a participação de toda a categoria em assembléia geral para definir o custeio da sua entidade.

2 - Extinção gradativa da Contribuição Sindical (o "imposto" sindical) prevista na CLT e assegurada na Constituição Federal de 1988. Na seguinte forma.

Em **duas vezes** nos seguintes percentuais:

No primeiro ano, extingue-se o desconto de 20 % (vinte por cento) que é destinado ao próprio governo federal, mantendo-se os percentuais destinados à Confederação, à Federação e ao Sindicato. Será descontado dos trabalhadores, somente 80 % (oitenta por cento) de um dia de trabalho (1/30 da remuneração mensal).

No segundo ano, reduz-se pela metade o percentual destinado ao sistema confederativo (confederação, federação e sindicato). Sendo descontado dos trabalhadores, somente 40% (quarenta por cento) de um dia de trabalho. Este percentual, respeitando a proporcionalidade prevista na lei, será distribuído da seguinte forma: 30 % (trinta por cento) para o Sindicato, 7,5 % (sete e meio por cento) e 2,5 % (dois e meio por cento).

3 - Derrogação da aplicação da contribuição assistencial. Pois está vinculada à assinatura de acordos com a classe patronal e impossibilita o debate profundo e democrático entre a classe, sobre o custeio do seu Sindicato. Além disso traz a situação insólita de haverem trabalhadores que nem apareceram na luta, que não têm qualquer consciência de classe, a nada contribuírem com o Sindicato pois assinam a carta de oposição exigida pelos patrões e pelos tribunais na redação da convenção. E diga-se também, que estes pseudo companheiros, normalmente são estimulados pelos patrões a fazerem este traiçoeiro papel.

4 - Que a vinculação ou filiação aos órgãos superiores (federações, confederações e centrais) seja definida pelas assembléias gerais do Sindicato com toda a categoria

MAIOR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO SINDICAL

Que o Partido Socialista defenda perante os seus filiados militantes do Movimento Sindical e perante os Sindicalistas Brasileiros o seguinte: Que seja inserido nos estatutos dos Sindicatos a realização de Assembléias Gerais Plebiscitárias, para que se façam Plebiscitos com toda a categoria para que os trabalhadores de forma ampla, democrática e participativa definam questões importantes da luta Sindical, principalmente: A definição das principais prioridades que devam receber recursos no Orçamento do Sindicato. A definição de Greves e outras formas de luta a serem adotadas. A definição das principais cláusulas a serem reivindicadas nos dissídios coletivos. A definição sobre vendas de bens mais importantes da Entidade, entre outras questões que possam ser debatidas de forma mais ampla com o conjunto de trabalhadores.

Construção Partidária

José Eurides de Moraes – Membro do Diretório Municipal de Passo Fundo

I – Introdução.

Em seu programa, historicamente o PSB se define como um partido socialista, um partido do campo popular, um partido com visão ideológica que transcende o puro liberalismo, que se contrapõe às regras do capitalismo no campo econômico, que diverge dos conceitos liberais de desenvolvimento social, tem visão própria sobre a função do Estado e, mais recentemente, tem posição essencialmente diversa do neoliberalismo quanto aos conceitos de soberania e formas de inclusão das nações no processo de globalização.

Nacionalmente, em seus ideais e principalmente em seus métodos, se distingue de forma clara das ideologias e condutas políticas dos demais partidos chamados de esquerda. Certamente é o partido do Brasil que tem mais bem definidos seus princípios doutrinários e diretrizes sobre questões fundamentais como a organização e função do Estado , formas de governo, soberania, conceito de desenvolvimento, relação com outros povos, função social da propriedade e dos meios de produção, liberdade e democracia, trabalho, livre expressão do pensamento e crença, meio ambiente e outros.

A história do PSB no Brasil foi feita por homens e mulheres de clareza ideológica comparável à dos melhores doutrinadores do socialismo internacional. Foram homens e mulheres que produziram uma doutrina socialista em sintonia com o socialismo internacional, mas adequada à realidade brasileira e, em diferentes momentos, frente a importantes questões nacionais e internacionais, assumiram e defenderam com dignidade os ideais e princípios socialistas.

A clareza ideológica e a coerência histórica, sempre foram motivo de orgulho de todos os filiados ao PSB, que sempre puderam se conduzir com altivez na defesa de seus ideais e condutas, mesmo em tempos de fortes preconceitos por parte da sociedade capitalista. A pronta e imediata expulsão de alguns camuflados socialistas por assumirem posições conflitantes com o programa, vem depor em favor do que estamos afirmando e mais ainda, foram fatos que vieram dignificar os integrantes do PSB por evidenciar uma seriedade que coloca acima de tudo a fidelidade partidária. Os que acreditam na construção do Socialismo como resultado da participação livre de todos, vêem espelhada sua aspiração no lema maior do partido: Socialismo e Liberdade.

II – Constatações.

No campo dos chamados "partidos de esquerda" está aberto o espaço a um partido socialista que, livre de radicalismos e sem se afastar de seus ideais seja capaz de interpretar e se inserir em uma realidade institucional e economicamente organizada pelo neoliberalismo capitalista. O PSB é o partido socialista que melhor dialoga com esta realidade sem perder a condição e identidade socialista. O cidadão brasileiro está desiludido com as sucessivas frustrações do atual sistema eleitoral e político do país e aberto a uma visão de novo modelo social, político e econômico, mas que não seja anunciador de radicalismos, intransigências e conflitos que a nada conduzem. Este é o espaço que o PSB precisa ocupar sem contradições, preservando a moralidade e fundado na coerência da agregação de forças que propugnem com métodos democráticos os mesmos fins.

Após 1980, com as sucessivas eleições, gradativamente o eleitor brasileiro começou a tomar consciência em massa de duas propostas distintas defendidas pelos inúmeros partidos políticos. De um lado os partidos de natureza neoliberal, chamados partidos de direita e de outro, os partidos socialistas. À medida que estas duas idéias básicas foram se tornando mais claras, as elites brasileiras passaram a criar os chamados "partidos de centro", que na verdade só mudaram a denominação, continuando a construção do projeto neoliberal, e servindo deliberadamente para manter o eleitor confuso quando não, enganado. Agora, quando a farsa dos partidos de "centro" cai, os mesmos personagens políticos que sempre estiveram em partidos que sustentam o atual sistema migraram preferencialmente para partidos ditos populares, trabalhistas, de tendência esquerdista ou socialista, confundindo mais uma vez o eleitor, que não sabe "quem é quem". Pelo país todo, personagens que sustentaram até o presente, o governo das elites internas e internacionais, promoveram as privatizações e entregaram a nação ao capital internacional, agora passam a ser socialistas.

Em meio a todo este novo emaranhado político, o PSB não pode se deixar envolver como mais um partido que cria confusão ao eleitor e aos seus próprios quadros.

Quem há algum tempo está engajado no espírito e militância do PSB, hoje vive um momento de angústia e questionamento ao presenciar fatos político-partidários que vêem ocorrendo. A dissonância entre o passado e o presente não passam desapercebidos. O nervosismo que se abate a passos largos sobre a grande maioria dos socialistas históricos e ideológicos é um fenômeno que não pode ficar silente. Pelo contrário, é uma realidade que reclama uma reflexão, uma análise, um posicionamento e uma ação imediata e visível. É preciso reagir para não nos confundirmos com os partidos denominados "populares" e "socialistas" mas que abrigam políticos arrebanhados desde à extrema esquerda até à extrema direita justificando tratar-se do "moderno socialismo".

Não alertamos para fatos pouco significativos e isolados que seriam natu-

rais e não afetariam a trajetória do PSB. Estamos falando de uma seqüência de ações importantes e conflitantes com os ideais, o programa, a natureza, a essência e a própria razão de ser do PSB na forma como vinha sendo construído. São fatos que negam a própria história do partido. A volatilidade do "entra e sai" que sempre criticamos nas legendas de aluguel, movidos por interesses e conveniências pessoais e casuístas, estão chegando nas entranhas do PSB.

O momento político do país é extremamente favorável a que um partido de esquerda chegue ao poder. Este fato parece estar perturbando grande número de lideranças de nosso partido que perderam a paciência e se lançaram na busca de nomes de fora do partido que tragam de arrasto grandes massas e que viabilizem a chegada ao poder, a qualquer custo e imediatamente, relegando a segundo plano a coerência programática e a história de construção partidária. Não basta se apostar em uma aventura, é preciso construir uma proposta viável eleitoralmente para o partido e consistente para a nação.

As investidas na busca de presidenciáveis, alguns comprometidos com o atual sistema imposto ao país, claramente sem nenhuma identificação socialista, demonstraram que o perfil ideológico, o passado de coerência e luta, ficaram em segundo grau de importância. Mesmo nos deixando constrangidos, por sorte nossa, alguns destes convidados por nosso partido, hoje são presidenciáveis por outros partidos, de direita. É doloroso reconhecer, mas parece que naqueles momentos o comportamento do PSB foi o de um partido nanico e sem definição ideológica que colocou a legenda à venda para ter um candidato a presidente. Tudo o que o PSB combateu foi buscar ao preço de sua própria alma, história e honra. Este não é um fato isolado. Significou "abrir a porteira" para todos os oportunistas que em seus partidos não tiveram e não têm coerência e fidelidade. É necessário que os candidatos e líderes do PSB expressem as idéias, programas e passado do partido acima de suas próprias posições e interesses como até agora se tem percebido. Por sua vez o partido também tem a obrigação de manifestar aos seus candidatos e oferecer suporte e assessora-mento suficiente para que o candidato fale e externe as posições do partido. É importante o partido defender seus possíveis candidatos, mas também é preciso promover uma discussão interna que lhes ofereça um programa de campanha e de governo.

Na questão das privatizações, os novos socialistas do Paraná votaram contra uma posição programática do partido. Convites a figuras estranhas aos socialistas acontecem em todo o Brasil. Fatos menos evidentes e conhecidos, mas movidos pelas mesmas razões acontecem nos Estados e municípios.

Os Socialista estão se sentindo constrangidos em dar explicações sobre fatos inexplicáveis. Companheiros que dignificaram a história do PSB estão envergonhados e impelidos a sair do partido para manter coerência com suas convicções e ideais socialistas. Por outro lado, novos companheiros que recentemente entraram no partido por convicção e coerência porque no socialismo é seu lugar, se sentem confundidos como se também fossem oportunistas.

Já se falou na possibilidade de coligação com os mais diversos partidos historicamente de direita, ao mesmo tempo em que se ouvem manifestações contrárias a aproximação com partidos de esquerda de quem sempre fomos parcei-

ros. Assistindo a tudo isso, homens e mulheres que fizeram história, dignificaram e dignificam o PSB e que, para continuar fiéis às convicções socialistas pensam em se afastar do partido, por se sentirem marginalizados por decisões de líderes partidários que desconsideram o debate e a consulta interna na tomada de decisões importantes.

Diante de fatos desta natureza é de se perguntar: Para onde estamos indo? Quem nos está conduzindo ? Quem está decidindo ?

Chegamos, então, a uma questão crucial e causal da crise de identidade partidária que estamos vivendo. O partido está desprezando a democracia interna. Decisões importantes estão sendo conhecidas pela imprensa, sem discussão interna em desrespeito às instâncias partidárias. A falta de debate e discussão interna estão permitindo que alguns líderes decidam pelo partido. Os militantes se sentem mais na dependência de orientações e decisões de seus líderes do que comprometidos com o programa partidário.

Estamos diante de um paradoxo existencial entre o dogma partidário do "socialismo democrático" e a prática do "verticalismo centralizado e autoritário" nas decisões fundamentais para a vida do partido. Os líderes decidem sem consulta e respeito às instâncias partidárias legitimamente constituídas. Mais grave se configura o assunto quando constatamos que as decisões são tomadas priorizando a busca de duvidosos resultados eleitorais, em detrimento da construção partidária e de um projeto socialista para o país, com prejuízo da coerência e da própria identidade.

III – Proposta

Ainda é tempo de definirmos que partido queremos. Não podemos pensar em uma proposta de governo para a nação, se não tivermos clareza e coerência com os dogmas que norteiam o partido. Não inspiramos confiança até mesmo em nossas fileiras se não mostrarmos coerência entre as ações de política interna de nossas lideranças e filiados com o programa do partido. Torna-se urgente retomar a prática da democracia interna inspirada no programa do Partido Socialista Brasileiro.

É preciso uma reação, é preciso reafirmar o rumo, reafirmar nosso conceito de socialismo e nossa prática democrática, e para isto propomos:

1º - Restabelecer e intensificar urgentemente a prática do diálogo, do debate e do exercício da democracia interna com respeito às competências das diferentes instâncias instituídas nos Estatutos e documentos do partido.

2º - Respeitar as condições e normas estatutárias no ingresso de novos quadros no partido, bem como assegurar o cumprimento do programa do partido no caso de novos filiados de passado político notório que indica prática contrária ao socialismo e democracia.

3º - Dinamizar, em todos os níveis, a ação das Comissões de Ética do Partido, sobre atos e manifestações de líderes e filiados, feitas em desacordo ou que afrontem o programa partidário.

4º - Reafirmar com clareza e determinação, uma definição de partido socialista, estabelecendo uma política de alianças em todos os níveis de inadmissibilidade de coligação com partidos reconhecidamente de direita e promover a aproximação com partidos de ideologia socialista.

5º - Incluir na estrutura partidária a criação de coordenadorias micro-regionais com representação garantida de um membro titular e suplente no Diretório Regional (Estado), como forma de assegurar democracia e representatividade do partido.

6º - Criar grupos de estudo e formação política nas micro-regiões, com homologação da Direção Executiva Estadual, para atuar em sua área de abrangência objetivando maior aprofundamento, domínio e democratização do conteúdo doutrinário socialista.

Contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade

*Marcus Cunha – PSB - Pelotas/RS

Os atos de terror ocorridos no último dia 11 de setembro nos Estados Unidos da América do Norte e a ameaça dos EUA de iniciarem uma Terceira Guerra mundial exigem uma reflexão séria e uma tomada de posição decidida por parte da sociedade brasileira.

Os Estados Unidos da América do Norte impuseram-se como nação hegemônica no mundo atual através do uso da força, comercial, econômica, militar.

Recordando a história recente, ao final da Segunda Guerra mundial, com a vitória assegurada, os norte-americanos realizaram o maior ato de terror jamais visto na história da humanidade. Jogaram sobre o Japão duas bombas atômicas nas cidades de Yroshima, e Nagazaki[1]. Desde então, as bombas continuam matando inocentes no Japão, em decorrência dos efeitos radioativos nocivos a saúde humana que as bombas deixaram no solo japonês.

Toda política norte-americana está marcada pela violência e apoio a ações violentas pelo mundo todo e, em especial, apoio aos regimes ditatoriais na América Latina[2]. Muitos golpes contra governos democraticamente eleitos foram feitos

* Marcus Siqueira da Cunha
Licenciado em História, Advogado e Professor de Direito Civil – UCPel,
Especialista em Direito Comunitário Europeu pela Università degli Studi di Genova - Itália
membro do Diretório Municipal do PSB de Pelotas-RS
e-mail: marcuscunha40663@hotmail.com
celular: (053) 983-3012

[1] Em Yroshima morreram instantaneamente 220 mil civis e em Nagazaki mais de 100 mil pessoas, na maioria velhos, mulheres e crianças que não serviam na guerra. O total de mortos até nossos dias chega a 500 mil pessoas que direta ou indiretamente faleceram em decorrência das bombas atômicas.

[2] Em 1954 tropas dos EUA desembarcaram na Guatemala em apoio ao golpe de Estado do General Carlos Castillo Armas; em 1964 os serviços secretos norte-americanos ajudaram a dar o golpe militar no Presidente João Goulart no Brasil; 1965. Os EUA intervém militarmente na República Dominicana que estava em guerra civil; em 1973 os serviços secretos norte-americano ajudam Pinochet a derrubar o socialista Salvador Allende no Chile; em 1983 tropas norte-americanas invadem a ilha de Granada no Caribe, com a desculpa de estarem se aproximando da vizinha Cuba; ainda em 1983 os EUA enviam uma frota diante da costa da Nicarágua para bloquear o comércio do país. Algumas semanas depois minam os portos nicaragüenses. O ato foi condenado pela Corte Internacional de Haia, mas não surtiu nenhum efeito.

pelos serviços secretos norte-americanos o que foi assumido publicamente, em documentos oficiais, pelo próprio governo dos EUA.

Os EUA patrocinaram guerras contra vários povos e massacraram civis inocentes em diversas partes do mundo[3]. Em 1948 quando os palestinos foram expulsos de suas terras para que se formasse o Estado de Israel, lá estavam os norte-americanos, dando apoio político e militar, apoiando a violência cotidiana contra os palestinos.

Talvez por isso, tenha sido tão difícil para os norte-americanos determinarem qual inimigo, dentre tantos possíveis, possa ser o autor dos atos terroristas de 11 de setembro.

O único que assumiu publicamente a responsabilidade pelos atos foi o grupo autodenominado Exército Vermelho Japonês, alegando estarem vingando os 500 mil mortos de Yroshima e Nagazaki. Não obstante a precisão do ataque, o golpe certeiro e sincronizado dos kamikazes[4] terroristas, todos preferiram não levá-los a sério. Aceita a autoria bombardeariam o Japão ?

Tantos atos de violência patrocinaram pelo mundo sem nunca terem sido ameaçados internamente como foram nesse momento.

A origem da violência contra os EUA não tem uma única causa. São vários os fatores que explicam um ato desses dimensões. Porém, dentre os fatores que seguramente contribuíram para o desfecho terrível está a política isolacionista patrocinada pelo governo, recém eleito com a minoria dos votos, George W. Bush. O Presidente Republicano foi aos poucos deslocando o poder da ONU para o G7, a intervenção militar mundial do Conselho de Segurança da ONU para a OTAN, promoveu a retirada dos EUA das assembléias mundiais, dos debates sobre temas centrais para a humanidade, como ocorreu em Duban, na África do Sul, conferência internacional sobre o racismo e como ocorreu em Kyoto, no Japão, não assinando o protocolo sobre a diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera.

A saída para a crise não é a retaliação. Não é revidando atos de terrorismo com mais terror que chegaremos ao entendimento e a paz.

A comunidade internacional precisa criar uma instância internacional compartilhada pelas nações que acreditam que os seres humanos podem resolver conflitos sem apelar para a guerra. Países que acreditem que a composição de conflitos pode se dar de forma civilizada.

Infelizmente, os líderes norte-americanos não tem seguido esse caminho em seus depoimentos ao vive em cadeia global. Já decidiram curvar-se à opinião pública interna e declararam, publicamente, que preparam uma Guerra longa e Suja. A CIA e o FBI serão autorizados à cometerem atentados terroristas, secretamente, em todos os lugares do mundo onde julgarem se esconda o inimigo invisível: o terrorista. Sendo necessário para o combate ao terrorismo, será feito. Outras ações mais espetaculares e "honrosas" serão devidamente transmitidas pelos canais competentes.

---

[3] Guerra do EUA contra o Vietnã (1965-1975).

[4] Pilotos suicidas japoneses que na última fase da II guerra mundial lançavam contra navios dos EUA com aviões carregados de explosivos. Foram 1.218 pilotos sacrificados.

Estando prestes a iniciar a Terceira Guerra mundial e não podendo determinar o inimigo, que ainda está invisível, o governo norte-americano elegeu um inimigo dentre tantos, que se não realizou, poderia ter realizado os ataques de 11 de setembro. O inimigo escolhido está abrigado em um país de significado modesto do ponto de vista econômico: o Afeganistão.

Qual o papel do Brasil nesse contexto ?

Como o PSB pode atuar na atual conjuntura ?

O Brasil tem uma tradição de decidir os conflitos internacionais através da diplomacia e não pela via da violência. Não devemos apoiar retaliações que tem como único sentimento a vingança de um povo atingido contra seu suposto agressor.

O PSB nasceu de uma opção de esquerda pelo o caminho democrático, não violento, de mudar a sociedade. Historicamente, se posicionou contrário a luta armada quando parecia ser esse o único caminho para se chegar ao socialismo.

Nesse momento difícil devemos assumir a responsabilidade histórica de estar ao lado da civilização, pelo caminho não violento de solução de conflito entre povos. Devemos condenar toda forma de terror e propor a criação de um Tribunal Internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade.

Reafirmar os fundamentos mínimos para a Democracia

Jandir Zanotteli – PSB - Pelotas/RS

Considerando a conjuntura mundial e nacional de turbulência, quase às vésperas de uma insana guerra mundial, provocada pelos motivos inspirados e sustentados por quem hoje se diz vítima de atentados terroristas que estão dentro da lógica de poder do Ocidente liderado pelos EU, é preciso reafirmar alguns fundamentos mínimos de democracia que o mundo ocidental capitalista e liberal ou neo-liberal ostenta como princípios:

Todos os homens nascem iguais em direitos e deveres, diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A igualdade não é apenas um fato. É um dever ser. Um compromisso ético, sem o qual a desigualdade é a regra. A igualdade é fundamentalmente econômica: ninguém pode ter mais do que necessita para viver dignamente enquanto outros não tem o mínimo para uma vida decente. Tudo o que temos a mais é um roubo daqueles que disso necessitam.

A usura, o acúmulo capitalista que se constitui em mercado é desumano, injusto, um roubo se ele (e sempre é assim) implicar na exclusão de grupos e pessoas do acesso ao mínimo vital indispensável. O capitalismo neo-liberal não é caminho para a inclusão dos que ele põe à margem do mercado e da vida.

É escandalosa a exclusão e a concentração dos bens no mundo (um quinto tem 80% dos bens), no Brasil (campeão mundial de concentração e exclusão), em Pelotas (onde 10% acumula mais de 80% dos bens).

O compromisso da igualdade como condição da liberdade e da fraternidade funda a paz alicerçada na justiça. Esse compromisso fundamenta as políticas do PSB (econômicas, sociais, culturais).

As estratégias para estabelecer essas políticas são as da participação real da população na gestão da coisa pública. Para isto não basta a tradicional democracia representativa. A democracia direta como fiscalização, controle e avaliação é indispensável.

Cada estratégia política tem a eficácia e os limites concretos de seu espaço e tempo. Uma estratégia não pode ser estabelecida como definitiva e absoluta, como dogma político e social. Assim, a Democracia representativa, em que a po-

pulação delega o poder a um grupo de representantes para que, em seu nome pense, aja e decida, é hoje, cada vez mais limitada em seu alcance ético, político e humano.

Faz-se necessária uma democracia cada vez mais direta e esta se estabelece pela participação.

Uma participação democrática supõe:

O conhecimento público, transparente, das necessidades fundamentais de toda a comunidade (e não apenas das necessidades de alguns e de seus interesses de domínio público ou inconfessáveis);

Que sejam conhecidos todos os recursos disponíveis para atender a essas necessidades (e não apenas de uma parcela dos recursos que se julga conveniente por em discussão)

Que as necessidades dos mais excluídos e necessitados sejam a prioridade absoluta e a diretriz no estabelecimento de políticas públicas;

Que a participação aconteça como um processo integral: planejamento, discussão, decisão , execução e avaliação;

Que o compromisso de igualdade gere a simetria de todos os participantes, na voz, no voto, e na realização;

Que ninguém pode ser dono, condutor iluminado, vanguarda do processo de participação;

A educação para a participação se faz na participação;

O início do processo necessita de uma renúncia ao poder ditatorial de quem está no poder, não apenas como estratégia de manipular o poder, mas como forma eficaz de aprofundar o poder, de fortalecer o poder do povo. Pois : "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente..." diz nossa Constituição.

A característica do PSB como um Socialismo Democrático exige que a participação popular seja nosso maior compromisso.

Proposta de tese da JSB/Pelotas: candidaturas e alianças no Campo da Esquerda - o PSB, como projeto alternativo, sustentável e articulado

A conjuntura nacional e internacional após o atentado terrorista de 11 de setembro configurou uma nova realidade política e econômica internacional, com reflexos já sentidos pela economia brasileira. Mas muito antes da trágica e violenta ação terrorista cometida contra os norte-americanos, a situação econômica e política no Brasil como nos Estados Unidos com a recessão americana, agravou-se ainda mais com o endividamento e a quebradeira da Argentina na América do Sul. Neste contexto, o Brasil submetido ao FMI, manteve a política das privatizações irresponsáveis e criminosas contra a nação. O nosso endividamento cada vez mais pernicioso além de ser ilegítimo coloca o país numa situação de caos, devido o aumento do desemprego e da violência urbana e rural. O governo de Fernando Henrique Cardoso, não resolveu até agora (e nem irá cumprir até ao final de seu governo desastroso) o compromisso assumido durante sua campanha com questões estruturais na área da economia e do social. Muito menos apresentou um projeto de política de desenvolvimento da nossa indústria assim como não tem resolvido a maioria das questões de interesse do país, como reformas importante junto ao Congresso Nacional. Ao contrário tem financiado instituições financeiras e empresas estrangeiras no processo das privatizações.

O cenário do qual estamos submergidos pela política de submissão gerou as crises da energia, da educação, petrolífera, agrário, social além da crise ética na política brasileira no Congresso Nacional e no Senado. Lideranças e aliados do próprio governo estão envolvidos em corrupção e desvio de verbas públicas.

(*) Corrigido erros de português e modificado o texto original segundo às proposições feita pelos delegados da JSB/RS.

Neste quadro político e econô-mico em nível internacional o Brasil se encontra e continua agravando-se a nossa situação frente ao teatro /terror provocado pela intolerância e arrogância dos norte-americanos no envolvi-mento da guerra contra o terrorismo internacional, é uma desculpa para impor sua lógica de hegemonia econômica, militar e política. É bom lembrar que existe uma pressão muito grande por parte da opinião pública, da mídia, da população, investidores e políticos americanos em relação ao desaquecimento da economia de seu país– e uma guerra neste momento contribuirá muito para a retomada das perdas econômicas e territórios(mercados) estratégicos. Em 2005, o Brasil terá que optar em fazer ou não parte da ALCA (Aliança Livre Comércio das Américas). Isto é objeto de preocupação para nós, pois significa o nosso ***"nó entrelaçado"*** aos interesses americanos com decisões econômicas e políticas que nos afetam e irá nos afetar se não tivermos bem claro os objetivos e propósitos dos acordos e instrumentos jurídicos que asseguraram nossa participação de forma que não sejamos prejudicados além de inviabilizados em nosso crescimento.

No atual cenário político brasileiro, encontramos, uma conjuntura de articulações em torno da sucessão presidencial no pleito eleitoral de 2002. Com a impopularidade gerada pelas crises em que passa a administração de FHC e os reflexos da crise da Argentina e às conseqüências imprevisíveis da guerra no Afeganistão, tem favorecido para o debate, a respeito do projeto de desenvolvimento e crescimento do Brasil ,frente a crise econômica e política em nível internacional assim como da perspectiva da esquerda chegar ao poder. Nas pesquisas recente, o crescimento da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva(Lula) do PT para presidência têm apontado um forte desejo de mudança por parte da população e setores organizados da sociedade. Ao mesmo tempo que também começa uma articulação forte por parte do governo federal, preocupado com essa realidade, busca apresentar um nome que possa ganhar a simpatia e o voto do eleitor descontente com sua gestão, dando assim a continuidade do projeto neoliberal implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nossa análise conclui que o momento em que estamos vivendo politicamente nos permitir fazermos uma reflexão profunda a respeito da necessidade de **unirmos forças em prol de um projeto novo com todas as lideranças e partidos descontentes com a realidade que temos.**

Assim estamos apresentando nossa contribuição junto ao fórum deliberativo do Congresso Estadual da JSB e PSB a proposição em relação às candidaturas a governos estaduais e para presidência da república em nível federal, bem como das coligações regionais. Nosso sentimento e desejo quanto militantes da base do PSB, é que nosso partido venha ser o projeto político de desenvolvimento econômico e sustentável como alternativa de governo nas esferas municipais, estaduais – onde já possuímos experiências importantes, assim como desejamos ser em nível nacional.

Nosso entendimento é de que o partido deva **apresentar uma candidatura própria buscando agregar ao nosso projeto de governo socialista com uma articulação dos partidos da esquerda e centro–esquerda.** Entendemos que a indicação do nosso representante como candidato precisa passar

pelo clivo da discussão e avaliação em torno do comprometimento com nossas propostas, possuir uma trajetória política socialista e moralmente ética, além das estratégias e do projeto de governo para o Brasil, avaliando a partir do resultado das eleições no pleito municipal de 2000, a melhor alternativa para chegarmos ao poder. Se vamos sair sozinhos ou vamos buscar uma composição com forças da esquerda e diversas?

Cabe lembrar que a estratégia da direção nacional do partido para às eleições municipais de 2000 valorizou optando pela flexibilidade das composições variada com diversas forças políticas de direita, centro - esquerda e esquerda, respeitando as realidades regionais, bem como orientando para uma composição mais identificada com os princípios socialistas.

A candidatura do PSB em nível nacional deverá ser o objeto político de discussão e articulação dos partidos da esquerda, contando, principalmente, com o apoio do PT numa composição da frente popular.

Entendemos que ainda não temos às condições suficientes para ganharmos sozinhos uma eleição em nível federal, mas se buscarmos ser um intermediador assim como uma proposta de candidatura, poderemos atrair apoios importantes para construção da vitória da esquerda no Brasil.

Coligações regionais:

Partindo do pressuposto da análise do pleito municipal de 2000 e, consequentemente da expectativa superada pelo desempenho do partido em relação à cláusula de barreira, nas eleições passadas considerando como saldo positivo, achamos importante dar continuidade **nas alianças com partidos da esquerda** e lutar para construirmos onde não tivemos essa possibilidade.

Acreditamos que é no debate das discussões e na avaliação da realidade de cada região, que buscaremos a orientação da direção partidária em prol dos interesses do PSB como projeto socialista para a sociedade brasileira. Assim queremos propor aos companheiros a proposta de defendermos coligações em nível federal com a frente-popular, consolidando o projeto da esquerda do qual o PSB está inserido em muitos estados e municípios.

Projeto de esquerda do PSB no RS:

A sustentação do projeto de esquerda no estado, bem como o apoio político junto à Frente Popular, passa pela reflexão da nossa participação como força política e aliados junto ao governo do Partido dos Trabalhadores— independente das secretarias, órgãos, departamentos, etc. que ocupamos — assim como do projeto de governo que queremos ter no próximo pleito, em 2002.

Fazendo uma avaliação crítica da nossa participação entendemos que às reivindicações e bandeiras de luta do PSB no governo Olívio Dutra não receberam atenção devida em relação a fidelidade e apoio junto ao governo. Achamos também que houve setorização de espaços limitando nossa participação na **tomada**

de decisão e discussão das política e projetos do governo para setores importantes como o da juventude. Além da maioria das vezes, neutralizar nossa participação no governo de forma mais ampliada.

Não queremos com isso, inviabilizar a continuação do projeto de esquerda que ajudamos a construir aqui no estado do Rio Grande do Sul e, sim fortalecê-lo com maior participação da nossa militância e das forças aliadas, sem cometermos equívocos e nem tampouco impedirmos o crescimento do nosso partido. Somos favoráveis à manutenção da coligação com a Frente Popular na luta para consolidar o nosso projeto de esquerda no Rio Grande do Sul.

Assim nos posicionando, holisticamente, mas sem perder a autocrítica, oferecendo nossa contribuição como forma de ajudar na luta contra os sistema capitalista e seus modelos e organismos internacionais, acreditamos que este espaço: o congresso do Partido Socialista Brasileiro como fórum adequado para o debate, a polêmica e discussão que converge para consolidar e afirmar o socialismo democrático como alternativa e sistema de uma sociedade mais justa, tolerante, solidária, fraterna e democrática. Viva o socialismo! Fora capitalismo!

Assinam esta tese os companheiros:

❑ Alex Sandro da Rosa Cunha – Secretário de Formação Política da JSB/Pelotas

❑ Carlos Roberto Soares Ferreira- Secretário –geral da JSB/Nacional e membro do Diretório Municipal do PSB/Pelotas-RS e-mail> Tablados@bol.com.br

❑ Frederico Moreira- Secretário –geral da JSB/Pelotas - RS e-mail> fred_oliveira@hotmail.com

❑ Maicon de Almeida Machado- Secretário de Finanças da JSB/Pelotas- RS

❑ Leandro Teixeira – militante da JSB/ estudante secundarista –Pelotas-RS

❑ Vladimir Aguilar Antunes- Secretário de juventude da JSB/Pelotas –RS e-mail> vladistony@hotmail.com

❑ Ademilton Nunes- militante da JSB/Pelotas – RS.

Por um Brasil Socialista

Alexandre Ortiz Aguirre ,Daiane de Camargo,
Cristiano Ouro, Paulo Sérgio, Rubiane Deise Barcelos,
Neiva de Mello, Cinara Ortiz Aguirre, Diogo Bozzetto,
Otávio Reichert, Vanuza Ortiz Aguirre, Vanesa Ribas,
Fabricio Da Rosa, Romeu Pansera Viera, Joel Ortiz, Rafael Pes.

Os jovens estão decepcionados com os rumos de nosso país. Acreditam, em sua "ampla maioria", que não vale a pena lutar porque o país não "muda", devido ao alto índice de corrupção que existe na política nacional, que está as claras e aberta para que a população possa acompanhar as falcatruas de "nossos representantes", que estão na realidade representando interesses próprios e de pequenos grupos com grande poder econômico, deixando assim nossa Nação na mais perene miséria. Não podemos permitir que um país com o poderio enorme de biodiversidade, de recursos energéticos, de enorme riqueza cultural, fique subjugado a interesses de poucos que tem uma visão limitada que alcança apenas o seu próprio umbigo. Nosso país vive uma crise de moral, ética e de valores em geral. Por este motivo, temos de repensar nossos atos como indivíduos e como jovens engajados na política. Devemos nós começarmos uma campanha de conscientização da juventude de nosso estado, da importância de se ter critérios em escolher pessoas com valores éticos e com preocupação social clara, podendo assim ter indivíduos capazes de representar verdadeiramente os interesse de nosso povo e nossa juventude.

Abrimos os jornal todos os dias e pelo menos uma notícia de corrupção, rombo dos cofres públicos, tráfego de influencias, uso indevido da máquina pública, entre outras das grandes falcatruas dos nossos pseudo-representantes. Muito se lutou pela democracia, muito se lutou por um Brasil livre da mordaça do regime militar, muito se lutou pela liberdade de expressão, muito lutou-se para que o Brasil mostrasse sua cara. E hoje se escuta –Mas até parece que no tempo dos militares o país era mais honesto. – É o que dizem alguns dos jovens que se encontram descontentes com os FHCs com os BARBALHOs os PCs e ANÕES DA PREVIDÊNCIA que não param de surgir dia-a-dia no cenário nacional. Porém, esquecem estes, que no tempo dos militares isto não surgia porque os militares não permitiam a liberação deste tipo de informação para não macular a imagem da corporação militar. Mas a corrupção existia: pessoas foram mortas para manter este aspecto sem corrupção nos governos militares. Muita tortura, muitos dos direitos fundamentais do ser humano foram desrespeitados pelos militares em nome do "BEM ESTAR DA NAÇÃO". Este ranço da chaga do GOLPE MILITAR vamos carregar ainda

por muito tempo, além da influência grande do "QUARTO PODER" (a mídia) que ao invés de auxiliar e abrir os horizontes dessa gente que quer construir sua própria história, fecha as portas de uma programação mais esclarecedora e mantém uma visão mais alienante. Deixa assim, a força política mais eficiente de uma nação desfalcada de seus instrumentos de pressão, A JUVENTUDE.

O país vive uma crise ética que começou a 500 anos onde índios iludidos trocaram riquezas de uma utilidade ímpar por espelhos e uma série de bugigangas sem nenhuma utilidade. E nosso povo continua com este tipo de atitude, trocando riquezas de utilidade ímpares para o bem comum por bugigangas. Nosso povo levado pela eterna crise de riquezas concentradas nas mãos de poucos, pelas atitudes alienantes dos meios de controle social, pela crise educacional que perdeu sua função de formação de indivíduos pensantes para uma função de indivíduos alimentados. Junta-se todos estes aspectos para dentro de uma nação que "agoniza" com as faltas de perspectivas para um futuro mais justo, que vise o bem comum, desanimando a muitos de lutar por um mundo melhor, facilitando a formação de anti-valores que ao invés de construir destroem uma NAÇÃO.

"Uma grande nação só é conquistada,
Quando sua estrutura já está podre por dentro"
(A Queda do Império Romano)

Paulo Freire já afirmava que só existem dominadores quando os dominados permitem que os dominadores lhes dominem.

Nós brasileiros, temos tendência de continuarmos achando que por conseguirmos pequenas coisas devemos dar nosso voto, que nada mais é que a "GRANDE RIQUEZA" de um país democrático.

Por este motivo, nós da Juventude Socialista Brasileira, devemos deflagrar uma campanha pela moralização do voto, para que nossos jovens deixem de ser alienados e passem a ser indivíduos pensantes, conscientes e construtores de sua história. Vamos as escolas, comunidades, trabalho explicando a importância do voto e as conseqüências de seu mau uso. Auxiliando assim na formação de uma juventude política e capaz de construir uma nação mais igualitária. Não podemos esquecer que o Jovem não é o futuro da nação e sim o presente, precisa ter condições para assumir um país de tamanha importância no cenário mundial. Por isso precisamos de representantes preocupados com a formação e manutenção de nossa Juventude.

PROPOSTAS: POR UM BRASIL SOCIALISTA

Þ Deflagar uma campanha de conscientização nas escolas: pela valorização do voto

Þ SUSPENSÃO do pagamento da DÍVIDA EXTERNA até a realização de uma TOTAL AUDITORIA

Þ Desenvolver tecnologias de ponta para não dependermos do petróleo importado

Þ NÃO a PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS E das outras empresas de energia.

Þ Investir e desenvolver a saúde preventiva no país

Pequenos negócios grande desenvolvimento da sociedade

Rogério Fraga – Presidente do PSB de Esteio/RS

Prezados Companheiros Socialistas:

Aproveitamos o ensejo e a ocasião deste Congresso Municipal para apresentar a presente tese como alternativa de tornar viável um projeto de Brasil Socialista, dentro do lema do nosso partido, que socialismo é liberdade. O nosso país, com toda a sua diversificação econômica (10ª economia em PIB) apresenta um quadro social extremamente contrário a este PIB. Historicamente os pequenos empreendimentos empresariais, em sua maioria não chegam ao final do primeiro ano de atividade e creio, baseado na minha experiência como microempresário que, basicamente, deve-se esta grande inviabilidade dos pequenos negócios à falta de uma política governamental de assistência creditícia subsidiada. As linhas de crédito que existem atualmente, via SEBRAE, CEF, Banco do Brasil e Banrisul tornam-se inacessíveis pelo fato de exigirem, dos pequenos empreendedores, a estrutura de uma grande empresa.

Ora, meus companheiros! Isto vale dizer a mesmo coisa que não querer conceder o crédito. Um sistema subsidiado e de fácil acesso alavanca o desenvolvimento econômico e o nível de emprego. Isto fica comprovado através da pujança econômica das nações ricas, as quais tem sua base econômica alicerçada nos pequenos empresários.

Podemos citar a Alemanha, a qual tem mais de 1,5 milhões de pequenos negócios empregando 70% da População Economicamente Ativa (PEA), movimentando, assim, todos sistema. O governo alemão tem agencias de desenvolvimento em cada cidade para assessorar, orientar e assistir aos pequenos. O mesmo acontece nos Estados Unidos. O governo municipal de Porto Alegre criou, em 1996, a Instituição de Crédito Comunitário Porto do Sol que, apesar de tímida, cresceu e já se espalhou para Novo Hamburgo e Gravataí. Vejam: começou, na época, com um fundo de apenas R$ 1.000.000,00, sendo que uma boa parte desse valor veio a fundo perdido da própria Alemanha, através de uma agência de desenvolvimento. O atual governo gaúcho, através do BRDE, está com seguindo implantar uma linha de crédito para os pequenos que é excelente para alavancar recursos com prazo de pagamento alongado e juros baixos, nem por isso o banco irá falir. O

governo federal nunca implantou uma política de crédito voltada aos pequenos e quando o faz, funciona apenas na propaganda televisiva eis que, na prática, o tal crédito é tão burocratizado que o empreendedor vira as costas e procura o sistema bancário privado.

Senhores! Acredito que realmente podemos implantar um projeto de Brasil Socialista, mas, para isso, devemos facilitar e assessorar os pequenos negócios afim desses poderem tornar o Brasil mais pujante economicamente e mais igualitário socialmente.

A produção tecnológica como solução para o País

Luis Carlos de Césaro (Engenheiro Mecânico - Secretário Especial da Executiva Estadual do PSB-RS
Diretor Superintendente da SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul)

Síntese: Na questão tecnológica reside o principal problema do Brasil. Gargalos: formação da elite, colonialismo, dependência do conhecimento, endividamento externo e interno, centralização, financiamento, diferenças regional-culturais, políticas públicas, aculturação e controle da informação, ações externas de desagregação interna (estado-instituições de financiamento-estruturas de educação-empresas-cidadãos), falta de determinação e idéia de futuro.

01 – Sem idealizar uma sociedade, mas partindo da realidade objetiva onde a produção de bens depende do conhecimento acumulado que permite a tecnologia necessária, a geração de riqueza de cada país, de cada região, município ou comunidade, está diretamente associada à forma como as pessoas se organizam para acumular conhecimento, criar e desenvolver tecnologia, bem como da forma como se apropriam dessa produção.

02 – O grau de satisfação coletiva está diretamente ligado aos excedentes que são produzidos e do nível de distribuição dos bens entre a população. Depende do processo de acumulação de capital, bem como da sua apropriação.

03 – Historicamente, o Brasil (logicamente estados, regiões e municípios ou comunidades) é dependente do conhecimento externo, do financiamento externo, tendo se desenvolvido de forma reflexa devido à inexistência de uma elite interessada em realizar seu próprio projeto através da independência tecnológica e de capitais. Preferiu as alianças externas (primeiro a europa; após, também, os EUA), pois dessa forma realizava-se (e realiza-se) sem a necessidade das transformações e afirmações capitalistas a exemplo da inglesa e americana.

04 – Essa cultura da dependência institucionalizou-se via governos, bancos, meios de comunicação, empresas e escolas de todos os níveis, onde a questão do "projeto nacional" jamais foi (e não é) objeto de reflexão para a formação de gerações realizadoras.

05 – Após as fases anteriores da dependência (primeira e segunda revoluções industriais), ingressamos no pior tempo com a terceira (mundo pós-industrial), onde o processo de globalização delimita outras fronteiras e estabelece outras formas de divisão internacional do trabalho, trazendo novos fenômenos como o retrocesso de regiões em direção à barbárie.

06 – O Brasil inviabiliza-se na medida em que é submetido ao garrote da dívida externa e interna, vende e perde seu patrimônio, aprofunda a dependência tecnológica via atração de empreendimentos do exterior, desestrutura continuamente os mecanismos de financiamento, abre mão dos setores estratégicos (energia e comunicações) entrega o sub-solo, os meios de informação e não se apropria das próprias riquezas, mergulhando numa dependência total que nos coloca sob risco de perda completa de identidade e capacidade de criar uma idéia e um projeto próprio de futuro, soberano e sob nosso controle.

07 – Essa perda de soberania, juntamente com outros países periféricos como a Argentina, fortalece a hegemonia do capital financeiro internacional e seus detentores, concentrados sobremaneira na Coroa Britânica e nos EUA, revelando a existência de ações de desagregação controlada por eles e seus associados.

08 – O regime da usura imposto (e aceito), penaliza permanentemente amplas camadas da sociedade, mostrando a forte presença do capital financeiro organizado que encontra, aqui, um campo fértil para a acumulação direta de capital (sem passar pela produção) via taxas de juro sem precedentes na História. O Brasil é, cada vez mais, provedor importante da acumulação internacional dirigida pela oligarquia financeira apátrida e globalizante.

09 – Esses movimentos do capital afastam, cada vez mais, a possibilidade da sua concentração e inversão na produção científica e tecnológica ditada soberanamente, mesmo que integrada internacionalmente através do comércio global. Como agravante, assistimos à uma inversão da lógica da acumulação da forma mais perversa: vender patrimônio para financiar grandes empreendimentos de grandes empresas multinacionais, ações patrocinadas pelo modelo neo-liberal comandado pelo Planalto e muitos estados, mostrando uma ingerência organizada dentro do nosso próprio governo (FMI, Banco Mundial), claramente vinda de fora, nítidamente definida, objetivamente programada e enquadrada na geopolítica da nação hegemônica mundial: EUA e sócios menores.

10 – A centralização histórica do poder político e econômico transforma-se, hoje, e cada vez mais, num dos maiores entraves ao desenvolvimento tecnológico e social, na medida em que submete às regiões modelos e projetos não gestados da base social das mesmas, mas definidos centralizadamente. O êrro de Brasília se transforma no erro de todo o território. O poder verticaliza-se mais e mais, consolidando o autoritarismo que desagrega a base social, de onde deve surgir a cidadania organizada e produtora de representações democráticas e descentralizadas – a horizontalização das relações.

11 – A centralização dita as políticas públicas, concentra os recursos, controla a política de financiamento (desprezível) à tecnologia própria, submete os currículos escolares, anacrônicos e deformados, concentra a informação e molda a opinião num processo alienante e nefasto à construção da cidadania com justiça.

12 – Os estados estão garroteados pela União, via dívida pública e esta aos credores internacionais, num sufoco permanente e inviabilizador dos grandes investimentos necessários ao salto tecnológico, à sociedade do saber, da criação e da produção em larga escala segundo as necessidades sociais do conjunto da população.

13 – O endividamento, o pagamento absurdo de juros, a dependência do ingresso de capitais externos e de tecnologias, colocam o país na condição de colônia moderna e de forma permanente.

14 – A desarticulação interna entre o poder político (executivos e legislativos), as estruturas de formação (escolas, institutos técnicos e de pesquisa, Universidades), as estruturas de produção (empresas do setor primário e secundário) e as estruturas de financiamento (bancos), emperram da mesma forma o desenvolvimento em todos os campos. Essa unidade só está presente nos países ricos.

15 – As diferenças culturais entre as várias regiões, juntamente com os estágios diferentes de acumulação de capital observados, configuram a necessidade de políticas não centralizadoras, mas regionalizadas e socialmente definidas. A criação de governos regionais (dentro dos próprios estados), com autonomia orçamentária incluída, é passo essencial para a ruptura com a centralização. Jamais virá, de Brasília, as soluções regionais.

16 – A forma como a informação está organizada no país, igualmente centralizada e de forma perversa (controle absoluto), é, igualmente, obstáculo ao desenvolvimento. Submete o indivíduo, afasta-o da consciência sobre a natureza do seu problema, entope sua cabeça com estímulos dirigidos, como as horas diárias sobre o campeonato brasileiro de futebol, anestesia de longa data e de grande eficácia.

17 – Dado o potencial fantástico de desenvolvimento, o Brasil é submetido permanentemente à ações de desagregação controlada (já reconhecida, inclusive), como forma de manutenção do controle da oligarquia financeira internacional, dentro da geopolítica americano-inglesa (com seus sócios menores).

18 – A resultante fundamental deste quadro é o sentimento de impotência, aliado à ignorância, a ausência de uma clara idéia de futuro, jogando os cidadãos no hedonismo não-produtor, no "a vida é aqui e agora", característica dos povos dominados.

19 – O hedonismo alastrado adormece outro sentimento, este fundamental para o grande movimento social: a determinação. O brasileiro do futebol, do aqui e agora, sem idéia de futuro (e, em conseqüência, sem projeto), é prisioneiro de uma prática social não-construtiva, despendendo suas energias e capacidades apenas na continuidade da sua condição de dependente, sem questionamento (como regra).

20 – Contudo, resiste a possibilidade da inversão da lógica do poder dominante, com suas conseqüências. O país (e cada pedaço dele), pode romper com a dependência, com a submissão e iniciar outro caminho de desenvolvimento, integrador dos cidadãos, criador e produtor, tendo como base os recursos disponíveis, naturais e de capitais, de conhecimento e de tecnologias existentes. Pode se

realizar em 20 anos, a exemplo do ocorrido em outras partes do mundo (Itália moderna do norte, regiões da Espanha, Irlanda etc.)

21 – O pressuposto para essa fantástica transformação reside na organização do conhecimento, da criatividade e da produção, segundo outras políticas públicas que tenham como base a descentralização, o respeito às culturas regionais, na direção da PRODUÇÃO TECNOLÓGICA, pulverizada nacionalmente e indutora de micro e médios empreendimentos resultantes de elaborações locais.

22 – Sua viabilização requer o combate à desarticulação presente, unificando poderes públicos com empreendedores, com as escolas e universidades e agentes financiadores, visando produtos para o mercado local e global. Um outro movimento gerador de riqueza, partindo do município ou da região, quebrando a centralização.

23 – Essa produção tecnológica exige modificações institucionais e administrativas, criando-se governos regionais e/ou, nos municípios de certa dimensão, as SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TECNOLOGIA, consideradas como o centro gerador de novas atividades produtivas locais. Essas Secretarias deverão induzir, localmente, a criação, a organização da produção, a política de formação, interagindo fortemente, e cada vez mais, com as estruturas de educação e de financiamento.

24 – Onde há a presença de instituições de pesquisa, de Escolas Técnicas e de Universidades, os cursos deverão ser reorientados para a interação local e regional, desenvolvendo os pacotes tecnológicos a serem oferecidos aos novos (ou mesmo já presentes) empreendedores, grupos de cidadãos organizados e chamados para a sua execução.

25 – Essa descentralização de política tecnológica não elimina a continuidade de ações que, por sua natureza, deverão ser centralizadas, como a alta tecnologia de comunicações (ex.: satélites próprios).

26 – O grande protagonista dessa formidável mudança e avanço, plenamente possíveis, é a JUVENTUDE BRASILEIRA, presente nas escolas de segundo grau e universidades, sensíveis a uma nova idéia e projeto de futuro. Formação para a realização de empreendimentos, ao invés de meros diplomas para a disputa de empregos num mercado desorganizado, frágil e submisso.

27 – Por fim, esse grande salto na produção tecnológica – A TECNOLOGIA COMO SOLUÇÃO PARA O PAÍS, deverá interagir fortemente com as forças armadas, estabelecendo uma sinergia capaz de garantir nossa soberania, além de potencializar nossa capacidade de criação tecnológica.

Nenhum país será capaz de pagar melhores salários, oferecer moradia, assistência médica, previdência decente, bens de consumo, preservar o meio ambiente, se não for capaz de desenvolver continuamente seu próprio conhecimento, afirmando sua identidade, controlando suas próprias riquezas, criando novos artigos e intensificando suas relações de comércio com os demais países. Ou nos construímos a nós mesmos, ou disputaremos cada vez mais as migalhas resultantes da histórica dependência, hoje mais sutil, mas igualmente perversa. Ou criamos o que queremos e necessitamos, ou marcharemos para a barbárie. Ninguém virá aqui resolver nossa miséria.

Proposta de diretrizes para uma política de ciência e tecnologia de um governo da frente popular

Dr. Sérgio Machado Rezende

O Brasil tem hoje um complexo sistema de Ciência e Tecnologia (C&T), composto por por universidades, centros de pesquisa, organismos de formulação de políticas e agências de financiamento federais e estaduais. Os financiamentos dessas agências têm propiciado o contínuo crescimento do nosso sistema de C&T, que mesmo não tendo a dimensão necessária para um país da magnitude do nosso, já conta com cerca de 50 mil pesquisadores e é de longe o maior e mais qualificado da América Latina.

Apesar do sistema brasileiro de C&T ter sido formado sem articulação com políticas setoriais definidas e ter a pesquisa concentrada nas universidades, ele apresenta alguns resultados expressivos. Dentre estes cabe destacar a pesquisa e produção de petróleo em alto mar, a produção de soja em larga escala no Cerrado brasileiro, a construção de hidrelétricas baseada no emprego de engenharia civil pesada brasileira, o Programa do Álcool, o desenvolvimento nacional dos setores de siderurgia e informática e a implantação de uma indústria nacional aeronáutica e aero-espacial.

Entretanto, nos últimos anos, o sistema brasileiro de C&T foi relegado a um plano muito baixo na política do Governo Federal. As verbas para o fomento da pesquisa caíram drasticamente, os novos pesquisadores e grupos emergentes não conseguem financiamento para instalar uma infra-estrutura mínima para pesquisa, os níveis de remuneração de pesquisadores, docentes e bolsistas são os menores em uma década, e inexiste uma política clara para que o sistema produtivo se desenvolva com base no emprego de técnicos e profissionais nacionais qualificados. Em paralelo, o modelo anterior de desenvolvimento auto-sustentado foi abandonado, pois os formuladores políticos do atual governo entendem que ele teria se esgotado pela incapacidade de o Estado gerar fundos necessários para o financiamento das estruturas de apoio social e dos pólos inovadores de conhecimento.

A política recente, chamada de integração competitiva, promoveu o processo de privatizações, ignorando um amplo conjunto de aspectos estratégicos e sociais, e desprezando a competência científica e tecnológica estabelecida, assim como a rede de indústrias de alta tecnologia formada e acumulada em torno das

empresas estatais. No setor elétrico, os grupos estrangeiros que adquiriram as nossas companhias geradoras e distribuidoras estão abandonando a hidreletricidade, na qual além dos recursos naturais, temos uma competência tecnológica das mais avançadas em todo o mundo. Pior, ela está sendo substituida por termeletricidade, o que impõe ao país custear a importação de uma matéria-prima que não temos, além de remeter divisas para pagar os custos da engenharia e dos equipamentos que vêm de fora. Diversos setores industriais foram desnacionalizados, vítimas das taxas de juros exorbitantes e da falta de uma política industrial ou de compras pelo setor público que estimule a empresa nacional. O setor de informática e eletrônica, que contou nas década de 1970 e 1980 com uma política de informática, propiciando a implantação de uma importante indústria montadora de bens finais do chamado complexo eletrônico - informática, automação industrial, telecomunicações e eletrônica de consumo, foi sucateado nos últimos anos. Dois anos depois de esfacelada a Telebrás, já quase não resta empresa nacional produtora de equipamentos de telecomunicações com tecnologia própria. Esta situação tem gerado um desequilíbrio da balança comercial, que atingiu no ano de 1998 a cifra de US$ 10 bilhões somente no setor eletro-eletrônico. No setor metal-mecânico, historicamente dominado por empresas estrangeiras, as poucas empresas brasileiras exemplares deixaram de ser nacionais, como a Metal-Leve e a Eletrometal.

O projeto neo-liberal colonial e a "integração competitiva" produziram um novo discurso e uma nova ideologia para orientar as próprias atividades do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que apesar do esforço de seus dirigentes, não têm respaldo dos formuladores da política econômica. Para contornar esta situação, recentemente, o MCT descobriu uma engenhosa forma de obter recursos adicionais para financiar o sistema de Ciência e Tecnologia, os fundos setoriais, criados por várias leis que estabelecem contribuições compulsórias de setores específicos do sistema produtivo. Os fundos setoriais têm o mérito de aumentar substancialmente os recursos públicos para C&T, que haviam atingido níveis extremamente baixos com a desativação do FNDCT, porém não estão inseridos em uma política de desenvolvimento consistente e não contemplam a pesquisa básica nem importantes setores do conhecimento.

Este documento apresenta uma proposta de diretrizes para uma nova política de C&T voltada para o desenvolvimento soberano do país, apresentada ao Partido Socialista Brasileiro, como uma contribuição para o futuro governo da Frente Popular. Esta política é baseada em algumas premissas essenciais. A primeira premissa é o fato de que no mundo atual, Ciência e Tecnologia são fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem estar social das nações. No futuro este setor será mais importante ainda na distinção do papel das nações, pois terá crescente influência nas condições de competir no mercado internacional e nos mecanismos internos de formação da renda e de desenvolvimento econômico e social.

A segunda premissa é que o desenvolvimento científico e tecnológico não é privilégio dos países centrais, que já têm tradição secular de pesquisa e contam

com mecanismos de incorporação de seus resultados pelo sistema produtivo. Nos países que conseguiram romper a barreira do subdesenvolvimento, a criação de um sistema de C&T articulado com o sistema produtivo revelou-se fundamental. Estamos convencidos que somente investindo pesadamente em educação, saúde, ciência, tecnologia industrial e agropecuária, conseguiremos reverter os atuais índices de analfabetismo e de mortalidade infantil, possibilitando redefinir a inserção do povo brasileiro na divisão internacional do trabalho e colocar como prioridade a substituição de importação de tecnologia e a realização no maior grau possível, do esforço de P&D no interior da nossa sociedade.

A terceira premissa básica é a de que o desenvolvimento científico e tecnológico de cada país depende diretamente de políticas, atitudes e ações de seus governos que exigem determinação, continuidade e investimentos regulares. Em países sem tradição neste setor, com grandes limitações de recursos e enormes necessidades de curto prazo, é necessário desenvolver ao mesmo tempo sistemas universitários e de pesquisa básica de qualidade, e também implantar políticas e ações assentadas em atitudes inovadoras, que levem seu complexo científico-tecnológico a contribuir de forma marcante para que a sociedade usufrua os benefícios oriundos do conhecimento.

Com base nas premissas acima e na análise do estado atual do sistema de Ciência e Tecnologia do país, apresentamos de forma sucinta e em linhas gerais, uma proposta para as principais diretrizes de uma política que visa dar ao setor de Ciência e Tecnologia um papel destacado em um novo projeto de desenvolvimento nacional, visando a inserção soberana do Brasil no contexto internacional.

Articulação com políticas setoriais

A primeira diretriz e a mais importante é a afirmação do setor de Ciência e Tecnologia como um dos pilares do novo projeto de desenvolvimento nacional. A política de C&T que será elaborada pelo novo Governo deverá ser articulada com as diversas políticas setoriais, de modo a inserir ações de C&T nos vários programas de atuação dos governos federal e estaduais e do setor produtivo. Esta política, assim como os planos, metas, instrumentos e as ações previstas, serão estabelecidos no mais alto nível decisório. Para isto deveria haver uma revisão da composição e do papel do Conselho Nacional de C&T. Além dos ministros responsáveis pelas áreas com grande inserção de C&T, o Conselho deverá ter a participação dos presidentes de importantes órgãos federais e empresas estatais, como BNDES, BNB, Petrobrás, e representação significativa da comunidade científica, das classes empresariais e dos trabalhadores, atuando através de diversas câmaras setoriais. O Conselho também terá a atribuição de definir a proposta orçamentária de C&T em todos os ministérios, articular a política de C&T com as diversas políticas setoriais, definir a política de utilização dos fundos setoriais e dos recursos das leis de incentivos fiscais no setor de tecnologia, bem como acompanhar e supervisionar a execução dos planos em todos os níveis do Governo Federal.

O papel da Universidade Pública

Universidade Pública Brasileira deverá ter papel de destaque na nova política de C&T, pois já demonstrou estar na vanguarda na construção de um País que almeja ocupar um lugar valorizado na divisão internacional do trabalho, nesta chamada era do conhecimento. A Universidade Pública Brasileira, que possibilitou a internalização na nossa economia e na nossa sociedade, das atividades de pesquisa e desenvolvimento, até então apenas realizadas nos países centrais, representa o maior trunfo que dispomos para também nos inserir na grande revolução industrial-tecnológica atualmente em curso nos países centrais, apoiada na microeletrônica, na informática e na biotecnologia. Será portanto, essencial valorizar e estimular seus funcionários, professores, pesquisadores, técnicos e pessoal de apoio administrativo e auxiliar, recuperar e ampliar sua infra-estrutura, assim como criar programas que possibilitem democratizar seu acesso por estudantes provenientes das classes menos favorecidas.

Ampliação da Base de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos

O número de 50 mil pesquisadores ativos no País é ainda muito pequeno para as necessidades de desenvolvimento econômico-social soberano. Ele corresponde a 0,03% de nossa população, enquanto nos países desenvolvidos este número atinge 0,4%. É essencial então apoiar a ampliação dos programas de formação pós-graduada e dos grupos de pesquisa em todo o território nacional. Isto requer, simultaneamente, promover a melhoria do ensino de ciências nas escolas de primeiro e segundo graus, e ampliar o número de vagas no sistema público de ensino superior, atuando em toda a cadeia de formação de pessoal. Na ponta inicial da cadeia, será importante criar projetos mobilizadores para engajar as universidades num grande programa de melhoria do ensino básico. Na outra ponta, da pesquisa e formação pós-graduada, o apoio à pesquisa básica deverá ser mantido e ampliado, dando-se aos grupos de pesquisa liberdade de escolha de temas, porém exigindo deles produção científica de qualidade. Por outro lado, deverá haver um grande estímulo à realização de pesquisa aplicada, notadamente em áreas de maior impacto e contempladas pelos fundos setoriais, de modo a tornar a ciência mais engajada no desenvolvimento do País.

Ampliação dos Centros de Pesquisa Federais, Estaduais e Privados

Nos países centrais os sistemas de C&T são constituídos pelas universidades e por centros de pesquisa ou institutos tecnológicos públicos e privados. Os centros e institutos tecnológicos empregam mais de 30% dos pesquisadores daqueles países e desempenham importante papel em P&D sobre temas específicos e na interface com empresas. No Brasil, por outro lado, o grande progresso observado nas últimas décadas na pesquisa nas universidades não encontrou a contrapartida desejável nos institutos e nas empresas. Com exceção de alguns

centros do MCT, da EMBRAPA e da FIOCRUZ, os institutos quase não têm atividades de P&D devido principalmente à quantidade insuficiente de pesquisadores e à falta de objetivos e missões específicas. Será importante promover uma criteriosa avaliação das missões e do desempenho dos atuais institutos e centros de pesquisa federais, visando redefinir seus objetivos para torná-los mais úteis nas respostas às demandas da sociedade, estudar a criação de novos centros para atender a demandas específicas e criar programas de incentivo à melhoria e ampliação dos institutos estaduais atuando em setores tecnológicos estratégicos. Também será importante criar, via indução e parceria com o setor privado, novos modelos de institutos de pesquisa tecnológica, integrados a setores e segmentos industriais, assim como projetos mobilizadores conduzidos por estes centros, visando estimular a pesquisa própria ou em parceria com grupos universitários.

Redução dos desequilíbrios regionais em C&T

O desequilíbrio federativo no Brasil se manifesta de várias formas e é reflexo de nossa formação histórica. O poder central, freqüentemente movido por interesses de grupos ou facções representativos das forças politicamente mais fortes, tem sido incapaz de implantar políticas para diminuir as desigualdades regionais acumuladas e refletidas na disparidade de indicadores estratégicos. No caso do setor de C&T, o País enfrentou na década de 90 uma crise ímpar com a efetiva desativação do FNDCT e dos mecanismos de fomento regular do MCT, contribuindo para o aumento das disparidades entre os grupos das regiões mais e menos favorecidas. Pior, muitos pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação destas últimas têm sidos atraídos para estados que contam com fundações estaduais de fomento consolidadas, estabelecendo um processo contínuo de drenagem de talentos e competências e contribuindo para agravar o quadro de disparidades e comprometer o futuro da Federação. Fazer hoje o discurso do prêmio à competência estabelecida e ignorar as origens das diversidades apontadas, na distribuição competitiva dos recursos federais, é cristalizar uma situação de injustiça histórica. É preciso reconhecer que o pleno desenvolvimento de um país com a dimensão e diversidade do Brasil só poderá ser alcançado através de um grande esforço para diminuir as desigualdades regionais em todos setores, dentre eles o de C&T. Sem este esforço a tendência natural será no sentido de cada vez mais concentrar espacialmente os recursos humanos e materiais para pesquisa nas regiões mais desenvolvidas. É necessário criar mecanismos diferenciados para a atração e a fixação, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de novos grupos e pesquisadores, sendo oferecidas condições especiais de apoio para a manutenção da infra-estrutura dos pesquisadores ativos que aí continuam a manter suas atividades, através de projetos individuais ou de apoio a grupos emergentes. Também será importante a incorporação do componente de C&T nos órgãos de desenvolvimento regional, como SUDENE, SUDAM e BNB, assim como estabelecer uma grande articulação entre o Governo Federal e os estados

visando aperfeiçoar e/ou desenvolver os sistemas estaduais de C&T, apoiando a elaboração de estudos para a definição de estratégias de desenvolvimento local e financiando programas e projetos conjuntos em regime de contrapartida.

Sergio Machado Rezende

As Teses foram aprovadas com as seguintes observações:

JAIME BONFIM DA SILVA – PERNAMBUCO
Devemos apoiar os candidatos do PSB que tenham um compromisso com o Partido e não aqueles frutos de coligações que esfacelem nosso Partido. Cada realidade é uma e acho que não devemos fechar questão.

MARI MACHADO – RIO GRANDE DO SUL
Temos que discutir as alianças em cima de projetos políticos, de convicções e quando temos as definições já sabemos quais são nossos parceiros e adversários. Quanto as definições de Dep. Federais todas as coligações deverão passar pela Executiva Nacional.
Precisamos de Dep. Estaduais que não façam dobradinha com outros partidos e sim comprometidos com a causa socialista.
Temos que ter uma uniformidade no discurso do PSB na defesa de um ideário programático em todos os Estados.
Concordo com quase todos os pontos da tese de Carlos Siqueira com exceção à questão da Assembléia Constituinte, antes dessa bandeira temos outras como o combate à fome e pobreza, bem como o cumprimento das leis que já existem.

ALAOR RIBEIRO – RIO DE JANEIRO
Temos que aproveitar o momento para desenvolver um plano de formação de novas lideranças.
Sugeriu uma MOÇÃO: Que todos os prefeitos do PSB apóiem os candidatos do PSB e não de outros partidos.

J. J. RIBEIRO
Temos competência para lançar candidato à Presidência é hora de termos responsabilidade conosco com o Partido e com o País, respeitando nossos quadros e elegendo Garotinho.

JORDAN LUÍS – BAHIA
Temos que ter um crescimento de qualidade e não só de pessoas que queiram se filiar, para podermos eleger nosso candidato.

SERAFIM CORRÊA
Sugere a criação de uma Coordenação Nacional para controlar e fiscalizar as alianças regionais, passo a passo.

MARCUS CUNHA
Propõe a criação de um tribunal internacional para julgar o terrorismo norte-americano.

MANOEL VEIGA COSTA – MARANHÃO
Educação como projeto político para o País e criação de um programa de capacitação de nossos companheiros socialistas.

JOÃO LUIZ BATISTA – SINDICALISTA
Defende que o PSB deve ser contra a inclusão do Brasil na ALCA.

FERNADO MADUEÑO – GOIÁS
Propõe que a Agenda 21 seja adotada como ferramenta de educação para todos os militantes do PSB e que os discursos políticos sejam permeados pelo conceito de sustentabilidade.

SILVA NERI
É importante disputar a Presidência da República sem abrir mão dos compromissos e companheiros do Partido. Devemos crescer fortalecendo nossas bases.

FRANCISCO DE ASSIS
Propõe o não pagamento da dívida externa, a não inclusão do Brasil na ALCA e é contra a política do FMI.

ELIMAR SANTOS
Temos que discutir as teses e não apenas aprová-las.

ELENILDO PEDRO ARRAES
Que os alunos do ensino médio tenham direito ao livro didático.

WILMA DE FARIA
O Partido deve apresentar programas e alternativas de soluções viáveis. É preciso investir na reforma agrária, na pequena empresa e em políticas de fixação do homem no campo.
Precisamos intervir na comunicação social para ter uma educação formal e não formal mais ampla.

ALEXANDRA
É preciso fortalecer a base do Partido para fazermos a diferença.

JAIME SILVA – RIO DE JANEIRO
Defendeu o cooperativismo socialista como forma de redução do desemprego.

LUIZ HENRIQUE LIMA – RIO DE JANEIRO
O saneamento é a maior dívida social do País e o maior problema ambiental.

JOSÉ EMILIANO SILVA – ALAGOAS
Defender teses dos movimentos populares e a criação de representação dos mesmos do PSB.

GEREMIAS LOPES
Defende a tese que os movimentos populares devem fazer parte da composição orgânica do Partido, já que são a base de um governo socialista – Propõe um seminário para discussão dos movimentos populares.

GERSON BITTENCOURT
Criação de grupos de discussão para aprofundar as teses do Partido e rediscussão da forma de seleção dos delegados.

JOSÉ CARLOS ELOI MARTINS
Criação de uma nova constituinte que tenha o reconhecimento da sociedade.
Apóia a tese da juventude quanto a uma democratização participativa e eletiva nas unidades de ensino fundamental, médio e superior.
Por uma revisão total do MERCOSUL.

ROSANA MARIA DO NASCIMENTO MENDES
Defende a construção de um partido de massas para possibilitar uma verdadeira transformação social.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Necessidade de maior espaço para discussão no Congresso do Partido e pela suspensão do pagamento da dívida externa. Ensino público e gratuito para todos.

EDINAURA NÓBREGA
Propõe que os parlamentares do PSB votem contra o desmonte da CLT.

JULIANO VAZ CARVALHO
Propõe a criação de grupos de trabalho para termos propostas coerentes e viáveis.

FLÁVIO SILVA PEIXOTO
O programa do PSB deve ter uma política para o homem do campo em especial para a região nordeste.

GERALDO SIQUEIRA
Coloca a necessidade de reestruturação interna do PSB.

ISABEL MARIA – PARÁ
Propõe que o candidato Garotinho escute os representantes de cada Estado (foi muito aplaudida)

GILMAR E DEMAIS REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS POPULARES
Encaminhará por escrito a proposta depois de discussão em reunião que será realizada após o encerramento das discussões do dia.

Apresentação e Aprovação de Moções:

Chega a minha mão uma moção. Gostaria que as resoluções e moções fossem encaminhadas aqui à Presidência.

A primeira moção é encaminhada pelo Deputado José Antônio a respeito da instalação da Base de Alcântara. O Deputado José Antônio vai apresentar a moção ao Plenário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTÔNIO – Sr. Presidente, Governador Miguel Arraes, companheiros da mesa, companheiros do Plenário, a moção tem o seguinte teor:

Manifestamos posição veementemente contrária ao acordo entre o Brasil e os Estados Unidos sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação americana do lançamento de foguete a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão, a melhor situação geográfica possível para o lançamento de veículos espaciais, praticamente na linha do Equador, em troca de uns poucos milhões de dólares. O Brasil compromete a sua soberania transferindo a outra potência poderes e direitos extraterritoriais sobre instalações brasileiras em áreas do território nacional.

As condições do acordo são bastante abusivas e limitam compulsoriamente a liberdade do Brasil de atuar segundo suas conveniências. Entre as obrigações unilaterais assumidas pelo Brasil temos a de ceder o uso de amplas áreas e facilidade da base de forma exclusiva e privativa, transferindo para os Estados Unidos a autoridade para adoção de qualquer ação relacionada com o licenciamento de exportações da Base de Alcântara, o direito de suspender ou revogar qualquer licença de exportação relacionada com os lançamentos, bem como a prerrogativa de inspeções de materiais que se destinem à Base.

Como se não bastasse, o Brasil ainda fica impedido de usar os recursos advindos do acordo em programas de aquisição, desenvolvimento e produção de tecnologia aeroespacial.

Não podemos, em hipótese alguma, permitir mais essa ingerência, esse hegemonismo norte-americano nas questões internas do Brasil,

que fere a soberania do País e a auto-estima do povo brasileiro.

Essa é a moção.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, na verdade, a abertura das moções e resoluções é uma deliberação soberana do Plenário.

Os senhores que apóiam a moção apresentada pelo Deputado José Antônio levantem o crachá.

Aprovada a moção apresentada pelo Deputado José Antônio.

Temos agora o Deputado Eduardo Campos, que vai apresentar uma moção sobre a questão da flexibilização da CLT, apresentada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Companheiros da mesa, companheiros do plenário, venho apresentar, em nome da Comissão Executiva do Partido, uma moção de repúdio ao PL 5.483 do Poder Executivo, que pretende quebrar a CLT, que foi uma conquista da luta dos trabalhadores brasileiros.

Ao contrário do que afirma o Governo, essa proposta representa mais um golpe contra os trabalhadores, pretender que as condições de trabalho ajustadas mediante convenções ou acordo coletivo prevaleçam sobre a CLT e simplesmente permitir que direitos sejam extintos e com eles conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros.

O Governo justifica a mudança na necessidade de gerar empregos e adaptar o mercado de trabalho à economia globalizada, o que exige direitos negociáveis e contratualizados e não direitos inegociáveis e legítimos.

Entretanto, várias medidas de flexibilização já foram adotadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, sem contudo representar nenhuma melhoria para os trabalhadores brasileiros. Para exemplificar, o trabalho informal cresceu do início do Governo Fernando Henrique Cardoso, que era de 46%, para 54% no ano passado. E o desemprego atinge hoje níveis jamais vistos na história brasileira. A informalidade e o desemprego enfraquecem os sindicatos e tornam as relações de trabalho ainda mais frágeis.

Como vemos, a flexibilização vem enfraquecendo ainda mais os trabalhadores, que tanto sofrem com as ameaças constantes de desemprego, diante da crise econômica e da entrega do País.

Dessa forma, queremos aqui repudiar a alteração e agressão a lutas históricas e conquistas dos trabalhadores brasileiros.

Essa é a moção, companheiros.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Gostaria de me solidarizar com o Deputado Eduardo Campos, como todos os parlamentares que têm responsabilidade com os direitos dos trabalhadores do Brasil.

Vou colocar em votação a moção. Os senhores que a aprovam levantem o crachá.

Aprovada.

Moção do PSB, no seu VIII Congresso Nacional, de repúdio ao bloqueio econômico e político à República de Cuba. Luiz Rangon e Carlos Monteiro, Delegados do Rio de Janeiro.

Os senhores que aprovam a moção levantem o crachá.

Aprovado o repúdio do bloqueio a Cuba.

Moção apresentada pelo Marcos Cunha, moção de apoio à criação do Estado Palestino.

Os senhores que a aprovam levantem o crachá.

Aprovada.

Moção de Luiz Rangon, Delegado do Rio de Janeiro.

O PSB é solidário e apóia a luta do MST pela Reforma Agrária no Brasil.

Os senhores que aprovam a moção levantem o crachá.

Aprovada.

Moção de apoio ao companheiro Olívio Dutra, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, expressando a confiança em sua firmeza moral e ideológica num projeto de democracia de um governo popular para o Estado.

Os senhores que a aprovam levantem o crachá.

Aprovada.

Existe uma resolução do companheiro Beto, que vou pedir para ele ocupar a tribuna para encaminhar a moção de apoio aos professores universitá-

rios na luta pela melhoria das suas condições e pela melhoria do ensino público no Brasil.

Os senhores que a apóiam levantem o crachá.

Aprovada.

Queria convidar o Deputado Estadual Jorge José Gomes para ocupar a tribuna e defender a moção. Ele é Deputado Estadual da Executiva de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO JORGE JOSÉ GOMES – Companheiro Miguel Arraes, Presidente Nacional do Partido, demais companheiras e companheiros da mesa, companheiros congressistas, essa é uma moção inclusive de um documento aprovado no nosso congresso estadual e a farei aqui em nome da Executiva do Partido Socialista Brasileiro de Pernambuco.

Considerando que em 2002 haverá eleições gerais, torna-se indispensável uma discussão ampla no sentido de se estabelecer políticas e diretrizes que deverão nortear o conteúdo programático dos projetos nacional e estaduais a serem elaborados.

Como é do conhecimento de todos, no Brasil convivemos com desigualdades regionais gritantes e também com grandes diferenças entre estados e numa mesma região em virtude de não termos políticas regionais de desenvolvimento que permitam viabilizar economicamente os estados e as diversas regiões do País.

No caso de Pernambuco há questões de suma importância que não permitem a elaboração de um programa estadual, isso que é importante, sem antes acontecer o tratamento dessas mesmas questões no nível regional. Alguns exemplos: água, necessidade de definição de políticas para uso múltiplo; Rio São Francisco, salvação do que foi outrora o rio da integração nacional, margens rodoviárias, ferroviárias e fluvial; turismo, estabelecimento de programas de desenvolvimento; Zona da Mata canavieira, articulação política conjunta visando a obtenção de um plano de recuperação.

Deste modo, julgamos oportuno e importante que seja aprovado neste Congresso Nacional do PSB uma moção determinando a realização até o final de março de 2002 de seminários regionais sobre

o Nordeste, objetivando aprofundar a discussão de assuntos de interesse comum com o propósito de se estabelecer uma ação coordenada que permita a atualização da sua infra-estrutura, o revigoramento da sua industrialização e o desenvolvimento de projetos especiais em segmentos que possam propiciar a retomada do seu crescimento socioeconômico.

A coordenação desse seminário será do PSB, mas, também muito importante, deve ter um caráter suprapartidário envolvendo especialmente todas as forças progressistas e populares que se opõem ao atual modelo neoliberal e subserviente aos organismos internacionais ora implantados no Brasil.

Sugerimos também que esta moção que Pernambuco apresenta sobre o Nordeste possa também ser ampliada às demais Regiões do País, no sentido de possibilitar a elaboração de um projeto pautado para uma maior integração nacional, particularmente quando estamos lançando uma candidatura competitiva à Presidência da República, a candidatura do Governador Anthony Garotinho.

Essa é a moção.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, existe uma série de moções que vão ser apresentadas em determinado momento, queria colocar a moção do Deputado de Pernambuco para ser aprovada. Os senhores que a aprovam levantem o crachá.

Aprovada.

O companheiro Negrão, do Rio de Janeiro, o João Carlos, perdeu os seus documentos. Quem achar uma carteira com os documentos do João Carlos Santos, por gentileza encaminhe à mesa.

Companheiros, queria pedir ao Deputado Beto Albuquerque para apresentar a resolução.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Companheiro Alexandre, companheiros e companheiras, a resolução é bem simples e pragmática, é para sistematizar o nosso programa de governo da nossa candidatura presidencial.

O que estamos propondo é que o Congresso Nacional convoque para abril de 2002, ou em querendo a Comissão Executiva Nacional antecipando esse prazo, um encontro nacional temático antevisto por encontros regionais,

com representação de até 10 representantes por Estado, com o objetivo de sistematizar o programa para um Brasil Socialista, que irá presidir todos os debates, os programas, a campanha do PSB e do nosso candidato a Presidente da República, companheiro Anthony Garotinho.

A idéia, portanto, é que as regionais Sul, Nordeste, Centro, Norte, enfim, de todo o Brasil, até lá possam tematicamente sistematizar as propostas que serão a âncora do debate e da voz da nossa candidatura presidencial do companheiro Anthony Garotinho.

Essa é a proposta de resolução, companheiro Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, em votação. Os que aprovam a resolução levantem o crachá.

Aprovada.

Companheiros, algumas resoluções e moções que já foram encaminhadas à mesa efetivamente já foram colocadas em votação. Não tenho mais nenhuma moção nem resolução. Chegamos num momento importante e vou pedir ao Presidente Nacional do Partido para encaminhar a resolução que acho da maior importância para a história e efetivamente para a construção de um partido de dimensão nacional. É um desafio que o PSB incorpora no momento como Partido e que vivemos esse sentimento de unidade, de crescimento, e mais, de construção de um partido que não só tem os formadores de opinião, que não só constrói esse partido através dos pensadores, mas que evidentemente não abre mão de ter uma relação ampla e aberta com os excluídos.

Quero, neste momento, presidindo este Congresso, passar a palavra ao Presidente Nacional, para que ele encaminhe a resolução que vamos aprovar, que espero que aprovemos neste Congresso.

Gostaria que cada um dos senhores, após o Presidente encaminhar a resolução, que votasse como se estivesse votando nessa novidade, que é a criação de um partido, que antes de tudo, tem esse compromisso, esse *link* com a população.

Passo a palavra ao Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, Governador Miguel Arraes.

Lançamento da Candidatura do Governador Anthony Garotinho à Presidência da República

O SR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Presidente Nacional do PSB) – Companheiros, vamos propor a aprovação de decisões tomadas pela Comissão Executiva do partido, pelo seu Diretório Nacional, que precisam ser homologadas por este Congresso.

A primeira decisão é de que o Partido Socialista Brasileiro terá candidato a Presidente da República para o ano de 2002. (Palmas.)

O segundo ponto da resolução é que o candidato a ser definitivamente aprovado no Congresso que se vai realizar em razão da legislação em vigor será o Governador do Estado do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. (Palmas.)

O terceiro ponto da resolução, de acordo com a legislação em vigor, confirmar esta candidatura e para rever parte do Estatuto do nosso Partido. Os Delegados serão os mesmos deste Congresso. (Palmas.)

Vou pedir ao Presidente do Congresso para pôr em votação a resolução que venho propor em nome da mesa e da Direção Nacional do Partido.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, vamos votar agora oficialmente.

Vocês que aprovam a candidatura própria para Presidente da República do Partido Socialista Brasileiro levantem o crachá.

Aprovada a candidatura própria a Presidente da República por unanimidade! (Palmas.)

Vocês que aprovam o nome do Governador Garotinho como candidato a Presidente da República do Partido Socialista Brasileiro levante o crachá.

Aprovado, por unanimidade, o Governador Garotinho para candidato a Presidente da República pelo Partido Socialista Brasileiro! Parabéns, Governador!

Existe uma proposta encaminhada pelas mulheres que gostaria de submeter a este Plenário. Quem vai encaminhar é a Secretária Nacional de Mulheres, a companheira Mari.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres) – Companheiras e Companheiros presentes ao VIII Congresso do Partido Socialista

Brasileiro, estamos aqui a Prefeita Wilma, a Prefeita Kátia, a Delegada Rosinha e eu para encaminhar a seguinte proposta:

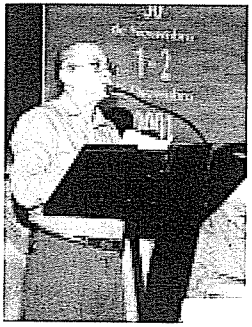
Nessa caminhada que estamos encaminhando hoje rumo à Presidência da República, nada mais justo que o Governador Garotinho, que será o Presidente do Brasil, esteja acompanhado, tendo ao seu lado uma mulher, uma mulher combativa, uma mulher de história, uma mulher nordestina. Estamos apresentando o nome da companheira Luíza Erundina para Vice-Presidente!

Queremos que a força da mulher, da verdadeira mulher lutadora, que tem compromisso com os trabalhadores, que tem compromisso com as mulheres, esteja representada no cenário político. Nós queremos uma chapa completa: Garotinho Presidente, Luíza Erundina Vice! (Palmas.)

Eleição do Diretório Nacional dos Conselhos de Ética e Fiscal, representantes junto ao TSE

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Temos ainda que aprovar a chapa única do Diretório. Peço a todos que ocupem os seus lugares. Estamos tentando agilizar. Houve um pedido de todas as delegações para que agilizássemos essa questão. Como só existe uma chapa registrada, vou pedir ao Professor Roberto Amaral para ler a proposta de chapa do Diretório. Companheiros, é da maior importância que todos vocês delegados sentem para que possamos aprovar por aclamação o Diretório do Partido Socialista Brasileiro. Vamos agora deliberar por aclamação a única chapa registrada do Diretório Nacional.

Passo a palavra para anunciar os membros do Diretório ao companheiro Roberto Amaral.



O SR. ROBERTO AMARAL – Companheiros, a proposta que vamos ler reflete a unidade do Partido. A chapa da unidade, a chapa do fortalecimento, a chapa que vai aparelhar o Partido para ter uma candidatura à Presidência da República.

Tentamos organizar um Diretório à altura do desafio de ter um candidato à Presidência da República. Este Diretório representa o consenso do Partido e queremos ao anunciá-lo agradecer a contribuição de todos os companheiros que trabalharam para que este Partido saísse deste Congresso como está saindo, unificado, unido em torno de suas teses e de seu candidato.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiro Roberto Amaral, acho que é da maior importância que se leia todos os nomes e aprovemos de uma única vez os nomes de todo o Diretório. Obrigado.

Existe um pedido para identificar o Estado. Não há votação separada de um ou de outro, a chapa é única.

Gostaria que o Professor Roberto Amaral encaminhasse a questão.

O SR. ROBERTO AMARAL – Atenção, companheiros! Vamos ler como de hábito em nosso Partido a lista como ela foi organizada e depois poderemos fazer a identificação por Estado.

DIRETÓRIO NACIONAL

1. Arraes, Miguel de Alencar
2. Pref. Adalberto Lelis Filho
3. Sen. Ademir Galvão Andrade
4. Adilson Gomes da Silva
5. Dep. Alexandre Aguiar Cardoso
6. Gov. Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira
7. Sen. Antonio Carlos Valadares
8. Arnaldo Viana
9. Benedito Rildo Jastes Furtado
10. Dep. Carlos Lapa
11. Carlos Orling
12. Carlos R. Siqueira de Barros
13. Dilton da Conti
14. Djalma Souto Maior Paes Júnior
15. Domingos Leonelli Netto
16. Dep. Eduardo Henrique Accioly Campos
17. Pref. Eduardo Passos Coutinho C. de Oliveira

18. Emílio Dionisio Pôrto Diniz
19. Dep. Eudoro Walter Santana
20. Evandilson de Freitas Andrade
21. Evandro Costa Milhomen
22. Dep. Evilázio Farias
23. Fernando William
24. Gilmar Mangueira da Silva
25. Gilvan da Silva Freire
26. Dep. Graça Matos
27. Isabel Maria Brito Pimentel
28. Jaime Cardoso
29. Dep. Jamil Haddad
30. Jefferson Arruda
31. Gov. João Alberto Rodrigues Capiberibe
32. João de Ananias Vasconcelos
33. Ver. João de Andrade Arraes
34. Joaquim José Saraiva da Penha
35. Joilson Antônio Cardoso do Nascimento
36. Dep. Jorge José Gomes
37. Dep. José Antonio Figueiredo de Almeida Silva
38. José Dourado de Souza
39. José Izecias de Oliveira
40. José Renato Casagrande
41. Jurandir Boia Rocha
42. Pref. Kátia Born Ribeiro
43. Lairson Rodrigues Bueno
44. Dep. Luiz Gonzaga Patriota
45. Dep. Luiz Roberto de Albuquerque
46. Dep. Luiza Erundina de Sousa
47. Márcio Luiz França Gomes
48. Marcus Alexandre Quintino Vieira
49. Mari Elisabeth Trindade Machado
50. Maria Augusta de Almeida Feldman
51. Dep. Mauro Nazif
52. Nadja Diogenes Palitot y Palitot
53. Sen. Paulo Hartung
54. Dep. Pedro Almeida Valadares Neto
55. Reginaldo de Castro
56. Roberto Átila Amaral Vieira
57. Dep. Rodrigo Rollemberg

58. Gov. Ronaldo Augusto Lessa Santos
59. Dep. Salvador Khurieyh
60. Serafim Corrêa
61. Sérgio Gaudenzi
62. Severino Nunes de Araújo
63. Silvanio Medeiros dos Santos
64. Pref. Wilma Maria de Faria

DIRETÓRIO NACIONAL
SUPLENTES

1. Pedro Coelho
2. Murilo Sérgio Silva Neto
3. Givaldo Carimbão
4. Rosângela Matteus de Oliveira
5. Cleuza Pereira
6. Marcos Vilaça
7. Adroaldo Peixoto
8. André Kriczmm
9. Valton Miranda
10. Yves Ribeiro
11. Yara Regina Gouvêa
12. Auxiliadora Cunha Pires
13. Mário Luis Fernandes Medeiros Filho
14. Walter Rodrigues de Paula
15. Antonio Marlos Ferreira Duarte
16. Miguel Martini
17. Ubiratan Franco Pereira da Silva
18. Ailton Claudino de Andrade Filho
19. Max Joel Russi
20. Ricardo Jorge Murad
21. Antonio Jácome
22. Francisco Alves

Conselho de Ética
Titulares:

Ricardo Maranhão
Roberto Franca Filho
Jacy Proença

Conselho de Ética
Suplentes:

Ivan Rodrigues
Hélio Francisco de Castro
Amparo Araújo.

Conselho Fiscal
Titulares:

Domingos Paes
Luiz Paulo Amorim
Izael da Nóbrega

Conselho Fiscal

Suplentes:

Lauriano Marco Zancanela
Sileno Guedes
José Luciano Ponte Linhares

Delegados Junto ao Tribunal Superior Eleitoral
Carlos Roberto Siqueira de Barros
Roberto Átila do Amaral
Evandro Lins e Silva

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, deixe-me dar uma explicação.

Diretório é uma chapa. Para a Executiva o Diretório vota em nomes. O registro é registro de chapa. Por isso que pedi ao companheiro Roberto Amaral para ler a nominata da chapa.

Antes de colocar em votação a proposta do Diretório, a moção encaminhada pelas mulheres eu não tinha colocado em votação. Quero colocar como moção o nome da Deputada Erundina para Vice-Presidente do Governador candidato. Vocês que a aprovam levantem o crachá.

Aprovado.

Colocarei em votação a chapa única Unidade Socialista apresentada e lida pelo companheiro Roberto Amaral. Vocês que a aprovam levantem o crachá.

Aprovada. Eleito o novo Diretório do Partido Socialista Brasileiro! Muito obrigado.

Companheiros, existe uma moção apresentada à mesa, que é a seguinte:

O Movimento Popular vem através dos seus filiados ao Partido Socialista Brasileiro manifestar o seu protesto pela falta de debate e participação do segmento popular no decorrer do VIII Congresso.

Enquanto FHC não arrocha a sua turma, mas a vida do povo brasileiro, nós do PSB ficamos omissos.

Viva a luta do povo!

Acho que realizamos o maior congresso da história do Partido Socialista Brasileiro e a Direção entende que temos que nos aprimorar, temos inclusive que discutir o local. Acho que esta é uma moção justa, porque a mesa entende que tem que se ampliar o debate. Achamos que esse debate tem de ser efetivamente ampliado, e o Movimento Popular cumpre esse dever de cobrar da Direção um debate maior.

Vocês que aprovam a moção, por favor levantem o crachá.

Democraticamente aprovada a moção.

Companheiros, na verdade, temos alguns encaminhamentos para fazer. Pediria ao companheiro Roberto Amaral que fizesse uma saudação ao nosso candidato a Presidente da República, o nosso Governador do Estado do Rio de Janeiro, hoje homologado pela Assembléia Geral do nosso Congresso, para que depois pudéssemos passar a palavra ao Presidente Garotinho. Obrigado.

O SR. GILMAR – Uma questão de ordem, Presidente. Tínhamos encaminhado uma reivindicação nacional para deliberar sobre o secretário dentro da Executiva Nacional dos Movimentos Populares e não está colocado aqui em votação nem a nossa indicação e nem a nossa solicitação.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Eu queria que a mesa apanhasse o encaminhamento do companheiro e encaminhasse aqui à Presidência.

Dr. Roberto Amaral, por gentileza.

O SR. ROBERTO AMARAL – Companheiros da mesa, Presidente Arraes, Presidente Garotinho, minhas queridas companheiras e meus queridos companheiros, permitam-me os mais jovens do Partido, permitam-me os que chegam agora para nos ajudar a construir este Partido que eu lembre um pouco da história que estamos escrevendo, para que se possa compreender a grandeza desse ato. Este Partido chega aqui quase como um esforço de teimosia, quase como um esforço de resistência, de resistência partidária, de resistência democrática, de resistência socialista. Nós somos os herdeiros das lutas sociais e estamos neste País lutando por todos aqueles que durante décadas neste País e no mundo lutaram pelos interesses dos trabalhadores. Nós temos uma candidatura e nossa candidatura não tem simplesmente um projeto político ou um projeto eleitoral, nosso projeto é a transformação da sociedade brasileira. Nós Socialistas não nos sentimos identificados com o projeto eleitoral, com o campo eleitoral, com as candidaturas expostas. Nós estamos identificados com a ruptura. Não nos interessa administrar um pouco melhor do que Fernando Henrique o projeto da social democracia. Nosso projeto é transformar este País, nosso projeto é combater a injustiça social, nosso projeto é construir uma democracia social, nosso projeto é combater a exclusão, a exclusão que atinge a homens, a mulheres, a crianças e a idosos.

Companheiros, estamos assumindo um desafio muito importante, estamos assumindo o desafio de ter um candidato à Presidência da República, estamos assumindo o desafio de eleger o futuro Presidente da República e estamos assumindo o desafio de governar para mudar. Nós somos a promessa de mudança, nós somos a segurança de mudança e só nos interessa ganhar para poder mudar. Nós queremos um país soberano, um país que possa escolher a sua política econômica, um país que diante das demais nações se dirija às demais nações de pé e olhe nos olhos dos outros dirigentes. Nós queremos uma nação que tenha como princípio a defesa dos seus interesses, a defesa de suas riquezas, a defesa de seu povo, a defesa da saúde do seu povo, a defesa da sua indústria e a defesa do emprego.

Nosso governo terá como base a defesa do emprego e a valorização do trabalho. Nós seremos um governo democrático, um governo que acabará com a exclusão, que transformará este País, esta província riquíssima, esta república numa nação feliz.

Companheiros, Anthony Garotinho precisa ganhar as eleições e precisa governar. A nossa campanha terá que ser uma campanha de magistério, é fundamental ganhar a alma, é fundamental ganhar a mente e os corações de todos os brasileiros, para que no governo tenhamos apoio para realizar as mudanças.

Vamos sair daqui direto para as ruas, vamos sair daqui para fortalecer o nosso Partido em cada vila, em cada cidade e em cada estado. Vamos sair daqui para fortalecer as nossas candidaturas a Deputado Estadual, Federal, Senador e Governador. Vamos sair daqui para fazer um grande partido, um partido à altura de Jamil Haddad, de Miguel Arraes e de Anthony Garotinho.

Para frente Partido Socialista!

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, pessoal do movimento popular, na verdade não pode ser alterado o estatuto no Congresso. Nós já deliberamos para ser convocado um novo Congresso e no novo Congresso podemos alterar o estatuto. No Congresso convocado, vai ser colocado em tela a questão da reivindicação do Movimento Popular. É que não pode no Congresso ser alterado.

Estatutariamente, o Estatuto só pode ser alterado em uma convocação específica de alteração do Estatuto. Não houve uma convocação específica de alteração de Estatuto, o que houve é o Congresso Nacional do PSB, que não tem competência de alterar o Estatuto. Estamos preparando a alteração do Estatuto e aí a reivindicação será colocada.

Quero dizer que a Direção apóia a reivindicação do movimento, mas não tem competência de alterar o Estatuto. Só isso.

O SR. GILMAR – Presidente, não é a primeira vez que estou aqui, estou há 17 anos no PSB lutando junto com o movimento de moradia. Em todo congresso escutamos a mesma história. Queremos hoje sair daqui com a indicação de uma pessoa do Movimento Popular, ou então seja declarada vaga essa nossa secretaria. Não aceitamos mais nada de goela abaixo.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, não adianta porque não vamos avançar, porque a questão é estatutária. Gostaria que o Movimento Popular – estou deliberando – criasse uma comissão para o Diretório deliberar sobre a matéria, porque a matéria é estatutária.

O SR. GILMAR – Não aceitamos mais esse tipo de coisa. Nossa reivindicação é legítima. Os casos excepcionais a mesa decide. É isso que diz o nosso estatuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Companheiros e companheiras do PSB, companheiros da juventude, companheiros de todo o Brasil e companheiros do Movimento Popular, que tem grande respeito da Direção do Partido. Este é um Partido que está hoje fazendo um Congresso Unitário e vitorioso, porque existem na base os companheiros do Movimento Popular. Se não fosse o Movimento Popular do PSB não tínhamos Wilma Faria, Prefeita de Natal, se não fosse o Movimento Popular do PSB não tínhamos Kátia Born, Prefeita de Maceió, se não fosse o Movimento Popular sindical e da juventude, dos trabalhadores do campo e da cidade não tínhamos Capiberibe, não tínhamos Garotinho, não tínhamos Arraes aqui fazendo política.

Mas meus companheiros, que são da luta popular, quem já viu companheiro tombar na ocupação, na luta pela terra e pela moradia, não amesquinha a luta política, não estraga a festa da democracia. Quem é PSB hoje vejo aqui não para dividir, para dizer que nós estamos forte e que Garotinho vai ser Presidente da República.

Queria dizer aos companheiros do Movimento Popular, na pessoa do meu companheiro Gilmar, que como líder da bancada do Partido no Congresso Nacional eu tenho que ser leal para os companheiros e dizer que se fôssemos demagogos, se este Partido fosse um Partido de picaretas e demagogos, só bastava dizer que estava resolvido. Mas não adiante resolver sem estar resolvido. Eu vou encaminhar amanhã na reunião do Diretório Nacional do Partido a reivindicação na primeira reunião do Diretório que acabou de ser eleito. Vou encaminhar já a deliberação.

Estamos decidindo agora que seja apresentado no próximo Congresso. Presidente Alexandre Cardoso, essa é a proposta, fora disso é divisionismo, é estreitismo e o Partido não está para aceitar isso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, não podemos é criar um processo de divisão. Vamos discutir, mas acho que todos podem ocupar os seus lugares para que possamos efetivamente...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Companheiro líder da nossa bancada Eduardo Campos, o Augusto Ariston, que foi indicado pelo Rio de Janeiro para o Diretório, veio aqui e conversando com os companheiros do Rio de Janeiro ele retira o seu nome para dar a vaga para os companheiros do Movimento Popular. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, estamos homologando uma candidatura a Presidente da República.

O SR. GILMAR – Companheiros, peço a todos, como somos organizados, vamos voltar para o nosso lugar e vamos dizer ao nosso Presidente da República Anthony Garotinho, que estamos com você até o final desta luta.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Companheiros, a companheira Rosinha quer fazer uma saudação ao nosso candidato a Presidente da República.



A SRA. ROSINHA – Boa noite. É bom que tudo isso se resolva logo por aqui.

Queria só pedir um minuto da atenção de vocês. Aqui estamos num Congresso onde exercemos de fato a cidadania e é por isso que estamos aqui também exercendo de fato a democracia. E é bom que tudo se resolva agora, porque neste momento quando o PSB aprova que vai ter uma candidatura própria para a Presidência, que o PSB aprova o nome do Garotinho para ocupar esta candidatura, também vamos sair daqui com uma responsabilidade maior. Vamos sair daqui hoje que o PSB precisará se organizar muito mais em cada estado, em cada município para poder enfrentar uma eleição também presidencial. Então vamos sair daqui com essa responsabilidade nos ombros. Vamos sair daqui tendo que organizar melhor as mulheres, os negros, todos os movimentos populares, todas as organizações que compõem o Partido, todos os diretórios, onde não tem nós vamos ter que formar.

Mas quero chamar atenção para uma coisa. Nos dias de hoje é muito fácil porque infelizmente os maus políticos usam de um discurso político, de uma fala bonita e toma o discurso dos partidos de esquerda, porque são verdadeiros lobos vestidos de ovelhas para enganar o nosso povo brasileiro.

Nós do PSB temos que levar a nossa proposta e fazer a diferença nesse discurso, levando os exemplos de bons administradores do PSB como a diferença maior entre o discurso e a prática. E temos que levar isso para o Brasil inteiro, porque não podemos brincar de concorrer a uma eleição. Estamos falando tudo aquilo que outros políticos falam, que parece que é tudo igual, que parece que é farinha do mesmo saco, mas nós não somos, nós falamos aquilo que nós acreditamos, nós lutamos por dias melhores e é com esse objetivo que temos que sair daqui hoje. Porque nós acreditamos que há jeito para o

Brasil, porque nós sabemos que depende da nossa luta, nós sabemos que depende do nosso esforço, porque essa caminhada não será fácil.

O Garotinho é um candidato que não é o candidato daqueles poderosos que comandam o País, nós vamos precisar estar muito unidos e organizados, porque o pau vai cantar no lombo dele, porque ele é um candidato contra o modelo econômico que está aí, ele é o candidato que não aceita o massacre que estão fazendo com os nossos trabalhadores, porque na verdade eles querem é acabar com o décimo-terceiro, querem acabar com as férias. Na verdade é um modelo econômico que hoje desemprega, que não emprega e não há interesse, porque os interesses do País são muito grandes. E o Garotinho é o candidato que traz a proposta alternativa para tudo isso.

O PSB precisa estar cada vez mais preocupado em se organizar, mas também se organizar e estar nas ruas ao mesmo tempo, porque não adianta se organizar para dentro, temos que fazer as coisas paralelas.

Enquanto todas as pessoas estavam aqui falando, eu me lembrei, Garotinho, de uma poesia que você fez no final de 1979, quando começamos a namorar e que um dia sonhamos em ter uma filha e no início do nosso namoro nós falamos: quando nos casar nós vamos ter uma filha que vai se chamar Clarissa. Mas você não fez para essa filha, poderia ter sido o nome de qualquer um outro filho, pode ser um nome seu, de um filho seu, de um neto, pode ser o nome de qualquer brasileiro. Porque foi uma poesia que você fez onde você depositou sonhos, chamando essa geração que vem depois de nós para a luta, para que não seja alienada, como a juventude do PSB hoje está na luta.

E eu queria pedir permissão ao Dr. Miguel Arraes para falar dessa poesia para vocês, que é uma poesia política apesar de falar de amor. Gostaria de pedir a permissão do Dr. Miguel Arraes para declamar esse poema hoje aqui.

Clarissa é clarividência, é um jeito latino de amar
E amanhã que há de nascer tão límpida, tão lúcida
Que o sol há de brotar poeta
Para cantá-la em versos aos corações oprimidos.
Clarissa é criança, que pula, balança
Procurando a justiça nos tronos de um rei
Que rei é esse, menina
Só porque tem estrelas nos ombros julga e pensa que é dono do céu
Diga a ele que não.
Clarissa é astuta
Por isso sabe que vida é luta
E a dor que no peito labuta

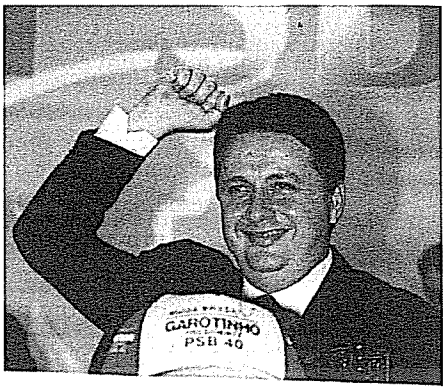
Pode ser superada com um sorriso nos lábios
Fé no irmão.
Venha, Clarissa
Vamos virar mais um copo
Que é para tomar um porre de lucidez e esperança
Amanheça, menina
Deixe por um instante de ser criança
E venha lutar comigo nos campos de nossa América
Sem mitos, sem medos, sem mortes
Porque quando procuramos a liberdade
Mesmo mortos permanecemos vivos
Como a agonia de um grito que não se acaba
Chame os irmãos paraguaios, argentinos, uruguaios
Grite pelos bolivianos, chilenos, colombianos
Chame todos de uma vez
Pois somos todos irmãos
Clarissa viaje agora
Vá buscar essa bambina
E ao chegar a liberdade
Corra por entre as cidades
Dance em todas as ruas dessa América tropical
Bebe seu grito engasgado
Desça o pano, grite
É ela, é ela
Que venha de vez à janela
Escutar mais um grito de irmão
Em frente, Clarissa
Há um povo esperando por você.

Quero dizer hoje aqui: em frente, Garotinho! Quero dizer hoje aqui: em frente, Garotinho, há um povo esperando por você.

Muito obrigada.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Antes de passar a palavra ao nosso candidato à Presidência da República, já homologado pelo Congresso, a Prefeita Kátia Born me traz aqui dizendo que a Deputada Luíza Erundina saiu extremamente prestigiada, ela entende da contribuição, mas ela vê que ela tem um projeto voltado para São Paulo. Quero pedir uma salva de palmas para a Deputada Erundina pela sua grandeza, pelo seu prestígio e pela sua sensibilidade. Muito obrigado por o Partido ter a senhora nesse projeto voltado para São Paulo.

Quero agora passar a palavra ao nosso candidato a Presidente da República homologado pelo Congresso do nosso Partido, Governador Anthony Garotinho.



O SR. ANTHONY GAROTINHO (Governador do Estado do Rio de Janeiro) – Companheiros e companheiras, grande Presidente do Partido Socialista Brasileiro Dr. Miguel Arraes, que ontem pudemos saudar como um exemplo de vida pública a ser seguido por todos que estão nela iniciando, nosso líder na Câmara dos Deputados Eduardo Campos, nosso líder no Senado Ademir Andrade, todos os companheiros de todos os estados brasileiros, todas as companheiras que na pessoa das prefeitas de Natal e de Maceió eu quero cumprimentar, gostaria de dizer que 52 anos depois da candidatura de João Mangabeira à Presidência da República o Partido Socialista Brasileiro vai voltar a ter um candidato nessa eleição para disputar e ganhar as eleições.

Não pensem, companheiros, que estamos entrando na eleição para fazer figuração, não pensem que estamos entrando na eleição apenas para constar na maquininha eleitoral, nós vamos entrar para buscar no fundo do coração do povo brasileiro, o povo brasileiro que está indignado, o povo brasileiro que anda triste, o povo brasileiro que anda cabisbaixo e dizer para ele: venha porque o Brasil tem jeito e nós vamos mudar este País.

Às vezes as coisas difíceis se tornam às vezes impossíveis quando as pessoas são fracas e não têm fé, às vezes as coisas difíceis se tornam impossíveis porque nós não colocamos em prática aquele elemento tão importante que existe dentro de cada um de nós, que se chama esperança.

Nesta campanha vamos caminhar com a esperança a nossa frente, chamando cada brasileiro de cada casa, de cada canto deste País e dizer para ele: venha, companheiro, o Brasil não está condenado a ter um salário mínimo de fome que humilha os seus filhos; venha, companheiro, o Brasil não está condenado a ter um modelo econômico que torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres; venha, companheiro, o Brasil não está condenado a ter tanta terra na mão de alguns e milhares de pessoas que não têm um palmo de terra para plantar; venha, companheiro, venha conosco se juntar ao Partido Socialista Brasileiro e mudar esse modelo econômico que está servindo a uma minoria. Os

bancos tiveram, nesses sete anos de Fernando Henrique Cardoso, 21 bilhões de lucro líquido. Esse dinheiro daria para dar casa a todos os brasileiros que não têm teto hoje em dia.

É contra essa injustiça, é contra esse modelo econômico perverso que serve aos interesses internacionais, que serve ao capital financeiro que vamos colocar a nossa candidatura. Não vamos fazer uma candidatura meio termo, não vamos fazer uma candidatura que tenha um discurso ligth, vamos fazer uma candidatura radical contra o modelo econômico vigente que está aí, porque ele não tem jeito. Tentar consertá-lo, tentar remendá-lo é tentar iludir o povo brasileiro. Nós queremos não remendá-lo, não consertá-lo, mas substituí-lo por um modelo que coloque as pessoas como centro da mudança. Para esse modelo as pessoas são apenas um detalhe. Para nós socialistas as pessoas são o principal, são o objetivo maior de um governo que quer transformar o País.

Aquilo que já foi dito aqui, é preciso levar essa mensagem a cada cidade, é preciso levar essa mensagem a cada pessoa, a cada cidadão, a cada brasileiro, em cada cantinho, nas comunidades mais pobres, no campo, nas cidades, em todo o território nacional. Essa não é tarefa para um candidato, essa é tarefa para a militância do Partido, essa é a tarefa que deve ser multiplicada. Temos que sair daqui hoje e chegarmos nas nossas cidades, nos nossos estados e conversar com as pessoas, no local de trabalho, na escola, onde quer que estejamos, na rua, na praça e dizer: o Partido Socialista Brasileiro vai disputar a eleição, vai disputar a eleição com um candidato de mãos limpas.

Fiquei feliz quando ouvi o grito da juventude: para acabar com a corrupção, Garotinho, Presidente da Nação! Companheiros, depois de 20 anos fazendo política, deputado com 25 anos, prefeito com 27, secretário de estado com 32, prefeito com 36, governador do Rio de Janeiro com 38 anos, o patrimônio que tenho é a casa em que nasci, minha mulher e meus 9 filhos. Não entrei na política para ficar rico, não sou ladrão, vamos poder dizer isso com cara limpa à sociedade brasileira, vamos poder convocar o povo brasileiro a fazer em todo o país aquilo que o Dr. Miguel Arraes fez em Pernambuco, aquilo que Capiberibe está fazendo no Amapá, aquilo que Ronaldo está fazendo em Alagoas, aquilo que Wilma está fazendo em Natal, aquilo que o Garotinho está fazendo no Rio de Janeiro, governar para o povo, governar com os olhos voltados para os mais humildes e não fazer um governo para as elites, como Fernando Henrique Cardoso vem fazendo.

Não queremos um presidente que seja aplaudido na França, nós precisamos de um presidente que seja aplaudido no Brasil, pelo povo brasileiro. (Palmas.)

Companheiros e companheiras, companheiro Miguel Arraes, como é

bom poder chamar de companheiro um homem que chega a essa altura da vida pública com o entusiasmo que muito garotão por aí não tem, acreditando no Brasil, tendo fé neste País, como um país que um dia vai encontrar o seu destino. Companheiros de todas as gerações, companheiros de todas as cidades brasileiras, vamos para as ruas, vamos encher de esperança o Brasil. E aquilo que está escrito ali: muda Brasil!, não deve estar escrito ali, deve estar escrito no coração de cada brasileiro, muda Brasil para construir o Brasil de todos nós.

Vamos juntos, vamos à vitória e vamos mudar o Brasil! (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Vou passar a palavra ao nosso Presidente Nacional, um homem que o Partido mostra que este País, se tem uma das coisas para orgulhar a política, é a vida, a integridade e a responsabilidade que o nosso Presidente tem com a população brasileira; Presidente Miguel Arraes.

O SR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Presidente Nacional do PSB) – Presidente do Congresso Alexandre Cardoso, Governador Garotinho, nosso candidato à Presidência da República, demais membros da mesa, companheiros delegados, hoje quero agradecer a confiança que nos foi depositada por este Congresso e dizer que faremos todo o nosso esforço para continuar construindo o Partido que possa mudar a vida deste País, que possa trazer condições para a nossa gente.

Garotinho tem menos idade do que eu na política. Faz 60 anos que trabalho politicamente e uma coisa posso dizer a vocês todos: jamais me distanciei do povo, jamais me distanciei das causas desta Nação. E disse a Garotinho que ele se prepare, porque defender os humildes não interessa a quem os oprime, que são aqueles que detêm as riquezas, que detêm as condições de comunicação, que detêm o dinheiro, e nós temos apenas a nossa voz para defender a população.

Se nossa mensagem é entendida, nós não precisamos nem de televisão, basta a boca do povo nos defender. Se assim fizermos, se for da boca de todos, em todos os recantos deste País, o nome do Garotinho apontar como o candidato preferido das grandes massas, nós ganharemos esta eleição e vamos mudar o Brasil com o apoio da população brasileira. (Palmas.)

Muito boa noite e muito obrigado a vocês todos. Boa viagem para os que se vão e vamos trabalhar! (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Presidente do Congresso) – Convoco os membros do Diretório para a reunião amanhã da eleição da Executiva, às 10h no Hotel Manhatan e terminamos este Congresso dizendo: vamos ganhar esta eleição de Presidente da República, muito obrigado e o Congresso está encerrado!

II Congresso Nacional de Mulheres



Auditório Petrônio Portela do Senado Federal
30 de novembro de 2001


Congresso Nacional
de Mulheres


Congresso N
de Mulhe


Congresso Nacional

A SRA. LILA ROLEMBERG – É com muita honra que a Secretaria Nacional de Mulheres recebe cada um de vocês, companheiras e companheiros do Partido Socialista Brasileiro, para a abertura do 2° Congresso Nacional das Mulheres Socialistas. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Este é o 2° Congresso Nacional das Mulheres Socialistas. Fomos convocadas para uma nova missão: elaborar um projeto especial. E aqui estamos nós. São as mulheres socialistas na construção de um projeto para o Brasil.

A SRA. LILA ROLEMBERG – E para compor a Mesa de autoridades e receber nossas convidadas e convidados, chamamos, com muito carinho, ela, que é Vice-Presidente da Executiva Estadual do PSB do Rio Grande do Sul e Secretária Nacional de Mulheres, companheira Mari Machado. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Com muita honra, convidamos também o nosso Presidente Nacional, companheiro Miguel Arraes de Alencar. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Convidamos também o 2° Vice-Presidente do PSB, companheiro Beto Albuquerque. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Convidamos ainda ele que tem sido um grande parceiro das mulheres, nosso Primeiro Secretário Nacional, companheiro Carlos Siqueira. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Com muita alegria, convidamos também o Líder da Bancada do PSB na Câmara Federal, companheiro Deputado Eduardo Campos. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Com muito orgulho, convidamos também o 1° Vice-Presidente do PSB, companheiro Roberto Amaral. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Convidamos também, representando todas as nossas Deputadas Federais, a Deputada Federal do Estado do Rio de Janeiro, companheira Míriam Reid. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Temos o orgulho de convidar ainda para compor a Mesa, representando as Deputadas Estaduais, a nossa companheira, Deputada Lídice da Mata, do Estado da Bahia. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Com muita honra queremos convidar também, ela que foi reeleita Prefeita de Maceió, nosso referencial, companheira Kátia Born. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Convidamos ainda ela que também foi reeleita Prefeita de Natal, nossa companheira Wilma de Faria. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Convidamos ainda, representando todas as Vereadoras do nosso partido, a Vereadora do Estado do Espírito Santo, companheira Evanete Negris. (Palmas.)

Convidamos ainda com muita honra para compor a nossa Mesa, a nossa Deputada Federal Luiza Erundina. (Palmas.)

Ainda temos a honra de anunciar que hoje é o aniversário da nossa Deputada Luiza Erundina. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Gostaria de convidar as pessoas que estão em pé para se sentarem e quero convidar os companheiros que estão lá fora do auditório para que entrem, para que possamos abrir o congresso.

A SRA. LILA ROLEMBERG – A Seccional de Mulheres tem a honra de registrar a presença dos Deputados Ezídio Pinheiro, do Rio Grande do Sul, Renato Casagrande, da Executiva do Estado do Espírito Santo. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Deputado José Antônio, do Maranhão, e Jefferson Arruda, da Executiva Nacional do PSB. (Palmas.)

Também temos a honra de anunciar a presença da Deputada Márcia Maia, do Rio Grande do Norte. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Registramos a presença da Deputada do Rio de Janeiro, Graça Matos. (Palmas.) E a Prefeita de Salgueiro, em Pernambuco, Cleusa Pereira. (Palmas.) E a Prefeita de Pimenta Bueno, Rondônia, Maria Inês Zanol.

A SRA. LEIDE PEDROSO – Gostaria de convidar para fazer uso da palavra a Deputada Federal Míriam Reid. (Palmas.)

A SRA. DEPUTADA FEDERAL MÍRIAM REID – Quero saudar o nosso guerreiro, herói da resistência democrática deste País, o eterno Presidente do PSB nosso companheiro Miguel Arraes e todos os companheiros e companheiras aqui desta Mesa, e cada companheira, cada militante do PSB neste País que hoje está aqui abrindo este Congresso para dizer um basta a todas as injustiças e crimes que vêm sendo cometidos ao longo da história contra o povo brasileiro e que, a partir de agora, estaremos dando a arrancada da vitória para começar uma nova história neste País.

Não mais podemos continuar aceitando o que aconteceu esta semana. A segurança do voto da Câmara Federal era o painel eletrônico. E, depois de proclamado o resultado, naquele momento em que a maioria dos representantes brasileiros havia derrubado o maior golpe da história contra a classe trabalhadora, que era a tentativa de decretar o fim da CLT, foi pedida verificação do voto e o resultado o Brasil inteiro já sabe.

Estamos aqui hoje, companheiras, para traçar as estratégias da grande mobilização nacional, para que no ano que vem, 2002, seja o marco da história deste País. Para que o projeto socialista seja consolidado através de eleições livres e democráticas, mas, acima de tudo, de grande mobilização e de um partido estruturado e organizado para garantir não só a chegada do projeto do nosso PSB no Palácio do Planalto, mas a sua viabilidade como Governo para colocar os nossos Estatutos, os nossos ideais e fincar a nossa bandeira no Palácio do Planalto.

Um grande abraço e felicidade a todos. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Para sua saudação, convidamos com muita honra a Deputada Federal Luiza Erundina. (Palmas.)

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA – Presidente companheiro Miguel Arraes, Mari, nossa Secretária Nacional, companheiras da Direção Nacional, meus colegas Parlamentares do partido, nossas Prefeitas Wilma, Kátia, todos vocês que aqui vieram, quero saudar as delegadas do Congresso das Mulheres Socialistas, congresso que se dá num momento de extraordinária importância para o País e para o nosso partido, o PSB.

Esperamos sair deste Congresso das Mulheres, da Juventude, dos sindicalistas e do nosso partido como um todo, preparados para as tarefas históricas que estão postas sobre os nossos ombros neste ano que começa.

Pela primeira vez o PSB disputará o poder no País, concorrendo à presidência da República. E certamente também Governos Estaduais de peso. E mais do que isso, a possibilidade de termos candidaturas próprias onde for possível tê-las e ter um candidato à presidência da República, teremos de disputar essas eleições afirmando a proposta partidária, os nossos compromissos ideológicos e ajudando o povo brasileiro a construir um projeto de Nação para o Brasil. Não podemos simplesmente disputar votos e conquistar mandatos. É um processo que nos levará e nos exigirá um marco na diferenciação entre as outras candidaturas, mesmo no campo da esquerda, que nem sempre demarcam seus compromissos ideológicos e políticos submetidos a uma lógica eleitoral, o que não deve ser o caso do Partido Socialista Brasileiro.

Temos de denunciar essa política econômica neoliberal, temos de denunciar as perdas e importantes conquistas das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, e como disse nossa Deputada Míriam, ocorre um atentado aos direitos trabalhistas conquistados a duras penas, com muito sacrifício, até mesmo com perda de liberdade e perdas humanas. É contra isso que deve marcar nossa disputa no próximo ano nas eleições estaduais e na eleição nacional.

Construirmos um projeto de Nação, que assegure igualdade e oportuni-

dade para todos, assegure a preservação e ampliação dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, e assegure a soberania do nosso País, negando tudo aquilo que tem comprometido os interesses nacionais. E é para isso que o PSB vai participar desse processo, de forma pedagógica, ideológica, política, e é essa a nossa tarefa e o nosso compromisso, tendo à frente uma direção que será aquela de quem o partido depende para garantir os seus rumos e demarcar diferença substantiva, essencial entre as disputas, as candidaturas e os projetos que estarão em confronto nas próximas eleições.

Parabéns às mulheres socialistas. Juntas vamos nos compor com os companheiros homens, tendo à frente o nosso Líder maior Miguel Arraes, e marcar uma presença definitiva nas eleições do próximo ano.

Obrigada, vamos à luta! Até a vitória, se Deus quiser! (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Convidamos agora para fazer uso da palavra a nossa candidata a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte e Prefeita de Natal, Wilma de Faria.

A SRA. PREFEITA WILMA DE FARIA – Companheira Mari Machado, nossa Presidente deste Congresso e da Secretaria de Mulheres, nosso grande Líder, nosso Presidente, nosso grande companheiro Miguel Arraes, demais lideranças femininas à mesa, Kátia Born, Lídice da Mata, a nossa Deputada Federal, mulher guerreira, lutadora, Luiza Erundina, nossos companheiros Deputados que estão aqui nos prestigiando nesta hora, companheiras e companheiros, este é um momento de luta, mas também é um momento de reflexão, porque o partido cresceu, e é expressivo o seu crescimento. Então precisamos continuar pensando, como disse a Deputada Luiza Erundina, dentro dos princípios que norteiam o nosso partido, dentro da nossa posição ideológica e principalmente pensando um projeto alternativo ao que está aí. Um projeto para o Brasil democrático, mais igual, para um Brasil onde não tenhamos tantas pessoas excluídas, como temos hoje.

Então nós, mulheres, temos um papel fundamental em tudo isso. Nós que estamos chegando na política e estamos mostrando nossa eficiência, nossa força, nossa honestidade e, principalmente, o nosso espírito público.

Nós, mulheres, temos um papel muito importante nesta hora de refletirmos sobre tudo isso e mostrar que é possível avançarmos. Avançarmos na verdade dentro de um projeto que veja a sociedade plural que somos, em que haja a soma de esforços, que não sejamos sectários, mas firmes nas nossas posições e coloquemos para o povo brasileiro, de forma consciente, que podemos fazer as mudanças, com a participação da sociedade.

Sou Prefeita de uma cidade que tem 722 mil habitantes, Natal, Capital do

Rio Grande do Norte. Hoje o Brasil inteiro está indo para lá visitar e ama a nossa cidade. Sou Prefeita pela terceira vez e eleita no primeiro turno com vitória expressiva. Hoje, Natal aprova em mais de 90% a nossa administração.

Quando na verdade uma mulher está à frente de um mandato eletivo, quando a mulher está presente à frente de um cargo executivo, como é o caso de uma prefeitura de capital, em todos os cargos públicos que ela exerce, quando ela acerta são todas as mulheres que acertam, porque estamos começando, chegando e mostrando que somos capazes.

Estamos à frente da Prefeitura de Natal e quando temos sucesso entregamos esse sucesso a todas as mulheres, porque elas na verdade estão mostrando sua capacidade de luta, estão mostrando que são competentes, porque não se enganem, minhas queridas companheiras, para vencermos essa batalha, para vencermos os crimes e preconceitos cometidos contra as mulheres, a discriminação, nós só o faremos com eficiência, competência, palavras certas, ações e atitudes corretas. É assim que venceremos. E é assim que nós, mulheres do PSB, estamos vencendo.

Vejo minha companheira, Kátia Born, de Maceió, que também está dando um show de administração naquela cidade. (Palmas.) Somos todas nós que estamos somando.

Não estou me apresentando como candidata a Governadora. Sou a Presidente do Partido no Rio Grande do Norte, e não é fácil uma mulher ser presidente de um Partido num Estado não só machista, mas que tem caciques políticos fortíssimos, e muitas vezes precisamos mostrar que somos guerreiras, para eles respeitarem. (Palmas.)

Meu nome está colocado pelo povo, não pelos que mandam no nosso Estado. É pelo povo, que analisa. Uma cidade como Natal, um povo mais politizado, mais consciente, porque lá não existem cabos eleitorais. Eu me orgulho de ter sido eleita três vezes pelo colégio eleitoral, por um dos Estados mais esclarecidos.

Quero dizer que estou à disposição do partido para discutir, somar, crescer e chegarmos juntos ao poder, com o nosso candidato à presidência da República, Anthony Garotinho. (Palmas.)

Agradeço a nossa companheira Mari Machado. Hoje à tarde teríamos uma palestra para falar sobre a violência contra a mulher, o trabalho que fazemos em Natal, no Rio Grande do Norte, o trabalho realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sobre o programa de geração de emprego e renda para Natal, para as mulheres, mas não vai ser possível. Quero então me colocar à disposição aqui hoje para colocar e distribuir nossas experiências com vocês, mulheres e jovens aqui presentes.

Estou à disposição de todo o partido para que possamos, ao final deste Congresso, somar cada vez mais e começar a caminhada para a vitória do PSB em 2002.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Gostaríamos de convidar para fazer parte da Mesa a nossa Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro que acaba de chegar, Deputada Alcione Athayde. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – E para fazer uso da palavra convidamos o Líder do PSB na Câmara Federal, Deputado Eduardo Campos. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDUARDO CAMPOS – Quero cumprimentar a companheira Mari Machado, o Presidente Miguel Arraes, as companheiras aqui presentes neste Congresso vitorioso das Mulheres do Partido Socialista Brasileiro.

As mulheres têm uma presença muito importante no nosso partido. À mesa temos três Deputadas guerreiras, em oposição ao modelo econômico de Fernando Henrique Cardoso, e elas têm trazido muito conteúdo à luta no Parlamento brasileiro à bancada do PSB.

Aqui temos duas companheiras que governam capitais importantes do Brasil e fazem um governo democrático e popular. É importante que o PSB mostre as mulheres fazendo política, mas a política da maioria do nosso povo. As mulheres que fazem a política para romper esse modelo econômico que está excluindo e matando de fome 50 milhões de brasileiros.

Aqui no PSB não tem mulher que bate palma para Fernando Henrique Cardoso. Aqui não tem mulher que faz o jogo do FMI e da política de exclusão. Aqui não se usa o rosto das mulheres para manter a política que as esmaga. Elas hoje tendo 30% a menos de salário do que os homens, sendo hoje vítimas da violência doméstica. Aqui não se usa o rosto das mulheres para garantir a desigualdade que alimenta o lucro dos bancos.

Semestre passado o BRADESCO e o Itaú juntos tiveram um lucro com especulação financeira que representa em um semestre o ganho de 8 milhões de Nordestinos. Por isso, companheiras, aqui estamos fazendo um congresso onde o PSB se afirma não num projeto eleitoral, mas num projeto político de um partido que entende que não vamos resolver o problema do País pintando esse modelo de cor-de-rosa, com as "Bolsas-Esmolas" da vida. Só vamos mudar se rompermos as estruturas, se colocarmos o País no rumo de servir à produção e aos excluídos.

Por isso o PSB reafirma esse propósito, afirma a disposição de disputar a

presidência da República, mas afirma mais do que isso a vontade de mudar o Brasil, com as mulheres guerreiras do PSB, as mulheres que não se tocam nem se deixam utilizar pelos marqueteiros da vida para servir à fome e à miséria.

À luta e à vitória, companheiras! (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Convidamos agora a fazer uso da palavra a nossa grande Secretária de Mulheres do PSB, Mari Machado. (Palmas.)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiros e companheiras presentes ao 2º Congresso Nacional de Mulheres, quero num primeiro momento saudar nosso Presidente, Dr. Miguel Arraes, pessoa com a qual nós mulheres temos entendimento, que tem conduzido o partido com firmeza e a quem apoiamos firmemente para que continue seu trabalho.

Quero agradecer ao Dr. Carlos Siqueira, que precisou se retirar, em razão de compromissos de organização do nosso Congresso que começará logo à noite. O companheiro Beto Albuquerque, Vice-Presidente do PSB, o companheiro Roberto Amaral, grande amigo de luta, o companheiro Eduardo Campos, nosso Líder, nossas Prefeitas, grandes parceiras, Wilma e Kátia, que hoje nos oferecem a gentileza das camisetas que vamos em seguida apresentar a todos. Queremos agradecer a presença da nossa querida Deputada Federal Luiza Erundina, grande feminista de luta e a quem reconhecemos o valor. A companheira Míriam Reid, a Deputada Lídice da Mata, nossa Vereadora Evanete, do Espírito Santo, e a nossa Deputada Alcione Athayde, que também nos acompanha aqui na Mesa.

Preciso registrar que para que chegássemos a este momento tão importante para nós, mulheres, foi preciso trilhar uma caminhada. Uma caminhada que perpassou o partido neste País inteiro e que hoje coloca-se diante deste Plenário como de fato uma grande vitória do Partido Socialista Brasileiro.

As mulheres do PSB são uma realidade. Há dois anos éramos apenas um sonho e o desejo de que realmente fôssemos uma presença efetiva no partido. Hoje, passado esse tempo, organizamos eventos, promovemos o debate político, fortalecemos nossa presença, realizamos congressos em vinte Estados da Federação.

Todo esse trabalho, companheiras, foi feito com um único objetivo: construir o Partido Socialista Brasileiro. Acreditamos que este partido é o verdadeiro instrumento de luta da transformação da sociedade em que vivemos. E se as mulheres hoje vivem uma situação de exclusão na sociedade, se as mulheres vivem uma situação de desigualdade social, sofrem com a pobreza, com a violência, com o descrédito é porque vivemos em uma sociedade capitalista e exploradora, que explora homens e mulheres.

O partido existe com essa finalidade. O partido é grande o suficiente para que almejemos outro projeto de sociedade. Um projeto de sociedade em que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades. E é por isso que aqui estamos, organizadas, atuantes, para construir o nosso partido.

O ano de 2002 será um ano ainda muito mais importante para nós. O Partido Socialista Brasileiro assume o desafio de disputar a presidência da República. E nós temos a convicção de que esse desafio será assumido por cada uma das companheiras, com um único objetivo: que possamos efetivamente mudar a lógica da sociedade brasileira, fazer com que este País seja mais justo, mais humano, um país em que as pessoas tenham condições de vida digna.

Temos um candidato a Presidente, o Governador Garotinho, que deverá ser referendado no nosso Congresso Nacional, e nós, mulheres, nos últimos meses, em todos os debates políticos que realizamos nos Estados, pautamos o debate de políticas públicas para as mulheres, com o objetivo de construir uma proposta de programa para as mulheres a ser encaminhada para o partido e a ser incorporada numa proposta de programa de governo.

Realizamos um debate político sério, porque entendemos que não há candidatura que se viabilize se não tem um olhar efetivo sobre as mulheres. E não é apenas porque somos 51% da população ou porque somos 49% do eleitorado, mas porque nós efetivamente temos importância na sociedade.

Portanto, companheiras e companheiros aqui presentes, quero agradecer a todos a presença e dizer que tivemos de fazer uma alteração na nossa programação, porque precisamos solidariamente dividir este espaço que seria nosso todo o dia com os nossos companheiros da juventude, para que também realizem o seu debate e o seu congresso. (Palmas.)

No entanto, embora isso possa talvez significar algum prejuízo, tanto para nós quanto para eles, tenho a certeza de que, com o acúmulo de debates realizados por nós nos nossos Estados, vamos ter a possibilidade de defender as nossas propostas do Congresso Nacional.

Agradeço a cada militante aqui presente, a cada Prefeita, a cada Vereadora, às nossas Deputadas, enfim, a todas as mulheres que acreditam na nossa proposta e que estão aqui hoje para que continuemos construindo juntas o Partido Socialista Brasileiro de homens e mulheres combativos, e que desejam e sonham com uma sociedade melhor.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Gostaríamos de anunciar a presença do nosso Deputado Federal pelo Estado de Alagoas, Givaldo Carimbão. (Palmas.)

Também a presença da Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro Magali Machado. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – E gostaríamos, com muita alegria, de desejar as boas-vindas e saudar com muita emoção as Mulheres Socialistas do Estado do Rio Grande do Sul. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Gostaríamos de saudar as mulheres de Pernambuco. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – As mulheres do Distrito Federal. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – As mulheres do Rio de Janeiro. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – As mulheres do Rio Grande do Norte. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – As mulheres do Amapá, (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – As mulheres do Pará. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – As mulheres do Acre. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – As mulheres de Goiás. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – As mulheres de Alagoas. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – As mulheres de Mato Grosso. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – As mulheres do Espírito Santo. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – As mulheres do Paraná.(Palmas.)

E para fazer uso da palavra convidamos, com muita honra, nosso Presidente Nacional, Miguel Arraes de Alencar.

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) – Companheira Mari Machado, Presidente deste Congresso, companheira Erundina, em nome de quem saúdo todos os Deputados presentes, companheira Wilma, Kátia, minha saudação a todas as companheiras que aqui vêm representando as mulheres socialistas do nosso País.

Tive a satisfação de ouvir as mulheres que falaram, e notei a preocupação delas, a começar por Erundina, com a linha política do nosso partido. E essa satisfação veio do fato de que me preocupa o crescimento do Partido Socialista. É uma alegria que ele cresça, mas tudo que cresce tem de ser refeito e arrumado, tudo que cresce tem de ser reorganizado, pois é preciso acolher os que chegam, abrigá-los, e é preciso também que tenhamos a capacidade de cada vez mais homogeneizar o nosso pensamento, para defendermos essa linha do partido, tão cara às mulheres que aqui se manifestaram, e tão caras a todos nós. (Palmas.)

Esse crescimento é fruto de trabalho longo e lento, um trabalho que todos os companheiros têm feito para afirmar o nosso partido e para que o nosso partido tenha posições nacionais claras e que, partindo dessas posições, devemos esclarecer cada vez mais o povo para que vá tomando consciência de que para resolver a questão deste País é necessário que ele esteja presente, que vá às ruas, que acompanhe os fatos, pois sem sustentação popular muito forte não há quem possa modificar em profundidade as condições deste País e sua política.

Voltei para o Brasil há vinte anos, e nesse tempo assistimos à ascensão das forças da ditadura dentro da estrutura política, o acolhimento das figuras que naquela época tiveram importância e, sobretudo, de pessoas que começam a querer liquidar com as conquistas sociais que o nosso povo, durante muitos e muitos anos, foi acumulando, para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e da população pobre deste País.

É um absurdo que se queira não melhorar a CLT, mas que se queira liquidar com direitos conquistados ao longo do tempo, que nem a ditadura militar ousou mexer.

E essa progressão das forças que comandam o País, essa progressão no sentido da liquidação dos direitos do nosso povo vai continuar. E é por isso que nós temos de afirmar nossas posições, endurecê-las, para que o povo sinta e se movimente nessas eleições que vêm e depois dela, sejam quais forem os resultados obtidos, pois como disse é a presença do povo na vida política deste País a única força capaz de mudar essa globalização e a entrega que vem sendo feita da Nação brasileira por Fernando Henrique Cardoso.

O Partido Socialista quer afirmar essas posições. O Partido Socialista tem candidato à presidência da República para que essas posições sejam afirmadas e defendidas nacionalmente. (Palmas.) E se conquistarmos a presidência, tenhamos clareza das mudanças que vamos fazer, para liquidar, com o nosso trabalho, com o trabalho do nosso povo, a difícil situação de milhões e milhões de brasileiros que vivem em situação de miséria.

A liquidação do sistema produtivo do País retirou trabalho do povo. A força dada aos bancos, que lucram neste País mais do que em qualquer outro país do mundo é um crime contra a Nação, que deve ser construída pelo povo, pelo nosso trabalho, e não com um jogo de contas que só serve ao sistema financeiro internacional.

Isso tem de mudar. E as mulheres do partido vão nos ajudar a construí-lo cada vez com mais força, para que possamos conquistar as vitórias que levem à mudança da política implementada pelas forças retrógradas deste País.

Saúdo as companheiras, e confio que esta luta possa ser levada avante com entusiasmo e decisão.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – Gostaríamos de registrar e agradecer a presença dos seguintes Vereadores e Vereadoras: Evanete Negris, do Espírito Santo, Iraci Gama, da Bahia, Isabel Maria Pimentel, do Pará, Jaqueline Souza, do Ceará, Maria Edivone da Silva, do Rio Grande do Norte, Regina Itoneli, do Rio de Janeiro, Verônica Alcântara, do Rio Grande do Norte, Wilma Moreira, do Mato Grosso, Maria das Graças da Fonseca, José Moreira. (Palmas.)

A SRA. LEIDE PEDROSO – Gostaríamos de anunciar a presença das mulheres de Rondônia, de Minas Gerais, do Ceará e da Bahia. (Palmas.)

Companheiras e companheiros, muitas mulheres são referenciais de luta pela construção de um mundo mais justo, mais humano e fraterno. Algumas se destacam e têm espaço na mídia. Outras, continuam anônimas.

O 2º Congresso Nacional de Mulheres, como forma de reconhecimento do trabalho feminino, homenageará duas mulheres que fizeram história em nosso País. Uma delas é a poetiza e escritora Cecília Meireles. (Palmas.)

Autora de diversos livros, traduziu peças teatrais, livros de poesias e prosas. Deixou textos inéditos. Foi uma trabalhadora intelectual incansável durante toda a vida. Sua poesia foi traduzida para o espanhol, francês, italiano, inglês, húngaro, hindu e musicada por diversos autores musicais.

Cecília Meireles foi um exemplo de mulher brasileira. Seu lirismo é o mais elevado da poesia da Língua Portuguesa. Nenhum outro poeta conseguiu ter igual desprendimento. A sua fluidez, seu poder transfigurado, sua simplicidade e seu preciosismo, porque Cecília só ela foi capaz de transmitir tanta emoção, através da nossa poesia primitiva e do nosso lirismo contemporâneo.

Para apresentar a Poesia "Romance da Bandeira da Inconfidência", de Cecília Meireles, convidamos com muito carinho nossa companheira Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, do Rio Grande do Norte e Coordenadora de Movimentos Sociais da Secretaria Nacional de Mulheres, companheira Amélia Freire. (Palmas.)

A SRA. AMÉLIA FREIRE – Bom dia. Sou Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e tenho a honra de trabalhar com a nossa Prefeita Wilma de Faria, a quem agradeço a oportunidade de estar aqui. Também agradeço a Mari Machado a deferência de poder fazer a apresentação da poesia de Cecília Meireles.

"Romance da Bandeira da Inconfidência".
Através de grossas portas
Sentem-se luzes acesas
E há ainda indagações minuciosas
Dentro das casas fronteiras

Olhos colados aos vidros
Mulheres e homens à espreita
Caras disformes de insônia
Vigiando as ações alheias
Pelas gretas das janelas
Pelas frestas das esteiras.

Agudas setas atiram
A inveja e a maledicência
Palavras conjecturadas
Oscilam no ar de surpresas
Como peludas aranhas
Na gosma das teias densas
Rápidas e envenenada
Engenhosas, sorrateiras
Através das portas fechadas
Brilham fardas e casacas
Junto com batinas pretas.

E há finas mãos pensativas
Entre galões, sedas, rendas
E há grossas mãos vigorosas
De unhas fortes, duras veias
E há mãos de púlpito e altares
De evangelhos, cruzes, bênçãos.

Uns são renós(?), uns, mazombos
E pensam de mil maneiras
Mas citam Virgílio e Orácio
E refletem e argumentam
Falam de minas e impostos
De lavras e de fazendas
De ministros e rainhas
Atrás de portas fechadas
À luz de velas acesas.

Uns sugerem, uns recusam
Uns ouvem, uns aconselham.
Se a derrama for lançada,
A levante, com certeza
Corte-se por essas ruas
De sinto de alguma escada.

Prefere-se alguma arenga?
Que bandeira se desdobra?
Com que figura ou legenda
Coisas da Maçonaria
Do paganismo ou da Igreja?
A santíssima trindade?
Um gênio a quebrar algemas
Atrás de portas fechadas
À luz de velas acesas.
Entre sigilo e espionagem
Acontece a inconfidência.

E diz o vigário ao poeta:
Escreva-me aquela letra
Do versinho de Virgílio,
E dá-lhe o papel e a pena.
E diz o poeta ao vigário,
Com dramática prudência:
Tenha meus dedos cortados
Antes que tal verso escrevam:

Liberdade, ainda que tarde!
Ouve-se ao redor da mesa
E a bandeira já está viva
E sobe na noite imensa.
E seus tristes inventores
Já são réus, pois se atreveram
A falar em liberdade,
Que ninguém sabe o que seja.
(Palmas.)

A SRA. LILA ROLEMBERG – No campo político as mulheres também se destacam na defesa dos direitos. Esses direitos que estão garantidos na Constituição mas que nós sabemos que inúmeras vezes não são respeitados.

Para prestar homenagem a Maria Luiza Bittencourt, uma mulher guerreira, feminista, defensora dos direitos das mulheres, que tinha como credo político a fé na liberdade e na democracia, convidamos Lídice da Mata, Deputada Estadual do PSB do Estado da Bahia. (Palmas.)

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LÍDICE DA MATA – Bom dia companheiras. Quero saudar a todas as companheiras que estão à mesa, o Presidente do nosso partido, Governador Miguel Arraes que em sendo homem representa todo o esforço da nossa luta feminina para transformar o Brasil. (Palmas.) Quero saudar também todas as companheiras mulheres, Deputadas e Prefeitas que nos representam na Mesa.

Companheira, vou ler a biografia de Maria Luiza Bittencourt. Foi a primeira mulher eleita em 1937, a primeira constituinte baiana, e o motivo da sua homenagem hoje aqui é justamente por ela ser uma socialista do PSB. Quero ler não apenas a biografia de Maria Luiza, mas uma bela carta que ela enviou a uma funcionária da Assembléia Legislativa em 1988, quando no início da Constituição baiana acreditava-se que Maria Luiza já havia morrido, e ela do Rio de Janeiro, quando foi localizada, escreveu uma peça literária que sintetiza as suas idéias, e que é muito importante para que possamos identificar nossa luta.

Maria Luiza Bittencourt nasceu em 1910 em Salvador, Bahia. Formou-se pela Faculdade de Direito. Cursou Economia em Cambridge.

Atividade profissional e política.

Maria Luiza Bittencourt é um marco do Movimento Feminista Brasileiro e a primeira mulher a conquistar um mandato na Assembléia Legislativa da Bahia.

Embora nascida no subúrbio ferroviário e Iparipe, criou-se no Rio de Janeiro. Com 21 anos formou-se, com distinção, pela Faculdade de Direito, onde conheceu Bertha Lutz e sofreu desta uma grande influência.

A seu convite, ingressou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, iniciando sua militância pela igualdade de direito entre os sexos. Posteriormente foi uma das fundadoras da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias e da Casa do Estudante do Brasil. Representando essas entidades em congressos realizados em todo o País chamou atenção para o seu nome.

Em 1934 acabou indicada para concorrer a Deputada Estadual numa lista tríplice, vejam, apresentada a Juracy Magalhães, então interventor da Bahia.

Foi escolhida pelo interventor e apoiada pelos estudantes de cursos superiores, que formaram o Bloco Maria Luiza, que percorreu metade dos municípios baianos.

Eleita, foi uma das grandes revelações da Assembléia Estadual de 1935. Participante ativa dos debates, relatora dos capítulos de Educação e Ordem Econômica, trouxe nova dimensão a um ambiente até então exclusivamente masculino.

Concluída a Carta, recebeu dispensa especial da Assembléia Legislativa para ir aos Estados Unidos cursar Economia em Cambridge. Voltou a tempo de elaborar os projetos que resultaram na criação do Instituto do Fomento Econômico e do Conselho e Departamento de Negócios Municipais.

Representou o Brasil na Conferência Interamericana para Consolidação da Paz, em Buenos Aires, atendendo ao convite do Presidente Vargas, mas fez oposição ao ditador, quando da decretação do Estado Novo.

Foi a última oradora da Assembléia Legislativa antes do fechamento do Legislativo, em novembro de 37, quando fez uma defesa enérgica da democracia.

Maria Luiza não voltou a disputar nenhum cargo político, mas não abandonou o meio político. Foi por exemplo uma das oradoras do comício promovido pelo brigadeiro Eduardo Gomes, na Praça da Sé, na campanha presidencial de 46.

Essa sua biografia, escrita ano passado dizia: hoje é filiada ao PSB. Dedicou-se principalmente à advocacia, sendo fundadora do primeiro escritório exclusivamente feminino do Rio de Janeiro, que tinha entre suas clientes a escritora Cecília Meireles.

Maria Luiza continuava morando no Rio de Janeiro até o início deste ano, em março, quando faleceu. Por isso merecedora da homenagem das Mulheres Socialistas".

Gostaria de ler um pequeno trecho da linda carta que Maria Luiza dirigiu à Assembléia Legislativa de Salvador, onde revelava que não estava morta e sim viva, e viva e lúcida para escrever o seguinte:

"Do meu cantinho, advogada aposentada mas mãe de dois engenheiros e uma pintora, temo pelo futuro dos meus cinco netos, estudiosos e bem cuidados, entre aspas, "filhos de família", nessa fase de transição talvez violenta que nos aguarda.

Por tudo isso, amiga, é que aconselho a prezar o passado, mas a cuidar atentamente do futuro que devemos preparar, modificando corajosamente este insuportável quadro de miséria e grandeza que a sociedade nos oferece.

Triste é lembrar que a Constituição que participei teve a vida das rosas e se seguiu a noite negra de 15 anos de ditadura. Enfim o Brasil, a Bahia e nós sobrevivemos. E espero que da lição vivida a lembrança impeça a repetição dos fatos reprováveis que atrasaram o nosso desenvolvimento econômico e social".

Essa carta foi escrita em 1988 por Maria Luiza Bittencourt e ela é a expressão de que a luta das socialistas não se iniciou agora e que nós somos apenas as herdeiras dessa tradição de Maria Luiza Bittencourt, de Cecília Meireles e de todas as mulheres brasileiras, brancas, índias, negras, que nesta virada de milênio e de século fazem e confirmam no nosso Congresso a sua luta pela liberdade, igualdade e socialismo.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Eu gostaria de agradecer ao Dr. Arraes e aos demais componentes da Mesa.

Neste momento vamos passar para uma intervenção política. Convido a Prefeita Kátia Born para se aproximar do centro da mesa, para que possamos dar continuidade. (Palmas.)

Convidamos a companheira Lúcia Carvalho para fazer parte da Mesa, nossa Prefeita Kátia, que muito nos honra mais uma vez com sua presença numa atividade da Secretaria Nacional de Mulheres, que vai fazer para nós hoje uma intervenção sobre a "Conjuntura Nacional"

Com a palavra a nossa Prefeita Kátia Born, pela segunda vez em Maceió, cujo futuro só Deus e nós mulheres socialistas sabemos onde queremos que vá. (Palmas.)

A SRA. KÁTIA BORN (Prefeita de Maceió) – Primeiro nossa saudação à nossa companheira Mari, que durante esses dois anos na Coordenação Nacional visitou grande parte deste País e tenho observado de perto como o Movimento de Mulheres do PSB na base está crescendo. E eu também que tive oportunidade já de em vários Estados fazer algumas palestras, tenho observado que esta Executiva Nacional de Mulheres tem trabalhado com muita competência. Valeu a pena elegê-la Coordenadora Nacional de Mulheres.

Nossa saudação também a todas as mulheres que vieram de todo o País, às lideranças sindicais, de bairros, companheiras de associações de moradores, Vereadoras, Prefeitas, Deputadas, todas aquelas que estão acompanhando o Partido Socialista Brasileiro nos últimos 16 anos do seu ressurgimento.

O tema que me deram para falar, que é "A Conjuntura Nacional", eu

queria dar uma pincelada. É claro que há mulheres aqui como Erundina, uma pessoa que está no Congresso Nacional, tem uma vivência nacional muito grande em relação à conjuntura nacional, a Wilma, nossas Deputadas Federais, mas com o meu pouco conhecimento, vamos dar uma pincelada para ver a importância das mulheres no novo momento da conjuntura nacional.

Nós do PSB poderíamos ter lançado uma mulher candidata à presidência da República. (Palmas.) Poderíamos ter lançado Erundina, Wilma, Lídice, eu também, poderíamos ter lançado qualquer uma dessas mulheres que têm história. Mas neste momento nacional nós escolhemos um candidato, o Governador Garotinho, que vai ter que em alguns momentos até receber algumas observações e algumas críticas das mulheres, porque haverá temas polêmicos na eleição presidencial, como a questão do aborto. E nós vamos ter de preparar a resposta do Garotinho dentro da conjuntura nacional. (Palmas.)

Estou dizendo isso porque na hora em que o Governador, num infeliz momento, fez uma observação crítica em relação ao homossexualismo eu fui a primeira no Brasil que o critiquei, porque sou do partido e tenho esse direito. Antes que alguém o fizesse eu critiquei o Governador e ele em entrevista disse que não era nada daquilo.

Então para que não tenhamos de repente que entrar em conflito em relação à discussão nacional, é bom que já saiamos com algumas posições deste Congresso. Quem esta semana viu a demissão da Soninha, da TV Cultura, pelo que estou mandando uma carta de protesto, é inadmissível que uma mulher, por ter assumido que fumava nas suas horas vagas a maconha, é demitida, quando na realidade a televisão deveria chamá-la, orientá-la, e não demiti-la. Eu queria ver se fosse homem se seria demitido daquela forma. Haveria protesto.

São essas coisas que o partido tem de discutir e aprofundar. O Presidente da República, Fernando Henrique, disse que fumou maconha, mas não deixou de ser eleito e reeleito. São temas polêmicos que o País precisa aprofundar, e nós do Partido Socialista Brasileiro, que tem socialismo e liberdade, é preciso que algumas discussões e algumas bandeiras de luta de encaminhamento para a sociedade sejam encaminhadas ao nosso futuro Presidente Garotinho, para que ele na hora em que se posicionar, o faça em nome de todos os socialistas do Brasil e daqueles que querem que este País se modifique.

Nós estamos com um leque de problemas no País, sobre os quais é preciso que nós reflitamos. Quando o Governo Fernando Henrique manda a mudança da CLT para o Congresso Nacional ele está escutando uma ala de empresários contrários aos quatro meses de licença-maternidade das mulheres. Quem vai procriar agora? Vai ser de proveta? Ou então os homens vão come-

çar a engravidar. Eu não sei o que vai acontecer neste País. As crianças precisam ser amamentadas pelo menos nos quatro primeiros meses. As crianças precisam da mãe. (Palmas.) Então é preciso que o Congresso Nacional tenha sensibilidade, porque por mim não eram quatro, eram seis meses, no mínimo. Se queremos um cidadão saudável, se queremos uma juventude com coragem, que estude e seja bem-alimentada, temos de dar esse cuidado principalmente nos seis primeiros meses de vida e até um ano.

São Paulo hoje, Erundina, quadruplicou o número de camelôs dos últimos quatro anos. Sabe por quê? Porque as pessoas estão vivendo de bico. A questão da produção do País, caiu. Então o cara compra no Paraguai e vai vender no comércio em São Paulo, ou em Maceió, ou em Natal. Por quê? Porque o País está paralisado. Como um país como este, que exportava carro agora, vai demitir metade dos trabalhadores do ABC, são 1.500 trabalhadores. E tem que reduzir salário para poder manter os que permanecem.

Que País é este em que as conquistas nacionais estão cada vez mais sendo derrubadas? Então nós, do PSB, que ofertamos ao País um candidato à presidência da República com propostas concretas, precisamos dizer que o trabalho necessita da sua carteira assinada, do seu emprego, ele precisa produzir para que exportemos mais e importemos menos. Essa é uma das propostas do nosso partido.

E o Governador Garotinho, quando esteve em Maceió semana passada, disse que esse partido vai produzir mais de 13 milhões de empregos caso ele seja eleito Presidente da Republica. (Palmas.)

Outra questão polêmica deste País é a da previdência. Estamos correndo o risco, principalmente a nossa geração, tenho 47 anos, deve ter muita gente aqui nessa faixa de idade, de morrermos na praia sem aposentadoria. Por quê? Porque não se fortaleceu a previdência municipal, nem estadual. E a federal, devido às maracutaias e os roubos durante anos, estão tentando invalidar a Previdência Nacional.

Então o partido tem de ser claro. Não podemos deixar o trabalhador rural sem a sua aposentadoria. Não interessa que durante anos a sua contribuição não chegou lá. Agora, ele precisa ser aposentado. E essa é uma das bandeiras de luta do partido. (Palmas.) Aposentado rural tem de ter, não pode acabar.

A questão da aposentadoria proporcional tem de continuar. Se é proporcional ou não quem vai regulamentar será a lei e a Constituição Federal que já regulamentou.

Uma das outras bandeiras de luta para a qual é preciso que estejamos

atentas é a educação. Há aqui muitos jovens, porque logo após vai se realizar o Congresso da Juventude. Não se admite um país como este passar três meses de greve na Universidade Federal, parte dos estudantes perdendo um ano letivo, é um ano de vida, quando o Governo poderia ter acenado há três meses para os 14% que os professores pediram. Falta política de educação, porque o Governo Federal quer acabar com o ensino gratuito na universidade. (Palmas.) E quem vai conseguir ir para a universidade paga? Só aqueles filhos de pessoas mais ricas, e às vezes nem são tão ricas, mas que o pai e a mãe trabalham e tiram da garganta, para pagar uma universidade particular.

Então é preciso que essa bandeira de luta, que é o ensino gratuito de qualidade na universidade também seja uma bandeira de luta do Governador Garotinho e deste partido no próximo ano.

A outra questão é o Sistema Único de Saúde. Nós, mulheres do PSB, fazemos uma proposta para este partido em relação à saúde das mulheres. Neste País as mulheres da classe média têm de dois a três filhos, as mulheres trabalhadoras, desinformadas, continuam tendo de cinco a oito filhos, ou mais. E aí é preciso que o partido discuta o planejamento familiar para todo o País. Onde estiver um vilarejo, uma cabana, uma grota, uma favela é preciso que o Partido lá esteja discutindo como planejar a sociedade, para que os três filhos daquela mulher tenham direito à saúde, à educação, qualidade de vida, alimentos.

O Prefeito sozinho não pode fazer isso, nem o Governador. Tem de ter a política nacional. E não dar Bolsa-Alimentação como se o País fosse um bocado de mendigos com fome. (Palmas.) Não é isso que nós no Sistema Único de Saúde queremos.

(*Manifestação nas galerias.*)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras, agradecemos a chegada efusiva das companheiras de Mato Grosso do Sul. Pedimos à companheira Leide que nos ajude. A companheira Kátia está fazendo intervenção sobre "A Conjuntura Nacional", e solicitamos às companheiras que a acompanhem no plenário.

Muito obrigada.

A SRA. KÁTIA BORN (Prefeita de Maceió) – Então, há algumas bandeiras de luta, previdência, educação, saúde, todos esses temas. O nosso partido está preparado, o nosso partido onde assumiu a educação através da prefeitura do Estado, a saúde, a assistência social, tem dado um banho.

O Governador do Amapá recebeu agora o prêmio o melhor trabalho de gênero em relação à mulher.

Nós temos história e é preciso que neste Congresso Nacional essas questões polêmicas sejam tratadas, essas questões de fundo sejam encaminhadas e que, a partir da sua direção nacional, que, tenho certeza, o Governador Arraes, com o Vice Ronaldo Lessa e toda essa Executiva, conduzirão esse processo eleitoral no próximo ano com a maior dignidade, liberdade e força política que este País terá.

Meus agradecimentos, Mari, a você pela organização deste Congresso de Mulheres. Quero dizer também que uma das lutas do nosso partido é contra a prostituição infantil no turismo, que o mundo inteiro está combatendo. Em Maceió, segunda-feira, vamos participar do Encontro Nacional da EMBRATUR, e o nosso Estado está sendo parabenizado por essa empresa pela nossa ousadia de invadir casas de show, de derrubar barracas onde tem uma criança que está sendo usada pela prostituição infantil e pelo turismo. Assim temos agido de forma muito efetiva. (Palmas.) E essa tem de ser uma bandeira de luta das Mulheres Socialistas do PSB.

Um abraço fraterno. Não vou poder prolongar mais porque haverá o Congresso da Juventude após o nosso e de imediato vamos discutir a questão das eleições.

Uma boa-tarde e muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Muito obrigada, Prefeita Kátia pela sua brilhante intervenção, mais uma vez.

Gostaríamos de convidar a Deputada Federal Alcione Athayde, uma companheira que tem importante trabalho desenvolvido no seu mandato para a Juventude Socialista e gostaríamos de lhe dar oportunidade para que exponha um pouco da sua experiência, especialmente porque tem um olhar sobre a mulher jovem. Inclusive comentei com a nossa Deputada que essa tem sido uma preocupação da Kátia, inclusive com o desejo de que organizemos um debate através da Secretaria Nacional de Mulheres, no sentido de tratarmos da questão da gravidez precoce, uma questão que preocupa a todas nós, mulheres.

Antes de passar a palavra à Alcione, quero dar alguns informes. Estamos hoje num momento atípico, porque o nosso Congresso era para ser desenvolvido durante todo o dia, para terminar às 17 horas, com folga. Enfim, tivemos de alterar muito a nossa programação.

Primeiramente eu gostaria de justificar a impossibilidade de estar presente o nosso Governador Anthony Garotinho. A agenda dele estava prevista para chegar aqui às 17 horas. Sua assessora, chefe de gabinete, Ana Paula aqui esteve trazendo a mensagem do nosso Governador que não poderá sair. Fez

todo esforço para chegar aqui às 13h30min mas não poderá sair do Rio de Janeiro, lamentavelmente. Então não vamos poder contar com sua presença, mas ele estará no nosso Congresso do partido e teremos oportunidade também neste momento de conversar com ele. Quero então justificar a ausência do nosso Governador, por todos os motivos citados.

Quero também dizer às companheiras que temos uma previsão de credenciamento. Credenciamos até o presente momento todas as delegadas titulares ao Congresso e vamos abrir agora um espaço de quinze minutos para o credenciamento das delegadas suplentes. Logo depois da intervenção da nossa companheira Athayde, vamos de imediato passar para o processo de votação.

Portanto, são agora 12h15min e temos até às 13h para a apresentacão de chapas. Agora vamos iniciar o processo de credenciamento das suplentes. Qualquer questionamento deverá ser encaminhado à Mesa do Credenciamento.

Companheiras, também gostaria de justificar a ausência do nosso Governador Ronaldo Lessa por motivo de doença. Está fazendo todo esforço para aqui chegar no período da noite. Esse companheiro que tem sido um aliado incondicional da nossa luta e que não apenas diz isso, como cumpre, porque elegeu, promoveu as mulheres no seu governo, está lá junto com a nossa Prefeita Kátia Born, construindo um governo socialista no Estado de Alagoas.

De imediato vou passar a palavra para a Deputada Alcione Athayde.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL ALCIONE ATHAYDE – Em primeiro lugar quero cumprimentar a Mari, nossa Presidente Nacional de Mulheres e a nossa querida Prefeita de Maceió, Kátia Born. Quero cumprimentar a cada uma das mulheres e homens aqui presentes neste momento e dizer da minha alegria de estar aqui no Congresso Nacional do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro.

Em princípio, como foi dito aqui hoje, a nossa programação era para o dia todo. Eu havia feito uma abordagem de dados para passar para as mulheres, mais aprofundada. Vou ser bem breve no que gostaria de falar, porque tivemos nossa programação reduzida à metade, e ao invés de fazer a fala que faria, apresentando os dados de mulheres para vocês, vou procurar ser breve e encaminhar concretamente as propostas.

Ouvi com atenção a Kátia falando da questão da saúde da mulher e quero denunciar um fato concreto de desrespeito do Ministério da Saúde à saúde da mulher, quando estamos encerrando hoje em nível nacional uma campanha de vacinação contra rubéola para mulheres de 15 a 29 anos, sabemos que essa é uma faixa de idade equivocada, e quero dizer que tenho um projeto de lei na Câmara dos Deputados, aprovado por todas as comissões de mérito, que se

encontra hoje na Comissão de Constituição e Justiça, e faz com que se torne obrigatória a vacinação de todas as mulheres de 12 a 49 anos de idade, que é a faixa correta, gratuitamente, contra rubéola, porque qualquer mulher em idade fértil que engravide está sujeita à lesão e à perda do feto na gravidez, por conta da não-vacinação. Essa não-vacinação não se justifica, na medida em que é viável, barata e que está disponível.

Então, Kátia, encaminho moção de repúdio à forma como foi conduzida a faixa etária da vacinação de mulheres de 15 a 29 anos, citando o meu projeto de lei que está em fase de aprovação final pela Câmara dos Deputados, que torna obrigatória a vacinação de 12 a 49 anos, a faixa de idade correta. E não adianta dizer que antes vacinar uma parte, que é a parte que estatisticamente engravida mais do que as outras, porque na medida em que se coloca no ar uma vacinação em âmbito nacional, dizendo que é de 15 a 29 anos de idade, passa-se uma mensagem subliminar de que as outras faixas de idade não precisam. E mesmo que se diga que depois da campanha se vai colocar a vacinação disponível, não existe o esclarecimento suficiente à população feminina de que os abaixo de 15, até 12 anos, e os acima de 29, até 49 anos, deveriam ser vacinados.

Em segundo lugar, e é a questão mais importante que quero abordar, e talvez tenha sido muito boa essa necessidade de Congresso Nacional de Mulheres e o Congresso Nacional da Juventude serem meio que partidos ao meio, como disseram aqui. Na verdade, acho que não foram partidos ao meio, mas na verdade foram unidos, porque quando falamos em 31 milhões, 366 mil e 81 jovens brasileiros nós estamos dizendo que 51% desses jovens são quase 16 milhões de jovens-mulheres brasileiras no País.

O motivo de eu fazer tanta questão de falar hoje neste Congresso de Mulheres é pela reivindicação do enfoque deste Congresso para a questão da mulher jovem que deve ser acoplada à questão de mulheres em âmbito nacional. E penso que para que esses milhares de jovens com questões e agravos muito próprios faz-se necessário também investir numa legislação específica. Nós temos de trabalhar com legislações que garantam um espaço de obrigatoriedade de políticas públicas.

Tenho neste momento no Congresso Nacional dois projetos de lei que apresentarei hoje para a Juventude Socialista Brasileira. Um é a PEC nº 341 de 2001, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, porque hoje temos na Constituição direitos garantidos a crianças, a adolescentes e a idosos, mas não temos em termos constitucionais direitos garantidos aos jovens.

Tenho também o Projeto de Lei nº 1.423-B, de 1999, que institui o 12 de

agosto como o Dia Nacional da Juventude. O meu encaminhamento ao Congresso Nacional e de Mulheres é que, entendendo que quando falamos de quase 32 milhões de jovens estamos falando 51% de jovens mulheres, que o Congresso Nacional de Mulheres, unindo-se ao Congresso Nacional de Jovens, façam uma adesão maciça a essa proposta de emenda à Constituição e ao projeto de lei que vai garantir espaço legislativo para as nossas jovens mulheres, e que possamos unidos travar essa luta pelas jovens mulheres brasileiras que são muitas.

Muito obrigada a vocês. Espero que vocês estejam unidos conosco nesse encaminhamento.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Muito obrigada, Alcione, pela sua fala. Já deixou a proposta encaminhada e vamos defendê-la no Congresso Nacional.

Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Ricardo Maranhão, Líder do PSB na Câmara de Campos, do Rio de Janeiro, que foi Deputado Federal pelo partido e também Vereador. Enfim, um companheiro da militância do partido no Rio de Janeiro.

Também queremos justificar a ausência da companheira Janete Capiberibe, Deputada Estadual do Amapá, Primeira-Dama do Amapá, Secretária Estadual de Mulheres, que não se encontra presente no nosso Congresso porque hoje está acontecendo a Conferência do Meio Ambiente, e ela não pôde se ausentar do Estado uma vez que é autora da lei da proteção e acesso à biodiversidade do Amapá, e tem uma militância muito intensa nessa área. (Palmas.) Registrando obviamente que o Governo do Amapá, como já referido pela Kátia, tem feito um excelente trabalho voltado para as mulheres. (Palmas.)

Companheiras, neste momento temos a nossa Prefeita, que é a nossa painelista, dando uma entrevista pelo telefone, gostaríamos de propor um breve intervalo de quinze minutos, quando faremos o acompanhamento do credenciamento das suplentes. Retornaremos então em quinze minutos para os nossos trabalhos.

Convido aqueles que não forem se credenciar que permaneçam no plenário, porque o nosso Congresso deverá encerrar-se impreterivelmente às 14 horas.

Muito obrigada.

(*Intervalo.*)

A SRA. – Companheiras do Congresso de Mulheres, queremos passar algumas informações. Dia 25 de novembro foi o Dia Internacional de Combate

à Violência contra a Mulher e temos a informação do 2º Seminário Estadual que está acontecendo do dia 26 de novembro a 1º de dezembro de 2001. É um convite do Governo de Goiás, do Conselho Estadual da Mulher, de Goiás, e tem uma grande programação também do Entorno, incluindo Brasília.

É importante que as companheiras tomem conhecimento. No dia 25 de novembro, instituído durante o I Encontro Feminista Latino-Americano do Caribe, em Bogotá, 1981, o dia 25 de novembro reverencia as irmãs Mirable(?), brutalmente assassinadas na república dominicana, no regime do ditador Trugillo(?), em 1960. E em todo o Brasil os Estados e Municípios se organizam para que esse dia 25 de novembro seja uma referência no combate à violência contra a mulher. Nós ainda temos índices alarmantes da violência doméstica, a violência contra as mulheres, contra a criança e adolescente, e é preciso romper com esse ciclo de violência, é preciso acabar com a impunidade e é preciso denunciar.

Portanto, companheiras, as Secretarias Estaduais de Mulheres, as mulheres com mandato, as companheiras partidárias, militantes de todos os movimentos sindical, comunitário, político de toda forma, que tenham compreensão, inserção, análise de toda a condição feminina, e é preciso traduzir essa fala na sua ação, na sua inserção na cidade ou no Estado de cada uma.

Daqui a pouco voltaremos com mais informes. Obrigada.

(*Intervalo.*)

A SRA. – Convidamos todas as companheiras para retornarem ao nosso plenário, para darmos continuidade ao nosso Congresso. (Pausa.)

A SRA. – Vamos retomar os trabalhos.

Gostaríamos de convidar a companheira Mari Machado. (Pausa.)

A SRA. – Companheiras que estão lá fora, por favor retomem os seus lugares porque precisamos dar prosseguimento ao nosso Congresso. Temos que terminar às 14h. Temos um compromisso com a Juventude. Estamos aguardando as companheiras que estão lá fora.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras, gostaríamos de neste momento registrar a presença da nossa Deputada do Rio de Janeiro, Magali, para quem pedimos uma salva de palmas. (Palmas.) Da Vice-Prefeita Sandra Silveira, da cidade de Esteio, Rio Grande do Sul. (Palmas.) E agradecer a presença das companheiras aqui no nosso 2º Congresso de Mulheres.

Neste momento nós vamos dar início ao processo de eleição e convidamos a companheira Cleusa Pereira, Prefeita de Salgueiro, para presidir a Mesa, a quem pedimos uma salva de palmas. (Palmas.)

Convidamos a companheira Míriam Velasques, Secretária Estadual do Rio Grande do Sul para compor a Mesa e também convidamos a companheira Maria Célia Albuquerque, Secretária de Mulheres do Paraná (Palmas.)

Registramos também a presença do nosso grande companheiro Rodrigo Rollemberg, Presidente do PSB do DF, Deputado Distrital do Distrito Federal. (Palmas.)

Passamos neste momento a palavra à Prefeita de Salgueiro, nossa grande companheira Cleusa Pereira, que vai fazer sua saudação e falar um pouco sobre sua experiência de governo em Pernambuco, na cidade de Salgueiro.

A SRA. CLEUSA PEREIRA (Prefeita de Salgueiro-PE) – Companheiras e companheiros presentes ao 2º Congresso de Mulheres Socialistas, fui tomada de surpresa e quero, no entanto, usar desse tempo que me foi concedido para dizer da crença que temos na construção de um Brasil socialista.

Sou Prefeita de uma cidade que fica no sertão pernambucano, no cruzamento das BR-232 e 116, portanto um ponto estratégico para que aconteçam fatos importantes mas que a mídia apenas coloca os fatos desabonadores. Ninguém diz que aconteceu em Salgueiro um encontro que deu origem à criação da SUDENE, a agência de desenvolvimento que hoje lamentamos ter-se acabado. Não termos tido coragem, força, palavras suficientes para reverter a orientação que estava sendo dada àquele órgão e fazer dele mesmo algo fiel ao pensamento daqueles que a criaram.

Lá é, portanto, um local que, por gravidade, chegam coisas boas e coisas más. Sou Prefeita pela segunda vez, não consecutiva. Governamos de 93 a 96 e voltamos agora. Não fizemos o sucessor por uma série de contingências. É difícil aceitar que uma mulher pobre, idosa, sem tradição política vinculada aos coronéis do sertão chegasse ao poder. Então eles se organizaram para que não chegasse lá o nosso sucessor e, portanto, não tivesse seguimento aquela política de olhos voltados para as questões sociais notadamente de preocupação com os jovens.

Todo o Brasil viu que Salgueiro passou a ser chamado "Centro Geográfico da Maconha". Não se planta maconha em Salgueiro. Mas lá passam os traficantes. Há alguns dias vim depor numa Comissão no Senado, a respeito da questão das drogas. Nós sofremos tanto com isso! A questão da recessão. As pessoas não querem investir em Salgueiro porque pensam lá como uma cidade marcada por essa situação.

Nós também combinamos com aqueles que vêem os drogados — nós não temos drogados — como pessoas doentes, que precisam ser assistidas, tratadas. As condições sociais que devem ser oferecidas para essas pessoas encontrarem resposta para suas necessidades e não caírem nas drogas.

Nós somos contra, sim, os traficantes, aqueles que são capazes de se servir da inocência, da fragilidade econômica e social de nossa gente e colocá-los em situação de desvantagem. Ninguém se lembra que nossos jovens saem de Salgueiro e de localidades semelhantes para vir para São Paulo servindo de pombo correio, e aqui no Sul eles terminam sendo mortos em situações as mais difíceis de serem enfrentadas, porque isolados.

Então é em nome desses jovens que uma idosa chegou a um partido político e fez sua opção pelo PSB e nele quer lutar para ser fiel ao futuro do nosso País. (Palmas.)

A Mari disse que eu iria explicar minha experiência socialista. Temos tentado em cada segmento, em cada localidade resolver os problemas a partir de comissões, evoluindo para conselhos e fazendo com que todos tenham vez e voz. Nem sempre é fácil fazer isso, porque muitas vezes aqueles que foram nos buscar para aquela condição e nos colocaram naquela condição pensam que mudar é apenas mudar os personagens. E lutamos para que sejam mudados de fato os princípios e as práticas que se adotam na maneira de governar.

Sinto-me feliz quando mulheres, jovens, que têm maioria numérica, se unem para discutir e querem ser maioria efetiva, fazendo com que sua voz seja considerada.

Temos denunciado em vários momentos que nosso partido precisa acolher as mulheres dentro do seu diretório, um diretório enorme, onde apenas tem voz a Secretária das Mulheres, num trabalho recentemente criado, ou as Deputadas.

Minha gente, é portanto com alegria que vemos este momento e sobretudo com esperança, porque não podemos desistir de lutar para concretizar o anseio de que este País seja forte e soberano, não se curvando a quem quer que seja, fazendo prevalecer sempre o bem comum. (Palmas.)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Obrigada, Prefeita.

Anunciamos a presença do Prefeito Albérico Cordeiro, do Estado de Alagoas, da cidade de Palmeira dos Índios. (Palmas.)

Vou passar a palavra agora à nossa companheira Maria Célia para sua saudação.

A SRA. MARIA CÉLIA – Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de saudar a todos os companheiros e as companheiras aqui presentes em nome das Mulheres Socialistas do Paraná.

Quero parabenizar a comissão organizadora e a Executiva da Secretaria

Nacional de Mulheres por este bonito evento em que no momento já passamos para uma eleição, e parabenizando a executiva que trabalhou até o momento e que criou, construiu e vem fazendo esses grandes encontros não só em âmbito nacional, como em âmbito estadual. A exemplo do Paraná, tivemos a nossa Secretária Nacional, a Mari, que lá esteve junto conosco no encontro, onde tiramos a Carta de Curitiba.

Por todas essas razões, quero parabenizar a Executiva nacional de Mulheres e saudar todas as companheiras aqui presentes.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Obrigada companheira.

Passamos a palavra à companheira Míriam para que também faça sua saudação.

A SRA. MÍRIAM – Bom dia a todas e a todos os presentes neste Congresso. Nós do Rio Grande do Sul estamos com muita alegria novamente neste Congresso de Mulheres, porque é de relevante importância a nossa participação na política e principalmente a discussão que temos específica das nossas lutas, das nossas causas.

Trago em âmbito nacional a notícia do Rio Grande do Sul no sentido de que lá representamos o PSB na Coordenadoria Estadual da Mulher, que é um órgão ligado ao gabinete do Governador, para propor, estimular e coordenar as políticas públicas no Estado do Rio grande do Sul. E essa é uma grande honra para nós, porque só temos coordenadorias nos dois Estados da Frente Popular, que é Mato Grosso do Sul, da qual a companheira Leide faz parte, representando o PSB, e nós no Rio Grande do Sul.

Trago então a notícia de que estamos implementando duas grandes políticas públicas dentro do governo que é a documentação e a valorização da mulher trabalhadora rural. Já documentamos em cinco meses, dez mil mulheres trabalhadoras rurais, e também a política estadual de combate à violência e garantia dos direitos da mulher.

Com essa política nós estamos implementando quatro casas-abrigo a mulheres vítimas de violência, regionalizadas no Estado, e também vinte centros de referência no Estado do Rio Grande do Sul.

Os centros de referência serão onde as mulheres terão todos os recursos, informações e encaminhamentos para os órgãos que ela necessitar: defensoria pública, postos de polícia e delegacia da mulher. Então isso é de muita importância para todo o Estado.

Trago essa notícia em nome do Governo do Estado também, e como representante do PSB, para que nos Estados onde tenhamos governo, tenhamos essas coordenadorias estaduais, municipais, para implementar essas políticas públicas.

Essa é a nossa contribuição neste Congresso, aguardando o início da eleição. Deixo o meu abraço a todos e todas, um bom Congresso, que realmente se estenderá amanhã e depois no Congresso Nacional do PSB.

Um abraço e obrigada. (Palmas.)

A SRA. VALÉRIA – Em que pese que ela nunca foi ao Amazonas, com exceção de Xapuri. Queremos ser ouvidos pelos demais representantes do Brasil de todas as regiões porque queremos um assento da região amazônica na Executiva. Apenas isso.

Ninguém está contra ninguém, nem à Executiva. Nós apoiamos. Passamos a madrugada tentando colocar isso para elas, elas fizeram de conta que aceitavam e nossa região não pode ser tutelada. Nossa região decidiu uma candidatura e apresentou. Agora eles estão querendo enfraquecer, dividir, e mandar que cada Estado apresente sua candidatura. Mas a Amazônia é soberana e decidiu uma candidatura.

Apenas nós queremos o apoio do Nordeste maravilhoso, de quem eu me orgulho muito. A Região Norte só quer um espaço, porque é a única região que não tem assento na Executiva.

Nós admiramos a Mari, nós a achamos uma pessoa extraordinária, ela tem o nosso apoio. A única coisa que queremos é uma cadeira na Executiva para a Região Norte. Nós só queremos um espaço para a região, decidido por nós lá. Só isso.

Obrigada pela atenção.

A SRA. LILA ROLEMBERG – Companheira Valéria, a reunião está acontecendo com a Região Norte. A Plenária já estava esclarecida.

A SRA. – Companheiras, entendemos que as negociações estão feitas e que a Plenária já está devidamente orientada em relação a isso.

Agora, não entendemos o seguinte — agora minha participação pessoal, não como participante da Mesa —: não precisávamos ter criado todo esse tumulto no nosso Congresso, com apenas dois anos de Secretaria Nacional de Mulheres, com esse belo trabalho que essa Executiva desempenhou.

O nosso processo é democrático, sempre foi e entendemos que estava aberto inclusive para apresentação de chapas. Só há oito vagas na Executiva, pessoal, são 23 Estados. É difícil contemplar a todos e a todas.

Neste momento entendemos que vamos estar otimistas, no sentido de que vai sair uma negociação ali no momento. (Pausa.)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras, acabamos a nossa conversa. Temos uma decisão. As companheiras do Norte do País indicam a companheira Prefeita Inês Zanol para compor a chapa de mulheres. (Palmas.)

A companheira Inês é a indicada da Região Norte, reconhecendo a importância dessa região. (Palmas.)

A SRA. – Solicitamos às companheiras que nos informem como ficou a chapa, para apresentarmos à Plenária.

Vamos iniciar o processo de votação, por favor. Vamos sentar, com nossa tranqüilidade de mulheres vamos dar reinício ao nosso trabalho. Por favor, companheiras.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras, quero apresentar a seguinte situação: para que fosse possível essa composição, o Rio de Janeiro nos encaminhou uma proposta de que aumentássemos o número de vagas na Executiva. Embora saibamos de todas as dificuldades operacionais que enfrentamos e vamos enfrentar, ficamos sensíveis a essa proposta. Por isso a chapa será composta por dez pessoas, proposta esta que será defendida pela companheira Leide Pedroso.

Companheiras, vamos iniciar o nosso processo de votação. Solicitamos que todas permaneçam em seus lugares.

Vamos terminar nosso Congresso da forma como sabemos fazer. Por favor, companheiras.

Dando início ao processo de votação, a companheira Leide Pedroso, de Mato Grosso do Sul, vai fazer a apresentação e a defesa da chapa da Executiva Nacional de Mulheres que foi apresentada, chapa única.

A SRA. LEIDE PEDROSO (Mato Grosso do Sul) – Companheiras e companheiros do Partido Socialista Brasileiro, estou aqui numa missão importante para o nosso congresso. Estou aqui não para defender uma chapa, não para apresentar uma chapa; estou aqui para dizer para vocês da continuidade de um projeto político para as mulheres. Pedimos que todas sentem, porque é um projeto de inclusão, é uma chapa que não está excluindo ninguém, é uma chapa que tem um compromisso único com as mulheres socialistas do Partido Socialista Brasileiro, é uma chapa que tem um compromisso com o trabalho de construção deste Partido em cada recanto deste País, é uma chapa que veio para consolidar a luta e as reivindicações das mulheres socialistas. Por isso peço às

companheiras que nos ouçam, porque é a nossa chapa de consenso, é a chapa que vai trazer todas as mulheres que tenham trabalho representantivo dentro do Partido Socialista Brasileiro. O papel dessa chapa, o papel dessa Executiva é muito mais que político, é estar trabalhando em cada canto, vendo quais são as dificuldades das nossas e tentando trazer para o âmbito do Partido políticas públicas que vão superar desigualdades sociais.

Então vou ler os nomes da proposta da Executiva Nacional de Mulheres: Mari Machado, Rio Grande do Sul; Dora Pires, Pernambuco; Lila Rollemberg, do Distrito Federal...

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras, vão chegando aqui para se apresentar.

A SRA. LEIDE PEDROSO (Mato Grosso do Sul) – ...Lúcia Carvalho, do Rio de Janeiro; Jaci Proença, do Mato Grosso; Fátima Borges, de Alagoas; Leide Pedroso, do Mato Grosso do Sul; Amélia Freire, do Rio Grande do Norte; Neide Lima, do Espírito Santo, e a companheira Inês Zanol, de Rondônia.

Passo a palavra para a Mesa, que continuará conduzindo o nosso congresso.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Para concretizar a nossa aprovação ou desaprovação a essa chapa, pedimos que votem com o crachá os que estão de acordo.

Repetindo, pedimos que levantem os crachás todos os que apóiam essa chapa. (Pausa)

Baixem os seus crachás agora. Os contrários se manifestem. (Pausa)

Aprovada a chapa. Vamos chamar todas as companheiras para cá.

Companheiras, a Mesa, neste momento, parabeniza a nova Executiva Nacional de Mulheres do PSB, principalmente a nossa companheira Mari Machado, na Presidência Executiva, desejando-lhes um bom trabalho. A Mari vai agora fazer uso da palavra. Obrigada.

Companheiras, alguns minutos apenas para que possamos encerrar este congresso. Essa foi de fato uma vitória de todas as mulheres socialistas. Acredito que estamos em condições de ir para o Congresso Nacional do PSB e defender com convicção, com garra uma proposta nossa que deverá ser integrada ao programa de governo do Partido.

Temos hoje grandes desafios, estamos caminhando na organização interna, mas precisamos construir a nossa inserção no movimento social, precisamos que todos os movimentos de mulheres reconheçam a participação da mulher.

Trago aqui como exemplo a nossa companheira Vereadora de Minas Gerais, a Lisa, futura deputada. Este é o nosso desafio: eleger mulheres, ocupar espaços de poder, construir o Partido Socialista Brasileiro e buscar a igualdade da luta das mulheres.

Um abraço a todas as companheiras. Juntas, unidas até o Congresso Nacional!

Dora, as bonecas. Nós tínhamos programado uma homenagem às nossas Prefeitas Kátia e Wilma. Vamos fazê-la durante o Congresso Nacional de Mulheres, quando eu for defender a nossa proposta lá naquele espaço político do Partido Socialista Brasileiro. Até lá, minhas companheiras.

Companheiras do Rio, aqui na frente para irmos ao almoço, por favor.

A SRA. – Tem almoço no restaurante aqui dentro do congresso. Um restaurante *self service* está aberto, mesmo sendo feriado no Distrito Federal, para nos atender. Podem se dirigir ao restaurante aqui dentro.

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Queria chamar os membros da nova Secretaria para tirar a foto oficial. As companheiras que fazem parte da nova Secretaria para a foto oficial.

(Manifestações do Plenário)

A SRA. MARI MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres do PSB) – Companheiras do Rio Grande do Norte, gostaria que vocês comparecessem aqui. Companheiras do Rio Grande do Norte, por gentileza.

Companheiras do Rio de Janeiro, vamos nos reunir aqui à frente do palco.

Por gentileza, Marlene Ramalho, do Rio Grande do Norte, Natal, compareça aqui; Rosângela, do Rio Grande do Norte, por gentileza, compareça aqui.

Companheiras da nova Executiva Nacional de Mulheres, estão chamando no palco, por favor, para uma foto.

Companheiras do Rio Grande do Norte, por gentileza, compareçam aqui.

As companheiras de Pernambuco, por favor, aqui na frente para tirarmos um retrato com Dora e com Mari.

5º Congresso Nacional da Juventude Socialista



Mesa de debate do Congresso Nacional da Juventude, ao centro o vereador Ricardo Maranhão, tendo a sua esquerda o Secretário Nacional da JSB Silvanio Medeiros

Auditório Petrônio Portela do Senado Federal
30 de novembro de 2001


JSB


JSB

O SR. CORDENADOR – Neste momento, queremos convidar para a Mesa o Secretário Nacional de Juventude Silvânio Medeiros; queremos convidar também para a Mesa o Presidente Nacional da JSB Wilson Sombra; convidamos para fazer parte da Mesa o Secretário-Geral da JSB Carlos Ferreira e, finalmente, formando a Mesa, convidamos, representando a fração da Juventude Socialista Brasileira na UNE, o jovem Fábio Bentes.

O pessoal está reclamando aqui porque o Presidente da Juventude e o Secretário não chegaram à Mesa. Propomos que se eles não estiverem aqui em dois minutos passem pelo corredor da JSB.

Gostaríamos de pedir ao pessoal que está lá atrás e ao pessoal que está lá em cima que se aproximem da Mesa. Pedimos ao pessoal que está lá fora que entre no plenário, por favor.

Queria convocar mais uma vez o pessoal que está na parte de cima do plenário a vir aqui para a frente. Neste momento, aproveito a oportunidade para convidar para compor a Mesa o Deputado Federal e Presidente do PSB do Amapá, Evandro Milhomen.

Queremos registrar a presença dos seguintes Vereadores: Max Jaciara, do Mato Grosso, e Isabel Redenção, do Pará.

Solicitamos ao Presidente da Juventude, Wilson Sombra, que, por favor, se dirija à Mesa e convidamos mais uma vez o pessoal que está na parte superior do plenário a se aproximar desta Mesa.

Queremos comunicar ao plenário que está encerrado o credenciamento. Temos credenciados 168 delegados ao V Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira.

Convidamos para fazer parte da Mesa o Deputado Federal Ezídio, do Rio Grande do Sul.

Queremos registrar a presença dos seguintes Vereadores: Joca Marques, da cidade de Catitu, no Piauí, e Jesuíno, da cidade de Canavieira, também no Piauí.

Gostaríamos que os companheiros da Juventude Socialista Brasileira que se encontram fora do plenário, por favor, entrassem para que possamos abrir oficialmente, com as palavras do Presidente e do Secretário da Juventude, o V Congresso Nacional da JSB.

Queremos registrar a presença do Vereador Manga, da cidade de Santa Luzia, no Maranhão.

Registramos a presença do Vereador Eônio Fontineli, da cidade de Viçosa, no nosso querido Ceará.

Queremos registrar a presença do Vereador Ricardo Maranhão, do Rio de Janeiro.

Pessoal, gostaríamos de solicitar a todos, porque também foi uma solicitação da segurança da Casa, que não fumassem porque o nosso auditório é muito fácil de incendiar, mesmo havendo cinzeiros aqui. Então gostaríamos de pedir às pessoas que não fumassem dentro do plenário.

Só para esclarecer, pessoal, estamos colocando aqui na frente a faixa da Juventude porque no momento vamos iniciar o Congresso da Juventude.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. CORDENADOR – Claro, vamos colocar, mas gostaríamos que a senhora tivesse um pouco de paciência, até porque somos muito democráticos ao esperarmos até bem tarde terminar o congresso das mulheres. Gostaríamos de merecer o respeito das mulheres aqui presentes.

Gostaríamos de anunciar a presença aqui do ex-Governador do Acre, Geraldo Mesquita, e dos Vereadores Wilmar e José Noreirado, do PSB do Acre.

Finalmente, queremos registrar a presença do Prefeito de Girau do Ponciano, em Alagoas, o José Aurélio.

Vamos dar início ao V Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira. Sabemos que este congresso passou por mil e uma dificuldades, mas sabemos também que os heróis da resistência estão dentro deste plenário, porque conseguiram a ferro e fogo se manter vivos e estar aqui para construir, finalmente, o Congresso da Juventude Socialista Brasileira, moçada.

Neste momento, vamos dispor a tribuna aos componentes da Mesa. Queremos mais uma vez convidar para compor a Mesa conosco o Presidente Nacional da JSB Wilson Sombra.

Gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Cacique Tapiete Kaiapó e também uma mulher para compor conosco a Mesa, a Secretária de Informação Política Helena Uchoa. Neste momento, o Deputado Federal vai fazer uso do microfone.

O SR. EVANDRO MILHOMEN (Deputado Federal – PSB/AP) - Boa tarde, companheiras e companheiros da Juventude, boa tarde, meu ilustre Vereador do Rio de Janeiro, ex-companheiro Deputado Federal Ricardo Maranhão, que é um exemplo de vida para nós, do PSB, e de história deste Partido. Boa tarde, companheiro e colega Deputado Federal Ezídio Pinheiro, Deputado atuante do Rio Grande do Sul, companheiros que compõem a Mesa deste V Congresso da Juventude Socialista Brasileira, Secretário da Juventude, Presidente, Secretário-Geral e Vice-Presidente da UNE que estão aqui conosco, partici-

pando desta abertura, quero mandar um abraço especial a todos os companheiros que fazem parte da Juventude Socialista deste País, em especial à Delegação do Estado do Amapá, que se encontra presente neste Congresso Nacional do PSB.

Tenho muita satisfação em participar da abertura do Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira. Até há pouco, nós, socialistas históricos, companheiros que constroem este Partido há muito tempo e a sua história, tínhamos uma atribuição e um compromisso muito fortes, que era fazer este Partido crescer. O PSB cresceu, hoje pode se orgulhar de realizar congressos de juventude, das mulheres, de sindicalistas. Todas as categorias sociais deste País são bem representadas no nosso PSB. Aqui, hoje, com a abertura do V Congresso da Juventude Socialista Brasileira, nós, que pertencemos a um Estado que faz fronteira com a Europa, que é o início deste País, que tem uma história concreta de realizações na Amazônia, estamos muito felizes em saber que o PSB tem uma juventude atuante, que constrói a história deste País e que se revolta pela falta de oportunidades, pela falta de compromissos, pela falta de respeito para com o futuro deste País.

Desejo a todos vocês que estão participando deste Congresso da Juventude Brasileira do PSB que tenham a certeza de que este Partido constrói o futuro do Brasil e construirá muito mais, porque vocês, como jovens atuantes em cada estado, em cada pedaço de chão deste País, saberão dar a contribuição, dar atribuição concreta para que o PSB possa nortear a política brasileira. E o norte dessa política é norte da nossa juventude, que pensa num futuro melhor, que constrói uma sociedade solidária, de respeito, de cidadania, em que todos possam ter o mesmo direito.

Dessa forma, desejo a vocês, jovens que estão aqui reunidos, que não percam o norte da construção da política neste País, que contribuam conosco para que possamos transformar de uma vez por todas a história deste País para melhor, em que aqueles que nunca tiveram vez ou voz possam ser agora representados. Muito obrigado e um beijo no coração de cada um de vocês.

O SR. CORDENADOR – Agradecemos as palavras do Deputado Federal Milhomem e registramos a presença dos Vereadores José Vamel e Gilberto Valmir, ambos de Jaçanã, no Rio Grande do Norte, Carlos Lucena, de Campo Grande, no Rio Grande do Norte também, e de Francisco, de João Câmara.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaríamos de convidar o Presidente Nacional da Juventude Wilson Sombra para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Compa-

nheiros, pediria ao companheiro Ezídio Pinheiro, nosso representante na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, que usasse a palavra para trazer o recado para a Juventude.

O SR. EZÍDIO PINHEIRO (Deputado Federal – PSB/RS) – Nosso boa tarde. Parabéns para vocês por esta maravilha que estamos presenciando hoje, aqui. Sejam bem-vindos. Saúdo nossos colegas de Bancada Federal, a direção deste evento, esses jovens que coordenam a programação no dia de hoje.

Acho que esta é uma mostra do que será hoje à noite, do que será amanhã e também no domingo. O PSB de fato está de parabéns. Não vejo outra forma de um partido ser construído a não ser com a participação do jovem, mas não para o futuro. O que estamos vendo hoje, aqui, é o jovem presente, é a cara do PSB, é o espaço que a juventude brasileira está encontrando em todos os estados.

Eu, que venho do Rio Grande do Sul, tenho percebido a importância da juventude que estava sem rumo, que está buscando no PSB um espaço para poder ser representada, para poder, de fato, influenciar nas decisões deste País.

Este é um momento importante que o PSB vive. Pela manhã, a abertura aqui do Encontro Nacional das Mulheres do PSB; na outra sala, estão os sindicalistas. São poucos partidos que mantêm esse tipo de estrutura, que dão esse tipo de oportunidade.

Acho que é um congresso altamente importante para nós, para um partido que cresce dia a dia, à vista de todos. Todo o Brasil está percebendo esse crescimento. Um partido que se apresenta com nominatas de candidatos por este País afora em todos os níveis.

Vocês, jovens, são a ocupação do espaço agora também, lá nos seus municípios, na câmara de vereadores, na assembléia legislativa. Acho que estamos preparados para isso. Deixaria esse chamamento a esta juventude: que esteja presente sempre.

Aqui em Brasília, a nossa Bancada ainda é pequena: são 20 deputados, mas tem sido uma referência dentro desta Casa. Os nossos colegas ajudam a dar direção. É um partido que tem um caminho a ser percorrido. Se for preciso fazer uma volta para chegar a um objetivo, ele faz. Estamos muito felizes dentro do PSB, que hoje é respeitado por todos os segmentos pela sua atuação, ele é representado pela sua presença hoje marcante nos encontros regionais, nos encontros estaduais e agora, neste desafio. Para entrar no ano eleitoral, este congresso é de grande importância para nós.

Ficamos felizes com isso e desejamos à Coordenação deste evento e a vocês, com quem vamos nos encontrar novamente à noite, no decorrer desta semana, que possamos de fato colocar para a Direção do nosso Partido que se abra esse espaço, que nos dê condições. Tenho certeza de que vocês saberão muito bem ocupar esse espaço. Parabéns a vocês, jovens.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Agradecendo a contribuição do Deputado Ezídio Pinheiro, passamos agora a palavra ao nosso também companheiro aqui presente Cacique Tapiete Kaiapó.

O SR. CACIQUE TAPIETE KAIAPÓ – Em primeiro lugar, parabenizo toda a juventude presente nesta conferência e o nosso Deputado Federal pelo PSB. Sou da Nação Kaiapó, do sul do Pará. A nação indígena também precisa levantar a bandeira do PSB pelo sul do Pará. Então estou participando, representando a nação indígena do nosso País. A esperança no PSB é de mudança no nosso País. Essa é a nossa esperança na juventude, é a união da força para o nosso Partido e o nosso Brasil.

Então parabenizo a todos vocês, boa tarde e um grande abraço.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Queria destacar a importância para nós da presença dos nossos companheiros Milhomem, Ezídio Pinheiro, do nosso amigo Cacique Tapiete Kaiapó e aproveitar a oportunidade para convidar a compor a Mesa uma companheira do Rio de Janeiro, a Deputada Alcione Athayde, que já está presente entre nós.

Gostaria, se possível fosse, de pedir à Deputada que, nesta oportunidade, pudesse trazer o seu recado para nós, da Juventude do PSB>

A SRA. ALCIONE ATHAYDE (Deputada Federal – PSB/RJ) – Queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, o nosso Presidente Nacional da Juventude, Silvano, dizer da alegria de estar aqui com a nossa juventude. Serei breve, mas muito objetiva.

Penso que os partidos políticos em geral fazem o discurso da juventude, mas não vejo concretamente o espaço efetivo para que a nossa juventude possa atuar não só em termos partidários, mas principalmente em termos de compartilhamento de poder, que é essencial.

Vou passar para vocês alguns dados rapidamente, para não me tornar chata. Existem no Brasil, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 31.366.081 jovens entre 15 e 24 anos de idade. E estou perfeitamente convencida de que este País não vai se transformar sem a nossa juventude. Todas as transformações de que precisamos para consolidar o nosso País como essa pátria gigante que todos almejamos, temos que ter a juventude conosco.

Por que, muitas vezes, não vemos a juventude inserida? Tenho feito um seminário por todo o Brasil, chamado "Juventude Brasileira do Terceiro Milênio", colocando as questões estatísticas do País. Os nossos jovens estão aparteados do processo político, não acreditam nos políticos nem em partidos políticos e estão deixando de exercer o fundamental para que transformemos esta nação, que é o exercício da cidadania.

Sou Deputada Federal no segundo mandato, sou médica pediátra e, neste segundo mandato, tenho me dedicado à legislação de juventude. Acho que vocês, jovens que estão aqui presentes, têm que ter como prioridade não apenas... Todos falam em políticas públicas para a juventude, mas além de cobrarmos dos diferentes níveis do Executivo as ações efetivas, temos que cobrar dos legisladores leis que possam fazer com que a juventude seja inserida no Congresso Nacional.

Tenho, nesse momento, tramitando na Câmara dos Deputados, vários projetos de lei que dizem respeito à juventude, mas principalmente dois projetos que considero fundamentais: uma Proposta de Emenda à Constituição que pedi que fosse distribuída na medida do possível pelo menos para os membros da Mesa, que é a PEC nº 341, de 2001, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera criança até 12 anos de idade incompletos e adolescente, entre 12 e 18, podendo, em alguns casos excepcionais essa legislação ser aplicada a pessoas entre 18 e 21 anos. Os jovens de 15 a 24 anos, na realidade, não têm direitos específicos assegurados na Constituição nem em lei específica.

Penso que qualquer política da juventude passa por direitos garantidos na Constituição e por legislação específica para a juventude.

Em 1998, em Lisboa, uma conferência das Nações Unidas colocou como Dia Internacional da Juventude 12 de agosto e recomendou aos países que, na medida do possível, as legislações trabalhassem para que houvesse um Dia Nacional da Juventude.

Tenho, na Câmara dos Deputados, já com parecer unânime das comissões de mérito, tramitando no momento na Comissão de Constituição e Justiça apenas esperando parecer de juridicidade, mas com parecer do Relator já encaminhado para a aprovação, e brevemente teremos esse projeto aprovado na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que institui no Brasil o dia 12 de agosto como o Dia Nacional da Juventude.

Acho que essa é uma grande bandeira para que os nossos jovens do

Partido Socialista Brasileiro levem. Por isso estou fazendo um encaminhamento ao Congresso e queria, em primeiro lugar, submetê-lo ao Congresso Nacional da Juventude para que pudéssemos ter a adesão da juventude à PEC que garante direitos constitucionais à juventude, que institui o Dia Nacional da Juventude.

Queria também dizer que tenho um projeto que regulamenta as academias de lutas e artes marciais. Todos nós sabemos que, se emprego, hoje, no Brasil, está difícil, para o jovem está mais difícil ainda. Por isso também sou autora de um projeto de lei que dá incentivos fiscais a empresas que contratarem jovens, numa quota estabelecida no projeto, entre 15 e 24 anos de idade.

Temos que caminhar sabendo que não adianta estarmos aqui achando que temos colocações a fazer para a juventude. Na verdade, estamos aqui para receber os jovens, ouvi-los e aprendermos o que temos que fazer para transformar este País, porque a nossa juventude, a minha e a de muitos que estão aqui, teve oportunidade de fazer, e não conseguiu. Não vou entrar no mérito da questão.

Hoje cabe a essa juventude que está aí modificar a nação. Muito obrigada a vocês.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Agradecemos as palavras e as contribuições da Deputada Alcione Athayde, que demonstra sua preocupação com a juventude e passou a todos os membros da Mesa a íntegra de alguns de seus projetos, especificamente aqueles que tratam de questões relativas à juventude, os quais serão encaminhados aos jovens da JSB no conjunto do País. E deixa aqui na Mesa também, enquanto encaminhamento, um manifesto relacionado a questões de juventude, trazendo a essência do que a Deputada teve a oportunidade de apresentar para nós, que também será enviado aos jovens do Partido no conjunto do País.

Agradecemos de maneira especial à nossa companheira Alcione Athayde, ao nosso companheiro Milhomen, ao companheiro Ezídio Pinheiro, ao nosso companheiro Cacique Kaiapó, ao meu lado.

Gostaria de aproveitar para registrar que alguns momentos são de singular importância para a juventude do nosso Partido. Hoje, particularmente, tivemos um dia extremamente difícil para a Juventude do PSB, porque pretendíamos ter um congresso que seria durante o dia inteiro. Lamentavelmente a Câmara dos Deputados foi fechada hoje, no local onde aconteceria o congresso, e, talvez por esse motivo, muitas pessoas que estariam trazendo a sua contribuição para o congresso da juventude não se fizeram presentes para a sua abertura que acabou se dando neste momento. Mas o fato de algumas pessoas

estarem presentes aqui fica registrado para a juventude enquanto demonstração do maior e mais profundo compromisso com a juventude do Partido, portanto com o futuro do nosso País.

Registramos o nosso agradecimento pela participação, registramos o reconhecimento por isso, a admiração e a esperança de vermos que no PSB temos parlamentares, temos muitas pessoas que se preocupam com a juventude, e ficamos felizes com esse fato. Obrigado.

Aproveito para convidar os companheiros da Mesa presentes neste ato de abertura, se possível for, a ouvirem a explanação que será feita pelo nosso amigo Ricardo Maranhão, agora no Congresso da Juventude. Ele falará sobre a situação em que o nosso País e o mundo vivem e sobre os desafios que se apresentam.

Sei que nem sempre é possível, e já demonstraram os companheiros que gostariam de estar presentes em todo o congresso, mas fica o convite para que ouçam as palavras do nosso amigo Ricardo Maranhão. Eles querem ficar entre os jovens mesmo.

É com imensa alegria, prazer e honra que contamos aqui com a presença não do Vereador, mas do companheiro Ricardo Maranhão, que eventualmente, hoje, é Vereador no Rio de Janeiro, que em vários momentos já ocupou outras posições perante a direção de sindicatos, associações, foi Deputado Federal e vai nos brindar com as suas palavras. Tenho certeza de que, após as palavras do nosso amigo Ricardo Maranhão, todos vão saber o porquê do especial carinho e admiração que nutrimos pelo nosso companheiro.

O SR. RICARDO MARANHÃO (Vereador do PSB – RJ) – Queria, de início, agradecer as palavras generosas do nosso jovem e brilhante companheiro, Presidente Wilson Sombra, saudar os companheiros da Mesa e fazer uma saudação muito especial para a Juventude do Partido Socialista Brasileiro, para a juventude brasileira...

(Manifestação do Plenário)

O SR. RICARDO MARANHÃO (Vereador do PSB – RJ) – Saudar a Juventude Socialista Brasileira e a juventude do meu País, aquilo que o nosso País tem de mais generoso, porque carrega o idealismo, o sentimento de brasilidade. Presto uma homenagem a esta juventude que, no momento presente e no passado, nunca faltou ao Brasil. Não há, praticamente, nenhum grande movimento da história deste País que não tenha contado com o apoio decisivo, generoso, marcado pelo idealismo dos jovens brasileiros. Assim foi na luta contra o nazifascismo, durante a Segunda Guerra Mundial, impondo a presença de forças brasileiras para combater aquela intolerância nazista, a intolerância

fascista. Assim foi na gloriosa e inesquecível campanha "O Petróleo é Nosso", que resultou na criação da empresa que o orgulho de todos nós, a maior empresa deste País em que tive a honra, a felicidade e a alegria de trabalhar durante 30 anos, nela ingressando pelo concurso público. Assim foi na luta contra o autoritarismo do regime implantado em 1964. Assim foi na luta pelas "Diretas Já", assim foi quando a juventude pintou a cara para botar um Presidente ladrão para fora, para repudiar a corrupção. E assim será daqui para a frente, quando o nosso País, pela grave crise que atravessa, mais do que nunca precisa de uma juventude organizada, combativa, de uma juventude que saberá dar a sua colaboração inestimável para que possamos retomar o Brasil para os brasileiros, criando uma nação com o sentido da ética, do patriotismo, uma nação onde haja justiça social.

Pede-me o companheiro Sombra que trace em algumas linhas o quadro da conjuntura internacional e nacional. O que verificamos é que vivemos num mundo extremamente desigual, vivemos num mundo onde há um *apartheid* tecnológico, econômico e social. Vivemos num mundo onde algumas poucas nações, 25, extremamente ricas, têm acesso aos benefícios da civilização, e a maioria das nações com seus povos miseráveis, submetidos a condições de vida subumanas. Esta situação já persiste há milhares de anos. E havia no mundo um sistema de poder estabelecido na bipolaridade, com duas grandes nações hegemônicas: os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética.

A partir daquilo que os neoliberais chamam de Queda do Muro de Berlim, a partir do fracasso do socialismo real, da desintegração da União Soviética, surge uma única potência. Passamos a viver o regime da unipolaridade de poder militar, econômico e político. São os Estados Unidos da América uma potência agressiva, que, diante da inexistência de uma outra potência, a União Soviética desintegrada, se transformaram na polícia do mundo, querem impor a *pax* americana. Dizem que a história se acabou e dão andamento ao projeto neoliberal do imperialismo que querem impor: a cultura, a economia, a forma de pensar e o modo de ser dos americanos.

Verificamos também, na conjuntura internacional, o fracasso absoluto das quatro organizações multilaterais criadas no pós-guerra. Refiro-me ao final da Segunda Guerra Mundial. Essas quatro organizações multilaterais fracassaram e constituem aquilo que chamo de o quadrado do descrédito. Estou-me referindo a quatro organizações multilaterais que foram criadas com os propósitos mais nobres ao final da Segunda Guerra Mundial: a Organização das Nações Unidas, que sucede a Liga das Nações, cujo objetivo principal seria a paz, a conquista da paz, a solução do conflito entre os homens pela via do entendimento, da negociação; o Banco Mundial, que teria recursos para financiar os

países pobres, periféricos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, seja qual fosse o nome que desejássemos dar a eles. O Banco financiaria esses países a juros módicos para que eles pudessem se desenvolver, diminuindo, dessa forma, a distância entre os países ricos e esses países periféricos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A terceira instituição seria a Organização Mundial do Comércio, cujo objetivo seria proporcionar um comércio internacional justo entre países ricos e pobres. Finalmente, a quarta organização seria o Fundo Monetário Internacional, cujo nobre objetivo seria estabelecer o equilíbrio do sistema financeiro internacional implantando políticas em todos os países, de forma que eles pudessem se desenvolver em harmonia, eliminando as disparidades entre ricos e pobres.

E o que vemos hoje? Vemos que essas quatro organizações multilaterais tiveram os seus nobres propósitos absolutamente desvirtuados. A ONU não consegue, depois de 40 anos, fazer cessar o bloqueio, um ato de guerra, de afronta, um ato covarde que a nação mais poderosa do mundo impõe a uma ilha pequena, frágil, forte pela resignação de seu povo em lutar pela sua revolução. A ONU não consegue furar o bloqueio americano contra Cuba; a ONU não consegue impedir o bloqueio americano contra o Iraque; a ONU faz vista grossa ao bombardeio assassino do Sr. Bush sobre o Afeganistão; a ONU está muito longe do seu verdadeiro propósito, que seria o de ter autoridade e de submeter qualquer nação, por mais poderosa que fosse, aos objetivos da conquista da paz e da via da negociação.

A Organização Mundial do Comércio decide em 80% das suas decisões sempre a favor dos países ricos, sempre em detrimento dos países pobres. É uma prática secular, ou mais do que isso, a desvalorização dos produtos de exportação dos países subdesenvolvidos: do café, do algodão, da soja. O Brasil exporta uma tonelada de minério de ferro a US$17, US$20 há mais de 50 anos. Se fizermos a deflação pela inflação americana, veremos que estamos vendendo minério há cerca de 50 ou 40 centavos de dólar a tonelada. E a Organização Mundial do Comércio decide sempre em favor dos países ricos e poderosos.

O Banco Mundial afronta a soberania dos países do terceiro mundo, financiando programas de privatização que desnacionalizam a economia desses países, afrontando a soberania, impondo a política americana, condicionando os seus empréstimos à abertura das economias e à venda das empresas nacionais para os capitais estrangeiros.

O Fundo Monetário Internacional, na sua história de 50 anos, tem uma história de receita de fome, receita de miséria, de recessão em que o Fundo Monetário impõe a sua política. Aqui no Brasil, temos a experiência disso: é o desemprego, a fome, a miséria.

Se fizermos uma avaliação desse projeto neoliberal, verificaremos que o mundo está cada vez mais desigual. Os ricos são mais ricos e os pobres são mais pobres. Estamos, portanto, vivendo num mundo insano. Nós, que somos socialistas e queremos a eliminação das desigualdades, que queremos a igualdade de oportunidades, que queremos não um homem individualista, mas um homem solidário, porque a índole do homem é solidária, o homem é um ser gregário, não podemos aceitar o discurso da competição, do afastamento, do aniquilamento dos menos capazes, a mágica mentirosa de que o mercado resolveria todos os problemas. O mercado é absolutamente incapaz; o mercado é um absoluto fracasso quando se trata de resolver os graves problemas sociais.

Portanto nós, socialistas, temos um compromisso, uma missão, uma tarefa difícil de nos organizar, os socialistas brasileiros e os socialistas de todo o mundo, para mudar este mundo, criando um mundo mais solidário, mais justo.

No plano nacional, o que vemos é o mesmo quadro do plano internacional: o quadro de desigualdades, de diferenças enormes. Vemos a existência, alguém já disse, de uma Belíndia. O Brasil seria uma mistura de Bélgica com a Índia. Podemos falar em muitos brasis, mas resumidamente em dois: um Brasil cuja economia está entre as dez maiores do mundo, um Brasil que tem um Estado chamado São Paulo, cujo PIB é maior do que o da Argentina, um Brasil que tem um único município no Estado de São Paulo chamado Ribeirão Preto cujo PIB é maior do que o do Chile, um Brasil que produz dois milhões de automóveis por ano, um Brasil que tem 18 milhões de telefones celulares e que terá 50 milhões dentro de cinco anos, um Brasil que tem – e isto é uma vergonha quando falarmos do outro Brasil – a segunda maior frota de jatos particulares do mundo e a segunda maior frota de helicópteros do mundo, um Brasil que tem *shopping centers* reluzentes, brilhantes, onde se pode comprar o que há de mais supérfluo, de mais rico, de mais caro e de mais bonito no mundo, este Brasil convive com um outro de 60 milhões de miseráveis, de cerca de 25 milhões de analfabetos, convive de forma vergonhosa com um Brasil onde, em pleno Século XXI, o Terceiro Milênio, ainda se tem o trabalho escravo, ainda se tem o trabalho infantil, um Brasil que é campeão de acidentes de trabalho, um Brasil que é campeão na concentração de renda, um Brasil que nos envergonha a nós socialistas, que queremos decência, justiça social, e não queremos o lucro, o fausto, a riqueza escandalosa ao lado da pobreza, da miséria deprimente que nos envergonha.

No plano social, portanto, a situação do Brasil é dramática; no plano político, mercê de um plano econômico que é um embuste, uma mistificação, o Plano Real, que trouxe uma pseudo-estabilidade, porque não é possível falar em estabilidade numa economia em que 18% da população economicamente

ativa estão desempregadas. São dois milhões de desempregados somente em São Paulo; são 370 mil desempregados na grande Fortaleza. Uma economia que pratica juros reais de 20% ao ano, esta é uma economia doente. Não se pode falar em estabilidade, no fim da inflação. O que vemos é uma economia subordinada à política traçada e imposta pelo Fundo Monetário Internacional a que me referi. O que vemos são os servidores públicos há cinco anos sem reajuste, são 18 milhões de aposentados há sete anos sem reajuste. Temos as taxas de juros mais elevadas do mundo. Vemos, no campo da ética, o Presidente do Senado Federal ser afastado por atos de improbidade; o primeiro e o segundo Presidentes, Srs. Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. O que vemos é um Código Penal que só vale para trancafiar um pobre que rouba chuchu na feira, mas que permite que os grandes ladrões deste País, os ladrões de colarinho branco, os tubarões da corrupção vivam freqüentando as colunas sociais, afrontando a consciência e a indignação dos homens de bem.

Companheiras e companheiros da Juventude Socialista Brasileira, vemos a descrença, vemos o ceticismo do homem comum, que não acredita na classe política, vemos os cidadãos anulando os seus votos quando, mais do que nunca, temos que fazer política com "p" maiúsculo neste País, temos que restabelecer a credibilidade do cidadão na classe política, mas temos também que varrer do cenário político esse bando de vagabundos que fazem da política o caminho para o enriquecimento, para se assenhorar do patrimônio público e não trabalham a política como instrumento de transformação do nosso País.

A tarefa que temos é gigantesca. É preciso fazer reformas profundas neste País: reforma agrária para dar terra aos milhões de brasileiros que nela querem trabalhar, e não podem enquanto o latifúndio improdutivo nos envergonha; reforma agrária para solucionar os assassinatos no campo, quando morrem lavradores, e os matadores não vão nunca para a prisão.

Temos um problema grave nas comunicações: o monopólio ou o oligopólio das comunicações num país com dimensões continentais como o nosso, onde praticamente nove famílias controlam a informação. Se considerarmos os Sirosky, no Rio Grande do Sul, os Marinho, no Rio de Janeiro, Nascimento Brito, no Rio de Janeiro, o pessoal de São Paulo, os Frias e os Mesquita, veremos que nove famílias controlam a informação no Brasil. Isso é muito grave porque não há democracia sem opinião pública esclarecida e não há opinião pública esclarecida sem a imprensa livre, sem a imprensa independente e sintonizada com os interesses do País. Essa grande imprensa que aí está sintoniza-se com os grandes interesses econômicos. Na medida em que a economia se desnacionaliza e as empresas estrangeiras aumentam a sua participação na nossa economia através da publicidade, os grandes meios de comunicam passam a refletir interesses que não são os do nosso povo.

Nesta tarde gloriosa em que estamos conversando com a juventude do nosso País, não obstante esse quadro internacional e nacional, marcados por desigualdades, violências, injustiças, enfim, por tudo aquilo contra o qual devemos lutar e combater, tenho otimismo e convicção de que vamos, nós brasileiros, superar essas dificuldades. Vamos formular um projeto nacional de desenvolvimento para o nosso País, um projeto altivo, soberano, brasileiro, um projeto que nos devolva o Brasil, permitindo levá-lo pela trilha vitoriosa ao seu grande destino, porque somos uma grande nação, um grande País e haveremos de construir um Brasil socialista, livre, democrático e justo. Muito obrigado.

(Manifestações do Plenário)

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Agradecemos...

(Manifestações do Plenário)

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Companheiros, agradecemos pela brilhante intervenção ao nosso amigo Ricardo Maranhão, que precisa se retirar, mas que trouxe uma inestimável contribuição ao nosso encontro.

Queria, em nome dos delegados presentes no Congresso Nacional da Juventude do PSB, agradecer a sua contribuição.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença e convidar para que faça parte da Mesa a Deputada Magali Machado, que já está entre nós há algum tempo, assistindo ao nosso congresso e vai fazer uma saudação para nós

Não posso deixar de registrar a presença e de convidar para fazer parte da Mesa e trazer a sua saudação – e peço licença aos companheiros para dizer – uma das pessoas que mais contribuem no Estado do Rio de Janeiro e no Governo daquele Estado em relação aos programas que tratam de questão de juventude a quem certamente desejamos possa se tornar referência para programas de juventude de todo o País, que é o Secretário de Estado do Rio de Janeiro, mas não quero convidá-lo como tal, porque ele é muito mais do que isso; é um companheiro no sentido da palavra, que é o companheiro Fernando William.

Queria também convidar para compor a Mesa – antes dele usar a palavra, alguns companheiros falarão sobre o papel e a trajetória dele – o companheiro Nélson Oliveira, de Campos, no Rio de Janeiro.

A SRª MAGALI MACHADO (Deputada Estadual – PSB/RJ) – Quero dar o meu boa tarde a todos, cumprimentar o Presidente da Juventude Socialista do Rio de Janeiro, Wilson Sombra, e assim fazendo cumprimento toda a Juventude Socialista aqui presente, cumprimento toda a Mesa e agradeço a oportuni-

dade de fazer esta saudação, dizendo que na minha vida parlamentar sempre me dediquei à criança e ao adolescente.

Hoje, conversando com a nobre Deputada Alcione Athayde, firmamos um pacto de que também vou me dedicar, no Estado do Rio de Janeiro, à luta pela juventude. Ela ficará no Congresso Nacional e eu no Rio de Janeiro, junto à Assembléia Legislativa, vamos trabalhar em dobradinha porque, na realidade, os jovens precisam mais do nosso carinho, da nossa atenção, do nosso respeito e da nossa ajuda.

Não quero me prolongar. Deixo um beijo no coração de cada um de vocês, colocando-me à disposição na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, no Gabinete 104, para o que se fizer necessário. Quero dizer da minha satisfação em estar junto com vocês participando deste congresso nacional. Não poderia deixar, de forma alguma, de saudar a todos vocês e de agradecer a oportunidade ao nosso Presidente por fazer esta saudação.

Um abraço, Deus abençoe a todos vocês e vamos juntos levar o Brasil para a frente com Garotinho Presidente.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Queria registrar a presença do Dr. Antônio Capistrano, Vice-Prefeito da gloriosa cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que está aqui participando em peso, assistindo e contribuindo com o nosso congresso.

Queria também anunciar a presença da companheira Ediane Vilar, Secretária Estadual de Mulheres do PSB do Rio Grande do Norte.

Anuncio também a presença do Dr. Cláudio Porpino, companheiro Presidente do PSB de Natal.

Registro a presença do Vereador Adonay, da cidade de Pão de Açúcar, em Alagoas.

Quero registrar também a presença do Vereador da cidade de Itaquaquecetuba José Carlos Ferreira, Líder da Bancada do PSB naquela Câmara de Vereadores.

Gostaria de aproveitar o momento para passar a palavra ao companheiro Fernando William, que vai trazer certamente uma grande contribuição para o nosso encontro.

O SR. FERNANDO WILLIAM (Secretário de Estado – PSB/RJ) – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o companheiro Wilson Sombra, Presidente Nacional da Juventude Socialista e os demais integrantes da Mesa, todas as companheiras e companheiros.

O companheiro Wilson Sombra fez referência a um programa que coordenamos no Estado do Rio de Janeiro, que se chama Jovens pela Paz. Esse programa envolve em torno de oito mil jovens: mil jovens portadores de necessidades especiais; mil jovens em liberdade assistida que, portanto, já praticaram algum tipo de infração; jovens de diversas comunidades e municípios do interior que participam de um programa chamado Reservistas pela Paz e cerca de 3.200 jovens que são os agentes comunitários da paz. Essa é a parte do programa que coordenamos.

Na verdade, são 3.200 jovens de 305 comunidades pobres do Rio de Janeiro, que trabalham na lógica do que chamamos de protagonismo juvenil. Esses jovens desenvolvem atividades culturais e artísticas dentro dessas comunidades pobres, procurando criar oficinas de arte e cultura e, através delas, passar a mensagem da paz. Não a paz dos cemitérios, não a paz da acomodação, não a paz da aceitação do mundo da forma que ele é, da forma que ele existe, mas a paz daqueles que são capazes de se indignar contra as injustiças, a paz daqueles que buscam um mundo mais justo, um mundo melhor.

Esse trabalho é muito interessante, porque tem permitido que esses jovens que de um modo geral tinham como modelo e referência apenas a violência dos traficantes ou outras formas negativas de violência estejam permanentemente discutindo a memória histórica do nosso País, resgatando-a através da arte e da cultura, discutindo a realidade do nosso Estado e do nosso País, procurando compreender os motivos que levam a essas injustiças, a toda sorte de discriminação e preconceito contra as populações negras, contra as populações pobres de um modo geral.

Isso faz com que esses jovens cresçam politicamente. Hoje, muitos dos jovens que iniciaram suas atividades no Programa Jovens pela Paz já atingiram um nível de consciência política que permite que estejam ingressando no Partido Socialista Brasileiro e se transformando em mais um instrumento de luta do nosso Estado, do nosso País e do mundo pelo socialismo.

Trago aqui essa informação sobre o que realizamos no nosso Estado para que sirva de modelo e de referência para a aplicação de programas dessa natureza em outras cidades e em outros estados onde eventualmente estejamos no governo, porque consideramos que o resultado desse trabalho no Rio de Janeiro tem sido muito importante não apenas para criar a cultura da paz, mas para criar a cultura da paz como uma forma de se lutar contra as injustiças, por um mundo melhor, um mundo socialista. Muito obrigado. Sucesso para todos nós neste congresso.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Agradece-

mos ao companheiro Fernando William não apenas pela contribuição e pela mensagem trazidas, mas registrando a nossa admiração pelo trabalho desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro.

Queremos aproveitar a oportunidade para dizer que estão aqui na Mesa a carteira de motorista de Oséias Fernando Andrade e a carteira de identidade do Leonardo Miler.

Peço ao companheiro Sérgio Filho de Campos que compareça à Mesa.

Anuncio a presença do Primeiro Secretário da Executiva Estadual do PSB de Alagoas, a presença do Presidente da JSB do Ceará, Edmundo, da cidade de Apoiares, no Ceará. Presentes, do PSB de Alagoas, o Primeiro Secretário Anselmo Oliveira, Secretário de Cultura e Formação Política, Genival Alencar. Presentes também Sandra Maria e Valmir Melo.

Queria registrar também a presença da militante e companheira da JSB do Espírito Santo, pré-candidata a Deputada Federal 2002.

Registramos a presença do Vereador José Moreira, a presença da Vereadora Magui, de Ouro Branco, no Rio Grande do Norte, assistindo ao congresso.

Gostaria de anunciar que acaba de chegar aqui para trazer a sua contribuição a Deputada Estadual Márcia Maia, a quem convidamos para fazer parte da Mesa dos trabalhos.

(Manifestação do Plenário)

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Anuncio a presença do Vereador da cidade de Alvorada, no Rio Grande do Sul, Jelson Luz.

Queria anunciar também a presença do companheiro Rildo Jastes, Primeiro Secretário do PSB do Estado do Pará e a presença da companheira Maria José Viana, Secretária de Educação de Alagoas, a quem convidamos para integrar a Mesa dos trabalhos.

O SR. – Boa tarde a todos. Estou aqui para agradecer a um companheiro nosso que vem nos ajudando não só no nosso Município, como também no Estado do Rio de Janeiro. Em nome da coordenação nacional, gostaria de agradecer ao Secretário de Governo e companheiro do nosso Partido Nélson Oliveira...

(Manifestação do Plenário)

O SR. – Em nome da JSB, Campos, vamos ler a placa em homenagem a ele:

Ao nosso querido companheiro e amigo Nélson Oliveira, por incentivar, prestigiar e apoiar todas as ações da Juventude Socialista Brasileira. Por tudo isso é que a JSB, Campos, e o Estado do Rio não para dizer que Nélson Oliveira, e sim para dizer Nélson Oliveira é gente nossa e companheiro.

Obrigado a todos.

(Manifestação do Plenário)

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Queria pedir ao companheiro e amigo Nélson Oliveira que receba essa placa não apenas enquanto uma homenagem da Juventude Socialista Brasileira de Campos, mas como uma homenagem da Juventude Socialista Brasileira de todo o País. Em nome dos delegados presentes neste congresso, queremos dizer que reconhecemos, agradecemos e admiramos o trabalho por ele desenvolvido. Gostaríamos de franquear a palavra para que o companheiro Nélson possa dar o seu recado.

(Manifestação do Plenário)

O SR. NÉLSON OLIVEIRA (Secretário de Estado – PSB/RJ) – Queria saudar o meu amigo, companheiro Wilson Sombra, Presidente da Juventude Socialista Brasileira e dar um abraço muito fraterno em você, Wilson, por meio de quem queria abraçar todos esses jovens que estão engajados por um país melhor, por mais justiça social, principalmente por fraternidade. Que nossos corações sejam cada vez mais irmãos e que possamos contribuir para que cidadania seja realmente uma conquista do nosso povo.

Há 25 anos, quando eu tinha a idade de vocês e sonhava com cidadania, com justiça social, com democracia neste País, éramos castrados, mas tive o privilégio de ter na minha cidade um Prefeito chamado Antony Garotinho, que depois voltou a ser prefeito, e de hoje ter um Prefeito como Arnaldo França Viana.

Por isso, Wilson, temos condição de colaborar com todos os projetos da juventude não só da nossa cidade, mas do nosso Estado e do nosso País que estão transformando o nosso sonho em realidade. Um beijo no coração de vocês. Podem contar com este companheiro porque sempre estaremos nessa batalha, nessa luta, meus irmãos.

(Manifestação do Plenário)

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Pessoal, para que possamos dar segmento ao congresso, gostaria primeiro de registrar que este local será fechado às 18 horas. Pedimos a todos os delegados presentes que preencham o cadastro que se encontra dentro da pasta recebida e o devolvam.

Registramos a presença do Vereador de Lago Açu, no Maranhão, Floriano, a presença do Presidente Estadual da JSB do Maranhão, Natal Marques, a presença do Presidente da JSB de Igarapé, no Pará, Raimundo Oliveira, Manoelzinho,

candidato a Deputado Federal pela JSB de Paragominas, Pará, a presença do Tiziu, Secretário da JSB de Rondon, do Pará, pré-candidato a Deputado Federal, a presença de Sílvio Siqueira, Presidente Jovem do PSB de Igarapé-Mirim, no Pará.

Quero anunciar a presença do companheiro que tem a responsabilidade de organização do Movimento Garra, André Margalho, a presença do companheiro Carlos Darling, Secretário-Geral do PSB do Rio Grande do Sul, a presença de Angelino Casol, Vice-Presidente do Rio Grande do Sul, a presença de Sandra Silveira, Vice-Prefeita de Esteio, do Rio Grande do Sul.

Gostaria ainda de lembrar que além das identidades de Leonardo Miler e de Oséias Fernando Andrade, que estão aqui na Mesa, foi também encontrada uma agenda sem nome.

Gostaria, agradecendo a presença e contribuição, de passar a palavra à nossa companheira Deputada Márcia Maia, aqui presente.

(Manifestação do Plenário)

A SRª MÁRCIA MAIA (Deputada Estadual - PSB/RN) – Companheiras e companheiros do PSB, gostaria de cumprimentar a Mesa, fazer a nossa saudação a todos os companheiros presentes, ao Presidente da JSB, Wilson, que está presidindo os trabalhos, ao nosso companheiro Secretário Nacional da Juventude, Silvânio Medeiros, nossa companheira Deputada Estadual Magali, nosso abraço, companheira de luta, Deputada do Rio de Janeiro, demais autoridades presentes, Deputada Federal Alcione Athayde, o nosso abraço, ao Vice-Presidente da UNE, Fábio, a nossa saudação, companheiros e companheiros da JSB, juventude do Partido Socialista Brasileiro, gostaríamos, neste momento, de fazer uma saudação especial a todos que fazem a Juventude Socialista Brasileira por ser uma juventude aguerrida, atuante, participativa, uma juventude que procura ir à luta, discutir os problemas do nosso País. Não é uma juventude acomodada, alheia aos problemas que existem no nosso País.

Gostaria também de fazer uma saudação toda especial à Juventude Socialista Brasileira do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que é uma juventude que é exemplo para o nosso Partido, porque está sempre participando ativamente de todas as discussões, dos debates, que procura realmente ir à luta. É uma juventude guerreira como a nossa líder maior, a Prefeita Wilma Maria de Farias.

Sei que aqui já foram discutidos todos os problemas do nosso País, um projeto alternativo para um país que vive hoje com milhões de pessoas excluídas que vivem abaixo da linha de pobreza, num país onde o desemprego aumenta a cada dia. Precisamos realmente de um momento de reflexão para discutir com profundidade esses problemas e apresentar um projeto alternativo

que será discutido neste Congresso Nacional do PSB com a participação de todos os estados brasileiros e também com a participação maior do Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

Devido ao adiantado da hora, antes de encerrar, gostaria de pedir licença à Mesa para fazer um destaque todo especial a um jovem que é exemplo para o nosso Partido, que tem uma sensibilidade bastante aguçada com relação a todos os problemas existentes no nosso Estado, um jovem que é atuante, guerreiro, participativo, que está sempre ajudando o nosso Partido no Rio Grande do Norte, o companheiro Silvânio Medeiros.

(Manifestação do Plenário)

A SRª MÁRCIA MAIA (Deputada Estadual - PSB/RN) – Silvânio, com essas palavras, companheiro, estou destacando a sua luta, a sua presença marcante no nosso Partido, mas quero homenagear todos os jovens do Partido Socialista Brasileiro na sua pessoa, porque é um jovem que vai à luta, que está sempre participando e antenado com os problemas do nosso Estado e do nosso País, daí a nossa saudação especial. Tenho certeza de que a sua luta, o seu esforço, o seu trabalho serão reconhecidos por todos aqueles que fazem a JSB no nosso País. Muito obrigada, um grande abraço, companheiros. Vamos à luta!

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Gostaria de registrar ainda a presença não apenas de um Vereador da cidade do Rio de Janeiro, mas de um legítimo representante das aspirações de todos nós, que lutamos e militamos cotidianamente nos movimentos sociais, Rubens Andrade.

Gostaria também de registrar e agradecer a presença do Deputado Rodrigo Rollemberg, Presidente do PSB aqui de Brasília, que nos honra com sua presença no congresso da JSB.

Agradeço a presença dos companheiros que vieram prestigiar o congresso da JSB que estiveram aqui compondo a Mesa e dizer que foi de especial relevância para nós a contribuição e a presença dos companheiros, que a Juventude Socialista Brasileira e o nosso Partido somos gratos pela contribuição. Dessa forma, queremos agradecer a presença e a participação dos companheiros para que possamos dar início ao processo dos debates finais e de eleição da nova direção da Juventude Socialista Brasileira aqui neste congresso.

(Manifestação do Plenário)

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Registramos e agradecemos a presença do companheiro Edivaldo, da JSB de Alagoas, a presença do Presidente da JSB de Pernambuco, este Estado que tanto representa para o nosso Partido, o nosso companheiro Ulisses Souza Torres, mais conhecido como Lalau.

Registro a presença do nosso grande companheiro Paulo Maia, Presidente da Juventude do Pará, a presença do Wagner Gomes, Presidente da JSB de Campos.

Agradecendo por todas essas presenças, passamos ao processo de discussão e debate da composição e formação da Coordenação Nacional da Juventude Socialista Brasileira neste congresso.

Relembro o pedido para que sejam encaminhados os cadastros.

Neste momento, queremos registrar que este Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira coroou um processo que se iniciou há vários anos através da conformação de uma direção da JSB, formada por consenso entre todos os estados presentes. Pela primeira vez, só existe uma chapa para disputar a Direção da Juventude Socialista Brasileira, fruto da maturidade e da compreensão política que permite aos companheiros da JSB, depois de tanto trabalho, tantos erros e acertos, a tranqüilidade para saber abrir mão de projetos pessoais, para compreender que os que nos une são objetivos que estão muito além de cargos, de projetos mesquinhos e pequenos. Lutamos para transformar a sociedade, para conquistar o socialismo, para construir uma realidade diferente para o nosso povo. Em nome disso, a JSB construiu essa unidade e coroa este congresso de forma muito feliz, registrando esse fato.

Vou trazer alguns informes que o Silvânio e o Fábio Bentes vão complementar sobre esse processo da direção da Juventude Socialista Brasileira.

No processo de discussão que vem amadurecendo há algum tempo, conseguimos identificar que a Direção da Juventude que encerra hoje o seu mandato, a sua gestão trouxe algumas contribuições, coisas de singular importância para o nosso Partido e para a Juventude do nosso Partido. Conseguimos, em primeiro lugar, fazer com que a Juventude se unificasse, em segundo lugar, fazer com que essa unidade acontecesse não em função de cargos, de interesses ou de questões menores, mas em função da formulação de uma política para a atuação dos jovens militantes do Partido Socialista Brasileiro. Esse fato representa um salto de qualidade para a JSB. Mas também não podemos deixar de dizer que muitos são os erros que ainda acontecem, que ainda permeiam a nossa juventude. Entre esses erros, alguns precisam ser corrigidos nesta oportunidade. Por exemplo: a dificuldade em reunir a Coordenação Nacional da Juventude por motivos de dificuldade de estrutura, de mobilização e também, por que não dizer, porque a Coordenação Nacional é extremamente ampla, atrapalhou e prejudicou o funcionamento da Direção da Juventude nesse último período.

Em função disso, chegamos à conclusão de se criar uma Executiva da

Coordenação Nacional de Juventude, da qual participasse um número menor de estados, um número menor de dirigentes da juventude, mas que tivesse o papel de assegurar o funcionamento constante e cotidiano da Direção Nacional de Juventude, registrando que nas reuniões da Executiva da Juventude estarão convidados e, esperamos, presentes todos os companheiros da Coordenação Nacional da Juventude Socialista Brasileira. Nesse sentido, estamos propondo uma outra modificação, que é acabar com duas Secretarias: a de Movimento Universitário e a de Movimento Secundarista, criando uma única Secretaria para tratar de Movimento Estudantil. Fábio Bentes certamente vai comentar essa questão daqui a poucos instantes.

Enfim, queremos dizer que esse processo coroa todo esse último período. Queria registrar, enquanto Presidente Nacional da JSB nesse último período, e creio que faço isso não apenas em meu nome, mas no da totalidade dos presentes nesta sala, da totalidade dos delegados do Congresso Nacional de Juventude, o papel e, dessa forma, agradecer e reconhecer o que fez o nosso companheiro e amigo Silvânio Medeiros na Secretaria Nacional de Juventude, liderando esse processo que é tão bem coroado aqui. Portanto proponho que aprovemos essa saudação especial ao companheiro Silvânio Medeiros pelo seu papel, não o que ele cumpre no Rio Grande do Norte, porque esse reconhecimento já foi feito pelo Estado, mas pelo papel que está cumprindo nacionalmente. Muito obrigado.

O SR. – Existem também algumas propostas para serem colocadas. Para todos nós é bem claro que, na verdade, no congresso de um dia não dava para fazermos um grande debate político, aprofundando as propostas de atuação da juventude, mas isso se complicou mais ainda quando tivemos apenas poucas horas de discussão. Isso traz a necessidade de convocarmos, com indicativo para o mês de janeiro, entre janeiro e fevereiro, um seminário ou um ativo para que a juventude possa trabalhar as propostas de atuação nos segmentos do Movimento Popular, do Movimento de Juventude, do Movimento Secundarista e Universitário, ou seja, em todos os segmentos em que a juventude atua. Então ficaria esse indicativo para os meses de janeiro e fevereiro para que possamos fazer essa discussão aprofundada e aprovar as propostas de atuação da juventude.

Além de trabalhar essas propostas da juventude, ficaria esse indicativo para receber o relatório de um grupo de trabalho que seria aprovado aqui, composto de cinco pessoas distribuídas entre os estados, que pudessem fazer um levantamento de uma proposta para que no próximo congresso do Partido seja ou não aprovada uma proposição, uma solicitação para o acréscimo de idade da juventude de 30 para 35 anos. Então a nossa proposta é bem clara no

sentido de que seja formado um grupo de trabalho de cinco pessoas para elaborar essa proposta e discutirmos também o seminário.

Solicito que os delegados presentes deliberem sobre a nossa relação no Movimento Estudantil Secundarista, inclusive partindo do princípio do último congresso da UBES, quando chegamos à conclusão de que atingimos a nossa emancipação no que diz respeito a nossa atuação no Movimento Estudantil tanto Secundarista quanto Universitário. Que passemos a atuar nas entidades onde somos minoria de forma a fazer oposição, principalmente em sendo aprovado esse indicativo quanto à nossa relação com a JSB, a união da Juventude Socialista Brasileira.

(Manifestação do Plenário)

O SR. – Além dessas propostas, fica também o indicativo para que no seminário possamos discutir a criação e a formação do coletivo nacional de trabalho do Movimento Estudantil tanto Secundarista quanto Universitário, que será coordenado pelo Secretário de Movimento Estudantil.

Também fica proposto que adotemos uma postura única em todas as entidades que compomos ou dirigimos no que diz respeito à condução dessas entidades, principalmente as entidades gerais do tipo UNE e UBES.

Alguém tem alguma objeção a essas propostas explanadas aqui? (Pausa) Se tiver, que se pronuncie agora, caso contrário estão aprovadas.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Antes dos demais membros da Mesa se pronunciarem, gostaria de solicitar que outras propostas consideradas pertinentes a serem aprovadas nesta oportunidade sejam imediatamente encaminhadas por escrito à Mesa de trabalhos.

O SR. FÁBIO BENTES (Vice-Presidente da UNE) - Pessoal, boa tarde. Meu nome é Fábio Bentes, sou Vice-Presidente da UNE, representando a JSB.

Queria fazer uma breve consideração até para não me alongar muito em virtude da hora, mas é preciso colocar algumas questões aqui. Acho que é essencial a realização desse seminário que está sendo proposto pela Juventude para que possamos amadurecer de uma vez por todas uma cara para a JSB dentro do Movimento Estudantil. É o que está faltando. Temos linhas de atuação bem definidas em cada estado, mas não conseguimos ter uma cara nacional, aquilo que identifique a entidade: essa é a política da JSB, é isso o que a JSB defende. Então é preciso oficializarmos, elaborarmos isso. É preciso discutirmos inclusive o nome de uma tese, de um movimento ou de uma chapa a ser trabalhada para que lancemos um candidato a grêmio estudantil ou a

centro acadêmico no Norte ou no Sul do País que trabalhe as mesmas idéias. É claro que respeitando diversidades regionais, outras propostas vão surgir, mas que tenha uma linha base, central a ser cumprida. Aí sim, mostraremos a cara da JSB nos movimentos. Dessa forma, conseguiremos impulsionar e crescer cada vez mais no movimento.

De resto, queria colocar que hoje o desafio da juventude é partir para o embate com o Governo Federal. O próximo ano será estratégico, porque será um ano de eleição. Considero essencial a formação de um conselho de juventude para tratar a questão da candidatura do nosso Presidente. Quanto a isso, também não haverá muita divergência na Plenária, mas precisamos tirar daqui um indicativo da criação de um conselho de juventude para discutir a candidatura Garotinho, para trabalharmos nos estados do Brasil, definirmos comitês estaduais de juventude e, através deles, conseguirmos encaminhar e crescer cada vez mais a candidatura Garotinho, o que hoje, para nós, é uma realidade.

Queríamos depois submeter isso à aprovação da Plenária. Fica o indicativo para que no final discutamos isso.

Para terminar, gostaria de deixar a mensagem para vocês de que hoje estamos vivendo um momento único. Falo isso, porque, no congresso passado, houve uma situação de disputa com a atual gestão da juventude. Por acreditar no avanço que ela atingiu, colocamos o nosso nome à disposição para caminharmos lado a lado, até porque entendemos que um barco se constrói com idéias e o comando é o que menos importa em todo o processo. É isso. Muito obrigado.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Carlos.

O SR. CARLOS (Secretário-Geral da JSB) - Companheiras e companheiros da Juventude Socialista Brasileira, deputados e deputadas, em nome da Juventude Socialista Brasileira, como Secretário-Geral, fazendo hoje a minha despedida, quero parabenizar o Silvânio, o Wilson, as companheiras e os companheiros da Coordenação Nacional que contribuíram para a unidade da Juventude que fortalece a nossa organização dentro do Partido e certamente representará um passo importante na nossa atuação, no dia-a-dia e, fundamentalmente, dentro do Partido, onde queremos, sim, fazer parte da Direção Partidária, fazer parte da discussão e da decisão partidária. A juventude não é só na época de eleição, não é só para figurar; a juventude é para atuar.

Sonho que se sonha só é um sonho só; sonho sonhado junto é uma realidade.

Essa frase nos diz muito; esse sonho nós estamos construindo. Che nos dizia que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Temos que, todos os dias, fazer a revolução, a conscientização e cada vez mais participar

para que a sociedade seja justa, tolerante e igualitária, uma sociedade socialista. Esse é o projeto do PSB e a Juventude Socialista Brasileira é contra esse sistema capitalista. E viva o socialismo! Obrigado.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Companheira Helena Uchoa.

A SRA. HELENA UCHOA (Secretária de Informação Política da JSB) – Gente, boa tarde. Quero saudar a Mesa na pessoa do nosso Presidente, Wilson Sombra, e a presença de todos os estados na pessoa do nosso Secretário Nacional, Silvânio Medeiros.

Diante do desenrolar da história e desse contratempo que aconteceu, tivemos que fazer um congresso extremamente reduzido. Hoje tivemos uma reunião muito produtiva sob o ponto de vista de encaminhar algumas questões sobre este congresso e a continuidade dele, porque, na nossa avaliação, ele não pára aqui. Hoje vamos eleger a Coordenação Nacional da Juventude porque temos um prazo para isso, porém defendemos, como já foi apresentado, um Seminário Nacional da Juventude para que possamos realmente planejar política para essa juventude. A Juventude do PSB, um Partido que hoje toma a dimensão que tomou, não pode ficar solta nesse processo todo. Temos que ocupar esse espaço e fazer a história sim, porque esse é o nosso papel neste Partido, não simplesmente no processo eleitoral levantar a bandeira, mas transformar esse mundo que está aí, que não é aquele com o qual sonhamos, não é a sociedade que desejamos.

O motivo de estarmos hoje aqui é basicamente este: por não concordarmos com este mundo em que vivemos, com uma sociedade capitalista com mais de um bilhão e meio de miseráveis. Esta juventude, que é a maior vítima disso tudo, não pode ficar simplesmente sentada a ver as coisas acontecerem.

Então que já saiamos deste congresso com uma coordenação comprometida em realizar esse seminário com uma data determinada, que este congresso determine uma data o mais rápido possível para que esse seminário aconteça. Nossa proposta é que ele se realize em janeiro, que é período de férias, então haverá tempo para articularmos, talvez no final de janeiro. O nosso congresso no Estado do Ceará aconteceu no começo de outubro e marcamos um seminário também para o começo de janeiro, no intuito de organizar a juventude, porque geralmente os congressos são muito apertados. Por mais que sejam de um dia, fazemos a reivindicação de uma tarde, mas se fosse um dia também não seria suficiente para discutirmos o que é necessário hoje: que a juventude esteja articulada.

Eu estava, na Coordenação anterior, como Secretária de Formação Polí-

tica, infelizmente, por falta de muitas articulações, não tivemos como executar um papel melhor nessa Secretaria, porém ela é de fundamental importância. Como transformar a sociedade, estar presente nos movimentos de massa, nos movimentos estudantis, nos movimentos sociais se não levarmos um conteúdo, se não tivermos uma proposta? Precisamos estar formados para passar essa mensagem. Esse é o papel de uma juventude que pretende transformar a sociedade.

O SR. WILSON SOMBRA (Presidente Nacional da JSB) – Companheiro George.

O SR. GEORGE – Companheiros, gostaria de ser bem breve e colocar alguns objetivos dessa direção que hoje está se desfazendo, cuja maioria será reconduzida ao cargo. Foi a primeira direção que realizou um seminário de formação política e determinou políticas e metas para a juventude nacional; foi a direção que conseguiu aglutinar perante os estados a participação da juventude e identificar realmente as lideranças do Movimento Estudantil, do Movimento Universitário e dos demais setores; conseguimos, hoje, ter uma avaliação de consolidação de juventude nacional porque temos as identificações dos estados e sabemos onde encontrar. Antigamente, era uma juventude federativa, regional, onde só prevalecia o posicionamento da Direção Regional, e, às vezes, nem da direção, mas sim do cartório que estava lá. Hoje temos uma juventude de fato, que em 1999, no último congresso da juventude foi realmente eleita pela base. O Partido e algumas pessoas procuraram intervir, mas não conseguiram, porque a base se rebelou e temos hoje a resposta neste congresso de que a base tem referência e sabe desempenhar o seu trabalho, não o trabalho como está no temário do Partido, Juventude e Esporte, mas um trabalho de conjuntura nacional, de coletividade, de política de atuação da juventude e a consolidação de uma política determinada pela juventude ao Partido.

Para concluir, gostaria de referendar o nome do companheiro Silvânio Medeiros por esse trabalho que foi desenvolvido durante esses dois anos, pelo seu empenho, fazendo intervenção nos estados quando necessário, promovendo discussões e sendo parcial nos demais estados, procurando equacionar os problemas da melhor forma possível. Esse é o trabalho de uma coordenação, uma coordenação que realmente valoriza a base e valoriza uma discussão nacional. E não caminhou para muitas direções anteriores que se elegiam aqui, iam para seus Estados e falavam. Só que eram da Direção Nacional, mas não tinham nenhum tipo de atitude de correr o Brasil, renegar sua própria vida pessoal, sua vida regional, e posar de Secretário de Juventude.

Essa recondução é justa e muito justa, porque ele renegou sua vida pessoal, seu projeto de vida pessoal, seu projeto coletivo no Rio Grande do

Norte e procurou, antes de tudo, ser igualitário com os demais Estados, para discutir a política da juventude.

Vamos em frente construir, consolidar e demonstrar que o partido a partir de hoje tem de ter respeito, porque não vamos mais aceitar dividir, apesar de respeitar o Congresso das Mulheres. Não vamos mais aceitar imposição. Eles agora têm de respeitar a juventude como coletivo e como uma definição política, companheiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. – O companheiro Domingos vai fazer uso da palavra por um minuto.

O SR. DOMINGOS (Ceará) – Agradeço o espaço e quero saudar os companheiros do Ceará presentes, o nosso Presidente da JSB do Ceará, nosso amigo Edmundo, gostaria de saudar os companheiros do Rio de Janeiro que estão aqui em peso, os companheiros de todos os Estados aqui presentes.

Quero dizer que viemos do Ceará, passamos três dias viajando por essas estradas ruins — a estrada da Bahia está horrível — para aqui participarmos deste Congresso da Juventude Nacional.

Não ficamos muito satisfeitos devido ao tempo. Houve um problema, o seminário seria durante todo o dia, mas defendemos a tese desse seminário nacional que seja marcado o mais rápido possível, para que o jovem possa falar. Porque a juventude não é só para bater palmas, mas para expressar o que tem para dizer, porque a juventude também tem competência. Não estamos aqui só para ouvir, mas para deixar o nosso recado.

Um abraço, companheiros, e vamos nos encontrar em breve. (Palmas.)

O SR. – Pessoal, as inscrições já estão encerradas. Amanhã, às 10 horas, haverá reunião com dois representantes de cada Estado para elaborar uma proposta inicial em relação ao movimento popular no PSB. Essa reunião vai se realizar próximo ao local de credenciamento de delegados ao Congresso Nacional do partido.

Fica portanto o apelo ao pessoal da JSB de todos os Estados, para contribuir com a convocação para amanhã, às 10 horas, para reunião do movimento popular do PSB Nacional.

Há aqui ainda algumas propostas a serem aprovadas. A primeira delas é que a juventude formalize a indicação da juventude da candidatura Garotinho à presidência da República e, conseqüentemente, que a juventude passe a organizar em cada Estado os comitês jovens da campanha "Garotinho Presidente".

Em processo de votação. Quem concorda com a indicação, pela juventude, do Garotinho a Presidente da República, por favor se manifeste. Alguma discordância, por favor se manifeste. Alguma abstenção?

Quero informar então que, por unanimidade, foi aprovada, pelo Congresso Nacional da JSB, a indicação do Garotinho como candidato do PSB a Presidente da República. (Palmas.)

Quero submeter ainda a votos a proposta de que a JSB realize seminário na Região Norte sobre o tema "A Questão da Amazônia".

Aqueles que concordam permaneçam como estão. Se ninguém discorda, portanto, aprovado por unanimidade. (Palmas.)

O último inscrito a fazer uso da palavra é o companheiro Edvaldo Carlos, Presidente da JSB de Alagoas. (Palmas.)

O SR. EDVALDO CARLOS (Presidente da JSB de Alagoas) – Companheiros, companheiras e camaradas da Juventude Socialista Brasileira de todo este País, aqui estamos colaborando para as discussões e encaminhamentos para a atuação da JSB Nacional, no sentido de apresentarmos uma proposta de trabalho de tese denominada vertente jovem socialista pela resistência e luta de um povo que sofre e luta neste País.

Acreditamos que a juventude não só está inserida no movimento estudantil, mas deve também participar de todas as discussões dos movimentos sociais, porque é nos movimentos sociais que nos engajamos para a conquista dos nossos direitos plenos e para o exercício da cidadania.

Com esse intuito vindo de Alagoas, terra da liberdade, queremos colaborar com este Congresso com o nosso documento, para que seja apreciado na próxima discussão que será providenciada para a Executiva Nacional. E com certeza participaremos de todo esse processo, para que possamos engrandecer essa juventude.

Era o que queríamos dizer, e então poderemos discutir com maior aprofundamento, porque uma das coisas que dissemos é que não dá mais para fazer parte de uma juventude que o partido não apóia, com a qual o partido não colabora. Precisamos definir e discutir o percentual de repasse de recursos, para que a juventude possa acreditar no seu trabalho e possa, sim, corresponder à articulação nos seus Municípios, nos Estados.

Companheiros, o Secretário Silvânio Medeiros conseguiu avançar, mas é preciso muito mais. Porque se o partido tivesse dado muito mais possibilidade para você estar em todos os Estados, com certeza assim teria feito. Mas infelizmente essa confiança, essa credibilidade o partido ainda não deu, e é preciso que a juventude se organize, para que possamos garantir.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR – Essas foram as palavras do grande companheiro Edvaldo, alagoano, que apresentou a tese lá de Alagoas.

Tenho em mão também, companheiros socialistas da JSB emancipada, da JSB de luta, da JSB de chapa própria também duas proposições de tese. Uma do DF e outra do Rio Grande do Norte, que se equivalem e que apresentamos também para serem submetidas à leitura, ao debate e à discussão no próximo seminário nacional da Juventude Socialista Brasileira, que será em breve.

E temos certeza de que em todo ônus existe o bônus. Se hoje tivemos o ônus de o Congresso só durar três horas, vamos ter o bônus em um seminário que vai durar três dias e que vai definir novamente políticas para a Juventude Socialista Brasileira! (Palmas.)

O SR. – Pessoal, queremos anunciar como ficou a composição da Coordenação Nacional da Juventude.

Como alguns Estados não encaminharam ainda os nomes, nós vamos anunciar quais são os Estados que indicarão esses nomes.

Para compor a Coordenação de Juventude, vão ser indicados companheiros dos seguintes Estados: Maranhão, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro, Pará, Acre, Piauí, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Sul.

Comporão também a Coordenação como membros da Executiva: Goiás, Distrito Federal, Pará, Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco. Pernambuco que aqui indica o Vice-Presidente Nacional da Juventude. (Palmas.) Além do Rio de Janeiro e do Silvânio, que está sendo aqui na oportunidade reconduzido, reeleito novamente nesta oportunidade, com o reconhecimento de todos os Estados, de forma unânime. Como reconhecimento da sua trajetória, da sua habilidade, do trabalho que desenvolve, está sendo reconduzido para a Executiva Nacional do PSB no cargo de Secretário Nacional de Juventude.

Quero dizer que tenho a honra de, em nome de todos os delegados presentes a este Congresso Nacional da JSB, passar a palavra ao amigo, companheiro, Silvânio, que vai encerrar o nosso Congresso.

O SR. SILVÂNIO MEDEIROS (Secretário Nacional da Juventude Socialista Brasileira) – Quero primeiro agradecer a todos a presença. Sabemos das dificuldades que tivemos para chegar até aqui, mesmo em alguns Estados, onde na verdade o partido tem administração, pois sabemos das dificuldades existentes. E não é diferente, lógico, nos demais Estados.

Quero não apenas agradecer, mas principalmente pedir desculpa por não

termos oferecido a todos nós o grande Congresso que esperávamos. É bem verdade que um dia de Congresso já é algo muito complicado, imagine fazer congresso em apenas três, quatro horas.

É bem verdade que conseguimos grandes avanços no que diz respeito à juventude. Eu particularmente me surpreendo, porque tinha a consciência de que jamais chegaríamos a um total entendimento em um congresso. Eu tinha a avaliação de que na verdade a Juventude Socialista Brasileira jamais iria conseguir chegar ao entendimento pela sua diversidade, pelas suas propostas divergentes, pela sua dimensão, ou seja, pela característica que há em cada Estado. Mas é claro que conseguimos romper com aquela política regionalista. Hoje conseguimos já trabalhar minimamente uma política de cunho nacional. E isso ficou muito claro no que diz respeito ao Congresso da UBES há dias passados, onde na verdade chegamos a romper com o que na verdade era algo que jamais iria acontecer, que era o fato de a Juventude Socialista Brasileira romper com a União da Juventude Socialista — UJS. Rompemos e aprovamos neste Congresso a oposição da UNE, a oposição da UBES, e tenhamos a certeza de que com isso estaremos conduzindo a nossa juventude, principalmente no que diz respeito ao Movimento Estudantil Secundarista e Universitário para grandes avanços não só em âmbito nacional, mas em cada Estado, porque na verdade já mapeamos alguns Estados e temos grandes entidades a conquistar. E não vamos medir esforços.

Companheiros, é bem verdade que a nossa missão apenas está começando, porque hoje se inicia o Congresso do partido, e é importante que a Juventude Socialista Brasileira chegue à abertura do Congresso mostrando sua garra, sua firmeza, mostrando para o partido que esta juventude existe, mas ela não existe negando o partido. Muito pelo contrário, essa juventude existe assumindo esse partido que defendemos seja um partido socialista, no entendimento de que na verdade sabemos que para sermos socialistas temos, antes de tudo, de denunciar as mazelas que o capitalismo traz, sermos anticapitalistas, denunciar as incoerências e injustiças sociais, e defender cada vez mais a igualdade social. Não tenham dúvida de que a Juventude Socialista Brasileira faz isso.

Mas é importante citarmos uma frase de uma das músicas do Legião Urbana, que é a seguinte: "Mentir para si mesmo é sempre a pior mentira". E não adianta aqui querermos mentir para nós mesmos e assumirmos uma postura de que na verdade estamos conquistamos grandes avanços. Não. Temos grandes avanços a conquistar. Conquistamos pouquíssimos, pelo que deveríamos fazê-lo. E uma das nossas conquistas, principalmente no Congresso do partido — e quero aqui conclamar todos os companheiros para que amanhã isso sirva para que possamos conquistar o respeito do partido para com a juventude, a

compreensão do partido com a juventude. E isso não apenas no que diz respeito ao partido, à Direção Nacional, mas principalmente as direções estaduais em alguns Estados, pois sabemos que há relações um pouco complicadas.

Mas quero fazer justiça ao companheiro Presidente do partido, que estará sendo reconduzido neste Congresso, que é o Dr. Miguel Arraes. (Palmas.) O Dr. Miguel Arraes em nenhum momento negou apoio a esta juventude. (Palmas.) Uma pessoa que esteve sempre presente, incentivando a participação da juventude. Quero fazer justiça a esse companheiro aguerrido.

Mas é importante que amanhã à tarde, no painel onde serão tratados os Movimentos Sociais do Partido, que possamos levar nossa mensagem e lá deixar nossas angústias, para melhorarmos essa relação não só com a juventude, no que diz respeito ao partido, mas principalmente com todos os seus segmentos, que é uma relação não muito agradável.

Quero mais uma vez agradecer a todos, sabendo que estamos iniciando grande jornada, inclusive afirmando a candidatura do Garotinho. E essa juventude vai estar presente nos quatro cantos do País, seja do Oiapoque ao Chuí, fazendo campanha, para que tenhamos uma candidatura forte, viável. E esse Congresso serve para chancelar essa candidatura, e sairemos daqui convictos de que essa candidatura não é apenas nem unicamente uma candidatura dos evangélicos, como muitos criticam, mas é principalmente uma candidatura do Partido Socialista Brasileiro, que tem de segurar essa bandeira por todos os seus segmentos. A juventude tem essa grande missão.

No mais, vou dar alguns informes. Na saída estarão disponíveis três ônibus para conduzir todos até o local da abertura do Congresso. É importante que os companheiros que saíram delegados ao Congresso Nacional do partido, assim que chegarem lá procurem a mesa de credenciamento do seu Estado para se credenciarem, porque amanhã vai ser muito tumultuado o credenciamento.

Por último, quero dizer aos companheiros que receberam as pastas que até amanhã nos entreguem um formulário que está dentro da pasta, um formulário de contato, para que possamos mandar material do partido constantemente para os companheiros.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas.)

III Congresso Sindical Nacional do PSB





Mesa do III Congresso Sindical Nacional do PSB, tendo ao centro Jailson Cardoso, Secretário Nacional Sindical do PSB

Realizado em 30 de novembro de 2001
Plenário 2 da Ala Nilo Coelho
Senado Federal

ATA DO III CONGRESSO SINDICAL NACIONAL DO PSB, REALIZADO EM 30/11/2001

Às 9:00 horas do dia trinta de novembro do ano de dois mil e um, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho – Senado Federal, em Brasília, Distrito Federal, deu-se início aos trabalhos do III Congresso Sindical Nacional do PSB, convocado e organizado pela Coordenação do Movimento Sindical – CMS, com o credenciamento dos delegados sindicalistas previamente encaminhados a CMS pelas Seções Estaduais do PSB, conforme lista de delegados aptos. O Congresso foi convocado através de uma proposta de regimento interno para congressos estaduais, enviadas a todos os Diretórios Estaduais do PSB, para debater o seguinte temário: 1- Conjuntura política; 2- Conjuntura do Movimento Sindical (Atuação da SSB, organização da CMS); 3- O Movimento Sindical do PSB frente às eleições de 2002 (Um projeto para o Brasil Socialista); 4- Eleição da CMS – Nacional. Ao se constatar o quórum de 20% dos delegados já credenciados, o Secretário Sindical e membro da CMS, Francisco Nogueira, convidou para compor a mesa de instalação os demais membros da CMS – Nacional presente, e declarou instalado oficialmente o III Congresso Sindical Nacional do PSB, fazendo uma proposta de mesa para dirigir os trabalhos, composta pelos seguintes companheiros: Joilson Cardoso – para presidente, Dânya Regina Rodrigues da Silva – para primeira secretária, Francisco Nogueira – para 2° secretário, e Emílio Diniz – para relator, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Em seguida foi iniciada a leitura do Regimento Interno do III Congresso Sindical, o qual recebeu vários destaques, emendas, programação para todo o Congresso, com credenciamento de delegados titulares até às 13:00 horas e de suplentes até às 14:00 horas, inclusive a inclusão na pauta de um ponto para modificação no Regimento Interno da CMS, sendo ao final das discursões e deliberações do plenário, aprovado por unanimidade. Dando seqüência aos trabalhos, abriu-se para apresentação e defesa das teses já aprovadas nos respectivos Congressos Sindicais Estaduais, intituladas: "PSB 100% Socialista", subscrita pelo companheiro Emílio Diniz; "A livre Organização dos Trabalhadores", subscrita por Vicente Paulo Selistre; "Manifesto do Movimento Sindical/RJ", subscrita pelos companheiros Joilson Cardoso e Francisco Moura, sendo a última tese aprovada no Congresso Sindical do RJ e as duas outras aprovadas no Congresso Sindical do RS. Foi aprovado como encaminhamento que o temário da pauta seria discutido no conteúdo político das teses. Após a apresentação e defesa das teses, iniciou-se a discussão sobre as mesmas, quando vários sindicalistas fizeram uso da palavra, debatendo por várias horas até ser iniciado o ponto 4 da pauta do Congresso, as quais foram aprovadas com encaminhamento, tendo inclusive, sido aprovado um Congresso Sindical Extraordinário para discutí-las no decor-

rer do ano de 2002. Aberto o ponto Eleições da CMS – Nacional, foram apresentadas as duas chapas, sendo registrada por ordem de apresentação junto à mesa, a saber: Chapa 1 encabeçada pelo companheiro Aílton Claudino de Andrade Filho – sindicalista de PE, Carlos José Zimmer – sindicalista do PR, Ezequiel Souza do Nascimento – sindicalista do DF, Francisco Gomes da Rocha – sindicalista do AC, José Carlos da Silva – sindicalista do PE, José Tomaz Neto – sindicalista de SP; Chapa 2, completa, encabeçada por Joilson Antônio Cardoso do Nascimento – sindicalista do RJ, Emílio Dionísio Porto Diniz – sindicalista do RS, Francisco Paulo Nogueira Filho – sindicalista do DF, Francisco de Assis da Paixão e Silva – sindicalista do PA, Manuel Antônio Veiga da Costa – sindicalista do MA, Ricardo do Nascimento Alves – sindicalista do RJ, Cezar Augusto Vieira – sindicalista do RS, Luiz Henrique Leitão da Silva – sindicalista do DF, Cosmo da Costa Lima – sindicalista do AM, Domingos Albuquerque Paes – sindicalista do MA, Osires Barbosa de Almeida – sindicalista do RJ, Vicente Paulo Selistre – sindicalista do RS, e Nelson Bento de Morais – sindicalista do DF. Foi feito um acordo político, referendado pelo plenário, para a chapa 1 concorrer de forma incompleta. Em seguida foi designada, pela mesa e com aprovação do plenário, uma comissão eleitoral para coordenar o processo de eleição, presidida pela companheira Dânya Regina mais os seguintes companheiros da JSB: Wilson Sombra e Moisés Filho. Foi proposto e aprovado pelo plenário que a votação se daria de forma aberta, com a declaração de voto em uma das chapas, bom como a entrega do crachá, para posterior contagem pela comissão eleitoral. Após a defesa das chapas, iniciou-se o processo de votação e ao seu final a comissão eleitoral procedeu à apuração dos votos, constatando-se os seguintes resultados: Chapa 1 obteve 38 votos válidos, correspondentes a 41,76%; e a chapa 2 obteve 53 votos válidos, correspondentes a 58,24%, tendo sido constatados 91 votos, não havendo nenhum voto nulo ou em branco, não tendo sido registrado nenhum protesto. Após aplicação da proporcionalidade prevista no Artigo 13 – parágrafo 2º do Regimento Interno da CMS, combinado com o Artigo 14 do Regimento Interno do PSB, foi declarado que a chapa 1 elegeu, para a Coordenação Executiva da CMS – Nacional, 3 (três) membros entre os 8 (oito) titulares e 2 (dois) membros entre os 5 (cinco) suplentes; e a chapa 2 elegeu, para a Coordenação Executiva da CMS – Nacional, 5 (cinco) membros entre os 8 (oito) titulares, e 3 (três) entre os 5 (cinco) membros suplentes. A chapa 2 indicou os seus eleitos, conforme nomes e cargo a seguir: Joilson Antônio Cardoso do Nascimento – sindicalista do RJ, Titular do Diretório Nacional para o cargo de Secretário Sindical Nacional, Emílio Dionísio Porto Diniz – sindicalista do RJ, Titular do Diretório Nacional, Francisco Paulo Nogueira Filho – sindicalista do DF, suplente do Diretório Nacional, Manuel Antônio Veiga da Costa – sindicalista do MA, Coordenador Titular da Região

Nordeste, Ricardo do Nascimento Alves – sindicalista do RJ, Coordenador Titular da Região Sudeste, Francisco de Assis da Paixão e Silva – sindicalista do PA, Coordenador Suplente da Região Norte, Vicente Paulo Selistre – sindicalista do RS, Coordenador Suplente da Região Sul, e Luiz Henrique Leitão da Silva – sindicalista do DF, Coordenador Suplente da Região Centro – Oeste. A chapa 1 deveria indicar entre os seus integrantes, até a lavratura da presente ata, os nomes para os seguintes cargos: Coordenador Titular da Região Norte, Coordenador Titular da Região Sul, Coordenador Titular da Região Centro, Coordenador Titular da Região Centro-Oeste, Coordenador Titular da Região Nordeste, e Coordenador Suplente da Região Sudeste, o que não ocorreu por vontade da própria chapa. Nada mais havendo a tratar, eu, Dânya Regina Rodrigues da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada _____ e pelos demais membros da mesa diretora do III Congresso Sindical Nacional subscrita. Brasília, Distrito Federal, primeiro de dezembro do ano de dois mil e um. Joilson Cardoso – Presidente da Mesa, Dânya Regina Rodrigues da Silva – Primeira Secretária, Francisco Nogueira – Segundo Secretário e Emílio Diniz – Relator.

Comissão Executiva Nacional do PSB
2001/2003

PRESIDENTE DE HONRA
JAMIL HADDAD

PRESIDENTE
MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE
ROBERTO ÁTILA AMARAL VIEIRA

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE
LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE

SECRETÁRIO GERAL
JOSÉ RENATO CASAGRANDE

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL
JOSÉ ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS
SEVERINO NUNES DE ARAÚJO

SECRETÁRIOS ESPECIAIS
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
ANTHONY WILLIAM GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA
MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES
WILMA MARIA DE FARIA
JEFFERSON ARRUDA
SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI
ANTONIO CARLOS VALADARES
EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES
MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO

SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE
SILVÂNIO MEDEIROS DOS SANTOS

SECRETÁRIO NACIONAL SINDICAL
JOILSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

LÍDER NO SENADO FEDERAL
ADEMIR GALVÃO ANDRADE

Diretório Nacional do PSB
2001/2003

ARRAES, MIGUEL DE ALENCAR
PREF. ADALBERTO LÉLIS FILHO
SEN. ADEMIR GALVÃO ANDRADE
ADILSON GOMES DA SILVA
DEP. ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO
GOV. ANTHONY W. GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA
SEN. ANTONIO CARLOS VALADARES
ARNALDO VIANA
BENEDITO RILDO JASTES FURTADO
DEP. CARLOS LAPA
CARLOS ORLING
CARLOS R. SIQUEIRA DE BARROS
DILTON DA CONTI
DJALMA SOUTO MAIOR PAES JÚNIOR
DOMINGOS LEONELLI NETTO
DEP. EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
PREF. EDUARDO PASSOS COUTINHO C. DE OLIVEIRA
EMÍLIO DIONISIO PÔRTO DINIZ
DEP. EUDORO WALTER SANTANA
EVANDILSON DE FREITAS ANDRADE
EVANDRO COSTA MILHOMEN
DEP. EVILÁZIO FARIAS
FERNANDO WILLIAM
GILMAR MANGUEIRA DA SILVA
GILVAN DA SILVA FREIRE
DEP. GRAÇA MATOS
ISABEL MARIA BRITO PIMENTEL
JAIME CARDOSO
DEP. JAMIL HADDAD
JEFFERSON ARRUDA
GOV. JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
JOÃO DE ANANIAS VASCONCELOS
VER. JOÃO DE ANDRADE ARRAES
JOAQUIM JOSÉ SARAIVA DA PENHA
JOILSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
DEP. JORGE JOSÉ GOMES
DEP. JOSÉ ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
JOSÉ DOURADO DE SOUZA
JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA
JOSÉ RENATO CASAGRANDE
JURANDIR BOIA ROCHA
PREF. KÁTIA BORN RIBEIRO
LAIRSON RODRIGUES BUENO
DEP. LUIZ GONZAGA PATRIOTA
DEP. LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE
DEP. LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES
MARCUS ALEXANDRE QUINTINO VIEIRA
MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO
MARIA AUGUSTA DE ALMEIDA FELDMAN
DEP. MAURO NAZIF
NADJA DIOGENES PALITOT Y PALITOT
SEN. PAULO HARTUNG
DEP. PEDRO ALMEIDA VALADARES NETO
REGINALDO DE CASTRO
ROBERTO ÁTILA AMARAL VIEIRA
DEP. RODRIGO ROLLEMBERG
GOV. RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS
DEP. SALVADOR KHURIEYH
SERAFIM CORRÊA
SÉRGIO GAUDENZI
SEVERINO NUNES DE ARAÚJO
SILVÂNIO MEDEIROS DOS SANTOS
PREF. WILMA MARIA DE FARIA

DIRETÓRIO NACIONAL
SUPLENTES

PEDRO COELHO
MURILO SÉRGIO SILVA NETO
GIVALDO CARIMBÃO
ROSÂNGELA MATTEUS DE OLIVEIRA
CLEUZA PEREIRA
MARCOS VILAÇA
ADROALDO PEIXOTO
ANDRÉ KRICZMM
VALTON MIRANDA
YVES RIBEIRO
YARA REGINA GOUVÊA
AUXILIADORA CUNHA PIRES
MÁRIO LUIS FERNANDES MEDEIROS FILHO
WALTER RODRIGUES DE PAULA
ANTONIO MARLOS FERREIRA DUARTE
MIGUEL MARTINI
UBIRATAN FRANCO PEREIRA DA SILVA
AILTON CLAUDINO DE ANDRADE FILHO
MAX JOEL RUSSI
RICARDO JORGE MURAD
ANTONIO JÁCOME
FRANCISCO ALVES

CONSELHO DE ÉTICA

TITULARES:
MARCOS VILLAÇA
RASTON NASCIMENTO LEÃO
JACY PROENÇA

SUPLENTES:
IVAN RODRIGUES
HÉLIO FRANCISCO DE CASTRO
AMPARO ARAÚJO.

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
DOMINGOS PAES
LUIZ PAULO AMORIM
IZAEL DA NÓBREGA

SUPLENTES:
LAURIANO MARCO ZANCANELA
SILENO GUEDES
JOSÉ LUCIANO PONTE LINHARES

DELEGADOS JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS
ROBERTO ÁTILA DO AMARAL
EVANDRO LINS E SILVA


FRANCISCO DE ASSIS
PSB
ONGRESSO SINDICA
CIONAL DO PSB
novembro de 2001 - Brasília, DF


Congresso Nacional
le Mulheres
res Socialistas na cons
projeto para o Brasil


COMPANHEIROS DO PSB DE TODO BRASIL
SEJAM BEM-VINDOS
A BRASÍLIA
O CAPITALISN
O HÁ SALVA




VIII Congresso Nacional
PSB
Soberania


PSB


PSB 40




"O ponto de partida de
qualquer novo projeto


Congresso Nacional
Mulheres Socialistas


JSB



